



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1629

Quinta-feira - 04 de Dezembro de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Água Doce.....	2
Antônio Carlos	3
Arroio Trinta.....	4
Balneário Rincão	6
Barra Velha.....	7
Biguaçu	7
Blumenau	21
Bom Jesus do Oeste	28
Bom Retiro	29
Braço do Trombudo	30
Brusque.....	54
Caçador.....	56
Camboriú.....	89
Campo Alegre	94
Campos Novos	105
Canelinha	115
Canoinhas.....	115
Capinzal	117
Catanduvas.....	135
Chapadão do Lageado	147
Concórdia	147
Coronel Martins.....	154
Correia Pinto.....	158
Corupá	165
Curitibanos	171
Doutor Pedrinho.....	174
Ermo	177
Faxinal dos Guedes.....	177
Forquilha.....	178
Fraiburgo.....	183
Frei Rogério	197
Garopaba.....	198
Garuva	201
Gaspar	202
Governador Celso Ramos	203
Guaramirim.....	216
Guarujá do Sul	223
Herval d'Oeste	227
Ibiam	228
Imbituba	229
Indaial.....	236
Iomerê	269
Ipumirim	270
Irineópolis	279
Itá	280
Itaiópolis	280
Itapiranga.....	281
Itapoá	282
Ituporanga	285
Jacinto Machado	308
Joaçaba.....	309
Lages	323
Lauro Muller	325
Lebon Regis	329
Leoberto Leal.....	330
Lindóia do Sul	332
Luzerna	339
Mafra	344
Maracajá	344
Maravilha.....	345
Marema.....	347
Massaranduba.....	352
Meleiro	355
Modelo	355
Monte Carlo	391
Navegantes.....	393
Nova Trento	410
Novo Horizonte	416
Orleans	417
Ouro	418
Ouro Verde	429
Palhoça	429
Papanduva.....	434
Paulo Lopes	438
Penha.....	438
Peritiba.....	440
Pomerode	440
Ponte Serrada	456
Porto Belo.....	458
Porto União.....	460
Rio do Sul.....	461
Salto Veloso	476
Santa Rosa do Sul	477
Santiago do Sul.....	490
São Bento do Sul.....	491
São Domingos.....	491
São Joaquim	492
São José	493
São Lourenço do Oeste.....	530
São Miguel da Boa Vista	530
São Pedro de Alcântara.....	531
Schroeder	531
Serra Alta	549
Sombrio.....	557
Tigrinhos	559
Timbó	559
Treze Tílias	562
Tunápolis.....	562

Urussanga	563
Vargeão.....	586
Vargem Bonita	586
Vidal Ramos.....	587
Videira.....	589
Vitor Meireles.....	593
Xaxim.....	596

Associações

AMOSC.....	596
EGEM	597

Consórcios

AGIR	597
CIDEMA.....	599
CIGA	600
CIMCATARINA.....	601
CIS/AMOSC.....	602
CIS/AMUREL.....	602
CISAMA	602
CPIMMOC	602

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Leandro Rateke, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores

Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Água Doce

PREFEITURA

DECRETO Nº 136/2014

DECRETO Nº 136/2014 - DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce - SC, usando de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 133 da Lei Orgânica Municipal, combinado com o disposto no artigo 17 da Lei nº 2.246, de 03 de dezembro de 2013,

Art. 1º. Fica aberto no orçamento vigente instituído pela Lei nº 2.246 de 03 de dezembro de 2013, um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 310,00 (trezentos e dez reais), para o Fundo Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica suplementado, no orçamento vigente, o elemento de despesa Aplicações Diretas, com a seguinte classificação orçamentária:

09 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ÁGUA DOCE
10.304.0042.2.054 MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
3.3.90.00.0.1.0641.0/26 Aplicações Diretas R\$ 310,00
TOTAL R\$ 310,00

Art. 3º. Para atender a despesa decorrente do disposto no artigo 1º deste Decreto, fica utilizado o excesso de arrecadação verificado na rubrica: 0.1.0641 -Transferências de Recursos - PVISA - Piso Estratégico Gerenciamento de Risco

Art. 4º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 26 de novembro de 2014.
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 137/2014

DECRETO Nº 137/2014 - DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO EDITAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 007/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NOVELLI SGANZERLA, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e na conformidade do disposto no item 14.2 do Edital nº 004/2013 de 04.03.2013, combinado com o inciso III, do artigo 37, da Constituição Federal de 1988.

DECRETA:

Art. 1º. O prazo de validade do Edital do Processo Seletivo Simplificado referente ao Edital nº 007/2014, fica prorrogado por mais 06 meses contando da data de vencimento do prazo do processo seletivo simplificado de 06 de dezembro de 2014.

Art. 2º. A Secretaria Municipal de Saúde e Promoção Social, poderá efetuar exoneração do profissional, em qualquer tempo, caso não disponibilize mais de tal vaga.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 01 de dezembro de 2014
NOVELLI SGANZERLA
Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

PORTARIA N 556/2014

PORTARIA Nº 556/2014.
Concede Férias a servidor.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de Antônio Carlos,
no uso de suas atribuições legais,

Resolve:

Artigo 1º - Conceder, FÉRIAS, por 30 dias, a servidora FLAVIA DANUBIA JUNKES PETRY, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO I, a partir de 05 de janeiro de 2015, relativo ao período aquisitivo de 01/02/2013 a 31/01/2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Antônio Carlos,
em 03 de dezembro de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 04 de dezembro de 2014.

AVISO DE LICITAÇÃO 106/2014 PREGÃO PRESENCIAL 067/2014

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: nº 106/2014; Modalidade: Pregão Presencial nº. 67/2014; Tipo: Menor Preço por Item; Objeto: aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para distribuição gratuita a crianças carentes e pessoas com deficiência em caso grave de saúde, conforme prescrição médica e estudo social da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do município, de Antônio Carlos /SC. Entrega dos envelopes e abertura: 16 de dezembro de 2014 às 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta nº 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 07:30 às 11:30 das 13:00 as 17:00 horas, fone (48)3272-8617, pelo email licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 03 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 129/2014

DECRETO Nº 129/2014

Abre Crédito Adicional Suplementar - Anulação de Dotação no Orçamento programa de 2014

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 115.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 -SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 90.000,00

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 25.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01 - SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA

04.01.12.361.0004.2.005-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas 90.000,00

04.01.12.365.0004.2.006-3.1.90.00.00.00.00.00 -Aplicações Diretas 25.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 02 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 130/2014

DECRETO Nº 130/2014

Remanejamento entre despesas no Orçamento programa de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR, Prefeito Municipal de Antônio Carlos, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de ANTONIO CARLOS e autorização contida na Lei Municipal nº 001451/13 de 17 de Dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º -Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R\$ 10.000,00 para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-4.4.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 2º -Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

07 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01 -SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

07.01.20.606.0009.2.022-3.3.90.00.00.00.00.00 -Aplicacoes Diretas 10.000,00

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Antônio Carlos, 03 de dezembro de 2014.

ANTÔNIO PAULO REMOR

Prefeito Municipal

Arroio Trinta**PREFEITURA****ERRATA - CAMINHÃO NOVO, 0 KM, EQUIPADO COM CAÇAMBA BASCULANTE**

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

TERMO DE ERRATA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014

Com base no § 4º - art. 21 da Lei Federal 8666/93, o Edital de licitação acima epigrafoado, publicado neste mesmo diário e no site xxxxxx.sc.gov.br, fica alterada a descrição do objeto descrito no anexo VI, passando a constar: AQUISIÇÃO DE UM CAMINHÃO NOVO 4X2, 0 (ZERO) KM, ANO/MODELO:2014/2014, NA COR BRANCA, CABINE EM AÇO, EQUIPADO COM MOTOR QUATRO CILINDROS, COM CILINDRADA TOTAL DE NO MINIMO DE 4.400 CM3, COM GERENCIAMENTO ELETRÔNICO, MOVIDO A OLEO DIESEL, POTÊNCIA MINIMA DE 185 CV, TURBINADO E INTERCOOLER, DISTANCIA ENTRE EIXOS CONDIZENTE COM O IMPLEMENTO A SER ADAPTADO (CARROCERIA BASCULANTE), COM PBT DE NO MÍNIMO 13.000 T, COM EIXO TRASEIRO REDUZIDO, CÂMBIO DE 6 MARCHAS A FRENTE E UMA A RÉ, AR QUENTE, DIREÇÃO HIDRAULICA, TANQUE DE NO MINIMO 210 LITROS EM PLASTICO, COM PNEUS RADIAIS DE NO MÍNIMO 275/70R22,5, VIDROS COM ACIONAMENTO ELÉTRICOS, RÁDIO AM/FM COM ENTRADA USB, VEÍCULO EQUIPADO COM SISTEMA DE CONTROLE DE POLUENTES ARLA 32, EQUIPADO COM CARROCERIA BASCULANTE SOBRE CHASSI, NAS DIMENSÕES DE 5000 MM X 2300 MM X 525 MM = 6/8M³, CHASSI TODO ESTRUTURAL EM LN 36, EM VIGA U, 05 COSTELAS DE 140 MM DISPOSTAS NA CAIXA DE CARGA COM 05 CARTOLAS DE REFORÇO AO FUNDO, CORRIMÃO DOBRADO EM 3/16, CAIXA DE CARGA COM FUNDO E LATERAIS EM CHAPA REFORÇADA DE 6.35 MM DE ESPESSURA, TAMPA TRASEIRA DE ABERTURA BASCULANTE E LATERAL (PORTÃO), EM CHAPA DE 6.35 MM DE ESPESSURA, CAIXA DE CARGA SOLDADA INTEIRA NAS LATERAIS ATÉ O CONTORNO DO FUNDO, CHAPÉU PROTETOR DE CABINE, SISTEMA DE BASCULAMENTO POR 02 CILINDROS DE AÇÃO DIRETA, ÂNGULO DE BASCULAMENTO MÍNIMO DE 46 GRAUS, GRAMPOS DE FIXAÇÃO DA CAIXA DE CARGA, GANCHOS DE ABERTURA DA TAMPA COM MOLA, TOMADA DE FORÇA PARA VEÍCULO TIPO ACOPLADA, PÁRA-CHOQUE MÓVEL COM REGULAGEM DE ALTURA (HOMOLOGADO), SUPORTE DE ESTEPE FRONTAL COM CABO DE ELEVAÇÃO, JATEAMENTO A BASE DE GRANALHA DE AÇO, FUNDO EM EPÓXI E ACABAMENTO EM TINTA PU NA COR SOLICITADA, CAIXA DE FERRAMENTAS, BARRICA D'ÁGUA, ESCADA LATERAL, FOMINHA DE MADEIRA PARA AUMENTO VOLUMÉTRICO DE CARGA, PARA LAMAS DE FERRO COM LAMEIRAS, GANCHOS PARA AMARRAÇÃO, PROTETOR DE CICLISTA, FAIXAS REFLETIVAS CONFORME LEGISLAÇÃO. GARANTIA DO CAMINHÃO E DA CARROCERIA BASCULANTE DE NO MÍNIMO 1 ANO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL, SEM LIMITE DE QUILOMETRAGEM.VALOR MÁXIMO DE R\$ 195.000,00 (CENTO E NOVENTA E CINCO MIL REAIS).

FICA ALTERADA TAMBÉM, A DATA DA ABERTURA DO PRESENTE PREGÃO, COM NOVA CONTAGEM DE PRAZO, OU SEJA: DIA 19/12/2014, ÀS 09H:30m.

Ficam mantidas as demais condições do edital e seus anexos integrantes.

Arroio Trinta - SC, 03 de dezembro de 2014.

ALCIDIR FELCHILCHER

Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 - VIGA PAVIMENTAÇÕES E OBRAS LTDA

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 CONTRATO Nº0047/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0020/2014, TOMADA DE PREÇOS Nº0003/2014, CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), ADEQUAÇÃO AO SISTEMA DE DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO HORIZONTAL EM VÁRIAS RUAS DA CIDADE - RECURSOS DO FUNDAM.

Pelo presente Termo Aditivo, O MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º. 82.826.462/000-27, com se de a Rua XV de novembro, 26, em Arroio Trinta - SC, doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. ALCIDIR FELCHILCHER, portador do CPF sob nº 518.040.009-06 e Carteira de Identidade nº 1.518.8051, residente e domiciliado na Rua XV de Novembro, sn Centro, Município de Arroio Trinta - Santa Catarina e empresa VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º. 09.223.659/0001-81, com sede na Avenida XV de Novembro, 468, 1º andar, Centro, no Município de Joaçaba - SC, doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Sr. FELIPE RAMOS D'AGOSTINI, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, portador do CPF sob nº 008.482.959-19 e identidade sob nº 3.538.752, residente e domiciliado na Rua Getúlio Vargas 1.800, apto 301, Centro, no Município de Joaçaba - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam, o presente Termo Aditivo de acordo com o Art. 57, inciso II, § 1º e o Art. 65, Inciso II, alínea "d" Lei 8.666/93 para nele promover as seguintes alterações:

CLÁUSULA ADITIVA PRIMEIRA - CLÁUSULA 2ª- II - PREÇO E PAGAMENTO

Fica aditivado o valor de R\$24.305,30(VINTE E QUATRO MIL TREZENTOS E CINCO REAIS E TRINTA CENTAVOS),M passando de R\$945.598,76(NOVECIENTOS E QUARENTA E CINCO MIL QUINHENTOS E NOVENTA E OITO REAIS E SETENTA E SEIS CENTAVOS), para R\$969.904,06) NOVECIENTOS SESSENTA E NOVE REAIS NOVECIENTOS E QUATRO REAIS E SEIS CENTAVOS), conforme memorial descritivo e solicitação apresentado pela da empresa, sendo os valores unitários referente ao material e referente a mão de obra, de cada Rua, conforme especificado na proposta apresentada, que independentemente de transcrição, é parte integrante do presente contrato.

CLÁUSULA ADITIVA SEGUNDA - CLÁUSULA 5ª: DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução e entrega da obra será em até 180(cento e oitenta) dias consecutivos, contados da expedição da ordem de serviço pelo órgão competente da Administração Pública Municipal.

§1º - A não entrega da obra dentro do prazo do item anterior, ensejará a revogação do contrato e a aplicação das sanções legais previstas.

§2º - A referida Ordem de Serviço deverá ser emitida em até 15(quinze) dias úteis após assinatura do contrato, sob pena de rescisão contratual.

CLÁUSULA ADITIVA TERCEIRA- As demais cláusulas do Contrato

original permanecem inalteradas.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam o presente TERMO ADITIVO em 03 (três) vias de igual Teor e forma, na presença de duas testemunhas.

ARROIO TRINTA - SC, 13 de novembro de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO TRINTA

CNPJ. 82.826.462/0001-27

ALCIDIR FELCHILCHER

PREFEITO MUNICIPAL

VIGA - PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA

CNPJ: 09.223.659/0001-81

FELIPE RAMOS D'AGOSTINI

Sócio Gerente

Contratado

TESTEMUNHAS:

MICHEL JUNIOR SERIGHELLI

RONIVAN BRANDALISE

CPF - 000.077.349-21

CPF: 027.783.989-02

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 - POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA - SAÚDE

TERMO ADITIVO Nº 0001/2014 AO CONTRATO Nº 0003/2014, FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA VEÍCULOS, QUE FAZEM ENTRE SI O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC E A EMPRESA ANSILIERO & NAVA LTDA. PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0037/2013 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2013.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA - SC, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 10.479.381/0001-97, com sede à Rua XV de Novembro, 26 em Arroio Trinta - SC, doravante considerada CONTRATANTE, neste ato representado pelo Secretário da Saúde, o Senhor TARCÍSIO LIDANI, brasileiro, casado, portador do CPF n.º613.139.809-78 e CI nº 2.111.407, residente e domiciliada na Rua Albano Gemelli nº 98, em Arroio Trinta - SC e a empresa POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 81.777.492/0001-28, com inscrição estadual nº 252.141.555, com sede à Rua XV de novembro, 380, em Arroio Trinta - SC, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo senhor OLIVO NAVA, brasileiro, casado, comerciante, portador do CPF nº 220.627.009-97, e RG 10/R-786.199/SSI-SC, residente e domiciliado à Rua Presidente Castelo Branco, 191, em Arroio Trinta - SC, e perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente Termo Aditivo, cuja celebração foi autorizada no Processo Administrativo nº 0037/2013, PREGÃO PRESENCIAL 0004/2013, Doravante denominado o processo, e que se regerá pela Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93 combinada com a Lei nº 8.883/94, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLAUSULA ADITIVA PRIMEIRA - As partes, de comum acordo com a Lei nº 10.520/2002, Lei 8.666/93, cominada com a Lei nº 8.883/94, e contrato 0003/2014, aditam o presente contrato da Licitação PREGÃO PRESENCIAL n.º0004/2014, reajustando o valor do combustível, de acordo com a reajuste concedido pelo Governo Federal no dia 07 de novembro de 2014, sendo:

- Óleo diesel S.500 R\$2,61(dois reais e sessenta e um centavos)
- Óleo diesel S.10, R\$2,71(dois reais e setenta e um centavos)
- gasolina comum R\$3,17(três reais e dezessete centavos).

Parágrafo único - No caso de reajuste nos preços deverão ser repaidados os descontos dados na Proposta inicial.

CLAUSULA ADITIVA SEGUNDA - Ficam ratificados os demais termos, cláusulas e condições aqui não expressamente alteradas, formando com o presente, um todo, único e indivisível para todos os efeitos.

Arroio Trinta - SC, 12 de novembro de 2014.
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
CNPJ 82.826.462/0001-27
ALCIDIR FELCHILCHER
Contratante

POSTO ANSILIERO & NAVA LTDA
CNPJ 81.777.492/0001-28
OLIVO NAVA
Sócio Gerente

Testemunhas
MICHEL JUNIOR SERIGHELLI
CPF - 000.077.349-21

Nome: IRIO SERIGHELLI
CPF: 163.594.709-00

Balneário Rincão

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE RESCISÃO CTO 001/CMBR/2013

EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO
CONTRATO Nº. 001/CMBR/2013; LOCADOR: ALCINO BRATTI; OBJETO: Fica rescindido amigavelmente, a partir de 28/11/2014, o Contrato Nº. 001/CMBR/2013, em face dos motivos elencados na justificativa emitida pelo Proprietário do imóvel em anexo, conforme inciso XI do artigo 78 c/c artigo 79, II da Lei 8.666/93 que tem como objeto a locação de uma área de 300m², contendo uma sala térrea com 250m², dividido em 03 (três) ambientes e uma área de 50m², de mezanino, dividido em 02 (dois) ambientes, localizada na Avenida Leoberto Leal, Lote 16 da quadra 47, Centro no Município de Balneário Rincão, para Instalação da Câmara Municipal de Balneário Rincão; ASSINATURA: 28/11/2014; LOCATÁRIO: pela Câmara Municipal o Sr. Charles Oscar da Rosa - Presidente e LOCADOR: o Sr. Alcino Bratti.

Barra Velha

PREFEITURA

PP 008/2014 FMAS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 011/2014 - FMAS - Pregão Presencial
nº 008/2014-FMAS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por Item, contratação de empresas para execução de projetos desenvolvido pelo CREAS "UMA LUTA PELA VIDA" e "A CAMINHO DA DANÇA" conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/12/2014 às 08:30 horas. Data da Sessão Pública: 16/12/2014 às 08:45 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 02 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

PP 026/2014 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Processo Administrativo nº 033/2014 - FMS - Pregão Presencial nº 026/2014-FMS

A PREFEITURA DE BARRA VELHA, através da Secretaria de Administração, nos termos da Lei Federal nº 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93, de 21/06/1993, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação na Modalidade Pregão Presencial, Tipo Menor Preço por lote, para serviço gráfico para as Unidades de Saúde e Secretaria de Saúde do município, conforme especificações constantes do Anexo I - Termo de Referência. Recebimento dos Envelopes até: 16/12/2014 às 10:00 horas. Data da Sessão Pública: 16/12/2014 às 10:15 horas, na Secretaria da Administração, situada na Av. Governador Celso Ramos, nº 200, Centro, Barra Velha/SC. Coordenação do Processo: Rubia Fernanda Alves. O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados na Secretaria de Administração da Prefeitura de Barra Velha, no endereço acima citado, horário: das 8:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas, ou no site www.barravelha.sc.gov.br.

Barra Velha, 02 de dezembro de 2014.
CLAUDEMIR MATIAS FRANCISCO
Prefeito

Biguaçu

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO CONTRATOS/11

PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDACAO MUNICIPAL DO
MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI EXTRATO CONTRATUAL-FAMABI

Aditivo Nº : 679-5/2010 - Contrato Nº: 679/2010

Contratante..: FUNDACAO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE BIGUAÇU-FAMABI

Contratada...: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA

Valor : 10.000,00 (dez mil reais)

Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 17/11/2015

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 26/2010

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIACÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Biguaçu, 1 de Dezembro de 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU EXTRATO CONTRATUAL-SAÚDE

Aditivo Nº : 680-4/2010 - Contrato Nº: 680/2010

Contratante..: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BIGUAÇU

Contratada...: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA

Valor : 25.000,00 (vinte e cinco mil reais)

Vigência : Início: 21/11/2014 Término: 21/11/2015

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 39/2010

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIACÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU EXTRATO CONTRATUAL-ADMINISTRAÇÃO

Contrato Nº..: 345/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: BRUTHAN COMERCIAL LTDA

Valor : 77.901,18 (setenta e sete mil novecentos e um reais e dezoito centavos)

Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO DE 2014.

Contrato Nº..: 341/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: PRIMA VEICULOS LTDA

Valor : 99.800,00 (noventa e nove mil e oitocentos reais)

Vigência : Início: 17/09/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 197/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO.

Contrato Nº..: 336/2014

Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ARTMIL COMERCIAL LTDA EPP

Valor : 3.900,00 (três mil e novecentos reais)

Vigência : Início: 05/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 206/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE CONES PARA SINALIZAÇÃO DO DESFILE CIVICO DA SEMANA DA PATRIA.

Contrato Nº.: 338/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CARLINHOS & JOACIR TERRAPLANAGEM LTDA
 Valor : 160.000,00 (cento e sessenta mil e reais)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 187/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE HORAS DE MOTONIVELADORA E RETROESCAVADEIRA PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

Aditivo Nº : 36-7/2012 - Contrato Nº: 36/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: BETHA SISTEMAS LTDA.
 Valor : 4.320,00 (quatro mil trezentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 09/09/2014 Término: 01/02/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 261/2011
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO DE SOFTWARES PARA A GESTÃO PÚBLICA, PARA

Aditivo Nº : 32-1/2014 - Contrato Nº: 32/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA LTDA
 Valor : 35.955,00 (trinta e cinco mil novecentos e cinquenta e cinco reais)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRETO)

Aditivo Nº : 374-7/2012 - Contrato Nº: 374/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MPB SANEAMENTO LTDA
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 11/03/2015
 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 29/2012
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE ENGENHARIA E DO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL (EIA) E RESPECTIVO RELATÓRIO

Aditivo Nº : 33-1/2014 - Contrato Nº: 33/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SULCATARINENSE- MIN. ART.CIM. BRIT. CON. LTDA
 Valor : 33.000,00 (trinta e três mil reais)
 Vigência : Início: 11/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 170/2013
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE RUAS E ESTRADAS VICINAIS E PAVIMENTAÇÃO (CONCRETO) REALIZADAS PELA SECRETARIA

Contrato Nº.: 333/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SINALBLU INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
 Valor : 50.000,00 (cinquenta mil reais)
 Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 189/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE CONJUNTO DE POSTES E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DE LOGRADOUROS, PARA AS

VIAS PÚBLICAS DO

Contrato Nº.: 335/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LIZ SERVICOS ONLINE LTDA
 Valor : 9.078,12 (nove mil e setenta e oito reais e doze centavos)
 Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 02/09/2015
 Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 198/2014
 Objeto : PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ON-LINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE B

Contrato Nº.: 337/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LÉA CIBELE PEREIRA DE SOUZA
 Valor : 31.200,00 (trinta e um mil e duzentos reais)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 08/09/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 193/2014
 Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, PARA ALOCARMOS AS ATIVIDADES DA CASA L

Aditivo Nº : 339-3/2013 - Contrato Nº: 339/2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor : 19.412,85 (dezenove mil quatrocentos e doze reais e oitenta e cinco centavos)
 Vigência : Início: 08/09/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : Convite p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 56/2013
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE

Contrato Nº.: 334/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: GISIANE MATILDE VIEIRA-ME
 Valor : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 02/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 169/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE DOIS COMPUTADORES , PARA AO SETOR DE TOPOGRAFIA DA PREFEITURA DE BIGUAÇU

Contrato Nº.: 339/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MAURICI RAMOS
 Valor : 10.267,80 (dez mil duzentos e sessenta e sete reais e oitenta centavos)
 Vigência : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 203/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL ESPECIALIZADO E HABILITADO, PARA ATUAR NA SECETUL COM INTUITO DE DESENVOLVER ATIVIDADE

Contrato Nº.: 340/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP
 Valor : 15.000,00 (quinze mil reais)
 Vigência : Início: 16/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 192/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU PESSOA FÍSICA ESPECIALIZADA NA EXECUÇÃO DE PEQUENOS REPAROS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA PARA MANUTENÇÃO EM GERAL, PARA SECRETARIA DE ADMINI

Contrato Nº.: 342/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 3.476,00 (três mil quatrocentos e setenta e seis reais)
 Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 196/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MAO DE OBRA PARA PINTURA DA CASA LAR MUNICIPAL.

Contrato Nº.: 343/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: COOPERATIVA DE COLETA SELETIVA E RECICLAGEM DO VAL
 Valor : 132.000,00 (cento e trinta e dois mil reais)
 Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 18/09/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 212/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVA OU OUTRA FORMA DE ASSOCIAÇÃO DE CATADORES PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLET

Aditivo Nº : 237-5/2012 - Contrato Nº: 237/2012
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CONSORCIO SQE LUZ
 Valor : 183.432,00 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 18/09/2014 Término: 18/11/2014
 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012
 2.085.3.3.90.00.00.00.00 (39)
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO

Contrato Nº.: 344/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SANTOMAQ SERVICOS PECAS E IMPLEMENTOS AGRICOLAS LT
 Valor : 6.700,00 (seis mil e setecentos reais)
 Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 202/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE UMA (01) ROÇADEIRA AGRÍCOLA, COM O OBJETIVO DE ATENDER AS NECESSIDADES DOS AGRICULTORES, PECUARISTAS E ROÇADAS EM GERAL NA

Contrato Nº.: 346/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: EDIGA COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.
 Valor : 119.111,10 (cento e dezenove mil cento e onze reais e dez centavos)
 Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO

Contrato Nº.: 347/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: GIZELE REGINA DA SILVA
 Valor : 28.388,28 (vinte e oito mil trezentos e oitenta e oito reais e oito centavos)
 Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO

Contrato Nº.: 348/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: LUIZ FERNANDO SEBOLD - ME

Valor : 51.306,78 (cinquenta e um mil trezentos e seis reais e setenta e oito centavos)
 Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO D

Contrato Nº.: 349/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: TAF DISTRIBUIDORA LTDA
 Valor : 74.135,79 (setenta e quatro mil cento e trinta e cinco reais e setenta e nove centavos)
 Vigência : Início: 25/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 168/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE SETEMBRO A DEZEMBRO

Contrato Nº.: 350/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: DIGITAL TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA ME
 Valor : 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais)
 Vigência : Início: 29/09/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 205/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE INVENTÁRIO DOS BENS DO MUNICÍPIOS CONFORME EXIGÊNCIA LEGAL.

Contrato Nº.: 351/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: JULIO SILVESTRI FILHO ME
 Valor : 4.306,00 (quatro mil trezentos e seis reais)
 Vigência : Início: 01/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 186/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE OLÉOS LUBRIFICANTES, FILTROS E DEMAIS MATERIAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Aditivo Nº : 211-1/2014 - Contrato Nº: 211/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: NÓ DE BAMBU INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME
 Valor : 1.486,50 (um mil quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 93/2014
 Dotação: 2.018.3.3.90.00.00.00.00 (77)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA ESCOLAS

Aditivo Nº : 226-1/2014 - Contrato Nº: 226/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SUPRIMOVEIS LTDA ME
 Valor : 3.070,00 (três mil e setenta reais)
 Vigência : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 71/2014
 Dotação: 1.003.4.4.90.00.00.00.00 (29), 1.003.4.4.90.00.00.00.00 (30)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO DE PROCESSAMENTO

Contrato Nº.: 352/2014
 Contratante..: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP
 Valor : 20.650,00 (vinte mil seiscentos e cinquenta reais)
 Vigência : Início: 03/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 191/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE COMPUTADORES PARA O SETOR DE EXECUTIVO FISCAL, SECON E SECRETARIA DE OBRAS.

Contrato Nº.: 353/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ANTÔNIO FELÍCIO SCHMITZ

Valor : 24.000,00 (vinte e quatro mil reais)

Vigência : Início: 06/10/2014 Término: 06/10/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 200/2014

Objeto : LOCAÇÃO DE UM TERRENO NA RUA VIDAL MENDES S/N, NO BAIRRO BOA VISTA, PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA NA PROPRIEDADE CITADA QUE PERTENCE AO SR. ANTÔNIO

Contrato Nº.: 354/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP

Valor : 3.952,50 (três mil novecentos e cinquenta e dois reais e cinquenta centavos)

Vigência : Início: 07/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 218/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE BRASÃO METALICO DE BIGUAÇU PARA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

Aditivo Nº : 288-1/2014 - Contrato Nº: 288/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SISTEMA GP-WEB LTDA - ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 10/10/2014 Término: 10/02/2015

Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 84/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE GESTÃO DE PROJETOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 355/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: IESES - INSTITUTO DE ESTUDOS SUPER. DO EXTREMO SUL

Valor : 35.000,00 (trinta e cinco mil reais)

Vigência : Início: 15/10/2014 Término: 31/03/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 222/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES ADMITIDOS EM CARÁTER

Contrato Nº.: 356/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ZOOM TECNOLOGIA LTDA EPP

Valor : 6.690,00 (seis mil seiscentos e noventa reais)

Vigência : Início: 15/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 208/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE SWITCH ROUTER GERENCIÁVEL, LAYER 4 PARA A GESTÃO DA REDE INTERNA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 357/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor : 211.613,59 (duzentos e onze mil seiscentos e treze reais e cinquenta e nove centavos)

Vigência : Início: 15/10/2014 Término: 30/12/2014

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 195/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTORNO DA CRECHE JARDI

Aditivo Nº : 600-5/2010 - Contrato Nº: 600-4/2010

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: NILTON MARIOT FILHO

Valor : 100,00 (cem reais)

Vigência : Início: 17/10/2014 Término: 17/10/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 305/2010

Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, LOCALIZADO NA RUA SETE DE SETE

Contrato Nº.: 358/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SETUF-SINDICATO DAS EMP.DE TRANSP.URB.

Valor : 12.000,00 (doze mil reais)

Vigência : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 227/2014

Objeto : COMPRA DE CRÉDITO DE VALE TRANSPORTE NO VALOR DE(12.000,00) DOZE MIL ,PARA ATENDER AS FAMILIAS E INDIVIDUOS ATENDIDOS NO CENTRO DE REFERÊNCIA ES

Contrato Nº.: 359/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA EPP

Valor : 13.420,00 (treze mil quatrocentos e vinte reais)

Vigência : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 209/2014

Objeto : AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCÊNDIO PARA ATENDER OCORRÊNCIAS EFETUADAS PELO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 360/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: ALCEDIR ANTENOR DO ESPIRITO SANTO - ME

Valor : 5.200,00 (cinco mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 20/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 217/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A ORGANIZAÇÃO DA CORRIDA RÚSTICA , QUE IRÁ COMPOR A PROGRAMAÇÃO DO EVENTO OUTUBRO ROSA-BIGUAÇU

Aditivo Nº : 808-7/2007 - Contrato Nº: 808-6/2007

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: RAFAELA PAULA FREITAS

Valor : 61.578,12 (sessenta e um mil quinhentos e setenta e oito reais e doze centavos)

Vigência : Início: 22/10/2014 Término: 22/10/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 267/2007

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL LOCALIZADO NA RUA CÔNEGO RODOLFO MACHADO, Nº 1737

Contrato Nº.: 361/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: MENDES COMERCIO E DECORACOES LTDA EPP

Valor : 33.000,00 (trinta e três mil reais)

Vigência : Início: 24/10/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 216/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE DIVISÓRIAS PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO SEREM INSTALADAS NO PRÓ CIDADÃO E GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO.

Contrato Nº.: 362/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: DUCA MÓVEIS LTDA. EPP

Valor : 6.913,00 (seis mil novecentos e treze reais)

Vigência : Início: 28/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 204/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE CADEIRAS PARA A GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DE TRIBUTOS.

Aditivo Nº : 11-3/2014 - Contrato Nº: 11/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CR ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Valor : 20.705,84 (vinte mil setecentos e cinco reais e oitenta e quatro centavos)
 Vigência : Início: 28/10/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 163/2013
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA E MATERIA

Contrato Nº.: 363/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: L. MOHR LTDA ME
 Valor : 1.637,09 (um mil seiscentos e trinta e sete reais e nove centavos)
 Vigência : Início: 30/10/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 207/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE LIVROS A FIM DE ATUALIZAR O ACERVO JURÍDICO DA PROCURADORIA GERAL.

Aditivo Nº : 224-3/2014 - Contrato Nº: 224/2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ADSERVI ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA
 Valor : 146.250,00 (cento e quarenta e seis mil duzentos e cinqüenta reais)
 Vigência : Início: 31/10/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 73/2013
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE LIMPEZA URBANA PARA LIMPEZA DE VIAS PÚ

Contrato Nº.: 364/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: PAEMI COMERCIAL E DISTR. LTDA EPP
 Valor : 169.502,40 (cento e sessenta e nove mil quinhentos e dois reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 03/11/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 220/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIR ALMOÇO DE SEGUNDA A SEXTA- FEIRA, POR 01 (UM) ANO , PARA APROXIMADAME

Contrato Nº.: 365/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CAGERE CASA ASSISTENCIAL EIRELI - EPP
 Valor : 5.320,00 (cinco mil trezentos e vinte reais)
 Vigência : Início: 03/11/2014 Término: 02/01/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 232/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO PARA REALIZAR O ACOLHIMENTO DE LONGA PERMANÊNCIA DE PESSOA PORTADORA DE NECESSIDADES ESPEC

Contrato Nº.: 366/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA
 Valor : 95.000,00 (noventa e cinco mil reais)
 Vigência : Início: 05/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 226/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO COM 15 OU 16 LUGARES PARA O TRANSPORTE ESCOLAR.

Contrato Nº.: 367/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU

Contratada...: JEFERSON DA SILVEIRA ME
 Valor : 948,00 (novecentos e quarenta e oito reais)
 Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 223/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO 02 (DOIS) ROTEADORES PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO.

Aditivo Nº : 600-6/2010 - Contrato Nº: 600-4/2010
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: NILTON MARIOT FILHO
 Valor : 14.970,24 (quatorze mil novecentos e setenta reais e vinte e quatro centavos)
 Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 17/10/2015
 Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 305/2010
 Objeto : LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL PARA A INSTALAÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIAL

Aditivo Nº : 378-4/2014 - Contrato Nº: 378/2013
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: NELSON WILIANS & ADVOGADOS ASSOCIADOS
 Valor : 0,00 (zero)
 Vigência : Início: 07/11/2014 Término: 11/01/2015
 Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 126/2013
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ATUALIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

Aditivo Nº : 94-1/2014 - Contrato Nº: 94/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CC ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA EPP
 Valor : 10.072,70 (dez mil e setenta e dois reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 13/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 174/2013
 Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (168)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇÃO DE DRENAGEM PLUVIAL, MANUTENÇA

Aditivo Nº : 315-1/2014 - Contrato Nº: 315/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ISAMED MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA. ME
 Valor : 850,40 (oitocentos e cinqüenta reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 171/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA USO DAS GUARNIÇÕES OPERACIONAIS DO CORPO DE BOMBEIROS

Aditivo Nº : 99-1/2014 - Contrato Nº: 99/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: SANEAMENTO PRE MOLDADOS INDUSTRIA E COM. LTDA
 Valor : 4.646,76 (quatro mil seiscentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 174/2013
 Dotação: 2.083.3.3.90.00.00.00.00 (168)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA RECUPERAÇ

Aditivo Nº : 203-1/2014 - Contrato Nº: 203/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP
 Valor : 25.055,77 (vinte e cinco mil e cinqüenta e cinco reais e setenta e sete centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.:

68/2014
 Dotação: 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (352)
 Objeto

Aditivo Nº : 281-1/2014 - Contrato Nº: 281/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: DATAVOX TELEINFORMATICA LTDA EPP
 Valor : 12.418,00 (doze mil quatrocentos e dezoito reais)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 103/2014
 Dotação: 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (28),
 1.003.3.3.90.00.00.00.00.00 (397)
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ES

Aditivo Nº : 2-1/2014 - Contrato Nº: 2/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ESTANCIA HIDROMINERAL SANTA RITA DE CASSIA LTDA
 Valor : 5.861,25 (cinco mil oitocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 162/2013
 Objeto : AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE BOMBONAS DE ÁGUA MINERAL, GARRAFAS DE ÁGUA MINERA

Aditivo Nº : 420-6/2012 - Contrato Nº: 420/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor : 2.596,46 (dois mil quinhentos e noventa e seis reais e quarenta e seis centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 30/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 134/2012
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS,

Aditivo Nº : 237-6/2012 - Contrato Nº: 237/2012
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: CONSORCIO SQE LUZ
 Valor : 183.432,00 (cento e oitenta e três mil quatrocentos e trinta e dois reais)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 17/01/2015
 Licitação : Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 1/2012
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DO MAT

Aditivo Nº : 677-5/2010 - Contrato Nº: 677/2010
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: 9MM PROPAGANDA E MARKETING LTDA
 Valor : 642.000,00 (seiscentos e quarenta e dois mil reais)
 Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 17/11/2015
 Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 186/2010
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AGÊNCIA PUBLICITÁRIA, COMPREENDENDO: ESTUDO, PLANEJAMENTO, CONCEPÇÃO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO INTERNA, INTERMEDIÇÃO, VEICULAÇÃO E A SUPERVISÃO DA EXECUÇÃO EXTERNA E A DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE AOS VEÍCULOS E DEMAIS MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Contrato Nº.: 368/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: ALDO AZEVEDO ALVES ME
 Valor : 3.230,00 (três mil duzentos e trinta reais)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 224/2014

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE PORTAS E JANELAS DE VIDRO , PARA ATENDER A CASA LAR.

Contrato Nº.: 369/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: RSI EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA ME
 Valor : 184.103,50 (cento e oitenta e quatro mil cento e três reais e cinquenta centavos)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 201/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA

Contrato Nº.: 370/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: INTELIO TECNOLOGIA LTDA - ME
 Valor : 7.080,00 (sete mil e oitenta reais)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 17/11/2015
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 229/2014
 Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SOFTWARE, SISTEMA E-DOC MEMORANDO ELETRÔNICO, PARA PROCURADORIA GERAL DE BIGUAÇU.

Contrato Nº.: 371/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: KEEP IT INFORMATICA LTDA - EPP
 Valor : 6.400,00 (seis mil e quatrocentos reais)
 Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : Tomada de Preço p/ Compras e Serviços Nº.: 177/2014
 Objeto : CONTRATATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DO FUNCIONÁRIO DO SETOR DE TI FAZENDÁRIO.

Contrato Nº.: 372/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP
 Valor : 34.800,40 (trinta e quatro mil e oitocentos reais e quarenta centavos)
 Vigência : Início: 18/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 225/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA CEIMS, ESCOLAS MUNICIPAIS E CONVENIADAS, PARA O PERÍODO DE OUTUBRO A DEZEMBRO

Aditivo Nº : 217-1/2014 - Contrato Nº: 217/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MALVO COMERCIO ATACADISTA LTDA - EPP
 Valor : 20.474,70 (vinte mil quatrocentos e setenta e quatro reais e setenta centavos)
 Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 77/2014
 Dotação: 2.017.3.3.90.00.00.00.00.00 (67),
 2.025.3.3.90.00.00.00.00.00 (102)
 Objeto : AQUISIÇÃO DE

Aditivo Nº : 271-1/2014 - Contrato Nº: 271/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: MMB TRANSPORTE LTDA
 Valor : 114.337,00 (cento e quatorze mil trezentos e trinta e sete reais)
 Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 80/2014
 Objeto : TERCEIRIZAÇÃO DO SERVIÇO DE TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER OS ALUNOS DAS COMUNIDADES GRACIOSA, FAZENDA, ARIAL,

Aditivo Nº : 80-1/2014 - Contrato Nº: 80/2014
 Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE BIGUAÇU
 Contratada...: JMC JUNKES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
 Valor : 4.000,00 (quatro mil reais)
 Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 31/12/2014
 Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2014
 Objeto : AQUISIÇÃO DE AREIA MÉDIA PARA MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS RURAIS E OBRAS DE INFRAESTRUTURA.

BIGUAÇU, 01 DE NOVEMBRO DE 2014
 JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
 PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO

REPUBLICAÇÃO PP 247/2014 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MUNICÍPIO DE BIGUAÇU
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
 REPUBLICAÇÃO DO PP 247/2014 PMB
 Devido à falta de empresas interessadas no PP 247/2014 PMB, que tem como objeto "AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO PARA A SECRETARIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL", fica republicada a mesma para a seguinte data:
 RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS DE PREÇOS: dia 16/12/2014, até 15:45 horas.
 ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS: dia 16/12/2014, às 16:00 horas.
 Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br
 Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 4 de dezembro de 2014.
 JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
 PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 219/2014

DECRETO Nº 219/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.
 SUBSTITUI OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (COMED), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, no uso das atribuições que lhe são conferidas no art. 98, inciso VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu e de conformidade com a Lei Municipal nº. 737, de 22 de setembro de 1992;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam substituídos os membros do Conselho Municipal de Educação - COMED/Biguaçu, para o mandato de 2013/2015, o qual passará a funcionar da seguinte forma:

REPRESENTANTES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Titular: Kátia Bernadeth da Silva
 Suplente: Alexsandra João Batista

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS MUNICIPAIS (EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL)

Titular: Raquel Atanásio dos Santos
 Suplente: Andréa Garcia de Souza

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS ESTADUAIS

Titular: Maria Madalena da Cunha
 Suplente: Gilson Luiz Correa

REPRESENTANTES DO ENSINO SUPERIOR

Titular: Fabiano Castagna
 Suplente: Vivian Staroski

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL E DOS CLUBES DE SERVIÇOS

Titular: Carol Ramos
 Suplente: Hanae Takahama Schullenburg

REPRESENTANTES DAS ESCOLAS PARTICULARES DO ENSINO ESPECIAL E DO ENSINO LIVRE

Titular: Ana Carolina Silva e Silva
 Suplente: Gilmar Hilda Lisboa dos Reis

REPRESENTANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PAIS E PROFESSORES DA COMUNIDADE E DOS CONSELHOS MUNICIPAIS

Titular: Marceline Schmitt Gonçalves
 Suplente: Cristina Gorete dos Santos

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 087/2013, de 24 de junho de 2013.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2014.
 José Castelo Deschamps
 Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
 Escriturária

DECRETO Nº 220/2014

DECRETO Nº 220/2014 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
 Altera dotação bloqueada para limitação de empenho e movimentação financeira estabelecida pelo Decreto nº 190/2014.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 15 da Lei Municipal nº 3417/13 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa na dotação abaixo indicada, em substituição ao bloqueio da dotação também abaixo indicada e estabelecida pelo Decreto Municipal nº 190/2014:

1. UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.00.000000 - Recursos Ordinários - R\$ 35.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	BLOQUEIO	
1501.20.606.0007.2071	Assistência aos pequenos Produtores Rurais	35.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicações Diretas	35.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
	DESBLOQUEIO	
0801.15.451.0009.1044	Pavimentação de Ruas	35.000,00
4.4.90.00	Investimentos	35.000,00

Art. 4º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Biguaçu, 03 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 218/2014

DECRETO Nº 218/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 8º da Lei Municipal nº 3457/2013 □ Lei Orçamentária para 2014.

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 28.360,00 (Vinte e oito mil trezentos e sessenta reais) por conta da Reserva de Contingência na seguinte dotação orçamentária:

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.367.0003.2029	Apoio a APAE	28.360,00
3.3.50.00/0.1.00.000000	Transferências a Instituições. s/ Fins Lucrativos	28.360,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 02 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 210/2014

DECRETO Nº 210/2014 DE: 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 32 da Lei Municipal nº 3417/2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 83.588,62 (Oitenta e três mil quinhentos e oitenta e oito reais e sessenta e dois centavos) por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes de recursos: 0.1.38.000210, 0.138.000156 e 0.1.09.000000 e provável excesso na seguinte fonte de recurso: 0.1.33.000000. As dotações estão abaixo relacionadas:

02. GABINETE DO PREFEITO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0206.06.182.0006.2052	Funcionamento e Manutenção do Funrebom	15.000,00
3.3.90.00/0.1.33.000000	Outras Despesas Correntes	15.000,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
0701.12.361.0003.2022	Manutenção do Transporte Escolar – Fundamental	7.000,00
3.3.90.00/0.1.09.000000	Outras Despesas Correntes	7.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	41.580,00
4.4.90.00/0.1.38.000156	Investimentos	41.580,00

CÓDIGO	AÇÃO/GRUPO DE DESPESA	VALOR
1101.08.244.0006.2062	Proteção Social Básica	20.008,62
3.3.90.00/0.1.38.000210	Outras Despesas Correntes	20.008,62

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps

Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons

Escriturária

DECRETO Nº 209/2014

DECRETO Nº 209/2014 DE: 25 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

03. SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0301.04.122.0002.2011	Manutenção Secretaria Administração	7.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	7.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	7.000,00
0301.04.126.0002.1003	Revitalização da Estrutura Informática	500,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	500,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	500,00

04. SECRETARIA DA FAZENDA

0301.04.122.0002.2011	Manutenção Secretaria da Fazenda	9.630,54
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	5.630,54
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	9.630,54

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.363.0003.2023	Manut. Centro Educação Profissional	4.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00
0701.12.306.0003.2025	Oferta Merenda Escolar–Ensino Infantil	5.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	5.000,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2056	Proteção Especial Média Complexidade	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.37.000141	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.37.000141	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial Alta Complexidade	6.500,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.500,00
1101.08.244.0006.2060	Mant. Secret. Assistência Social Habitação	6.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	6.000,00
1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	10.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.3.37.000198	Outras Despesas Correntes	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.3.37.000198	Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00
1101.08.244.0006.2065	Manutenção do Bolsa Família	4.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.37.000066	Outras Despesas Correntes	4.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.37.000066	Pessoal e Encargos Sociais	4.000,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2033	Manutenção Fundo Municipal de Saúde	20.000,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	20.000,00
1801.10.301.0004.2034	Ações de Atenção Básica	10.000,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	10.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	10.000,00
1801.10.305.0004.2046	Ações Vig. Epidemiológica Ambiental Saúde	45.000,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	45.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	45.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 25 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg. e publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

DECRETO Nº 217/2014

DECRETO Nº 217/2014 DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Faz remanejamento de dotações dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal.

José Castelo Deschamps, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o parágrafo 3º do artigo 7º, da Lei Municipal nº 3417/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias e o artigo 13, da Lei Municipal nº 3457/2013 - Lei Orçamentária para 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, as dotações abaixo identificadas e constantes da Lei Orçamentária para 2014, Lei Municipal nº 3457/2013:

02. GABINETE DO PREFEITO

0204.04.131.0001.2006	Manutenção da Gerência Comunicação	2.500,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	2.500,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	2.500,00

07. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

0701.12.361.0003.2018	Manutenção do Ensino Fundamental.	42.405,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.01.000000	Pessoal e Encargos Sociais	20.000,00
4.4.90.00/0.1.01.000000	Investimentos	22.405,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.01.000000	Outras Despesas Correntes	42.405,00

0701.12.306.0003.2025	Oferta da Merenda Escolar – Ensino Infantil	6.700,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.700,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	1.000,00
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	5.700,00

11. SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

1101.08.243.0006.2055	Serviços de Convivência Fortalecimento Vínculo	4.900,00
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.900,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	4.900,00

1101.08.243.0006.2057	Proteção Especial de Alta Complexidade	18.120,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	18.120,00
	SUPLEMENTA:	
3.1.91.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	6.120,00
3.1.90.00/0.1.00.000000	Pessoal e Encargos Sociais	12.000,00

1101.08.244.0006.2061	Gestão da Política de Assistência Social	160,00
	ANULA:	
3.3.90.00/0.1.00.000000	Outras Despesas Correntes	160,00
	SUPLEMENTA:	
4.4.90.00/0.1.00.000000	Investimentos	160,00

18. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

1801.10.301.0004.2039	Núcleos de Apoio à Saúde da Família	76.905,34
	ANULA:	
3.1.90.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	76.905,34
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	76.905,34

1801.10.301.0004.2040	Centro de Especialidades Odontológicas	8.000,00
	ANULA:	
3.1.91.00/0.1.02.000000	Pessoal e Encargos Sociais	8.000,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	8.000,00

1801.10.302.0004.2044	Manutenção da UPA	1.628,00
	ANULA:	
4.4.90.00/0.1.02.000000	Investimentos	1.628,00
	SUPLEMENTA:	
3.3.90.00/0.1.02.000000	Outras Despesas Correntes	1.628,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Biguaçu, 28 de novembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Reg.publ.n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3525/2014

LEI Nº 3525/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

Dispõe sobre a proibição de se depositar resíduos sólidos (lixo) e entulhos às margens de vias e logradouros públicos, bem como em terrenos baldios, áreas verdes e institucionais.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica proibido a qualquer cidadão, empresa e/ou órgão público, depositar resíduos sólidos (lixo) e entulhos em vias e logradouros públicos, bem como em terrenos baldios, áreas verdes e institucionais.

Parágrafo Primeiro - As áreas citadas no artigo anterior no que concerne as vias e logradouros correspondem as suas margens.

Parágrafo Segundo - Os infratores serão responsabilizados pelo destino final dos resíduos e entulhos, como também pela limpeza do local afetado.

Art. 2º - Fica o Executivo Municipal autorizado a estabelecer, por Decreto, uma multa não inferior a 01 (um) salário mínimo aos infratores da presente lei.

Art. 3º - Fica o Executivo Municipal autorizado a criar mecanismos de fiscalização, visando o efetivo cumprimento da lei.

Parágrafo Único - A fiscalização terá sempre um caráter educativo, buscando assim conscientizar a população, empresas e órgãos públicos, da necessidade de se preservar o meio ambiente. Contudo, em se confirmando a intencionalidade, o abuso e/ou a reincidência do ato, este será punido com a multa a ser definida pelo Poder Executivo, conforme o artigo 2º desta lei.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições ao contrário.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3525/2014, de 01/12/2014
Promulgada em 01/12/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3524/2014

LEI Nº 3524/2014 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014

DENOMINA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO DE "MARIA FERMINA DA CUNHA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS, PREFEITO MUNICIPAL, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica denominado de "MARIA FERMINA DA CUNHA" a Unidade Básica de Saúde do Bairro Prado, localizada na Rua 13 de maio, Biguaçu - SC.

Art.2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 01 de dezembro de 2014.

José Castelo Deschamps
Prefeito Municipal

Lei nº 3524/2014, de 01/12/2014
Promulgada em 01/12/2014
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

DESPACHO - SESSÃO DE LICITAÇÃO DESIGNADA - CP 52/2014 - FMS

DESPACHO

SESSÃO PÚBLICA DE LICITAÇÃO - abertura dos envelopes de habilitação e qualificação técnica, oferta de serviços e propostas de valores

Chamada Pública nº. 52/2014

Objeto do Pregão: contratação de empresa especializada na realização de exames de diagnóstico por imagem e cardiológicos para atende a demanda da Secretaria Municipal de Saúde de Biguaçu.

Motivo do despacho: convocação para realização de sessão de licitação - 08/12/2014 - 14h00min.

A empresa CLÍNICA TOP IMAGE DIAGNÓSTICOS MÉDICOS EPP LTDA apresentou os envelopes de habilitação e qualificação técnica, oferta de serviços e propostas de valores.

Desta forma, em atenção ao disposto no aviso de licitação: "Para cada documentação percebida, será designada sessão pública de licitação, sendo esta previamente designada e publicado seu despacho no Diário Oficial dos Municípios", DESIGNO sessão pública de licitação para abertura dos envelopes apresentados em 08/12/2014, às 14:00, na Diretoria de Compras, Licitações e Contratos, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu.

Publica-se tal despacho no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Biguaçu, 03 de dezembro de 2014.
LEANDRO ADRIANO DE BARROS
Secretário Municipal de Saúde de Biguaçu

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 81/2014 - FMS

AVISO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 81/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AOS PROCESSOS JUDICIAIS DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto

5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 14h00min do dia 04/12/2014, às 13h59min do dia 17/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 14h00min do dia 17/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (17/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (17/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 04/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 03 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 83/2014 - FMS

AVISO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 83/2014 - FMS

O Senhor Secretário de Saúde, Leandro Adriano de Barros, por delegação e competência (Decreto nº. 85/2013, art. 1º, III e Portaria nº 2874/2010 de 25 de outubro de 2010), torna público que se acha aberta, nesta unidade, licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE objetivando a AQUISIÇÃO DE MATERIAL GRÁFICO (MOSQUITINHOS) PARA AS CAMPANHAS DE VACINAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU PARA O ANO DE 2015 cujas especificações detalhadas encontram-se no

Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/2002, o Decreto 5.450/2005, a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores, o Decreto Municipal nº 134/2005, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: das 16h00min do dia 04/12/2014, às 15h59min do dia 17/12/2014;

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 16h00min do dia 17/12/2014, no endereço Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Caso a sessão não venha a findar na data aprazada acima (17/12/2014), o feito ficará suspenso, dando continuidade através de novas sessões de licitação a serem realizadas na sala da Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

Apenas o licitante credenciado estará apto a participar das demais etapas licitatórias.

Caso a empresa licitante deseje indicar outro representante que não seja o credenciado para participar de sessões que se estendam além da data determinada acima (17/12/2014), tem-se que somente este (o próprio credenciado, com poderes específicos para firmar subestabelecimento estabelecido em sua procuração) poderá fazê-lo através do instrumento de subestabelecimento, com firma reconhecida, bem como apresentar cópia autenticada de seu documento de identificação, com foto.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico do Município de Biguaçu www.bigua.sc.gov.br, a partir do dia 04/12/2014.

Eventuais problemas de acesso no SITE da Prefeitura Municipal de Biguaçu deverão ser sanados com a Central de Processamento de Dados - CPD, da Prefeitura Municipal, através de contato a ser realizado no telefone: (48) 3279.8000.

As dúvidas pertinentes a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: comprasaudebigua@gmail.com

Biguaçu, SC, 03 de dezembro de 2014.
JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Blumenau**PREFEITURA****PORTARIA Nº 216/2014 - SETERB**

PORTARIA Nº 216/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Deives Spigosso	2004/2014	156/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 03 de novembro de 2014.

Blumenau, 23 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 217/2014 - SETERB

PORTARIA N.º 217/2014

REGULAMENTA A GRAVAÇÃO DE AUDIO E VIDEO POR SERVIDORES DESTA AUTARQUIA

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

Regulamentar as gravações de áudio e vídeo por servidores desta Autarquia:

As gravações de áudio e vídeo são admitidas desde que informada previamente aos participantes, antes do início da gravação.

As gravações de assuntos relacionados ao trabalho que tenham caráter sigiloso devem ser assim considerados pelos servidores participantes.

As reuniões ou conteúdos sigilosos devem ser assim tratadas pelos servidores participantes.

O descumprimento dessa regulamentação importará na aplicação do artigo 176, incisos VI e XIV c/c artigo 187 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 27 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 218/2014 - SETERB

PORTARIA N. 218/2014

REVOGA A PORTARIA N. 213, DE 21 DE OUTUBRO DE 2014, QUE DESIGNA SERVIDORES PARA COMPOR A COMISSÃO ESPECIAL DE EXONERAÇÃO.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, V, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

a Portaria n. 213, de 21 de outubro de 2014, que designou os servidores para compor a comissão especial de exoneração.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente

PORTARIA Nº 219/2014 - SETERB

PORTARIA N. 219/2014

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA CONSTITUIREM COMISSÃO ESPECIAL DE EXONERAÇÃO DESTA AUTARQUIA.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009, resolve:

Vem por meio desta designar os servidores abaixo indicados para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Especial de Exoneração em Estágio Probatório, desta Autarquia:

Daniele Cristine Schaefer Lindner, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo

Joaquim Campestrini,,ocupante do cargo em provimento efetivo de Administrador.

Matilde Ribeiro Ramos de Aguiar, ocupante do cargo em provimento efetivo de Guarda de Trânsito.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 27 de outubro de 2014.

Sergio Ricardo Chisté Santos

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 220/2014 - SETERB

PORTARIA N. 220/2014

DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009 e com suporte no artigo 292, § 1º da Lei Complementar 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo nominados para integrem Junta Médica Oficial Especial para realização de perícia médica para proceder exame de capacidade física e mental do servidor público municipal Amarildo Russi, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado no Departamento de Trânsito desta Autarquia, a ser realizada no dia 31 de outubro de 2014, às 15:30, na sala 12, do 1º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, no Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público - SESOSP:

Dr. Adilvo Andreazza, lotado na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP.

Dr. Rafael de Franceschi, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - G.A.S.F.

Dra. Marina Neves Fogaça, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médica, lotada na Secretaria Municipal de Saúde - CAPS.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 29 de outubro de 2014.

Sergio Ricardo Chisté Santos

Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 221/2014 - SETERB

PORTARIA N. 221/2014

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO DE EXONERAÇÃO EM ESTÁGIO PROBATÓRIO EM FACE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL RUDINEI JOÃO SCHETZ.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

DETERMINAR

A instauração de Processo de Exoneração em Estágio Probatório a ser conduzido pela Comissão de Exoneração - COMEX, designada pela portaria 219/2014 em face do servidor público municipal Rudinei João Schetz, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito, lotado na Diretoria de Trânsito, matrícula 709, nomeado em 15 de fevereiro de 2012 pela portaria 24/2012, Termo de Posse 013/2012 de 13 de março de 2012, por ter recebido conceito "insatisfatório" na avaliação especial de desempenho para o exercício do cargo, de conformidade com o artigo 16, inciso I, da Lei Complementar 740/2010, e de acordo com o Memorando 495/14 de 29 de outubro de 2014, emitido pela Comissão de Estágio Probatório, com documentos acostados.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 03 de novembro de 2014.

Sérgio Ricardo Chisté Santos

Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 222/2014 - SETERB

PORTARIA N. 222/2014

CONCEDE ABONO PERMANÊNCIA AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL EDSON FARIA.

SÉRGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER ABONO PERMANÊNCIA,

de acordo com o artigo 30-B da Lei Complementar nº 479, de 29 de setembro de 2004, ao servidor público Edson Faria, do cargo de provimento efetivo de Guarda de Trânsito desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 31 de outubro de 2014.

Blumenau (SC), 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 223/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 223/2014

CONCEDE RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA CONCEDIDO A SERVIDORES MUNICIPAIS

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER RETORNO DO AFASTAMENTO DO EXERCÍCIO DO CARGO DE CARREIRA

de acordo com o artigo 22, inciso I, da Lei Complementar nº 660, de 28 de Novembro de 2007, do servidor público municipal:

NOME	PROCESSO	DATA PROCESSO
Cristiane Vieira Comicholi	179/2014	28.10.2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 28 de outubro de 2014.

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 224/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 224/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Leonel Luiz da Cunha Junior	2004/2014	180/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 05 de novembro de 2014.

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 225/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 225 /2014

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
278	Denise Cecília da Silva Oechsler	Monitor de Área Azul	G	GF	03/11/2014

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 226/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 226/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Ditma Bohmann	2004/2014	181/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 07 de novembro de 2014.

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 227/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 227/2014

CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AOS SERVIDORES PÚBLICOS AUTARQUICOS MUNICIPAIS

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 5º, da Lei Complementar nº 703, de 29 de fevereiro de 2009 e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

aos servidores públicos municipais estáveis, integrantes dos respectivos Grupos Funcionais:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
198	Simone Herkenhoff	Agente Administrativo	C	GF	07/11/2014

Blumenau, 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 228/2014 - SETERB

PORTARIA N. 228/2014

CONCEDE EXONERAÇÃO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL JONES FRANCISCO ARAIS OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE FISCAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45 "caput" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, ao servidor público JONES FRANCISCO ARAIS do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 07 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 14 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 229/2014 - SETERB

PORTARIA N. 229/2014

CEDE SERVIDOR PÚBLICO AUTÁRQUICO MUNICIPAL PARA EXERCER FUNÇÕES JUNTO À SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BLUMENAU.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CEDER:

com ônus para o SETERB, mediante ressarcimento ao servidor público municipal abaixo qualificado, para exercer funções junto à Secretaria Municipal de Saúde de Blumenau para o exercício do cargo de Agente Administrativo.

Rosane Fritzke Sabel, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente Administrativo, lotado no Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, a contar de 17 de novembro de 2014, com o término em 16 de novembro de 2015.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 17 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 230/2014 - SETERB

PORTARIA N. 230/2014

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR ROSANE FRITZKE SABEL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau

- SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor Rosane Fritzke Sabel, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Protocolo, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 17 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 231/2014 - SETERB

PORTARIA N. 231/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA A SERVIDORA NELICE MARIA FORNARI

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Função Gratificada de Confiança a servidora Nelice Maria Fornari, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, cedida a esta autarquia pela Prefeitura Municipal de Blumenau, Gratificação de Função de Confiança de Assessor de Protocolo, correspondente a 30% (trinta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau (SC), 17 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 232/2014 - SETERB

PORTARIA N. 232/2014

CONCEDE FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA AO SERVIDOR MARCO ANTONIO LEAL

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições, que lhe confere o artigo 5º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Função Gratificada de Confiança ao servidor Marco Antonio Leal, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador de Vistoria de Transportes Especiais, correspondente a 70% (setenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data 01 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 17 de novembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 233/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 233/2014
CONCEDE PROMOÇÃO HORIZONTAL AO SERVIDORE PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve e, com base nos artigos 24, 25 e 26, da Lei Complementar nº 661, de 28 de novembro de 2007, resolve:

CONCEDER PROMOÇÃO HORIZONTAL

ao servidor público municipal estável, integrante do respectivo Grupo Funcional:

Mat. nº	Nome do servidor	Cargo	Novo Padrão de Vencimento	GO	A partir de
691	Luiz Fernando Fischer	Advogado	B	GE	19/11/2014

Blumenau, 19 de novembro de 2014.
Sergio Ricardo Chisté Santos
Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 234/2014 - SETERB

PORTARIA N. 234/2014
DESIGNA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS PARA INTEGRAREM JUNTA MÉDICA OFICIAL ESPECIAL.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º, da Lei Complementar n. 703, de 29 de fevereiro de 2009 e com suporte no artigo 292 da Lei Complementar 660, de 28 de novembro de 2007, resolve:

DESIGNAR

os servidores públicos municipais abaixo nominados para integrem Junta Médica Oficial Especial para realização de perícia médica para proceder exame de capacidade física e mental do servidor público municipal Amarildo Russi, cadastro nº 265, ocupante do cargo em provimento efetivo de Agente de Vigilância, lotado no Departamento de Trânsito desta Autarquia, a ser realizada no dia 05 de dezembro de 2014, às 08h:00, na sala 12, do 1º andar do prédio da Prefeitura Municipal de Blumenau, no Serviço de Saúde Ocupacional do Servidor Público - SESOSP:

Dra. Leciane Arend Machado, lotada na Secretaria Municipal de Administração - SESOSP;

Dr. Winnetou Michel Krambeck, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - ESF Gilson Piva II;

Dr. Tiago de Salles Graffunder, lotado na Secretaria Municipal de Saúde - SAS.

Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de sua assinatura.

Blumenau, 25 de novembro de 2014.
Sergio Ricardo Chisté Santos
Diretor Presidente - Seterb

PORTARIA Nº 235/2014 - SETERB

PORTARIA N. 235/2014
CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA AUTÁRQUICA MUNICIPAL DEBORA MARIA ANACLETO OCUPANTE DO CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, da Lei Complementar Municipal nº 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER EXONERAÇÃO,

de acordo com o artigo 45 "caput" da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, a servidora pública DEBORA MARIA ANACLETO do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais desta Autarquia.

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data 17 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 24 de novembro de 2014.
SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS
Diretor Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 236/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 236/2014
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL QUE INDICA.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO AUTARQUICO MUNICIPAL.

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida ao seguinte servidor público municipal:

Nome	Decênio	Nº Processo
Alain Antônio do Nascimento	2004/2014	167/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data 03 de dezembro de 2014.

Blumenau, 24 de novembro de 2014.
Sergio Ricardo Chiste Santos
Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 237/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 237/2014

CONCEDE CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR AUTARQUICO MUNICIPAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor-Presidente do SETERB - Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau, no exercício das atribuições que lhe confere o artigo 5º da Lei complementar 703 de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM PECÚNIA PARCIAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

De acordo com o artigo 146 e 151, §1º e §2º, da Lei Complementar nº 660, de 28 de novembro de 2007, concedida aos seguintes servidores públicos municipais:

Nome	Decênio	Nº Processo
Rita Nilceia Herat Krauzer Mendes	2003/2013	152/2014

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a data de 01 de dezembro de 2014.

Blumenau, 24 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor-Presidente-SETERB

PORTARIA Nº 238/2014 - SETERB

PORTARIA N. 238/2014

REVOGAR FUNÇÃO GRATIFICADA DE CONFIANÇA DO SERVIDOR MARCO ANTONIO LEAL.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 5.º, da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

REVOGAR

Função Gratificada de Confiança do servidor MARCO ANTONIO LEAL, ocupante do cargo de provimento efetivo de Fiscal de Serviços Públicos, Gratificação de Função de Confiança de Coordenador do Blufacil, correspondente a 60% (sessenta por cento) do valor do padrão "A" de vencimento da faixa I, jornada de 40h semanais da categoria "7", do quadro permanente de pessoal previsto na LC N. 880/2013.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 01 de novembro 2014.

Blumenau (SC), 25 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTÉ SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 240/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 240/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES QUE INDICA.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Com fundamento no art. 102 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, Gratificação de Condução correspondente a 10%(dez por cento) incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28/11/2007, ao servidor abaixo elencado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Guarda de Trânsito:

CADASTRO	NOME	A CONTAR DE
95	INGO RIEDL	11/11/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 11 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 25 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

PORTARIA Nº 241/2014 - SETERB

PORTARIA Nº 241/2014

CONCEDE GRATIFICAÇÃO DE CONDUÇÃO AOS SERVIDORES QUE INDICA.

Sergio Ricardo Chiste Santos, Diretor Presidente do Serviço Autônomo Municipal de Trânsito e Transportes de Blumenau - SETERB, no uso das atribuições que lhe confere o art. 5º da Lei Complementar Municipal n. 703, de 29 de janeiro de 2009, resolve:

CONCEDER

Com fundamento no art. 102 da Lei Complementar Municipal nº 660/2007, Gratificação de Condução correspondente a 10%(dez por cento) incidente sobre o padrão de vencimento "A", faixa de vencimento I, categoria 7, quarenta horas semanais, da Tabela de Ranqueamento das Classes de Cargos de Carreira do Poder Executivo, suas Autarquias e Fundações, que constitui o Anexo X da Lei Complementar nº 661, de 28/11/2007, ao servidor abaixo elencado, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Guarda de Trânsito:

CADASTRO	NOME	A CONTAR DE
481	MARCO AURELIO NOLLI	05/11/2014

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à data de 05 de novembro de 2014.

Blumenau (SC), 25 de novembro de 2014.

SERGIO RICARDO CHISTE SANTOS

Diretor Presidente - SETERB

TERMO HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO Nº 01-2202/2014 - SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo LICITAÇÃO Nº. 01-2202/2014 - Contratação de Empresa Especializada para desenvolver programa de Humanização no Serviço Público junto aos Servidores e Dirigentes do SAMAE

Contratada: Central de Pesquisas e Marketing Ltda. (CNPJ: 02.295.493/0001-60);

Item 01

Valor Total R\$ 45.164,31

TERMO HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06-2213/2014 - SAMAE**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**

Processo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 06-2213/2014 - Registro de Preços para Aquisição de Materiais Hidráulicos para Manutenção de Redes de Água, pelo período de 01 (um) ano - Samae.

Contratada: Tigre S/A Tubos e Conexões (CNPJ: 84.684.455/0001-63)

Item 01

Valor Total R\$ 31.470,00

Item 03

Valor Total R\$ 20.720,00

Item 07

Valor Total R\$ 141,00

Item 10

Valor Total R\$ 188,00

Item 19

Valor Total R\$ 2.160,00

Item 20

Valor Total R\$ 5.790,00

Contratada: Asperbrás Tubos e Conexões Ltda. (CNPJ: 02.271.201/0001-59)

Item 02

Valor Total R\$ 30.600,00

Contratada: C.E Macedo & Cia Ltda. (CNPJ: 07.965.552/0001-83)

Item 04

Valor Total R\$ 24.000,00

Item 05

Valor Total R\$ 36.000,00

Item 08

Valor Total R\$ 280,00

Item 09

Valor Total R\$ 400,00

Item 60

Valor Total R\$ 550,00

Item 61

Valor Total R\$ 115,00

Item 62

Valor Total R\$ 270,00

Item 63

Valor Total R\$ 225,00

Item 64

Valor Total R\$ 360,00

Item 65

Valor Total R\$ 775,00

Contratada: Sul Ar e Água Equipamentos Ltda. (CNPJ: 80.706.492/0001-74)

Item 06

Valor Total R\$ 88,50

Item 23

Valor Total R\$ 2.300,00

Item 32

Valor Total R\$ 9.450,00

Item 38

Valor Total R\$ 11.000,00

Item 50

Valor Total R\$ 2.065,00

Item 55

Valor Total R\$ 66,00

Contratada: Bermo Válvulas e Equipamentos Industriais Ltda. (CNPJ: 82.662.263/0001-20)

Item 11

Valor Total R\$ 5.750,00

Item 21

Valor Total R\$ 760,00

Item 22

Valor Total R\$ 525,00

Item 24

Valor Total R\$ 5.640,00

Item 25

Valor Total R\$ 1.300,00

Item 26

Valor Total R\$ 6.500,00

Item 41

Valor Total R\$ 2.300,00

Contratada: Startubo Comercial Eireli-Epp (CNPJ: 17.191.995/0001-17)

Item 12

Valor Total R\$ 3.400,00

Item 15

Valor Total R\$ 9.690,00

Item 16

Valor Total R\$ 7.240,00

Item 18

Valor Total R\$ 8.400,00

Item 27

Valor Total R\$ 1.685,00

Item 28

Valor Total R\$ 1.970,00

Item 33

Valor Total R\$ 1.600,00

Item 35

Valor Total R\$ 5.150,00

Item 36

Valor Total R\$ 6.880,00

Item 37

Valor Total R\$ 9.270,00

Item 39

Valor Total R\$ 4.040,00

Item 40

Valor Total R\$ 14.550,00

Contratada: Marka Fornecedora de Materiais Serviços Ltda. (CNPJ: 71.089.320/0001-08)

Item 13

Valor Total R\$ 5.300,00

Item 14

Valor Total R\$ 2.625,00

Item 17

Valor Total R\$ 16.900,00

Item 29

Valor Total R\$ 2.000,00

Item 34

Valor Total R\$ 1.930,00

Item 42

Valor Total R\$ 1.060,00

Item 43

Valor Total R\$ 3.700,00

Contratada: Italy Válvulas e Metais Ltda. (CNPJ: 01.149.960/0001-80)

Item 30

Valor Total R\$ 17.000,00

Item 31

Valor Total R\$ 27.000,00

Item 53

Valor Total R\$ 4.620,00

Item 54

Valor Total R\$ 3.880,00

Item 56

Valor Total R\$ 1.100,00

Item 57

Valor Total R\$ 3.080,00

Item 58

Valor Total R\$ 735,00

Item 59

Valor Total R\$ 700,00

Contratada: Bugatti Brasil Válvulas Ltda. (CNPJ:00.469.688/0001-53)

Item 44

Valor Total R\$ 1.659,00

Item 45

Valor Total R\$ 440,00

Item 46

Valor Total R\$ 3.200,00

Item 47

Valor Total R\$ 490,00

Item 48

Valor Total R\$ 960,00

Item 51

Valor Total R\$ 320,00

Item 52

Valor Total R\$ 460,00

TERMO DE REVOGAÇÃO PARCIAL

Por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para tal conduta, revogam-se os itens 49 e 66 da licitação acima epigrafada.

Atenciosamente,

Blumenau, 03 de Dezembro de 2014.

CIRO LUIZ WERNER

GERÊNCIA DE SUPRIMENTOS

Recebi em:

Carimbo e Assinatura:

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

DECRETO Nº 4622/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE

DECRETO Nº. 4622/2014 de 01 de Dezembro de 2014

Cancela o Processo Licitatório Nº. 02699/2014 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE, SC, no uso de suas atribuições que lhe confere a lei nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94;

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica cancelado o processo de Licitação Nº. 02699/2014 que tem por objeto Serviço de Recuperação de Ensiladeira JF C120.

Art. 2º. Pelo presente, fica intimado os participantes da licitação supramencionada, da decisão estabelecida neste Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 01/12/14.

AIRTON ANTONIO REINEHR

Prefeito Municipal

Bom Retiro

PREFEITURA

992.12.14 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANTONIO ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 992/14 de 03.12.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para tratamento de saúde nos dias 02, 03 e 04 de dezembro de 2014 ao funcionário Antonio da Rosa, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal - Padrão 1 - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

993.12.14 - P.LIC. MOT. P. FAM. NEIDE M. SILVEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 993/14 de 03.12.14

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em tratamento de saúde, no dia 02 de dezembro de 2014, a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
03 de dezembro de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR DE LINS
Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

Braço do Trombudo

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42 2013PMBT
ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 1/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Abacaxi, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, frutas limpas. (8633)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉROLA	0	3,6405	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,6408	2
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,0531	3
2	Abacate, tamanho médio, sem machucados, bom grau de amadurecimento. (12316)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MANTEIGA	0	4,6613	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,6620	2
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,1895	3
3	ALHO grão, sem machucados e brotamentos. Não devem estar murchos. (8161)	CB	NELSON KNAUL ME (6852)	ROXO	0	1,7323	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7326	2
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9286	3
4	BANANA COMUM, unidades de tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8148)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CATURRA	0	1,3725	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3727	2
			COOP. REGAGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5280	3
5	Banana Branca, Tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, cor uniforme e limpas. (8635)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRATA	0	2,1591	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 2/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
6	BATATA INGLESA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8153)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	MONALIZA	0	1,8997	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,9000	2		
7	BATATA DOCE ROXA, unidades grandes, integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8152)	KG	COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,1149	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	ROXA	0	2,7198	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,7202	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,0280	3		
8	BETERRABA, unidades de tamanho médio, sem rachaduras ou perfurações, casca lisa e limpa. (8159)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	2,0252	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,0255	2		
			COOP. REG.AGROP ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,2547	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	CHINES	0	1,8327	1		
9	Brócolies, unidades frescas e limpas, com cor característica. (9623)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8330	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 3/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braco do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0404	3		
10	CEBOLA, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações. (8157)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	NACIONAL	0	1,4227	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,4229	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5839	3		
11	Cenoura, Tamanho médio, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8636)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	MINEIRA	0	1,7825	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,7828	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,9845	3		
12	Couve flor, Unidades limpas e frescas, sem manchas, com característica (8721)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	2,1005	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1008	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3385	3		
13	Chuchu, unidades limpas e frescas, sem brotamento e não devem ser murchos. (8637)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	1,8495	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,8497	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,0590	3		
14	Feijão preto, embalagens limpas, de bom cozimento. (8638)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PRETO	0	4,2931	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 4/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,2938	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,7795	3		
15	Feijão vermelho. Embalagem limpa, de bom cozimento. (8639)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERMELHO	0	5,5819	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,5827	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,2143	3		
16	Laranja péra. Tamanho médio, frutas firmes, limpas e maduras, sem machucados. (8640)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	PÉRA	0	1,3641	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3		
17	Laranja lima. Tamanho médio, frutas firmes, maduras e limpas, sem machucados. (8641)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	LIMA	0	2,1591	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1594	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4037	3		
18	Maca gala. Tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucados. (8642)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	GALA / FUGI	0	4,1341	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1347	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 5/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6025	3		
19	Mamão formosa, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12317)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	FORMOSA	0	2,6445	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,6449	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,9441	3		
20	Mamão papaia, tamanho médio, frutas firmes, sem machucados, grau médio de amadurecimento, sem machucados. (12318)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HAVAI	0	3,4060	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,4065	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,7920	3		
21	Caqui Café tamanho médio, frutas firmes, limpas, sem machucados. (12319)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAFÉ / FUGI	0	4,1843	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1849	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,6584	3		
22	Maça Argentina, tamanho médio, cor vermelha, firmes limpas e maduras, sem machucado. (12320)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	ARGENTINA	0	5,8079	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,8087	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	6,4659	3		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 6/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
23	Manga, Unidades integras, frescas e limpas, sem machucados e grau de amadurecimento médio. (8643)	PC	NELSON KNAUL ME (6852)	TONID	0	2,9290	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,9295	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	3,2609	3		
24	Melância, unidades integras, frescas e limpas, bom grau de amadurecimento. (8644)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	HIBRIDA	0	1,1632	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1634	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2950	3		
25	Maracujá, Unidades frescas e limpas, cor característica, não podem ser murchas. (8645)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	AZEDO	0	8,7285	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	8,7298	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	9,7175	3		
26	PEPINO SALADA, unidades integras, frescas e limpas, sem rachaduras e perfurações. (8165)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	CAPIRA	0	2,1424	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,1427	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,3851	3		
27	Pimentão verde, tamanho médio, frescos e limpos, cor e formação uniforme, sendo firme sem lesões, perfurações e cortes. (12321)	KG	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	4,1090	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 7/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
28	Vagem. unidades frescas e limpas, característica, não podem ser murchas. (8646)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	4,1096	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,5746	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	PAULISTA	0	5,3727	1		
29	TOMATE, grau médio de amadurecimento, unidades íntegras, frescas e limpas, sem perfurações, (8155)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	5,3735	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	5,9814	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	LONGA VIDA	0	3,7073	1		
30	Salsa, maço de 200 gramas, fresca, não podem estar murchas. (9625)	MÇ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	3,7079	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	4,1274	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	2,2261	1		
31	Cebolinha, maço de 200 gramas, fresca, não podem ser murchas. (8648)	MÇ	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	2,2284	2		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	2,4783	3		
			NELSON KNAUL ME (6852)	TEMPERO VE	0	1,1465	1		
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,1467	2		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 8/21

Número do Registro de Preços: 42/2013			Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,2764	3
32	REPOLHO, apresentando tamanho médio, cor e com formação uniforme, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos, fresco e limpo. (8154)	UND	NELSON KNAUL ME (6852)	VERDE	0	1,3641	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AGROLANDIA	0	1,3643	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)		0	1,5186	3
33	Carne ave coxa com sobre coxa de Frango. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto, rótulo contendo a data de abate, peso, fabricante e validade. (8649)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Agroveneto	0	4,5064	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	4,5305	2
34	Carne bovina de 1ª, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1 Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12322)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,4046	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,4763	2
35	Carne Bovina coxão mole, frescas e congelada. Isenta de cartilagens, osso e com no máximo 5% de gordura. Embalagem plástica de 1Kg, sem acúmulo de líquido em seu interior, com identificação do produto tipo de carne, corte, peso, prazo de validade e selo de inspeção. Quando a carne for fracionada, o rótulo deverá ser reproduzido e fixadas nas embalagens de todas as peças. (12323)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Verdi	0	13,5359	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SCOZ	0	13,6083	2
36	Carne ave peito de frango com osso, congelado, sem acúmulo de líquido em seu interior, embalagem de 1 ou 2 kg, com identificação do produto e o peso. (8653)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Macedo	0	7,1250	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 9/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LAR	0	7,1631	2			
37	Queijo tipo mussarela, isento de bolor e mau aspecto de conservação. Embalagem contendo marca, data de fabricação. (12324)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Taio	0	17,2544	1			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	TAIO	0	17,3467	2			
38	Salsicha. Embalagem plástica, congelada, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8655)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Peccin	0	6,5012	1			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FRIMESA	0	6,5360	2			
39	Ovos de galinha. Grandes, inteiros, sem rachadura e limpos. (8656)	DZ	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	União	0	3,4476	1			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CENTENARIO	0	3,4660	2			
40	LEITE INTEGRAL LONGA VIDA, embalagem Tetra Pack de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8187)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	2,0604	1			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LACTOPLASA	0	2,0714	2			
41	Leite baixa lactose. Embalagem tetra park de 1 litro, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data de entrega. (8657)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,4312	1			
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIRACANJUB	0	3,4495	2			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°: 42/2013

Página: 10/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
42	Bebida Láctea com polpa de fruta. Sabores variados, embalagem de 1 litro, rótulo de identificação, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 1 mes a contar da data de entrega. (8658)	L	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Daninha	0	2,7006	1
43	Alpim, sem casca e congelado, pacote de 1Kg, validade 12 meses, contendo na embalagem informações nutricionais. (12325)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	BONACOLSI	0	2,7151	2
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vo lica	0	3,2588	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	3,2762	2
44	Mortadela sem gordura. Embalagem plástica, rótulo com ingredientes, com identificação do produto, fabricante, data da fabricação e validade. validade mínima de 3 meses a contar da data da entrega. (8659)	KG	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	aurora	0	5,5982	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	AURORA	0	5,6282	2
45	Crema de leite, tipo nata, pote de 300 gr, fresco. (8660)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,0782	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,0947	2
46	Requeijão cremoso, o produto deve apresentar consistência cremosa, textura uniforme, coloração embranquecida, odor suave e sabor característica. Deverá ser conservado sob refrigeração (máxima 10° C). Validade mínima de 2 meses. Embalagem primária em copo plástico próprio, resistente, atóxica, com peso líquido de 220g. (12326)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Tirol	0	3,3819	1
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PIÁ	0	3,4000	2
47	Arroz branco, tipo uma embalagem contendo 1 kg, com identificação do produto, marca dc fabricante, prazo de validade e peso líquido. (9626)	KG	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	2,4112	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 11/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
48	Achocolatado em pó. Lata de 400 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. (8661)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Chines	0	2,4580	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	4,8099	1
49	Amido de Milho. Caixa de 500 gr. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data da fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8706)	CX	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescau	0	4,8939	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	MAISCERTA	0	2,7969	1
50	Açúcar refinado. Pacote de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8704)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Maiscerta	0	2,8457	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DOCESUCAR	0	7,9987	1
51	Açúcar de baunilha de 40 gr. (8705)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caravelas	0	8,1385	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,4786	1
52	Arroz parbolizado, pct de 5 kg. com identificação do produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (8707)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nelilar	0	1,5044	2
			LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ALFINETE	0	8,7826	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Do Vale	0	8,9360	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 12/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014**Objeto da Compra:** Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
53	Água mineral sem gás, bombonas de 20 litros, com validade mínima de 2 meses e data de ênfase não superior a 30 dias. (9627)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SANTA RITA	0	6,7962	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	H leve	0	6,9150	2
54	Biscoito salgado, água e sal, tipo craker, sem gordura trans, pacotes com 800 gr, prazo de validade de no mínimo 12 meses, c/ data de fabricação não superior a 30 dias. (9628)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	5,4869	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	5,5827	2
55	Bolacha Maria, pacotes com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9629)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,7606	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,8787	2
56	Bolacha de leite, pacote com 800 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9631)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	6,6092	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	6,7246	2
57	Biscoito tipo cream cracker integral, salgada, integral, tipo água e sal. Sem gordura trans. Pacotes com 3 embalagens, embalagem de polipropileno, resistente, atóxica, lacreada, contendo 400 gramas. Validade mínima de 8 meses após a data de fabricação. (12332)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	4,2042	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Ninfa	0	4,2777	2
58	Cereal infantil, pct de 230 gr, sabores variados, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Prazo de validade de no mínimo 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9634)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	5,5136	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 13/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mucilon	0	5,6099	2
59	Café solúvel granulado, embalagem com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. Embalagem 200 g. (9635)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PELÉ	0	9,3170	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Nescafe	0	9,4798	2
60	Café torrado e moído, caixa com 500 gr, embalado a vácuo, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9636)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OURO	0	6,9477	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Melitta	0	7,0690	2
61	Caldo de galinha, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9637)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,3806	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4047	2
62	Caldo de bacon, caixa com 06 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9638)	CX	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	KNOR	0	1,4073	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Knorr	0	1,4319	2
63	Colorífico, ptd com 100 gr. (9639)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,1936	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2144	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 14/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
64	Canela em pó, peso líquido 30 gramas. Validade mínima no ato da entrega de 3 meses. (12327)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,9062	1			
65	Cereal matinal de milho sem açúcar, pacote contendo 200 gramas, contendo no pacote informações nutricionais e data de validade. (12328)	UND	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,9395	2			
66	Envinha lata de 200 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9641)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SUPERBOM	0	4,8901	1			
67	Extrato de tomate, concentrado. Lata de 840 gr. não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9642)	LT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Mudilon	0	4,9765	2			
68	Farinha de trigo especial. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9643)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DAJUDA	0	5,5047	1			
69	Farinha de mandioca. Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9644)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	D'ajuda	0	5,6008	2			
70	Farinha de milho. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9645)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	PANFACIL	0	10,2612	1			
71	Farinha de feijão. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9646)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	nordeste	0	10,4404	2			
72	Farinha de arroz. Embalagem de 5 kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalagem no máximo 30 dias. (9647)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GARCIA	0	3,5184	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 15/21

Número do Registro de Preços: 42/2013 Data do Registro: 04/12/2013 Válido até: 04/12/2014									
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	santa Rita	0	9,0175	2		
70	Fermento biológico instantâneo seco, embalado a vácuo, tipo soft instant ou similar. Pacote com 500 gramas, validade de no mínimo 45 dias e data de embarlamento não superior a 15 dias. (9645)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	FLEISCHMAN	0	10,6531	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	fleischmann	0	10,8392	2		
71	Feijão preto, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12329)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	4,3289	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Cravil	0	4,4046	2		
72	Feijão vermelho, pacote de 1 kg, tipo 1, novo de 1º qualidade, em embalagem plástica transparente. Sem presença de grãos mofados, carunchados, torrados e sem sujidades. (12330)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	6,2084	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	6,3168	2		
73	Fermento em pó químico, para bolo, lata de 250 gr, validade de no mínimo 12 meses e com data de embarlamento não superior a 30 dias. (9646)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	ROYAL	0	4,8901	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Royal	0	4,9755	2		
74	Fubá de milho pré-cozida. Embalagem de 500 gr, com identificação do produto, data de fabricação e validade. Validade mínima de três meses a contar da data de entrega. (9647)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SINHA	0	1,7636	1		
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Polentina	0	1,7944	2		
75	Folha de louro, pcd de 05 gr (9648)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,0243	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 16/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,0422	2
76	Lentilha, embalada em pacotes de 500 gramas. Validade mínima 6 meses e c/ data de embarlamento não superior a 30 dias. (9649)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	4,5071	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	jureia	0	4,5858	2
77	Leite de cabra em Pó Integral. . Lata de 400 gramas, com tampa que e fecha fácil. Validade mínima de 1 ano. (12331)	LT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CAPRILAT	0	19,2397	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Caprilat	0	19,5758	2
78	Milho lata de 200 gr, não amassadas, sem ferrugem, com identificação no produto, rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, data de fabricação e validade. Validade mínima de 12 meses, data de fabricação não superior a 30 dias. (9651)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	STELLA DOR	0	1,6122	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	goias Verde	0	1,6404	2
79	Margarina vegetal cremosa c/ sal, embalagem 500 gr, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9652)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,1110	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Delicia	0	2,1479	2
80	Maionese, Embalagem de plástico atóxica de 500 gr, lacrada, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9653)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	SOYA	0	2,4406	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Soya	0	2,4832	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 17/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014		Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.				
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.			
81	Massa seca tipo cabelo de anjo, pacote de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9654)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,9127	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Isabela	0	2,9636	2			
82	Massa espagete furadinho com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9655)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	OGLIARI	0	2,7434	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2			
83	Massa tipo parafuso com ovos. Embalagem de 500 gr. com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9656)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	2,7434	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Parati	0	2,7914	2			
84	Massa tipo gravatinha com ovos. Embalagem de 500 gr com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9657)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	GERMANI	0	3,4382	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Renata	0	3,4983	2			
85	Massa para pastel tamanho G. Embalagem de polietileno atóxico, pacote com 20 unidades, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 3 meses a contar da data de entrega. (9658)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	DA BOA	0	4,4803	1			
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Massita	0	4,5586	2			
86	Óleo de soja refinado, embalagem com 900 ml. não amassadas, com data de embarlamento não superior a 30 dias. Validade mínima 12 meses. (9659)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	COAMO	0	2,7167	1			

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 18/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
87	Orégano, pacote com 06 gr. (9660)	PCT	COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Coamo	0	2,7642	2
		PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NEILAR	0	1,2114	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,2325	2
88	Pólvila azedo, Embalagem de 1 Kg, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9661)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CALDAO	0	5,1039	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Sevenhant	0	5,1930	2
89	Pipoca em grão, Embalagem de 500 gr, com identificação, do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embalamento no máximo 30 dias. (9662)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	YOKI	0	2,2268	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Jureia	0	2,2657	2
90	Pimenta em pó, unidades de 40 gr. (9664)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	LANMASTER	0	1,8082	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Neilar	0	1,8398	2
91	Sardinha em óleo comestível, Embalagemde 125 gr, lata não amassada, sem ferrugem, com identificação do produto, data de fabricação, prazo de validade, valor nutricional, peso deve constar na embalagem de registro. (12333)	UND	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	NAUTIQUE	0	3,1888	1
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Pescador	0	3,2445	2
92	Sal refinado, pct de 1 kg, com identificação do produto rótulo com ingredientes, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. (9666)	PCT	LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394)	CRUZEIRO	0	1,4964	1

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 19/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Zizo	1,5226

2

93 Vinagre. Embalagem de 750 ml, garrafa plástica, com identificação do produto, valor nutricional, peso, fabricante, data de fabricação e validade mínima 12 meses e data de embarlamento no máximo 30 dias. (9668)

UND LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA (8394) HENNING

1,1045

1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 20/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Vinagre	0	1,1238	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 42/2013

Página: 21/21

Número do Registro de Preços: 42/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de Preços para aquisição de gêneros alimentícios para o ensino infantil, creche e fundamental da rede municipal de ensino de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2013
PROCESSO Nº 78/2013

- (6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
- (6852) - NELSON KNAUL ME
- (8394) - LANMASTER REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43 2013PMBT

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 1/3

Número do Registro de Preços: 43/2013

Data do Registro: 04/12/2013

Válido até: 04/12/2014

Objeto da Compra:

Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	Recarga de gás (GLP) para botijões de 13kg (8546)	UND	I. TRAPP & CIA LTDA (7649)	Liquigás	0	45.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 2/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014			
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA. (6152)	Dalsan	0	45.5000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 43/2013

Página: 3/3

Número do Registro de Preços: 43/2013		Data do Registro: 04/12/2013		Válido até: 04/12/2014	
Objeto da Compra: Registro de preços para aquisição de gás de cozinha para escolas e centros de educação infantil da rede municipal de ensino do município de Braço do Trombudo.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
				Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2013
PROCESSO Nº 79/2013

(6152) - COOP. REG.AGROP.ALTO VALE ITAJAI LTDA.
(7649) - I. TRAPP & CIA LTDA

Braço do Trombudo, 4 de Dezembro de 2013.

Brusque

PREFEITURA

PORTARIA Nº 147/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 147/2014

O Diretor Presidente, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o art. 111, § 1º da Lei Orgânica de Brusque c/c o Decreto nº 6.308/2010,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a progressão funcional horizontal para o servidor Elcio Schappo, ocupante do cargo de Agente de leitura e inspeção, enquadrado no quadro permanente de pessoal do SAMAE de Brusque, no padrão de vencimento 3GF-02C passando para o padrão de vencimento 3GF-02D por cumprir os requisitos legais, conforme disposto nos artigos 24 à 29 da LC 143/2009.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a contar de 01/09/2014.

Art. 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Brusque, 02 de novembro de 2014.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO 060/2014 SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 060/2014

MODALIDADE CONCORRENCIA

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 060/2014, na modalidade de Concorrência, para elaboração de projeto e execução de ETA e sistema de desidratação de lodo. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 29 de janeiro de 2015, às 08:30 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Rogério Ristow

Diretor Presidente

SAMAE - Brusque

PORTARIA Nº 148/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 148/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, juntamente com o Diretor Presidente do Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando a necessidade de brevidade na contratação de pessoal para assegurar a continuidade dos serviços essenciais da Autarquia prestados à população, e nos termos do artigo 37, IX, da Constituição federal de 1988; artigo 102, X, da Lei Orgânica do

Município de Brusque; artigo 5º, alínea "c", da Lei Municipal n. 1970/1994 e de acordo com as Leis Municipais ns. 2.174/1997, 2.270/1998, 3.314/2010, 3.671/2013 e Decreto n. 4.859/2002, sendo tais contratações por tempo determinado, para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, em razão da impossibilidade de nomeação de servidores efetivos, tendo em vista o número de cargos preenchidos e a necessidade de contratação temporária para substituição em caso de afastamentos temporários de servidores efetivos,

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 02/12/2014 a 01/12/2015, as contratações temporárias oriundas do Processo Seletivo Simplificado SAMAE 003/2014, conforme classificação:

Em 1º lugar, para o cargo de Agente de Obras: Osmar da Silva.

Em 2º lugar, para o cargo de Agente de Obras: Robson do Prado

Admitir pelo período de 03/12/2014 a 02/12/2015

Em 3º lugar, para o cargo de Agente de Obras: Celso Batista Gonçalves;

Em 1º lugar, para o cargo de Agente de Serviços Especiais:

Oswaldo dos Santos Moraes Junior;

Em 1º lugar, para o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água:

Pedro Hoffmann

Em 2º lugar, para o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água:

Alino Lepech

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 02 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente do SAMAE
---	---

PORTARIA Nº 149/2014 SAMAE

PORTARIA Nº 149/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE BRUSQUE, juntamente com o Diretor Presidente do Serviço autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas no art. 102, inc. X, da Lei Orgânica Municipal, nos moldes do art. 37, inc. IX, da Constituição Federal, da Lei n.º 2.174/97 com suas posteriores alterações e:

Considerando que no Concurso Público realizado no corrente ano não houve a contemplação do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;

Considerando que três servidores que ocupavam o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água tiveram seus contratos encerrados visto que celebrados por prazo determinado;

Considerando que em 28 de novembro de 2014 houve homologação do Processo Seletivo Simplificado - Edital n. 003/2014, contemplando, dentre outras, três vagas para o preenchimento do cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água;

Considerando que apenas dois candidatos comprovaram tempo de exercício no cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento

de Água, ou em cargo com atribuições que guardavam similaridade;

Considerando que o Sr. Cláudio Cesar Bertolini apesar de ter realizado a inscrição no certame, não conseguiu, por motivo de foro íntimo, apresentar a documentação em tempo hábil, apresentando-a posteriormente ao Setor de Recursos Humanos;

Considerando, ainda, que o Sr. Cláudio Cesar Bertolini possui 04 (quatro) anos de tempo de exercício no cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água e que se manifestou interessado em continuar prestando seus serviços à Autarquia;

Considerando, por fim, que o serviço prestado pelo profissional Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água é serviço essencial, sendo temerária a descontinuidade de tal serviço, sob pena de severo comprometimento da atividade fim desta Autarquia,

RESOLVE

Art. 1.º Admitir pelo período de 02/12/2014 a 01/12/2015, em regime de contratação temporária, para o cargo de Operador de Sistema Isolado de Tratamento de Água:

CLÁUDIO CESAR BERTOLINI

Art. 2.º Esta Portaria, entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir do dia 02/12/2014, revogadas as disposições em contrário.

Brusque/SC, 02 de dezembro de 2014.

PAULO ROBERTO ECCEL Prefeito Municipal	ROGÉRIO RISTOW Diretor Presidente do SAMAE
---	---

PORTARIA Nº 1885/2014, DE 28 DE AGOSTO DE 2014

PORTARIA Nº 1885/2014, de 28 de agosto de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final nos autos referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 718/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 17/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando os parzos para ampla defesa e contraditório;
Considerando o acumulo de serviço por parte da presidente com demais Comissões;
Considerando o pedido de reconsideração/recurso;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor da servidora: ARIANA LARISSA LEHNERT, ocupante do cargo de técnica em enfermagem, nomeada através da portaria n º 6999/2010, de 20 de abril de 2010, vinculado ao regime jurídico estatutário, para apurar os fatos encaminhado através de Denúncia/ memorando n º 01/2014, pela Secretária de Saúde e Vigilância Epidemiologica (datado de 14/01/2014), bem como Formulários de Aviso e Recomendações datadas de 24/05/2012, 03/10/2012, 15/01/2014, além de despacho do Departamento de Recursos Humanos datado de 14/03/2014, onde em tese, a servidora não zela pela economia do material e a conservação do patrimônio público, bem como não exerce com zelo e dedicação as suas atribuições, além de ser

inassidua. A conduta da servidora é contrária do que preconiza o art. 174, inciso I, II e IX do Estatuto do Servidor, Lei Complementar 147/09 que dispõe dos deveres dos servidores.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 28 de agosto de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2435/2014, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 2435/2014, de 12 de novembro de 2014.

"Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 12/2014 - referente ao Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2014 e dá outras providências."

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, os prazos para ampla defesa e o contraditório;
Considerando, o acumulo de trabalho por parte de membros da Comissão Processante;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor ERICKSON DA SILVA FLORES, ocupante do cargo de motorista socorrista do SAMU, portador do CPF nº 942.332.091-00, RG nº 6.213.972, para apurar os fatos constante da denúncia/ Despacho datado de 26 de novembro de 2013, encaminhado pelo Departamento de Recursos Humanos, onde em tese acumula cargos públicos em dois municípios (Prefeitura Municipal de Brusque e na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú), com fundamentos nos moldes dos arts. 175, inciso XX da Lei Complementar 147/2009 e art. 37 XVI, letra "c" da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 12 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

PORTARIA Nº 2473/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº 2473/2014, de 17 de novembro de 2014.

“Prorroga prazo para apresentação de relatório final referente a membro da Comissão Processante nomeada pela portaria nº 15/2014 - referente ao Processo Administrativo de Exoneração nº 02/2014 e dá outras providências.”

O Secretário de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições e da delegação prevista no art. 1º, do Decreto 7 056/13,

RESOLVE

Considerando, o prazo para ampla defesa e contraditório;

Considerando o acúmulo de serviço;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar pelo prazo de 60 (sessenta) dias o procedimento da Comissão Processante instaurada em desfavor do servidor Amarildo Bunde, ocupante do cargo em Agente de Obras, nomeado pela portaria nº 6.942/2010, de 01 de março de 2010, para apurar os fatos constantes do Denúncia/memorando 009/2013, encaminhado pela da Comissão de Avaliação Especial de Desempenho de Servidor em estágio Probatório e Despacho datado 11 de dezembro de 2013 do Diretor do RH em desacordo com as disposições no art. 13, alínea “b” do decreto 6.287/2010, decreto 6617/2011 e decreto 7266/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na presente data, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Brusque, 17 de novembro de 2014.

ARNALDO FRANCISCO DA SILVA

Secretário Municipal de Orçamento e Gestão

Caçador**PREFEITURA****1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2013 – FMAS**

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 19/2013 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, OBJETO - RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M. CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE DANÇA SENIOR E DE ARTESANATO PARA ATUAR JUNTO AOS GRUPOS DE MULHERES E DE IDOSOS, CONTRATADA/LOCADORA: ELIANE TERESINHA FRANÇA, brasileira, casada, instrutora de artesanato, devidamente inscrita no CPF sob o nº 770.413.059-53, residente e domiciliada na Rua Blumenau, nº 297 Bairro dos Municípios em Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 19/2013 de 01 de novembro de 2013, O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 01 de novembro de 2014 e findando dia 01 de novembro de 2015 e Concessão de Reajuste pelo IGP-M do período, conforme solicitação e justificativa emitida pela Secretária de Assistência Social e mediante parecer jurídico favorável nº 378/2014, O preço certo e ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 9.593,04 (nove mil, quinhentos e noventa e três reais e quatro centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 799,42 (setecentos e noventa e nove reais e quarenta e dois centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

RESOLUÇÃO Nº 01/2014 CMD

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CAÇADOR

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO

Conselho Municipal de Desenvolvimento

Resolução CMD nº 01/2014 de 20 de novembro de 2014

Dispõe sobre a constituição de Comissão Especial para acompanhamento de projetos de incentivos concedidos pelo Município de Caçador.

O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico de Caçador - CMD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Complementar nº 106 de 22 de junho de 2007.

CONSIDERANDO a deliberação em reunião Ordinária do CMD realizada no dia vinte de novembro de 2014.

Resolve:

Art. 1º Cria a Comissão Especial de acompanhamento dos projetos de incentivos concedidos a empresas de Caçador.

Parágrafo Único: Esta Comissão tem como função a instauração de procedimento administrativo para o acompanhamento, averiguação e fiscalização do cumprimento das metas e objetivos apresentados pelas empresas beneficiadas com os incentivos.

Art. 2º A Comissão Especial será composta por 03 (três) Câmaras Técnica as quais serão constituídas pelos conselheiros indicados: CÂMARA TÉCNICA 01: Um Representante da Associação Empresarial - ACIC

Um Representante da UNIARP

Um Representante Intersindical de Caçador.

CÂMARA TÉCNICA 02: Um Representante da CDL

Um Representante do Conselho Municipal Trabalho e Emprego

Um Representante Sistema FIESC.

CÂMARA TÉCNICA 03: Um Representante da AMPE
Um Representante do Conselho Municipal Des. Rural
Um Representante Cooperativa de Crédito Rural

Art. 3º Os processos para acompanhamento e verificações serão distribuídos por sorteio aleatório.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a contar de 20 de novembro de 2014.

FABIANO BATTISTI ARCHER

Presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico

RESOLUÇÃO 49/2014 CMAS

RESOLUÇÃO Nº 49/2014, de 03 de dezembro 2014.

Dispõe sobre a avaliação e aprovação dos Projetos para a celebração de convênios com as entidades e organizações de Assistência Social de direito privado para a execução de programas e serviços socioassistenciais de proteção social especial de média complexidade para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias; Proteção social especial de alta complexidade acolhimento institucional: modalidade Casa Lar para crianças/adolescentes e modalidade Família Acolhedora, a serem cofinanciados com recursos dos Governos Federal e Municipal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS do Município de Caçador.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e em Assembleia Geral de 03 de dezembro de 2014.

Considerando o Edital 01/2014 do CMAS que dispõe sobre os requisitos - nos termos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, das Leis Federais 8.742/1993, 8.666/1993 e Resolução 48/2014, da Lei Municipal 2.869/2011 e suas alterações - para o recebimento, análise e aprovação de projetos pelo CMAS de Caçador para celebração de convênios com entidade de assistência social ou organização de direito privado para execução de programas e serviços socioassistenciais de proteção social especial de média e alta complexidade, a serem cofinanciados com recursos dos Governos Federal e Municipal, alocados no Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Caçador (FMAS).

Considerando o Parecer da Comissão Especial do dia dois do mês de dezembro de dois mil e quatorze, nomeadas pelo Decreto nº 6.233 de 01 de dezembro de 2014.

RESOLVE:

Artigo 1º Aprovar o resultado final do Edital de Chamamento Público 01/2014 do CMAS.

I - Para o Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias: Associação de Pais de Amigos dos Surdos de Caçador - APAS;

II - Para o Serviço de Proteção Social Especial de Alta Complexidade Acolhimento Institucional: modalidade Casa Lar para crianças/adolescentes e modalidade Família Acolhedora: Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS.

Parágrafo Único. Estabelece o prazo até 30 de março de 2015 para ambas apresentarem o Alvará Sanitário no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, sito à Rua Vitor Batista Adami, 275- Centro, A/C Coordenação. Quanto à documentação descrita nos itens um, dois e três do Parecer da Comissão Especial a entidade Associação Caçadoreense de Educação Infantil e Assistência Social - ACEIAS deverá apresentá-los até o dia 04 de dezembro de 2014 às 09h00min no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS, sito à Rua Vitor Batista Adami, 275- Centro, A/C Coordenação.

Artigo 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Caçador, 03 de dezembro de 2014.

Andréia Teresinha de Almeida

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2013 – FMAS

1º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 20/2013 - FMAS, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2013 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2013, RENOVAÇÃO CONTRATUAL E CONCESSÃO DE REAJUSTE IGP-M. CONTRATAÇÃO DE INSTRUTOR DE DANÇA SENIOR E DE ARTESANATO PARA ATUAR JUNTO AOS GRUPOS DE MULHERES E DE IDOSOS CONTRATADA/LOCADORA: NORMA EGER PONTES, brasileira, divorciada, instrutora de dança sênior, devidamente inscrita no CPF sob o nº 597.834.789-15, residente e domiciliada na Rua Porto União nº 400 apto. nº 05 em Caçador/SC; Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 20/2013 de 01 de novembro de 2013, O preço certo a ajustado para a totalidade do presente contrato é de R\$ 9.630,36 (nove mil, seiscentos e trinta reais e trinta e seis centavos), a serem pagos mensalmente a quantia de R\$ 802,53 (oitocentos e dois reais e cinquenta e três centavos), estando o mesmo de acordo com Lei nº 8.666/93 e alterações subsequentes. O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, contados de 01 de novembro de 2014 e findando dia 01 de novembro de 2015,

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2010 - FUNDEMA

4º ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2010 - FUNDEMA, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 132/2010 - CONCORRÊNCIA Nº 01/2010, RENOVAÇÃO CONTRATUAL - SELEÇÃO DE PERMISSIONÁRIOS PARA OCUPAR E EXPLORAR, A TÍTULO PRECÁRIO, ATRAVÉS DE PERMISSÃO DE USO DAS SALAS NÚMEROS 01 A 07 QUE COMPÕE O TERMINAL RODOVIÁRIO COMENDADOR SELVINO CARAMORI, CONTRATADO: GENOINO PIEROG - ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 02.208.040/0001-59, com sede na cidade de Caçador, SC, neste ato representado pelo Sr. GENOINO PIEROG, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF sob nº 534.600.069-00, residente e domiciliado na cidade de Caçador/SC. Este aditivo fica inteiramente vinculado ao Contrato nº 148/2010 datado no dia 17 de novembro de 2010, O valor que passa a vigorar a contar da data assinatura do presente instrumento, com a aplicação do reajuste referente ao IGP-M acumulado nos últimos 12 (doze) meses, sendo o valor mensal de R\$ 243,03 (duzentos e quarenta e três reais e três centavos), totalizando o valor de R\$ 2.916,30 (dois mil novecentos e dezesseis reais e trinta centavos). O prazo de vigência do presente instrumento é de 12 (doze) meses, iniciando na data de seu vencimento, ou seja, dia 16 de novembro de 2014 e findando dia 16 de novembro de 2015, As demais cláusulas constantes no contrato principal, gerador deste, continuam vigendo em sua integralidade.

AVISO DE LICITAÇÃO PR 24-2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE CAÇADOR

Fundo Municipal de Assistência Social

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO - Nº 31/2014

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 24/2014 TIPO: MENOR PREÇO

OBJETO - REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ORGANIZAÇÃO DE JANTAR DE FORMATURA DESTINADOS AOS USUARIOS E FAMILIARES DO PROGRAMA ACESSUAS DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CAÇADOR - SC

ENTREGA DOS ENVELOPES: 14h00min do dia 18/12/2014.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 14h10min do dia 18/12/2014.

Maiores Informações e o Edital completo poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, ou no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações ou ainda por e-mail: licitacoes.saude@cacador.sc.gov.br, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 03 de dezembro de 2014.

Beatriz Ribeiro dos Santos,

Secretária Municipal de Assistência Social

EDITAIS DE NOTIFICAÇÃO DE TRÂNSITO 1936 A 1939

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1936/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ALJ1082	55696346D	5010/0	18/10/2014	162 * I
AWB3399	55697660D	6670/0	15/10/2014	230 * XIII
CAY5977	55702069D	5169/1	10/11/2014	165
CRM0863	55697789D	5010/0	14/11/2014	162 * I
CRM0863	55697790D	5118/0	14/11/2014	164 c/c 162 * I
CRM0863	55697791D	6610/2	14/11/2014	230 * VII
GTV0830	55696011D	5169/1	17/10/2014	165
GWR2863	55697166D	6599/2	14/11/2014	230 * V
KFD6436	55698547D	6599/2	13/11/2014	230 * V
MAS4553	55700992D	5010/0	13/11/2014	162 * I
MAS4553	55700993D	6599/2	13/11/2014	230 * V
MAS4553	55700994D	5118/0	13/11/2014	164 c/c 162 * I
MBD5947	55697804D	5010/0	28/10/2014	162 * I
MCH4483	55698696D	6599/2	13/11/2014	230 * V
MDM6625	55135328E	6556/1	20/10/2014	230 * I
MDM6625	55135329E	5010/0	20/10/2014	162 * I
MDT6144	55702279D	5045/0	15/11/2014	162 * V
MES1471	54959499E	5045/0	15/10/2014	162 * V
MFF8459	55698699D	6912/0	13/11/2014	232
MGA1169	55697639D	5010/0	17/10/2014	162 * I
MGE7217	55697799D	6599/2	17/11/2014	230 * V
MHP1003	55697318D	6599/2	21/10/2014	230 * V
MHP1003	55697319D	5045/0	21/10/2014	162 * V
MHP1003	55697664D	5037/1	21/10/2014	162 * III
MHX6314	55697662D	5010/0	16/10/2014	162 * I
MJB0681	55697070D	6599/2	17/11/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJB0681	55697071D	5118/0	17/11/2014	164 c/c 162 * I
MJB0681	55697794D	5010/0	17/11/2014	162 * I
MLH3494	55697072D	6599/2	18/11/2014	230 * V
MMB4366	55697499D	7340/0	29/10/2014	252 * IV
MOH2990	55697068D	5045/0	14/11/2014	162 * V
MOH2990	55697069D	5142/0	14/11/2014	164 c/c 162 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 053 1937/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ANA7859	55134907E	6068/1	23/10/2014	209
AOZ8029	55135365E	7366/2	23/10/2014	252 * VI
ASZ4358	55134863E	7366/2	12/11/2014	252 * VI
ASZ4358	55134864E	6041/2	12/11/2014	207
CXN4299	55133378E	5541/2	17/10/2014	181 * XVII
DSG2403	55135022E	6041/2	18/10/2014	207
DSG2403	55135023E	6041/2	18/10/2014	207
LCU5468	55697164D	7366/2	12/11/2014	252 * VI
MAH2019	55697633D	5185/1	16/10/2014	167
MBA6631	55133288E	6068/1	17/10/2014	209
MEX1803	55697437D	5185/1	16/10/2014	167
MFU1586	55133393E	6068/1	10/11/2014	209
MGF6788	55697647D	5185/1	20/10/2014	167
MGV1123	55697063D	5550/0	12/11/2014	181 * XVIII
MIE7302	55697751D	5207/0	22/10/2014	169
MJH5879	55135362E	6041/2	17/10/2014	207
MJW2919	55698488D	5185/1	16/10/2014	167
MKL2529	54150434D	5207/0	12/10/2014	169
MMC1665	55134880E	7366/2	18/11/2014	252 * VI
MMC9087	55134962E	7366/2	24/10/2014	252 * VI
MML1374	55134876E	7366/2	18/11/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1938/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC2014	55135537E	6408/0	20/08/2014	R\$ 85,12	221
AAF8834	55702746D	6610/2	19/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
AFG4451	55701333D	6599/2	06/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGU2008	55697011D	6599/2	21/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
AGU2008	55697014D	5169/1	21/09/2014	R\$ 1.915,38	165
AGU2008	55697015D	5169/1	21/09/2014	R\$ 1.915,38	165
AHN1356	55701238D	5010/0	25/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
ALI7468	55701235D	6700/0	25/08/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
AOU4121	55702261D	6599/2	06/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
ART8515	55701234D	6912/0	22/08/2014	R\$ 53,20	232
AWQ7477	55692290D	5010/0	14/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
AXA2193	55702705D	5010/0	21/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
BAQ7700	55702626D	5045/0	21/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
BNA9379	55702594D	6912/0	18/09/2014	R\$ 53,20	232
BNA9379	55702595D	5045/0	18/09/2014	R\$ 191,53	162 * V
BNM9862	55135468E	6599/2	19/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
BNM9862	55135474E	5274/1	19/09/2014	R\$ 191,53	175
BPM5392	55702672D	5010/0	04/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
BQR5344	55702176D	5010/0	22/07/2014	R\$ 574,61	162 * I
BQR5344	55702177D	5118/0	22/07/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CFF9156	55133464E	5010/0	10/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
DGN3932	55697357D	5010/0	20/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
IHT4542	55702977D	5045/0	30/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
IHT4542	55702978D	5096/0	30/08/2014	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
JKX8657	55702107D	5061/0	28/08/2014	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LCH8322	55702933D	6610/2	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LCH8322	55702934D	6637/1	05/09/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXK0173	55132703E	6408/0	06/09/2014	R\$ 85,12	221
LXT1648	55703038D	6610/2	10/09/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYH9305	55697304D	5010/0	23/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
LYO1536	55702704D	5010/0	21/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZN0729	55703153D	6599/2	09/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
LZN0729	55703154D	5010/0	09/09/2014	R\$ 574,61	162 * I
LZN0729	55703155D	5118/0	09/09/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZT4524	55703034D	6726/1	09/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZV4788	55132705E	6670/0	07/09/2014	R\$ 127,69	230 * XIII
MAB9704	55703381D	6599/2	21/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBC4656	55703067D	5010/0	26/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBM1346	55133461E	6599/2	04/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MBN8628	55703044D	6645/0	19/09/2014	R\$ 127,69	230 * X
MCC9413	55703292D	5282/0	21/09/2014	R\$ 957,69	176 * I
MCC9848	55700973D	5045/0	21/08/2014	R\$ 191,53	162 * V
MCL7466	55701340D	6700/0	09/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
MCQ9271	55703119D	6599/2	11/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MCQ9271	55703120D	6912/0	11/09/2014	R\$ 53,20	232
MFS2140	55697356D	6769/1	20/09/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MHS7576	55702793D	5010/0	17/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHS7576	55702794D	6599/2	17/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHW5044	55695791D	6599/2	16/08/2014	R\$ 191,53	230 * V
MIF8502	55703031D	6726/1	09/09/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MIG6610	55702897D	6599/2	11/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MLV5235	55702718D	5010/0	28/08/2014	R\$ 574,61	162 * I
MOA1065	55695926D	6599/2	07/09/2014	R\$ 191,53	230 * V
MOA1065	55695928D	5169/1	07/09/2014	R\$ 1.915,38	165

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

FABIANO LOCATELLI

DELEGADO REGIONAL - 10 DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
 DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 053 1939/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAC2014	55135536E	6068/1	20/08/2014	R\$ 127,69	209
AAK1485	55696242D	5207/0	24/07/2014	R\$ 53,20	169
AFC8569	55133272E	6041/2	10/09/2014	R\$ 127,69	207
AFG4451	55702315D	5347/0	06/09/2014	R\$ 85,12	178
AGU2008	55697012D	5185/1	21/09/2014	R\$ 127,69	167
AGU2008	55697013D	5185/2	21/09/2014	R\$ 127,69	167
ANX4748	55702959D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
AWQ7477	55702464D	5835/0	14/08/2014	R\$ 127,69	195
BNM9862	55135469E	7234/0	19/09/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
BNM9862	55135470E	5215/2	19/09/2014	R\$ 191,53	170
BNM9862	55135471E	5215/1	19/09/2014	R\$ 191,53	170
BNM9862	55135472E	5835/0	19/09/2014	R\$ 127,69	195
BNM9862	55135473E	6068/1	19/09/2014	R\$ 127,69	209
BNM9862	55135475E	5738/0	19/09/2014	R\$ 191,53	186 * II
CHM5631	55698512D	5185/1	31/07/2014	R\$ 127,69	167
DEH6542	55135628E	7366/2	06/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
GMF1459	55135458E	6041/2	09/09/2014	R\$ 127,69	207
IKI4342	55701009D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
LXH3185	55703378D	7366/2	12/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
LXI5314	55135585E	5541/1	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXJ5993	55702965D	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
LXQ0567	55701081D	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
LXV4643	55133271E	5720/0	09/09/2014	R\$ 127,69	186 * I
LZL6801	55695784D	5207/0	23/07/2014	R\$ 53,20	169
LZV4788	55703057D	5185/1	20/08/2014	R\$ 127,69	167
LZV4788	55703058D	6122/0	20/08/2014	R\$ 191,53	214 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZZ0797	55703380D	7366/2	12/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAH0439	55697553D	5207/0	01/10/2014	R\$ 53,20	169
MAJ5833	55702663D	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
MBI3452	55702232D	5185/2	10/08/2014	R\$ 127,69	167
MBL9057	55696938D	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MBS6033	55133418E	6041/2	15/08/2014	R\$ 127,69	207
MBW3874	55701172D	5541/1	25/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCC2535	55703375D	7366/2	10/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCL2230	55135266E	7366/2	08/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCT5287	55697570D	5185/1	01/10/2014	R\$ 127,69	167
MCV9451	55697354D	5207/0	19/09/2014	R\$ 53,20	169
MDD4131	55135460E	5568/0	11/09/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MDK4322	55701337D	5207/0	09/09/2014	R\$ 53,20	169
MDK4322	55701338D	5797/0	09/09/2014	R\$ 191,53	191
MDK4322	55701341D	5797/0	09/09/2014	R\$ 191,53	191
MEA1948	55133608E	6041/2	18/08/2014	R\$ 127,69	207
MEW0565	55696678D	5967/0	06/10/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEW1040	55700903D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
MEX1517	55133565E	6041/2	19/08/2014	R\$ 127,69	207
MFD8289	55701286D	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
MFF1955	55135461E	7366/2	19/09/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFL1325	55702374D	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MGA9831	55700967D	5541/1	21/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGJ7689	55703335D	7366/2	14/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGX7800	55133667E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
MHB6719	55133465E	5541/1	12/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK0220	55135255E	6041/2	02/09/2014	R\$ 127,69	207
MHM4879	55697003D	5827/0	11/09/2014	R\$ 127,69	194
MHM6554	55135692E	5541/1	22/07/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHQ2896	55697590D	5185/1	01/10/2014	R\$ 127,69	167
MHT7996	55702421D	5207/0	25/07/2014	R\$ 53,20	169
MHW5044	55695790D	5541/1	16/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHZ0188	55701123D	5185/1	14/07/2014	R\$ 127,69	167
MHZ3343	55133266E	7366/2	29/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MID5143	55700836D	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
MIG7746	55700808D	5185/1	23/07/2014	R\$ 127,69	167
MIP4878	55703228D	5738/0	22/09/2014	R\$ 191,53	186 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIP4878	55703229D	5835/0	22/09/2014	R\$ 127,69	195
MIP4878	55703230D	5207/0	22/09/2014	R\$ 53,20	169
MIP4878	55703231D	7064/0	22/09/2014	R\$ 191,53	244 * IV
MJK9680	55696675D	5185/1	17/09/2014	R\$ 127,69	167
MJO6470	55702752D	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKP9427	55135268E	6130/0	10/09/2014	R\$ 191,53	214 * II
MLD1118	55133673E	6041/2	21/08/2014	R\$ 127,69	207
MLG7834	55700841D	5207/0	30/07/2014	R\$ 53,20	169
MLN5931	55133284E	5835/0	01/10/2014	R\$ 127,69	195
MLT8812	55702212D	5185/1	18/08/2014	R\$ 127,69	167
MLT8812	55702391D	5185/1	19/08/2014	R\$ 127,69	167
MLU8094	55135253E	6041/2	02/09/2014	R\$ 127,69	207
MMA8261	55696912D	7366/2	07/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMB1117	55135269E	5452/1	10/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MWG1104	55703089D	5185/1	28/08/2014	R\$ 127,69	167
NBP2080	55701244D	5185/1	28/08/2014	R\$ 127,69	167
OAT5230	55700934D	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CACADOR/SC, 2 DE DEZEMBRO DE 2014

ALEX ATOLINI SILVA

AUTORIDADE DE TRANSITO

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 1/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	01	50	X	72 - JOSE BOITEUX	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	181,17
001	01	100	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	100	X	412 - RIACHUELO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	100	X	234 - JOAO REMILIO RIGO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	37,06
001	01	100	X	81 - BENJAMIN CONSTANT	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	205,88
001	01	100	X	153 - JOAO PEDRO RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	82,35
001	01	100	X	404 - RUI BARBOSA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	181,17
001	01	100	X	137 - CURITIBANOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	100	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	100	X	218 - SIEGFRIED HELMUTH LUHRS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	131,76
001	01	100	X	421 - LAURO MARINS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	100	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	100	X	391 - MARECHAL CANDIDO RONDON	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	100	X	315 - GENERAL OSORIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	150	X	374 - ONIO PEDRASSANI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	01	150	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	131,76
001	01	150	X	366 - ANITA GARIBALDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	238,82
001	01	150	X	226 - LUIZ ANDREOLLA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	01	150	X	340 - LAURO MULLER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	238,82
001	01	150	X	293 - PORTO UNIAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	172,94
001	01	150	X	21 - LUIZ CARAMORI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	150	X	111 - HENRIQUE CRUZ GARCIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	90,59
001	01	150	X	196 - ADELMIR PRESSANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	131,76
001	01	150	X	101 - ROSA DALLA CHIESA BAÚ	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	80,71
001	01	200	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	200	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	200	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	01	200	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	200	X	285 - ERNESTO KIRSCHNER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	200	X	323 - SANTA CATARINA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	200	X	315 - GENERAL OSORIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	200	X	145 - MARIA DEOMAR COSTA NEVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	250	X	269 - AMERICO WORDEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	01	250	X	188 - ERNESTO MARTELLO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	131,76
001	01	300	X	421 - LAURO MARINS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	300	X	251 - ELIAS ABDALLA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	01	300	X	170 - GENERAL ANTONIO SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	400	X	56 - BENEDITO PONCIANO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	123,53
001	01	400	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	400	X	30 - OSORIO TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	400	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	400	X	102 - CONSELHEIRO MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	400	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	400	X	13 - ARISTEU PORTO LOPES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	400	X	99 - 7 DE SETEMBRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	400	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	01	500	X	102 - CONSELHEIRO MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	500	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	500	X	382 - GETULIO VARGAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	01	500	X	48 - EMILIO JOAQUIM	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 2/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	01	550	X	331 - CARLOS SPERANCA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	550	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	600	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	700	X	137 - CURITIBANOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	700	X	1940 - JOSE GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	01	700	X	307 - VICTOR BAPTISTA ADAMI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	700	X	366 - ANITA GARIBALDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	205,88
001	01	700	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	01	700	X	242 - CID GONZAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	01	700	X	129 - FERNANDO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	800	X	30 - OSORIO TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	01	1300	X	1940 - JOSE GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	01	1700	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	288,23
001	01	2000	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	288,23
001	01	2800	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	411,76
001	01	2900	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	411,76
001	02	50	X	13349 - DINES DE JESUS C. FARIAS RIGO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	50	X	994 - AFIF JOAO EL MESSANE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	50	X	1028 - ITAPIRANGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	50	X	579 - ARARANGUA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	50	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	46,12
001	02	50	X	676 - SANTA CECILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	90	X	10060 - BERTHA GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	46,12
001	02	100	X	706 - AUGUSTO SANTOS PERRET	Não	Não	Não	Não	Não	Não	27,18
001	02	100	X	1010 - SAO BENTO DO SUL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	46,12
001	02	100	X	9738 - 6	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	29,65
001	02	100	X	13357 - ERNA INGE KELLER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	52,71
001	02	100	X	1125 - DANIEL LESSING	Não	Não	Não	Não	Não	Não	45,29
001	02	100	X	9711 - PADRE THOMAS PIETERS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	9703 - NARCISO BASSO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	12288 - GASPAR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	9851 - SERVIDAO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	02	100	X	544 - BRUNO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	9754 - SADI ANTONIO COFFERRI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	641 - TAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	1001 - JARAGUA DO SUL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	9827 - ADONIS HOMERO GONÇALVES CORDEIRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	02	100	X	9835 - JOÃO KUCZER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	02	100	X	722 - URUGUAI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	536 - MIGUEL COUTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	02	100	X	871 - BADEN POWEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	02	100	X	13244 - SALVADOR ANTUNES ABRAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	587 - REINALDO MAFFEISSONI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	02	100	X	13243 - ANNA MASCARELLO FIOREZE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	10281 - EDUARDO HARTMANN	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	790 - ITA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	02	100	X	609 - ITAJAI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	1141 - PERU	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	9762 - ESTEFANO JOÃO FABIANI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	10078 - CLINEU DOMINGOS BERARDI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 3/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	02	100	X	13347 - SULEMAR SILVEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	617 - LAURINDO VERONESE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	9789 - JOSE MARQUES DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	757 - BOLÍVIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	02	100	X	10051 - ADOLFO FRANZ GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	52,71
001	02	100	X	731 - EQUADOR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	13245 - DILERMANDO BIAVATTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	10116 - ERNESTO BARBOSA ROESCH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	39,53
001	02	100	X	4710 - TUBARAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	52,71
001	02	100	X	714 - ARGENTINA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	684 - AUSTRIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	46,12
001	02	100	X	625 - MIGUEL MATOS DE FIGUEIREDO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	02	100	X	13246 - LUIZ PEREIRA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	1095 - PRESIDENTE COSTA E SILVA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	02	100	X	13348 - JORGE GONÇALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	951 - COLOMBIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	9746 - CLAUDINO PICOLOTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	13247 - RICIERI CRIVILATTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	10272 - SD 51 JARDIM PANORMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	69,18
001	02	100	X	13374 - II LOT ABDALLA HAZIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	27,18
001	02	100	X	1036 - IBIRAMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	9819 - JOSÉ RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	02	100	X	994 - AFIF JOAO EL MESSANE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	27,18
001	02	100	X	1044 - IMARUI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	986 - RIO DO SUL	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	46,12
001	02	100	X	1133 - ALFREDO GIOPPO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,35
001	02	100	X	13277 - JACOB MIGUEL ZANCHETTIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	57,65
001	02	100	X	13373 - I LOT. ABDALLA HAZIM	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	27,18
001	02	100	X	13346 - VEREADOR ERI DUPONT	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	897 - REINOLDO LEBELEIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	100	X	10191 - CECILIA MALESKE	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	668 - TANGARA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	1061 - MANOEL PEDRO DRIESSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	650 - SOLON COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	9771 - ANTONIO DA SILVA RIBEIRO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	100	X	561 - PASCHOAL ROTTA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	100	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	02	100	X	10094 - OLYMPIO VERGETT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	838 - GUILHERME MALESKE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	100	X	9720 - OTTO LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	150	X	13277 - JACOB MIGUEL ZANCHETTIN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	57,65
001	02	150	X	749 - VENEZUELA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	150	X	1168 - POETA JOÃO AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	02	150	X	811 - JOAQUIM FERNANDES DE LARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	150	X	10167 - JULIO LESSING	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	150	X	10124 - PRESCILIANA AIRES DE ARRUDA MAIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	150	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	02	200	X	10221 - FRIEDA LESSING KRAMER	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	200	X	10213 - PAULO LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	200	X	943 - PARAGUAI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 4/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	02	200	X	9843 - S/ NOME	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	200	X	1095 - PRESIDENTE COSTA E SILVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	02	200	X	10141 - 13	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	63,41
001	02	200	X	595 - ALCIR FRANCISCO ZANDAVALLI	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	200	X	684 - AUSTRIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	200	X	10256 - 6	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	02	200	X	9801 - SANTINA DAGANI MENIN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	02	200	X	10248 - 2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	02	200	X	1052 - CARLOS DALMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	200	X	10132 - JORGE THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	200	X	10230 - HENRIETTE LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	200	X	9860 - ANGELO NILO GATTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	200	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	98,82
001	02	200	X	951 - COLOMBIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	02	200	X	528 - PALHOCA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	200	X	10159 - ARNILDA LESSING	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	200	X	901 - DANIEL LANGARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	200	X	889 - MATO GROSSO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	250	X	10108 - MARCELINO ANJOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	250	X	935 - QUINTINO BOCAIUVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	02	250	X	781 - CHILE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	02	250	X	1168 - POETA JOÃO AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	250	X	552 - BLUMENAU	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	250	X	765 - MANOEL FRANCIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	02	250	X	692 - JORDAO GRANEMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	300	X	10183 - EUGENIO SANTIN	Não	Sim	Sim	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	02	300	X	10175 - JORGE JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	1109 - ANGELINA BERNARDI KUCZER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	65,88
001	02	300	X	9797 - LUIZ MENIN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	02	300	X	1176 - ERMINDO LUIZ SETTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	1117 - FELIPE JOSE DE PAULA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	820 - ITUPORANGA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	300	X	10043 - 8	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	37,88
001	02	300	X	4787 - JOINVILLE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	300	X	9665 - JOAO AUGUSTINHO DA LUZ NETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	02	300	X	889 - MATO GROSSO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	300	X	10264 - SANTO ROSSETTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	300	X	10205 - JOSE ANTONIO SALAMONI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	02	300	X	633 - ERMINDO ALBINO FONTANA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	350	X	10086 - PEDRO JOAO BALENA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	02	400	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	02	400	X	1150 - TIO BALDUINO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	02	400	X	943 - PARAGUAI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	65,88
001	02	450	X	803 - ITAIOPOLIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	02	500	X	10051 - ADOLFO FRANZ GROTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	02	500	X	1125 - DANIEL LESSING	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	500	X	1079 - FLORIANOPOLIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 5/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	02	500	X	862 - JOSE REICHMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	500	X	510 - HONORINO MORO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	02	500	X	1133 - ALFREDO GIOPO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	12,35
001	02	500	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	32,94
001	02	500	X	1087 - CRICIUMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	500	X	10086 - PEDRO JOÃO BALENA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	02	550	X	1044 - IMARUI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	27,18
001	02	600	X	978 - PANAMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	02	600	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	123,53
001	02	700	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	02	700	X	1087 - CRICIUMA	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	Não	27,18
001	02	700	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	12,35
001	02	1000	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	9,88
001	02	1000	X	1125 - DANIEL LESSING	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	12,35
001	02	1000	X	9657 - 210	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	02	1000	X	846 - GOIAS	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	9,88
001	02	1000	X	1133 - ALFREDO GIOPO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	02	1100	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	02	1300	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	02	1500	X	64 - BARÃO DO RIO BRANCO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	329,41
001	03	50	X	13356 - JURANDIR OLIVEIRA EURIQUES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	50	X	11112 - OSMAR RITTER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	17,29
001	03	50	X	13468 - JURUA COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	14,70
001	03	50	X	10833 - 356	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,29
001	03	50	X	11139 - CEDRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,29
001	03	50	X	13461 - 7 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	16,00
001	03	50	X	10892 - 5	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	50	X	10949 - 5	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	50	X	13460 - 6 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	16,00
001	03	50	X	10876 - FERNANDO MAYER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	50	X	13354 - EDGAR DA SILVA PACHECO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	50	X	1737 - ARAÇA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	50	X	10931 - JOAO SCHPHAUSER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	50	X	2172 - SEBASTIAO GONCALVES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	50	X	1702 - 332	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	50	X	13462 - 8 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	16,00
001	03	100	X	8278 - ANTONIO VICENTE DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	100	X	1249 - ANTONIO WOLOCH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	100	X	1406 - SANTA BERNADETE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	03	100	X	1541 - 316	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	1389 - OLIVIO ANTONIO MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	13353 - ELOE HENRIQUE FORMIGHIERI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	100	X	10914 - JOAO SIMAO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	1524 - SANTIAGO RODRIGUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	03	100	X	13350 - OLINDO MOCINELLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	100	X	13457 - 3 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,71
001	03	100	X	1311 - MARCOS AFONSO VITTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	100	X	1435 - TUPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	100	X	11074 - IVAN ANTONIO BARICHELLO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	100	X	1711 - MILTON CESAR PEGORARO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 6/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	03	100	X	11007 - PROJETADA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	100	X	10884 - EUCLIDES JOSE PADILHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	100	X	11023 - A	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65,88
001	03	100	X	11031 - ILMAR JOSE PIERDONA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65,88
001	03	100	X	11066 - VALDIR MORAIS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	100	X	11015 - PEDRO DRIESSEN SOBRINHO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	03	100	X	11082 - MARLENE CORDEIRO MORAIS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	100	X	11091 - FRANCISCO CHAVES DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28,82
001	03	100	X	1290 - ARNO WILLI FAUTH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	100	X	11147 - JOAO FERREIRA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	24,71
001	03	100	X	1613 - ROMILDO KOPPE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	100	X	13368 - M DO LOTEAMENTO BELLO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	03	100	X	11058 - JOAO BALZAN	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65,88
001	03	100	X	13456 - 2 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,71
001	03	100	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	03	100	X	1354 - FERMIANO PAES CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	03	100	X	13455 - 1 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,71
001	03	100	X	13351 - JOÃO THIMOTEO PACHECO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	100	X	13458 - 4 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,71
001	03	100	X	1460 - AIMORE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	100	X	2130 - KAIGANG	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	2148 - PEQUENA MARIA FERNANDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	100	X	2105 - EVALDO LUIZ FONTANA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	2067 - JANDIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	100	X	1371 - 310	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	2024 - 349	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	2008 - MATURINO BORGES DA LUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	101,29
001	03	100	X	1974 - AUGUSTO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	03	100	X	1915 - MARINA WAGNER BURG	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	100	X	1443 - EDMUNDO COELHO DE MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	03	100	X	202 - 202	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	100	X	9550 - G	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	03	100	X	1753 - GUAMIRIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,29
001	03	100	X	13459 - 5 LOT. N.S. SALETE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	10,47
001	03	100	X	1761 - IMBUIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,29
001	03	100	X	8723 - JOAO PIROLI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	100	X	1451 - 314	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	03	150	X	1265 - ANTONIO BELENKE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	150	X	12662 - ARISTILIANO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	150	X	2181 - 2	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	2075 - GUARACI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	03	150	X	2041 - ANNA VIERO DOS REIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	2032 - ARLINDO MARTINS DA SILVA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	2016 - ZELIO RODRIGUES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	150	X	1991 - 13 DE MAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	03	150	X	196 - ADELMIR PRESSANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	101,29
001	03	150	X	1931 - CARAGUATA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,59
001	03	150	X	1869 - ADRIANO JOSE CHIOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 7/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	150	X	1397 - MOEMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	03	200	X	13355 - ROMEU SORGATTO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	15,92
001	03	200	X	1699 - CESAR PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	200	X	1648 - SILVIO MATIELLO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	200	X	1320 - IRMAO LEO GUILHERME RECH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	200	X	10817 - IRENO LUIZ CORDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	11104 - SANTA ROSA DE LIMA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	16,47
001	03	200	X	11040 - AMANTINO BURG	Não	Não	Não	Não	Não	Não	65,88
001	03	200	X	1621 - OSVALDO ALVES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	10965 - HENRIQUE VEBBER DA SILVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	10825 - SANTA EDWIGES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	200	X	1257 - SANTA LUZIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	200	X	1516 - MANAUS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	200	X	277 - ATILIO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	156,47
001	03	200	X	10868 - VITORIO BIANCHI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	200	X	1605 - CICERO BUSCARONS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	1222 - JOAO WOLOCH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	200	X	10850 - TEOFILO ZARUR	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	11015 - PEDRO DRIESSEN SOBRINHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	23,06
001	03	200	X	13352 - HAIDE BENETTI BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	200	X	10922 - HEINZ RODOLFO MULLER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	1664 - OTAVIO GONCALVES CORDEIRO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	200	X	1338 - JULIA GIOPPO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	31,29
001	03	200	X	10973 - DINEY WERNER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	2083 - FRANCISCO PINO GARCIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	200	X	1681 - ABDALLA JOSE THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	200	X	2202 - Rua nº: 2202	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	200	X	1672 - SILVERIO CORREA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	200	X	1303 - PADRE JOSE CHAMOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	03	200	X	1419 - GUARANI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	200	X	2113 - JOAO BENETTI SOBRINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	200	X	1362 - EMILIA GIOPPO BRASIL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	31,29
001	03	200	X	2059 - SALOMAO GIOPPO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	200	X	1346 - BARTIRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	03	200	X	1800 - MARIO DA LUZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	200	X	1427 - JOSE HONORIO LUIZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	03	250	X	1630 - ANTONIO PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	250	X	1231 - SANTA BARBARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	250	X	1559 - PEDRO FERNADES DE OLIVEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	250	X	1907 - DOMINGOS GABARDI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	250	X	1885 - JOAQUIM GONÇALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	250	X	1851 - ANTONIO ROTTA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	250	X	1842 - PLINIO MORGENSTERN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	10906 - BERNARDINO DEBONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	1575 - AUGUSTO GONÇALVES DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	1966 - FRANCISCO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	03	300	X	1214 - SANTA RITA DE CASSIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	300	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	300	X	1583 - ANAIR FRANCA PERETTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	1770 - ARAUCARIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	17,29



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 8/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	300	X	1656 - GENEROSO PADILHA MORAIS	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	2199 - ARMINDO DALASTRA BONFANTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	300	X	1982 - 1 DE MAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	03	300	X	1893 - GENESIO CRUZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	300	X	1826 - JOSE LUIZ CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	03	300	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	03	350	X	1958 - TUPINAMBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	03	350	X	1877 - SEBASTIAO GONÇALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	350	X	1834 - ANTONIO ZARUR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	400	X	1591 - MILTON ANTONIO MARINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	400	X	1567 - TEOFILO GOMES DE MATOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	400	X	1532 - BRASILIA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	123,53
001	03	400	X	1281 - AURELIO COSTA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	400	X	242 - CID GONZAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	82,35
001	03	400	X	2164 - SC 14	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	400	X	2156 - LADISLAU LISZKIEVICH	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	03	400	X	2091 - ARNALDO DE PAULA TIMERMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	33,80
001	03	400	X	1397 - MOEMA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	03	400	X	1273 - ANTONIO RANZANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	400	X	1362 - EMILIA GIOPPO BRASIL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	03	400	X	1923 - MONGE JOAO MARIA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	03	400	X	9223 - AYRTON ARAUJO MENZEL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	03	400	X	1788 - SD 01	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	03	400	X	1745 - AVELINO MANDELLI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	24,71
001	03	500	X	10841 - S/ NOME	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	03	500	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	107,06
001	03	500	X	12124 - JUVENAL ALVES FAGUNDES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	107,06
001	03	500	X	1401 - JOAO CORREA DE MELLO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	600	X	145 - MARIA DEOMAR COSTA NEVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	82,35
001	03	600	X	1818 - ANTONIO VIVAN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	600	X	1796 - VITOR KRUGER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	700	X	10990 - DOMINGOS GIOVANI PEGORARO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	700	X	1486 - ODELIR GODINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	03	700	X	1940 - JOSE GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	03	800	X	1567 - TEOFILO GOMES DE MATOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	03	800	X	1478 - RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	03	800	X	1494 - JOSE NACLE DAVI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	03	800	X	1788 - SD 01	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	8,24
001	03	900	X	2164 - SC 14	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	03	900	X	1818 - ANTONIO VIVAN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	03	1000	X	9120 - VICTORIO POLETTTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	26,35
001	03	1000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	115,29
001	03	1000	X	2121 - LUIZ TORTATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	1000	X	1478 - RAULINO RIBEIRO DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	1300	X	1940 - JOSE GIOPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	03	1400	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	156,47
001	03	1500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	57,65
001	03	1500	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	03	1500	X	12568 - SC 350	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	9,88



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 9/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	03	1500	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	03	1700	X	2121 - LUIZ TORTATTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	03	2000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Sim	82,35
001	04	50	X	8260 - FERNANDO TURATTI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	50	X	3624 - FLORIANO VOSNI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	50	X	8375 - RAUL RUPPEL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	50	X	8251 - JOAO MARIA VISLOSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	50	X	8057 - 412-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	50	X	8171 - GRALHA AZUL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	50	X	8472 - 3	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	50	X	8588 - GOITACA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	50	X	9193 - SENY HARTKOFF DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	50	X	8979 - PERIQUITO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	50	X	3373 - JOAQUIM RAISEL DA CRUZ	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	04	100	X	8286 - FELISBERTO CUSTODIO DE OLIVEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8791 - EUGENIO FRANCISCO PARIS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	8154 - PICA PAU	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	13259 - E LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	3942 - JOSE PREZALINO DE OLIVEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	3063 - 441	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	13410 - D LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	3861 - FRANCISCO PIZARRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	100	X	8774 - FRANCISCO SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	9053 - ELIAS DE MORAES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	3829 - JOAO BORDIGNON	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	100	X	3781 - ARISTIDES Malfatti	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	100	X	3756 - 488	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	3730 - DOM LUIZ COLUSSI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	100	X	8138 - TICO TICO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	3535 - 475	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	9266 - GOMERCINDO SCHAITEL MEDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	9231 - NILO HENRIQUE THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	04	100	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	9029 - ALEIXO GONCALVES DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8987 - CANARIO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8979 - PERIQUITO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	3357 - FLORINDO DAGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8928 - MARIA BENTA DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,88
001	04	100	X	8831 - JOAO ANGELI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	100	X	8771 - ALTAIR FERREIRA DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8731 - II	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	100	X	8723 - JOAO PIROLI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	8634 - JOSE MANOEL DA SILVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	8081 - LUIZ CARLOS ANDRIOLA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	100	X	8511 - JURUNA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8499 - BOROROS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8278 - ANTONIO VICENTE DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	100	X	8171 - GRALHA AZUL	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8162 - SABIA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8065 - 414-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 10/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	100	X	8049 - PEDRO CAMPANHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8201 - JOAO DE BARRO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	13256 - B LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	13255 - A LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	2822 - VENCESLAU GONÇALVES VIEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	13257 - C LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	3110 - ARY DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	13267 - QUADRA "O" STA. TEREZINHA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8189 - 425-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	100	X	2849 - IGNES BORTOLON PIVATTO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	04	100	X	13260 - F LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8111 - ANDORINHA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	2768 - DAS PRIMAVERAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	100	X	13408 - IVO JOSE CASAGRANDE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	2741 - DAS TULIPAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	100	X	2725 - FRANCISCO DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	13414 - H LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	2695 - JOAO MANOEL LUIZ OSORIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	100	X	13413 - G LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	13412 - F LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	2652 - ERNESTO BORCHATE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	100	X	8197 - PAPAGAIO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	13258 - D LOT. NOVO HORIZONTE	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8120 - BEIJA-FLOR	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	13279 - LUCILLA BRANDT BALENA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	04	100	X	2563 - MANOEL LUIZ CORDEIRO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	100	X	8383 - JOAO D'AGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	2547 - MIGUEL CURY	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	100	X	8847 - JOAO MARIA CASTILHO SOBRINHO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	100	X	9037 - EUSEBIO FERREIRA DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8642 - II	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	8839 - IDA DAL FORNO HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	04	100	X	8430 - JAIR CARLOS RIGO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	100	X	3306 - SEBASTIAO DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8448 - ERNESTO BOLSON	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	100	X	9088 - ANTONIO TAVARES JUNIOR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8898 - SERRA DA PEDRA BRANCA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	100	X	8740 - JORGE MEIRELES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	04	100	X	8359 - LAUDELINO FOGAÇA DE ALMEIDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	100	X	8502 - CARIJO	Sim	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	3331 - ADOLFO KLETKE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	100	X	8481 - AVA-CANOEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8537 - POTIGUAR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8529 - PATAXO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	8570 - TAMOIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	9240 - ALFREDO RIBEIRO DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	04	100	X	13415 - I LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	13411 - E LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	13409 - C LOT. CIDADE NOVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	8,24
001	04	100	X	13407 - ANTONIO PELIZZER	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	10,71



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 11/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	100	X	9061 - BONIFACIO JOSE DOS SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	100	X	3209 - XAXIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	04	150	X	8146 - 420-1	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	150	X	3951 - ALZERINO ALVES PEREIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	150	X	8600 - CAIAPOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	150	X	3667 - ESTEFANO KIMAC	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	150	X	3616 - RISOLETA LEMOS MAIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	3608 - NELSON EUGENIO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	3594 - FORTALEZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	31,29
001	04	150	X	3497 - FERMINO BORGES DE CARVALHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	150	X	3471 - SEBASTIAO VELASQUES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	9223 - AYRTON ARAUJO MENZEL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	04	150	X	9002 - TEODORA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	8995 - FRANCISCO ALONSO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	8961 - PEDRO MELO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	14,82
001	04	150	X	8952 - MARIA EVA CARDOSO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	150	X	3314 - MARIA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	8596 - CAETE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	8545 - TREMEMBE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	3161 - JOAÇABA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	150	X	8456 - AZIR DE SOUZA SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	150	X	3039 - FRANCISCO GEREMIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	8197 - PAPAGAIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	150	X	8154 - PICA PAU	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	150	X	2971 - ANTONIO APPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	2954 - OLIVIO ABATTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	2938 - OSVALDO MANOEL GOMEZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	150	X	2920 - JOAO P. PEDRO CARPES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	2890 - ONOFRE PEREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	150	X	2857 - EGIDIO CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	3837 - PEDRO DRIESSEN FILHO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	31,29
001	04	150	X	2636 - FRANCISCO NOVASKI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	150	X	2601 - FRAIBURGO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	2539 - CHAPECO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	150	X	2521 - CAPITULINO DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	150	X	510 - HONORINO MORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	150	X	8651 - IV	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	150	X	8880 - SERRA DO IRANI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	8685 - VITOLDO GURSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	150	X	9011 - MARIA ROSA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	9215 - MARIA ANTONIA BUSATO ZANDAVALI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	04	150	X	8910 - ABDALLA ELIAS FARFUD	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	8553 - XAVANTES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	150	X	9282 - ANTONIO ROSA DE OLIVEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	04	150	X	1508 - CURITIBA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	04	150	X	8901 - RACHIDE ABDALLA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	200	X	4001 - EUTIMIO MIOZZO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	200	X	3969 - TEREZA DE FREITAS MULLER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	200	X	13169 - HERCILIO TIBIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	200	X	3799 - BASILIO CIFFRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 12/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	04	200	X	3772 - ADELIA THOME JOAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	200	X	3756 - 488	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	200	X	3705 - EDUARDO BENTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	53,53
001	04	200	X	8243 - JOSE VILMAR MONTEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	200	X	3683 - PROFESSORA LUIZA RAISEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3632 - JOAO THIVES SOBRINHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	3586 - VITORIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	200	X	3543 - ZAKI THOME	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	3527 - ELVIRA POPIA PAVELSKI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3519 - ALCIDES SABINO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	200	X	3454 - BENJAMIN GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	04	200	X	3446 - ALBERTO ZANATTA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	200	X	9258 - JOAO AMANCIO COSTA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Sim	25,53
001	04	200	X	3438 - ERCILIO DE LIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	200	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	200	X	9185 - JOAO CARLIN DO PRADO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	200	X	9070 - JOSE MARIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	9045 - ADEODATO MANOEL RAMOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	3390 - JOSE IOOS JUNIOR	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	200	X	8944 - SERRA GERAL	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	200	X	3322 - AUGUSTO DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8871 - SERRA DO RIO DO RASTRO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	200	X	8090 - NICANOR GONÇALVES CORDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	200	X	8804 - D	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	04	200	X	8782 - SILVERIO SINKERE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8766 - LUCIA DONIDA SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8758 - LUCIDIO ALVES PACHECO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	3233 - JOAO ANTONIO ZANCHI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	61,76
001	04	200	X	3225 - JOAO ROBERTO MOREIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8618 - IANOMAMI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	3195 - TEREZINA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3144 - ANGELO PAGANELLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3136 - 447	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8383 - JOAO D'AGOSTINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	200	X	8227 - TEREZA DIVA GARCIA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	200	X	8219 - GUILHERME LAURO RUPP	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	3012 - 435	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	3004 - EUGENIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	2997 - FLORENCIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8120 - BEIJA-FLOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	200	X	2962 - LUIZ FAVARIM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	2938 - OSVALDO MANOEL GOMEZ	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	04	200	X	2881 - DILMA DEBONI PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	2873 - BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOP	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	2831 - SEBASTIAO ANTONIO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	2792 - DAS AZALEIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	200	X	358 - NEREU RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	200	X	2750 - DAS VIOLETAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	200	X	2741 - DAS TULIPAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	200	X	2687 - FRANCISCO DRIESSEN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 13/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	04	200	X	2679 - SEBASTIANA DE PAULA CARNEIRO DRIESSEI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3268 - AQUILES DE PAULA LINHARES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	61,76
001	04	200	X	2628 - ALBINO PUTTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	200	X	3896 - OTAVIO JOSE LEITE	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	2512 - PRUDENTE DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	200	X	13310 - DOMINGOS MENIN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	200	X	9100 - OLEGARIO RAMOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	9096 - AGOSTINHO SARAIVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	200	X	3047 - VITORIO RECALCATTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	200	X	8855 - III JUNG 2	Não	Não	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	200	X	8413 - HERALDO JOSE MAFFESSONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	200	X	9215 - MARIA ANTONIA BUSATO ZANDAVALI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	04	200	X	3101 - FAUSTO MACHADO DE QUADROS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	200	X	3055 - JOSE LEWINSKI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	250	X	3691 - HENRIQUETA TEDESCO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	250	X	3560 - SALVADOR	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	250	X	3471 - SEBASTIAO VELASQUES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	3403 - PAULO LUDERINGHAUSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	250	X	8901 - RACHIDE ABDALLA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	04	250	X	8863 - SERRA DA TAQUARA VERDE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	250	X	8669 - OSNI AMARO ROMAO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	3152 - ARACAJU	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	250	X	8367 - LUIZ SOUZA CORREA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	8341 - JOAO NATAL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	8332 - TELMO TADEU SIQUEIRA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	8324 - FRANCISCO LOPES DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	250	X	8294 - CARLINDO DE PAULA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	250	X	8138 - TICO TICO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	250	X	2709 - MARCIO SOARES	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	3985 - ADELIA JULIETA PACHECO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	300	X	3977 - ANASTACIO AMARO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	300	X	3926 - VICTORIA ANCAY PORTELA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	300	X	3870 - CLOVIS LUIZ DE NARDI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	300	X	3802 - HERMINIO MAFFESSONI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	3799 - BASILIO CIFFRO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	300	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	3659 - JOSE DE LEMOS BRAGA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	04	300	X	3641 - ALDO ELOY GATTERMANN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	300	X	9118 - ADELMIRA THIVES DA CRUZ	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	300	X	8936 - SERRA DO ESPIGAO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	300	X	3292 - ERNESTO ANTONIO ZARDO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	300	X	8839 - IDA DAL FORNO HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	16,47
001	04	300	X	3276 - ANTONIO MIGUEL SULZBACH	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	300	X	8812 - ARY HARRES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	300	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	300	X	3179 - NATAL	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	04	300	X	8405 - MANOEL DE SOUZA SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	8308 - JOCELY CARLOS FRANCA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	300	X	3098 - MARIO D'AGOSTINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	300	X	3071 - VIRGILIO ANTONIO DA SILVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 14/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	300	X	8243 - JOSE VILMAR MONTEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	300	X	8235 - VITOR LEZAN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	300	X	8219 - GUILHERME LAURO RUPP	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	300	X	2989 - DEOCLIDES PEDRO BOM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	8111 - ANDORINHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	300	X	2946 - GUILHERME ATILIO ZARDO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	8316 - GILBERTO PIOLLA DA SILVA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	300	X	2717 - AMADEU LIZOTT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	2610 - MARCOS GONCALVES CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	300	X	2598 - RIO DAS ANTAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	300	X	2580 - TIMBO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	300	X	2555 - Videira	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	350	X	12120 - LEONARDO GRANEMANN	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	23,06
001	04	350	X	3462 - JOSE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	350	X	3438 - ERCILIO DE LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	350	X	9126 - JOAO MARIA DE AGOSTINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	400	X	3993 - ALEXANDRE ALVES GUERIN	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	400	X	3888 - 495	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	3845 - SEBASTIAO GONÇALVES DO NASCIMENTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	3764 - ABDALLA JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	400	X	3675 - ANGELO CAOVIALLA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	400	X	3578 - LUCIANO VICTORIO BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	3551 - RAIMUNDO JOSE PIERDONA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	1532 - BRASILIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	04	400	X	3489 - OCTACILIO TRINDADE CORDEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	400	X	3390 - JOSE IOOS JUNIOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	400	X	3381 - 460	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	400	X	3365 - ARLINDO ALOY JUNG	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	3250 - VISCONDE DE MAUA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	400	X	8677 - JOSE CORREA GONCALVES	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	400	X	8561 - TUPINIQUIM	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	400	X	3128 - ELIAS BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	8201 - JOAO DE BARRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	400	X	2911 - OLINDOMAR TONET	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	400	X	2873 - BERNARDINA GONÇALVES DE OLIVEIRA LOP	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	2831 - SEBASTIAO ANTONIO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	400	X	2644 - JOSE EDGAR THOME	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	400	X	200 - 25 DE MARCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	164,70
001	04	400	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	04	450	X	3811 - SIMPLICIANO CORREA DE MIRANDA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	500	X	3934 - JESUS ALVES PADILHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	500	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	500	X	3691 - HENRIQUETA TEDESCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	500	X	3454 - BENJAMIN GIOppo	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	500	X	9266 - GOMERCINDO SCHAITEL MEDEIRO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	500	X	3403 - PAULO LUDERINGHAUSEN	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	28,82
001	04	500	X	3187 - CANOINHAS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	500	X	3179 - NATAL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	500	X	3128 - ELIAS BIASI	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	32,94
001	04	500	X	2971 - ANTONIO APPI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 15/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	500	X	8031 - OSNY TEODORO DA CUNHA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	500	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	500	X	2784 - DAS VITÓRIAS REGIAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	500	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	500	X	2571 - HUGO TORRES CRUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	600	X	3853 - LAGES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	600	X	3501 - JOSE OLEINIK	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	600	X	3411 - JOAO PEREIRA DA SILVA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	600	X	3365 - ARLINDO ALOY JUNG	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	29,65
001	04	600	X	3349 - ANTONIO BOMBASSARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	29,65
001	04	600	X	3284 - VICENTE BERARDI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	600	X	3195 - TEREZINA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	600	X	3161 - JOAÇABA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	600	X	3080 - FIORINDO CONSTATINI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	600	X	3021 - ANTONIO OZORIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	04	600	X	8022 - CRISTOVAO COLOMBO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	600	X	3900 - IVETE ZINI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	600	X	2784 - DAS VITÓRIAS REGIAS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	11,53
001	04	600	X	2776 - DAS ORQUIDEAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	11,53
001	04	700	X	161 - CAMPOS NOVOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	191,88
001	04	700	X	3918 - FELIPE JOAO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	700	X	3608 - NELSON EUGENIO BUSATO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	700	X	3420 - DINARTE JOSÉ RODRIGUES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28,82
001	04	700	X	3217 - BELEM	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	700	X	8626 - VICTOR HUGO PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	700	X	2865 - RICARDO ANGELLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	04	800	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	04	800	X	8014 - PEDRO ALVARES CABRAL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	900	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	49,41
001	04	900	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	04	900	X	8073 - JOAQUIM BALSANELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	04	900	X	2903 - SILVIO GIOPPPO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	04	1000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	115,29
001	04	1000	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	04	1000	X	3713 - DO CONTESTADO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	53,53
001	04	1000	X	3241 - MOACIR SAMPAIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	04	1000	X	3128 - ELIAS BIASI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	23,06
001	04	1000	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	1000	X	2733 - ADALBERTO MANUEL PETRY	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	1000	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	1000	X	510 - HONORINO MORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	04	1200	X	8961 - PEDRO MELO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	1200	X	8391 - 442	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	1200	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	1300	X	3721 - HENRIQUE JULIO BERGER	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	65,88
001	04	1400	X	2806 - COMENDADOR PRIMO TEDESCO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	1400	X	439 - SENADOR SALGADO FILHO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	156,47
001	04	1500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	57,65
001	04	1500	X	12990 - ABILIO FRANCO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	10,71
001	04	1500	X	3748 - ATILIO BASQUERA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 16/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	04	1500	X	1532 - BRASILIA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	148,23
001	04	1500	X	2733 - ADALBERTO MANUEL PETRY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	04	1500	X	12568 - SC 350	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	9,88
001	04	1700	X	2661 - COMENDADOR SELVINO CARAMORI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	04	2000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	82,35
001	04	2000	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	10,71
001	04	2500	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	11,53
001	04	3000	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	16,47
001	04	3000	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	41,18
001	04	3500	X	2814 - ALBINO PHELIPPE POTRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	50	X	13364 - DOMINGOS FIGUEROA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	41,18
001	05	50	X	4582 - JUSTINA SORGATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	50	X	4493 - 518	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	50	X	927 - ALTAMIRO GUIMARAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	05	100	X	13363 - JOÃO PEDRO DA SILVA BRASIL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	41,18
001	05	100	X	13361 - LOURIVAL ELYAS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	24,71
001	05	100	X	13359 - JONATHAS ISAC OLIVENIK	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	41,18
001	05	100	X	4027 - MARECHAL DEODORO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	100	X	13240 - D LOT. DONA EDY	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	13238 - LUIZA DAMBROZ FAORO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	13237 - GENTIL PICCOLI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	12119 - III	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	100	X	13239 - PAULO VEIGA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	13362 - IVAN JOSÉ BOLSON	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	41,18
001	05	100	X	1079 - FLORIANOPOLIS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	45,29
001	05	100	X	13360 - MARCIO ADRIANO LEITE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	41,18
001	05	100	X	4973 - BECO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	05	100	X	4833 - 526	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	37,06
001	05	100	X	4795 - CONCORDIA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	05	100	X	4761 - ALEXANDRE PEGORARO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	4752 - AMERICO BALATKA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	4736 - ALEXANDRE PICCOLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	4710 - TUBARAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	52,71
001	05	100	X	4701 - TIJUCAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	960 - HERCULANO COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	148,23
001	05	100	X	4604 - OLAVO BILAC	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	935 - QUINTINO BOCAIUVA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	100	X	4442 - 512	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	100	X	4361 - WILAMIR ANTONIO GIARETTA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	100	X	4311 - JOAQUIM RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	100	X	4302 - VITAL ANTONIO ALMEIDA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	05	100	X	4264 - HUGO HONAISSER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	4256 - VICTOR KONDER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	4248 - MARECHAL HERMES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	4221 - PADRE FEIJO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	05	100	X	4213 - FRANCA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,88
001	05	100	X	4108 - SEBASTIAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	100	X	4094 - PEDRO FRANCISCO FORESTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	100	X	4078 - CAMBORIU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	150	X	4043 - BIGUACU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 17/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	05	150	X	13156 - ARISTIDES MORIGGI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	25,53
001	05	150	X	12431 - MACIEIRA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	32,94
001	05	150	X	4990 - ROMULO PEREIRA DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4841 - NAPOLEAO RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4825 - ARESTIDES MORIGI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4817 - CESTELIO SOLIMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	39,53
001	05	150	X	4809 - ALBINA MARIA BISCARO ZARDO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	39,53
001	05	150	X	4779 - BOM PASTOR	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	05	150	X	4574 - INGLATERRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	150	X	4523 - ALEMANHA	Sim	Não	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	150	X	4507 - HERMINIO ALVES DE MORAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4485 - SAVOIA ASSEF	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4370 - AUGUSTO XAVIER PAES	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	150	X	4086 - JOAO FORESTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	150	X	4060 - MARECHAL FLORIANO PEIXOTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	200	X	4051 - ORLEANS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	13358 - HILARIO BAÚ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	34,59
001	05	200	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	200	X	12619 - PALMIRA DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	200	X	12189 - COMENDADOR CAETANO BALVEDI	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	98,82
001	05	200	X	1052 - CARLOS DALMAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	45,29
001	05	200	X	4965 - DOMINGOS FURTADO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	200	X	4931 - TOMAZ WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	200	X	4744 - LAGUNA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	4728 - MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	4698 - URUSSANGA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	4680 - SAO FRANCISCO DE ASSIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	82,35
001	05	200	X	4663 - HERCILIO LUZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	200	X	4647 - CRUZ E SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	200	X	4531 - AUGUSTO DRIESSEN	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	4515 - VITORIO CHIARELLO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	05	200	X	4396 - SILVESTRE PETRIKOWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	200	X	4370 - AUGUSTO XAVIER PAES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	200	X	4345 - RICARDO FENDT	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	200	X	4329 - IRACEMA MARIA GOMES DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	200	X	4302 - VITAL ANTONIO ALMEIDA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	200	X	4264 - HUGO HONAISSER	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	05	200	X	4230 - PAULO CASTELLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	05	200	X	4205 - PORTUGAL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	200	X	4175 - CANADA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	200	X	4167 - BELGICA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	250	X	12670 - FRANCISCO ASSIS BEJAMINI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	05	250	X	12655 - JOANNA ANNHICE SANTIN DALMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	250	X	4876 - GENY DE JESUS AFONSO CARNEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	250	X	4868 - 534	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	250	X	4671 - VICTOR MEIRELLES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	250	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	250	X	4566 - ISRAEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	250	X	4540 - HOLANDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	300	X	4043 - BIGUACU	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	41,18



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 18/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	05	300	X	4922 - VERGINIA SCAPINELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	300	X	4914 - PADRE AGOSTINHO DIETRICH	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	300	X	4850 - ALCIDES TOMBINI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	05	300	X	4787 - JOINVILLE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	05	300	X	4655 - IRMAO GUIDO GABRIEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	300	X	4621 - PINHEIRO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	05	300	X	4612 - MILTHON ANTONIO ZAMPRONIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	300	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	05	300	X	4515 - VITORIO CHIARELLO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	05	300	X	4418 - IZIDORO BELOTTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	300	X	4388 - ESTEFANO BOIKO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	300	X	4353 - MARTINHO INÁCIO TRINDADE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	05	300	X	4272 - JOSE BONIFACIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	300	X	4191 - ITALIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	300	X	4183 - LIBANO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	300	X	4159 - PRESIDENTE KENNEDY	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	300	X	4141 - PRESIDENTE CASTELO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	300	X	4132 - ORESTES PEREIRA GOMES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	300	X	4124 - TOMAZ GONÇALVES PADILHA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	300	X	4078 - CAMBORIU	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	350	X	4957 - DINAMARCA	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	350	X	4728 - MAFRA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	350	X	4426 - LUIZ CAETANO FRANCIO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	350	X	4400 - JOSE CEZARIO GUZZI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	400	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	400	X	4019 - BRUSQUE	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	05	400	X	4639 - PAULINO LEAO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	05	400	X	4221 - PADRE FEIJO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	98,82
001	05	450	X	4680 - SAO FRANCISCO DE ASSIS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	98,82
001	05	500	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	05	500	X	4957 - DINAMARCA	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	25,53
001	05	500	X	4931 - TOMAZ WISNIEWSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	05	500	X	4655 - IRMAO GUIDO GABRIEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	90,59
001	05	500	X	4621 - PINHEIRO MACHADO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	05	500	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	65,88
001	05	500	X	4558 - ESTADOS UNIDOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	500	X	4426 - LUIZ CAETANO FRANCIO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	9,88
001	05	500	X	4418 - IZIDORO BELOTTO	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	9,88
001	05	500	X	4400 - JOSE CEZARIO GUZZI	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	25,53
001	05	500	X	13474 - BERNARDO PRIMO NORA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	16,47
001	05	500	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	05	600	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	05	700	X	12122 - FAHDO THOME	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	25,53
001	05	700	X	4591 - DOMINGOS SORGATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	49,41
001	05	700	X	4388 - ESTEFANO BOIKO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,35
001	05	700	X	4337 - ANTONIO COMAZZETTO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	05	800	X	4019 - BRUSQUE	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	05	800	X	4884 - 530	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	800	X	4281 - TIRADENTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	900	X	4906 - HELENA WISNIEWSKI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	23,06



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 19/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lím	Plu	Valor M²
001	05	900	X	4892 - SANTOS MARIO SCAPINELLI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	05	1000	X	4035 - IRMAO TOMAZ	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	65,88
001	05	1000	X	12122 - FAHDO THOME	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	10,71
001	05	1000	X	510 - HONORINO MORO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	1000	X	4337 - ANTONIO COMAZZETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	1000	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	12,35
001	05	1100	X	4116 - ALFREDO CACHOEIRA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	05	1200	X	510 - HONORINO MORO	Não	Sim	Não	Sim	Não	Não	10,71
001	05	1200	X	4281 - TIRADENTES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	05	1500	X	64 - BARAO DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	329,41
001	05	2500	X	4949 - ANTONINA GLUSZCZAK	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	50	X	13369 - CHICO MENDES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	20,59
001	06	50	X	13183 - EUCALIPTO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	50	X	13182 - PALMITOS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	50	X	5929 - MARIO DE PAULA CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	50	X	5881 - SYLVANO PROENCIO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	50	X	5651 - 5	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	06	50	X	5554 - D	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	50	X	5201 - PARA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	50	X	13370 - RENATO BASEGGIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Sim	20,59
001	06	100	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	123,53
001	06	100	X	1406 - SANTA BERNADETE	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	16,47
001	06	100	X	5911 - CANDIDA ANTONIA DO CANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	16,47
001	06	100	X	5872 - BELA VISTA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	100	X	5864 - FRANCISCO MENEGAZZO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	100	X	5830 - LEONEL EMILIO AIMI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	100	X	5821 - SEBASTIÃO DOS SANTOS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	100	X	5814 - MARIA DOS PRAZERES SANTOS	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	100	X	5791 - VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	9,88
001	06	100	X	5775 - C	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	100	X	5767 - INACIO ALVES DA SILVA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	100	X	5759 - EMILIO PREVEDO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	100	X	5732 - DANILO MANFROI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	100	X	5724 - WALDEMAR FAUTH	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	100	X	5708 - PASCOAL DE JESUS LOPES	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	100	X	5621 - PASQUAL CASSOL	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5620 - ARI PONTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5619 - DANTE SABEDOT	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5618 - DESBRAVADOR JOAIR DOS SANTOS LIMA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5617 - JOAO NEI PONTES	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5571 - JAIRO GERONIMO COELHO DE SOUZA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	06	100	X	5511 - ANGELO BOGIO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	100	X	5481 - 622	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	06	100	X	5431 - ABSALAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	06	100	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	100	X	5392 - CAMPOS SALLES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	06	100	X	5384 - DA PAZ	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	06	100	X	5376 - JOSE RIBEIRO DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	06	100	X	5368 - 617	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	06	100	X	5333 - ABILIO PAES CARNEIRO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 20/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	06	100	X	5325 - AMAZONAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	28,82
001	06	100	X	5261 - PRINCESA IZABEL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	06	100	X	5198 - IVO GILBERTO BUENO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	100	X	5171 - SERGIPE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	100	X	5104 - BAHIA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	100	X	5091 - BENJAMIN ZANDAVALLI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	100	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	100	X	5066 - IVO A. ROVEDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	06	100	X	5031 - PEDRO BUSATO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	100	X	5015 - 600	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	06	100	X	4361 - WILAMIR ANTONIO GIARETTA	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Não	25,53
001	06	150	X	5465 - RIO DE JANEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	150	X	5457 - ESPIRITO SANTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	150	X	5422 - HAMILCAS CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	150	X	5279 - GUALBERTO RAMALHO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	06	150	X	5210 - RORAIMA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	150	X	5180 - ACRE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	150	X	5147 - 601	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	150	X	5082 - CASTRO ALVES	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	150	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	06	150	X	5058 - FRANCISCO SCHNEIDER	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	200	X	13302 - ATILIO CECCATTO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	06	200	X	13301 - CLOVIS JOÃO DALLAZEM	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	06	200	X	13007 - VIDAL CHAVES	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	28,82
001	06	200	X	12357 - Rua nº: 12357	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	28,82
001	06	200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	45,29
001	06	200	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	49,41
001	06	200	X	5856 - ABILIO VIERO	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	200	X	5848 - URSULA SCAPINELLI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	200	X	5813 - ODAIR ROQUE TOMBINI POMPERMAYER	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	200	X	5805 - HONORINO ALFREDO FILIPPON	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	200	X	5791 - VEREADOR ETELVINO PEDRASSANI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	200	X	5783 - D	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	200	X	5741 - ANTONIO DE PAULA RIBAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	200	X	5716 - FERMINA DA CONCEIÇÃO CARNEIRO RIBAS	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	200	X	5694 - JOSÉ FERREIRA	Não	Não	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	200	X	5686 - LEOCADIA KERBER PIVATO	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5678 - 3 OLSEN 1	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5660 - 2	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5589 - LEONARDO OLINDO WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5520 - DOMINGOS PIVATTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5503 - MARIA HERONDINA TRISTAO	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	32,94
001	06	200	X	5500 - WALDOMIRO WITIUK	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	200	X	5406 - VISCONDE DO RIO BRANCO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	06	200	X	5350 - JOAO ROSA DOS SANTOS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5341 - JOAO CASTELANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	200	X	5244 - PEDRO DEBONI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	200	X	5228 - ARTUR TREVISANI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	28,82
001	06	200	X	5139 - RIO GRANDE DO SUL	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	200	X	2019 - SD TABAJARA	Sim	Sim	Não	Não	Não	Não	23,06



ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE CAÇADOR

Página: 21/21

VALORES DA PLANTA GENÉRICA - EXERCÍCIO 2015

Distrito	Setor	Seção	Lado	Código/Nome Rua	Ilu	Lix	Clo	Pav	Lim	Plu	Valor M²
001	06	200	X	13371 - S.D	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	24,71
001	06	250	X	5635 - SILVIO SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	06	250	X	5627 - BAZBINA AKKAR	Não	Não	Não	Não	Não	Não	41,18
001	06	250	X	5597 - JULIO WISNIEWSKI	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	250	X	5562 - MARIA SCHUMANN ROTTA	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	06	250	X	5546 - DOMINGOS PEDRO MACHADO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	250	X	5538 - JOSE DE SOUZA TRINDADE	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	250	X	5236 - ALOYS HONORIO WAGNER	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	250	X	5163 - ANTONIO ROSSETTO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	250	X	5155 - JOSE ANTONIO PIVATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	250	X	5023 - FERNANDO BADOTTI	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	300	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	06	300	X	5899 - APARICIO MANTOVANI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	20,59
001	06	300	X	5601 - JOSE GLUSZCZAK	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	20,59
001	06	300	X	5562 - MARIA SCHUMANN ROTTA	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	06	300	X	5490 - JOSE BENTO TRISTAO	Não	Sim	Não	Sim	Sim	Não	25,53
001	06	300	X	5317 - IVO RAISEL	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	300	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	06	300	X	5112 - SAO PAULO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	300	X	5040 - LUIZ SIMAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	400	X	773 - MARQUES DE OLINDA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	400	X	5643 - JACOB SANTI	Não	Não	Não	Não	Sim	Não	32,94
001	06	400	X	5449 - MINAS GERAIS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	57,65
001	06	400	X	5431 - ABSALAO CARNEIRO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	400	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	400	X	5325 - AMAZONAS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	400	X	5295 - GUERINO ANDREA ZANATTA	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	25,53
001	06	400	X	5121 - GUANABARA	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	06	500	X	862 - JOSE REICHMANN	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	65,88
001	06	500	X	854 - CARLOS COELHO DE SOUZA	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	500	X	5414 - FREI ROGERIO	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	24,71
001	06	500	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	9,88
001	06	500	X	5252 - JOSEFINA CONTI	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	41,18
001	06	500	X	5244 - PEDRO DEBONI	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	600	X	9517 - BENJAMIN BRASIL	Não	Não	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	600	X	5473 - 621	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	600	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	123,53
001	06	700	X	5309 - OSMAR BAPTISTA STIEVENS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	25,53
001	06	700	X	5074 - VIDAL RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	41,18
001	06	700	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Sim	Sim	Não	Sim	Sim	Não	49,41
001	06	1000	X	9690 - GERHARD FEZER	Sim	Não	Não	Sim	Não	Não	9,88
001	06	1200	X	846 - GOIAS	Sim	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	06	1300	X	5287 - HUMBERTO BUSATO	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	1300	X	919 - ARISTILIANO RAMOS	Não	Sim	Não	Não	Não	Não	23,06
001	06	1500	X	5325 - AMAZONAS	Não	Sim	Não	Não	Sim	Não	23,06
001	4	3100	X	1729 - ENGENHEIRO LOURENÇO FAORO	Sim	Sim	Não	Sim	Não	Não	13,38

Total de Ruas : 1046

Camboriú

PREFEITURA

TP 12 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2014 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRA ESTRUTURA EM DIVERSOS LOCAIS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 14 (Catorze) de Janeiro de 2015, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

CUSTO DO EDITAL: R\$ 20,00 (VINTE REAIS)

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Dezembro de 2014

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

PR 99/14 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 099/2014-PMC

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA EXECUÇÃO INDIRETA E CONTINUADA, DOS SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE VIAGENS, FORNECIMENTO DE PASSAGENS AÉREAS EM ÂMBITO NACIONAL, INCLUINDO EMISSÃO, CANCELAMENTO, REMARCAÇÃO, ENDOSSO, ENTREGA DE BILHETES OU ORDEM DE PASSAGENS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002 e Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:00 horas do dia 15 (Quinze) de Dezembro de 2014, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 03 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

ANULAÇÃO TP 001/14 - FUCAM

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

ANULAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2014-FUCAM

O Município de Camboriú, através da Secretaria da Administração torna público que resolve anular o Processo Licitatório Nº. 005/2014 cujo objeto é: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA EXECUÇÃO DE CASA DE ESTUFA E CASA DE SOMBRA, EM ESTRUTURA METÁLICA DE AÇO GALVANIZADO, SEGUINDO AS NORMAS DA ABNT, QUE SERVIRÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DO HORTO MUNICIPAL, CONFORME CONVÊNIO 07/2014/FRBL E PROJETOS BÁSICOS E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO, como segue: "RESOLVE ANULAR CONFORME ART. 49 CAPUT DA LEI 8.666/1993 E ALTERAÇÕES".

Quaisquer esclarecimentos podem ser obtidos pelo telefone 047 3365-9500.

Camboriú SC, 03 de Dezembro de 2014.

LUZIA LOURDES COPPI MATHIAS

Prefeita Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1308/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1308/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
GQA7268	55727581E	6599/2	08/10/2014	230 * V
GQA7268	55727582E	5118/0	08/10/2014	164 c/c 162 * I
GQA7268	55727583E	5010/0	08/10/2014	162 * I
GQA7268	55727584E	6637/2	08/10/2014	230 * IX
GQA7268	55727585E	6912/0	08/10/2014	232
GQA7268	55727586E	6610/2	08/10/2014	230 * VII
GQA7268	55727588E	5274/1	08/10/2014	175
IDH8826	54950499E	6599/2	07/11/2014	230 * V
IDH8826	54950500E	6580/0	07/11/2014	230 * IV
JQR1968	54624191E	5037/1	23/10/2014	162 * III
JQR1968	54624192E	6599/2	23/10/2014	230 * V
MCJ2456	54624198E	6599/2	02/11/2014	230 * V
MCJ2456	54624199E	5010/0	02/11/2014	162 * I
MCJ2456	54624200E	6912/0	02/11/2014	232
MEK7362	54950497E	6769/1	04/11/2014	230 * XXII
MEZ1844	55727579E	5274/1	05/10/2014	175
MFX2387	54949979E	6599/2	05/10/2014	230 * V
MFX2387	54949980E	5010/0	05/10/2014	162 * I
MFX2387	54949981E	5169/1	05/10/2014	165
MHD8085	54947343E	5274/1	01/11/2014	175
MHD8085	54947348E	5169/1	01/11/2014	165
MIG4047	54947475E	6599/2	25/10/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIU/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO Nº 194 - 1309/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1309/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACV8188	55728052E	5185/1	05/11/2014	167
ADZ1561	55727047E	5185/1	03/11/2014	167
AKC5414	55727967E	5185/1	03/11/2014	167
AUO3698	55727910E	6050/1	01/11/2014	208
GQA7268	55727587E	5835/0	08/10/2014	195
IFY2911	55727391E	5185/1	09/10/2014	167
MDU3277	54948941E	5568/0	06/10/2014	181 * XIX
MEZ1844	55727578E	5185/1	05/10/2014	167
MEZ1844	55727580E	7315/0	05/10/2014	252 * I
MFF4168	55004625D	5541/5	03/11/2014	181 * XVII
MF5365	55726915E	5568/0	05/10/2014	181 * XIX
MGU4066	55004644D	5185/1	08/11/2014	167
MHK2093	55004627D	5541/5	04/11/2014	181 * XVII
MIY0712	55004628D	5410/0	04/11/2014	181 * IV
MIZ1136	55727046E	5185/1	03/11/2014	167
MKF6006	55004642D	7366/2	07/11/2014	252 * VI
MKW6188	55727299E	5487/0	03/11/2014	181 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 3 DE DEZEMBRO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

ATA 2 TP 107/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório TP nº 107/2014)

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, se reuniram em sessão pública, Irineu Woitskovski Junior, Maria Cristina Marciniak Munhoz e Lilian Terezinha Bartsch, membros da Comissão Permanente de Licitações (nomeados através do Decreto Municipal nº 8.125 de 06 de janeiro de 2014) responsáveis pelo Processo Licitatório nº 107/2014, modalidade Tomada de Preços que tem por objeto o Fornecimento de material e mão de obra, para ampliação do prédio da Creche Chapeuzinho Vermelho, Rua Profº Rufino Blaskovsky Bateias de Baixo, neste Município. Inicialmente a Presidente declarou aberta a sessão. As licitantes não se fizeram presentes na sessão. Conforme decorrido o prazo para apresentação de recurso quanto ao julgamento dos documentos, em atendimento a Lei Federal 8.666/93, passou-se à abertura dos envelopes das propostas comercial das empresas licitantes HABILITADAS: LN CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ 10.834.999/0001-28, BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - CNPJ: 05.401.426/0001-70. O critério de julgamento é pelo requisito menor preço GLOBAL. A empresa LN CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 126.934,78 e a empresa BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA apresentou proposta no valor de R\$ 125.751,95. As propostas foram analisadas e rubricadas pelos membros da Comissão e sendo assim, a Comissão julgou a empresa BRUVETC ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA - vencedora da presente licitação com o valor global de R\$ 125.751,95. As licitantes apresentaram Declaração de Desistência de recursos quanto ao julgamento da proposta e ficam desde já intimadas do resultado. Nada mais a tratar, encerra-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Maria Cristina Marciniak Munhoz
Presidente da Comissão de Licitação

Irineu Woitskovski Junior,
Secretário

Lilian Terezinha Bartsch
Membro da Comissão

DECRETO Nº 8.697 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.697 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO DO ORÇAMENTO VIGENTE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta: Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 6.500,00 (seis mil, quinhentos reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.
03.01 -	Serviço de Administração

04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339036.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física	R\$ 6.500,00

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de anulação parcial da seguinte Dotação do Orçamento vigente.

03.00 -	Secretaria Municipal de Administração.	
03.01 -	Serviço de Administração	
04.122.0005.2.102 -	Manutenção e Coordenação das Atividades da Secretaria de Administração	
300000.00.896 -	Despesas Correntes	
330000.00.896 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.896 -	Aplicações Diretas	
339039.00.896 -	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	R\$ 6.500,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º) Revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 8.692 de 01 de dezembro de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 8.698 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 8.698 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO VIGENTE DO IPRECAL.

O Prefeito do Município de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei Municipal nº 4.045 de 10 de dezembro de 2013; Decreta:

Art.1º) Abre Crédito Suplementar no valor de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), a fim de suplementar a seguinte Dotação do Orçamento Vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.
300000.00.141 -	Despesas Correntes
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes
339000.00.141 -	Aplicações Diretas

339001.00.141 -	Aposentadorias e Reformas	R\$ 12.000,00
-----------------	---------------------------	---------------

Art.2º) O crédito a que se refere o Artigo primeiro deste Decreto, correrá por conta de Anulação Parcial das seguintes Dotações do Orçamento vigente do IPRECAL.

94.00 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
94.02 -	IPRECAL - Instituto de Previdência Social	
09.272.0066.2.033 -	Pagamento de Aposentadorias, Pensões e Benefícios Temporários.	
300000.00.141 -	Despesas Correntes	
330000.00.141 -	Outras Despesas Correntes	
339000.00.141 -	Aplicações Diretas	
339003.00.141 -	Pensões	R\$ 6.000,00
339005.00.141 -	Outros Benefícios Previdenciários	R\$ 6.000,00
	TOTAL	R\$ 12.000,00

Art.3º) Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 27 de Novembro de 2014.

Art.4º) Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
02 de Dezembro de 2014.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicado e registrado na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.220 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.220 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.137 DE 30 DE AGOSTO 2.006 QUE DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/SC.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e, ante a sanção tácita, ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. O art. 15 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 15. Admitem-se os seguintes usos na Zona de Produção (ZP):

I - Residências unifamiliares R1	
II - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1	
III - Comércio Varejista C2	
IV - Comércio Atacadista C3	
V - Escritórios de Prestação de Serviços e Similares S1	

VI - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2	
VII - Clínicas de Repouso, SPA e Similares S3	
VIII - Instituições Culturais e de Ensino E1	
IX - Clubes Recreativos, de Lazer e Sedes Campestres E2	
X - Chácaras, Sítios e Fazendas E3	
XI - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4	
XII - Instituições Públicas e Governamentais E5	
XIII - Oficinas em Geral e Postos de Combustível S4	
XIV - Indústria Leve e de Pequeno Porte I1	
XV - Agroindústria A1	
XVI - Microempreendedor Individual MEI	
XVI - Residências Multifamiliares R2	

§ 1º - As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos em geral; 04 (zero quatro) pavimentos para hotéis, pousadas e congêneres sob outorga onerosa; e 03 (zero três) pavimentos para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa;

b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta) por cento para o uso A1 e atividades agrícolas; 2,5% (dois vírgula cinco) por cento para os usos R1, MEI, C1, C2, C3, S1, S2, S3 e S4; 20% (vinte) por cento para os usos E1, E2, E3, E4, E5 e I1; 10% (dez por cento) para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa; e 20% (vinte por cento) para os usos S2 e S3 sob outorga onerosa;

1. Os empreendimentos de grande escala e que serão beneficiados pela outorga onerosa deverão ser submetidos ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC;

c) Recuo Frontal Mínimo: 10,0 (dez) Metros quando a frente for para via oficial e 16,0 (dezesesseis) metros quando a frente for para Servidão de Passagem;

d) Recuo Lateral Mínimo: 5,0 (cinco) metros;

e) Recuo Fundo Mínimo: 5,0 (cinco) metros;

f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 1% (um) por cento para o uso A1 e as atividades agrícolas; 0,05% (cinco centésimos) por cento para os usos R1, MEI, C1, C2, C3, S1, S2, S3 e S4; 20% (vinte) por cento para os usos E1, E2, E3, E4, E5 e I1; 0,3% (três décimos por cento) para os usos R1, C1, C2 e C3 sob outorga onerosa; 0,04% (quatro décimos) por cento para os usos S2 e S3 sob outorga onerosa;

1. Os empreendimentos de grande escala e que serão beneficiados pela outorga onerosa deverão ser submetidos ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC;

g) Lote Mínimo: 30.000,00 m² (trinta mil) metros quadrados salvo o previsto no parágrafo 2º deste artigo;

h) Testada Mínima: 50,0 (cinquenta) metros;

i) Taxa de Impermeabilização: 50% (cinquenta) por cento.

§ 2º - Quando se tratar de Servidão de Passagem, o lote mínimo de 30.000m² (trinta mil metros quadrados) deverá ter acrescido a sua área total, a área resultante da multiplicação de 12 (doze) metros pela testada da gleba com a Servidão de Passagem;

§ 3º - Será permitida a construção de 1 (uma) residência principal

e no máximo mais 3 (três) edificações residenciais de até 70 m² (setenta) metros quadrados, o que se dará mediante outorga onerosa;

§ 4º - A taxa de ocupação máxima para o uso R1 quando combinadas com os usos I1 e/ou A1 é de 10% (dez) por cento, sendo permitido ao excedente, a construção de galpões, estufas e edificações relacionadas à produção.

Art. 2º. O art. 20 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 20. Para fins de controle do uso e ocupação do solo, a área urbana do Município DE Campo Alegre/SC., será dividida nas seguintes zonas:

I - Zona Mista Diversificada - ZMD;

II - Zona Industrial Consolidada - ZIC;

III - Zona Residencial de Expansão - ZRE;

IV - Zona Residencial, Lazer e Turismo - ZRT;

V - Zona Histórica - ZH;

VI - Zona Diversificada com Restrição - ZDR;

VII - Zona de Proteção a Rodovia - ZPR;

VIII - Área de Parque - APQ;

IX - Zona de Preservação Permanente - ZPP;

X - Zona Especial de Interesse Social - ZEIS;

XI - Zona Mista Diversificada 2 - ZMD2;

XII - Zona Industrial - ZI;

XIII - Zona de Proteção a Rodovia 2 - ZPR-2;

XIV - Zona Especial de Interesse Hospitalar - ZEIH.

§ 1º Entende-se por Zona Mista Diversificada (ZMD), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias leves e de pequeno porte, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental (EIA), Relatório de Impacto do Meio Ambiente (RIMA) e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de municípios e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local;

§ 2º Entende-se por Zona Industrial Consolidada (ZIC), aquelas áreas atualmente ocupadas por indústrias de grande interferência no contexto físico e ambiental do Município. O que exige constante monitoramento e utilização de sistemas de gestão ambiental adequados ao seu potencial de risco e dano, ficando as mesmas condicionadas a crescimento controlado APARTIR DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA - (EIV), bem como instalação de novas indústrias.

§ 3º Entende-se por Zona Residencial de Expansão (ZRE), aquela área em que será estimulada maior concentração residencial, sem prejuízo das demais ocupações permitidas de modo a maximizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Para tanto os lotes terão dimensões menores, possibilitando o progressivo adensamento;

§ 4º Entende-se por Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), aquelas áreas que pelas características das belezas naturais, não apresentam condições adequadas para suportar determinadas formas de uso do solo sem prejuízo da paisagem natural, ou sem causar riscos de degradação, sendo assim, destinadas ao uso residencial e de prestação de serviço turístico e lazer. A área poderá ser ocupada por edificações isoladas, condomínios e construções destinadas para a diversidade de serviços, cultural e lazer, desde que não comprometam a estabilidade do solo. Todas as edificações aí implantadas ficam condicionadas a aprovação do órgão técnico competente. Visto as condições topográficas existentes, empregam-se aqui lotes maiores, com baixa taxa de ocupação, sendo que a vegetação nativa deverá ser preservada no restante do terreno de modo a evitar danos ao solo e as encostas, permitindo uma ocupação em harmonia com as condicionantes físicas

do terreno;

§ 5º Entende-se por Zona Histórica (ZH), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 (quarenta) metros do eixo da via, para ambos os lados, destinadas ao resgate cultural através da preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. São áreas de uso misto e de prestação de serviços, nas quais seus ocupantes deverão garantir sua manutenção. Os lotes serão maiores, com coeficiente de aproveitamento, taxa de ocupação e gabarito próprios, para que a paisagem e as edificações antigas fiquem em evidência. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento sequencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados;

§ 6º Entende-se por Zona Diversificada com Restrição (ZDR), aquelas áreas contidas na faixa linear de 40 (quarenta) metros do eixo da via, para ambos os lados, conforme anexo 4.1, destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de municípios e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando um melhor aproveitamento da infraestrutura local, devendo, porém, estar garantida a preservação do contexto Estrada Dona Francisca e dos monumentos arquitetônicos de interesse histórico e cultural cadastrados. Serão implantadas restrições para edificações novas ou ampliações que deverão conter altura inferior aos monumentos arquitetônicos cadastrados com escalonamento sequencial de mais um pavimento até o limite dos índices para ambos os lados;

§ 7º Entende-se por Zona de Proteção a Rodovia (ZPR), aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da Rodovia SC-418, numa largura de 100 m (cem metros) do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções da rodovia, zoneamento e malha urbana, devendo, portanto seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades, podendo os lotes constantes nesta faixa, mas sem confrontação com a referida Rodovia, optar pela caracterização do Zoneamento contíguo estabelecido;

§ 8º Entende-se por Área de Parque (APQ), aquela área destinada a preservar a diversidade biológica, conservando os recursos da fauna e da flora, bem como os paisagísticos, visando incentivar pesquisas científicas, educação ambiental e recreação ao ar livre, contribuindo ainda para o monitoramento ambiental orientado. Nela será permitida apenas a construção de equipamentos de lazer ao ar livre como quiosques e dependências necessárias aos serviços de conservação bem como, a colocação de mobiliários e equipamentos urbanos e edificação voltada ao uso científico, educacional e cultural compatível com a preservação ambiental. Por ser em locais impróprios ao adensamento urbano criou-se a área de parque com a finalidade de preservar os ecossistemas existentes, em especial a vida silvestre, promovendo ainda um diálogo cooperativo entre o homem e a natureza. Por apresentar notável valor paisagístico e edificações voltadas a educação ambiental, o parque também propicia fortalecer a economia local através do seu potencial turístico;

§ 9º Entende-se por Zona de Preservação Permanente (ZPP), aquelas áreas que devem ser permanentemente preservadas para a garantia do futuro do ambiente e do homem, sendo assim definidas pelo Artigo 4º da Lei Federal nº 12.651 de 25 de maio de 2012;

a) Campo Alegre se desenvolveu ao longo de seus rios com a ocupação da faixa de preservação permanente ao longo de seus leitos. Tais edificações além de irregulares, estão construídos às margens dos cursos da água, comprometendo a vazão natural e aumentando a degradação ambiental. A recuperação e preservação dessas

áreas são de fundamental importância no momento atual em que as fontes da água são prioridade absoluta para garantia do futuro. Essas áreas buscam diminuir a erosão e conseqüentes assoreamentos, promovendo a maior absorção da água pelas bacias de drenagem. Conseqüentemente permitem a manutenção das fontes hídricas em períodos de estiagem, diminuindo também os riscos de enxurradas e aumentando a qualidade da água para consumo. A preservação dos topos de morro também é fundamental para os aspectos da flora e da fauna locais. Com a entrada em vigor deste zoneamento, essas áreas sofrerão um "congelamento de ocupação" ficando expressamente proibido qualquer tipo de construção, ampliação ou nova ocupação das mesmas. Será promovido o adensamento e a recuperação da mata ciliar ficando eventuais ocupantes obrigados a sua preservação e manutenção;

§ 10 Entende-se por Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), aquelas áreas destinadas prioritariamente para a recuperação urbanística, a regularização fundiária e produção de habitações de interesse social, incluindo a recuperação de imóveis degradados, a provisão de equipamentos sociais e culturais, e espaços públicos em que haja interesse público expresso por esta lei ou por lei específica. A concepção básica do instrumento das (ZEIS) é incluir no Zoneamento da cidade uma categoria que permita, mediante um plano específico de urbanização, estabelecer padrões urbanísticos próprios para determinados assentamentos;

§ 11 Entende-se por Zona Mista Diversificada 2 (ZMD2), aquelas áreas destinadas em geral ao uso misto, de natureza residencial, institucional, comercial e de prestação de serviços permitindo maior flexibilidade de utilização. Será permitida a instalação de indústrias, desde que seja apresentado Estudo de Impacto Ambiental - EIA, Relatório de Impacto do Meio Ambiente - RIMA e esteja devidamente aprovada pelos órgãos ambientais competentes. Nesta área o foco principal fica sendo a geração de maior e melhor diversidade para o atendimento das necessidades mais imediatas de munícipes e turistas. Os lotes terão taxas de ocupação e coeficientes de aproveitamento próprios para uso residencial e de serviços, proporcionando melhor aproveitamento da infraestrutura local;

§ 12 Entende-se por Zona Industrial (ZI), aquelas áreas caracterizadas pela utilização predominantemente industrial. Nestas áreas ficará reservado o direito de preempção para o Município de Campo Alegre/SC.;

§ 13 Entende-se por Zona de Proteção à Rodovia 2 (ZPR-2), aquelas áreas contidas na faixa linear em toda extensão da Rodovia SC-110 que liga a Sede do Município de Campo Alegre ao Distrito de Bateias de Baixo, numa largura de 100 (cem) metros do eixo da via, para ambos os lados, visando preservar o eixo de trânsito e o acesso de impacto de interesse turístico buscando instalar e fortalecer atividades que gerem apoio crescente e qualificado de integração das funções da Rodovia, Zoneamento e malha urbana, devendo, portanto, seus lotes possuir dimensões adequadas a tais finalidades, podendo os lotes constantes nesta faixa, mas sem confrontação com a referida Rodovia, optar pela caracterização do Zoneamento contíguo estabelecido;

§ 14 Entende-se por Zona Especial de Interesse Hospitalar - ZEIH, aquela área contida na Zona Mista Diversificada atualmente ocupada pelo complexo hospitalar. A referida área poderá opcionalmente ser ocupada por gabarito superior ao permitido nas demais zonas de modo a maximizar o aproveitamento da infraestrutura instalada. Visando preservar a qualificação da paisagem, a referida zona terá taxa de ocupação menor para manter áreas livres com jardim e/ou circulação de pessoas".

Art. 3º. O art. 24 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 24. Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada (ZMD):

| I - Residências Unifamiliares R1

| -----
II - Residências Multifamiliares R2
III - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

IV - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

V - Comércio Varejista C2

VI - Comércio Atacadista C3

VII - Escritórios de Prestação de Serviços e Profissionais Liberais S1

VIII - Clínicas de Saúde, Hospitais e Laboratórios S3

IX - Instituições Culturais e de Ensino E1

X - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4

XI - Instituições Públicas e Governamentais E5

XII - Indústria Leve e de Pequeno Porte I1

XIII - Microempreendedor Individual MEI

Parágrafo Único. As edificações nesta zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor em vigor, o tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos conforme estabelece o Código de Obras do Município, além disso, cumprir os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito Máximo: 04 (zero quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) para os usos R1, R2, E4 e I1; e 70% (setenta por cento) para os usos C1, C2, C3, S1, S2, S3, E1 e E5;
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) metros somente para o uso R1;
- d) Recuo frontal mínimo com estacionamento: 6,0 (seis) metros;
- e) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta) centímetros por pavimento (escalonamento);
- f) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta) centímetros por pavimento (escalonamento);
- g) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito) metros;
- h) Lote mínimo: 360m² (trezentos e sessenta) metros quadrados de área útil;
- i) Testada mínima: 12,00 (doze) metros.

Art. 4º. O art. 26 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26. Admite os seguintes usos na Zona Residencial de Expansão (ZRE):

I - Residências Unifamiliares R1
II - Residências Multifamiliares R2

III - Comércio Varejista C2

IV - Comércio Atacadista C3

V - Escritório de Prestação de Serviços e Profissionais Liberais S1

|VI - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

|VII - Clínicas de Saúde, Hospitais, Laboratórios e Similares S3

|VIII - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

|IX - Instituições Culturais e de Ensino E1

|X - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4

|XI - Instituições Públicas e Governamentais E5

|XII - Microempreendedor Individual MEI

|XIII - Oficinas em Geral e Postos de Combustível S4

|XIV - Indústria Leve e de Pequeno Porte I1

§1º Admite-se os usos S4 e I1 na Zona Residencial de Expansão (ZRE) apenas nas margens da Rodovia SC-418;

§2º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (zero quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (zero quatro) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta) centímetros por pavimento (escalonamento);
- e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros até dois pavimentos; para construções acima de dois pavimentos, deverá o recuo ser de 50 cm (cinquenta) centímetros por pavimento (escalonamento);
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2 (dois) metros;
- g) Lote mínimo: 360,00 m² (trezentos e sessenta) metros quadrados de área útil;
- i) Testada mínima: 12,00 (doze) metros.

Art. 5º. O art. 27 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27. Admite-se na Zona Residencial, Lazer e Turismo (ZRT), os seguintes usos:

|I - Residências Unifamiliares R1

|II - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

|III - Clínicas de Saúde, Hospitais, Laboratórios e Similares S3

|IV - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

|V - Clubes Recreativos, de Lazer, Sede Campestre E2

|VI - Chácaras, Sítios e Fazendas E3

|VII - Clínicas de Repouso, SPA e Similares S3

|VIII - Instituições Culturais e de Ensino E1

|IX - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4

|X - Microempreendedor Individual MEI

|XI - Residências Multifamiliares R2

§1º No uso R1 será permitida a construção em proporção máxima de 01 (uma) unidade para cada 800 m² (oitocentos) metros quadrados de terreno;

§2º Os usos E1, E2 e E4 deverão ser submetidos a aprovação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC;

§3º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos em geral; 03 (zero três) pavimentos para o uso R1, sob outorga onerosa; e 04 (zero quatro) pavimentos para os usos S2 e S3, sob outorga onerosa;
- b) Taxa de ocupação máxima: 20% (vinte por cento); e 40% (quarenta) por cento para os usos R1, S2 e S3, sob outorga onerosa;
- c) Recuo frontal mínimo: 6,0 (seis) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 2,5 (dois vírgula cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,4 (zero vírgula quatro); 1,2 (um vírgula dois) para os usos R1, sob outorga onerosa; e 1,6 (um vírgula seis) para os usos S2 e S3, sob outorga onerosa;
- g) Lote mínimo: 3.200,00 m² (três mil e duzentos) metros quadrados;
- h) Testada mínima: 25,00 (vinte e cinco) metros.

Art. 6º. O art. 28 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 28. Admite-se na Zona Histórica (ZH), os seguintes usos:

|I - Residências Unifamiliares R1

|II - Residências Multifamiliares R2

|III - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

|IV - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

|V - Clubes Recreativos, de Lazer, Sede Campestre E2

|VI - Chácaras, Sítios e Fazendas E3

|VII - Clínicas de Repouso, SPA e Similares S3

|VIII - Instituições Culturais e de Ensino E1

|IX - Agroindústrias A1

|X - Microempreendedor Individual MEI

§1º Os usos comerciais, de serviços, institucionais e agroindústrias, deverão ser submetidos ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC;

§2º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento);
- c) Recuo frontal mínimo: 5,0 (sete) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 2,0 (dois vírgula cinco) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 2,0 (dois vírgula cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 01 (um);
- g) Lote mínimo: 450m² (quatrocentos e cinquenta) metros quadrados de área útil;
- h) Testada mínima: 15,00 (quinze) metros.

Art. 7º. O art. 29 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 29. Admite-se na Zona Diversificada com Restrição (ZDR), os seguintes usos:

|I - Residências Unifamiliares R1

II - Residências Multifamiliares R2

III - Comércio Varejista C2

IV - Comércio Atacadista C3

V - Escritórios de Prestação de Serviços e Profissionais Liberais S1

VI - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

VII - Clínicas de Saúde, Hospitais, Laboratórios e Similares S3

VIII - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

IX - Instituições Culturais e de Ensino E1

X - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4

XI - Instituições Públicas e Governamentais E5

XII - Postos de Combustíveis S4

XIII - Microempreendedor Individual MEI

§ 1º O uso determinado no inciso XII não inclui oficinas em geral;
§ 2º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta) por cento para os usos R1, R2 e E4; e 70% (setenta por cento) para os usos C1, C2, C3, S1, E1 e E5;
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito) metros;
- g) Lote mínimo: 360,00 m² (trezentos e sessenta) de área útil;
- h) Testada mínima: 12,00 (doze) metros.

§3º É facultado ao interessado que assim requerer junto a Prefeitura Municipal de Campo Alegre/SC., ocupar o alinhamento frontal e/ou laterais, até o 2º pavimento, o que se dará mediante outorga onerosa e a devida aprovação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC.

Art. 8º. O art. 30 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 30. Admite-se na Zona de Proteção à Rodovia (ZPR), os seguintes usos":

I - Residências Unifamiliares R1

II - Comércio Varejista C2

III - Comércio Atacadista e Depósitos em Geral C3

IV - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

V - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

VI - Clubes Recreativos, de Lazer, Sede Campestre E2

VII - Chácaras, Sítios e Fazendas E3

VIII - Clínicas de Repouso, SPA e Similares S3

IX - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4

X - Oficinas em Geral e Postos de Combustíveis S4

XI - Indústria I1

XII - Escritórios de Prestação de Serviços e Profissionais Liberais S1

XIII - Microempreendedor Individual MEI

XIV - Instituições Culturais e de Ensino E1

XV - Instituições Públicas e Governamentais E5

Parágrafo Único. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (dois) pavimentos em geral; e 04 (quatro) pavimentos para os usos S2, E1 e E5, sob outorga onerosa;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta por cento) em geral e 20% (vinte) por cento para o uso R1;
- c) Recuo frontal mínimo: A faixa de domínio do DEINFRA, mais 05 (zero cinco) METROS de recuo para a construção; dentro dos 05 (zero cinco) metros permite-se a construção de até 25,00 m² (vinte e cinco) metros quadrados, quando se tratar de guaritas, portarias ou similares;
- d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros em geral e 5,0 (cinco) metros para a Rodovia SC-418;
- e) Recuo fundo mínimo: 5,0 (cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 02 (zero dois);
- g) Lote mínimo: 1.500,00m² (um mil e quinhentos) metros quadrados;
- h) Testada mínima: 30,00 (trinta) metros.

Art. 9º. O art. 31 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 31. Admite-se na Área de Parque (APQ), os seguintes usos:

I - Residências Unifamiliares R1

II - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2

III - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1

IV - Clubes Recreativos, de Lazer, Sede Campestre E2

V - Chácaras, Sítios e Fazendas E3

VI - Instituições Culturais e de Ensino E1

VII - Instituições Públicas e Governamentais E5

VIII - Microempreendedor Individual MEI

§1º As edificações nesta zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos em geral; e 04 (zero quatro) pavimentos para o uso S2, sob outorga onerosa;
- b) Taxa de ocupação máxima: 40% (quarenta) por cento;
- c) Recuo frontal mínimo: 5,0 (cinco) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 2,0 (dois) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 2,0 (dois) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,8 (zero vírgula oito);
- g) Lote mínimo: 540 m² (quinhentos e quarenta) metros quadrados de área útil;
- h) Testada mínima: 18,00 (dezoito) metros.

§2º. Todos os usos deverão ser submetidos à aprovação pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do

Município de Campo Alegre/SC.

Art. 10. O art. 33 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 33. Admite-se os seguintes usos na Zona Especial de Interesse Social (ZEIS):

- | I - Residências unifamiliares R1
- | -----
- | II - Residências Multifamiliares R2
- | -----
- | III - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2
- | -----
- | IV - Instituições culturais e de ensino E1
- | -----
- | V - Associações comunitárias, igrejas e similares E4
- | -----
- | VI - Instituições públicas e governamentais E5
- | -----

§1º. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (zero quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 70% (setenta) por cento;
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito) metros;
- g) Lote mínimo: 200 m² (duzentos) metros quadrados de área útil;
- h) Testada mínima: 10,00 (dez) metros.

§2º. As edificações localizadas na referida Zona e que já se encontram em desconformidade com os índices e usos estabelecidos neste artigo serão regularizados por Lei específica.

Art. 11. O art. 34 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. Admite-se os seguintes usos na Zona Mista Diversificada 2 (ZMD-2):

- | I - Residências Unifamiliares R1
- | -----
- | II - Residências Multifamiliares R2
- | -----
- | III - Hotéis, Pousadas e Congêneres S2
- | -----
- | IV - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares C1
- | -----
- | V - Comércio Varejista C2
- | -----
- | VI - Comércio Atacadista C3
- | -----
- | VII - Escritórios de Prestação de Serviços e Profissionais Liberais S1
- | -----
- | VIII - Clínicas de Saúde, Hospitais, Laboratórios e Similares S3
- | -----
- | IX - Instituições Culturais e de Ensino E1
- | -----
- | X - Associações Comunitárias, Igrejas e Similares E4
- | -----
- | XI - Instituições públicas e Governamentais E5
- | -----
- | XII - Indústrias I
- | -----
- | XIII - Microempreendedor Individual MEI

| -----

Parágrafo Único. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 04 (zero quatro) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta) por cento para os usos R1, R2 E4 e I; e 70% (setenta por cento) para os demais usos;
- c) Recuo frontal mínimo: 4,0 (quatro) metros;
- d) Recuo frontal com estacionamento mínimo: 6,0 (seis) metros;
- e) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- f) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- g) Coeficiente de aproveitamento máximo: 2,8 (dois vírgula oito) metros;
- h) Lote mínimo: 360 m² (trezentos e sessenta) metros quadrados de área útil;
- i) Testada mínima: 12,00 (doze) metros.

Art. 12. O art. 35 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35. Admite-se os seguintes usos na Zona Industrial (ZI):

- | I - Residências unifamiliares restritas R3
- | -----
- | II - Comércio atacadista e depósitos em geral C3
- | -----
- | III - Indústrias I
- | -----
- | IV - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1
- | -----
- | V - Oficinas em geral e postos de combustíveis S4
- | -----
- | VI - Instituições culturais e de ensino E1
- | -----
- | VII - Instituições públicas e governamentais E5
- | -----
- | VIII - Condomínios Industriais CI
- | -----

§1º Para o uso R3, será permitida apenas uma residência por lote, limitada esta a 90 m² (noventa) metros quadrados;

§2º É permitido no caso do uso CI a combinação dos usos C1, C2, S2, S3 e E2 ao condomínio;

§3º O uso E1 deverá ser submetido à aprovação pelo Conselho Municipal de Educação;

§4º As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos;
- b) Taxa de ocupação máxima: 70% (setenta) por cento;
- c) Recuo frontal mínimo: 5,0 (cinco) metros;
- d) Recuo lateral mínimo: 5,0 (cinco) metros;
- e) Recuo fundo mínimo: 5,0 (cinco) metros;
- f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
- g) Lote mínimo: 1.500,00 m² (um mil e quinhentos) metros quadrados de área útil;
- h) Testada mínima: 30,00 (trinta) metros.

Art. 13. O art. 35-A da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 35-A. Admite-se na Zona de Proteção à Rodovia 2 (ZPR-2) os seguintes usos:

- | I - Residências unifamiliares R1
- | -----
- | II - Bares, restaurantes, pizzarias e similares C1

III - Comércio varejista C2

IV - Comércio atacadista C3

V - Instituições culturais e de ensino E1

VI - Escritórios de prestação de serviços e profissionais liberais S1

VII - Hotéis, pousadas e congêneres S2

VIII - Clínicas de repouso, SPA e similares S3

IX - Oficinas em geral e postos de combustíveis S4

X - Instituições culturais e de ensino E1

XI - Clubes recreativos, de lazer, sede campestre E2

XII - Chácaras, sítios e fazendas E3

XIII - Associações comunitárias, igrejas e similares E4

XIV - Instituições públicas e governamentais E5

XV - Indústrias I

XVI - Microempreendedor Individual MEI

Parágrafo Único. As edificações nesta Zona deverão respeitar os seguintes índices urbanísticos:

- a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos em geral; e 04 (zero quatro) pavimentos para os usos S2, E1 e E5, sob outorga onerosa;
 - b) Taxa de ocupação máxima: 50% (cinquenta) por cento em geral; e 20% (vinte) por cento para o uso R1;
 - c) Recuo frontal mínimo: A faixa de domínio do DEINFRA, mais 05 (zero cinco) metros de recuo para a construção; dentro dos 05 (zero cinco) metros permite-se a construção de até 25,00 m² (vinte e cinco) metros quadrados, quando se tratar de guaritas, portarias ou similares;
 - d) Recuo lateral mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
 - e) Recuo fundo mínimo: 1,5 (um vírgula cinco) metros;
 - f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,4 (zero vírgula quatro) metros;
 - g) Lote mínimo: 1.500,00m² (um mil e quinhentos) metros quadrados de área útil;
 - h) Testada mínima: 30,00 (trinta) metros.
- §2º O uso C1 para Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares nas ZPR-2 só será autorizado para o perímetro Urbano do Distrito de Bateias de Baixo e a localidade de Lageado.

Art. 14. O artigo 36 da Lei Municipal nº 3.137 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. Quanto aos usos observar-se-à ainda o seguinte:

- I - É considerada edícula qualquer área construída não habitável de no máximo 60,00 m² (sessenta) metros quadrados, com afastamento mínimo de 3,00 (três) metros de outras construções.
- II - Qualquer edificação, que utilizar as divisas de lados e fundos, não deverá ultrapassar o máximo de 30% (trinta) por cento do perímetro por lote, sendo permitidas as construções utilizando as divisas apenas nas seguintes Zonas: ZMD, ZMD-2, ZEIS, ZRE e ZDR;
- III - Nas Zonas de uso denominadas ZPR e ZPR-2 serão permitidas as ocupações de divisas apenas nos lotes consolidados e com frente inferior a 16,00 (dezesesseis) metros;
- IV - O índice de impermeabilização é a área do lote que pode ser coberta ou impermeabilizada com qualquer material impermeável.

Admite-se no máximo 10 pontos percentuais somados à taxa de ocupação permitida para a Zona, não devendo exceder este limite;

V - O uso Microempreendedor Individual (MEI) nas Zonas APQ, ZI, ZEIS ZH, ZP, ZRT, ZT e ZPP com ocupação consolidada, será permitida, desde que a atividade seja compatível com o uso residencial, não podendo caracterizar estabelecimento tipicamente comercial;

VI - No caso do inciso anterior a atividade desempenhada pelo Microempreendedor Individual poderá seguir os índices urbanísticos do uso R1, ficando este enquadramento a critério da Administração Pública Municipal.

Art. 15. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 02 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.221 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.221 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI MUNICIPAL Nº 3.148 DE 10 DE OUTUBRO 2.006 QUE DISPÕE SOBRE O PARCELAMENTO DO SOLO NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e, ante a sanção tácita, ele promulga a seguinte Lei.

Art. 1º. O art. 7º da Lei Municipal nº 3.148/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º. Para a realização do parcelamento com fins urbanos de imóvel rural localizado fora da Zona Urbana ou de expansão urbana, assim definidas por Lei Municipal, serão observadas as disposições do Artigo 96 do Decreto Federal nº 59.428, de 27 de outubro de 1.966 e do artigo 53 da Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1.979 e ainda as disposições das Leis que compõem o Plano Diretor Municipal.

§1º Para a realização da modalidade de parcelamento mencionada no caput deste artigo, com vistas à formação de núcleos urbanos, sítios de recreio ou a industrialização, caberá ao INCRA unicamente sua prévia anuência, desde que atendido pelo menos um dos seguintes requisitos:

- I - por suas características e situação, seja própria para a localização de serviços comunitários das áreas rurais circunvizinhas;
- II - seja oficialmente declarada Zona de Turismo;
- III - comprovadamente tenha perdido suas características produtivas.

§2º. A comprovação será providenciada pelo proprietário nos casos dos incisos I e II do parágrafo anterior através de declaração da municipalidade; no caso do inciso III do parágrafo anterior, se dará através de circunstanciado laudo assinado por técnico habilitado;

§3º. Confirmado uma das condições previstas no §1º deste Artigo, caberá ao INCRA proceder, a requerimento do interessado, a atualização do cadastro rural, desde que aprovado o parcelamento

pelo Serviço de Planejamento Urbanístico do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC. e com o devido Registro Imobiliário;

§4º. Nas hipóteses de parcelamento descritas nos incisos II e III do §1º deste Artigo, o interessado poderá requerer junto ao Serviço de Planejamento Urbanístico do Poder Executivo do Município de Campo Alegre/SC., a transformação da área rural em núcleo urbano, desde que obedecido o índice urbanístico para o lote mínimo de 5.000 m² (cinco mil) metros quadrados;

§5º. O pedido de transformação de que trata o parágrafo anterior deverá ser protocolado junto a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Serviço de Agricultura e Meio Ambiente deste Município com a documentação relativa:

I - O processo deverá ser encaminhado para a aprovação dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Econômico e Urbano e de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Campo Alegre/SC., juntamente com o anteprojeto de loteamento e a respectiva justificativa;

II - Após a aprovação dos Conselhos, caberá o Poder Executivo Municipal declarar oficialmente a área como "Zona de Turismo";

III - No caso da transformação ser fundamentada no inciso III do §1º deste artigo, o pedido deverá ser acompanhado do mapa de localização e do laudo elaborado por Engenheiro Agrônomo habilitado pelo CREA, com a emissão da respectiva ART - Anotação de Responsabilidade Técnica que comprove que o imóvel em questão perdeu suas características produtivas, tornando-se antieconômico seu aproveitamento.

§6º. Entende-se por "Zona de Turismo" o núcleo urbano em área rural cuja implantação respeitará os seguintes usos:

I - Residências unifamiliares (R1);

II - Hotéis, pousadas e congêneres (S2), o que se dará mediante outorga onerosa;

III - Clínicas de Repouso, SPA e similares (S3), o que se dará mediante outorga onerosa;

IV - Chácaras e Sítios (E4);

V - Clubes Recreativos, de Lazer e Sedes Campestres (E2);

VI - Agroindústria (A1);

VII - Bares, Restaurantes, Pizzarias e Similares (C1), o que se dará mediante outorga onerosa;

VIII - Comércio Varejista (C2), o que se dará mediante outorga onerosa;

§7º. Os usos S2, S3, C1 e C2 só poderão ser construídos ou instituídos em lotes confrontantes com logradouros públicos;

§8º. As edificações nesta Zona deverão respeitar integralmente o Plano Diretor Municipal em vigor, possuindo tratamento obrigatório dos efluentes líquidos e resíduos de esgotos, conforme estabelece o Código de Obras do Município, além de atender os seguintes índices urbanísticos:

a) Gabarito máximo: 02 (zero dois) pavimentos em geral; e 04 (zero quatro) pavimentos para o uso S2, sob outorga onerosa; e 03 (zero três) pavimentos para o uso R1, sob outorga onerosa;

b) Taxa de ocupação máxima: 10% (dez) por cento para os usos R1, E2 e E4; e 30% (trinta) por cento para os usos R1, C1, C2, S2 e S3 sob outorga onerosa; e 50% (cinquenta) por cento para o uso A1, podendo ser utilizado 10% (dez) por cento para o uso R1 e os demais para a construção de galpões, estufas e edificações relacionadas à produção;

c) Recuo frontal mínimo: 10,00 (dez) metros;

d) Recuo lateral mínimo: 5,00 (cinco) metros;

e) Recuo fundo mínimo: 5,00 (cinco) metros;

f) Coeficiente de aproveitamento máximo: 0,2 (zero vírgula dois);

g) Lote mínimo: 5.000,00 m² (cinco mil) metros quadrados;

h) Testada mínima: 30,00 (trinta) metros;

i) Taxa de impermeabilização: 12% (doze) por cento;

j) Taxa de preservação da mata nativa: 20% (vinte) por cento do lote.

§9º. Os empreendimentos de grande escala e a serem beneficiados pela outorga onerosa, prevista na alínea "b" do §8º deste Artigo, deverão ser submetidos ao Conselho Municipal de

Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC.;

§10. Quando a área não possuir a taxa de preservação da mata nativa de que trata a alínea "j" do parágrafo 8º deste Artigo, esta deverá ser completada até atingir a taxa mínima;

§11. Será permitida a construção de 01 (zero uma) residência principal e no máximo mais 03 (zero três) edificações residenciais de até 70 m² (setenta) metros quadrados, as quais só poderão ser construídas mediante outorga onerosa;

§12. A área privativa de cada lote deverá respeitar a medida mínima de 5.000,00 m² (cinco mil) metros quadrados de forma ininterrupta, sem considerar as áreas de uso comum e demais áreas acessórias;

§13. O Município de Campo Alegre/SC., fica autorizado a aplicar o "IPTU Progressivo" nos termos da Lei Complementar Municipal nº 037/2006 e a Lei Federal nº 10.257/2001 aos lotes atingidos pela modalidade de parcelamento prevista neste Artigo;

§14. O uso A1 nas "Zonas de Turismo" deverão respeitar as instituições de Condomínio e ser aprovado junto ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano do Município de Campo Alegre/SC., quando o Condomínio não tiver sido instituído.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Campo Alegre/SC, 02 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 02/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

LEI Nº 4.222 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 4.222 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"DISPÕE SOBRE O DIA MUNICIPAL DA MULHER RURAL".

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a todos habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores Decretou e eu sanciono a seguinte Lei;

Art.1º No dia 19 de setembro será comemorado o Dia Municipal da Mulher Rural.

Art.2º Esta Lei será regulamentada no que couber por Decreto.

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
03 de Dezembro de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada e registrada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 03/12/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

DECRETO Nº 13/1945 DE 02 DE JANEIRO DE 1945

DECRETO Nº 13-1945

NOMEIA ALDAIR EBERT PARA EXERCER O CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO E.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de Janeiro de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nesta Secretaria, em 02 de Janeiro de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO Nº 14/1945 DE 02 DE JANEIRO DE 1945

DECRETO Nº 14-1945

NOMEIA FRANCISCA XAVIER FARIAS PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Fevereiro de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto Lei nesta Secretaria, em 01 de Fevereiro de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

PORTARIA Nº 4/1945 DE 07 DE FEVEREIRO DE 1945

PORTARIA Nº 4-1945

DISPENSAR IRMÃ MARIA COLETA PLEZCZACK DAS FUNÇÕES DE ZELADORA DO CEMITÉRIO DESTA CIDADE.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 07 de Fevereiro de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Publicada nesta Secretaria, em 07 de Fevereiro de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO LEI Nº 1/1945 DE 22 DE MARÇO DE 1945

DECRETO LEI Nº 1-1945

DISPÕE SOBRE O PAGAMENTO DE VENCIMENTOS AOS PROFESSORES EM EXERCÍCIO EM ESCOLAS ISOLADAS.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 22 de Março de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria da Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 22 de Março de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

PORTARIA Nº 5/1945 DE 09 DE ABRIL DE 1945

PORTARIA Nº 5-1945

ALTERA A ESCALA DE FÉRIAS BAIXADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 1944.

PORTARIA OBSOLETA.

Campo Alegre, 09 de Abril de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 09 de abril de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO Nº 15/1945 DE 16 DE ABRIL DE 1945

DECRETO Nº 15-1945

CONCEDE LICENÇA AO TESOUREIRO DESTA PREFEITURA - ODORICO CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Abril de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 16 de Abril de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO Nº 16/1945 DE 16 DE ABRIL DE 1945

DECRETO Nº 16-1945

DESIGNA ALDAIR EBERT OCUPANTE DO CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO E PARA EXERCER O CARGO DE TESOUREIRO ENQUANTO DURAR O AFASTAMENTO DO RESPECTIVO TITULAR - ODORICO CUBAS.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Abril de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 16 de Abril de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO Nº 17/1945 DE 16 DE ABRIL DE 1945

DECRETO Nº 17-1945

CONCEDER EXONERAÇÃO DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA - HÉLIO DUARTE RÊGO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 16 de Abril de 1945.

JORGE DO AMARAL FARIA

Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 16 de Abril de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL

Secretário

DECRETO LEI Nº 2/1945 DE 20 DE ABRIL DE 1945
DECRETO LEI Nº 2-1945

OS VENCIMENTOS DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO MUNICÍPIO FICAM ELEVADOS, A PARTIR DE 1º DE JANEIRO DO CORRENTE ANO.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 20 de Abril de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 20 de Abril de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 18/1945 DE 02 DE MAIO DE 1945

DECRETO Nº 18-1945

NOMEAR FRANCISCO MANOEL AGOSTINHO FILHO PARA EXERCER EM SUBSTITUIÇÃO, ENQUANTO DURAR O AFASTAMENTO DO RESPECTIVO TITULAR O CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO E.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 02 de Maio de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 02 de Maio de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 19/1945 DE 24 DE MAIO DE 1945

DECRETO Nº 19-1945

NOMEAR JOEL CUBAS PARA EXERCER EM SUBSTITUIÇÃO, ENQUANTO DURAR O AFASTAMENTO DO RESPECTIVO TITULAR DO CARGO DE AGENTE MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 24 de Maio de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 24 de Maio de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 20/1945 DE 01 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 20-1945

EXONERAR FRANCISCO MANOEL AGOSTINHO FILHO DO CARGO DE ESCRITURÁRIO PADRÃO F.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Junho de 1945.

AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 21/1945 DE 01 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 21-1945

NOMEAR FRANCISCO MANOEL AGOSTINHO FILHO PARA EXERCER O CARGO DE COVEIRO PADRÃO A.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 22/1945 DE 01 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 22-1945

EXONERAR ALDAIR EBERT DAS FUNÇÕES DE TESOUREIRO PADRÃO I DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 3/1945 DE 01 DE JUNHO DE 1945

DECRETO LEI Nº 3-1945

ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA PAGAMENTO DO FISCAL AUXILIAR.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 23/1945 DE 01 DE JUNHO DE 1945

DECRETO Nº 23-1945

NOMEAR HENRIQUE GUILHERME PISKE PARA EXERCER O CARGO DE FISCAL AUXILIAR PADRÃO D DO QUADRO ÚNICO DO MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 01 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 01 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 4/1945 DE 05 DE JUNHO DE 1945
DECRETO LEI Nº 4-1945
ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA CONSTRUÇÃO DE TRÊS PON-
TILHÕES.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 05 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO LEI Nº 5/1945 DE 05 DE JUNHO DE 1945
DECRETO LEI Nº 5-1945
ABRE CRÉDITO ESPECIAL PARA AUXÍLIO NA CONSTRUÇÃO DO
POSTO DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL DE MAFRA.

DECRETO LEI OBSOLETO.

Campo Alegre, 05 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 05 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

DECRETO Nº 24/1945 DE 08 DE JUNHO DE 1945
DECRETO Nº 24-1945
EXONERAR AMÉRICO GOMES DO AMARAL DO CARGO DE AGENTE
MUNICIPAL DE ESTATÍSTICA PADRÃO H, DO QUADRO ÚNICO DO
MUNICÍPIO.

DECRETO OBSOLETO.

Campo Alegre, 08 de Junho de 1945.
JORGE DO AMARAL FARIA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Campo Alegre, em 08 de Junho de 1945.
AMERICO GOMES DO AMARAL
Secretário

Campos Novos

PREFEITURA

**LEI Nº. 4.096/14 DE 02/12/2014 ABRE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO**

LEI Nº 4.096/2014 DE 02/12/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO
MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de
Santa Catarina, no uso de suas atribuições previstas no Art. 100,
inciso VIII da Lei Orgânica.

FAZ SABER A TODOS OS HABITANTES DESTA MUNICÍPIO QUE A
CAMARA MUNICIPAL APROVOU, E ELE SANCIONA A PRESENTE
LEI:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamen-
to do Município, no valor de R\$ 1.363.541,48 (Um Milhão Trezentos
e sessenta e Três Mil Quinhentos e quarenta e um mil e quarenta e
oito centavos) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12- DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.013-Manutenção do Departamento do
Ensino Fundamental
Elemento de despesa: 64- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- aplicações diretas R\$ 652.499,25

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-
MO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-
RACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037-Manutenção do Departamento de
Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 182- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0017.00
0000- aplicações diretas R\$ 27.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-
MO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-
RACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037-Manutenção do Departamento de
Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 181- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0017.00
0000- aplicações diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-
MO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-
RACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037- Manutenção do Departamento de
Estradas e Rodagem
Elemento de despesa: 182- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0017.00
0000- aplicações diretas R\$ 197.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANIS-
MO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPE-
RACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037-Manutenção do Departamento de
Estrada e Rodagem
Elemento de despesa: 181- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0017.00
0000- aplicações diretas R\$ 1.499,25

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 12-DEPARTAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.013 Manutenção do departamento do Ensino Fundamental
Elemento de despesa: 64- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- aplicações diretas R\$ 145.542,98

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 13-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE ESCOLAR-GERÊNCIA TRANSPORTE
PROJETO ATIVIDADE: 2.014 Manutenção do Departamento de Transporte Escolar-Gerência Transporte
Elemento de despesa: 73- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0058.000
000- aplicações diretas R\$ 330.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos provenientes das seguintes dotações orçamentárias.

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.037-Manutenção do Departamento de Estrada e Rodagem
Elemento de despesa: 125- 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- aplicações diretas R\$ 652.499,25

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.038-Manutenção da Iluminação Pública
Elemento de despesa: 177- 3.1.90.00.00.00.00.00.03.0017.000
000- aplicações diretas R\$ 27.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 2.038-Manutenção da Iluminação Pública
Elemento de despesa: 123- 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0017.000
000- aplicações diretas R\$ 10.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 1.011-Reequipamento da Secretaria de Transportes, Obras e Urbanismo
Elemento de despesa: 178- 4.4.90.00.00.00.00.00.03.0017.000
000- aplicações diretas R\$ 197.000,00

ÓRGÃO: 08- SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO
UNIDADE: 25- DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO E APOIO OPERACIONAL
PROJETO ATIVIDADE: 1.012-Construção de Redes de Energia Elétrica
Elemento de despesa: 174- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0017.000
000- aplicações diretas R\$ 1.499,25

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10-DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR
PROJETO ATIVIDADE: 1.014 Construções, Ampliações e Reforma nas Creches
Elemento de despesa: 047- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0000.000
000- aplicações diretas R\$ 145.542,98

ÓRGÃO: 04- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE: 10-DEP. DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL-PRÉ ESCOLAR
PROJETO ATIVIDADE: 1.014 Construções, Ampliações e Reforma nas Creches
Elemento de despesa: 168- 4.4.90.00.00.00.00.00.01.0058.000
000- aplicações diretas R\$ 330.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 02 de dezembro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.197/14 DE 02/12/2014
REGULAMENTA LEI Nº. 4.096/14
DECRETO Nº 7.197/14 DE 02/12/14
REGULAMENTA LEI Nº 4.096/14

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art.100, inciso VIII da Lei Orgânica,

DECRETA:
Art. 1º - Ficam suplementadas em R\$ 1.301.042,23 (Um milhão, trezentos e um mil, quarenta e dois reais e vinte e três centavos) dotações orçamentárias constantes do Art. 1º da Lei nº 4.096/14.

Art. 2º - Por conta da suplementação a que se refere o Art.1º, ficam anuladas em igual valor as dotações orçamentárias constantes do Art. 2º da referida lei.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
02 de dezembro de 2014.
NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.192/14 DE 24/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
DECRETO Nº 7.192/14 DE 24/11/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:
Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 441.220,03 (Quatrocentos e quarenta e um mil, duzentos e vinte reais e três centavos) nos projeto/atividade abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 19 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
UNIDADE: 02 -MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO

MUNICIPAL DE SAÚDE

PROJETO/ATIVIDADE: 2.070 - Manutenção do Fundo de Saúde - Recursos do Estado

Elementos de despesa: 49-3.1.90.00.00.00.00.00.03.0023-
Aplicações Diretas R\$441.220,03

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de Superávit Financeiro Exercício Anterior- Recursos de Convênios Estaduais para a Saúde.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 24 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.193/14 DE 24/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE

DECRETO Nº 7.193/14 DE 24/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE- FUNDEMA

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA, no valor de R\$ 14.200,00 (Quatorze mil e duzentos reais) nos projetos/atividade abaixo discriminado:

ÓRGÃO: 42 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

UNIDADE: 01 - FUNDAÇÃO MUNICIPAL MEIO AMBIENTE - FUNDEMA

PROJETO/ATIVIDADE: 2.083 - Manutenção da Fundação Municipal de Meio Ambiente - FUNDEMA

Elementos de despesa: 02-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-
Aplicações Diretas R\$14.200,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 24 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 7.194/14 DE 24/11/2014 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

DECRETO Nº 7.194/14 DE 24/11/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Nelson Cruz, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo Art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica, c/c Lei nº 3.976/13 de 27/11/13 (Plano Plurianual), Lei nº 3.858/13 de 10/05/2013 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e Lei nº 3.985 de 04/12/2013 (Lei Orçamentária Anual),

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no orçamento do Município, no valor de R\$ 1.396.200,00 (Um milhão, trezentos e noventa e seis mil e duzentos reais) nos projetos/atividades abaixo discriminados:

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 09 -DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO EDUCACIONAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.018 - Manutenção do Ensino-Remuneração Profissionais do Magistério

Elementos de despesa: 37-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0018-
Aplicações Diretas R\$1.000.000,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10-DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO DO ENSINO INFANTIL- PRÉ ESCOLAR

PROJETO/ATIVIDADE: 2.011 - Departamento de Educação do Ensino Infantil- Pré-Escolar

Elementos de despesa: 50-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-
Aplicações Diretas R\$2.200,00

ÓRGÃO: 04 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 10-DEPARTAMENTO DE ENSINO FUNDAMENTAL

PROJETO/ATIVIDADE: 2.013 - Departamento de Ensino Fundamental

Elementos de despesa: 64-3.1.90.00.00.00.00.00.01.0000-
Aplicações Diretas R\$394.000,00

Art. 2º. Para a cobertura do crédito previsto no Art. 1º, serão utilizados recursos subtraídos de Excesso de Arrecadação de Recursos Próprios - R\$ 396.200,00 e Recursos do FUNDEB - R\$ 1.000.000,00.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Campos Novos,
em 24 de novembro de 2014.

NELSON CRUZ
Prefeito Municipal

EXTRATOS CONTRATOS MÊS DE NOVEMBRO 2014 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS

Folha: 1/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos

Contratado: ANDRADE CONSTRUÇÕES LTDA

CNPJ: 03.377.072/0001-40

Modalidade: Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia

Número da Licitação: 21/2014

Número do Processo: 152/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 373/2014

Fundamento Legal:

Objeto: Mediante solicitação da empresa, parecer jurídico e revisão de valores, expedida pelo Departamento de Engenharia, de acordo com a tabela SINAPI, o município resolve reajustar o valor do contrato original nº 351/2014 em 17,61%, o que corresponde ao valor de R\$ 33.576,66 (trinta e três mil, quinhentos e setenta e seis reais e sessenta e seis centavos), para conclusão da obra de infraestrutura incluindo pavimentação com pedra basalto, drenagem pluvial, sinalização e passeios, no Loteamento Faedo, P

Data da Assinatura: 04/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial: 04/11/2014

Vigência: 04/11/2014 a 31/12/2014

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 33.576,66

Forma de Pagamento: MEDIANTE NF E LAUDO

Contratado: ECOPAG ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA ME

CNPJ: 12.826.444/0001-60

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

Número da Licitação: 72/2014

Número do Processo: 147/2014

Outra Entidade: Não

Número do Contrato ou Aditivo: 374/2014

Fundamento Legal:

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA ADMINISTRAÇÃO, GERENCIAMENTO E FORNECIMENTO DE VALE-ALIMENTAÇÃO, NA FORMA DE CARTÃO ELETRÔNICO, PARA OS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS (PREFEITURA, FUNDOS E FUNDAÇÕES) CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA

Data da Assinatura: 05/11/2014

Data da Publicação no Diário Oficial:

Vigência: 05/11/2014 a 31/12/2015

Programa de Trabalho:

Unidade Gestora / Número:

Gestão / Número:

Número do Empenho:

Valor: 3.624.960,00

Forma de Pagamento: mensal

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 2/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** CONSTRUTORA SOLO LTDA**CNPJ:** 07.706.125/0001-80**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 14/2014**Número do Processo:** 91/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 375/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 207/2014, até 10 de dezembro de 2014, para executar a retirada de janelas de ferro e execução de tijolo vazado e tijolo aparente no ginásio de esportes Gentil Camargo Costa, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 05/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 05/11/2014 a 10/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** JORGE CARMOZINO DIAS - ME**CNPJ:** 17.547.556/0001-03**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 11/2014**Número do Processo:** 97/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 376/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 209/2014 para o exercício de 2015, com vencimento para 28 de fevereiro de 2015, para execução de obra de pavimentação em paralelepípedo em diversas ruas do município de Campos Novos, de acordo com o projeto básico.

Data da Assinatura: 10/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/11/2014 a 28/02/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 3/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** SETEP CONSTRUCOES S.A**CNPJ:** 83.665.141/0001-50**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 2/2014**Número do Processo:** 86/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 377/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do departamento de Engenharia, o Município resolve prorrogar o prazo e vigência do contrato original nº 213/2014 para o exercício de 2015, com vencimento para 28 de fevereiro de 2015, para execução de obra de pavimentação sobre calçamento, recapeamento e obras complementares em diversas ruas do município de Campos Novos, conforme especificações do projeto básico. Programa: Pacto dos Municípios - FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios - Estado de Santa Catarina

Data da Assinatura: 10/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 10/11/2014 a 28/02/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** J. A. ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**CNPJ:** 07.271.280/0001-11**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 7/2012**Número do Processo:** 57/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 378/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: O município mediante solicitação, resolve prorrogar o prazo de execução e sua vigência até 31/12/2015, referente ao Processo Licitatório nº 57/2012 TP nº 07/2012 com o objeto: EXECUÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE 47 FAMÍLIAS BENEFICIADAS COM PROJETO PAC II - URBANIZAÇÃO, NO BAIRRO NOSSA SENHORA APARECIDA, CONFORME ESPECIFICAÇÕES NOS ANEXOS. TERMO DE COMPROMISSO Nº 352.288-09/2011 - PAC II URBANIZAÇÃO. Esta prorrogação é motivada pelo atraso na execução do projeto, devido a discrepância no perí

Data da Assinatura: 11/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/11/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 4/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** EVIDÊNCIA GESTÃO E TREINAMENTO LTDA**CNPJ:** 10.404.793/0001-68**Modalidade:** Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços**Número da Licitação:** 9/2012**Número do Processo:** 103/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 379/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação em anexo, o município resolve prorrogar prazo e vigência para o exercício de 2015, o contrato original nº 229/2012, referente ao trabalho técnico social para as 30 famílias beneficiadas com 30 unidades habitacionais e praça pública no Loteamento Faedo - Convênio 342.887-45/2010 - Ministério das Cidades.

Data da Assinatura: 11/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 11/11/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** INDIO EMANUEL DE LIMA BEZERRA ME**CNPJ:** 10.750.391/0001-15**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 27/2014**Número do Processo:** 157/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 380/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA INSTALAÇÃO DE LINKS DE INTERNET NAS COMUNIDADES RURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPOS NOVOS, CONFORME MEMORIAL DESCRITIVO.

Data da Assinatura: 12/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 12/11/2014 a 31/12/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:****Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 121.963,20**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 5/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:**Novembro/2014.****Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos****Contratado:** ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA**CNPJ:** 85.131.860/0001-17**Modalidade:** Concorrência p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 1/2012**Número do Processo:** 3/2012**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 381/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante solicitação e justificativa do Departamento de Engenharia, o município resolve suprimir o valor de R\$ 2.094,35 (dois mil e noventa e quatro reais e trinta e cinco centavos) do contrato original nº 348/2013, devido a reprogramação no orçamento, referente a construção de 30 unidades habitacionais com praça pública, no Loteamento Faedo, município de Campos Novos/SC. Ministério das Cidades - Convênio: 342.887-45/2010.

Data da Assinatura: 14/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:****Vigência:** 14/11/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 2.094,35**Forma de Pagamento:****Contratado:** STANG & STANG LTDA**CNPJ:** 08.033.253/0023-89**Modalidade:** PREGÃO PRESENCIAL**Número da Licitação:** 1/2014**Número do Processo:** 1/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 382/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante requerimento da empresa para revisão de valores do combustível, referente o contrato original nº 10/2014, processo nº 01/2014, pregão nº 01/2014 o município resolve conceder reajuste de 3% no valor do litro da gasolina comum, passando de R\$ 2,67 para R\$ 2,75 (dois reais e setenta e cinco centavos), o litro e do óleo diesel comum, passando de R\$ 2,27 para R\$ 2,33 (dois reais e trinta e três centavos), o litro, para abastecimento da frota de veículos da Prefeitura e Fundos de Assistência

Data da Assinatura: 24/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 24/11/2014**Vigência:** 24/11/2014 a 31/12/2014**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:** 30 DIAS MEDIANTE NF

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 6/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Convite p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 24/2014**Número do Processo:** 131/2014**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 383/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 294/2014, para 30 de janeiro de 2015, para executar obra de pavimentação asfáltica em chão natural, drenagem pluvial, sinalização viária e obras complementares na Avenida Caetano Bellincanta Neto, conforme projeto básico.

Data da Assinatura: 25/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/11/2014**Vigência:** 25/11/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:****Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 3/2013**Número do Processo:** 49/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 384/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 196/2013, até 30 de janeiro de 2015, para pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização nas ruas João Maria Becker, Santo Amaro Da Imperatriz e João Fernandes Gonçalves, conforme projeto básico. Programa PAC II - Urbanização Contrato Nº 352.268-09/2011-Ministério das Cidades.

Data da Assinatura: 25/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/11/2014**Vigência:** 25/11/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS**

Folha: 7/7

CNPJ: 82.939.232/0001-74
RUA EXPED. J.B. DE ALMEIDA, 323
C.E.P.: 89620-000 - Campos Novos - SC

Mês/Ano da Assinatura:
Novembro/2014.

Resumo dos Instrumentos de Contrato e Termos Aditivos**Contratado:** PLANATERRA-TERRAPLENAGEM E PAVIMENTACAO LTDA**CNPJ:** 82.743.832/0001-62**Modalidade:** Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia**Número da Licitação:** 9/2013**Número do Processo:** 96/2013**Outra Entidade:** Não**Número do Contrato ou Aditivo:** 385/2014**Fundamento Legal:**

Objeto: Mediante necessidade e solicitação do Departamento de Engenharia, o município resolve prorrogar prazo e vigência do contrato original nº 289/2013, até 30 de janeiro de 2015, para execução de obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização horizontal e vertical e passeios em paver nas ruas: Frei Rogério, Elizio José Biolchi, Pedro Carlos Stefanos, Germano Foppa e recapeamento na rua Rodolfo Matos, conforme especificações do projeto básico.

Data da Assinatura: 25/11/2014**Data da Publicação no Diário Oficial:** 25/11/2014**Vigência:** 25/11/2014 a 30/01/2015**Programa de Trabalho:****Unidade Gestora / Número:** PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS NOVOS / Nr.:**Gestão / Número:****Número do Empenho:****Valor:** 0,00**Forma de Pagamento:**

Canelinha**PREFEITURA****EXTRATO EDITAL 108/2014 - FMS**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 108/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 81/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcela-conforme necessidade de combustível, gasolina comum, para consumo da frota do Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, admitindo um deslocamento máximo de 1.500 metros dos veículos, conforme especificações constantes no Anexo II, parte integrante do Pregão. DATA DE ABERTURA: 15 de dezembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 02 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

EXTRATO EDITAL 109/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 109/2014

MODALIDADE: Pregão Presencial nº 82/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição parcelada conforme necessidade de medicamentos destinados a atender pessoas portadoras de doenças permanentes, do Programa da Secretaria da Assistência Social e da Cidadania do Município de Canelinha, conforme especificações e quantidades descritas no Anexo II, para o ano de 2015. DATA DE ABERTURA: 17 de dezembro de 2014, às 08:00 horas. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor, está a disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 03 de dezembro de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas**PREFEITURA****PUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº FMS 31/2014**

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º FMS 47/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º FMS 31/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ n.º 11.206.680/0001-10, sito à Rua Felipe Schmidt, 10, centro, fará realizar no dia 19/12/2014, às 10h05min, licitação para CONTRATAÇÃO DE DROGARIA/FARMÁCIA, LOCALIZADO(A) NO MUNICÍPIO DE CANOINHAS PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA DA ABCFARMA (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO COMÉRCIO FARMACÊUTICO) PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE NO ANO DE 2014. Recebimento das propostas até às 10h00min do dia 19/12/2014. Edital disponível no site www.pmc.sc.gov.br no link licitações.

Luiz Alberto Rincoski Faria
Prefeito /Presidente do fundo.

PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº FMAS 01/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 18/14

HOMOLOGAÇÃO: 17/11/14

CONTRATADO: LUCIA ROSANI MEZZAMO CONTRATANTE: FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS

OBJETO: PROCESSO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA CASA DE ACOLHIMENTO SANTA CLARA

VALOR DA DESPESA: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

FUNDAMENTO: Art. 25, inciso CAPUT da Lei de Licitações. DATA: 03/12/14 - LUIZ ALBERTO RINCOSKI FARIA - Prefeito

CÂMARA MUNICIPAL**LEI Nº 5.445, DE 26/11/2014**

LEI Nº 5.445, de 26/11/2014

AUTORIZA ALVARÁS PROVISÓRIOS DE TAXI

O Vereador Pike, Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Ficam transferidos os alvarás de funcionamento provisório de Ponto de Táxi da empresa Taxi Locadora Canoinhas Ltda, constantes das vagas nº 18 (dezoito), 25 (vinte e cinco) e 41 (quarenta e um) para a empresa Taxi Classic Ltda, inscrita no CNPJ sob nº 15.572.491/0001-12.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.

Vereador Pike

Primeiro Secretário

Presidente Ad Hoc

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 26/11/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

LEI Nº 5.446, DE 26/11/2014

LEI Nº 5.446, de 26/11/2014

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Pike, Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica transferido o alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi da empresa Taxi Locadora Canoinhas Ltda, constante da vaga nº 04 do Ponto nº 01, para a empresa Aloysio Henrique Bartnick Soares de Carvalho - ME, inscrita no CNPJ sob nº 10.578.454/0001-06.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.

Vereador Pike

Primeiro Secretário

Presidente Ad Hoc

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 26/11/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

LEI Nº 5.447, DE 26/11/2014

LEI Nº 5.447, de 26/11/2014

AUTORIZA ALVARÁ PROVISÓRIO DE TAXI

O Vereador Pike, Presidente em Exercício da Câmara de Vereadores de Canoinhas, nos termos do Art. 44, § 7º, da Lei Orgânica do Município; Faço saber que a Câmara aprovou e eu promulgo a seguinte:

LEI

Art. 1º Fica transferido o alvará de funcionamento provisório de Ponto de Táxi de Hécio Ferreira da Silva, constante da vaga nº 51 no Ponto nº 08, para João Paulo Rodrigues, portador do CPF nº 082.906.579-27.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Lei nº 5.310, de 25/04/2014.

Canoinhas/SC, 26 de novembro de 2014.

Vereador Pike

Primeiro Secretário

Presidente Ad Hoc

Registrada e publicada a presente Lei na Câmara de Vereadores de Canoinhas, em 26/11/2014.

José Luiz Lacowicz

Secretário Legislativo

Capinzal

PREFEITURA

Lei Complementar 174/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 174, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.
Reduz percentual de desconto do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) sobre a Planta Genérica de Valores.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a promover a redução de 24,5% (vinte e quatro vírgula cinco por cento) para o exercício 2015 nos valores venais dos imóveis do perímetro urbano, que servirão de base de cálculo para lançamento e cobrança do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), baseada na Planta Genérica de Valores aprovada pela Lei nº 2.064, de 16 de dezembro de 1997.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Capinzal, em 3 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.156/2014

LEI Nº 3.156, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.
Autoriza a isenção do pagamento de Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar o Imposto Sobre Serviço de Qualquer Natureza - ISS a incidir sobre a construção das 162 (cento e sessenta e duas) unidades habitacionais do Loteamento Nova Capinzal, pela empresa Andrioni Jr. Construções e Empreendimentos Ltda.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de dezembro 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.155/2014

LEI Nº 3.155, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza a isenção do pagamento de ITBI e IPTU sobre o imóvel do Loteamento Nova Capinzal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a isentar do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI a transferência do imóvel com área de 231.424,59 m² (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro, vírgula cinquenta e nove metros quadrados), situado na continuidade da Rua Alcir Masson, no Loteamento Nova Capinzal.

Art. 2º Ficam isentos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU os terrenos que compõem o Loteamento Nova Capinzal, durante o período de construção das unidades habitacionais até a ocupação do imóvel pelos mutuários.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei 3.154/2014

LEI Nº 3.154, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui a Medalha Rui Barbosa a ser conferida aos alunos destaque da Rede Municipal de Ensino.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Capinzal, a Medalha Rui Barbosa, com o escopo de agraciar alunos que se destacarem no Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino. Parágrafo único. A medalha será conferida a um único aluno por série-ano do Ensino Fundamental em cada estabelecimento da Rede Municipal de Ensino e se houver empate, os alunos empatados serão contemplados com as medalhas.

Art. 2º A aferição dos alunos destaque será feita por Comissão composta pelos seguintes membros:

I - Secretário Municipal de Educação, Cultura e Esportes;

II - Diretor do Estabelecimento de Ensino;

III - Coordenador Pedagógico do Estabelecimento de Ensino; e

IV - Diretor de Ensino da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes.

Art. 3º A Comissão de aferição para reconhecer o aluno destaque, levará em conta a média geral das notas, a frequência e disciplina (comportamento), apurados no aproveitamento escolar, ao final de cada ano letivo.

Art. 4º As medalhas, a critério do Poder Executivo poderão ser patrocinadas por empresa local.

Art. 5º O Poder Executivo regulamentará, no que couber e que não conste nesta Lei, no prazo de 60 dias.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de dezembro 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

Lei Complementar 173/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 173, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Estabelece normas sobre a instalação e funcionamento de atividades destinadas à realização de feiras e eventos temporários no Município de Capinzal e dá outras providências.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A realização de feiras e eventos comerciais, de vendas a varejo, de caráter temporário, somente poderão funcionar com a prévia licença do Poder Público Municipal, que será expedida mediante requerimento do interessado, observado o disposto nesta Lei Complementar e demais normas aplicadas à matéria.

§ 1º Consideram-se feiras ou eventos comerciais, para efeitos desta Lei Complementar, as instalações destinadas à comercialização de produtos, bens e serviços ao consumidor final, de vendas a varejo, em espaço unitário ou dividido em "stands" individuais, com a participação de um ou mais comerciantes, cujo funcionamento será em caráter eventual, em período previamente determinado, podendo ocorrer em épocas festivas ou não.

§ 2º Para efeitos desta Lei Complementar, cada "stand" deverá ter área mínima de 20m² (vinte metros quadrados), o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de "layout" e planta do local onde será realizada a feira ou o evento.

§ 3º O disposto no § 1º, não se aplica às feiras anexas ou realizadas em função de eventos patrocinados, incentivados ou estimulados pelo Município, desde que os produtos, bens e serviços oferecidos na feira se relacionem diretamente com o ramo de atividade do evento, bem como às feiras e eventos organizados por entidades de caráter filantrópico e sem fins lucrativos e aquelas definidas como de utilidade pública pelo Município.

§ 4º Para efeitos de enquadramento no § 3º deste artigo, caracteriza-se como evento qualquer acontecimento de especial interesse, como: espetáculos culturais, artísticos ou religiosos, congressos, convenções, exposições industriais ou comerciais e de negócios, competições, feiras de automotores, além de outros considerados de interesse turístico, assim certificados e reconhecidos pelo órgão municipal competente.

Art. 2º As feiras e eventos comerciais de que trata o art. 1º, só poderão ser realizados nos espaços públicos definidos pelo art. 78, do Decreto Municipal nº 052, de 2012, ou em espaços privados, sendo necessário que o imóvel ofereça condições compatíveis de segurança, higiene, saúde e meio ambiente, estabelecidos nesta e nas demais leis pertinentes, aplicáveis a todos os estabelecimentos comerciais.

§ 1º A feira ou evento comercial somente poderá ser realizado por empresa promotora de eventos, devidamente registrado junto à Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, a qual será responsável direto pela feira ou evento.

§ 2º Toda unidade comercial que pretenda se estabelecer para comercializar seus produtos na feira ou eventos comerciais, deverá obter a competente licença de funcionamento junto à Prefeitura Municipal de Capinzal, independente daquela obtida pela promotora de feira ou evento, a qual será expedida de acordo com as disposições desta Lei Complementar, sendo vedada a licença à pessoa física, a qual seguirá as disposições legais previstas nos arts. 88 e 89, da Lei Complementar nº 134, de 2009.

Art. 3º Para obter a licença de funcionamento e localização, além do cumprimento dos arts. 88 a 91 da Lei Complementar nº 134, de 2009, toda unidade comercial da empresa promotora, deverá encaminhar requerimento à Secretaria de Administração e Finanças, instruído com os seguintes documentos e providências:

I - cópia autenticada do estatuto social, contrato social ou requerimento de firma individual, registrada na Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC;

II - sendo a empresa constituída sob a modalidade de sociedade anônima, cooperativa, associação, além de outras, cuja legislação exige como documento constitutivo o estatuto social, cópia autenticada de ata da assembleia geral que elegeu a diretoria;

III - comprovação de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, do Ministério da Fazenda;

IV - comprovação de inscrição estadual na Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina;

V - certidão simplificada da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina - JUCESC, do estabelecimento, para comprovar o funcionamento regular da empresa;

VI - certidões negativas de débitos federais, estaduais e municipais, da empresa e seus representantes legais, comprovando a regularidade fiscal;

VII - comprovante de compra, produção e origem dos bens, serviços e produtos a serem comercializados;

VIII - havendo execução pública de obra literária, artística, musical, científica ou fonograma no local, o comprovante de recolhimento da respectiva contribuição autoral junto ao ECAD - Escritório Central de Arrecadação e Distribuição de Direitos Autorais ou entidade respectiva;

IX - o valor da taxa para a concessão da licença requerida será o previsto no Anexo II, da Lei Complementar nº 134, de 2009 - Código Tributário Municipal.

Parágrafo único. Nos casos de feiras e eventos realizados por empresa especializada em promoção destas atividades, exigir-se-á a comprovação do recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS), relativo ao serviço a ser prestado.

Art. 4º Além da documentação arrolada no art. 3º desta Lei Complementar, o interessado, para obter a licença de funcionamento deverá, em relação ao local onde será realizado o empreendimento, cumprir os seguintes requisitos, a serem vistoriados pelo órgão responsável:

I - instalações de acordo com a legislação em vigor, relativa à segurança, higiene, saúde, meio ambiente e posturas, bem como ao uso do solo quanto à característica do imóvel e sua localização;

II - sanitário masculino e feminino, em quantidade suficiente para atender a estimativa de frequência da feira ou evento;

III - aprovação prévia dos órgãos municipais competentes, quanto à localização, funcionamento, acessos e eventuais interferências na operação do sistema viário local, à ordem, ao sossego e à tranquilidade da vizinhança;

IV - comprovação de disponibilização de estacionamento próprio no local, com área correspondente ao percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) da área edificada;

V - alvará de funcionamento expedido pelo Corpo de Bombeiros, acompanhado de Laudo Técnico;

VI - alvará expedido pela Polícia Civil e registro da feira ou evento junto a Polícia Militar;

VII - seguro de responsabilidade civil contra terceiros, incêndio e acidente pessoal dos frequentadores, com apólices quitadas.

§ 1º A licença de funcionamento será expedida pelo prazo previsto

para a duração do evento.

§ 2º A licença de funcionamento somente poderá ser expedida após vistoria "in loco" das instalações pelos órgãos competentes, com relação às exigências estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 5º No alvará de licença deverá constar, entre outros, o local, período e horário de funcionamento, bem como a relação dos bens, serviços e produtos a serem comercializados.

Art. 6º Quando da realização de feiras e ou eventos comerciais, além das exigências elencadas nos arts. 3º e 4º, as empresas promotoras deverão apresentar:

I - autorização do proprietário do imóvel particular, para a realização da feira ou evento;

II - certidão atualizada, com no máximo de 15 (quinze) dias, da matrícula do imóvel junto ao respectivo cartório de registro de imóveis, para fins de comprovação da propriedade e demais taxas municipais;

III - cópia do contrato de locação da unidade individual da edificação destinada e licenciada para o uso de feira ou evento comercial, caso haja relação locatícia.

Art. 7º O horário de funcionamento da feira ou eventos comerciais deverá ser igual ao do comércio do município, salvo acordo prévio firmado entre os promotores e as entidades representativas do comércio do município.

Art. 8º O Município, após satisfeitas todas as exigências de cunho legal, terá um prazo de até 30 (trinta) dias, para liberar o alvará de funcionamento da feira ou evento comercial.

Art. 9º O funcionamento de feiras e eventos, sem as licenças previstas, ou realizadas em desacordo com esta Lei Complementar, sujeitará o infrator à imediata interdição do local, apreensão dos bens e pagamento de multa no valor previsto na Lei Complementar nº 134, de 2009 - Código Tributário Municipal.

Art. 10. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 3 de dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei Complementar na data supra.

ORLANDO THOLL

Secretário da Administração e Finanças

PMC PROCESSO LICITATÓRIO 0162/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0033/2014

Processo Licitatório Nº 0162/2014

Dispensa de Licitação Nº 0033/2014

ANDEVIR ISGANZELLA, Prefeito, do Município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo Licitatório de Nº 162/2014, conforme segue:

OBJETO

Contratação de serviços de Show Musical, Sonorização e Iluminação para cobrir Show Cultural, que acontecerá no dia 03 de dezembro de 2014 no Centro Educacional Prefeito Celso Farina.

FORNECEDOR

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	1,00	UN	Show Musical, Sonorização e Iluminação para cobrir Show Cultural, que acontecerá no dia 03 de dezembro de 2014, no Centro Educacional Prefeito Celso Farina.	LUIZ MAURICIO	2.450,00	2.450,00
Total						2.450,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
LUIZ MAURICIO COM. INSTRUM. MUSICAIS E SERV. LTDA	001
2.450,00 (dois mil quatrocentos e cinquenta reais)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea „a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 234 - Eventos anuais da Cultura
Órgão: 5 - SECRETARIA DA EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
Unidade: 2 - DIRETORIA DE CULTURA
Função: 13 - Cultura
Subfunção: 392 - Difusão Cultural
Programa: 95 - RAIZES CULTURAIS
Projeto/Atividade: 2.143 - Eventos anuais da Cultura
Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica
Recurso: 0 - Recursos Ordinários

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 2 de dezembro de 2014

ANDEVIR ISGANZELLA

PREFEITO MUNICIPAL

FMAS TERMO ADITIVO CONTRATO 0025/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA	
FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº.....: TA 001/2014 C25 - Contrato Nº: 0025/2014	
Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL DE CAPINZAL	
Contratada...: SACOLAO DE FRUTAS E VERDURAS CAPINZAL LTDA - EPP	
Valor.....: 2.761,05 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e cinco centavos)	
Vigência.....: Início: 03/12/2014 Término: 05/08/2015	
Licitação.....: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.: 4/2014 Processo_Licitatório.....: 00017 / 2014	
Recursos.....: Dotação: 2.096.3.3.90.30.00.00.00.00 (4), 2.100.3.3.90.30.00.00.00.00 (14), 2.100.3.3.90.30.00.00.00.00 (15), 2.101.3.3.90.30.00.00.00.00 (20), 2.101.3.3.90.30.00.00.00.00 (21), 2.101.3.3.90.39.00.00.00.00 (23), 2.103.3.3.90.30.00.00.00.00 (38), 2.105.3.3.90.30.00.00.00.00 (49), 2.095.3.3.90.30.00.00.00.00 (59), 2.100.3.3.90.30.00.00.00.00 (60), 2.101.3.3.90.30.00.00.00.00 (64), 2.103.3.3.90.30.00.00.00.00 (67), 2.105.3.3.90.30.00.00.00.00 (80), 2.101.3.3.90.30.00.00.00.00 (82), 2.178.3.3.90.30.00.00.00.00 (85)	
Objeto.....: O objeto do presente Termo Aditivo é o aumento das quantidades em até 25%, de acordo com o artigo 65 do § 1º, da lei 8.666/93; acrescendo o valor do contrato original em R\$ 2.761,05 (dois mil setecentos e sessenta e um reais e cinco centavos). Conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.	
Capinzal, 3 de Dezembro de 2014	

ATO 004 AO EDITAL 029/2014

ATO 004/2014

DIVULGA INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS DO EDITAL Nº 029/2014

DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

O PREFEITO MUNICIPAL do município de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, juntamente com a Comissão Municipal de Processo Seletivo e o Instituto o Barriga Verde, torna público, conforme segue:

1. Ficam DEFERIDAS as inscrições constantes do anexo I deste edital.

2. Ficam INDEFERIDAS as inscrições constantes do anexo II deste edital, não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição.

3. Fica DEFERIDO o pedido de vaga para deficiente no cargo de Técnico em Enfermagem, para a inscrição 28980 - Dalva Luiza Dalcartivo.

4. Os recursos contra o indeferimento da inscrição poderão ser interpostos nos dias 04 e 05 de dezembro de 2014, nos termos do edital.

Capinzal, 03 de Dezembro de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

ANEXO I

Inscrições Deferidas Edital 029/2014 Processo Seletivo

Agente de Serviços Gerais - Demais Secretarias - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31225	Ademir Cordeiro Dos Santos	09/08/1984	Deferido
2	27184	Aline Aparecida Surdi	04/12/1983	Deferido
3	33804	Ana Lúcia Da Cruz	23/02/1986	Deferido
4	28085	Ana Paula Vieira	25/11/1982	Deferido
5	31151	Andreia Aparecida Pereira	05/01/1985	Deferido
6	29998	Andreia Dambros Da Cruz	08/12/1979	Deferido
7	28669	Andreia Gomes	02/05/1982	Deferido
8	31615	Anlu Felix	11/03/1989	Deferido
9	34342	Bruna Roberta Novitski	21/10/1989	Deferido
10	34300	Claudenise Maykeli Rodrigues	25/07/1988	Deferido
11	32885	Claudia Mara Dall Orsoletta Lovatel	02/02/1968	Deferido
12	26379	Claudia Vieira Sarmento	08/08/1989	Deferido
13	27344	Cleoci Salete Maria Rosa	04/03/1983	Deferido
14	34377	Cleuza Inácio De Jesus Alves Pereira	18/11/1979	Deferido
15	34336	Dienefer Merlli De Mattos	30/11/1991	Deferido
16	26605	Diennefer Teodoro Da Silva Leite Do Prado	27/10/1993	Deferido
17	30485	Elaine Ferreira	23/01/1990	Deferido
18	26423	Elenice Maria Zamboni	01/01/1900	Deferido
19	34285	Eronides Aparecida Chaves De Mello	26/11/1973	Deferido
20	30010	Fabiana Franco Dos Santos	09/01/1986	Deferido
21	26361	Fabiane Aparecida Dondoni Pereira De Lima	27/02/1984	Deferido
22	32278	Fernanda Gonçalves Da Silva	27/05/1978	Deferido
23	26730	Franciele Vagner Dos Santos	28/09/1985	Deferido
24	27204	Jacira Alves Dos Santos	16/04/1970	Deferido
25	26356	Janaina De Lima Zambon	21/02/1993	Deferido
26	34305	Jaqueline Cristina Alves	18/05/1990	Deferido
27	32703	Joraric Terezinha De Lima	18/05/1972	Deferido
28	29191	Jorge Paulo Prestes	03/01/1992	Deferido
29	30480	Juliana Da Silva	26/10/1981	Deferido
30	26401	Katiane Severino De Sousa	01/12/1980	Deferido
31	33648	Kelly Rejane Franco Santos Maciel	10/10/1987	Deferido
32	26368	Marília Martinazzo	11/02/1992	Deferido
33	34068	Marcia Lopes Duarte08	24/02/1978	Deferido
34	30845	Marcia Regina Da Silva	23/05/1990	Deferido
35	34287	Marcia Solange Machado Peri	11/12/1981	Deferido
36	31184	Marcos Antonio Maciel	10/04/1986	Deferido
37	30555	Maria Clecir De Azeredo	11/11/1972	Deferido
38	34308	Maria Taizi Ribeiro Da Silva Pilatti	27/12/1978	Deferido
39	26484	Marilei Martinazzo	15/08/1973	Deferido
40	30745	Maristela Remoaldo	26/05/1982	Deferido
41	34301	Michele Rodrigues Fernandes	14/03/1987	Deferido
42	27886	Noeli Dos Santos	10/01/1975	Deferido

43	34218	Noimi Rodrigues Da Silva Dos Santos	04/10/1973	Deferido
44	28484	Rosangela Borges	10/01/1983	Deferido
45	29099	Rosangela De Oliveira	22/08/1979	Deferido
46	30504	Rosemeri Pozer Frarão	18/05/1974	Deferido
47	27447	Rosiane Maria Rosa	01/07/1995	Deferido
48	30753	Salette Ribas De Matos	25/08/1956	Deferido
49	33666	Sheila Patricia Silva Salles Pereira	04/08/1989	Deferido
50	30927	Silvana Da Rosa	03/11/1071	Deferido
51	34415	Sonia Souza Barcellos	26/01/1980	Deferido
52	30907	Susane Batista Dos Santos	00/00/0000	Deferido
53	33419	Tainara Da Rosa Duarte	07/07/1996	Deferido
54	33415	Tania Paula Cecato Guerreiro	20/02/1989	Deferido
55	34368	Teresa Rodrigues De Lima Do Nascimento	18/12/1972	Deferido
56	30008	Terezinha Carmem De Vargas	16/07/1972	Deferido
57	27641	Vanderléia Steckling	06/03/1983	Deferido
58	30920	Viviane Dela Pasqua	25/10/1983	Deferido

Agente de Serviços Gerais - Infraestrutura - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31721	Adilson De Almeida Marques	14/01/1971	Deferido
2	28365	Antonio Marcon	22/06/1947	Deferido
3	27626	Cândido Antunes Basílio	05/11/1968	Deferido
4	26419	Ezequiel Da Silva	18/05/1987	Deferido
5	31034	Fernando Ivo Dalsoto	02/12/1983	Deferido
6	31503	Paulo Cesar Alves	07/04/1971	Deferido
7	28903	Renato Cesar Silva	12/02/1989	Deferido
8	30133	Willian Luiz Bagnolin	20/08/1996	Deferido

Assistente Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31093	Eduarda Júlia Nicolli Miotto	08/07/1991	Deferido
2	31397	Gisele Da Silva	07/11/1985	Deferido
3	27534	Oliva Rech Silva	08/04/1963	Deferido
4	26475	Suziane Vieira Sarmiento	23/05/1983	Deferido
5	26405	Tatiane Da Costa	13/01/1987	Deferido

Auxiliar de Professor - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31705	Adaiana Fabiano Pinto	21/02/1990	Deferido
2	27541	Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte	08/09/1983	Deferido
3	30994	Adriana Paula Serena	04/07/1994	Deferido
4	30420	Alana Karla De Oliveira Milke	23/03/1985	Deferido
5	27712	Alana Rech	11/08/1990	Deferido
6	28720	Aline Angelica Steckling	11/07/1995	Deferido
7	34349	Aloma Chaves	01/09/1994	Deferido
8	29123	Ana Caroline De Oliveira	12/09/1995	Deferido
9	29861	Ana Letícia Sartori	30/05/1996	Deferido
10	28451	Ana Paula Brandão	07/01/1994	Deferido
11	34128	Ana Paula Toaldo	28/08/1994	Deferido
12	33259	Andréa Fatima De Campos	08/08/1980	Deferido
13	34278	Andressa Almeida	07/09/1984	Deferido
14	31714	Anelize Sordi Mendes Moreira	13/06/1981	Deferido
15	32114	Angela De Jesus Hoffmann Moreno	19/07/1979	Deferido
16	30762	Camila Amalcaburio	11/07/1992	Deferido
17	33017	Camila Bulgarelli De Moraes	02/07/1995	Deferido
18	30048	Camila Ferreira De Lima	20/10/1989	Deferido
19	28292	Camila Scheuermann	13/06/1994	Deferido
20	29131	Camilla Marian De Aguiar Kirst	25/09/1989	Deferido
21	30239	Camilla Zanini	20/03/1983	Deferido
22	30268	Casiandra Capellini Da Silva	02/02/1994	Deferido
23	26734	Cenilda Ferreira Batista De Oliveira	28/06/1996	Deferido
24	28132	Cheila Maria Fongaro	03/03/1994	Deferido
25	27610	Clarice Martinazzo	30/06/1977	Deferido
26	27020	Daiane De Fátima Da Silva	09/05/1984	Deferido
27	26474	Daiane Kely Machado	09/08/1994	Deferido
28	26652	Daiane Zucco	03/07/1993	Deferido

29	32600	Daniel Do Amaral	10/07/1988	Deferido
30	32428	Daniela Baldissera	17/07/1981	Deferido
31	26468	Daniela Borin	17/12/1993	Deferido
32	34302	Daniela Zini	05/03/1984	Deferido
33	32419	Danieli Fracasso Rekes Mangolt	30/07/1985	Deferido
34	30245	Denise Aparecida Dos Santos Alves	10/01/1971	Deferido
35	34071	Dirlei Flores De Souza Bonamigo	12/10/1980	Deferido
36	29822	Eliane Fátima Da Silva De Jesus	18/06/1978	Deferido
37	26895	Elisiane Mayer	18/05/1989	Deferido
38	29762	Flavia Cordeiro Dos Santos	02/04/1987	Deferido
39	26375	Franciane Vieira Sarmiento	03/06/1985	Deferido
40	28024	Franciele Martins Kerber	10/12/1987	Deferido
41	28712	Francieli Aparecida Ferreira	16/02/1992	Deferido
42	28986	Gabriela Zotti	09/06/1996	Deferido
43	28209	Géssica Facim	27/09/1996	Deferido
44	26540	Gisele Siepmann	26/05/1989	Deferido
45	27838	Giseli Dondel	30/12/1995	Deferido
46	26371	Gislaine Facin Peter	04/05/1994	Deferido
47	26935	Glecia Da Silva	14/03/1981	Deferido
48	30435	Goreti De Fátima Da Silva Vençoni	27/12/1982	Deferido
49	26440	Graciéli Salette Moisés Cordeiro	07/09/1987	Deferido
50	28048	Gracieli Galdoni Lopes	05/11/1987	Deferido
51	34321	Grasiela Dambros Borin	18/12/1988	Deferido
52	31338	Ilenir Scapim	10/05/1972	Deferido
53	28154	Indianara De Vargas Schneider	23/08/1992	Deferido
54	27424	Ines Cristina Schwingel	08/10/1995	Deferido
55	28624	Ines Maria V Argas De Souza	26/08/1972	Deferido
56	32447	Ivone Fátima Ramos	02/09/1976	Deferido
57	26459	Izabel Cristina Souza	19/01/1983	Deferido

58	29522	Jane Alves Dos Santos	24/03/1975	Deferido
59	30276	Jaqueline Zamboni	22/09/1993	Deferido
60	32334	Josiane Betiolo Bernardi	31/07/1995	Deferido
61	28617	Josiane Cardoso	21/01/1994	Deferido
62	27972	Jucimara Da Luz	13/07/1984	Deferido
63	27714	Juliana Da Silva	03/06/1995	Deferido
64	32020	Juliana Soares Da Silva	10/05/1984	Deferido
65	30449	Juliane Flaron	29/07/1974	Deferido
66	30374	Juliane Gracieli Vergani	21/07/1981	Deferido
67	27611	KALIANE APARECIDA VILLASBOAS ALVES	17/07/1995	Deferido
68	34380	Karine Massarolo	01/07/1995	Deferido
69	30347	Keitty Cristina Rodrigues Kozerski	03/08/1987	Deferido
70	34372	Larissa Regina De Mattos Alves	20/11/1994	Deferido
71	31103	Laudiceia Ferreira De Lima Rosa	17/03/1982	Deferido
72	30310	Lógia Maria Sutil	30/01/1985	Deferido
73	29852	Leila Masson	10/05/1996	Deferido
74	33833	Leticia Fatima Viganó Resmini	07/06/1995	Deferido
75	33502	Liana Crul	16/10/1990	Deferido
76	26354	Lisandro Cássio Andrioli	06/01/1987	Deferido
77	33696	Luci Mari Hackbarth	17/02/1972	Deferido
78	28688	Luciana Cordeiro	07/03/1978	Deferido
79	34386	Luciana Fracaro Antunes	20/06/1978	Deferido
80	31289	Luciane Dorigon	12/06/1981	Deferido
81	32230	Luciane Fatima Both	19/03/1995	Deferido
82	31426	Luciele Peri	12/12/1991	Deferido
83	29079	Lucimara Lopes Duarte De Villa	29/12/1975	Deferido
84	31282	Maiara Luana Mendes	04/10/1991	Deferido
85	29272	Marcia Cristina Fraron	29/01/1982	Deferido
86	26408	Maria Eliza Daneleski Dametto	01/09/1991	Deferido

87	31111	Mariane Cristina Corrêa Cunha Tavares	23/09/1991	Deferido
88	28572	Marina Surdi De Araujo	04/06/1994	Deferido
89	26978	Marisa Brandão	18/08/1990	Deferido
90	31776	Marisa Salete De Vargas	18/09/1972	Deferido
91	32580	Mariza Coronetti	03/02/1988	Deferido
92	34379	Marta Mene-gaz	04/05/1969	Deferido
93	27894	Micheli Dos Santos Chaves	08/11/1983	Deferido
94	28322	Mileide Lopes Cunha	03/11/1987	Deferido
95	26527	Miriam Jaqueline Ramos Machajewski	12/05/1985	Deferido
96	29958	Monalize Barbara Guerreiro Closs	25/02/1992	Deferido
97	34391	Monica Ramos Da Silva	25/02/1985	Deferido
98	29593	Naiara Cristina Suzin	14/02/1994	Deferido
99	30975	Natalia Luiza Colombo Bressan	11/10/1995	Deferido
100	28312	Neila Rosaria Vieira Sarmiento Bearzi	13/07/1976	Deferido
101	28258	Nilva Vieira Sarmiento Lazzari	14/03/1981	Deferido
102	28313	Odaia Bernardi	19/04/1996	Deferido
103	27117	Paloma Bar-bueno Dos Santos	04/07/1993	Deferido
104	29308	Paula Carolina Serafini	04/12/1993	Deferido
105	32811	Pâmela Monique Faccin	12/03/1994	Deferido
106	29033	Poliane Aparecida Pedroso	28/08/1996	Deferido
107	34392	Renato Lopes Duarte	22/02/1991	Deferido
108	29970	Riceli Aparecida Rosa	04/04/1992	Deferido
109	31564	Rosangela Aparecida Da Silva	27/05/1985	Deferido
110	30414	Roseli Siqueira	07/05/1991	Deferido
111	30315	Rozangela Lopes De Abreu	15/11/1972	Deferido
112	34069	Rozilei Telles	22/06/1986	Deferido

113	30476	Sabrina Jociara De Andrada Scapini	24/10/1995	Deferido
114	33208	Sandra Fátima Küster	13/10/1974	Deferido
115	31937	Sandra Maria Machado	30/10/1977	Deferido
116	31939	Simone Antunes De Almeida Peleorini	17/01/1980	Deferido
117	27553	Simone De Matos	28/10/1980	Deferido
118	32566	Simone Do Nascimento Susin	30/05/1979	Deferido
119	27067	Taís Lopes Rodrigues	06/12/1992	Deferido
120	32867	Tailaine De Azevedo Petri	21/04/1996	Deferido
121	26336	Taionara Mantovani	11/11/1993	Deferido
122	27298	Tatieli Biazotto	13/04/1987	Deferido
123	34289	Thais Regina Do Nascimento	17/05/1991	Deferido
124	32912	Thalia Miquelotto Drehmer	17/07/1997	Deferido
125	28340	Vanderléia Stockmann De Simas	14/01/1977	Deferido
126	32394	Vanderleia Manorov	04/03/1982	Deferido
127	34022	Vanessa Mari-se Ferrari	29/05/1988	Deferido
128	27977	Vanusa Dos Anjos Moreira	05/09/1992	Deferido
129	27122	Vera Lucia Dias De Moraes Zanesco	06/03/1979	Deferido
130	29941	Wanessa Ribeiro Dos Santos	29/10/1993	Deferido

Carpinteiro - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29942	Celso Luiz Albeti	07/09/1962	Deferido
2	33128	Eri Osmar Hörle	11/05/1961	Deferido

Enfermeiro - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32870	Aliana Poncio De Oliveira	25/09/1989	Deferido
2	28169	Aline Bolsan	05/09/1990	Deferido
3	34296	Ana Paula Chiamolera	21/06/1982	Deferido
4	33058	Claudia Mantovani Zambão	18/11/1989	Deferido
5	32967	Fabiane Machado	19/08/1985	Deferido

6	31627	Franciele Mantovani	20/04/1990	Deferido
7	30293	Gracieli Rossetti Giumbelli	07/03/1982	Deferido
8	29327	Jaqueline Terezinha Da Silva	22/11/1977	Deferido
9	30893	Jessica Aparecida Boff	12/11/1991	Deferido
10	31191	Juliana Frigo Giacomini	24/07/1992	Deferido
11	30060	Liliane Lanhi	24/11/1992	Deferido
12	26460	Luana Delazari	08/06/1990	Deferido
13	28074	Luana Trombetta	10/11/1988	Deferido
14	30269	Micheli Baldissera	24/05/1981	Deferido
15	32734	Rosane Lopes Duarte	03/07/1976	Deferido
16	30970	Tailana Bazzo	12/11/1985	Deferido

Médico - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28575	Amanda Fries De Andrade	15/08/1991	Deferido
2	30253	Gladstone Ricardo Lenzi	14/07/1965	Deferido
3	31086	Maria Eduarda Da Rosa Ulanoski Carvalho	03/06/1991	Deferido
4	30984	Renata Danieleski	11/04/1990	Deferido
5	28908	Tracy Mary Betinardi	28/07/1987	Deferido

Monitor Atividade Física e Desportiva - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29570	Aline Muller	01/09/1993	Deferido
2	34272	André Luiz Da Luz	19/07/1984	Deferido
3	30297	Jocemar Teodoro Da Silva	13/03/1995	Deferido
4	29797	Luan Schneider	08/04/1994	Deferido
5	30188	Noeli Terezinha Pieri Lopes	21/04/1963	Deferido
6	26447	Ricardo Willian Grammann	03/04/1988	Deferido
7	30180	Sabrina Almeida	11/08/1992	Deferido

Monitor de Arte Cênica - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29366	Robson Diego Esganzela	02/01/1988	Deferido
2	28410	Tailania Pereira Dias	27/02/1993	Deferido

Monitor de Artes - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31235	Fatima Aurora Dalmagro Caldart	08/10/1961	Deferido
2	31819	Graziela Gramasio	07/05/1985	Deferido
3	32928	Pricila Carla De Andrade Steffens	05/04/1979	Deferido
4	34291	Sandra Terezinha Coussou	16/08/1965	Deferido
5	34288	Simone Da Silva Mattos	15/10/1986	Deferido

Monitor de Dança - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31715	Débora Bortoli	01/11/1982	Deferido
2	31942	Jhennefer Alice Correa	02/01/1996	Deferido
3	29486	Josane Aparecida De Almeida	11/04/1991	Deferido

Monitor de Informática - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34015	Camila Wirth Horlle	21/04/1994	Deferido
2	28964	Cleber Diogo Faccin	27/02/1992	Deferido
3	27148	Evilyn Karolayne Urbano De Moraes	24/06/1994	Deferido
4	27098	Giovani Julio Boaretto	15/09/1997	Deferido
5	32542	Mairon Maciel Diniz	11/11/1993	Deferido
6	26480	Natane Diogo Da Silva	23/11/1990	Deferido
7	26477	Renan Krabbe	22/01/1984	Deferido

Monitor de Recreação - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29409	Carla Patrícia Do Nacimento	29/07/1994	Deferido
2	26390	Daniela Raquel Pereira	04/06/1987	Deferido
3	31774	Ketlen Karine Vargas	02/02/1988	Deferido
4	32074	Luane Carine Cordeiro	15/07/1994	Deferido
5	33906	Marilene Do Amaral	18/06/1970	Deferido
6	29932	Ronaldo Cesar Francescki	22/06/1994	Deferido
7	33680	Roselaine Da Rosa	16/11/1992	Deferido

Monitor Tricô e Crochê - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31807	Geneci Borges	17/05/1960	Deferido

Motorista - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31967	Alaor Felipe Gramazio Limongi	08/09/1989	Deferido
2	32688	Alcides Da Silveira	28/02/1979	Deferido
3	29224	Alexandro Caliani	16/01/1984	Deferido
4	26402	Alexsandro Giacometti	05/08/1982	Deferido
5	26829	Alzemi de Lima	16/09/2068	Deferido
6	29233	Assis Antunes Pires	21/12/1952	Deferido
7	30577	Avelino Ribeiro Da Silva	03/02/1959	Deferido
8	30001	Cassio José Da Cruz	19/11/1979	Deferido
9	28387	Celio Roberto Baratieri	09/12/1955	Deferido
10	26901	Claudio Marinowski Junior	26/03/1977	Deferido
11	27765	Clérito Luiz Dos Santos	12/01/1961	Deferido
12	32893	Derli Baldissera	04/02/1980	Deferido
13	30559	Elio Jose De Azeredo	10/12/1963	Deferido
14	34314	Ezequiel Alves Da Silveira	07/09/1984	Deferido
15	26446	Flavio Jose Dondoni	31/12/1979	Deferido
16	28381	Genildo Enio Ferrari	02/01/1959	Deferido
17	26393	José Andrade	10/04/1948	Deferido
18	34339	Nauzir Antonio Da Silva	14/10/1974	Deferido
19	31821	Paulo Alexandre Schmidt	20/12/1981	Deferido
20	30660	Roberto De Oliveira	10/11/1976	Deferido
21	27453	Robson Bevilacqua	18/06/1988	Deferido
22	26456	Roque Divanir Lopes	14/11/1966	Deferido
23	30158	Thiago Marcelo Riffel	07/03/1990	Deferido
24	28528	Vanderlei Lazarotto	15/12/1980	Deferido
25	32524	Vinicius Vezaro	02/03/1985	Deferido
26	27180	Wiliam Ademir Bernardi	01/09/1983	Deferido

Odontólogo - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31331	Alessandra Scalabrin	24/12/1990	Deferido
2	30018	André Cesar De Oliveira	10/11/1987	Deferido
3	34426	Andressa Santana Reginato	05/04/1989	Deferido
4	33127	Antonio Pizzamiglio Neto	06/05/1989	Deferido
5	27108	Ataíse Ceron Bacchi	09/09/1992	Deferido
6	27114	Ataiane Ceron Bacchi	09/09/1992	Deferido
7	29780	Barbara Cristina Anrain	04/02/1993	Deferido
8	30428	Bruna Camile Giumbelli Gardini	11/02/1991	Deferido
9	26442	Bruna Vargas Medeiros	17/07/1990	Deferido
10	26345	Camila Bernardt	26/05/1988	Deferido
11	33481	Camila Dalpizzol	09/08/1990	Deferido
12	27225	Carlos Alberto Garcia Junior	20/09/1991	Deferido
13	31677	Claudia Mara Jagnow	19/05/1990	Deferido
14	33016	Disneia Tereza De Marco Tonial	17/02/1982	Deferido
15	33639	Eduardo Luiz Bonan Angonese	21/01/1993	Deferido
16	34290	Felippe Lacava Moschetta	22/07/1984	Deferido
17	30666	Fernanda Paula De Almeida	06/09/1991	Deferido
18	29572	Gabriela Luana Zibetti	25/06/1993	Deferido
19	34417	Geovana Cristina Recalcatti	20/08/1987	Deferido
20	33315	Guilherme Klein Parise	04/12/1990	Deferido
21	34286	Janaina Fernanda Morês	22/08/1985	Deferido
22	33727	Jéssica Regina Gobbi	27/06/1993	Deferido
23	28493	Jean Marcell Fochesatto Restelato	22/11/1984	Deferido
24	31143	Kelliane Sturm Antunes	25/06/1993	Deferido
25	30160	Larissa Zanon Cordeiro	20/03/1992	Deferido
26	27374	Leonardo Cecchin Bays	06/09/1991	Deferido
27	28657	Marcelo Bertoldo	02/09/1979	Deferido
28	28598	Maurício José Ceregatti	07/05/1990	Deferido

29	32035	Nicole Tomazoni	07/06/1989	Deferido
30	27962	Patrícia Soares Borges	28/10/1991	Deferido
31	32213	Paula Zonta	21/04/1990	Deferido
32	30993	Rosane Rech	18/03/1990	Deferido
33	33850	Sabrina Sampaio Dos Reis	12/12/1990	Deferido
34	27062	Suelen Franke Haus	24/05/1993	Deferido
35	30017	Thaise Prodócimo	02/11/1987	Deferido

Operador de Máquina Leve - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34333	Cristiano Jose Simadao	02/09/1987	Deferido
2	29989	Cleomar Martins De Azeredo	18/11/1978	Deferido

Operador de Máquina Pesada - Ensino Fundamental Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27320	Delir Ribeiro Da Silva	17/07/1973	Deferido
2	31836	Eliceu Franke	11/07/1958	Deferido
3	34416	Flavio Luiz Marques	16/07/1991	Deferido
4	28449	Francisco Victor Belotto	15/08/1950	Deferido
5	29156	João Marcio Paz	26/07/1978	Deferido
6	28407	Librino Ribeiro Da Silva	19/10/1980	Deferido
7	32050	Lucinei Marques	09/12/1990	Deferido
8	34085	Marcelo Marcos De Abreu	14/05/1991	Deferido
9	28482	Marcos Ramos	18/02/1981	Deferido

Orientador Social - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34329	Aline Elizabeth Minks	23/01/1991	Deferido
2	29415	Aline Rosseti	05/01/1990	Deferido
3	30621	Bruna Cristina Garcia Schuermann Infeld	24/05/1991	Deferido
4	29925	Flavia Darold	09/10/1987	Deferido
5	31843	Jenniffer Paula Stemkowski	15/01/1991	Deferido
6	28807	Keila Priscila De Moraes	18/05/1983	Deferido
7	34411	Paulo Cesar Dos Santos Braga	15/08/1985	Deferido

8	34410	Roberta Brizolla Rosa	08/10/1989	Deferido
9	33107	Tatiana Regina Broetto	05/01/1992	Deferido
10	32181	Vandeleia Da Silva	19/03/1987	Deferido
11	29340	Vanessa De Moraes Muniz	25/12/1989	Deferido
12	34387	Vania Regina Golin	13/02/1956	Deferido

Pedreiro - Alfabetizado

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34423	Adelar Moraes Dos Anjos	21/06/1985	Deferido
2	27054	Cleton Alexandro Tides	14/05/1992	Deferido

Professor de Artes - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32455	Arlete Terezi-nha Gralha	15/10/1955	Deferido
2	31675	Elisete Sonego	16/11/1970	Deferido
3	26909	Elisiane Slongo	25/04/1977	Deferido
4	29262	Maria Aparecida Fraron	07/03/1986	Deferido
5	26448	Marilda Rodrigues	11/03/1984	Deferido
6	32305	Marlene Aparecida Da Silva	06/10/1978	Deferido
7	29573	Marlene Salete De Oliveira Penteado	11/03/1958	Deferido
8	30157	Rosane Lourdes De Oliveira Souza	12/10/1981	Deferido
9	30573	Silvana Aparecida Antunes	25/02/1982	Deferido

Professor de Ciências - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31035	Ana Paula Bressan	08/12/1992	Deferido
2	30027	Francieli Paulo	23/08/1985	Deferido
3	28931	Haiala Micheline Masson	23/07/1985	Deferido
4	29968	Marlei Natalino Farcena	24/12/1980	Deferido
5	29287	Susimara De Araujo	24/08/1990	Deferido
6	31372	Taina Aparecida Costa	18/10/1988	Deferido

Professor de Educação Física - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28443	Amauri Machado	30/04/1985	Deferido
2	27647	Angélica Kunrath	28/10/1990	Deferido
3	27074	Angela Rethor	17/06/1985	Deferido
4	34318	Aracely Lilian Susin Bergamo	11/08/1979	Deferido
5	29238	Bianca Alice Spironelo	21/05/1986	Deferido
6	28177	Cleyton Luis Geronimo	28/09/1983	Deferido
7	31209	Daiana Da Cruz	20/03/1985	Deferido
8	31657	Diana Paula Ferreira	23/11/1991	Deferido
9	29791	Elizandra Lovatel	20/01/1984	Deferido
10	28745	Evania Banfi Da Silveira	28/08/1982	Deferido
11	30212	Fernando De Azevedo	20/09/1989	Deferido
12	31997	Francieli Aparecida Cazara Faccin	14/05/1987	Deferido
13	27781	Glêneste Fernandes Wirth	11/12/1988	Deferido
14	29254	Juliana Bonamigo	12/05/1985	Deferido
15	34274	Laura Gabriela Bazzi	28/04/1993	Deferido
16	26912	Lucas Guerreiro Camassola	17/09/1992	Deferido
17	33203	Lucia Leonor Toaldo	15/07/1968	Deferido
18	28871	Luiz Antonio Lovatel	03/03/1965	Deferido
19	34361	Moisés Lopes	05/08/1977	Deferido
20	26385	Priscila Pereira Dias	06/10/1991	Deferido
21	28970	Rafael Thomaz De Vargas	12/03/1989	Deferido
22	29839	Rubyany Brandão Savaris	06/08/1983	Deferido
23	31924	Samile Barp Lorenz	04/04/1987	Deferido
24	29767	Sandra Manfé	14/06/1984	Deferido
25	29258	Sinuhe Utan Moscibrocki Colombo	08/02/1977	Deferido
26	34409	Vagner Camel	25/10/1988	Deferido

Professor de Educação Infantil (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28448	Alana Rita Camassola	01/10/1995	Deferido
2	28352	Aline Vanusa Marcos De Souza Antunes	17/07/1993	Deferido
3	27812	Ana Maria Isganzella Surdi	28/06/1977	Deferido
4	29330	Bruna Aparecida Vergani	02/06/1995	Deferido
5	27380	Camila Scheuermann	13/06/1994	Deferido
6	26348	Cristiane Da Silva	07/03/1994	Deferido
7	29499	Darlane Carla Nora	16/02/1981	Deferido
8	30450	Dábila Cristina Do Amaral	18/02/1995	Deferido
9	32463	Débora Caroline Mangolt	17/02/1993	Deferido
10	29162	Diana Cassia Constantini	20/05/1995	Deferido
11	28784	Gabriela Carniel	29/09/1994	Deferido
12	33289	Josiane Ferreira	23/11/1987	Deferido
13	34367	Kariane Aparecida De Azevedo Petri	08/07/1992	Deferido
14	31824	Kênia Aparecida Dalavechia	13/01/1993	Deferido
15	31981	Leocádia Aparecida Dorigon Ramos	11/10/1977	Deferido
16	31544	Leonir Aparecida Machado	02/03/1976	Deferido
17	30794	Loreane Carine De Oliveira	03/12/1989	Deferido
18	27722	Luciela Gross Masiero	07/01/1989	Deferido
19	31588	Maiara Machado Da Motta	14/09/1994	Deferido
20	27005	Maria Sedeni H. De Souza Duarte	29/10/1976	Deferido
21	27696	Marilda Esganzela	07/06/1979	Deferido
22	30343	Marilei Da Silva Pinto Bergamo	23/06/1975	Deferido
23	27496	Monalize Dos Santos	16/11/1994	Deferido
24	26470	Monica Fátima Da Luz Beaze	14/07/1990	Deferido
25	27688	Nicheli Gotardo Da Silva	11/05/1995	Deferido
26	29924	Patrícia De Oliveira	19/02/1993	Deferido

27	31761	Roseli Alves Tonini	19/01/1976	Deferido
28	28442	Roseli De Azeredo	09/04/1973	Deferido
29	31492	Sandra Tozatti	06/07/1977	Deferido
30	28344	Silvia De Simas	05/10/1993	Deferido
31	34352	Sonia Masson	14/08/1980	Deferido
32	26362	Susana Borin	05/01/1994	Deferido
33	27509	Tariane Da-lapria	24/07/1991	Deferido
34	33860	Taynara Xavier Alves Do Amaral	09/12/1994	Deferido

Professor de Geografia - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	32872	Andre Martinnazzo	03/09/1989	Deferido
2	28671	Edinara Madruga E Souza	31/10/1990	Deferido
3	30676	Jonatan Rech	21/07/1988	Deferido
4	26413	Kerly De Giacometti	01/06/1985	Deferido
5	34276	Marcia Rosana Barth	27/01/1975	Deferido

Professor de História - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29830	Aline Aparecida Faé Iocenti	11/10/1990	Deferido
2	26431	Celito Pereira	18/12/1978	Deferido
3	30233	Débora Dambros	26/06/1990	Deferido
4	34394	Jully Caroline Dos Santos Vieira	03/02/1990	Deferido
5	33102	Leonir Marcos Machado	09/03/1991	Deferido
6	26826	Luciana Souza Dos Santos Da Silva	30/10/1979	Deferido
7	34395	Maria Caciéle Ferreira	15/11/1983	Deferido
8	33689	Márcia Maria Pereira Morés	25/11/1969	Deferido
9	30350	Silvia Camila Ribeiro Bastian	01/12/1987	Deferido
10	28940	Solange Maristela Jordão	10/10/1974	Deferido

Professor de Informática - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34337	Aleomar Alves Dos Santos	27/02/1985	Deferido
2	28956	André Márcio Neumann	29/03/1979	Deferido
3	26430	Claudionor De Abreu	02/11/1990	Deferido
4	30352	Francieli Daiane Pieri	09/08/1986	Deferido
5	30707	Geane Valca-renki	09/10/1989	Deferido
6	26369	Nathana Schneider Slonski	17/10/1990	Deferido
7	26488	Sandro Marcos De Souza	11/01/1984	Deferido

Professor de Língua Inglesa - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27085	Daniele Raizer	21/08/1990	Deferido
2	29904	Fabiana Salete Marques	16/12/1987	Deferido
3	26330	Lucas Antonio Dorini	14/09/1991	Deferido
4	30854	Marisol Beatriz Alves	29/06/1972	Deferido
5	27560	Patricia Mas-sarolo	10/09/1989	Deferido
6	26360	Renata Aparecida Surdi	25/05/1985	Deferido
7	30887	Salete Joceli De Freitas	16/11/1984	Deferido
8	26632	Sidinei Antonio Antunes	16/06/1980	Deferido
9	29161	Tamiris Girioli	30/07/1990	Deferido
10	31768	Vanuzia Regina Sitniewski	14/05/1981	Deferido
11	31978	Wanessa Franco Sobral	20/02/1991	Deferido

Professor de Língua Portuguesa - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	26400	Ana Carolina Weber Welter	16/08/1991	Deferido
2	28757	Claudiane Nunes Da Silva	19/11/1988	Deferido
3	29061	Izabeti Terezinha Bonato	05/10/1965	Deferido
4	26896	Jésica Mayer	02/11/1991	Deferido
5	27890	Lucilene Pacheco Dos Santos	19/08/1987	Deferido
6	28369	Mara Simone Xavier Alves Da Rosa	10/10/1975	Deferido
7	29022	Mônica Lopes Duarte	23/07/1989	Deferido

8	28699	Nilza Thomaz De Vargas Bergamo	22/04/1981	Deferido
9	26416	Rosilene Dutra	11/10/1984	Deferido
10	33694	Rubia Lucia Magrinelli Da Silva	30/05/1990	Deferido
11	30899	Vanessa Schneider	03/01/1987	Deferido

Professor de Matemática - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29391	Aline Maria De Lima Bressan	13/06/1990	Deferido
2	31899	Edineia Popp Boff	17/08/1986	Deferido
3	26525	Elizandra Fatima Machajewski	01/04/1989	Deferido
4	34019	Francieli Rodrigues Da Rosa Machado	18/08/1990	Deferido
5	29855	Francielle Cristina Albuquerque Thomé	27/12/1983	Deferido
6	33643	Gelson Luis Mellegari Dos Santos	17/03/1974	Deferido
7	26333	Joice Aparecida Mendes	30/11/1983	Deferido
8	28947	Josiane Freisleben	13/02/1983	Deferido
9	28116	Luana Gazzola	04/07/1990	Deferido
10	27783	Luciane Kazmierczak	24/06/1989	Deferido
11	30378	Michele Pissoli	20/04/1989	Deferido
12	29095	Simone Masson	06/12/1990	Deferido
13	27588	Tailane Garcia De Matos	22/01/1989	Deferido
14	27731	Vanessa Siviero	21/07/1990	Deferido

Professor de Música - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29222	Aldina Da Silva	08/09/1950	Deferido
2	30264	Daniel Melloto	22/12/1993	Deferido
3	28082	Lilian De Fatima Inacio	25/10/1986	Deferido
4	31248	Michael De Abreu	23/12/1989	Deferido

5	26418	Rafael Fracaro	16/04/1983	Deferido
6	26786	Sabrina Bazzo	23/12/1992	Deferido

Professor Educação Infantil (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31950	Alessandra Aparecida De Oliveira	14/10/1987	Deferido
2	32092	Aline Bernart Baretta	28/05/1985	Deferido
3	29595	Aline Paula Menegaz	19/08/1986	Deferido
4	30436	Ana Caroline Guimarães	28/06/1989	Deferido
5	27522	Anderlise Fatima Rodrigues Siviero	13/10/1983	Deferido
6	27753	Andréia Rosa Dalamaria	17/03/1981	Deferido
7	31669	Andreia Dos Santos Sonego	15/06/1984	Deferido
8	27554	Ariane Surdi	13/07/1990	Deferido
9	29779	Éline Juliessa Chaves	18/06/1992	Deferido
10	27651	Carin Dal Moro	01/06/1980	Deferido
11	27862	Carla Francisca Olivo Valduga	25/12/1963	Deferido
12	31376	Carla Simone Vigolo	19/02/1986	Deferido
13	30246	Carla Surdi	29/06/1991	Deferido
14	30342	Caroline Golin Fagundes	15/10/1993	Deferido
15	29882	Cassia Regina Zanini	11/12/1979	Deferido
16	28019	Christiane Ramos	18/11/1989	Deferido
17	30371	Claci Dorigon De Matos	09/01/1969	Deferido
18	28272	Cleusa De Lurdes Bernardi Genaro	14/05/1973	Deferido
19	30375	Daiane Sara Da Silva	11/07/1986	Deferido
20	28214	Deniz Maria Madruga	30/08/1973	Deferido
21	29053	Edinéia Maria Crivelatti Coelli	20/07/1975	Deferido
22	33104	Eliane Leal Dos Santos	20/02/1983	Deferido
23	29143	Eliane Lopes Duarte	21/07/1983	Deferido
24	31674	Elisabete Regina Rex	04/05/1993	Deferido
25	27495	Elisabete Ferreira	05/11/1992	Deferido

26	33117	Elusa Perpétua Santos Neto De Matos	03/09/1974	Deferido
27	27988	Eulélia Fátima Vanzin Lissa Dal Prá	30/03/1968	Deferido
28	28234	Fabia Lais Cesa Do Amaral	21/11/1988	Deferido
29	29142	Fernanda Deisi Ramos Bittencourt	27/09/1989	Deferido
30	30747	Francieli Maria Vergani	19/04/1990	Deferido
31	32328	Glaci Maria Possebon Soares Borges	11/07/1974	Deferido
32	33297	Grazieli Azevedo	04/03/1988	Deferido
33	29581	Ivanir Salete Duarte Dorini	23/07/1966	Deferido
34	29252	Jane Maria De Andrade	04/05/1970	Deferido
35	26392	Janete Da Rosa	06/11/1979	Deferido
36	34055	Janete Lopes De Mello Scheuermann	31/05/1974	Deferido
37	26479	Jesiele Pilonetto Lopes Duarte	29/07/1987	Deferido
38	28979	Juliana Amalia Bazzi Peri	29/07/1985	Deferido
39	31890	Kely Cristine Biarzi	30/11/1988	Deferido
40	31193	Laiza Regina Colombo Baretta	26/06/1974	Deferido
41	32260	Letícia Palinski	17/02/1988	Deferido
42	28070	Lisiane Maria Masson	17/06/1980	Deferido
43	32797	Luci Fatima Spironelo Buselato	12/01/1979	Deferido
44	31014	Luciana Aparecida Bandeira Ottonelli Cesa	14/11/1990	Deferido
45	29051	Luciane Aparecida Da Silva	27/01/1975	Deferido
46	28758	Lucimara De Andrade Ferrari	24/02/1983	Deferido
47	29854	Lucineia Breda De Siqueira	18/11/1983	Deferido
48	28108	Maiara Beatriz Schiller	12/07/1990	Deferido
49	30272	Maria Mariline De Mattos	04/02/1973	Deferido
50	26476	Maria Rosane Serpa	18/12/1979	Deferido

51	29769	Marilei Aparecida Machado	17/11/1990	Deferido
52	27002	Marinês Savaris Koch	24/01/1967	Deferido
53	34323	Marisa Almeida Coelho	12/09/1973	Deferido
54	29921	Marizete Kolling	22/05/1986	Deferido
55	31609	Márcia Aparecida Cardoso	19/02/1983	Deferido
56	30910	Mônea Soares Borges Pessoli	12/07/1979	Deferido
57	27659	Mônica Rostrola Dalavequia	03/03/1980	Deferido
58	26364	Monalisa Chaves	05/11/1992	Deferido
59	29952	Naiana Angélica Scarton	22/03/1988	Deferido
60	30263	Neiva Aparecida Mansardo	08/07/1981	Deferido
61	28202	Neiva Aparecida Scheuermann Mantovani	09/10/1969	Deferido
62	34332	Paloma Nora	05/04/1993	Deferido
63	28725	Renata Alves Dos Santos	21/02/1989	Deferido
64	30509	Renata Caldart Mas-sucato	04/09/1974	Deferido
65	29842	Sabrina Garcia Susin Ferrari	03/09/1988	Deferido
66	30897	Sandra Fachin	20/10/1971	Deferido
67	31217	Scheila Bazzo	30/03/1990	Deferido
68	30313	Scheila Hosana Bazzo	07/01/1989	Deferido
69	29785	Sedinéia De Fátima Borin Dalpiva	18/09/1982	Deferido
70	27514	Silvana Maristela Moreira Vitorazi	20/09/1974	Deferido
71	28069	Simone Antunes Gonçalves Viganó	06/06/1981	Deferido
72	28953	Sirlene Santos Domingues	29/04/1980	Deferido
73	28409	Solange Ap. Machado Calvi	29/02/1980	Deferido
74	26593	Sonia Ubiali	31/07/1985	Deferido
75	32361	Tailane Nara Faccin	21/12/1992	Deferido
76	29937	Taise Danieli Pilger Mantovani	27/04/1991	Deferido
77	32495	Tatiane Aparecida Durigon Toaldo	12/09/1982	Deferido

78	29013	Tatiane Pereira Dias	15/01/1987	Deferido
79	32088	Vanda Márcia Ferrari Boanamico	21/10/1980	Deferido
80	27426	Vanessa De Mattos	17/12/1988	Deferido
81	30965	Vanusa Aparecida Pereira Da Silva	27/09/1990	Deferido
82	34350	Vilma Da Silva Pinto Kunz	15/09/1980	Deferido
83	29764	Viviane Carminatti	18/11/1987	Deferido
84	29857	Zelina Da Rosa Masiero	06/01/1967	Deferido
85	29957	Zenir Aparecida Da Silva	07/02/1966	Deferido

Professor Séries Iniciais (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	31661	Adeniziana Daros	31/08/1992	Deferido
2	30730	Alda Rosenei Chagas Cordeiro	03/09/1988	Deferido
3	31043	Amarília Aparecida Ribeiro Dambros	15/11/1964	Deferido
4	32105	Andréia Masson Dambros	03/06/1983	Deferido
5	26363	Aurenita Aparecida Gomes Da Silva Ramos	09/04/1978	Deferido
6	31893	Beatriz Almeida Ramos	18/02/1978	Deferido
7	28996	Beloni Dos Prazeres Da Silva	17/06/1979	Deferido
8	26695	Carla Nunes Dos Santos	10/03/1986	Deferido
9	30197	Célia Mara Antunes	21/06/1979	Deferido
10	34357	Cristiane Dos Anjos	10/08/1982	Deferido
11	30607	Cristiani Salete Da Silva Mota Müller	11/07/1980	Deferido
12	30930	Daniela Juliana Costa	21/03/1991	Deferido
13	30256	Debora Aparecida Azevedo Rodrigues	14/05/1973	Deferido
14	30802	Edinéia De Moraes	20/04/1991	Deferido
15	27826	Elizangela De Fatima Rodrigues	29/08/1985	Deferido

16	30892	Franciane Tonini	15/08/1982	Deferido
17	26347	Francieli Aparecida Vidi	09/03/1984	Deferido
18	34203	Gabriela Beloto Moreira Belotto	01/09/1985	Deferido
19	29480	Gilberto José Vargas	22/12/1974	Deferido
20	26493	Helena Altmann	20/09/1976	Deferido
21	28269	Janaína Aparecida Reques	14/12/1979	Deferido
22	28086	Janete Fatima Sozo Bossacro	26/08/1969	Deferido
23	31493	Joslaine Pereira	05/10/1992	Deferido
24	27922	Juciele Machado	16/08/1988	Deferido
25	32357	Laura Bonadiman	06/01/1990	Deferido
26	32486	Lizandra Martins	05/07/1991	Deferido
27	26923	Luciana Cristina Toaldo Baretta	04/02/1973	Deferido
28	31718	Lucrecia Colombo Côas	07/05/1977	Deferido
29	29005	Marilce Gortardo	12/03/1972	Deferido
30	26407	Marinez De Paula Gross	27/01/1973	Deferido
31	30405	Patrícia Fatima Teixeira Baretta	12/06/1980	Deferido
32	31833	Roselaine Hoffmã	29/09/1987	Deferido
33	32630	Rosilei Baretta	24/11/1964	Deferido
34	30069	Rozélia Alves Stempcosqui	22/07/1993	Deferido
35	29927	Sabrina Lovison	14/09/1982	Deferido
36	30348	Sandra Eloiza Jung	08/04/1970	Deferido
37	30125	Susete Louzada	28/05/1957	Deferido
38	31268	Tatiane Olivia Riffel Da Costa	14/04/1984	Deferido
39	28053	Vanessa Ronzani Da Silva Savaris	22/09/1973	Deferido
40	30471	Vera Lucia Aparecida De Oliveira Almeida	07/09/1979	Deferido

Professor Séries Iniciais (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30459	José Deoni De Abreu	16/09/1960	Deferido
2	30337	Andressa Vazuza Da Silva Cardoso	02/04/1991	Deferido
3	31974	Ane Caroline Da Silva Do Amaral	22/12/1994	Deferido
4	27547	Bruna Dalpissol Wilbert	20/08/1992	Deferido
5	27871	Eliziane Maria Alves Machado	23/05/1975	Deferido
6	26433	Franciane Terlan	12/09/1981	Deferido
7	29837	Giseli Lopes Duarte	23/06/1983	Deferido
8	33912	Janaina Krul	30/11/1993	Deferido
9	27733	Marina Durigon	18/12/1982	Deferido
10	34316	Simone Da Silva Ribeiro	27/12/1984	Deferido
11	29557	Valéria De Souza	30/09/1994	Deferido
12	28883	Vera Gotardo	12/10/1978	Deferido

Professor Séries Iniciais - Cecon/CCC Vila União (habilitação nível superior) - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	29795	Lucia Debarba	27/04/1960	Deferido
2	30952	Marilzete Fernandes Ribeiro	01/06/1966	Deferido
3	34271	Nilcéia Minks	09/06/1967	Deferido

Professor Séries Iniciais - Cecon/CCC Vila União (magistério) - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27709	Angela Tainar De Camargo Zanoni	29/07/1995	Deferido
2	32420	Iraci Salete Ferrari	21/08/1966	Deferido

Técnico Desportivo Capoeira escolinha - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	34353	Rafael Chio-mento	27/05/1984	Deferido

Técnico Desportivo Futebol escolinha - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Técnico Desportivo Futsal escolinha - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28130	Edson Fernando Moretti	27/06/1984	Deferido
2	33601	Felipe José Miqueloto	03/03/1981	Deferido
3	29050	Sergio Rodrigues Dos Santos	11/06/1964	Deferido

Técnico Desportivo Futsal treinamento - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27745	Altair Pereira	23/12/1967	Deferido

Técnico Desportivo Haecon-Do-escolinha - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Técnico Desportivo Handebol escolinha - Ensino Superior Completo

Nenhum candidato inscrito neste cargo.

Técnico Desportivo Handebol treinamento - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28038	Saionara Cristina Masson	25/07/1976	Deferido

Técnico Desportivo Karatê escolinha - Ensino Superior Completo

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	27964	Valdecir J. Saretta	19/03/1968	Deferido

Técnico em Enfermagem - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	28887	Adriana Mandeliche	29/07/1987	Deferido
2	27443	Adriane De Lima	15/03/1984	Deferido
3	26438	Beatris De Lima	05/09/1961	Deferido
4	28980	Dalva Luiza Dalcartivo	24/09/1968	Deferido
5	32754	Dirlena De Borba	29/08/1979	Deferido
6	26485	Elisangela Schmidt	07/09/1981	Deferido
7	30144	Elizabete Simone Bof	07/04/1976	Deferido
8	28368	Estefania Fenski Fraron	30/11/1985	Deferido
9	30110	Eunice Ferreira Coutinho Soares	05/01/1963	Deferido
10	28166	Fatima Aparecida Ribeiro Da Silva	26/06/1975	Deferido
11	29151	Gitana Lise Klein	06/09/1978	Deferido
12	27707	Izabela Viviane Biazzi	28/07/1988	Deferido
13	27037	Janete Lurdes Gois Padilha	29/01/1982	Deferido
14	27437	Josiani Cassiano	29/10/1981	Deferido
15	27469	Lenice Comim Keler	25/03/1978	Deferido
16	26450	Leticia Izabel Muller	09/02/1988	Deferido
17	26962	Loreni Lopes Duarte	30/03/1965	Deferido
18	30872	Luciana Tapparo Lazaroto	12/06/1988	Deferido
19	26350	Lucimari Mendes Rodrigues Calluans	31/07/1967	Deferido
20	27767	Mariza Aparecida De Matos Thome	10/11/1967	Deferido
21	28468	Marlene Terezinha Heller	06/07/1984	Deferido
22	26396	Marli Terezinha Surdi	08/10/1961	Deferido
23	27585	Patricia Gomes Da Silva	30/01/1991	Deferido
24	27421	Rosemari Pires Saretta	30/08/1971	Deferido
25	30844	Scheyla Cristina Alves Schmidt De Vargas	28/10/1983	Deferido
26	32664	Simone Aparecida Da Silva	23/04/1982	Deferido

Técnico em Saúde Bucal - Ensino Médio

Seq	Nº INSC	CANDIDATO	Data Nasc	Situação
1	30585	Poliani Sabriana Azevedo	21/08/1991	Deferido
2	33243	Sidimara Pereira	29/10/1976	Deferido

ANEXO II

Inscrições Indeferidas não processadas por falta de pagamento da taxa de inscrição

Edital 029/2014 Processo Seletivo

26329
26334
26383
26436
26461
26478
26483
26546
26611
26636
26886
26913
27059
27118
27120
27177
27215
27216
27315
27387
27420
27444
27568
27587
27605
27640
27715
27761
27789
27791
27807
27808
28018
28035
28043
28093
28128
28147
28248
28338
28366
28374

28467
28475
28505
28546
28628
28638
28676
28735
28942
29011
29023
29032
29060
29375
29394
29407
29584
29775
29888
29898
29902
30014
30015
30022
30032
30067
30333
30384
30579
30587
30774
30803
30850
30995
31041
31102
31194
31374
31411
31436
31553
31763
31845
32072
32099
32155
32174
32502
32586
33059
33142
33188
33199

33249
33497
33566
33734
33743
33793
33861
33864
33866
34100
34147
34270
34303
34320
34356
34364
34374
34406

SIMAE

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº CAO/36/2014

Aviso de Licitação

Pregão Presencial Nº CAO/36/2014

Processo Licitatório Nº CAO/0371/2014

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de produtos químicos para atendimento da estação de tratamento de água (ETA), durante o exercício de 2015.

TIPO: Menor Preço Por kg do Produto

PRAZO PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES: Até às 09:00 horas, do dia 17 de dezembro de 2014.

LOCAL: Escritório do SIMAE, sito a Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000.

O edital poderá ser retirado no escritório do SIMAE, com a comissão de licitação, solicitado pelo e-mail material@simaecao.sc.gov.br, francieli@simaecao.sc.gov.br ou pelo site do SIMAE www.simaecao.sc.gov.br.

Maiores esclarecimentos poderão ser prestados no escritório do SIMAE, sito à Rua Domingos Omizollo, nº 447, Bairro São Luiz - Capinzal - SC, CEP 89.665.000, ou pelo fone (049) 3555-1107, com a comissão de licitação das 08:00 às 12:00 e das 13:30 às 17:30 horas.

Capinzal/SC, 04 de dezembro de 2014.

Francieli Ap. da Rosa

Pregoeira

Catanduvas

PREFEITURA

LEI Nº 2.475/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.475/2014, de 02 de dezembro de 2014.

“CRIA A POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso de suas atribuições, que a Lei lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município que o Legislativo aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei.

TÍTULO I

DA POLÍTICA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 1º Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

II - degradação da qualidade ambiental, a alteração adversa das características do meio ambiente;

III - poluição, a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que direta ou indiretamente:

a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas;

c) afetem desfavoravelmente a biota (que corresponde à vida na Terra em sua totalidade);

d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente;

e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos;

IV - poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental;

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

CAPÍTULO I

DOS PRINCÍPIOS, OBJETIVOS, DIRETRIZES E INSTRUMENTOS

Art. 2º São Princípios da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;

II - racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;

III - planejamento e fiscalização do uso dos recursos ambientais;

IV - proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;

V - controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras;

VI - incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a proteção dos recursos ambientais;

VII - acompanhamento do estado da qualidade ambiental;

VIII - recuperação de áreas degradadas;

IX - proteção de áreas ameaçadas de degradação;

X - educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente.

Art. 3º São objetivos da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente para a presente, e às futuras gerações;

II - compatibilizar o desenvolvimento econômico-social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

II - remediar ou recuperar áreas degradadas;

III - assegurar a utilização adequada e sustentável dos recursos ambientais;

IV - gerar benefícios sociais e econômicos;

V - incentivar a cooperação com outros Municípios e a adoção de soluções consorciadas em relação a gestão ambiental;

VI - proteger e recuperar processos ecológicos essenciais para a reprodução e manutenção da biodiversidade;

VII - fazer cumprir os critérios e padrões de qualidade ambiental e de normas relativas ao uso e manejo de recursos ambientais; e

VIII - desenvolver programas de difusão e capacitação para o uso e manejo dos recursos ambientais nas propriedades rurais.

VII - impor ao poluidor e ao predador, a obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados e, ao usuário, da contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos.

VIII - Promover ações consorciadas com municípios da região em relação à preservação ambiental.

Art. 4º São diretrizes da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - a integração das ações nas áreas de saneamento ambiental, saúde pública, recursos hídricos, desenvolvimento local e ação social;

II - a cooperação administrativa entre os órgãos municipais e estaduais do Meio ambiente;

III - a cooperação entre o poder público, o setor produtivo e a sociedade civil;

IV - a cooperação institucional entre os órgãos do Estado os demais Municípios, estimulando a busca de soluções consorciadas ou compartilhadas;

V - o desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área do Meio ambiente;

VI - a preferência nas compras e aquisições de produtos compatíveis com os princípios e diretrizes desta Lei;

VII - a limitação pelo poder público das atividades poluidoras ou degradadoras, visando à recuperação das áreas impactadas ou a manutenção da qualidade ambiental;

VIII - a adoção, pelas atividades de qualquer natureza, dos meios e sistemas de segurança contra acidentes que acarrete risco à saúde pública ou ao meio ambiente;

IX - a criação de serviços permanentes de segurança e prevenção de acidentes danosos ao meio ambiente; e

X - a instituição de programas de incentivo à recuperação de vegetação nas margens dos mananciais.

Art. 5º São instrumentos da Política Municipal do Meio Ambiente:

I - Os padrões de qualidade ambiental;

II - o zoneamento ambiental;

III - a avaliação de impactos ambientais;

IV - o licenciamento ambiental;

V - fiscalização e aplicação de sanções e medidas compensatórias devidas ao não cumprimento das medidas necessárias à proteção do meio ambiente ou correção da degradação ambiental;

VI - a criação de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Poder Público Municipal,

VII - o sistema municipal de informações sobre o meio ambiente;

VIII - a Educação Ambiental;

IX - O Conselho Municipal do Meio Ambiente CONDEMA;

X- O Fundo Municipal do Meio Ambiente.

XI - Os planos, projetos, programas e ações, desenvolvidos pelo município ou em Consórcio público, relacionados à gestão ambiental pública;

CAPÍTULO II DO SISTEMA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE

Art. 6º Os órgãos e entidades, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Municipal do Meio Ambiente - SIMMA, assim estruturado:

I - Órgão Consultivo e Deliberativo - Conselho Municipal do Meio Ambiente: CONDEMA, responsável pelo acompanhamento da implementação da Política Municipal do Meio Ambiente, bem como dos demais planos relativos à área;

II - Órgão Executivo - Órgão Ambiental Municipal - representado pela Secretaria Municipal de Planejamento, responsável pela execução da Política Municipal do Meio Ambiente;

III - as demais Secretarias Municipais e organismos da Administração Municipal, direta e indireta, bem como as instituições governamentais e não governamentais com atuação no Município, cujas ações, na qualidade de órgãos seccionais, interferirão no desenvolvimento socioeconômico, integrado e sustentável, na pesquisa, preservação e conservação dos recursos ambientais presentes e

nos padrões de apropriação e utilização destes recursos.

Parágrafo único. Para atendimento ao disposto no parágrafo único do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 140, publicado em 9 de dezembro de 2011, fica instituído, como "Órgão Ambiental Capacitado", o responsável pelas ações previstas nesta Lei, que utilizará técnicos próprios, ou contratados para projetos específicos, ou em Consórcio, devidamente habilitados e em número compatível com a demanda das ações administrativas e ambientais de sua competência.

CAPÍTULO III DO ÓRGÃO AMBIENTAL MUNICIPAL

Art. 7º À Secretaria Municipal de Planejamento caberá executar a Política Municipal do Meio Ambiente nos termos desta Lei, bem como:

I - definir, implantar e administrar os espaços geográficos e seus componentes a serem especialmente protegidos;

II - incentivar a execução de pesquisas e capacitação tecnológica para a resolução dos problemas ambientais locais e disponibilizar as informações sobre estas questões;

III - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do Município e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa de material genético;

IV - preservar o equilíbrio do ecossistema local, promovendo o seu manejo sustentável, assim como sua restauração;

V - proteger e preservar a biodiversidade;

VI - promover a captação de recursos financeiros junto a órgãos e entidades públicas e privadas e orientar a aplicação destes em atividades relacionadas com a preservação, conservação, recuperação e pesquisa ambiental, assim como melhoria da qualidade de vida da população local;

VII - estimular e contribuir para a recuperação de vegetação em áreas urbanas, objetivando, especialmente, atingir índices mínimos de cobertura vegetal;

VIII - aprovar, mediante Licenças, Certidões, Autorizações Ambientais, planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas, que possam causar impacto significativo ao meio ambiente nos limites do território do Município, nos termos da legislação em vigor;

IX - manifestar-se oficialmente, em caráter deliberativo e com base em parecer técnico, sobre a qualidade, condições e viabilidade ambiental de empreendimentos efetiva e potencialmente poluidores, com impacto ambiental no município, em procedimentos de licenciamento ambiental de competência dos órgãos Estaduais ou Federais, sob pena de nulidade das licenças eventualmente emitidas;

X - exigir, sempre que necessário, a adoção de medidas mitigadoras e/ou compensatórias que deverão ser adotadas pelo empreendedor antes do início da implantação do empreendimento, tanto nos licenciamentos de sua competência, como nos de competência estadual ou federal;

XI - convocar audiências públicas, nos termos da legislação em vigor, conforme dispuser a regulamentação desta Lei, para informar e ouvir a opinião da população local a respeito de planos, programas, atividades e obras públicas ou privadas potencialmente causadoras de impactos ambientais no Município, assim como sobre as medidas mitigadoras e compensatórias a serem exigidas;

XII - assessorar o Poder Executivo Municipal nas questões relativas ao uso do solo urbano ou rural e demais temas relacionados à proteção, conservação e recuperação do meio ambiente;

XIII - celebrar com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, que tenham cometido infrações ambientais no Município, Termos de Ajustamento de Conduta, nos termos da legislação em vigor, objetivando a paralisação e a recuperação dos danos ambientais;

XIV - articular com os órgãos executores da política de saúde no Município, e demais áreas da administração pública municipal, os planos, programas e projetos, de interesse ambiental, visando uma eficiente integração, bem como a adoção de medidas pertinentes, especialmente as de caráter preventivo, no que diz respeito aos impactos ambientais sobre a saúde pública, inclusive em ambiente de trabalho

Parágrafo único. Para execução de suas atribuições, tornando-se capacitado, o Órgão Ambiental Municipal poderá valer-se de técnicos da Administração Municipal ou em Consórcio, conforme Contrato de Programa específico.

CAPÍTULO IV DAS AÇÕES ADMINISTRATIVAS

Art. 8º São ações administrativas do Município:

I - executar e fazer cumprir, em âmbito municipal, as Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente e demais política s relacionadas à proteção do meio ambiente;

II - exercer a gestão dos recursos ambientais no âmbito de suas atribuições;

III - formular, executar e fazer cumprir a Política Municipal do Meio Ambiente;

IV - promover, no Município, a integração de programas e ações de órgãos e entidades da administração pública federal, estadual e municipal, relacionados à proteção e à gestão ambiental;

V - articular a cooperação técnica, científica e financeira, em apoio às Políticas Nacional, Estadual e Municipal do Meio Ambiente;

VI - promover o desenvolvimento de estudos e pesquisas direcionados à proteção e à gestão ambiental, divulgando os resultados obtidos;

VII - organizar e manter o Sistema Municipal de Informações sobre Meio Ambiente;

VIII - prestar informações aos Estados e à União para a formação e atualização dos Sistemas Estadual e Nacional de Informações sobre Meio Ambiente;

IX - elaborar o Plano Diretor, observando os zoneamentos ambientais;

X - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos;

XI - promover e orientar a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a proteção do meio ambiente;

XII - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente, na forma da lei;

XIII - exercer o controle e fiscalizar as atividades e empreendimentos cuja atribuição para licenciar ou autorizar, ambientalmente, for cometida ao Município;

XIV - observadas as atribuições dos demais entes federativos, promover o licenciamento ambiental das atividades ou empreendimentos:

a) que causem ou possam causar impacto ambiental de âmbito local, conforme tipologia definida pelos respectivos Conselhos Estaduais do Meio Ambiente, considerados os critérios de porte, potencial poluidor e natureza da atividade; ou

b) localizados em unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

XV - observadas as atribuições dos demais entes federativos aprovar:

a) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em florestas públicas municipais e unidades de conservação instituídas pelo Município, exceto em Áreas de Proteção Ambiental (APAs);

b) a supressão e o manejo de vegetação, de florestas e formações sucessoras em empreendimentos licenciados ou autorizados, ambientalmente, pelo Município.

Parágrafo único. Para execução destas ações, o Município está autorizado a celebrar convênios de cooperação com a União, Estado e com outros Municípios, nos Termos da Legislação em vigor.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições sem contrário.

Catanduvas/SC, 02 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Sec. Municipal de Administração

Registrada e Publicada por esta Secretaria, nesta data.

LEI COMPLEMENTAR Nº 114/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 114, de 02 de dezembro de 2014.
"INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS NO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos os habitantes do município, que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona e promulga a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I DA POLÍTICA MUNICIPAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

Art. 1º Esta Lei institui a Política Municipal de Resíduos Sólidos de Catanduvas, dispondo sobre seus princípios, objetivos, instrumentos e diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, as proibições e penalidades no âmbito do

município de Catanduvas(SC).

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - acordo setorial: ato de natureza contratual firmado entre o Poder Público e fabricantes, importadores, distribuidores ou comerciantes, tendo em vista a implantação da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida do produto;

II - área contaminada: local onde há contaminação causada pela disposição, regular ou irregular, de quaisquer substâncias ou resíduos;

III - área órfã contaminada: área contaminada cujos responsáveis pela disposição não sejam identificáveis ou individualizáveis;

IV - ciclo de vida do produto: série de etapas que envolvem o desenvolvimento do produto, a obtenção de matérias-primas e insumos, o processo produtivo, o consumo e a disposição final;

V - coleta seletiva: coleta de resíduos sólidos previamente segregados conforme sua constituição ou composição;

VI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantam à sociedade informações e participação nos processos de formulação, implementação, e avaliação das políticas públicas relacionadas aos resíduos sólidos;

VII - destinação final ambientalmente adequada: destinação de resíduos que inclui a reutilização, a reciclagem, a compostagem, a recuperação e o aproveitamento energético ou outras destinações admitidas pelos órgãos competentes, entre elas a disposição final, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos de acordo com o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município;

VIII - disposição final ambientalmente adequada: distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública e à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos;

IX - geradores de resíduos sólidos: pessoas físicas ou jurídicas, de direito público ou privado, que geram resíduos sólidos por meio de suas atividades, nelas incluído o consumo;

X - gerenciamento de resíduos sólidos: conjunto de ações exercidas, direta ou indiretamente, nas etapas de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos e disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos ou com plano de gerenciamento de resíduos sólidos, exigidos na forma desta Lei;

XI - gestão integrada de resíduos sólidos: conjunto de ações voltadas para a busca de soluções para os resíduos sólidos, de forma a considerar as dimensões política, econômica, ambiental, cultural e social, com controle social e sob a premissa do desenvolvimento sustentável;

XII - logística reversa: instrumento de desenvolvimento econômico e social caracterizado por um conjunto de ações, procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e a restituição dos resíduos sólidos ao setor empresarial, para reaproveitamento, em seu ciclo ou em outros ciclos produtivos, ou outra destinação final ambientalmente adequada;

XIII - reciclagem: processo de transformação dos resíduos sólidos que envolve a alteração de suas propriedades físicas,

físico-químicas ou biológicas, com vistas à transformação em insumos ou novos produtos, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes;

XIV - rejeitos: resíduos sólidos que, depois de esgotadas todas as possibilidades de tratamento e recuperação por processos tecnológicos disponíveis e economicamente viáveis, não apresentem outra possibilidade que não a disposição final ambientalmente adequada;

XV - resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis, em face da melhor tecnologia disponível;

XVI - responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos: conjunto de atribuições individualizadas e encadeadas dos fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes, dos consumidores e dos titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, para minimizar o volume de resíduos sólidos e rejeitos gerados, bem como para reduzir os impactos causados à saúde humana e à qualidade ambiental decorrentes do ciclo de vida dos produtos, nos termos desta Lei;

XVII - reutilização: processo de aproveitamento dos resíduos sólidos sem sua transformação biológica, física ou físico-química, observadas as condições e os padrões estabelecidos pelos órgãos competentes;

XVIII - serviço público de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, triagem para fins de reuso e reciclagem, transbordo, inclusive por compostagem e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição, capina e poda de árvores em vias e logradouros públicos e outros serviços pertinentes a limpeza urbana;

XIX - gestão associada: associação voluntária de entes federados, por convênio de cooperação ou consórcio público, conforme disposto no art. 241 da Constituição Federal;

XX - universalização: ampliação progressiva do acesso de todos os domicílios ocupados ao saneamento básico;

XXI - controle social: conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico;

XXII - Pequeno Gerador de Resíduos Comerciais: é o estabelecimento que gera até 100 (cem) litros de resíduos por dia;

XXIII - Grande Gerador de Resíduos Comerciais: é o estabelecimento que gera um volume de resíduos superior a 100 (cem) litros de resíduos sólidos por dia;

XXIV - Pequeno Gerador de Resíduos da Construção Civil e Entulho: é a pessoa física ou jurídica que gera até 1.000 (mil) quilogramas de resíduos por dia;

XXV - Grande Gerador de Resíduos da Construção Civil e Entulho: é a pessoa física ou jurídica que gera mais de 1.000 (mil) quilogramas de resíduos por dia;

XXVI - Locais de Entrega Voluntária - LEV's: Locais para entrega coletiva e voluntária de recicláveis instalados em pontos estratégicos e acessíveis nos bairros da cidade;

XXVII - Estação de Entrega Voluntária de Inservíveis ou Ecopontos: Locais para entrega de Resíduos da Construção Civil, Resíduos Volumosos de pequenos geradores e restos de podas da arborização urbana, mantidos pelo poder público municipal.

Art. 3º São Princípios fundamentais da Política de Resíduos Sólidos do Município:

I - Integração da gestão dos resíduos sólidos, com os demais serviços do saneamento básico, em conformidade com as necessidades dos usuários visando garantir a eficiência dos resultados;

II - Oferta dos serviços de maneira adequada com a proteção do meio ambiente, saúde pública, aspectos sociais, culturais, econômicos e tecnológicos de acordo com as demais políticas de desenvolvimento urbano;

III - Garantia da eficiência e sustentabilidade econômica através da cobrança adequada pela prestação dos serviços aos usuários;

IV - utilização de tecnologias apropriadas para o tratamento dos resíduos, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;

V - controle social e a disponibilização de todas as informações referentes à gestão dos resíduos sólidos;

VI - segurança, qualidade e regularidade;

VII - o desenvolvimento sustentável e a ecoeficiência;

VIII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IX - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, de acordo com as metas do Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos;

III - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

IV - gestão integrada de resíduos sólidos, através de parcerias públicas e privadas;

V - a Educação Ambiental e a capacitação técnica continuada na área da gestão dos resíduos sólidos;

VI - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira;

VII - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais,

para produtos reciclados e recicláveis, bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

VIII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IX - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético expressos nos respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

Art. 5º São diretrizes da Política Municipal de Resíduos Sólidos de Catanduvas(SC):

I - programas de incentivos de não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, inclusive com a compostagem, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

II - regramento para elaboração dos Planos de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos;

III - definição de procedimentos relativos ao acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, transbordo, tratamento e disposição final de resíduos sólidos no município;

IV - Cadastro de catadores para implantação da coleta seletiva de recicláveis;

V - desenvolvimento de programas de capacitação técnica na área de gerenciamento de resíduos sólidos;

VI - implantação de um Programa Permanente de Educação Ambiental;

VII - preferência para compras e aquisições da administração pública de produtos reciclados e obras e serviços em conformidade com seus Programas de Gerenciamento de Resíduos e com esta Lei;

VIII - garantia de atendimento à população do serviço de limpeza urbana;

IX - Identificação e recuperação ou restauração de áreas degradadas;

X - fomento aos Conselhos Municipais ou órgãos colegiados como instrumentos de institucionalização do controle social em todas as decisões referentes à gestão dos resíduos sólidos.

XI - adoção pelo Município de práticas de gerenciamento e gestão que garantam a sustentabilidade econômica de seus sistemas de limpeza pública, baseadas na remuneração justa dos serviços prestados e na vinculação dos valores cobrados à efetiva execução dos mesmos;

XII - Apoiar as iniciativas de organização regional para a gestão dos resíduos sólidos como forma de ampliar a oferta dos serviços, melhorar a qualidade e reduzir custos, de acordo com a legislação e os interesses do município de Catanduvas(SC).

CAPÍTULO II DOS INSTRUMENTOS

Art. 6º São instrumentos da Política Municipal de Resíduos Sólidos, entre outros:

I - o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos-PMGIRS;

II - a coleta seletiva dos resíduos sólidos urbanos;

III - os sistemas de logística reversa e a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

IV - o incentivo aos catadores ou associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis devidamente registrados pelo Serviço Social do Município;

V - o monitoramento e a fiscalização ambiental, sanitária e agropecuária;

VI - a cooperação técnica e financeira entre os setores público e privado para implantação de métodos, processos e tecnologias de gestão, reciclagem, reutilização, tratamento de resíduos e disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, respeitando as responsabilidades públicas e privadas de cada ente;

VII - a educação ambiental;

VIII - os conselhos de meio ambiente e, no que couber, os de saúde e os órgãos colegiados municipais ou intermunicipais destinados ao controle social dos serviços de resíduos sólidos urbanos;

IX - os acordos setoriais para implantação dos sistemas de logística reversa;

X - o licenciamento ambiental das atividades efetiva ou potencialmente poluidoras de impacto local;

XI - os Termos de Compromisso e os Termos de Ajustamento de Conduta;

XII - o incentivo e participação do município em consórcios ou de outras formas de cooperação entre os entes federados, com vistas à elevação das escalas de aproveitamento e à redução dos custos envolvidos.

XIII - os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

CAPÍTULO III CLASSIFICAÇÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 7º Para os efeitos desta Lei, os resíduos sólidos têm a seguinte classificação:

I - quanto à origem:

a) Resíduos Sólidos Urbanos: aqueles originados das atividades domésticas, em residências urbanas e estabelecimentos comerciais classificados pela municipalidade como de pequenos geradores;

b) Resíduos de limpeza urbana: os originários da varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana;

c) Resíduos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços: os gerados nessas atividades, excetuados os referidos na alínea "a";

d) Resíduos dos serviços públicos de saneamento básico: os gerados nas atividades de captação, adução e tratamento de água e esgoto e drenagem urbana, excetuando-se os Resíduos Sólidos Urbanos e os Resíduos de Limpeza Urbana;

e) Resíduos industriais: os gerados nos processos produtivos e instalações industriais;

f) Resíduos de serviços de saúde: os gerados nos serviços de saúde, conforme definido em regulamento ou em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama e do SNVS;

g) Resíduos da construção civil: os gerados nas construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, incluídos os resultantes da preparação e escavação de terrenos para obras civis;

h) Resíduos agrossilvopastoris: os gerados nas atividades agropecuárias e silviculturais, incluídos os relacionados a insumos utilizados nessas atividades;

i) Resíduos de serviços de transportes: os originários de terminais rodoviários e ferroviários e dos serviços de transporte em geral;

j) Resíduos de mineração: os gerados na atividade de pesquisa, extração ou beneficiamento de minérios;

l) Resíduos especiais: pneus; pilhas e baterias; lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio de luz mista; embalagens de tintas, solventes e óleos lubrificantes; equipamentos e componentes eletrônicos; medicamentos vencidos ou impróprios para o uso, em poder da população e os óleos comestíveis usados;

II - quanto à periculosidade:

a) Resíduos perigosos: aqueles que, em razão de suas características de inflamabilidade, corrosividade, reatividade, toxicidade, patogenicidade, carcinogenicidade, teratogenicidade e mutagenicidade, apresentam significativo risco à saúde pública ou à qualidade ambiental, de acordo com lei, regulamento ou norma técnica;

b) Resíduos não perigosos: aqueles não enquadrados na alínea "a".

§ 1º Os resíduos sólidos não perigosos, os resíduos sólidos produzidos nos serviços de saúde Classe C, os resíduos produzidos por pequenos geradores comerciais e industriais comparáveis aos resíduos domiciliares, são equiparados aos Resíduos Sólidos Urbanos, podendo ter a mesma destinação.

§ 2º Os Resíduos da Construção Civil e entulhos, de pequenos geradores, devem ser coletados e destinados pelo Poder Público Municipal, sendo os geradores os responsáveis pela entrega voluntária nos locais adequados.

TÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DOS GERADORES E DO PODER PÚBLICO

CAPÍTULO I DAS RESPONSABILIDADES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL

Art. 8º São responsabilidades do Poder Público municipal em relação aos resíduos sólidos urbanos:

I - colocação das lixeiras para coleta dos resíduos sólidos urbanos, Locais de Entrega Voluntária Para Resíduos Recicláveis colocação dos Pontos de Entrega Voluntária para resíduos da construção civil e volumosos de pequenos geradores;

II - implantar sistema de compostagem para resíduos sólidos orgânicos e articular com os agentes econômicos e sociais formas de utilização do composto produzido;

III - elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

para aqueles resíduos por ele gerados;

IV - elaboração do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos bem como a legislação e as normas complementares para a execução da Política Municipal de Resíduos Sólidos;

V - coleta, transporte, destinação adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos de forma direta ou delegada;

VI - Coleta transporte, acondicionamento e destinação dos Resíduos da Construção Civil de pequenos geradores;

VII - Manutenção de registro dos grandes geradores e geradores sujeitos a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos;

VIII - Definir, elaborar e firmar os acordos setoriais para implantação da logística reversa, em conformidade com as determinações federais e estaduais para óleos e graxas lubrificantes, pilhas e baterias, lixo tecnológico, pneus, óleos comestíveis usados e lâmpadas fluorescentes;

IX - prestar diretamente ou autorizar a delegação dos serviços e definir o ente responsável pela sua regulação e fiscalização, bem como os procedimentos de sua atuação;

X - estabelecer mecanismos de controle social em relação à gestão dos resíduos sólidos urbanos;

XI - Manter o sistema de informações e avaliação dos serviços, articulado com o Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento, os órgãos municipais e intermunicipais relacionados aos resíduos sólidos;

XII - A regulação e a fiscalização dos serviços que pode ser delegada para agência externa ao Município;

XIII - aderir aos compromissos da Agenda Ambiental na Administração Pública, incluído o processo de compras sustentáveis, para todos os órgãos da administração pública local;

XIV - Identificar classes de consumidores: industriais, comerciais e residenciais para instituição de taxas diferenciadas, conforme regulamentação específica, que leve em consideração:

- a) nível de renda da população da área atendida;
- b) características dos lotes urbanos e áreas neles edificadas;
- c) massa ou volume médio coletado por habitante ou por domicílio e
- d) mecanismos econômicos de incentivo à minimização da geração de resíduos e à recuperação dos resíduos gerados;

XV - Elaborar estudo gravimétrico dos resíduos sólidos urbanos gerados no município.

Parágrafo único. O inventário anual de resíduos deve ser informado ao Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento - SNIS.

CAPÍTULO II DAS RESPONSABILIDADES DOS GRANDES GERADORES

Art. 9º Responsabilidades dos grandes geradores:

I - segregar e acondicionar os resíduos sólidos urbanos, nos locais determinados pelo poder público;

II - Elaborar e cumprir seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, quando couber;

III - Manter seus licenciamentos ambientais regulares nos órgãos ambientais competentes, conforme exigências legais, inclusive exigindo apresentação da licença ambiental dos responsáveis pelo transporte de seus resíduos, quando exigido;

IV - Recuperar os danos ambientais causados em decorrência do lançamento de resíduos de forma inadequada no ambiente;

V - Pagar pelos serviços ambientais de sua responsabilidade, prestados pelo município;

VI - assinar e fazer cumprir os acordos setoriais para implantação da logística reversa e coleta seletiva;

VII - Assinar e fazer cumprir os Termos de Ajustamento de Conduta, quando acordado com o poder público municipal.

§ 1º Os responsáveis pela realização de eventos, de qualquer natureza, em locais públicos, devidamente autorizados pelo município, devem promover a limpeza e destinação adequada dos resíduos sólidos gerados, sendo que os orgânicos devem ser compostados, os recicláveis devem ser previamente segregados e destinados à catadores devidamente registrados pelo serviço Social do Município e os rejeitos encaminhados à coleta pública, desde que equiparados aos resíduos sólidos urbanos.

§ 2º A não observância do preceito anterior obriga o responsável pelo evento a remunerar o município pela prestação do serviço e as sanções legais cabíveis.

CAPÍTULO III DAS RESPONSABILIDADES DOS PEQUENOS GERADORES

Art. 10. Responsabilidades dos pequenos geradores:

I - segregar e acondicionar os resíduos sólidos urbanos, nos locais determinados pelo poder público, conforme diretrizes da coleta seletiva;

II - Devolver os produtos passíveis de logística reversa em locais adequados, disponibilizados pelos comerciantes em seus pontos de vendas, conforme determinações do Poder Público Municipal e normas pertinentes;

III - entregar entulhos nos Locais de Entrega Voluntária, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal.

TÍTULO III DA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

CAPÍTULO I DO PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 11. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Catanduvas, elaborado para um horizonte de vinte (20) anos, deve ser atualizado ou revisto, de forma concomitante com a elaboração do Plano Plurianual Municipal, a cada quatro (4) anos.

Art. 12. O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos de Catanduvas deverá conter:

I - diagnóstico da situação dos resíduos sólidos gerados no respectivo território, com a indicação da origem, do volume e da massa, a caracterização dos resíduos e as formas de destinação e disposição final adotadas;

II - identificação das áreas favoráveis para disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, observado o plano diretor de que trata o §1º do art. 182 da Constituição e o zoneamento ambiental, quando houver;

III - identificação da possibilidade de implantação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros Municípios, considerando a economia de escala, a proximidade dos locais estabelecidos e as formas de prevenção dos riscos ambientais;

IV - identificação dos resíduos sólidos e dos geradores sujeitos ao plano de gerenciamento ou ao sistema de logística reversa, conforme os arts. 20 e 33 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as disposições deste Decreto e as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS;

V - procedimentos operacionais e especificações mínimas a serem adotadas nos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, incluída a disposição final ambientalmente adequada de rejeitos, em consonância com o disposto na Lei nº 11.445, de 2007, e no Decreto no 7.217, de 21 de junho de 2010;

VI - regras para transporte e outras etapas do gerenciamento de resíduos sólidos de que trata o art. 20 da Lei nº 12.305, de 2010, observadas as normas editadas pelos órgãos do SISNAMA e do SNVS, bem como as demais disposições previstas na legislação federal e estadual;

VII - definição das responsabilidades quanto à sua implementação e operacionalização pelo Poder Público, incluídas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos;

VIII - programas e ações de educação ambiental que promovam a não geração, a redução, a reutilização, a coleta seletiva e a reciclagem de resíduos sólidos;

IX - programas e ações voltadas à participação de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis formadas por pessoas físicas de baixa renda, quando houver;

X - sistema de cálculo dos custos da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, bem como a forma de cobrança desses serviços, observado o disposto na Lei nº 11.445, de 2007;

XI - metas de coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

XII - descrição das formas e dos limites da participação do Poder Público local na coleta seletiva e na logística reversa, respeitado o disposto no art. 33 da Lei nº 12.305, de 2010, e de outras ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - identificação de áreas de disposição inadequada de resíduos e áreas contaminadas e respectivas medidas saneadoras.

CAPÍTULO II DOS PLANOS DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 13. Estão sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme legislação e Normas específicas para cada atividade e segundo Termo de Referência elaborado pelo órgão ambiental municipal:

I - estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços caracterizados como grandes geradores;

II - titulares dos serviços públicos de saneamento básico, excetuando-se os geradores de Resíduos Sólidos Urbanos;

III - geradores de resíduos industriais;

IV - os Serviços de Saúde;

V - empresas geradoras de resíduos sólidos da construção civil;

VI - geradores de resíduos de mineração;

VII - as empresas de transporte com sede no município;

VIII - as pessoas jurídicas responsáveis por atividades agrossilvopastoris;

IX - ou geradores de resíduos perigosos.

Art. 14. Os Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos terão o seguinte conteúdo mínimo:

I - descrição do empreendimento ou atividade;

II - diagnóstico dos resíduos sólidos gerados, contendo a origem, o volume e a caracterização dos resíduos,

III - Identificação dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos gerados;

IV - determinação dos responsáveis por cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos;

V - definição dos procedimentos operacionais relativos às etapas do gerenciamento de resíduos sólidos sob a responsabilidade do gerador;

VI - identificação das soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores;

VII - ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

VIII - metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e à reutilização e reciclagem;

IX - se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos e logística reversa;

X - medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

XI - periodicidade de sua revisão, observado, se couber, o prazo de vigência da respectiva licença ambiental;

XII - Atividades de educação ambiental desenvolvidas;

XIII - Responsável Técnico pela elaboração do Plano de Gerenciamento, com emissão de Anotação de Responsabilidade Técnica no Conselho Profissional específico;

XIV - Responsável Técnico pela implementação, operacionalização, e monitoramento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, através de Termo de Responsabilidade Técnica registrado no Conselho Profissional específico.

§ 1º O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos atenderá ao disposto no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, no Plano Municipal de Saneamento Básico e legislação correlata.

§ 2º às microempresas e empresas de pequeno porte estão dispensadas da apresentação do Plano de Gerenciamento de Resíduos

Sólidos se gerarem apenas resíduos sólidos domiciliares ou equiparados pelo poder público municipal, excetuando-se àquelas que geram resíduos perigosos.

§ 3º às microempresas e empresas de pequeno porte poderão ter seus Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos em conjunto com empresas com as quais operam de forma integrada, desde que estejam localizadas na área de abrangência da mesma autoridade de licenciamento ambiental, porém, deverá conter a indicação individualizada das atividades e dos resíduos sólidos gerados, bem como as ações e responsabilidades atribuídas a cada um dos empreendimentos.

§ 4º O órgão ambiental municipal fornecerá os Termos de Referência para elaboração dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os Planos Simplificados.

Art. 15. Os responsáveis pela execução devem apresentar relatórios anuais sobre a implementação e a operacionalização dos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, inclusive com estudo gravimétrico dos resíduos gerados, ao órgão municipal competente, que os repassará aos ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (SINIR).

Art. 16. O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos é parte integrante do processo de licenciamento ambiental do empreendimento ou atividade pelo órgão competente do Sisnama, sendo que sua elaboração e regularidade é requisito para o funcionamento do empreendimento ou atividade no município.

§ 1º Nos empreendimentos e atividades não sujeitos a licenciamento ambiental, a aprovação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos cabe à autoridade municipal competente.

§ 2º No processo de licenciamento ambiental a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama, será assegurada oitiva do órgão municipal competente, ou por este delegado, em todo o processo de gestão dos resíduos.

CAPÍTULO III DA COLETA SELETIVA

Art. 17. A coleta seletiva dar-se-á mediante a segregação prévia dos resíduos sólidos conforme sua constituição ou composição; no mínimo, a separação de resíduos secos e úmidos e progressivamente, ser estendida à separação dos resíduos secos em suas parcelas específicas, segundo metas estabelecidas no Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Art. 18. Para esta Lei é considerado acondicionamento adequado, para coleta seletiva:

I - a disponibilização dos resíduos em embalagens amarradas ou fechadas, acondicionadas em lixeiras disponibilizadas pelo Município, em locais próximos as residências;

II - em Locais de Entrega Voluntária para Recicláveis, instalados e mantidos pelo município;

III - em locais particulares, exclusivos, fechados, para acondicionamento temporário, livre da ação das intempéries, de vetores, animais ou acesso de pessoas não autorizadas;

IV - em locais diferentes dos anteriores desde que determinados pelo órgão ambiental competente.

Art. 19. Os consumidores são obrigados a acondicionar adequadamente e de forma diferenciada, os resíduos sólidos gerados, reutilizáveis e recicláveis, para coleta ou devolução quando passíveis de logística reversa.

Art. 20. Os Resíduos orgânicos de estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços passíveis de tratamento devem ser obrigatoriamente submetidos ao processo de compostagem.

Art. 21. Os resíduos sólidos recicláveis gerados em estabelecimentos comerciais devem ser acondicionados em locais próprios e disponibilizados, preferencialmente, aos catadores devidamente registrados no serviço social do município.

Art. 22. Os óleos comestíveis usados, gerados nos estabelecimentos comerciais e industriais, devem ser integralmente entregues para coleta específica, através de contrato com Organizações Não Governamentais ou empresas de coleta.

Art. 23. Os óleos comestíveis usados, gerados nas residências, devem ser entregues nos Pontos de Entrega Voluntária registrados, disponíveis no Município.

Art. 24. O sistema de coleta seletiva de resíduos sólidos priorizará a participação dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis constituídas por pessoas físicas de baixa renda, devidamente registrados no serviço social do Município.

Art. 25. A coleta seletiva poderá ser implantada sem prejuízo da implantação dos sistemas de logística reversa.

CAPÍTULO IV DA LOGÍSTICA REVERSA

Art. 26. São obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, de forma independente do serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de:

I - agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, assim como outros produtos cuja embalagem, após o uso, constitua resíduo perigoso, observadas as regras de gerenciamento de resíduos perigosos previstas em lei ou regulamento, em normas estabelecidas pelos órgãos do Sisnama, do SNVS e do Suasa, ou em normas técnicas;

II - pilhas e baterias;

III - pneus;

IV - óleos lubrificantes, seus resíduos e embalagens;

V - lâmpadas fluorescentes, de vapor de sódio e mercúrio e de luz mista;

VI - produtos eletroeletrônicos e seus componentes.

Art. 27. Os fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, consumidores e titulares dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos são responsáveis pelo ciclo de vida dos produtos, conforme os acordos setoriais para implantação da logística reversa, os Termos de Ajuste de Conduta e a legislação e normas pertinentes.

Art. 28. A obrigação referida no caput não isenta os consumidores de observar as regras de acondicionamento, segregação e destinação final dos resíduos, previstas na legislação do titular do serviço público de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos.

Art. 29. Os sistemas de logística reversa serão implementados e operacionalizados por meio dos seguintes instrumentos:

I - acordos setoriais;

II - regulamentos expedidos pelo Poder Público; ou

III - termos de compromisso.

Art. 30. Os acordos setoriais para implantação da logística reversa no município obedecerá os ritos, e o acordos firmados no âmbito federal, respeitando as particularidades locais, tendo seus termos de referência elaborados pelo órgão ambiental municipal.

Art. 31. O sistema de logística reversa de agrotóxicos, seus resíduos e embalagens, seguirá o disposto na Lei no 7.802, de 11 de julho de 1989, e no Decreto no 4.074, de 4 de janeiro de 2002.

Art. 32. Sem prejuízo da implantação da logística reversa, ficam obrigados no município:

I - a rede autorizada de assistência técnica e os comerciantes de pilhas e baterias, a aceitar dos usuários a devolução das unidades usadas, cujas características sejam similares àquelas comercializadas por estes, devendo ser acondicionadas adequadamente e armazenadas de forma segregada, obedecidas as normas ambientais e de saúde pública pertinentes, bem como as recomendações definidas pelos fabricantes ou importadores, até o seu repasse a estes últimos;

II - Em relação aos pneus inservíveis:

a) os estabelecimentos de comercialização de pneus são obrigados, no ato da troca de um pneu usado por um pneu novo ou reformado, a receber e armazenar temporariamente e adequadamente, os pneus usados entregues pelo consumidor, sem qualquer tipo de ônus para este, adotando procedimentos de controle que identifiquem a sua origem e destino;

b) o poder público deve firmar parcerias com os fabricantes para garantir a destinação dos pneus inservíveis para os pontos de coleta regional na impossibilidade da existência de um ponto de coleta local;

III - os estabelecimentos que comercializam produtos eletrônicos devem, individual ou coletivamente, promover campanhas semestrais de arrecadação de lixo tecnológico em parceria com empresas de coleta desses resíduos ou Organizações Não Governamentais;

IV - em relação aos resíduos veterinários, o Poder Público Municipal, deve buscar parcerias para:

a) manter campanha de orientação para os produtores rurais em relação ao destino adequado destes resíduos;

b) manter locais adequados para a coleta destes resíduos;

c) destinar os resíduos veterinários para a empresa responsável pela coleta dos resíduos dos serviços de saúde;

d) exigir das empresas agropecuárias, em conjunto com o órgão ambiental municipal, seus respectivos Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e os relatórios anuais pertinentes.

Parágrafo único. Os resíduos veterinários gerados por pessoas jurídicas são de responsabilidade destas e devem ter destinação adequada expressa nos seus Planos de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

CAPÍTULO V DOS RESÍDUOS PERIGOSOS

Art. 33. A instalação e o funcionamento de empreendimento ou atividade que gere ou opere com resíduos perigosos somente

podem ser autorizados ou licenciados pelas autoridades competentes se o responsável comprovar, no mínimo, capacidade técnica e econômica, além de condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

§ 1º As pessoas jurídicas que operam com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, são obrigadas a se cadastrar no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos conforme Instrução Normativa IBAMA nº 1 de 25 de janeiro de 2013 e seus anexos.

§ 2º O cadastro previsto no caput será coordenado pelo órgão federal competente do Sisnama e implantado de forma conjunta com a autoridade municipal.

Art. 34. As pessoas jurídicas referidas no art. 33 devem elaborar seu Plano de Gerenciamento de Resíduos e submetê-lo ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS.

Art. 35. Cabe às pessoas jurídicas referidas no art. 33:

I - manter registro atualizado e facilmente acessível de todos os procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do seu plano de Gerenciamento;

II - informar anualmente ao órgão competente do Sisnama e, se couber, do SNVS, sobre a quantidade, a natureza e a destinação temporária ou final dos resíduos sob sua responsabilidade;

III - adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento;

IV - informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

§ 1º Sempre que solicitado pelos órgãos competentes do Sisnama e do SNVS, será assegurado acesso para inspeção das instalações e dos procedimentos relacionados à implementação e à operacionalização do plano de gerenciamento de resíduos perigosos.

§ 2º No caso de controle a cargo de órgão federal ou estadual do Sisnama e do SNVS, as informações sobre o conteúdo, a implementação e a operacionalização do plano previsto no caput serão repassadas ao poder público municipal, na forma do regulamento.

TÍTULO IV DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NA GESTÃO DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Art. 36. A educação ambiental na gestão dos resíduos sólidos é parte integrante da Política Municipal de Resíduos Sólidos e tem como objetivo o aprimoramento do conhecimento, dos valores, dos comportamentos e do estilo de vida relacionados com a gestão e o gerenciamento ambientalmente adequado dos resíduos sólidos, obedecendo as diretrizes gerais fixadas na Política Nacional de Educação Ambiental e seus regulamentos, para tanto o Poder Público deverá adotar as seguintes medidas:

I - incentivar atividades de caráter educativo e pedagógico, em colaboração com entidades do setor empresarial e da sociedade civil organizada elaborando e executando programas e ações que promovam a não geração, a redução, a reutilização e a reciclagem de resíduos sólidos;

II - realizar ações educativas voltadas aos consumidores, em parceria com fabricantes, importadores, comerciantes e distribuidores, com enfoque diferenciado para os agentes envolvidos direta e indiretamente com os sistemas de coleta seletiva e logística

reversa;

III - desenvolver ações educativas voltadas à conscientização dos consumidores com relação ao consumo sustentável e às suas responsabilidades no âmbito da responsabilidade compartilhada de que trata a Lei nº 12.305, de 2010;

IV - desenvolver atividades de educação informal e formal incentivando a compostagem doméstica;

V - promover a capacitação dos gestores públicos para que atuem como multiplicadores nos diversos aspectos da gestão integrada dos resíduos sólidos;

VI - divulgar os conceitos relacionados com a coleta seletiva, com a logística reversa, com o consumo consciente e com a minimização da geração de resíduos sólidos.

Parágrafo único. Os empreendimentos sujeitos à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos devem contemplar em suas ações práticas efetivas de educação ambiental, comprovadas através dos relatórios anuais entregues ao órgão ambiental municipal.

TÍTULO V DAS PROIBIÇÕES

Art. 37. São proibidas as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:

I - lançamento de resíduos em quaisquer corpos hídricos;

II - lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

III - queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade;

IV - lançamento ou disposição em mananciais e em suas áreas de drenagem, cursos d'água, lagoas, áreas de várzea, terrenos baldios, cavidades subterrâneas, poços e cacimbas, mesmo que abandonadas, em áreas de preservação permanente e em áreas sujeitas à inundação, esta conforme avaliação do órgão ambiental competente;

V - lançamentos em sistemas de redes de drenagem de águas pluviais, de esgotos, de eletricidade, de telefone, bueiros e assementados.

VI - destinação de resíduos especiais, segundo a especificação dessa Lei, juntamente com os resíduos sólidos urbanos.

§ 1º Quando decretada emergência sanitária, a queima de resíduos a céu aberto pode ser realizada, desde que autorizada e acompanhada pelos órgãos competentes do Sisnama, do SNVS e, quando couber, do Suasa.

§ 2º Assegurada a devida impermeabilização, as bacias de decantação de resíduos ou rejeitos industriais ou de mineração, devidamente licenciadas pelo órgão competente do Sisnama, não são consideradas corpos hídricos para efeitos do disposto no inciso I do caput.

Art. 38. São proibidas, nas áreas de disposição final de resíduos ou rejeitos, as seguintes atividades:

I - utilização dos rejeitos dispostos como alimentação;

II - criação de animais domésticos;

III - armazenamento em edificação inadequada;

IV - utilização de resíduos perigosos como matéria-prima e fonte de energia, bem como a sua incorporação em materiais, substâncias ou produtos, sem prévia aprovação do órgão de controle ambiental;

V - utilização para alimentação humana;

VI - utilização para alimentação animal em desacordo com as normas ambientais competentes;

VII - a utilização de resíduos sólidos in natura como insumo agrícola.

Art. 39. A acumulação temporária de resíduos sólidos de qualquer natureza, até sua destinação adequada, somente será tolerada caso não ofereça risco de poluição ambiental e mediante autorização do órgão ambiental, que fixará o prazo máximo de depósito no ato de autorização.

Art. 40. Os resíduos sólidos comerciais orgânicos, não caracterizados como rejeitos, mesmo dos pequenos geradores, não podem ser entregues à coleta convencional - devendo, obrigatoriamente, ser submetidos à compostagem.

Art. 41. Os estabelecimentos comerciais ou industriais que utilizem óleos comestíveis na preparação de alimentos ficam proibidos de entregá-los à coleta convencional, devendo destiná-los às empresas especializadas pela coleta, Organização não Governamental ou catadores devidamente registrados pelo Serviço Social do município, que passam a ser responsáveis pela destinação ambientalmente correta desses resíduos.

TÍTULO VI DAS PENALIDADES

Art. 42. As infrações ambientais são apuradas em processo administrativo próprio, instaurada pelo órgão ambiental competente, assegurado o direito de ampla defesa e o contraditório, observadas as disposições desta Lei e subsidiariamente às disposições contidas na Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 43. As infrações de que trata o artigo anterior serão punidas com as seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa simples;

III - multa diária;

IV - interdição, temporária ou definitiva, total ou parcial;

V - suspensão de benefícios fiscais ou administrativos;

VI - apreensão ou recolhimento, temporário ou definitivo; e

VII - cassação de alvará de licenciamento do estabelecimento.

§ 1º Na tipificação da infração, definição do valor e dos critérios para a aplicação das multas, será considerada, no que couber, o Decreto Federal nº 6.514, de 22 de julho de 2008 que dispõe sobre as infrações e sanções administrativas ao meio ambiente, que estabelece o processo administrativo federal para apuração destas infrações, e dá outras providências.

§ 2º O valor das multas será revertido ao Fundo Municipal de Saneamento Básico, ou outro fundo específico, determinado pelo

Poder Público, para aplicação em programas, projetos e ações de educação ambiental, mediante conta específica.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

rt. 44. As tecnologias utilizadas para o tratamento dos resíduos sólidos orgânicos devem respeitar as diretrizes da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

Art. 45. A implantação da logística reversa se dará progressivamente conforme os acordos setoriais firmados no âmbito federal.

Art. 46. A implementação das ações contidas na presente Lei priorizará a participação do município no Consórcio Intermunicipal criado para regionalizar a gestão dos resíduos sólidos, objetivando a diminuição dos custos, a ampliação da capacidade técnica e gerencial, a regulação, fiscalização, avaliação e a qualidade dos serviços prestados.

Art. 47. Ficam incorporadas a esta Lei as disposições federais, especialmente as normas do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, naquilo que não forem disciplinadas e complementadas pela legislação municipal, sendo o seu desatendimento, considerado infração à legislação municipal.

Art. 48. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas/SC, 02 de dezembro de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella
Secretário Municipal da Administração

Registrada e publicada por esta Secretaria, nesta data.

TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO PMC Nº 0085/2014

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO PMC Nº 0085/2014
TOMADA DE PREÇOS Nº 0010/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0066/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

CONTRATADA: AUDITHARE CONSULTORIA E AUDITORIA LTDA

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 28 de julho de 2014, alterando-o conforme segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Fica rescindido o Termo de Contrato nº 0085/2014, nos termos do seu item 4.3, da CLÁUSULA QUARTA, por interesse da Administração Municipal.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo de Rescisão tem validade a partir da sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas - SC, 26 de novembro de 2014.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - SC

Gisa Aparecida Giacomini

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMAS Nº 0023/2014

TOMADA DE PREÇO Nº 0015/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0081/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

CONTRATADA: LUCAS PEREIRA CONSTRUTORA - ME

Reportam-se ao Contrato firmado entre as partes em 29 de outubro de 2014 para:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Prorrogar o prazo do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, com novo prazo iniciando em 1º de janeiro de 2015.

Catanduvas - SC, 27 de novembro de 2014.

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Elizete Cardoso da Silva

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

PORTARIA Nº 468 DE 03.12.2014

PORTARIANº 468/2014

- CONSIDERANDO, a apresentação do Atestado Médico,

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 50 da Lei Orgânica do Município e em conformidade o art.64, I, e §2º, da LC nº 008/99:

RESOLVE:

Art.1º. Conceder em favor da Servidora Pública PATRICIA APARECIDA BATISTA, ocupante do cargo efetivo de Agente de Serviços Gerais - 40 horas, matriculada sob o nº 25/02, licença para tratamento de saúde, nos dias 03,04 e 05 de dezembro de 2014 (três dias), conforme Atestado Médico, sem prejuízo de sua remuneração.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado,
03 de dezembro de 2014.
JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA N.º021/2014 DE 03/12/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CHAPADÃO DO LAGEADO.

PORTARIA N.º021/2014 de 03/12/2014

Nomeia Comissão Permanente de controle e avaliação dos bens patrimoniais da Câmara Municipal de Chapadão do Lageado.

ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º Designar os Senhores Elaine Aparecida Franz da Silveira, Danilo Schmidt e Leticia Eyng Montibeller, para sob a presidência da primeira, comporem a Comissão Permanente de Controle e Avaliação dos Bens Patrimoniais da Câmara de Vereadores de Chapadão do Lageado.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Chapadão do Lageado, em 02 de dezembro de 2014.
ALCIDES FRANCISCO MONTIBELLER
Presidente da Câmara

Concórdia

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 84/2014 -FMS

Contrato Nº : 84/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ALERT SERVIÇOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 18/2014

Objeto : Contratação de serviços de limpeza externa, serviços de jardinagem, serviços de encanador, incluindo fornecimento de mão de obra para as unidades do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 12/11/2015

Assinatura : 12/11/2014

Valor R\$: 29.896,44 (Vinte e Nove Mil, Oitocentos e Noventa e Seis Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903999000000.03640000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 83/2014 -FMS

Contrato Nº : 83/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT CONSTRUÇÕES EIRELLI EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de serviços de empresa do ramo da construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), para construção de edificação destinada a abrigar a Estratégia da Saúde da Família Novo Horizonte, localizada na Rua Guilherme Munaretto, Loteamento Novo Horizonte, Bairro da Gruta, neste Município, a serem executados com recursos oriundos do convênio com Governo Federal - Programa de Requalificação das Unidades Básicas de Saúde e contrapartida municipal, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo "D" deste Edital.

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 12/11/2015

Assinatura : 12/11/2014

Valor R\$: 641.102,79 (Seiscentos e Quarenta e Um Mil, Cento e Dois Reais e Setenta e Nove Centavos)

Dotação : 211 - 13.001.2102.344905198000000.01020000

Dotação : 212 - 13.001.2102.344905198000000.01640000

Dotação : 391 - 13.001.2102.344905198000000.03640000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 100/2014 -FMS

Contrato Nº : 100/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BABINSKI BOLSAS EIRELI - EPP

Licitação : Pregão Presencial 19/2014

Objeto : Aquisição de artigos de malharia, material de distribuição gratuita (botons, squeeze, canetas) para serem distribuídos em campanhas, uniformes e pastas para as Agentes da Dengue e Agentes de Saúde para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 16/01/2015

Assinatura : 17/11/2014
 Valor R\$: 4.230,00 (Quatro Mil e Duzentos e Trinta Reais)

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903016000000.03640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903023000000.03640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903036000000.03640000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903016000000.03660000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903023000000.03660000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903099000000.03660000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 101/2014 -FMS

Contrato Nº : 101/2014
 Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ZOOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONFECÇÕES LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 19/2014

Objeto : Aquisição de artigos de malharia, material de distribuição gratuita (botons, squeeze, canetas) para serem distribuídos em campanhas, uniformes e pastas para as Agentes da Dengue e Agentes de Saúde para atender as demandas do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Vigência : Início: 17/11/2014 Término: 16/01/2015

Assinatura : 17/11/2014

Valor R\$: 23.554,80 (Vinte e Três Mil, Quinhentos e Cinquenta e Quatro Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903016000000.03640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903023000000.03640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903036000000.03640000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903016000000.03660000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903023000000.03660000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903099000000.03660000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 6/2014 -FMS

Contrato Nº : 6/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : BENEFICÊNCIA CAMILIANA DO SUL

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 300.685,20 (Trezentos Mil, Seiscentos e Oitenta e Cinco Reais e Vinte Centavos)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 43/2014 -FMS

Contrato Nº : 43/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : POSTO SAO JORGE LTDA

Licitação : Pregão Presencial 4/2014

Objeto : Aquisição de combustível (óleo diesel S10) para abastecimento da Frota do Fundo Municipal de Saúde e SAMU, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste Edital.

Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 20/12/2014

Assinatura : 20/11/2014

Valor R\$: 7.860,00 (Sete Mil e Oitocentos e Sessenta Reais)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903001000000.01650000

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903001000000.01640000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 16/2014 -FMS

Contrato Nº : 16/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CARDIODONTO - SERVIÇOS DE CARDIOLOGIA LTDA

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 06/12/2014

Assinatura : 06/11/2014

Valor R\$: 10.400,00 (Dez Mil e Quatrocentos Reais)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 78/2012 -FMS

Contrato Nº : 78/2012/2012

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : LAVADISKE AUTOMATIC LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 16/2012

Objeto : Contratação de serviço de lavagem, esterilização e passadoria das roupas utilizadas nos Postos de Saúde e demais unidades do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 12/11/2014 Término: 12/11/2015

Assinatura : 11/11/2014

Valor R\$: 76.200,00 (Setenta e Seis Mil e Duzentos Reais)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903946000000.01640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903946000000.03640000

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 70/2011 -FMS

Contrato Nº : 70/2011/2011

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : IMOBILIÁRIA CONCÓRDIA LTDA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 5/2011

Objeto : LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA INSTALAÇÃO DO ALMOXARIFADO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA.

Vigência : Início: 16/11/2014 Término: 16/11/2015

Assinatura : 12/11/2014

Valor R\$: 5.590,44 (Cinco Mil, Quinhentos e Noventa Reais e Quarenta e Quatro Centavos)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903910000000.01640000

Dotação : 390 - 13.001.2102.333903910000000.03640000

EXTRATO 5º TA CONTRATO Nº 46/2010 -FMS

Contrato Nº : 46/2010/2010

Aditivo Nº : 5 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CONCORDIA

Contratada : ALTO URUGUAI GASES INDUSTRIAIS LTDA

Licitação : Pregão Presencial 18/2009

Objeto : AQUISIÇÃO DE GAS OXIGENIO MEDICINAL E ALUGUEL DE CONCENTRADORES DE OXIGENIO PARA OS PACIENTES DO SUS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. PREGAO PRESENCIAL N 0018 2009.

Vigência : Início: 11/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 11/11/2014

Valor R\$: 50.135,70 (Cinquenta Mil, Cento e Trinta e Cinco Reais e Setenta Centavos)

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903004000000.01650000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903912000000.01650000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903004000000.03650000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/2014 -FMC

Contrato Nº : 16/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : WTEC MOVEIS E EQUIPAMENTOS TECNICOS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 3/2014

Objeto : Aquisição e instalação de móveis, equipamentos e placas de sinalização novos para a Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves, com recursos oriundos do Convênio PRONAC nº 145465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 28/11/2014 Término: 28/03/2015

Assinatura : 28/11/2014

Valor R\$: 126.161,53 (Cento e Vinte e Seis Mil, Cento e Sessenta e Um Reais e Cinquenta e Três Centavos)

Dotação : 381 - 16.001.2403.333903044000000.01240000

Dotação : 382 - 16.001.2403.344905242000000.01240000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 14/2014 -FMC

Contrato Nº : 14/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : JAKSON KIRSTEN EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2014

Objeto : Aquisição de livros novos para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 09/01/2015

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 475,51 (Quatrocentos e Setenta e Cinco Reais e Cinquenta e Um Centavos)

Dotação : 265 - 16.001.2402.333903046000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 13/2014 -FMC

Contrato Nº : 13/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : A PAGINA DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 2/2014

Objeto : Aquisição de livros novos para compor o acervo bibliográfico da Biblioteca Pública Municipal Júlio da Costa Neves, conforme descrições constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 10/11/2014 Término: 09/01/2015

Assinatura : 10/11/2014

Valor R\$: 3.783,80 (Três Mil, Setecentos e Oitenta e Três Reais e Oitenta Centavos)

Dotação : 265 - 16.001.2402.333903046000000.01000001

EXTRATO DO CONTRATO Nº 15/2014 -FMC

Contrato Nº : 15/2014

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE CULTURA

Contratada : PISOCENTER MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA - EPP

Licitação : Pregão Eletrônico 4/2014

Objeto : Aquisição e instalação de climatizadores de ar novos, para o Centro Cultural Concórdia com recursos oriundos do convênio PRONAC 145.465 e conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do

Vigência : Início: 26/11/2014 Término: 25/03/2015

Assinatura : 26/11/2014

Valor R\$: 63.585,00 (Sessenta e Três Mil e Quinhentos e Oitenta e Cinco Reais)

Dotação : 382 - 16.001.2403.344905234000000.01240000

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCORDIA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 33/2014- PMC

Sistema de Registro de Preços

Objeto: REGISTRO DE PREÇO para possível prestação de serviços, durante o exercício de 2015, de recapagem a frio de pneus e aquisição de material para conserto de pneumáticos da frota de veículos e máquinas: da Secretaria de Urbanismo e Obras, Secretaria de Transportes, Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente do Município de Concórdia, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 08h15min do dia 18/12/2014 no endereço Eletrônico www.cidadecompras.com.br

Abertura: dia 18/12/2014 às 08h30min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 03 de dezembro de 2014.

MAURI MARAN

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRONICO Nº 07/2014-FMS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 01 AO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 7/2014 FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, por intermédio de seu gestor Senhor Alessandro Vernize, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇO para possível aquisição, durante o exercício de 2015, de leites, complementos alimentares e fraldas, para atendimento de programas do Fundo Municipal de Saúde, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital foi alterado. Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação, permanece para dia 08 de dezembro de 2014, até as 08h15min, sendo que a sessão de abertura da licitação fica para o dia 08 de dezembro de 2014 às 08h30min. Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados site www.cidadecompras.com.br e na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas no Fundo Municipal de Saúde de Concórdia, situada à Rua Atalípio Magarinos, nº 326, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3444-0627.

Concórdia, SC, 02 de dezembro de 2014

ALESSANDRO VERNIZE

Gestor do FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 103/2014 -FMS

Contrato Nº : 103/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : VANCAR MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LTDA ME

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 20/2014

Objeto : Aquisição de peças e contratação de serviços de mão de obra, em caráter emergencial, para concerto da ambulância Peugeot Boxer, sob placa MJT 1622, utilizada para transportes de pacientes do SUS.

Vigência : Início: 27/11/2014 Término: 26/01/2015

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 8.383,00 (Oito Mil e Trezentos e Oitenta e Três Reais)

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903039000000.03020000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903919000000.03020000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 102/2014 -FMS

Contrato Nº : 102/2014

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ASSOCIAÇÃO DE VETERANOS CONCORDIA

Licitação : Dispensa para Compras e Serviços 19/2014

Objeto : Locação de imóvel com localização na Rua Leonel Mosele, Centro, neste Município, para o funcionamento da Farmácia Municipal do Fundo Municipal de Saúde.

Vigência : Início: 01/12/2014 Término: 01/12/2015

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 42.000,00 (Quarenta e Dois Mil Reais)

Dotação : 396 - 13.001.2104.333903910000000.06000000

EXTRATO 4º TA CONTRATO Nº 81/2010 -FMS

Contrato Nº : 81/2010/2010

Aditivo Nº : 4 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CRI COLETA E INDUSTRIALIZAÇÃO DE LIXO LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 4/2010

Objeto : EXECUCAO DE SERVICOS DE COLETA, TRANSPORTE E DISPOSICAO FINAL DOS RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE GERADOS PELAS UNIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. TP 4 2010

Vigência : Início: 29/11/2014 Término: 29/12/2015

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 82.092,36 (Oitenta e Dois Mil, Noventa e Dois Reais e Trinta e Seis Centavos)

Dotação : 221 - 13.001.2104.333903978000000.02000000

Dotação : 395 - 13.001.2104.333903978000000.03660000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 150/2013 -FMS

Contrato Nº : 150/2013

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : ONSERVIÇOS DE VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA

Licitação : Pregão Eletrônico 13/2013

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento e segurança da Unidade de Estratégia de Saúde da Família (ESF) Guilherme Reich I e II.

Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 02/12/2015

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 495,24 (Quatrocentos e Noventa e Cinco Reais e Vinte e Quatro Centavos)

Dotação : 210 - 13.001.2102.333903977000000.01640000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 17/2014 -FMS

Contrato Nº : 17/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA

Contratada : CLINICA BERNARDI S S

Licitação : Inexigibilidade 3/2014

Objeto : Credenciamento de Prestadores de Serviços de Saúde para consultas especializadas, exames e cirurgias eletivas.

Vigência : Início: 06/11/2014 Término: 31/12/2014

Assinatura : 06/11/2014

Valor R\$: 4.800,00 (Quatro Mil e Oitocentos Reais)

Dotação : 215 - 13.001.2103.333903950000000.01020000

Dotação : 217 - 13.001.2103.333903950000000.01650000

Dotação : 369 - 13.001.2103.333903950000000.03020000

Dotação : 393 - 13.001.2103.333903950000000.03650000

EXTRATO DO CONTRATO Nº 23/2014 -FMAS

Contrato Nº : 23/2014

Contratante : FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Contratada : MEGA ESCOLA DE INFORMATICA LTDA

Licitação : Pregão Presencial 14/2014

Objeto : Contratação de empresa para ministrar oficinas nas unidades dos CRAS, CREAS e Centros de Convivência, durante o exercício de 2014/2015, visando o desenvolvimento das atividades nos grupos de convivência, em conformidade com a legislação vigente, com recursos oriundos do repasse Fundo a Fundo PAIF, SCFV/ FNAS, PAEFI e próprios e conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 27/11/2014 Término: 01/12/2016

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 40.000,00 (Quarenta Mil Reais)

Dotação : 241 - 15.001.2202.333903965000000.01520000

Dotação : 252 - 15.001.2203.333903965000000.01510000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 10/2014 -FMEC

Contrato Nº : 10/2014

Aditivo Nº : 2º TA/2014

Tipo Aditivo : Prazo

Contratante : FUNDACAO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contratada : DALLASIL FABRICAÇÃO DE ESQUADRIAS METALICAS LTDA

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Prorrogação de prazo de execução e vigência na Contratação de empresa especializada na manutenção, fabricação e montagem de estruturas metálicas, para prestação de serviços no Centro de Eventos Concórdia, neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo ?D? do Edital.

Vigência : Início: 20/11/2014 Término: 12/12/2014

Assinatura : 05/11/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

Dotação : 271 - 17.001.1453.344905107000000.01000001

EXTRATO CONTRATO Nº 421/2014 -PMC

Contrato Nº : 421/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA- ME

Licitação : Pregão Presencial 129/2014

Objeto : Aquisição de móveis e eletrodomésticos a serem utilizados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, com recursos próprios e Federais - Programa Brasil Carinhoso, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 24/02/2016

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 7.015,00 (Sete Mil e Quinze Reais)

Dotação : 44 - 06.002.1005.344905212000000.01010000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905212000000.01620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905212000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO CONTRATO Nº 420/2014 -PMC

Contrato Nº : 420/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : ZELINDO FICANHA 43754074920

Licitação : Pregão Presencial 129/2014

Objeto : Aquisição de móveis e eletrodomésticos a serem utilizados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, com recursos próprios e Federais - Programa Brasil Carinhoso, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 24/02/2016

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 3.090,00 (Três Mil e Noventa Reais)

Dotação : 44 - 06.002.1005.344905212000000.01010000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905212000000.01620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905212000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO CONTRATO Nº 419/2014 -PMC

Contrato Nº : 419/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : NOVA MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS LTDA - ME

Licitação : Pregão Presencial 129/2014

Objeto : Aquisição de móveis e eletrodomésticos a serem utilizados nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, com recursos próprios e Federais - Programa Brasil Carinhoso, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 24/02/2016

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 6.849,00 (Seis Mil e Oitocentos e Quarenta e Nove Reais)

Dotação : 44 - 06.002.1005.344905212000000.01010000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905212000000.01620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905212000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO CONTRATO Nº 418/2014 -PMC

Contrato Nº : 418/2014

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 129/2014

Objeto : Aquisição de móveis e eletrodomésticos a serem utiliza-dos nas unidades escolares da Rede Pública Municipal de Ensino, com recursos próprios e Federais - Programa Brasil Carinhoso, conforme especificações constantes nos anexos A e B do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 24/02/2016

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 12.285,00 (Doze Mil e Duzentos e Oitenta e Cinco Reais)

Dotação : 44 - 06.002.1005.344905212000000.01010000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905212000000.01620000

Dotação : 67 - 06.004.1007.344905242000000.01620000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905212000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 405/2014 -PMC

Contrato Nº : 405/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TENDENCIA MATERIAIS PARA INFORMÁTICA E ES-CRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 122/2014

Objeto : Aquisição de mobiliário novo, para nova sede da SEMED e Escolas da Rede Municipal de Educação, deste Município, con-forme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 06/12/2015

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 1.854,00 (Um Mil e Oitocentos e Cinquenta e Quatro Reais)

Dotação : 326 - 06.002.1005.344905242000000.03890000

Dotação : 327 - 06.002.1005.344905242000000.03870000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905242000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 404/2014 -PMC

Contrato Nº : 404/2014

Aditivo Nº : 1 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : COMAPE MÁQUINAS PARA ESCRITÓRIO LTDA EPP

Licitação : Pregão Presencial 122/2014

Objeto : Aquisição de mobiliário novo, para nova sede da SEMED

e Escolas da Rede Municipal de Educação, deste Município, con-forme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 06/12/2015

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 976,00 (Novecentos e Setenta e Seis Reais)

Dotação : 326 - 06.002.1005.344905242000000.03890000

Dotação : 327 - 06.002.1005.344905242000000.03870000

Dotação : 371 - 06.002.2013.344905242000000.03010000

Dotação : 373 - 06.002.2017.344905242000000.01010000

ATA DA SESSÃO DE RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES NºS. 01 E 02, REFERENTES AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 3/2014, EDITAL DE CONVITE Nº 1/2014 – IPRECON

Ata da Sessão de recebimento e abertura dos Envelopes nºs. 01 e 02, referentes ao Processo Licitatório nº 3/2014, Edital de Convite nº 1/2014 - IPRECON, do tipo menor preço global, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada para efetuar consultas e avaliações médicas em segurados do IPRECON, com emissão de atestados e laudos médicos, através de profissionais devidamente habilitados na área médica. Aos três dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às nove horas, na Sala do Setor de Administração e Apoio do IPRECON, situado na Rua Marechal Deodoro, 772, Edifício Mirage Offices, sala quatro, Centro, Concórdia, SC, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações - CPL, designada pela Portaria nº 18/2014, de 31 de março de 2014, sob a presidência da servidora Vanessa Daiane Riffel e com as servidoras Margarete Pecini e Oneide Bertolini como membros, com a finalidade de efetuar o recebimento, abertura e o julgamento do Envelope 01 - Documentação de Habilitação e Envelope 02 - Proposta de Preço do Processo Licitatório supracitado. Foram convidadas para participar da licitação, na forma prevista no § 3º do artigo 22 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações, as empresas BIO-SEG - Clínica de Medicina e Segurança do Trabalho Ltda.; Clínica Bernardi; Clínica de Medicina Integrada Ltda. - CLINIMED; Clínica Médica São Roque S/S; Clínica Sicavi; Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. (COT) e SEGURMED - Segurança e Medicina do Trabalho Sociedade Simples. Entregaram os envelopes em tempo hábil para participar do certame, ou seja, até as dezesseis horas do dia dois de dezembro de dois mil e quatorze, conforme disposto no item 1.2 do Edital, as empresas Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. - ME e Clínica Médica São Roque S/S. Nenhum representante das empresas credenciou-se ou se fez presente para acompanhar a Sessão. Aberta a Sessão Pública pela presidente da CPL, os envelopes apresentados pelas licitantes foram conferidos e rubricados pelos membros da Comissão. Em seguida, procedeu-se à abertura dos Envelopes 01 - Documentação de Habilitação, os quais tiveram sua documentação devidamente examinada e rubricada pelos membros da CPL. Após análise da documentação apresentada e verificando a conformidade com o disposto nos subitens 5.1.1 a 5.1.9 do Edital, as empresas Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. - ME e Clínica Médica São Roque S/S foram declaradas HABILITADAS. Considerando a ausência dos representantes legais das empresas, a CPL entrou em contato com as mesmas para informar o resultado da fase de habilitação e solicitando o encaminhamento do Termo de Renúncia da Fase de Habilitação para dar continuidade aos trâmites. Oportunamente a Comissão verificou a autenticidade dos documentos emitidos pela internet e apresentados dentro do Envelope 01 e não foi constatada nenhuma irregularidade. Na sequência as empresas encaminharam os Termos de Renúncia da Fase de Habilitação, bem como do respectivo prazo recursal, que foram anexados aos documentos apresentados, sendo possível dar continuidade

ao certame, com a abertura do Envelope 02 - Proposta de Preço. Dando prosseguimento ao processo os Envelopes 02 - Proposta de Preço das empresas HABILITADAS foram abertos e tiveram sua documentação devidamente examinada e rubricada pelos membros da CPL. Com relação à proposta da empresa Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. - ME apurou-se o valor unitário de R\$ 200,00 (duzentos reais) e total de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para a composição de junta médica, com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez bem como dos segurados ativos que se encontram em auxílio-doença por longo período (número de ordem 2 do Anexo D do Edital). Constatou-se que a proposta de preço da empresa foi apresentada em desconformidade com o item 6 do Edital de Convite nº 1/2014 - IPRECON pois contemplou apenas o número de ordem 2 do Anexo D do Edital, sem proposta para os números de ordem 1 (realização de perícia médica, com vistas à concessão de auxílio-doença aos segurados do IPRECON) e 3 (participação na condição de assistente técnico do IPRECON, em perícias médicas designadas por ordem judicial) e, consequentemente, sem a previsão de preço total global para atendimento do objeto ora licitado. Desta forma, com base no disposto no subitem 7.7.2 do Edital que a este dá causa, a CPL declarou a empresa Ortopedia Concórdia Serviços Hospitalares Ltda. - ME desclassificada. Após análise da proposta da empresa Clínica Médica São Roque S/S apurou-se o valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais) e total de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para realização de perícias médicas, com vistas à concessão de auxílio-doença aos segurados do IPRECON (nº de ordem 1 do Anexo D do Edital); valor unitário de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e total de R\$ 4.600,00 (quatro mil e seiscentos reais) para composição de junta médica, com a finalidade de avaliar a capacidade laborativa dos segurados aposentados por invalidez, bem como dos segurados ativos que se encontram em auxílio-doença por longo período (nº de ordem 2 do Anexo D do Edital); e valor unitário de R\$ 230,00 (duzentos e trinta reais) e total de R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) para perícias médicas designadas por ordem judicial, na condição de assistente técnico do IPRECON (nº de ordem 3 do Anexo D do Edital), totalizando o preço total global de R\$ 37.060,00 (trinta e sete mil e sessenta reais). Após análise das propostas de preço verificou-se que a licitante Clínica Médica São Roque S/S apresentou a proposta de acordo com o disposto no Edital e o preço total global, correspondente a R\$ 37.060,00 (trinta e sete mil e sessenta reais). Aos documentos foram anexados os Termos de Renúncia da Fase de Proposta de Preços, bem como do respectivo prazo recursal das empresas, encaminhados anteriormente, sendo possível dar continuidade ao certame. Após análise de todas as etapas relativas ao Edital de Convite nº 1/2014 - IPRECON verificou-se que a licitante Clínica Médica São Roque S/S sagrou-se vencedora. A Presidente da Comissão salientou que o resumo do julgamento será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br), em cumprimento ao disposto no § 1º do artigo 109 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações. Nada mais havendo a tratar, a Sessão Pública foi encerrada e esta Ata aprovada e assinada pelos membros da CPL.

EXTRATO 3º TA CONTRATO Nº 230/2014 -PMC

Contrato Nº : 230/2014

Aditivo Nº : 3 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : DALLAGNOL ENGENHARIA DE OBRAS LTDA

Licitação : Concorrência para Obras e Serviços de Engenharia 1/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica da via que liga o loteamento Sintrial ao Distrito de Presidente Kennedy, localizada neste Município, com recursos oriundos do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto Básico, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 27/11/2014 Término: 10/06/2016

Assinatura : 27/11/2014

Valor R\$: 124.947,19 (Cento e Vinte e Quatro Mil, Novecentos e Quarenta e Sete Reais e Dezenove Centavos)

Dotação : 106 - 08.001.1009.344905198000000.01240000

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

EXTRATO 2º TA CONTRATO Nº 318/2014 -PMC

Contrato Nº : 318/2014

Aditivo Nº : 2 TA/2014

Tipo Aditivo : Normal

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : BALBINOT - TERRAPLENAGEM, PAVIMENTAÇÃO E OBRAS LTDA - EPP

Licitação : Tomada Preços para Obras e Serviços de Engenharia 8/2014

Objeto : Contratação de empresa, do ramo de engenharia e/ou construção civil, para execução de obra em regime de empreitada por preço unitário (material e mão de obra) de pavimentação asfáltica em CAUQ das ruas Isidoro Simioni e Fiorelo Fiamentti, localizadas neste Município, de acordo com o Memorial Descritivo e Projeto, constantes no Anexo D do Edital.

Vigência : Início: 24/11/2014 Término: 30/12/2014

Assinatura : 24/11/2014

Valor R\$: 98.810,89 (Noventa e Oito Mil, Oitocentos e Dez Reais e Oitenta e Nove Centavos)

Dotação : 103 - 08.001.1009.344905198000000.01000001

Dotação : 108 - 08.001.1009.344905198000000.01450000

RESCISÃO DE CONTRATO Nº 8/2013-PMC

Contrato Nº : CC 8/2013/2013

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : TRITECNO IMPLEMENTOS PARA MOTOCICLETAS LTDA EPP

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2013

Objeto : Seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo Industrial.

Vigência : Início: 04/09/2013 Término: 03/09/2023

Assinatura : 18/11/2014
Valor R\$: 0,00 (Zero)

RESCISÃO DE CONTRATO Nº 5/2013-PMC

Contrato Nº : CC 5/2013/2013

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : CG INDÚSTRIA E REFORMAS DE CÂMARAS FRIGORÍFICAS LTDA - ME

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2013

Objeto : Seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo Industrial.

Vigência : Início: 04/09/2013 Término: 03/09/2023

Assinatura : 18/11/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

RESCISÃO DE CONTRATO Nº 4/2013-PMC

Contrato Nº : CC 4/2013/2013

Aditivo Nº : 1/2014

Tipo Aditivo : Rescisão Contratual

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCORDIA

Contratada : FORNARI LTDA

Licitação : Concorrência para Concessão 2/2013

Objeto : Seleção de empresa(s) para outorga de Concessão de Direito Real de Uso de 5 (cinco) lotes de terra nua, conforme previsão expressa nas Leis Complementares Municipais no 477, de 18/12/06 e nº 253, de 20/11/2002 sendo todos localizados na Área Industrial do Município, com a finalidade exclusiva de implantação e operacionalização de empreendimento do ramo Industrial.

Vigência : Início: 04/09/2013 Término: 03/09/2023

Assinatura : 18/11/2014

Valor R\$: 0,00 (Zero)

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 17/2014 - FMAS

Objeto: Contratação de empresa, para prestação de serviços de atendimento, auxílio e orientação das crianças e adolescentes acolhidas no Abrigo Lar Anjo Gabriel, durante o ano de 2015, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço Por Item

Recebimento das propostas: até as 16h00min do dia 16/12/2014.

Abertura: dia 17/12/2014, às 14h00min.

Informações complementares: O Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2138.

Concórdia, SC, 02 de dezembro de 2014.

LAURI GARBOSSA

Gestor do Fundo Municipal de Assistência Social

Coronel Martins

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 198 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 198 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;

Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

NOME	CARGO	REFERENCIA
ROGERIO CARLOS PREVIATTI	MONITOR DE VIOLÃO	01/07/2014 á 30/06/2015
ABEL DA SILVA DEBAS-TIANI	PROFESSOR ÁREA III	01/07/2014 á 30/06/2015
LEDIANE MARIN TOIGO	PROFESSOR ÁREA III	01/07/2014 á 30/06/2015
GILBERTO PEREIRA MARTINS	PROFESSOR ÁREA III	01/07/2014 á 30/06/2015
DAIANE NARA BELATTO	PROFESSOR ÁREA III	01/07/2014 á 30/06/2015
LORECI MARIA GARBIN POZZER	PROFESSOR ÁREA III – ARTES	01/07/2014 á 30/06/2015
CARLA RAVARENA	PROFESSOR ÁREA III – ARTES	01/07/2014 á 30/06/2015
MARISA SZCZEPANSKI BETT	PROFESSOR ÁREA III – CIÊNCIA	01/07/2014 á 30/06/2015
ADRIANA SALETE M. BURATO	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	01/07/2014 á 30/06/2015
RAQUELI DE OLIVEIRA DIAS DA SILVA	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	01/07/2014 á 30/06/2015
LORETE ZANCO MORES	PROFESSOR ÁREA V- EDUCAÇÃO ESPECIAL	01/07/2014 á 30/06/2015
VANDRA CECATTO DE OLIVEIRA	PROFESSOR ÁREA I - EDUCAÇÃO INFANTIL	01/07/2014 á 30/06/2015

Paragrafo Único: O pagamento do adicional de 1/3 será efetivado após o período aquisitivo ou na rescisão contratual, levando-se em conta o gozo antecipado previsto nesta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 199 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 199 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADAS À
SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-
CIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Ca-
tarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos
artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e
pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em
12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralida-
de pública, da legalidade e do interesse público;
Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coin-
cidir com o calendário letivo;
Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014,
decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipadas aos Servidores abaixo relacionados, no
período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias
no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome	Cargo	Referência
Neiva Terezinha Ghidini	Professor IV	22/02/2013 à 21/02/2015
Lucimara Bolzam May	Professor III	01/04/2013 à 31/03/2015
Marines Bento	Professor III	18/04/2013 à 17/04/2015
Marines Luzia Basso	Professor III	01/08/2013 à 31/07/2015
Ana Cristina Pires da Silva	Educação infantil	09/07/2014 à 08/07/2015
Genoewa Lurdes Ma- culan	Geografia, área III	09/07/2014 à 08/07/2015
Raquel de Oliveira dias da Silva	Educação Especial	09/07/2014 à 08/07/2015
Carla Ravarena	Professor IV	09/07/2014 à 08/07/2015

Paragrafo Único: O pagamento do adicional de 1/3 será efetivado
após o período aquisitivo, levando-se em conta o gozo antecipado
previsto nesta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 200, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 200, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Ca-
tarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos
artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e
pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em
12/12/2005;

Considerando o cumprimento do período aquisitivo para gozo das
férias;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralida-
de pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias aos Servidores abaixo relacionados, no período e
referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período
de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome	Cargo	Referência
Vilma Giroto Pertussati	Professor III	01/04/2013 à 31/03/2014
Marcos A. Marmantini	Professor IV	01/08/2013 à 31/07/2014
Raquel Adriana Souza	Professor IV	01/08/2013 à 31/07/2014
Rute de Jesus	Professor IV	21/08/2013 à 20/08/2014
Claudete conte	Professor III	01/03/2013 à 29/02/2014
Maria L. Marchetti Picetti	Professor Auxiliar	01/08/2013 à 31/07/2014
Fatima A. T. Basso	Professor Auxiliar	01/08/2013 à 31/07/2014
Maria N.M. Somavila	Professor II	01/01/2013 à 31/12/2014

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO
Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 201 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 201 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Inês Madali Garbin Servente 01/08/2013 à 31/07/2014

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 202 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 202 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 à 77 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Daiane Hahn de Lima Nutricionista 12/07/2013 À 11/07/2014

Parágrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 203 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 203 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Adilson Santeti Motorista 01/08/2013 à 31/07/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 204 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 204 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e

referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Marcio Pozzer Motorista 01/08/2013 à 31/07/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 205 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 205 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;

Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipada a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referencia

Queila E. Mariani Dir.de Ensino Fundamental 09/07/2014 à 08/07/2015

Paragrafo Único: O pagamento do adicional de 1/3 será efetivado após o período aquisitivo, levando-se em conta o gozo antecipado previsto nesta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 206 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 206 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

DETERMINA A CONCESSÃO DE GOZO DE FÉRIAS ANTECIPADA À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 75 a 77 da Lei Complementar nº. 039, de 03/12/2013, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994 consolidada em 12/12/2005;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público;

Considerando a peculiaridade dos cargos cujo exercício deve coincidir com o calendário letivo;

Considerando o recesso das aulas no mês de janeiro de 2014, decorrente das férias escolares, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias antecipada a Servidora abaixo relacionada, no período e referência que especifica, para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referencia

Sandra F. Biazin Assessora de Secretaria 01/03/2014 à 28/02/2015

Paragrafo Único: O pagamento do adicional de 1/3 será efetivado após o período aquisitivo, levando-se em conta o gozo antecipado previsto nesta portaria.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

PORTARIA Nº. 207 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

PORTARIA Nº. 207 DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

CONCEDE FÉRIAS À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal, de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelos artigos 93 à 98 da Lei Complementar nº. 040, de 29/04/2014, e pela Lei Orgânica do Município, de 28/10/1994;

Considerando o princípio administrativo da eficiência, da moralidade pública, da legalidade e do interesse público, resolve;

CONCEDER:

Art. 1º Férias ao Servidor abaixo relacionado, no período e referência que especifica:

01 - Para gozo de 30 (trinta) dias no período de 05/01/2015 à 03/02/2015.

Nome Cargo Referência

Joel de Jesus dos Santos Motorista 03/04/2013 à 02/04/2014

Paragrafo único: para efeito de cálculo, o sistema de folha de pagamento adotará o período do dia 01 ao dia 30 de cada mês.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Martins - SC,
em 01 de dezembro de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada em data supra.

EVANDRO BELATTO

Chefe de Gabinete

ANEXO TC-07/94 – DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 013/2014

ANEXO TC-07/94 - DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO 013/2014

MÊS/ANO: NOVEMBRO/2014. NÚMERO CONVÊNIO: 013/2014

INÍCIO DA VIGÊNCIA: 19/11/2014

DESCRIÇÃO:

Constitui objeto do presente Termo de Convênio a concessão de Estágio de formação acadêmica, profissional e/ou sócio-cultural a estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos Cursos de Graduação da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS para desenvolver atividades teórico-práticas vinculadas à sua área de formação.

Parágrafo Único: o presente Termo de Convênio não dispensa a celebração de Termo de Compromisso entre a CONCEDENTE, o ESTUDANTE, doravante denominado ESTAGIÁRIO, e a UFFS.

DA VIGÊNCIA

Este instrumento terá vigência pelo prazo de 05 (cinco) anos, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais períodos e/ou alterado, por acordo entre os partícipes, mediante Termo Aditivo.

DO FORO Fica eleito o Foro da Justiça Federal, Seção Judiciária de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Chapecó, com desistência expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, que, através do Juízo competente, conhecerá os litígios e as questões que possam decorrer da execução deste convênio, eventualmente não resolvidos em seção administrativa.

RESPONSÁVEL JURÍDICO: Julcemar Comachio OAB/SC 18.445

TIPO DE PESSOA (1/2): 2 CNPJ: 11.234.780/0001-50

INSTITUIÇÃO DE ENSINO: UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

DATA VENCIMENTO CONVÊNIO: 19 de novembro de 2019.

Correia Pinto

PREFEITURA

REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - PROCESSO 05/2014 FHMCP

TERMO DE ANULAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO
PROCESSO Nº 05/2014 FHMCP - PREGÃO PRESENCIAL

Anulação de processo Licitatório

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORREIA PINTO/SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as Leis 10.520/02 e 8.666/93 e alterações;

CONSIDERANDO que em razão de falta de projeto para a rede de gases, o processo licitatório 05/2014 FHMCP será revogado.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse público decorrente de fato superveniente o processo licitatório tombado sob o nº. 05/2014 FHMCP, e consequentemente a licitação por Pregão Presencial com o mesmo número, cujo objeto é o FORNECIMENTO E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS NA IMPLANTAÇÃO DE REDES DE GASES MEDICINAIS E CENTRAL DE OXIGÊNIO PARA O HOSPITAL MUNICIPAL, CONFORME DESCRITIVO NO ANEXO I DO EDITAL.

Correia Pinto, SC, 04 de dezembro de 2014.

Vânio Forster

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO 68/2014 PMCP - FMAS - FMS - FMEC - FHMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 68/2014

EXTRATO DE CONTRATO

Instrumento: Contrato nº 0833/2014 PMCP - 0834 FHMCO - 0835 FMEC - 0836 FMAS - 0837 FMS

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Partes: Município de Correia Pinto/SC e a empresa MICROSOFT COMERCIO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA - ME.

CNPJ: 05.911.967/0001-49

ITEM	Quant.	Especificação	Preço Unit.	Preço Total
1	480	Manutenção preventiva em computadores, monitores, notebooks e impressoras.	45,0431	21.620,69
2	480	Manutenção corretiva em computadores, monitores, notebooks e impressoras.	45,0433	21.620,78
3	2.160	Hora adicional serviço de informática.	31,9808	69.078,53

Valor global: 112.320,00

Vigência: 18/11/2014 a 31/12/2014

Correia Pinto/SC 04 de dezembro de 2014.

VÂNIO FORSTER

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO 68/2014 PMCP

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 1/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 24/2014

No dia 18 do mês de Novembro do ano de 2014, compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO, Estado de SANTA CATARINA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 75.438.655/0001-45, com sede administrativa localizada na RUA DUQUE DE CAXIAS, 1569, bairro CENTRO, CEP nº. 88535-000, nesta cidade de Correia Pinto/SC, representado pelo(a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). Válio Forster, inscrito no CPF sob o nº. 664.496.859-72, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 68/2014, Processo Licitatório nº. 68/2014, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da Empresa	Itens
9785	MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LTDA	1, 2, 3

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02, subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ / CPF	Nome do Representante	CPF
MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LT	05.911.967/0001-49	ELZIO FERNANDO EBERT	060.328.479-50

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:
REGISTRO DE PREÇOS PARA A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DAS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2014 E 2015. Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de MENOR PREÇO POR LOTE, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: 9785 - MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LTDA						
Item	Especificação	Unid	Marca	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Manutenção preventiva em computadores, monitores, notebooks e impressoras.	SERV		480,000	45,0431	21.620,69
2	Manutenção corretiva em computadores, monitores, notebooks e impressoras.	SERV		480,000	45,0433	21.620,78
3	Hora adicional serviço de informática	SERV		2.160,000	31,9808	69.078,53

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 2/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II do caput e do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4º, da Lei nº 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não-participante ou coronea".

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 3/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3º do Decreto Municipal nº 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado o valor máximo a ser pago pela Administração;

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços "de ofício" através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 4/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SETIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4º do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar 05 (cinco) dias úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais impréstáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 5/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. A Detentora da Ata de Registro de Preços estará obrigada, em função de solicitação dos usuários (participantes ou apostilados), a fornecer os quantitativos registrados acrescidos em até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativo nas demais situações.

9.2. Na hipótese acima, a contratação se dará pela ordem de registro e na razão dos respectivos limites de fornecimento registrados em ata.

9.3. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

- a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;
- b) cancelamento do preço registrado;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

- a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;
- b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

- a) advertência, por escrito, nas falta leves;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;
- c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORREIA PINTO

Página: 6/6
Processo Nº.: 68/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 68/2014

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3, poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Correia Pinto para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Correia Pinto, 18 de Novembro de 2014.

Vanio Forster
PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

MICROSOL COM.E REPARAÇÃO DE EQUIP.ELETRONICOS LTD. CNPJ: 05.911.967/0001-49 _____

Corupá

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3084/14

PORTARIA Nº 3084/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRTA. EMANUELE CAROLINE MELCHERT ESPOSITO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Médica de ESF na Unidade de Saúde da Família ESF3, a Srta. EMANUELE CAROLINE MELCHERT ESPOSITO, estipulado na Portaria nº 2734/13, para a data de 13 de novembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 13 de novembro de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2734/13.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3085/14

PORTARIA Nº 3085/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. ANDERLEI TESSATOLO DEGERING.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Médico CLÍNICO GERAL, ao SR. ANDERLEI TESSATOLO DEGERING, estipulado na Portaria nº 2858/14, para a data de 05 de fevereiro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2858/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3086/14

PORTARIA Nº 3086/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. AYME KAMILE DIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Técnica em Enfermagem, da Unidade de Saúde da Família ESF3, a SRA. AYME KAMILE DIAS, estipulado na Portaria nº 3041/14, para a data de 30 de março de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3041/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3087/14

PORTARIA Nº 3087/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Agente Epidemiológica, na Unidade de Saúde do Centro, a SRA. GIOVANA PORNER ODVAZNY, estipulado na Portaria nº

3019/14, para a data de 01 de setembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3019/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3088/14

PORTARIA Nº 3088/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ICRAIR PEREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Serviços Gerais, da Secretaria Municipal de Saúde, a SRA. ICRAIR PEREIRA, estipulado na Portaria nº 3030/14, para a data de 30 de setembro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3030/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3089/14

PORTARIA Nº 3089/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. JULIA LUISA HABERLAND HAFEMANN.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Auxiliar de Consultório Dentário, na Unidade de Saúde da Família ESF1, a SRA. JULIA LUISA HABERLAND HAFEMANN, estipulado na Portaria nº 2903/14, para a data de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2903/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3090/14

PORTARIA Nº 3090/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Fisioterapeuta, na Clínica Municipal de Fisioterapia, ao SR. RAFAEL FELIPE VINOTTI DA SILVA, estipulado na Portaria nº 3014/14, para a data de 30 de agosto de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3014/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.
LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3091/14

PORTARIA Nº 3091/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DA SERVIDORA, SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário da Técnica em Enfermagem, na Unidade de Saúde da Família ESF1, a SRA. ROSEMARI STOCK DE LIMA, estipulado na Portaria nº 2897/14, para a data de 04 de março de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2897/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3093/14

PORTARIA Nº 3093/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. IRINEU BOSHAMMER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Motorista, o SR. IRINEU BOSHAMMER, estipulado na Portaria nº 2861/14, para a data de 10 de fevereiro de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2861/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3094/14

PORTARIA Nº 3094/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. JOSÉ RICARDO LINZMEYER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Auxiliar de Manutenção e Conservação, o SR. JOSÉ RICARDO LINZMEYER, estipulado na Portaria nº 2937/14, para a data de 01 de abril de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2937/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3095/14

PORTARIA Nº 3095/14

PRORROGA O LIMITE DO PRAZO DE CONTRATO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DO SERVIDOR, SR. BENTO ANTÔNIO DA CUNHA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

CONSIDERANDO, que se faz necessária à prorrogação do contrato em caráter temporário, que faz referência a portaria que nomina sob a justificativa de ausência de candidato aprovado em concurso público e/ou processo seletivo.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorroga o limite do prazo de contrato em caráter temporário do Motorista, o SR. BENTO ANTÔNIO DA CUNHA, estipulado na Portaria nº 3006/14, para a data de 01 de agosto de 2015.

Art. 2º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 3006/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
28 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

PORTARIA Nº 3098/14

PORTARIA Nº 3098/14

DEMITE O SR. G.K., MATRÍCULA Nº 9557/02, DO CARGO DE PEDREIRO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, no uso de suas atribuições previstas na Lei Orgânica, na Constituição Federal, na Constituição do Estado de Santa Catarina e na Lei Complementar Municipal 014/09 artigos 177;158, X; e 159, II, IX, XXII e XVI;

CONSIDERANDO que nos autos do Processo Administrativo Disciplinar RH 005/2014, instaurado por força da portaria 2991/2014, restou constatado que o servidor G.K.pedreiro, matrícula nº 9557/02, violou dever funcional caracterizado no abandono de emprego, que o servidor realizou serviços particulares (remunerados) durante o seu horário normal de trabalho;

CONSIDERANDO que é verificado que no Processo Administrativo Disciplinar RH 005/2013, visando apurar prática na incursão dos termos dos art. 177;158, X; e 159, II, IX, XXII e XVI; foram atendidos e respeitados todos os Princípios de Direito Administrativo, bem como fora assegurado o Contraditório e a Ampla Defesa, culminando na conclusão final pela pena de Demissão.

CONSIDERANDO que o Sr. G.K. fora intimado da decisão e deixou de interpor recurso no prazo legal, considerando-se o processo transitado em julgado.

RESOLVE:

Art. 1º. Demite por Justa Causa o Servidor Público Municipal, Sr. G.K., matrícula nº9557/02, pedreiro, para o qual foi nomeado pela portaria nº 407/2008, em conformidade com art. 174, II e IV da LCM 014/09.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Corupá, 01 de dezembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 807/2014

DECRETO Nº. 807/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 308.000,00(trezentos e oito mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	

3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	108.000,00
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	200.000,00
3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.24	Aplicações Diretas	
		TOTAL	308.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.452.0039.2014		Manutenção da Secretaria de Infraestrutura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	108.000,00
07.000		Secretaria Municipal de Infraestrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
015.451.0040.1003		Pavimentação e Conservação da Área Urbana	200.000,00
4.4.90.00.00.00.00	0.1.01.24	Aplicações Diretas	308.000,00
		TOTAL	

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezanove dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 808/2014

DECRETO Nº. 808/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 13.400,00(treze mil e quatrocentos reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	13.400,00
		TOTAL	13.400,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
04.000		Secretaria de Desenv. Rural e Meio Ambiente	
04.001		Divisão de Desenvolvimento Rural	
020.606.0063.2005		Manutenção da Divisão de Agricultura	
3.1.90.00.00.00.00	0.1.00.00	Aplicações Diretas	13.400,00
		TOTAL	13.400,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezenove dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 809/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

Avenida Getúlio Vargas, 443 - Fone (0**47) 3375-6500 - 89.278-000 - Corupá - SC

www.corupa.sc.gov.br - administra@corupa.sc.gov.br

DECRETO Nº. 809/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 22.532,35 (vinte e dois mil quinhentos e trinta e dois reais e trinta e cinco centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000		Secretaria Municipal de Saúde	
06.001		Fundo Municipal de Saúde	
010.302.0081.1011		Bloco de Atenção Média e Alta Complexidade	
3.3.90.00.00.00.00	01.00.65	Aplicações Diretas	22.532,35
		TOTAL	22.532,35

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Excesso de Arrecadação da fonte 01.00.65 - Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC, no valor de R\$ 22.532,35 (vinte e dois mil quinhentos e trinta e cinco reais e trinta e cinco centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
19 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos dezenove dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

“CAPITAL CATARINENSE DA BANANA”

DECRETO Nº. 811/2014

DECRETO Nº. 811/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 1.349,86 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
07.000		Secretaria Municipal de Infra Estrutura	
07.001		Divisão de Estradas e Rodagem	
006.181.0040.2016		Trânsito Municipal e Convênio SSP	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.54	Aplicações Diretas	1.349,86
		TOTAL	1.349,86

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.0054 - Convênio Trânsito - Militar, no valor de R\$ 1.349,86 (um mil trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e seis centavos).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 812/2014

DECRETO Nº. 812/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 5.000,00(cinco mil reais), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001		Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde	
010.301.0081.1010 4.4.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Bloco de Atenção Básica Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos da anulação das seguintes dotações orçamentárias consignadas no Orçamento do Município a saber:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
06.000 06.001 010.301.0081.1010 3.3.90.00.00.00.00	0.1.00.64	Secretaria Municipal de Saúde Fundo Municipal de Saúde Bloco de Atenção Básica Aplicações Diretas	5.000,00
		TOTAL	5.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada o presente Decreto, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

DECRETO Nº. 813/2014

DECRETO Nº. 813/2014

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITOS ADICIONAIS SUPLEMENTARES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com a Lei Municipal Nº. 2.127/2013 de 26 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, Créditos Adicionais Suplementares até o limite do valor de R\$ 2.129,71 (dois mil cento e vinte e nove reais e setenta e um centavos), que obedecerá a seguinte classificação:

Código	DR	Classificação	Valor R\$
08.000		Secretaria Municipal Educação e Cultura	
08.001		Divisão de Educação	
012.306.0047.2017		Manutenção da Merenda Escolar	
3.3.90.00.00.00.00	0.3.00.60	Aplicações Diretas	2.129,71
		TOTAL	2.129,71

Art. 2º - Para atender as necessidades financeiras contidas no artigo anterior, serão utilizados recursos oriundos do Superávit Financeiro do Exercício Anterior conforme consta no Balanço Patrimonial de 2013, fonte 03.00.60 - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE, no valor de R\$ 2.129,71 (dois mil cento e vinte e nove reais e setenta e um centavos)

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
24 de novembro de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Sancionada, Registrada e Publicada a presente Lei, nesta Secretaria de Administração e Fazenda aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2014.

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 282/2014**

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 282/2014

Aos três dias do mês de dezembro de 2014, no MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cel. Vidal Ramos, 860, em Curitibanos SC, inscrito na CNPJ sob nº 83.754.044/0001-34, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. José Antônio Guidi, doravante denominado simplesmente de MUNICÍPIO, RESOLVE, tendo em vista o resultado da licitação promovida pelo Edital nº 282/2014, registrar os preços do participantes do certame, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório, na minuta de contrato e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas do Regulamento de Licitações e de Contratos da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O objeto da presente Ata é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DE PNEUS DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA SECRETARIA DE OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, HABITAÇÃO, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA, 2º BBM DE CURITIBANOS, POLICIA MILITAR, POLICIA AMBIENTAL, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ESPORTES, MEIO AMBIENTE E PLANEJAMENTO, CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a PREFEITURA a firmar contratação com o fornecedor cujo preço tenha sido registrado, podendo ocorrer licitação específica para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada preferência da aquisição do objeto junto ao detentor do registro, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados dos materiais da pessoa jurídica são os seguintes:

(relação de itens e fornecedores detentores dos preços registrados)

§ 1º Os preços poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o fornecedor será convocado, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo à média apurada.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, o MUNICÍPIO poderá atualizar os valores registrados ou se de maior interesse público liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados.

§ 4º Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR

Sem prejuízo das disposições contidas no Processo licitatório e seus anexos, o FORNECEDOR se obriga a assinar esta Ata e Instrumento de contrato, no prazo máximo fixado pelo Edital do Certame.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUINTA - DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

O gerenciamento deste instrumento, nos aspectos operacionais e contratuais, caberá ao Departamento responsável pela Gestão do Contrato, que se obriga a:

I. Efetuar controle do fornecedor, dos preços, dos serviços registrados;

II. Notificar o fornecedor para assinatura dos contratos;

III. Rever os preços registrados, a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;

IV. Conduzir eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado e de aplicação de penalidades;

V. Coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no Edital da licitação e na presente Ata.

VI. Coordenar, com apoio da Comissão Especial de Licitação, as formalidades de adesão a Ata por outros Órgãos ou entidades.

VII. Providenciar a publicação trimestral dos preços registrados durante o período de vigência da ATA.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇO

Os preços registrados na presente Ata poderão ser cancelados de pleno direito, conforme a seguir:

I. Por iniciativa do MUNICÍPIO:

a) Quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas no Edital de Licitação e dispositivos Legais que lhe deram causa.

b) Quando o fornecedor não assinar o contrato de fornecimento, no prazo estabelecido pelo Fundo de Saúde, sem justificativa aceitável.

II. Por iniciativa do fornecedor:

a) mediante solicitação escrita, comprovando estar o fornecedor impossibilitado de cumprir os requisitos desta Ata de Registro de Preços.

§ 1º Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

§ 2º A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas no Instrumento convocatório, respeitado o direito de defesa prévia.

§ 3º Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, o MUNICÍPIO poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca de Curitiba, para solucionar eventuais litígios decorrentes deste CONTRATO, com renúncia expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justas e acordadas, as partes contratantes assinam o presente instrumento.

Curitiba, 03 de Dezembro de 2014.

José Antônio Guidi

Prefeito Municipal

Representante Empresa detentora dos preços registrados

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 283/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 283/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta a licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço por Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, AQUISIÇÃO DE PNEUS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO RURAL, SECRETARIA DE ESPORTES, SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS E VICINAIS, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, GABINETE, POLÍCIA MILITAR E CORPO DE BOMBEIROS MILITAR CONFORME ANEXO I DESTA EDITAL.

Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 18:00 horas do dia 17/12/2014, no Protocolo Central da Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 18/12/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na página da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 13 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell

Pregoeiro

TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 635/2014

TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 635/2014

TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 635/2014 QUE FAZEM O MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E CONSTRUTORA MACIEL LTDA - ME, REFERENTE AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 235/2014.

Pelo presente instrumento particular de termo aditivo, as partes contratantes resolvem de comum acordo aditar o Termo de Contrato nº 635/2014, alterando a cláusula que estabelece o prazo, que passa a ter a seguinte redação, na forma do artigo 57 § 1º inciso II da lei 8.666/93 que passa a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO

Fica prorrogado o prazo do contrato original até 07/02/2015, conforme documento em anexo.

Permanecendo em vigor as demais disposições do contrato original.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente termo aditivo em duas vias de igual forma e teor.

Curitiba, 07 de Novembro de 2014.

José Antonio Guidi

Prefeito Municipal

Construtora Maciel Ltda Me

Contratada

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O presente contrato cumpre com as exigências legais, estando em

acordo com a Lei Federal No. 8.666/93, pelo que, de acordo com o artigo 38 parágrafo único da referida Lei o dou como aprovado.

Curitibanos, 07 de Novembro de 2014.
Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº88/2014.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de materiais de enfermagem utilizados nas atividades de atendimento pré-hospitalar do 2º BBM/Sede do município de Curitibanos. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 16/12/2014, às 08h30, e início da sessão do Pregão no dia 16/12/2014, às 09h30 no auditório do PAMI da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 25 de novembro de 2014.
Altamir carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello
Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº90/2014.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de equipamentos para utilização nos consultórios odontológicos das Unidades de Saúde do Município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 16/12/2014, às 13h30, e início da sessão do Pregão no dia 16/12/2014, às 14h30 no auditório do PAMI da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 03 de dezembro de 2014.
Altamir carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello
Secretário Mun. Saúde Pregoeira

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2014.

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº91/2014.

O Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos torna público que se encontra aberta licitação, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa para: O Registro de Preços para a futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita em Unidades de Saúde do município. O prazo para entrega dos envelopes encerra-se no dia 16/12/2014, às 15h00, e início da sessão do Pregão no dia 17/12/2014, às 08h30 no auditório do PAMI da Secretaria Municipal de Saúde. Os interessados poderão ter acesso a íntegra do Edital em www.curitibanos.sc.gov.br, ou retirar pessoalmente junto ao Fundo Municipal de Saúde de Curitibanos, sito a rua Maximino de Moraes, 376, durante o horário comercial.

Curitibanos, 03 de dezembro de 2014.
Altamir carvalho Goetten Gabriela Q. Almeida Martarello
Secretário Mun. Saúde Pregoeira

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 76/2014.

Contrato Administrativo nº 76/2014.

Contrato que entre si celebram o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público, com sede a Rua Brasília, 02, Centro, na cidade de Doutor Pedrinho - SC, inscrito no CNPJ sob nº 79.373.775/0001-62, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente de MUNICIPIO, através do Fundo Municipal de Saúde, e a Empresa SANTA PAULINA STRASBOURG VEICULOS LTDA, com sede na Rua Itajaí, 1999, Loja C, Cidade de Blumenau/SC, CEP: 89.015-200, sob o CNPJ nº 05.210.259/0001-80 neste ato representada por seu(a) Representante Legal Senhor(a) WILSON GRAHL, CPF: 290.778.189-87, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do Processo Licitatório nº 000044/2014, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 00044/2014, homologado em 11/11/2014, e disposições da Lei Federal nº 10.520/2002, do Decreto Municipal nº 15/2007 e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Contrato de Fornecimento, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - Do Objeto:

1.1 - Constitui objeto do presente contrato a AQUISIÇÃO DE UM VEICULO AUTOMOTOR, NOVO (0 km), conforme segue:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Marca	Preço R\$
01	01	Unid.	VEICULO AUTOMOTOR, NOVO (0 km), COM CAPACIDADE PARA 15 PASSAGEIROS + 1, COM AS SEGUINTE ESPECIFICAÇÕES: - ANO/MODELO – 2014/2014; - ZERO QUILOMETRO (0 km); - COR: BRANCA - DE FABRICAÇÃO NACIONAL; - MOTOR 127 CV; - COMBUSTÍVEL: DIESEL; - FREIO TRASEIRO A DISCO-ABS; - FREIO DIANTEIRO A DISCO-ABS; - MARCHAS 06: 05 A FRENTE E 01 A RÉ; - DIREÇÃO HIDRÁULICA; - 04 PORTAS; - MOTOR 04 (QUATRO) CILINDROS; - AR CONDICIONADO - DEMAIS ITENS DE SÉRIE.	PEUGEOT / BOXER MINIBUS 330M	118.500,00

CLÁUSULA SEGUNDA - DA Execução do Contrato e da Vigência:

2.1 - A execução do contrato com a entrega do item adquirido dar-se-á na forma da Cláusula Quarta deste instrumento após emitida

a ordem de fornecimento.

2.2 - O contrato terá vigência da data de sua assinatura até 31/12/2014, podendo ser aditado na forma da Lei.

CLÁUSULA TERCEIRA - Do Preço:

3.1 - O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, será de R\$ 118.500,00 (cento e dezoito mil e quinhentos reais), de conformidade com a proposta vencedora do Pregão Presencial nº 44/2014.

CLÁUSULA QUARTA - Da entrega e Pagamento:

4.1 - O fornecimento do bem se dará a partir da emissão da ordem de fornecimento, onde a CONTRATADA disporá do prazo de até 30 (trinta) dias para entrega do mesmo.

4.2 - O local de entrega será na Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho, Rua Brasília, 02, Centro.

4.3 - O pagamento se dará até o 15º dia do mês subsequente ao da entrega do veículo, mediante apresentação de nota fiscal devidamente aceita por esta Prefeitura.

CLÁUSULA QUINTA - Dos Recursos para Atender as Despesas:

5.1 - As despesas decorrentes do presente instrumento correrão por conta da seguinte dotação orçamentária do Orçamento-Programa Anual do MUNICÍPIO:

Dotação Utilizada	
Código Dotação	Descrição
06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E ASSISTENCIA SOCIAL
01	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
1028	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS
44905248	VEÍCULOS DIVERSOS
1020000	RECURSOS ORDINÁRIOS
1235599	TRANSFERENCIA DE CONVENIOS – SAÚDE – OUTRAS

CLÁUSULA SEXTA - Das Obrigações:

6.1 - DO MUNICÍPIO:

- Atestar na nota fiscal/fatura a efetiva entrega do objeto deste contrato, após conferência da compatibilidade deste com o objeto licitado/contratado;
- Prestar à CONTRATADA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto contratual;
- Efetuar o pagamento no prazo e nas condições fixadas na licitação e neste contrato, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente e regular liquidação;
- Notificar, por escrito, à CONTRATADA da aplicação de qualquer sanção, oportunizando o contraditório e a ampla defesa;
- Manter arquivados os documentos que decorrem do convênio, bem como os demais documentos relativos ao processo licitatório, ficando disponível para que, a qualquer momento que seja necessário, haja uma fiscalização dos Órgãos de Controle.

6.2 - DA CONTRATADA:

- Fornecer o objeto da licitação e deste contrato nas especificações contidas no edital e na proposta vencedora;
- Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos vendidos, até sua tradição;
- Manter, durante a execução do objeto, as mesmas condições

de habilitação;
d) Observar rigorosamente as condições da proposta, do Edital e deste contrato;
e) Fornecer o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos, e assegurando as condições de garantia estabelecidas no edital e/ou na sua proposta.
f) Manter arquivados os documentos que decorrem deste fornecimento, bem como os demais documentos próprios apresentados no processo licitatório, disponibilizando-os em caso de fiscalização dos Órgãos de Controle.

CLÁUSULA SÉTIMA - Das Penalidades:

7.1 - Ressalvados os motivos de força maior (devidamente comprovados), e aqueles que por ventura possam ser apresentados pelo MUNICÍPIO, a CONTRATADA incorrerá nas seguintes penalidades:

I - o pagamento de 5% (cinco por cento) do valor da proposta pela recusa injustificada de assinar o instrumento contratual, no prazo estabelecido;

II - o pagamento de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) do valor do contrato por dia de atraso na entrega dos bens que lhe forem adquiridos pelo MUNICÍPIO;

III - o pagamento de 10% (dez por cento) do valor do contrato, pela rescisão sem justo motivo, por parte da CONTRATADA.

7.2 - A multa deverá ser paga junto à Tesouraria da Fazenda Pública Municipal (podendo ser cobrada judicialmente após a notificação), e caso a CONTRATADA não efetive o pagamento da multa até a data dos pagamentos que tenha direito, poderá ser retido o valor da multa, retenção esta que a CONTRATADA autoriza neste ato de maneira expressa e irrevogável.

CLÁUSULA OITAVA - Da Rescisão:

8.1 - A rescisão contratual poderá ser:

a) determinada por ato unilateral e escrito do MUNICÍPIO, nos casos enumerados nos Incisos I à XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93; ou
b) amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência para a Administração.

8.2 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja sua rescisão pelo MUNICÍPIO, com as consequências previstas na cláusula sétima.

8.3 - Em caso de rescisão prevista nos incisos XII e XVII do art. 78 da lei Federal nº 8.666/93, sem que haja culpa ou dolo da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados, quando os houver sofrido.

8.4 - A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78, acarretará as consequências previstas no art. 80, ambos da Lei Federal nº 8.666/93.

8.5 - Constituem também motivos para rescisão do Contrato, aqueles previstos no art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93.

8.6 - Sem prejuízo de quaisquer sanções aplicáveis, a critério do MUNICÍPIO, a rescisão por culpa da CONTRATADA importará em:
a) aplicação da pena de suspensão de direito de licitar com o MUNICÍPIO, e seus órgãos descentralizados, pelo prazo de até 2 (dois) anos;
b) declaração de inidoneidade, quando a CONTRATADA, sem justa

causa, deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou revestida de má fé (a juízo do MUNICÍPIO). A pena de inidoneidade será aplicada em despacho fundamentado, ponderando-se sua natureza, a gravidade da falta e a extensão do dano efetivo ou potencial, assegurando-se defesa ao infrator.

CLÁUSULA NONA - Do Foro:

9.1 - Para dirimir questões decorrentes deste Contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Timbó/SC, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, as partes assinam o presente termo em 3(três) vias de igual teor e forma, diante das testemunhas abaixo, para que surta os devidos fins e efeitos legais.

Município de Doutor Pedrinho, (SC), 11 de novembro de 2014.

HARTWIG PERSUHN
PREFEITO MUNICIPAL

Wilson Grahl
SANTA PAULINA STRASBOURG VEÍCULOS LTDA

Testemunhas:

NOME: EDIR ANA FRAINER MAZZI

NOME: KARIM DENISE VIVIANI

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 077/2014

CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DA PISTA DE GAIOLA-CROSS, QUE ENTRE SÍ CELEBRAM MOACIR JOSÉ FRONZA E O MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO/SC.

MOACIR JOSÉ FRONZA, brasileiro, casado, inscrito no RG sob o nº. 438.130-0, CPF sob o nº. 248.427.299-53, residente e domiciliado na Rua Aderbal Ramos da Silva, 900, cidade de Doutor Pedrinho - SC, doravante denominado simplesmente LOCADOR, e o MUNICÍPIO DE DOUTOR PEDRINHO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 79.373.775/0001-62, com sede na rua Brasília, nº. 02, nesta cidade, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, o Sr. HARTWIG PERSUHN, doravante denominado simplesmente LOCATÁRIO, de conformidade com o disposto na Lei nº. 8.666/93 (principalmente no que dispõe o inciso I, do parágrafo 3º, do art. 62) e demais legislações pertinentes em vigor, as partes têm entre si justo e acertado o presente CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA AMPLIAÇÃO DA PISTA DE GAIOLA-CROSS, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a locação, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de uma área de terras, situada ao fundo da Rua Pioneiros, situada nesta cidade.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FINALIDADE

A locação do imóvel acima descrito tem por finalidade a ampliação, pelo LOCATÁRIO, da Pista de Gaiola-cross.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Como forma total de pagamento pela locação do objeto deste contrato, o LOCATÁRIO pagará, em parcela única, durante a vigência deste contrato a importância de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais).

As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta de dotações consignadas no Orçamento Programa 2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCADOR

Fica desde já o LOCADOR obrigado:

- a disponibilizar ao LOCATÁRIO a área objeto do presente instrumento, sem qualquer tipo de restrição para a manutenção da Pista;

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO LOCATÁRIO

Fica desde já o LOCATÁRIO obrigado a:

- assumir os custos e responsabilidades quanto a manutenção do objeto do presente instrumento;
- cumprir o disposto na Cláusula Terceira.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO CONTRATUAL

O prazo de vigência do presente instrumento terá seu início na data de sua assinatura e seu término na data de 31 de dezembro de 2014.

Fica esclarecido que a prorrogação deste instrumento dar-se-á através da formalização de novo instrumento contratual, previamente acordado entre as partes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

O LOCADOR nada poderá exigir, no presente ou no futuro, relativamente a direitos de ressarcimento ou qualquer outro tipo de indenização.

O LOCADOR não se responsabiliza pelos prejuízos que o LOCATÁRIO venha a sofrer durante a vigência deste instrumento.

Constituem motivos para rescisão do presente contrato o não cumprimento de quaisquer cláusulas e condições, bem como os motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

O LOCADOR reconhece desde já os direitos do LOCATÁRIO em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a licitações e contratos administrativos.

Este Contrato poderá ser rescindido por ambas as partes, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias.

O presente contrato tem efeitos extensivos aos herdeiros e sucessores dos contratantes.

CLÁUSULA OITAVA - DO FORO

As questões oriundas deste Contrato serão dirimidas perante o Foro da Comarca de Timbó.

E, por assim estarem justos e contratados, firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias de igual teor para um mesmo efeito, juntamente com as testemunhas abaixo assinadas.

DOUTOR PEDRINHO, em 11 de novembro de 2014.
HARTWIG PERSUHN MOACIR JOSÉ FRONZA
Prefeito Municipal Locador
Locatário

TESTEMUNHAS:
TASSIANA OURIQUES BECKER EDIR ANA FRAINER MAZZI
CPF: 059.306.289/20 CPF:472.463.759/53

Ermo**PREFEITURA****AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 33/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ERMO
AVISO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Ermo, torna público que encontra-se anulado o Processo de Licitação nº 33/2014 - Modalidade Tomada de Preços, objetivando a contratação de empresa para pavimentação com asfalto CBUQ, drenagem pluvial e sinalização viária na comunidade de Santana, com área de 6.116,00m² .

Motivo: A presente licitação será anulada, devido a falta de interesse da municipalidade.

Outras informações poderão ser obtidas junto ao departamento de compras e licitações da Prefeitura Municipal de Ermo - SC, sito a Rod. SC 448, Km 06, nº 120, Centro, das 07:00 hs às 12:00 hs, ou pelo telefone (048) 3546-0083.

ALDOIR CADORIN
Prefeito Municipal

Faxinal dos Guedes**PREFEITURA****EXTRATO _ EDITAL _ MOBILIARIO _ ESCOLAR_098_2014**

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo licitatório nº: 0098/2014

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0055/2014

Objeto: Aquisição de forma parcelada de mobiliário escolar para atender diversas escolas da rede municipal de ensino.

Data do Recebimento: 17/12/2014 as 08h00 min.

Data da abertura: 17/12/2014 às 08h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.

Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de dezembro de 2014.

ODYMAR OLIVO BOMBASSARO

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

Forquilha

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 20/2014

EXTRATO DE CONTRATO FMS Nº. 20/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - ISAMED MATERIAIS MEDICO - HOSPITALARES LTDA

OBJETO - O presente instrumento tem por objeto a contratação de pessoa jurídica especializada para aquisição Materiais médico cirúrgicos e materiais odontológicos, para uso nas unidades da rede municipal de saúde do município de FORQUILHINHA/SC, durante o exercício de 2014.

VALOR - R\$ 35.388,08 (trinta e cinco mil trezentos e oitenta e oito reais e oito centavos).

VIGÊNCIA - 30/06/2014.

DOTAÇÃO - 1701.2052.3390 (32), (51).

FUNDAMENTO LEGAL - Lei 8.666/93, Pregão Presencial nº. 1/ FMS/2014.

DATA DA ASSINATURA - 11 de fevereiro de 2014

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 166/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 166/2014

COMODATÁRIO - PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

COMODANTE - IDEAL ESPORTE CLUBE

DO OBJETO - empréstimo do Ginásio de Esportes Professor Adolfo back, localizado na Rua do Cinquentenário, nº 58, esquina com a Rua Professor Arlindo Junkes, Centro, Forquilha/SC, para a prática do desporto nas várias modalidades que a instalação permite, bem como, a promoção de eventos festivos e exposições e demais utilidades que a edificação permitir.

VIGÊNCIA - o presente termo vigorará até 31/12/2016.

FUNDAMENTO LEGAL - Lei Municipal Nº 1.937/2013 de 24 de dezembro de 2013.

DATA DA ASSINATURA - 21/07/2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 174/PMF/2014

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 174/PMF/2014

CONCEDENTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONCESSIONÁRIO - ASSOCIAÇÃO DE AMIGOS DA PASTORAL DA CRIANÇA - AAPAC DA DIOCESE DE CRICIÚMA

OBJETO - O Cedente fornecerá à Concessionária 01 (um) veículo marca Fiat, modelo Palio Fire, cor branca, capacidade 05 pessoas, combustível álcool/gasolina, ano de fabricação 2014, modelo 2015, código de Renavam nº. 1011941276, Chassi nº. 9BD17122LF5949147, placa OKE 4915, com todos os equipamentos obrigatórios.

DESTINAÇÃO - O veículo destina-se a realização de ações básicas de saúde, educação, nutrição e cidadania para crianças de zero a seis anos de idade, ficando a Concessionária responsável pelas despesas decorrentes à execução desses serviços e uso do veículo.

VIGÊNCIA - 10 (dez) anos a contar da data da assinatura.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL - Lei Municipal nº. 1.996, de 06 de agosto de 2014.

DATA DA ASSINATURA - 12 de agosto de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 107/2014

EXTRATO DO TERMO ADITIVO PMF Nº 107/2014

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMF Nº. 123/2014

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRADADO - CONFER - CONSTRUTORA FERNANDES LTDA

DO OBJETO - Prestação de serviços de pavimentação asfáltica da Rua Irmã Maria Gertrud Hoepers, Centro, Município de Forquilha, com extensão de 177,57 metros, conforme Proposta nº. 11526, Programa nº. 2014002151 da Secretaria do Estado de Desenvolvimento Regional/Criciúma e Convênio nº 2014 TR 002243 junto a Prefeitura Municipal de Forquilha/SC, que independentemente de transcrição fazem parte integrante deste instrumento contratual;

DO PRAZO - Fica acrescido 30 (trinta) dias no prazo de execução do contrato 123/PMF/2014 de 24/11/2014 para 24/12/2014 bem como a prorrogação da vigência do contrato para 21/03/2015.

DO FUNDAMENTO LEGAL - Art. 57 da Lei nº 8.666/93.

DATA DA ASSINATURA - 20 de novembro de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.029, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.029, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO DE USO ÀS ENTIDADES QUE RELACIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a outorgar em Concessão de Uso Gratuito de:

a) 01 (um) Subsolador de 9 dentes, marca Ostetto, registro de patrimônio nº 20445, à Associação de Moradores de São Pedro, Associação Civil, sem fins lucrativos, políticos e religiosos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 95.778.049/0001-86, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 745, de 12 de setembro de 2001.

b) 01 (uma) Limpadeira de Valo, marca Destéfani, registro de patrimônio nº 0168, à Associação dos Moradores de Pique do Rio Cedro, Associação Civil, sem fins lucrativos, políticos e religiosos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 05.024.240/0001-40, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 868, de 04 de junho de 2002.

Parágrafo único. As despesas com manutenção ficarão a cargo das entidades beneficiadas.

Art. 2º O prazo das concessões será de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do Termo de Cessão, podendo ser prorrogados, sucessivamente, a critério do Município por iguais prazos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.030, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.030, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A OUTORGAR CONCESSÃO DE USO DE EQUIPAMENTO AGRÍCOLA À ENTIDADE QUE RELACIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo a outorgar em Concessão de Uso Gratuito de 01 (uma) uma Raspadeira Agrícola (SCRAPER), marca MASAL, registro de patrimônio nº 10957, à Associação dos Moradores de Pique do Rio Cedro, Associação Civil, sem fins lucrativos, políticos e religiosos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ nº 05.024.240/0001-40, declarada de Utilidade Pública pela Lei nº 868, de 04 de junho de 2002.

Parágrafo único. As despesas com manutenção ficarão a cargo das entidades beneficiadas.

Art. 2º O prazo das concessões será de 5 (cinco) anos, contados da assinatura do Termo de Cessão, podendo ser prorrogados, sucessivamente, a critério do Município por iguais prazos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

LEI Nº 2.031, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.031, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por desapropriação um terreno urbano, situado no bairro Santa Cruz, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado a Rua João Mezzari, lado par, esquina com a Rua Belém, corresponde a área desapropriada com 1.141,45m² (um mil e cento e quarenta e um metros e quarenta e cinco centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: - Norte: 12,00m com área desmembrada 01 remanescente; - Sul: 12,00m com Martinho Rocha Filho; - Leste: 95,33m com área desmembrada 01 remanescente; - Oeste: 15,00m com a Rua João Mezzari e 80,00m com Município de Forquilha, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 3.792, em nome de Adenor Pola e esposa e Valmor Pola e esposa, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A área referida no artigo art. 1º desta lei destinar-se-á à abertura da Rua Belém, que liga as Ruas Luiz Mezzari e João Mezzari, no Loteamento Los Angeles, Bairro Santa Cruz.

Art. 3º Pela aquisição do imóvel descritos no art. 1º desta lei, será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e dar como pagamento da área a ser desapropriada, área de terra pertencente ao Município, localizada na Rua Euclides Bortolotto, Bairro Santa Cruz, totalizando 1.141,47m² (um mil, cento e quarenta e um metros e quarenta e sete centímetros quadrados), correspondente ao lote 02A da matrícula nº 2.691, com as confrontações a seguir descritas: - Norte: 34,59 metros com Lot. Los Angeles; - Sul: 34,59 metros com a Rua Euclides Bortolotto; - Leste: 33,00 metros com lote 01A; - Oeste: 33,00 metros com área remanescente do Município de Forquilha.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

anexo único do PROJETO DE LEI PE Nº. 071/2014.

LEI Nº 2.032, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

LEI Nº 2.032, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

AUTORIZA A AQUISIÇÃO DA ÁREA DE TERRA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adquirir por desapropriação um terreno urbano, situado no bairro Santa Cruz, Município e Comarca de Forquilha/SC, localizado a Rua Amapá, lado par, esquina com a Rua Luiz Mezzari, corresponde a área desapropriada com 609,83m² (seiscentos e nove metros e oitenta e três centímetros quadrados), com as seguintes medidas e confrontações: - Norte: 12,00m com área desmembrada 01; - Sul: 12,00m com área remanescente de Martinho Rocha Filho; - Leste: 50,67m com área remanescente de Martinho Rocha Filho; - Oeste: 36,00m com Município de Forquilha e 15,00m com a Rua Luiz Mezzari, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº 565, em nome de Martinho Rocha Filho, conforme Anexo Único desta Lei.

Art. 2º A área referida no artigo art. 1º desta lei destinar-se-á à abertura da rua Belem, que liga as Ruas Luiz Mezzari e João Mezzari, no Loteamento Los Angeles, Bairro Santa Cruz.

Art. 3º Pela aquisição do imóvel descritos no art. 1º desta lei, será pago ao proprietário o valor definido pela Comissão de Avaliação do Município, evidenciado em laudo próprio.

Parágrafo único. Fica o Poder Executivo autorizado a desafetar e dar como pagamento da área a ser desapropriada, área de terra pertencente ao Município, localizada na Rua Euclides Bortolotto, Bairro Santa Cruz, totalizando 609,84m² (seiscentos e nove metros e quatro centímetros quadrados), correspondente ao lote 01A da matrícula nº 2.691, com as confrontações a seguir descritas: - Norte: 18,48 metros com Lot. Los Angeles; - Sul: 18,48 metros com a Rua Euclides Bortolotto; - Leste: 33,00 metros com a Rua Amapá; Oeste: 33,00 metros com lote 02A.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 03 de dezembro de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

anexo único do PROJETO DE LEI PE Nº. 072/2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2014-REFERENTE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 178/PMF/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

GOVERNO DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 36/PMF/2014

(Referente Pregão Presencial nº. 178/PMF/2014)

A PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, com sede na Avenida 25 de julho, 3400 - Paço Municipal 26 DE ABRIL - FORQUILHINHA-SC, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes/MF sob o No. 81.531.162/0001-58, neste ato representado pelo Sr. Vanderlei Alexandre, brasileiro, portador da Cédula de identidade nº. 2.570.672-1, inscrito no CPF nº. 705.686.189-04, ora denominado ÓRGÃO GERENCIADOR e a empresa COOPERATIVA PIONEIRA DE ELETRIFICAÇÃO - COOPERA, inscrita no CNPJ Nº 83.646.653/0001-70, neste ato representada pelo seu Presidente, Sr. CARLOS ALBERTO ARNS, situada na Avenida 25 de julho, nº. 2736, Centro, nesta cidade de Forquilha - SC, doravante denominada de COOPERA, denominada DETENTORA DA ATA nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 53/2013 e demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do Pregão Presencial nº. 178/PMF/2014, para REGISTRO DE PREÇOS, segundo as cláusulas e condições a seguir:

Cláusula Primeira - Do Objeto

1. A presente ATA tem por objetivo estabelecer cláusulas e condições gerais para REGISTRAR PREÇO para fornecimento de materiais e serviços de melhoria e/ou extensão de rede de iluminação pública, para uso nos diversos espaços públicos do Município de Forquilha/SC, para futuras aquisições.

Cláusula Segunda - Dos preços Registrados

1. Os valores unitários dos bens registrados nesta ata estão disponíveis no site www.forquilha.sc.gov.br

Cláusula Terceira - Do Prazo, Condições e Local de Entrega

1. A DETENTORA DA ATA, quando solicitada pelo setor competente do Município, deverá atender às seguintes exigências:

a) Os serviços deverão ser executados com o fornecimento dos materiais necessários, conforme solicitação do município, pôr conta e risco da licitante de acordo com as necessidades da Secretaria correspondente, dentro das especificações e quantitativos solicitados, sempre através de requisições (Ordem de Serviço) previamente emitidas.

b) O prazo e o local de entrega constarão expressamente nas requisições que deverá ser rigorosamente cumprido, sob pena de aplicação das penalidades previstas Neste edital de licitação.

c) O prazo de entrega a ser exigido nas requisições será de no máximo 30 (trinta) dias, conforme a complexidade dos serviços solicitados.

d) Para cada serviço, objeto deste processo licitatório, a empresa prestadora do serviço deverá emitir e apresentar à Prefeitura Municipal de Forquilha a Anotação de Responsabilidade Técnica

- ART referente aos serviços solicitados.

2. O objeto será transportado por conta e risco da CONTRATADA, dentro das normas técnicas de transporte e segurança exigidas na forma da Lei vigente, e entregues em perfeitas condições de uso, nos locais pré-determinados nas requisições em todo o território do Município de Forquilha.

3. O setor competente do município terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para processar a conferência dos produtos entregues, ou serviços executados, lavrando o termo de recebimento definitivo ou notificando a CONTRATADA para substituição do produto entregue em desacordo com as especificações exigidas.

3.1. Na hipótese de não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pela CONTRATADA no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contados da notificação da não aceitação, para reposição num prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas.

4. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do Empenho, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do empenho, se a qualquer tempo se verificarem vícios defeitos ou incorreções.

5. Nos casos da CONTRATADA não entregar o objeto de acordo com as especificações exigidas ou se negar a fazer a substituição dos produtos ou serviços não aceitos, a pessoa responsável pelo recebimento lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade competente, sob pena de responsabilidade.

6. O objeto somente será considerado devidamente aceito após analisado e aprovado pelo órgão competente do Município de Forquilha, com base nas exigências previstas no Edital e de acordo com a proposta da CONTRATADA, que independentemente de transcrição fazem parte integrante desta ata de registro de preços.

7. A existência de preços registrados não obriga a administração a firmar as contratações e adquirir os produtos e serviços registrados.

Cláusula Quarta - Da Vigência e Revisão de Preços

1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº. 8.666/93 e Decreto Municipal 53/2013.

2. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

3. O prazo de validade da ata de registro de preços será por um período de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos da lei vigente, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa para o Município.

Cláusula Quinta - Da Forma e Condições de Pagamento

1. O pagamento pelos materiais efetivamente fornecidos e aceitos, bem como os serviços realizados será feito em até 30 (trinta) dias após a data do CERTIFICADO na Nota Fiscal/Fatura, através de Ordem Bancária ou na tesouraria da Secretaria de Administração e Finanças do CONTRATANTE.

1.1. A aprovação da Nota Fiscal/Fatura eletrônica se dará mediante o "CERTIFICADO" pelo engenheiro fiscal do departamento técnico da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, autorizado para o

recebimento, devidamente assinado, datado e com aposição do respectivo carimbo funcional, depois de devidamente conferidas as quantidades e valores.

1.2. Na Nota Fiscal/Fatura eletrônica deverá constar necessariamente o número do processo licitatório e o número da Autorização de Fornecimento.

1.3. O prazo de pagamento previsto no item acima, só vencerá em dia de expediente normal, na cidade de Forquilha/SC, postergando-se, em caso negativo, para o primeiro dia útil.

3. O CONTRATANTE não efetuará aceite de títulos negociados com terceiros, isentando-se quaisquer consequências surgidas e responsabilizando a CONTRATADA por perdas e danos em decorrência de tais transações.

4. O CONTRATANTE não pagará juros de mora por atraso de pagamento referente a serviços com ausência total ou parcial de documentação hábil ou pendente de cumprimento de quaisquer cláusulas constantes deste contrato.

5. A quantidade dos produtos determinados no cláusula segunda deste contrato, para efeito de pagamento, deverá ser considerada apenas como prevista, não importando em obrigação da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, de autorizar seu fornecimento integral, respeitados os limites de acréscimo e/ou supressão previstos no art. 65, parágrafo 1º, da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações subsequentes.

Cláusula Sexta - Da Autorização para Aquisição

1. A aquisição do objeto da presente Ata de registro de Preços, será autorizado, em cada caso, pelo Órgão Gerenciador, sendo obrigatório informar ao setor de compras os quantitativos das aquisições.

1.1. A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

1.2. A contratação com os fornecedores registrados, após a indicação pelo órgão gerenciador, do registro de preços, será formalizada por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente, conforme disposto no art. 62 da Lei nº. 8.666/93.

Cláusula Sétima - Das Obrigações

1. Do Município:

1.1. Atestar as notas fiscais a efetiva entrega do objeto desta ata;

1.2. Aplicar à DETENTORA DA ATA penalidade, quando for o caso;

1.3. Prestar à DETENTORA DA ATA toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do objeto deste instrumento;

1.4. efetuar o pagamento à detentora da ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal no setor competente;

1.5. Notificar, por escrito, à detentora da ata da aplicação de qualquer sanção.

2. Da Detentora da Ata:

2.1. Fornecer o objeto de acordo com as especificações contidas nesta ata, bem como no edital e seus anexos;

2.2. Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos.

2.3. Manter durante a vigência desta ata, as mesmas condições de habilitação exigidas na licitação;

2.4. Fornecer o objeto registrado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta, edital e anexos;

2.5. Fornecer os produtos/executar os serviços dentro dos padrões exigidos nesta ata, no edital de licitação e seus anexos.

2.6. Efetuar e apresentar o projeto de execução dos serviços solicitados pelo município para avaliação e aprovação da

CONCESSIONÁRIA.**Cláusula Oitava - Das penalidades e Sanções**

1. A licitante que deixar de entregar documentação exigida para o certame, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

2. Em caso de inexecução do contrato, erro de execução, execução imperfeita, mora de execução, inadimplemento contratual ou não veracidade das informações prestadas, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multas (que poderão ser recolhidas em qualquer agência integrante da Rede Arrecadadora de Receitas Federais, por meio de Documento de Arrecadação de Receitas Federais - DARF, a ser preenchido de acordo com instruções fornecidas pela Contratante):

a) de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculado sobre o valor global do contrato, limitada a 10% do mesmo valor, entendendo-se como atraso a não entrega equipamento no prazo total compreendido pelo prazo contratual de entrega estabelecido neste instrumento.

b) de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, por infração a qualquer cláusula ou condição do contrato, não especificada na alínea "a" deste inciso, aplicada em dobro na reincidência.

c) de 5% (cinco por cento) sobre o valor do contrato, pela recusa em corrigir qualquer defeito, caracterizando-se a recusa, caso a correção não se efetivar nos 02 (dois) dias úteis que se seguirem à data da comunicação formal do defeito;

d) de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato, no prazo e condições estabelecidas, bem como no caso do produto não serem entregues a partir da data aprazada.

4. No processo de aplicação de penalidades, é assegurado o direito ao contraditório e à ampla defesa, ficando esclarecido que o prazo para apresentação de defesa prévia será de 05 (cinco) dias úteis contados da respectiva intimação.

5. No caso de suspensão do direito de licitar, a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e no contrato e das demais cominações legais.

6. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação. Se o valor da multa não for pago, ou depositado, será automaticamente descontado do pagamento a que a Contratada fizer jus. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente e/ou judicialmente.

7. Da penalidade aplicada caberá recurso por escrito, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito, nos termos do artigo 109, da Lei Nº 8.666/93 e alterações subsequentes.

Cláusula Nona - Do Cancelamento da Ata de Registro de Preços

1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, de pleno direito pela administração, quando:

- 1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta ata;
- 1.2. A detentora não retirar qualquer nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela administração, sem justificativa aceitável;
- 1.3. A detentora não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- 1.4. Tiver presentes razões de interesse público devidamente demonstrados e justificados pela administração;

2. O cancelamento do registro, nas hipóteses previstas, assegurado o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador do município.

3. A comunicação do cancelamento do preço registrado será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação em Jornal de Circulação Municipal, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

4. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo da administração, quando comprovada a ocorrência das hipóteses previstas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei Federal 8.666/93 e Alterações.

5. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à administração a aplicação das penalidades previstas neste instrumento, caso não aceitas as razões do pedido.

Cláusula Décima - Da Dotação Orçamentária

1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias dos exercícios correspondentes.

Cláusula Décima Primeira - Das Disposições Finais

1. Integra esta Ata de Registro de Preços, o Edital de Pregão Presencial nº. 178/PMF/2014, seus anexos e a proposta da Detentora desta ata.

2. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal 8.666/93, suas alterações, com as disposições da Lei Federal 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº. 53/2013, no que não colidir as normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do direito.

**Cláusula Vigésima
Do Foro**

1. Elegem as partes contratadas o Foro da Comarca de Forquilha, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas deste contrato, renunciando expressamente a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

2. E, por assim estarem justas e contratadas, as partes por seus representantes legais assinam o presente feito em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só e jurídico efeito, perante as testemunhas abaixo assinadas, a tudo presentes.

Forquilha/SC, 01 de dezembro de 2014.

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Cooperativa Pioneira de Eletrificação – COOPERA
Empresa Detentora da Ata
Representante Legal: Carlos Alberto Arns
CPF: 221.186.409-00.

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 0154_2014-PMF RP 0078

Aviso do Pregão Presencial nº 0154/2014 - PMF
Registro de Preços Nº 0078/2014
MUNICÍPIO DE FRAIBURGO - SC
AVISO DE LICITAÇÃO

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para contratação de empresa do ramo na prestação de serviços de jardinagem, para o órgão gerenciador (Município de Fraiburgo), durante o período de janeiro a dezembro de 2015. Validade da Ata de Registro de Preços: janeiro a dezembro de 2015. Julgamento: Menor Preço POR LOTE. Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:15 horas do dia 19.12.2014. Abertura: às 09:15 horas do mesmo dia. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Avenida Rio das Antas, nº 185. Fone (49) 3256 3000 - Ramais 3023/3039. Site: www.fraiburgo.sc.gov.br.

Fraiburgo(SC), 03 de dezembro de 2014.
Ivo Biazolo
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 3073/2014

PORTARIA Nº 3.073, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0194/2014, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora JARCIANE ZANON, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 037.496.459-90, nomeada no cargo de provimento efetivo de PSICÓLOGO, pelo período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3074/2014

PORTARIA Nº 3.074, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0193/2014, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora DAYANE APARECIDA

RUMPEL DALAGNOL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 004.531.659-74, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, pelo período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3075/2014

PORTARIA Nº 3.075, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Prorroga Ampliação de Carga Horária de Servidor Público Municipal.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0193/2014, da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar a ampliação da carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ANETE ANTONIA MACAGNAN GONÇALVES LINS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 625.539.099-34, nomeada no cargo de provimento efetivo de ASSISTENTE SOCIAL, pelo período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.
IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3076/2014

PORTARIA Nº 3.076, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JUCIANE DE FATIMA FERNANDES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 938.487.579-15, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3077/2014

PORTARIA N.º 3.077, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LORENI TEREZINHA POSSEIRA COLOMBELLI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 918.587.639-91, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3078/2014

PORTARIA N.º 3.078, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de JACIRA MENDES DOS SANTOS, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 737.624.669-04, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3079/2014

PORTARIA N.º 3.079, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLEUDE BIANCHI, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 656.561.649-34, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3080/2014

PORTARIA N.º 3.080, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de TERESINHA RAIMUNDA BALDISERA, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 560.608.239-04, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3081/2014

PORTARIA N.º 3.081, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de CLECI TEREZINHA RODRIGUES DOS SANTOS RUSCHEL, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 743.463.939-34, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2015 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3082/2014

PORTARIA N.º 3.082, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de NEREZIN ALVES DA ROSA SOUZA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 058.323.749-59, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de dezembro de 2014 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3083/2014

PORTARIA N.º 3.083, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0190/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de LEONICI HAASE, brasileira, divorciada, inscrita no CPF sob o n.º 960.586.339-15, contratado em caráter temporário na função de MONITOR SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 10 de dezembro de 2014 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

PORTARIA Nº 3084/2014

PORTARIA N.º 3.084, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de contrato por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0015 de 05 de fevereiro de 2014 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna nº 0191/2014 da Secretaria de Ação Social;

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar o contrato de VERA LUCIA DE OLIVEIRA, brasileira, separada judicialmente, inscrita no CPF sob o n.º 497.668.569-15, contratado em caráter temporário na função de ASSISTENTE SOCIAL, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 01 de janeiro de 2014 até 30 de junho de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

IVO BIAZZOLO

Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA EDITAL DE REMOÇÃO N 002-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA DO EDITAL DE REMOÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL Nº 002/2014

ORDEM CLASSIF.	NOME DO PROFESSOR	CRITÉRIOS DE DESEMPATE			
		1º	2º	3º	4º
		HABILITAÇÃO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSOS DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO	IDADE
1	JACY TEREZINHA PADILHA DE ALMEIDA	3	29	7	26/09/55
2	DOMINGA DE LORENZI	3	28	5	18/08/68
3	CENELANDIA VALIM LOPES	3	28	2	04/02/61
4	CLARICE TEREZINHA MOLIN DE LORENZI	3	25	7	19/12/64
5	ELIONETE FRANCESCATTI KONKOL	3	25	7	06/07/69
6	ANDREA BOGO CAREGNATO	3	25	4	07/12/71
7	SOILENE APARECIDA MORAIS DA SILVA	3	24	5	10/06/64
8	ROSILENE MARCIA MORSOLETTI DE ALMEIDA	3	23	7	18/03/69
9	ROSANGELA DE PAULA	3	23	4	09/11/65
10	IVONE REGINA MARTINELLO	3	23	3	11/11/55
11	ROSANA DE FATIMA ZANELLA MARCONDES	3	22	7	01/10/73
12	MARLENE APARECIDA FERREIRA WEBER	3	21	7	13/05/73
13	DEONIR APARECIDA DA ROSA	3	21	3	26/02/66

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 1 de 7

14	MARLI GORETTI DEDOMENICO CORDOVA	3	21	0	29/04/62
15	MARLI DE DEUS THIBES	3	21	0	13/10/66
16	VIVIANE MARIA DE NARDI	3	20	7	23/08/68
17	LURDES DE LORENZI	3	20	7	12/10/73
18	ANGÉLICA APARECIDA DELFES SESTREN	3	20	7	13/10/75
19	JUCELAINE DE FÁTIMA GROSS TAQUES	3	20	6	01/12/75
20	IVONE VERONA ALVES DA SILVA	3	20	3	12/01/65
21	MARIA TEREZINHA LORENCINI	3	19	0	04/10/61
22	LUCIMAR APARECIDA GAIO	3	18	7	23/01/67
23	LUCIANE PEREIRA DA CUNHA ANTON	3	18	7	15/07/69
24	ELIANI LUCI MORSOLETTO DOS SANTOS	3	18	7	15/03/71
25	RIZOALETE APARECIDA FRANCIOSI MUNARO	3	18	7	04/02/75
26	AURICLEIA RODRIGUES DE OLIVEIRA	3	18	7	07/10/75
27	ERLETE DOBKOVSKI	3	18	5	06/12/72
28	VANIA MARIA ORLANDI FELIX	3	18	4	27/09/67
29	BERNADETE APARECIDA PIERDONÁ SARTORI	3	17	3	12/04/63
30	TATIANA CARLA SCALABRIN	3	16	9	29/01/80
31	MARIA ELISABETH PEREIRA SANTOS	3	16	7	15/08/58
32	LUCELEI APARECIDA RODRIGUES STEINER	3	16	7	19/10/64
33	INES SOBIERANSKI RIBEIRO	3	16	7	19/11/65
34	ZELINDA APARECIDA CASARIN DOS SANTOS	3	16	7	16/04/66
35	ROZANI EVA BEATRIZ DOS SANTOS	3	16	7	17/01/67
36	GENILCE MARTA PRIMON	3	16	7	19/05/67
37	ZULMA DE FATIMA ANHAYA SANTANA	3	16	7	26/06/68

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 2 de 7

38	SILVIA MARIA PANISSON	3	16	7	11/03/71
39	JULIANA APARECIDA DE OLIVEIRA COUTO	3	16	7	27/03/73
40	ROSELI MARIA MACHADO	3	16	7	14/06/73
41	IZABEL CRISTINA DAMACENO LEMES	3	16	7	15/10/73
42	MARIA LUCIA DAROL DE OLIVEIRA	3	16	7	09/02/74
43	ROSANE APARECIDA BARBOSA LUCIANO	3	16	7	03/02/76
44	IVONETE DIAS DOS SANTOS MORESCO	3	16	7	03/07/77
45	ANGELICA MELO MATHIAS	3	16	7	06/06/78
46	TANIA DA SILVA FERREIRA	3	16	6	04/04/62
47	MARISA ALVES DA CRUZ PRIGOL	3	16	6	22/01/73
48	KARLA VALÉRIA MORSOLETTTO	3	16	6	22/04/79
49	ELIZABETT RIBEIRO DE MELLO ZONITA	3	16	4	15/07/60
50	ELIANE FATIMA ANDREIS	3	16	4	29/05/74
51	ELIZANGELA DE FATIMA ANDRADE XAVIER	3	16	3	01/01/73
52	ELISANGELA MARIA BARBOSA DALAGNOL	3	16	3	07/06/75
53	SIMONE FRANCIELI PEGORARO	3	16	3	16/12/79
54	MARCELI MARIA DISKA	3	16	2	23/04/79
55	ANTONIA SILVANA DOS SANTOS	3	16	0	21/10/64
56	MARLENE DE LORENZI BOGO	3	16	0	28/01/66
57	IRENE LEVANDOSKI DE LARA	3	15	7	22/08/56
58	ENIR TEREZINHA CHINATO	3	15	7	08/04/64
59	SILVANA APARECIDA BONETTI CASAGRANDE	3	15	7	02/10/72
60	ANGELITA DOS SANTOS	3	15	6	07/09/75
61	ROSANE APARECIDA SILVA	3	15	6	04/01/78

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 3 de 7

62	MARLETE PALMIRA SCHNEIDER	3	15	5	04/12/58
63	ROSANE GUBIANI	3	14	7	20/12/71
64	SIMONE DAFROSA KLEINJOHANN	3	14	5	26/09/79
65	IDALIR DOMINGA MADELLA BERTOLLO	3	13	0	27/04/69
66	ELIZABETE ARALDI	3	13	0	25/08/75
67	SALETE RODRIGUES DE CAMPOS WERNER	3	12	7	03/01/65
68	SANDRA MARIA HERMES LEMOS	3	12	7	03/07/70
69	ALESSANDRA ZONTA	3	12	7	27/01/80
70	JOICI APARECIDA DE ANDRADE	3	3	7	21/11/57
71	ILUIR TROMBETTA	3	3	7	10/09/61
72	MAGALI TEREZINHA LOPES	3	3	7	13/08/62
73	MARIA ELIZABETE OLIVO DA SILVA	3	3	7	17/10/63
74	ARMINDA DO AMARAL PEREIRA	3	3	7	21/04/65
75	ARLETE ALVES SANTOS GONÇALVES	3	3	7	18/08/65
76	SOLANGE DE PAULA PEREIRA	3	3	7	09/05/67
77	DULCE APARECIDA RIGO DE MORAIS	3	3	7	09/07/67
78	NILVA DE FÁTIMA ZANON	3	3	7	24/10/67
79	MARGARETH CORREA PAULINO	3	3	7	07/12/67
80	JANE APARECIDA OZÓRIO	3	3	7	30/07/68
81	ROSIMAR APARECIDA SCAPINELLO PITT	3	3	7	30/07/73
82	ROSANGELA LUCIANO	3	3	7	03/10/73
83	ELIANE TERESINHA DE SOUZA ANTON	3	3	7	06/12/73
84	LUCIMERE RIBEIRO CORRÊA DE OLIVEIRA	3	3	7	18/02/74
85	MARIA DA GLORIA PALHANO	3	3	7	17/05/74

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 4 de 7

86	ADRIANA LEFFER LUCIANO CARIPUNA	3	3	3	7	07/08/75
87	ELIANE APARECIDA MORAES DA SILVA	3	3	3	7	18/08/75
88	TATIANA REZZADORI	3	3	3	7	15/11/75
89	JULIANE TERESINHA CORDEIRO	3	3	3	7	17/12/75
90	ADRIANA JUSTIMINIANO TOFFOLI	3	3	3	7	04/10/76
91	ROSANGELA LIMA DA ROCHA	3	3	3	7	19/10/76
92	ELIANE REOLON DEGARRAES	3	3	3	7	11/11/76
93	JANICE DOS SANTOS	3	3	3	7	14/02/77
94	DIANA FÁTIMA RIBEIRO	3	3	3	7	13/03/77
95	VIVIANE APARECIDA FERREIRA MOZZER	3	3	3	7	18/12/77
96	ANA ELBA CHAVES FERREIRA DA SILVA	3	3	3	7	06/04/78
97	MARIZETE PIRES MINEIRO	3	3	3	7	08/07/78
98	CRISTIANE APARECIDA DOS SANTOS DE ANDRADE	3	3	3	7	14/11/78
99	GISLANI ANGELICA PESSOA DE FREITAS	3	3	3	7	16/01/80
100	VIVIANE DE CORDOVA RONCHI	3	3	3	7	29/01/80
101	JUCELI ALBERTON MELLO	3	3	3	7	10/06/80
102	MICHELLY FERLIN HILDEBRANDO DOS SANTOS	3	3	3	7	29/11/80
103	SHEILA BRIDI PARIZOTTO	3	3	3	7	08/03/81
104	SILVIA MARIA MOREIRA GATTI	3	3	3	7	17/03/81
105	QUEILA MARIA VIZZOLI CHAVES	3	3	3	7	05/08/81
106	MICHELI HILDEBRANDO DOS SANTOS POLESE	3	3	3	7	06/12/81
107	ILUIR TIBES DOS SANTOS	3	3	3	7	09/02/82
108	ENIZA COSTA MOREIRA	3	3	3	7	19/06/82
109	MARIANA BITENCOURT DIAS	3	3	3	7	16/02/83

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 5 de 7

110	VIVIANE SILVA PADILHA	3	3	3	7	17/03/83
111	LUCIANE FABER DIDOMENICO	3	3	3	7	20/05/83
112	KARINA MACHADO DE SOUZA	3	3	3	7	28/07/83
113	DARLENE APARECIDA FERREIRA	3	3	3	7	24/02/84
114	RUBIA CORREIA	3	3	3	7	21/06/84
115	LILIAN SCHIRMER	3	3	3	7	02/11/84
116	DAIANE CRISTINA FERREIRA DE DEUS	3	3	3	7	15/05/85
117	SUZIMAR MICHELON	3	3	3	7	19/07/85
118	MONICA CAMPANHARO ZANELLA	3	3	3	7	04/09/85
119	PATRÍCIA FRAGOSO POSSA	3	3	3	7	04/04/88
120	VALÉRIA MATHIAS	3	3	3	7	22/02/89
121	ANA TIARA DORNELLES	3	3	3	7	01/04/89
122	ADRIANA DE CASSIA ROUSSENQ INACIO	3	3	3	6	01/03/69
123	DANIELA PILLON DELFES	3	3	3	6	25/08/81
124	ELISA DE FÁTIMA DOMINGUES	3	3	3	6	23/07/83
125	VERA LÚCIA MOZZER DE OLIVEIRA	3	3	3	4	21/10/64
126	SALETE MARINEZ FATTORI	3	3	3	4	20/04/65
127	ODETE DEDOMENICO SANTOS	3	3	3	3	28/08/63
128	GISSELI WEBER	3	3	3	3	18/08/88
129	MARIA IRACI ANTUNES DA SILVA SANTOS	3	3	3	2	24/07/74
130	FRANCIELI TERESINHA COMERLATO ALVES	3	3	3	2	28/06/81
131	ELIZABETE CANONICA RISSARDI	3	3	3	1	11/02/74
132	SIMONE PILLON DELFES	3	3	3	1	28/03/80
133	LUIZA APARECIDA FAGUNDES	3	3	3	0	24/06/67

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 6 de 7

134	ANDREIA JOMBRA PEREIRA	3	3	0	16/07/80
135	NEIVA APARECIDA CAPAGNARO XAVIER	3	2	7	01/09/59
136	MARA REGINA DOS SANTOS LARA	3	2	7	16/03/66
137	JANAÍNA REJANE FORMAGIO PRATES	3	2	7	10/12/76
138	FERNANDA DE FREITAS SUBTIL	3	2	7	05/01/78
139	CIRLEI MOREIRA DE ANDRADE	3	1	0	08/06/60
140	MARIA ELENIR MATIAS DOS SANTOS	2	23	7	18/02/61
141	NEIVANIA APARECIDA MOLIM MARCELINO	2	23	7	11/03/70
142	IBANES APARECIDA DE OLIVEIRA MENA BARRETO	2	19	1	07/01/69
143	ODETE MEIMBERG	2	16	7	22/02/78
144	MARIA ANGELITA DE MEIRA PINHEIRO	2	15	5	04/07/75
145	SUELY TEREZINHA VOCKES	2	12	0	27/05/64
146	MARCIA DE FATIMA CRUZ SAVIAN	2	2	5	24/08/65
147	LUCILDES DALAGNOLI GAREIS	2	0	5	16/10/82
148	MARIA STELA MOZER PANISSON	1	23	3	08/06/63
149	LORENI MARCELINO ALVES SAO	1	14	0	10/08/77
150	BERNADETE CORDEIRO	1	8	0	02/11/59

Quarta-feira, 03 de dezembro de 2014

Página 7 de 7

DECRETO Nº 0327/2014



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **1** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Motoniveladora**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
----	----	----	----	----

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	2	SEBASTIÃO ALVES MORASCKI	7	0	0	4	0	NÃO	17/08/1956
2	3	ADAIR ERASMO PASINI	6	0	0	5	0	NÃO	18/12/1959
3	5	ALCEU JOSÉ PINTO	5	0	0	5	0	NÃO	25/01/1969



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **2** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Trator de Esteira**

Critérios de Desempate

1º	2º	3º	4º	5º
Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	0	NÃO	20/10/1962
0	4	0	NÃO	13/03/1955
2	0	0	NÃO	31/08/1992

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	1	RUBIN MULLER	8	0
2	6	ANTONIO RODRIGUES	4	0
3	7	ROBSON DE SOUZA FERREIRA	2	0



Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Fraiburgo

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT
Nº 0047 DE 24 DE OUTUBRO DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: **Operador de Máquina** Quadro: **I - QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO**

Código: **3** Área de Atuação: **Geral**

Disciplina: **Operador de Máquina – Britador**

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
0	5	2	NÃO	17/05/1956

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática
1	4	OLVINO MORAES DE SOUZA	6	0

quarta-feira, 3 de dezembro de 2014

Página 1 de 1

DECRETO Nº 0387, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.**DIVULGA A CLASSIFICAÇÃO E CONVOCA PARA PROVA PRÁTICA, DO EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº. 0047, DE 24 DE OUTUBRO DE 2014.**

O **Prefeito Municipal de Fraiburgo**, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais;

DECRETA:

Art. 1º. Fica divulgada a classificação do processo de seleção para contratação em caráter temporário nº. 0047, de 24 de outubro de 2014, conforme listas anexas.

Art. 2º. Ficam convocados os classificados para realização de prova prática, no dia 05/12/2014 (sexta-feira) para os cargos de Operador de Máquinas Trator de Esteira e Britador às 8:00hs e para o cargo de Motoniveladora às 9:00hs, comparecer junto a Secretaria de Infraestrutura Urbano e Secretaria de Agropecuária e Meio Ambiente, localizada na Avenida Adalberto Schmidt Burda, s/n., Bairro São José, Fraiburgo, SC.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
FRAIBURGO, SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Frei Rogério

PREFEITURA

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 93/2014 DATADO DE 18 DE JUNHO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

PRIMEIRO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 93/2014 DATADO DE 18 DE JUNHO DE 2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede

na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito na CNPJ sob nº 01 616 039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, OSNY BATISTA ABERTON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida à Rua Nereu Ramos, 330, na Cidade de Fraiburgo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04 492 725 0001 03, neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor LAURECI BITENCOURT, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 aditam ao presente contrato as seguintes disposições.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

Em virtude de alguns materiais e serviços não terem sido contemplados inicialmente, as partes de comum acordo e em conformidade com a planilha quantitativa em anexo, resolvem promover a alteração dos valores, num total de R\$ 18.665,03 (dezoito mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e três centavos) para execução/conclusão do contrato acima mencionado.

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERÇA - DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justas e acertadas, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 03 de dezembro de 2014

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Contratada

Testemunhas:

Nome:

Nome:

SETIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2012 DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

SETIMO TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 044/2012 DATADO DE 26 DE ABRIL DE 2012, QUE ENTRE SI CELEBRAM:

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO E A EMPRESA:

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

O MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede

na Rua Adolfo Soletti, 750, inscrito na CNPJ sob nº 01 616 039/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor, OSNY BATISTA ABERTON, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE e de outro lado a empresa LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, estabelecida à Rua Nereu Ramos, 330, na Cidade de Fraiburgo, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 04 492 725 0001 03, neste ato representada pelo sócio/administrador, senhor LAURECI BITENCOURT, abaixo assinado em conformidade com a Lei 8.666/93 aditam ao presente contrato as seguintes disposições.

1 - CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

Em virtude do atraso na liberação dos recursos oriundos do contrato de repasse 0323975- 13, celebrado entre o Ministério da Cidades/Caixa Econômica Federal e o Município de Frei Rogério fica alterado o prazo de vigência do referido contrato para o dia 31 de dezembro de 2014

2 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO EMBASAMENTO LEGAL:

O Presente aditivo é realizado com fundamento no artigo 65, §1º da Lei 8.666/93.

3 - CLÁUSULA TERÇA - DA DEMAIS CLAUSULAS:

As demais cláusulas do contrato que a este deu origem permanecem inalteradas

E, por estarem justos e acertados, as partes assinam o presente instrumento em (03) três vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato, por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Frei Rogério (SC), 30 de setembro de 2014

MUNICÍPIO DE FREI ROGÉRIO

Contratante

LB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Contratada

Testemunhas :

Nome:

Nome:

Garopaba

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 28/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com artigo 24, inciso XXVI da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 187/2014; DL nº. 28/2014; Contratada: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); CNPJ: 09.427.503/0001-12; Objeto: Contrato de Rateio relativo ao Diário Oficial dos Municípios. Valor: R\$ 6.000,00 (Seis mil reais). Data da Assinatura: 03/12/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 29/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com artigo 24, inciso XXVI da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 188/2014; DL nº. 29/2014; Contratada: CONSORCIO DE INFORMATICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA); CNPJ: 09.427.503/0001-12; Objeto: Contratação dos serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, envolvendo os seguintes acessos: adesão ao Programa, REGIN e Simples Nacional.. Valor: R\$ 4.920,00 (Quatro mil novecentos e vinte reais). Data da Assinatura: 03/12/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10 AO CONTRATO Nº 35/2011

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

10º Termo Aditivo; Contrato nº 35/2011; Processo nº. 77/2011; Contratante: Prefeitura Municipal de Garopaba; Contratado: M & L EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA. CNPJ: 10.789.611/0001-14. Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto o acréscimo de valor de R\$ 47.023,10 (quarenta e sete mil e vinte e três reais e dez centavos), referente a alteração de projeto, conforme segue o ofício da Secretaria de Infra Estrutura juntamente com o memorial descritivo, orçamento, cronograma, ART e mapas em anexo; Data da Assinatura: 25/11/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO Nº 68/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

1º Termo Aditivo; Contrato nº 68/2013; Processo nº. 219/2013; Contratante: PRFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: ECT - Empresa Pública; CNPJ: 34.028.316/0028-23; Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência do Contrato original por mais 12 meses; Data da Assinatura: 10/11/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº5 AO CONTRATO Nº 17/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº 17/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: PRFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Contratado: EMPRESA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA; CNPJ: 50.668.722/0019-16; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 4 (quatro) meses, que vigorará a partir 01/01/2015 até 01/04/2015; Data da Assinatura: 10/11/2014.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 05 AO CONTRATO Nº 009/2010

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

5º Termo Aditivo; Contrato nº 009/2010; Processo nº. 111/2009; Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; Contratado: EMPRESA PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA; CNPJ: 50.668.722/0019-16; Objeto: Prorrogar o prazo de vigência da referido Contrato por 4 (quatro) meses, que vigorará a partir 01/01/2015 até 01/04/2015; Data da Assinatura: 10/11/2014.

AVISO DE LICITAÇÃO PR021/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 021/2014

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para locação de equipamentos de sonorização, iluminação, estruturas de palco e prestação de serviço de som volante, para atender as necessidades da Prefeitura e do Fundo Municipal de Saúde de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 13h45min do dia 16/12/2014.

A sessão se dará a partir das 13h50min do dia 16/12/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.
Paulo Sérgio de Araujo
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR022/2014**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2014**

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para contratação de empresa especializada para prestar o serviço de transporte de Pacientes do Município de Garopaba para a Grande Florianópolis. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 15h25min do dia 16/12/2014.

A sessão se dará a partir das 15h30min do dia 16/12/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PR023/2014**AVISO DE LICITAÇÃO****PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2014**

O Município de Garopaba torna público para conhecimento dos interessados, que realizará licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando Registro de preço para Prestação de serviços técnicos especializados em manutenção preventiva e corretiva, através de serviços mecânicos, elétricos, lanternagem/pintura e capotaria nos tratores e implementos agrícolas alocados na Secretaria de Agricultura e Pesca do Município de Garopaba. Os documentos referentes ao CREDENCIAMENTO, e os envelopes nº. 1 - "PROPOSTA" e nº. 2 - "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser protocolados no protocolo geral da Prefeitura Municipal de Garopaba, sito a Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, até as 14h55min do dia 16/12/2014.

A sessão se dará a partir das 15h00min do dia 16/12/2014, no endereço acima especificado.

O Edital encontra-se a disposição dos interessados, no site www.garopaba.sc.gov.br

Garopaba, 02 de dezembro de 2014.

Paulo Sérgio de Araujo

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**RESOLUÇÃO Nº 22 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014****RESOLUÇÃO Nº 22 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014****"CONCEDE MEDALHA DE HONRA AO MÉRITO DO MUNICIPIO DE GAROPABA AO SENHOR VALDIR PEREIRA DA COSTA".**

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedido Medalha de Honra ao Mérito do Município de Garopaba, em homenagem ao Cabo Senhor VALDIR PEREIRA DA COSTA, natural de Garopaba, Cabo Valdir Pereira da Costa, filho de João da Costa e Josefina Pereira Costa, natural de Garopaba, tem 45 anos, casado, 1 filho, 23 anos de Polícia. Frequentou o curso do PROERD para alunos do Pré 4º, 5º, 7ª Série e curso para pais. Frequentou o curso de cabo em tubarão, formando-se em 11/10/2013. Formação acadêmica: Superior em trânsito e Pós Graduado em Gestão Humana. Ficou responsável pelo setor de Trânsito da Polícia Militar de Garopaba, onde trabalhou na execução da mudança de trânsito sentido único na Rua João Orestes de Araújo em Garopaba, trabalha também no setor de alimentação, transporte e vestuário. Trabalha com palestra motivacional no combate as drogas, onde palestrou nas empresas Rosa Mil de Araranguá, Batava de Meleiro, Força Jovem de Sombrio e em Garopaba nas empresas, Mormaii, Adamver e Hidrolyght. Atua no Proerd em Garopaba desde 2000.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 03 de dezembro de 2014.

Rogério Linhares

Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos três dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyne
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2014 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 03 de dezembro de 2014.

Rogério Linhares
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos três dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

RESOLUÇÃO Nº 23 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

RESOLUÇÃO Nº 24 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE NOVEMBRO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de novembro de 2014 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 03 de dezembro de 2014.

Rogério Linhares
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos três dias do mês de dezembro de 2014.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em ____/____/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e
Processo Legislativo

Garuva

PREFEITURA

DECRETO Nº 174/2014

DECRETO Nº 174, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Convoca a V Conferência Municipal de Educação de Garuva e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Garuva, no uso de suas atribuições legais, DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a V Conferência Municipal de Educação de Garuva, a realizar-se nesta Cidade, que terá como objetivo a Elaboração do Plano Municipal de Educação.

Art. 2º - A V Conferência Municipal de Educação de Garuva será realizada em (04) quatro etapas:

I - Conferência na escola para estudo da Lei do Plano Nacional de Educação - PNE e demais documentos orientadores para elaboração do Plano Municipal de Educação - PME.

II - Conferência na escola para apresentação do diagnóstico e Indicadores da Educação no Município e escolha dos delegados e representantes das escolas da rede municipal de ensino para participar da construção de metas e estratégias do PME alinhado ao PNE e PEE.

III - Elaboração do documento Base com a participação do Fórum Municipal de Educação, Conselho Municipal de Educação e representantes das escolas da rede municipal de ensino.

IV - Conferência Municipal a ser realizada no dia 04 de fevereiro de 2015 para aprovação do Documento Base.

Art. 3º - A Coordenação da V Conferência Municipal de Educação de Garuva será exercida pelo Comissão Organizadora.

Art. 4º - Será expedido, mediante portaria, a nomeação da Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Educação de Garuva, respeitando as orientações do Fórum Nacional de Educação.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor a partir da data da sua publicação.

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 449/2014

PORTARIA Nº 449, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA V CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO."

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 02 de dezembro de 2014,

RESOLVE:

Art 1º - Nomear os membros que constituirão a Comissão Organizadora da V Conferência Municipal de Educação de Garuva, respeitando as orientações do Fórum Nacional de Educação.

Art. 2º - Farão parte da Comissão Organizadora os seguintes membros: ADRIANE BEATRIZ MOECKE GALANDO, FABIO SOZIN, JUCILENE FURLAN, MARLI GRUN PARISOTTO, MARIA EDLAMAR AGUIAR COSTA, sendo os trabalhos coordenados pelo primeiro.

Art 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG Nº 091/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 091/2014
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por Item

Objeto: Registro de Preços para a aquisição de materiais de expediente e escolar para as instituições da Rede Municipal de Ensino.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 16/12/2014 as 08:30 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 02 de dezembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

AVISO DE CREDENCIAMENTO FMS Nº 016/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
FUNDO MUNICIPAL DE AGRICULTURA
SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO
Processo Licitatório FMS nº016/2014 - Credenciamento

Objeto: Credenciamento de pessoa jurídica com capacidade técnica para a realização de Exames Laboratoriais para prestação de serviços especializados na área da saúde aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município de Garuva - SC, conforme planilha, memorial descritivo anexo e normas constantes no edital.

Inscrições para o Credenciamento a partir do dia 08/12/2014.

O Edital completo está disponível para consulta ou retirada no site: www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 02 de dezembro de 2014.
JOSÉ CHAVES
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

PORTARIA Nº 3.505, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA Nº 3.505, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.
NOMEIA SERVIDORES PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei 1.347/1992,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 12/2013, da Secretaria Municipal Educação, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
FABIANA PATRICIA PAULO DA SILVA	03/11/2014	BERCARISTA
MARILZA VERAS DOS SANTOS SOUZA	03/11/2014	BERCARISTA
WILLIAM PRATA CAMPOS	04/11/2014	PROFESSOR DOC-I-4

Art. 2º Nomear os servidores abaixo relacionados, conforme classificação nos Editais de Processo Seletivo nº 09/2014, 11/2014 e 14/2014, da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Nome	Admissão	Cargo
FRANCISCO JOSE DE BARBA	24/11/2014	Medico CG CAR 20 H
ISABEL OECHSLER	18/11/2014	TECNICO EM HIGIENE DENTAL
LUANA CRISTINA OUVINAS	03/11/2014	TECNICO ENFERMAGEM
MARIA LUCIA DA SILVA	24/11/2014	ATEND CONSULT. DENTARIO
ROMULO AUGUSTO PAMPLONA SCHRAMM	21/11/2014	Medico Geral Com. PSF

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03/11/2014.

Gaspar, 03 de novembro de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 03/2014.

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO.

DATA: 03/12/2014. HORÁRIO: 14h00min.

LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº 03/2014.

OBJETO: Aquisição de automóvel novo (zero quilômetro).

Aos três dias do mês de dezembro do ano de dois mil e catorze, com início às catorze horas, realizou-se na sala de reuniões do prédio sede da Câmara de Vereadores de Gaspar, situada na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, em Gaspar, Santa Catarina, sessão pública para o recebimento e julgamento de propostas e documentos relativos à licitação na modalidade Pregão Presencial nº 03/2014, que tem por objeto aquisição de automóvel novo (zero quilômetro). Presentes ao ato estiveram o Pregoeiro, servidor Jorge Luiz Matos de Oliveira e dos membros da Equipe de Apoio, servidores Elaine Cristina Wandalen, Marcelo Peterson Pereira e Pedro Paulo Schramm, todos designados pela Resolução nº 28/2014. Assim, na data e horário acima descritos, compareceu a licitante, Santa Clara Comércio de Veículos Ltda, no ato representada pelo senhor Artur Hoppe, inscrito no CPF nº 049.327.278-01, Carteira de Identidade nº 12.976.132, residente e domiciliado na Rua Henrique Probst, nº 125, bairro Escola Agrícola, município de Blumenau, CEP nº 89037-670, telefones para contatos nº 3338-9592, ou celular nº 8442.5523 e-mail: hoppe.adv@gmail.com. Iniciando os trabalhos, o Pregoeiro procedeu ao credenciamento da única licitante, ao recebimento da Declaração de Habilitação (modelo do Anexo III do Edital) e ao recebimento dos Envelopes nº 1 (Proposta) e nº 2 (Habilitação), tendo declarado encerrado o prazo para recebimento dos envelopes às 14h22. O representante atendeu as exigências do Edital, restando credenciado. Continuando, passou-se à fase de abertura e análise da proposta da única Licitante, tendo sido as respectivas folhas rubricadas pelo Pregoeiro, pelos membros da Equipe de Apoio e, ainda, pelo credenciado. A Proposta foi analisada pelo Pregoeiro e pelos membros da Equipe de Apoio que verificaram a aceitabilidade, tendo, todavia, sido apontado ausência de macaco, triângulo, chave de rodas, manuais e extintor de incêndio. Sendo equipamentos obrigatórios, o credenciado informa que esses itens serão entregues com o automóvel objeto da licitação. Em seguida, foi efetuada a leitura, em voz alta, do valor ofertado. A proposta inicial foi no valor de R\$ 65.700,00 (sessenta e cinco mil e setecentos reais), pelo objeto automóvel SPIN LTZ 1.8, 07 LUGARES - AUTOMÁTICO, Ano 2014, Modelo 2015, Zero Quilômetro, cor Branca, bi combustível, e demais itens exigidos pelo Edital. Em razão da inexistência de outra licitante, em razão de a única licitante não se enquadrar na condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, e, por fim, pelo fato de não havendo nenhuma irregularidade na proposta apresentada, o Pregoeiro passou à negociação de preço com a licitante, a qual apresentou proposta reduzida no valor global de R\$ 65.500,00 (sessenta e cinco mil e quinhentos reais). Após, o Pregoeiro procedeu à abertura do envelope de Habilitação da única licitante. Os documentos apresentados foram analisados e rubricados por todos os presentes. A documentação estava em conformidade com o exigido no Edital, apenas fez-se consulta ao site da Receita Federal, quanto ao cadastro do CNPJ, pelo fato de o documento apresentado pela licitante ser cópia simples e apresentar diferença no layout. No mais, a licitante foi declarada habilitada e, portanto, DECLARADA VENCEDORA do certame. A Licitante vencedora foi cientificada de que tem o prazo estabelecido no Edital, após efetuado contato notificador, para a assinatura do Contrato. O Pregoeiro abriu espaço à licitante para apresentar possíveis impugnações. Não houve manifestação. A licitante desistiu ao prazo recursal. Por fim, o Pregoeiro decidiu ADJUDICAR

o objeto do certame à única licitante participante. Em seguida a sessão foi suspensa pelo prazo necessário à lavratura desta ATA. Reaberta a sessão, procedeu-se a leitura da mesma, que foi achada conforme. Nada mais havendo a tratar, o Pregoeiro encerrou a reunião às 15h40, cuja Ata vai assinada pelo Pregoeiro, Equipe de Apoio, e pelo credenciado da licitante, que permaneceram até o final dos trabalhos.

Jorge Luiz Matos de Oliveira
Pregoeiro

Elaine Cristina Wandalen
Membro da Equipe de Apoio

Marcelo Peterson Pereira
Membro da Equipe de Apoio

Pedro Paulo Schramm
Membro da Equipe de Apoio

Artur Hoppe
LICITANTE

SAMAE - GASP

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 66/2014 - SAMAE

EXTRATO
DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO: 66/2014

OBJETO: Contratação de empresa para elaboração de projeto elétrico, telefonia e informática para a nova sede.

CONTRATADO: COMÉRCIO DE MATERIAL ELÉTRICO SÃO JOSÉ LTDA. (08.720.381-0001-95).

VALOR TOTAL JULGADO: R\$ 14.740,00 (quatorze mil setecentos e quarenta reais)

DATA VIGÊNCIA: 04/12/2014

DATA VENCIMENTO: 31/01/2015

BASE LEGAL: Artigo 24, inciso I da Lei 8666/93.

Gaspar (SC), em 03 de dezembro de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO Nº71/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº71/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014. Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com autorização que lhe confere o art. 7º parágrafo 3 e 4, da Lei municipal de nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	47.000,00
12.306.0003.2.0008	Oferta de merenda escolar- Ensino Fundamental	21.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	21.000,00
(42)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	21.000,00
4.4.00.00.00.00	Investimentos	2.000,00
(45)4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	23.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de merenda escolar- Ensino Infantil	24.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas Correntes	24.000,00
(66)3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	24.000,00
Total		47.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	47.000,00
12.306.0003.2.0008	Oferta de merenda escolar- Ensino Fundamental	23.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas com Pessoal	23.000,00
(41)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	23.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	23.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de merenda escolar- Ensino Infantil	24.000,00
3.1.00.00.00.00	Outras Despesas com Pessoal	24.000,00

(66)3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	24.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	24.000,00
TOTAL		47.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 27 de Junho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº72/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº72/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei orçamentária anual de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com autorização que lhe confere o art. 31, § 2º, da Lei municipal de nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$280.000,00 (Duzentos e oitenta mil reais), por conta do provável excesso de arrecadação apurado na fonte de recursos 0.1.006.00.000 - recursos salário educação, apurado até o mês de maio de 2014, as dotações abaixo indicada:

13. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO		VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	280.000,00
12.361.0003.1.003	Ampliação da rede física de ensino fundamental	200.000,00
4.4.00.00.00	Investimentos	200.000,00
(188)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	200.000,00
12.361.0003.2.010	Fundamental e Manutenção do Ensino Fundamental	80.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00
(51)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.006.000000	Recursos Salário Educação	280.000,00
Total		280.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 27 de Junho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº073/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº073/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, §2, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 18.000,00 (Dezoito mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 0.1.001.00.000- Recursos ordinários, apurado até o mês de abril 2014, as dotação abaixo indicada:

13. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO		VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	18.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	3.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas de Pessoal	3.000,00
(200)3.1.90.00	Aplicações Diretas	3.000,00
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Fundamental	15.000,00
3.1.00.00.00	Outras Despesas de Pessoal	15.000,00
(41)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.1.001.00.000	Recursos impostos para MBE mínimo 25%	18.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 27 de Junho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 074/2014 - DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 074/2014.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, que o Município transporta diariamente cerca de mil e novecentos (1.900) alunos da rede de ensino;

CONSIDERANDO, que esse volume de alunos exige que o Município disponha de uma frota de seis (06) ônibus, dois (02) micro-ônibus, e sete (07) vans e um (01) veículo pequeno;

CONSIDERANDO, que o Município não possui um imóvel que com essas características;

CONSIDERANDO, que essa necessidade pública se caracteriza como de interesse social;

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de interesse social para fins de desapropriação, o terreno urbano de propriedade do senhor Assires de Melo Campos, portador do CPF n. 417.666.879-20. A área de 1.432,93m². Norte: com Rodovia Francisco Wollinger (SC-410), KM13, também denominada como Avenida Bela Vista; Leste: com Assires de Melo Campos, Manoel Valdevino Bittencourt; Heitor Luiz Soares; Sul: com Paulo César Cirilo e Assires de Melo Campos; e Oeste: com Pedro Sebastião Rosa.

Art. 2º - O terreno objeto da presente declaração de interesse social para fins de desapropriação se destina a garagem da frota de veículos da Secretaria Municipal de Educação e Cultural.

Art. 3º - Fica a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 066/2014.

Governador Celso Ramos (SC), 02 de julho de 2014.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 75/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 75/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 136.626,28 (Cento e trinta e seis mil seiscentos e vinte e seis reais e vinte e oito centavos), por conta do EXCESSO OU PROVAVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado nas respectivas fontes de recursos, 0.2.28.000143, 0.2.29.000159, 0.2.28.000164, 0.2.28.000148, 0.2.29.000158 as dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
1401.10.301.0004.2022	Ações com Agentes Comunitários de Saúde	70.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	70.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	70.000,00
0.2.28.000143	Agentes Comunitários de Saúde	70.000,00

1401.10.301.0004.2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.2.29.000159	Assistência Farmacêutica Básica	20.000,00

1401.10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	4.000,00
-----------------------	-------------------------------	----------

3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	4.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	4.000,00
0.2.28.000164	Piso Variável de Vigilância Sanitária – Parte FNS	4.000,00

1401.10.301.0004.2026	Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade	27.749,56
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	27.749,56
3.3.90.00	Aplicações Diretas	27.749,56
0.2.28.000148	Teto Financeiro	27.749,56

1401.10.301.0004.2026	Manut. das Ações de Média e Alta Complexidade	14.876,72
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.876,72
3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.876,72
0.2.29.000158	Rede Cegonha	14.876,72
Total		136.626,28

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, SC 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 76/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 76/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31º, § 2º, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 14.946,09 (quatorze mil novecentos e quarenta e seis reais e nove centavos), por conta do SUPERÁVIT FINANCEIRO apurado no Balanço do Exercício de 2013, nas respectivas fontes de Recursos, conforme dotações abaixo indicadas:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Secretaria da Saúde e Saneamento	
10.301.0004.2.026	Manutenção das Ações de Médias e Alta Complexidade	14.946,09
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	14.946,09
3.3.90.00	Aplicações Diretas	14.946,09
0.06.0029.000158	Recursos Vinculados	14.946,09
Total		14.946,09

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 077 /2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 077 /2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.
Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com autorização que lhe confere o art. 7º parágrafo 3 e 4, da Lei municipal de nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36.000,00
12.361.0003.2.010	Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	36.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	36.000,00
(51)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	36.000,00
0.1.0006.000000	Recursos Salário Educação	36.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	36.000,00
12.361.0003.2.010	Func. e Manutenção do Ensino Fundamental	36.000,00
4.4.90.00.00	Investimentos	36.000,00
(194)4.4.90.00.00	Aplicações Diretas	36.000,00
0.1.0006.000000	Recursos Salário Educação	36.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 78 /2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 78 /2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, §2, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil Reais), por conta do Excesso de Arrecadação apurado na fonte de Recursos 0.1.001.00.000- Recursos ordinários, apurado até o mês de Junho 2014, as dotação abaixo indicada:

13. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

CÓDIGO		VALOR
0701	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	40.000,00
12.365.0003.2.014	Func. Manutenção – Ensino Infantil	40.000,00
4.4.00.00	Investimentos	40.000,00
(73)4.4.90.00	Aplicações Diretas	40.000,00
0.1.001.00.000	Recursos impostos para MBE mínimo 25%	40.000,00
12.361.0003.2.010	Func. Manutenção – Ensino Fundamental	20.000,00
4.4.00.00	Investimentos	20.000,00
(52)4.4.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.1.001.00.000	Recursos impostos para MBE mínimo 25%	20.000,00
0901	SECRETARIA DE PESCA, MARICULTURA E AGRICULTURA	20.000,00
20.608.0007.2.051	Func. Manut da Secretaria Pesca, Maricultura e Agricultura.	20.000,00
3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
(144)3.3.90.00.00	Aplicações Diretas	20.000,00
TOTAL		80.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 079/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 079/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014. Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com autorização que lhe confere o art. 7º parágrafo 3 e 4, da Lei municipal de nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	7.000,00
04.121.0008.2.054	Função e Manut. da Secr. de Planej. Urbano e Meio Ambiente	7.000,00
4.4.00.00.00.00	Outros Investimentos	7.000,00
(31)4.4.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	7.000,00

SUPLEMENTAÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0501	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	7.000,00
04.121.0008.2.054	Função e Manut. da Secr. de Planej. Urbano e Meio Ambiente	7.000,00
3.3.00.00.00.00	Outras Despesas corrente	7.000,00
(30)3.3.00.00.00.00	Aplicações Diretas	7.000,00
0.1.000.0000	Recursos ordinários	7.000,00
TOTAL		7.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 80/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 80/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 66.000,00 (Sessenta e seis mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado nas respectivas fontes de recursos 00.01.0000.000000, 00.01.0001.000000 as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0801	Secretaria de Assistência Social	
0801.08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	16.000,00
3.3.50.00	Transf. A Instituições Privadas sem Fins Lucrativos	16.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	16.000,00
0701	Secretaria de Educação	
0701.12.361.0003.2.010	Funcionamento e Manut. do Ensino Fundamental	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	50.000,00
00.01.0001.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	50.000,00
Total		66.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 03 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 081/2014 - ESTABELECE LIMITAÇÃO DE EMPENHO E MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA SEGUNDO CRITÉRIOS ESTABELECIDOS NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 081/2014.

Estabelece limitação de empenho e movimentação financeira segundo critérios estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentária para 2014.

JULIANO DUARTE DE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no artigo 9º da Lei Complementar Federal nº 101/2000 - LRF e artigo 14 da Lei Municipal nº 911/2013 - LDO,

DECRETA:

Art. 1º. Fica bloqueado em R\$ 673.900,00 (Seiscentos e setenta e três mil e novecentos reais) e por consequência, limitado a emissão de empenho da despesa nas dotações abaixo indicadas, de forma a assegurar o equilíbrio de caixa em cada uma das fontes de recursos e o alcance das metas fiscais de resultado nominal e primário estabelecidas na LDO, conforme Demonstrativo da Avaliação do Cumprimento das Metas Bimestrais de Arrecadação até o 3º Bimestre de 2014 em anexo a este decreto:

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA

FONTE 0.1.04.000000 - Cosip - R\$ 269.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0201.15.452.0008.2062	Melhoria e Manutenção da Iluminação Pública	269.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	269.000,00

FONTE 0.1.05.000016 - Índice de Gestão Descentralizada - Bolsa Família - R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	400,00

FONTE 0.1.05.000017 - Piso Básica Fixo/PAIF - FMAS - R\$ 21.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.244.0006.2042	Functo. e Manutenção do FMAS	21.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	21.000,00

FONTE 0.1.05.000018 - Piso Básica Variável II - FMAS - R\$ 6.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0801.08.243.0006.2039	Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo	6.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	6.000,00

FONTE 0.1.07.000000 - Transferência Direta do FNDE - PDDE - R\$ 5.400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2010	Funcionamento e Manutenção do Ensino Fundamental	5.400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	5.400,00

FONTE 0.1.08.000032 - PNAE - Ensino Infantil - R\$ 400,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.306.0003.2009	Oferta de Merenda Escolar – Ensino Infantil	400,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	400,00

FONTE 0.1.09.000036 - PNATE - Ensino Fundamental - R\$ 2.800,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
0701.12.361.0003.2012	Manutenção do Transporte Escolar	2.800,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	2.800,00

FONTE 0.1.10.000000 - Cide - R\$ 3.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1201.15.452.0008.1023	Pavimentação de Ruas	3.600,00
4.4.90.00	Investimentos/Aplicação Direta	3.600,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

FONTE 0.2.27.000000 - Taxa de Fiscalização de Vigilância Sanitária - R\$ 5.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	5.700,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	5.700,00

FONTE 0.2.28.000141 - Piso de Atenção Básica Fixo - PAB Fixo - R\$ 54.700,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2020	Ações de Atenção Básica	54.700,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	54.700,00

FONTE 0.2.28.000142 - Saúde da Família - R\$ 66.900,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2021	Ações de Saúde da Família	66.900,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	66.900,00

FONTE 0.2.28.000144 - Saúde Bucal - R\$ 18.500,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2023	Ações Voltadas para Saúde da Família/Saúde Bucal	18.500,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	18.500,00

FONTE 0.2.28.000147 - Polos de Academia de Saúde - R\$ 30.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.1008	Implantação e Manutenção de Polos de Academia	30.000,00
4.4.90.00	Investimentos	30.000,00

FONTE 0.2.28.000152 - Incentivo de Qualificação das Ações da Dengue - R\$ 11.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.304.0004.2030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saúde – DST/HIV/AIDS	11.000,00
3.1.90.00	Pessoal e Encargos Sociais	11.000,00

FONTE 0.2.28.000155 - Componente Básico de Assistência Farmacêutica - R\$ 58.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1401.10.301.0004.2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	58.600,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	58.600,00

UNIDADE GESTORA FUNDO MUNICIPAL DE SAMAE

FONTE 0.2.36.000000 - Distribuição de Água - Público - R\$ 105.800,00

FONTE 0.2.36.000000 - Serviços de Ligação de Água - R\$ 1.500,00

FONTE 0.2.36.000000 - Outras Multas e Juros de Mora - R\$ 1.600,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.512.0004.1011	Ampliação e Melhoria da Rede de Esgoto	108.900,00
4.4.90.00	Obras e Instalações/ Aplicação Direta	108.900,00

FONTE 0.2.81.000127 - Remuneração de Depósitos Bancários - Samae - R\$ 11.000,00

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1501.17.122.0004.2031	Administração do SAMAE	11.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes/Aplicação Direta	11.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de julho de 2014.
JULIANO DUARTE CAMPOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 82/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 82/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014. Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1001	SECRET. DE DESENV ECONOMIC, TURISMO, CULT.ESP.LAZER	
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	74.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	74.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	74.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	74.000,00
1201	SECRET. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS	
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secret de Infra-Estrutura e Serv Publicos	105.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	105.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	105.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	105.000,00
Total		179.000,00

SUPLEMENTAÇÃO		
1001	SECRET DE DESENV ECONOMIC, TURISMO,CULT.ESP. LAZER	
27.812.0005.2.033	Apoio ao Esporte Amador	74.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	74.000,00
3.3.50.00	Transf a Instituições Privadas sem fins lucrativos	74.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	74.000,00
1201	SECRET. DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS	
14.451.0008.2.058	Manutenção da Secret de Infra-Estrutura e Serv Publicos	105.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	105.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	105.000,00

00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	105.000,00
Total		179.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 22 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 83/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 83/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 60.000,00 (Sessenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recurso 00.01.0000.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0401	SECRETARIA DA FAZENDA	
04.123.0002.2.007	Revitalização da Maquina Arrecadadora	
4.4.00.00	Outros Investimentos	60.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	60.000,00
00.01.0000.000000	Recursos Ordinários	60.000,00
Total		60.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos, 22 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 84/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 84/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recurso 02.00.28.000146, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
1401.10.301.0004.2.025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	42.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	42.000,00
02.0028.000146	Recursos Vinculados	42.000,00
1401.10.301.0004.2.025	Ações de Atenção Básica - Pmaq	
4.4.00.00	Outras Despesas Correntes	8.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	8.000,00
02.0028.000146	Recursos Vinculados	8.000,00
Total		50.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos, 22 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 85/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 85/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 90.440,00 (Noventa mil quatrocentos e quarenta reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Junho de 2014 na fonte de recursos 0.1.0018.000000 - Ações Urbanísticas, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra Estrutura e Serv Publicos	
15.453.0008.1.030	Construção de Abrigos de Passageiros	90.440,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	90.440,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	90.440,00
0.1.0018.000000	Ações Urbanísticas	90.440,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governado Celso Ramos, 22 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 86/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 86/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014. Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	41.800,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	41.800,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	41.800,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	10.000,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil	
4.4.00.00	Outros Investimentos	2.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	2.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	2.000,00
Total		53.800,00

SUPLEMENTAÇÃO

0701	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.306.0003.2.008	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Fundamental	
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	41.800,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	41.800,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	41.800,00
12.306.0003.2.009	Oferta de Merenda Escolar - Ensino Infantil	
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	12.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	12.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	12.000,00
Total		53.800,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 22 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 087/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 087/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 93.627,20 (noventa e três mil seiscentos e vinte e sete reais e dezenove centavos), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado até o final do mês de Julho de 2014 na fonte de recursos 0.1.19.000000 - Permissão para criação de solo, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
1401.10.301.0004.2019	Manutenção do FMS	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	77.127,19
3.3.90.00	Aplicações Diretas	77.127,19
0.1.19.000000	Permissão para Criação de Solo	77.127,19
4.4.00.00	Outros Investimentos	16.500,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	16.500,00
0.1.19.000000	Permissão para Criação de Solo	16.500,00
Total		93.627,19

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 88/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014.

DECRETO Nº 88/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recurso 00.01.0001.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	SECRETARIA DA EDUCAÇÃO	
12.361.0003.2.010	Funcionamento e Manut do Ensino Fundamental	
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	150.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	150.000,00
00.01.0001.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	150.000,00
Total		150.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 089/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº 089/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014.

Juliano Duarte Campos, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §4º e 3º, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saude	6.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	6.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	6.000,00
Total		6.000,00
SUPLEMENTAÇÃO		
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0004.2.030	Vigilância Epidem. e Ambiental de Saude	6.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.000,00

3.3.90.00	Aplicações Diretas	6.000,00
0.2.0028.000151	Recursos Vinculados	6.000,00
Total		6.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 30 de Julho de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 090/2014 - "CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL PARA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA EM MEIO ABERTO".

DECRETO Nº 090/2014

"Cria a Comissão Municipal para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa em meio aberto".

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente, instituída pela Lei nº 8.069/90;
CONSIDERANDO que o fato do adolescente se encontrar em conflito com a Lei não restringe a aplicação do princípio constitucional da prioridade absoluta, competindo ao Estado, à sociedade e à família dedicar a máxima atenção a estes adolescentes;
CONSIDERANDO a necessidade de definição do Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa em meio aberto.

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão Municipal para organização dos trabalhos de elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Medida Socioeducativa em meio aberto composta pelos seguintes membros:

Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania: Ellen Prim

Secretária Municipal de Educação e Cultura: Adilson Costa

Secretária Municipal de Saúde: Josué Ocker da Silva

Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Luciano Lisboa

Representante do Conselho Tutelar: Danila Nanci Marques

Art. 2º - A Comissão que se refere esse Decreto terá o prazo de 03 (três) meses para apresentação do resultado dos trabalhos;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Governador Celso Ramos/SC, 04 de agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos

Prefeito Municipal

DECRETO Nº091/2014 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014.

DECRETO Nº091/2014

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2014. Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, § 4 e 3, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária para 2013, Lei Municipal nº 912/2013:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.304.0004.2.029	Ações da Vigilância Sanitária	30.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	30.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.2.27.000000	Recursos Vinculados	30.000,00
Total		30.000,00
SUPLEMENTAÇÃO		
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.304.0004.2.029	Ações da Vigilância Sanitária	30.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	30.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	30.000,00
0.2.27.000000	Recursos Vinculados	30.000,00
Total		30.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 06 de Agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 092/2014 - DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº 092/2014.

DECLARA DE INTERESSE SOCIAL PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO, O IMÓVEL QUE INDICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, a Lei federal nº 9.433/1997, também conhecida como "Lei das Águas", que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos e criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos

Hídricos (Singreh);

CONSIDERANDO, a água é considerada um bem de domínio público e um recurso natural limitado, dotado de valor econômico; CONSIDERANDO, a gestão dos recursos hídricos deve proporcionar os usos múltiplos das águas, de forma descentralizada e participativa, contando com a participação do Poder Público, dos usuários e das comunidades.;

CONSIDERANDO, situações de escassez o uso prioritário da água é para o consumo humano e para a dessedentação de animais; CONSIDERANDO, que o Município de Governador Celso Ramos integra a Bacia hidrográfica do Rio Tijucas;

CONSIDERANDO, que por estar imóvel (terreno) situado em local esta situado a barragem de captação de água do Samae, que abastece as comunidades de Calheiros, Ganchos do Meio e Ganchos de Fora, havendo a necessidade de proteção do local. É de interesse do Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae), adquirir o imóvel (terreno) com o preço compatível com o praticado do mercado, segundo avaliação prévia - e respeitando o constante no artigo 24, da Lei 8.666/93,

CONSIDERANDO, que o terreno encontra-se em Área de Preservação Permanente (APP) e neste local há uma unidade de captação de água do Samae.

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarado de interesse social para fins de desapropriação, o terreno urbano de propriedade do senhor Anatalício Manoel Junckes, Lavrador, portador do CPF n. 083.112.939-53, casado com Margarida Maria Junckes, do lar, pelo regime de Comunhão Universal de Bens, anteriormente a Lei n. 6.515/77, brasileiros, registrados no registro de imóveis da Comarca de Biguaçu/SC, livro n. 02AK, folhas134, sob a matrícula n. 7.314. A área de 278.060,00m² (duzentos e setenta e oito mil e sessenta metros quadrados), medindo de largura, na frente, ao leste 360,00m, nos fundos, ao Oeste, 345,00m, a lateral Sul mede 326,00m, onde faz um repique para Norte em 25,00m, continuando até os fundos em 450,00m e a lateral Norte mede 786,00m, confrontando na frente com terras de posse do adquirente Anatalício Manoel Junckes, nos fundos com terras devolutas, pelo lado direito com Manoel Hipólito Fernandes e pelo lado esquerdo com José Ramos, cadastrado no Incra sob a matrícula n. 806.048.003.140, com área de 27,8Ha.

Art. 2º - O terreno objeto da presente declaração de interesse social para fins de desapropriação se destina ao Serviço Autônomo de Água e Esgoto (Samae).

Art. 3º - Fica a Assessoria Jurídica do Município autorizada a proceder, por via amigável ou judicial, mediante prévia avaliação, a desapropriação prevista neste decreto.

Art. 4º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 066/2014.

Governador Celso Ramos (SC), 06 de agosto de 2014.

Juliano Duarte CampOS

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 93/2014 - AUTORIZA A ABERTURA DE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2014

DECRETO Nº 93/2014

Autoriza a abertura de credito adicional suplementar na Lei Orçamentária para 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir credito adicional suplementar de até R\$ 570.000,00 (Quinhentos e Setenta Mil Reais) utilizando como fonte de recursos a anulação de dotação, conforme abaixo especificado:

REDUÇÃO

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.2.012	Manutenção do Transporte Escolar	400.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	400.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	400.000,00
0.1.0001.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	400.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.364.0003.2.013	Apoio aos Estudantes do Ensino Médio e Superior	80.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.0000.000000	Recursos Ordinários	80.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.366.0003.2.016	Funcionamento e Manutenção da Educação de Jovens e Adultos	90.000,00
3.1.00.00	Outras Despesas Pessoal	65.000,00
3.1.90.00	Aplicações Diretas	65.000,00
0.1.0001.000000	Recursos de Impostos p/ MDEB	65.000,00
3.3.90.00	Outras Despesas Correntes	25.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	25.000,00
0.1.0001.000000	Recurso do Imposto p/ MDEB	25.000,00
Total		570.000,00

Suplementação

0701	Secretaria de Educação	
12.365.0003.1.005	Ampliação de Rede Física de Ensino Infantil	200.000,00
4.4.90.00	Outros Investimentos	200.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00

0.1.0001.000000	Recurso do Imposto p/ MDEB	200.000,00
0701	Secretaria de Educação	
12.361.0003.1.003	Ampliação de Rede Física de Ensino Fundamental	200.000,00
4.4.90.00	Outros Investimentos	200.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	200.000,00
0.1.0001.000000	Recurso do Imposto p/ MDEB	200.000,00
0701		
12.361.0003.2.010	Funcionamento Manutenção do Ensino Fundamental	90.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	90.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	90.000,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	90.000,00
0701		
12.361.0003.2.010	Funcionamento de Manutenção Ensino Fundamental	80.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	80.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.0001.000000	Recursos de Imposto p/ MDEB	80.000,00
Total		570.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos/SC, 20 de Agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 094/2014 - NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 094/2014.

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão Permanente de Licitação deste Município, para o exercício de 2014, os seguintes servidores:

Como membros efetivos e sob a presidência do primeiro:

MARIANA DE SOUZA FERNANDES, ocupante de cargo em comissão.

LUCILIA LUZIA DOS SANTOS CAMPOS, ocupante de cargo efetivo, SINTIA ALBERTINA VENÂNCIO DOS SANTOS, ocupante de cargo efetivo,

KELLY CRISTINA PEIXOTO DOS SANTOS, ocupante de cargo em comissão.

Como membros suplentes:

JOSIANE PEREIRA MARTINS, ocupante de cargo em efetivo.
RICARDO LUIZ NAZÁRIO, ocupante de cargo em comissão.
Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 059/2014 de 06 de junho de 2014.

Governador Celso Ramos (SC), 06 de agosto de 2014.
Juliano Duarte CampOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 095/2014 - NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

DECRETO Nº 095/2014.
NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 77, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Conselho Municipal de Assistência Social do Município de Governador Celso Ramos, no período 2014/2015, os membros:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:

TITULAR: Sandra Gomes Ferreira, Secretária Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.
SUPLENTE: Maicon Alcides de Souza, Secretária Municipal de Saúde e Saneamento,
TITULAR: Maria das Neves Sagas, Secretária Municipal de Educação e Cultura.
SUPLENTE: Elias Ferreira Junior, Secretária Municipal de Administração,

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DA ÁREA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E ADOLESCENTE:

TITULAR: Suzana Elzita Sagas Stahelin.
SUPLENTE: Maria Helena Miranda.

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

TITULAR: Annelise Trenl Kruger.
SUPLENTE: Velonir Rost Oliveira.

TITULAR: Fernanda Catarina de Souza.
SUPLENTE: Felipe da Costa.

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto Nº 030 de 07 de março de 2013.

Governador Celso Ramos (SC), 14 de agosto de 2014.
Juliano Duarte CampOS
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 96/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014

DECRETO Nº 96/2014

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º - Fica suplementado em R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), por conta do EXCESSO DE ARRECADAÇÃO apurado na respectiva fonte de recursos 0.1.0000.000000, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1201	Secretaria de Infra Estrutura e Serv Públicos	
14.451.0008.2.058	Construção de Abrigos de Passageiros	80.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	80.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	80.000,00
0.1.0000.000000	Ações Urbanísticas	80.000,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	10.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	10.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.0000.000000	Ações Urbanísticas	10.000,00
0801	Secretaria de Assistência Social	
08.244.0006.2.042	Funcionamento e Manutenção do FMAS	10.000,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	10.000,00
4.4.90.00	Aplicações Diretas	10.000,00
0.1.0000.000000	Ações Urbanísticas	10.000,00
Total		100.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 14 de Agosto de 2014.
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 097/2014 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2014

DECRETO Nº 097/2014

Abre crédito adicional suplementar na Lei Orçamentária Anual de 2014.

Juliano Duarte CampOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal n.º 911/2013 - Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais), por conta do PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO na fonte de recurso 0.2.29.000159 Ações de Assistência Farmacêutica Básica, conforme relatório da apuração do excesso de arrecadação em anexo, a dotação abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.301.0004.2028	Ações de Assistência Farmacêutica Básica	20.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	20.000,00
3.3.90.00	Aplicações Diretas	20.000,00
0.2.29.000159	Assistência Farmacêutica Básica	20.000,00

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 20 de Agosto de 2014.

Juliano Duarte Campos

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO 69/2014

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE RETIFICOU A LICITAÇÃO ABAIXO:
PREGÃO PRESENCIAL 069/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMATIZAÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE SAÚDE DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

NOVA DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 16/12/2014 até às 14h00min.

NOVA DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 16/12/2014 às 14h30min.

OBSERVAÇÃO: A RETIFICAÇÃO OCORREU EXCLUSIVAMENTE NO CONTEÚDO DO ANEXO I.

Os interessados deverão retirar o edital retificado na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelso Ramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 03 de Dezembro de 2014.

Mariana de Souza Fernandes

PREGOEIRA

Guaramirim**PREFEITURA****EXTRATO DE ATA DE RP Nº109/2014 - PMG**

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 109/2014 - PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 114/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição de lâminas, parafusos com porcas e arruelas de pressão. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº113/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: G MAIOCHI LTDA, com sede na Rodovia 280, km 58, nº13.354, em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 84.091.974/0001-18. Valor: R\$ 91.977,00 (noventa e um mil novecentos e setenta e sete reais) Vigência: Início: 27/11/2014 Término: 26/11/2015.
Guaramirim - SC, 04 de dezembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº110/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 110/2014 - PMG PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição de tintas e materiais de pintura. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº112/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: COMERCIAL VITÓRIA LTDA - ME, com sede na rua wally emilia mohl, nº60, sala 02, em Jaraguá do Sul, SC, inscrita no cnpj/mf sob o nº 18.138.763/0001-69. Valor: R\$ 500,00 (quinhentos reais). Vigência: Início: 02/12/2014 Término: 01/12/2015.
Guaramirim - SC, 04 de dezembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE ATA DE RP Nº111/2014 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 111/2014 - PMG
PREGÃO PRESENCIAL N.º 112/2014
Objeto: Registro de preços para aquisição de tintas e materiais de pintura. Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº112/2014 - PMG Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim (SC). Fornecedor: MADEVIA LTDA - EPP, com sede na Rua Augusto Gneiding, nº810, bloco B, em Rio Negrinho, SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.197.303/0001-60; Valor: R\$ 76.510,00 (setenta e seis mil e quinhentos e dez reais) Vigência: Início: 02/12/2014 Término: 01/12/2015.
Guaramirim - SC, 04 de dezembro de 2014.
LAURO FRÖHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 445/2014

PORTARIA Nº 445/2014

NOMEIA membros para comporem o Conselho da Cidade de Guaramirim - CONCIDADE.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear membros para comporem o Conselho da Cidade de Guaramirim, abaixo relacionados:

I - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO URBANO

TITULAR: Jean Spezia

SUPLENTE: Frank Ricardo de Oliveira

II - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

TITULAR: Moacir José Mafra

SUPLENTE: Elvira Maria Radwanski

III - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

TITULAR: Carlos Alberto da Silva

SUPLENTE: Janaina Regina Ferreira

IV - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

TITULAR: Cenira Telma Weber Hohl

SUPLENTE: Claudia Roberta Chiodini

V - SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR: Antonio Alexandre de Azevedo

SUPLENTE: Adriana Rampon Stanguerlin de Andrade

VI - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E OBRAS

TITULAR: Diogo Junckes

SUPLENTE: Maurício Pianezzer

VII - SECRETARIA DE ESPORTE E LAZER

TITULAR: Romeu Butschardt Junior

SUPLENTE: Felipe José Bertoldi

VIII - SECRETARIA DE AGRICULTURA

TITULAR: Denilton José Malinski

SUPLENTE: Rosane Letícia Maffei

IX - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

TITULAR: Maria Rosângela dos Santos Kuskowski

SUPLENTE: Claudio Eduardo Maba

X - REPRESENTANTES DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

TITULAR: Jean Paulo Bazzani

SUPLENTE: Elizangela Girardi

XI - REPRESENTANTES DA SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA

TITULAR: José Olívio Papp

SUPLENTE: Dirceu Bernardi

XII - REPRESENTANTES DA DEFESA CIVIL

TITULAR: Alfredo Frasson

SUPLENTE: Daiane de Souza

XIII - CONSELHOS DE LÍDERES COMUNITÁRIOS - CLIC

TITULAR: Maria Amélia Rodrigues Wunderlich

SUPLENTE: Janice Maria Schollenberg

XIV - EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL - EPAGRI

TITULAR: Alcibaldo Pereira Germann

SUPLENTE: Luciano Tomaselli

XV - REPRESENTANTES EMPRESARIAIS DO MERCADO IMOBILIÁRIO

TITULAR: José Altair Weber

SUPLENTE: Renato Cesar Dias

XVI - REPRESENTANTES EMPRESARIAIS DO COMÉRCIO

TITULAR: Célio Ben Hur dos Santos

SUPLENTE: Paulo Germano Friedmann

XVII - REPRESENTANTES EMPRESARIAIS DA INDÚSTRIA

TITULAR: Nelson Krehnke

SUPLENTE: Rogério Souza Silva

XVIII - REPRESENTANTES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

TITULAR: Fernando Nilson da Silva

SUPLENTE: Murici Mirson Murara

XIX - ENTIDADES PROFISSIONAIS E DE CLASSE

TITULAR: Sérgio Victor Santini

SUPLENTE: Ricardo Rehnolt Meyer

XX - INSTITUIÇÕES ACADÊMICAS

TITULAR: Mario Sérgio Peixer Filho

SUPLENTE: Rosangela Cristina B. Weber

XXI - REPRESENTANTES DA 23ª SUBSEÇÃO DA OAB/SC

TITULAR: Robinson Felippi Ferreira

SUPLENTE: Kleiton Hilário Minatti

XXII - REPRESENTANTES CORPO DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS

TITULAR: Eduardo Cavagnoli

SUPLENTE: Ildemar Alves Lisboa

XXIII - REPRESENTANTES INDÚSTRIA PETROLÍFERA

TITULAR: Maurício Leite da Costa

SUPLENTE: Arquelau Estevão Bonifácio

XXIV - REPRESENTANTES DO CONSELHO DOS ARQUITETOS E URBANISTAS - CAU

TITULAR: Argeu Alisson Steckling

SUPLENTE: Geovani Satler

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº. 272/2014.

Guaramirim/SC, 03 de dezembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

PORTARIA Nº. 446/2014

PORTARIA Nº 446/2014
SUSPENDE os Processos Administrativos Disciplinares.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Decreto nº. 394/2014, que estabelece o período de férias coletivas nas repartições públicas municipais;

RESOLVE:

Art. 1º. Suspender todos os Processos Administrativos Disciplinares não finalizados, pelo período de 22 de dezembro de 2014, até 20 de janeiro de 2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 03 de dezembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

DECRETO Nº. 397/2014

DECRETO Nº. 397/2014
Abre crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cinquenta mil reais) constante do orçamento Municipal, a saber:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001
10.302.0006.2036
3339000000000000
10200 R\$ 150.000,00

Art. 2º. Os recursos para abertura do presente crédito suplementar provém da anulação dos itens abaixo relacionados:

17.00 - Hospital Municipal Santo Antônio
17.001
10.302.0006.2036
3319000000000000
10200 R\$ 150.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Guaramirim/SC, 28 de novembro de 2014.
Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretaria de Administração e Finanças

CONTRATO N. 30/2014

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARAMIRIM E A APAE DE GUARAMIRIM
Contrato nº. 030/2014

Contrato que entre si celebram o Município de Guaramirim/SC, através do Fundo Municipal de Saúde e a APAE do município de Guaramirim/SC, para prestação de serviços de assistência à saúde e atendimento ambulatorial aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS.

Pelo presente instrumento, de um lado o Município de Guaramirim, através do Fundo Municipal de Saúde, entidade de direito público, com sede em Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.293.409/0001-60, doravante denominada FMS, situada na Rua Henrique Friedmann, 415, Centro, Guaramirim/SC, neste ato representada pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. Jair Tomelin, brasileiro, divorciado, portador da cédula de identidade nº.487.449-8, expedida pela SSP/SC, e inscrito no CPF/MF sob nº. 247.213.959-49, residente no domicílio Rua Victor Bramorski nº. 312 ap.202 - Centro, Guaramirim/SC, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE, e de outro lado o(a) APAE Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 83.784.983/0001-21, com sede na Cidade de Guaramirim, Rua Pedro Graf nº 271, bairro: Avai, Guaramirim- SC, com Estatuto registrado no Registro Civil Títulos e documentos e Pessoas Jurídicas, sob o nº 75, Protocolo 762, Folhas 69, Livro A 2, e posteriores alterações, neste ato representado pelo seu representante legal Rogério Vonk, brasileiro, casado, Tenente Coronel PM, portador da cédula de identidade nº 1459.041, expedida pela SSP/SC, e inscrito(a) no CPF/MF sob nº 604.056.199-87, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Constituição Federal, em especial em seus artigos nº 196 a 200, as Leis Federais nº 8.080/90, nº 8142/90 e nº 8.666/93, suas respectivas alterações posteriores, a Portaria GM/MS nº 1.034/2010, o Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina, assim como demais disposições legais e regulamentares aplicáveis à espécie, da mesma forma, com base nos termos do Edital de Chamada Pública de Licitação nº 1.166/2013, publicado no DOE nº 19.578, do dia 20/05/2013, pág. 9; RESOLVEM celebrar o presente CONTRATO de prestação de serviços de assistência à saúde do Sistema Único de Saúde - SUS mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de saúde para atendimento/acompanhamento ambulatorial de pacientes em reabilitação do desenvolvimento neuropsicomotor aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, de acordo com as normas do SUS, sendo considerado Inexigibilidade de licitação. A dispensa de licitação não deve ser usada porque se refere somente a pessoa física, e os pacientes da APAE se caracterizam pela deficiência Intelectual e Física.

Parágrafo Único - Os serviços ora contratados estão referidos a uma base territorial populacional, com base na Programação Pactuada e Integrada - PPI da Assistência Ambulatorial e Plano Diretor

de Regionalização - PDR, sendo ofertados conforme parâmetros assistenciais, compatibilizando-se a demanda e disponibilidade de recursos financeiros do SUS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS JURÍDICOS E SITUAÇÃO CADASTRAL

Os serviços referidos na Cláusula Primeira serão executados pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de GUARAMIRIM com Alvará de Licença para Localização e Funcionamento sob nº. 397, expedido pela Prefeitura Municipal de Guaramirim e Alvará Sanitário sob nº. 390, expedido pela Vigilância Sanitária competente, e sob a responsabilidade técnica do(a) Wanderlise Jeanete Gili, registrado(a) no Conselho Regional de Assistência Social sob nº 1728.

§ 1º - No caso de mudança de endereço do estabelecimento da CONTRATADA, deverá ser prontamente comunicada à CONTRATANTE, a qual analisará a manutenção dos serviços ora contratados no novo endereço devidamente vistoriado, podendo rever as condições deste Contrato, e até mesmo rescindi-lo, se entender oportuno e/ou conveniente. Devendo ser providenciado pela CONTRATADA a solicitação de novo alvará.

§ 2º - O responsável técnico pelos serviços de diagnóstico e terapia deverá ser indicado pela CONTRATADA, sendo que sua alteração deverá ser comunicada, imediatamente, por escrito, à CONTRATANTE, para alteração cadastral, que poderá ou não aceitá-lo.

§ 3º - A CONTRATADA obriga-se a informar ao Gestor toda e qualquer alteração do ato constitutivo através da Ficha Cadastral de Estabelecimentos de Saúde - FCES, mantendo-a atualizada para fins de atualização do Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES;

§ 4º - A CONTRATANTE obriga-se a repassar as alterações ao SCNES, em tempo hábil;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

O presente Contrato será regido pelas seguintes condições gerais:

§ 1º - Os serviços ora contratados serão prestados diretamente por profissionais do estabelecimento da CONTRATADA e por profissionais admitidos em suas dependências, para prestar serviços.

§ 2º - É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para execução do objeto deste contrato, sendo:

I - com profissionais que tenham vínculo de emprego com a CONTRATADA, e/ou;

II - com profissionais autônomos, que eventual ou constantemente, prestem serviços à CONTRATADA, se por esta autorizado.

§ 3º - Equipara-se ao profissional autônomo, definido no inciso II do § 2º desta cláusula, a empresa, a cooperativa, o grupo, a sociedade ou conglomerado de profissionais que exerça atividade na área da saúde, formalizados com contratos de prestação de serviços.

§ 4º - Somente a CONTRATADA responde pelos encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações em nenhuma hipótese poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde, e ainda, a prestação dos serviços contratados não implica vínculo empregatício, nem exclusividade de colaboração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE;

§ 5º - Na execução dos serviços ambulatoriais do presente Contrato, os participantes deverão observar as seguintes condições:

I - É vedada a cobrança por serviços médicos ambulatoriais ao usuário do SUS, assim como outros complementares referente à assistência, seguindo o princípio da gratuidade;

II - A CONTRATADA responsabilizar-se-á administrativamente por cobrança indevida, feita ao usuário do SUS ou seu representante, por profissional empregado ou preposto, em razão da execução deste Contrato, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 6º - A CONTRATADA poderá manter Contrato ou outro

instrumento jurídico congênere com o Gestor Municipal, para a prestação de outros serviços não previstos neste Contrato, ou para repasse de recursos complementares ora definidos, assim, a assinatura do presente Contrato não prejudicará a validade dos Contratos eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

§ 7º - A assinatura do presente Contrato não prejudicará a vigência e validade dos instrumentos jurídicos eventualmente firmados entre o município e a CONTRATADA.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Para o cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se obriga:

§ 1º - Observar o encaminhamento e atendimento do usuário, de acordo com as regras estabelecidas para a referência e contra-referência, ressalvadas as situações de urgência.

§ 2º - Oferecer ao usuário os recursos necessários ao seu atendimento;

§ 3º - Colocar à disposição da CONTRATANTE, para prestação de atendimentos aos usuários do SUS, todos os serviços contidos no anexo I, obedecendo-o Princípio da Integralidade disponibilizando-os para regulação do Gestor Municipal e/ou Estadual;

§ 4º - Atender usuários com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, mantendo-se sempre a qualidade dos serviços prestados, de acordo com o que preconiza as normas do SUS e, em especial, seguir as diretrizes da PNH - Política Nacional de Humanização/Humaniza-SUS;

§ 5º - Afixar em local visível e de grande circulação de usuários aviso de sua condição de entidade integrante do SUS e da gratuidade dos serviços prestados nessa condição;

§ 6º - Manter as dependências em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento;

§ 7º - Garantir o encaminhamento aos Serviços Complementares de Diagnóstico e Terapia necessários ao tratamento que está sendo ofertado ao paciente, no limite dos serviços contidos no CNES;

§ 8º - Fornecer ao usuário ou ao seu responsável, relatório do atendimento prestado, onde conste, também, a inscrição: "Esta conta será paga com recursos públicos provenientes de seus impostos e contribuições sociais, sendo expressamente vedada à cobrança, diretamente do usuário, de qualquer valor, a qualquer título".

§ 9º - Manter cadastro dos usuários sempre atualizado, assim como prontuário dos pacientes e arquivos médicos, que permitam acompanhamento, controle e supervisão dos serviços;

§ 10 - Justificar ao usuário ou a seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste contrato;

§ 11 - Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem usuários para fins de experimentação;

§ 12 - Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar os serviços de saúde ofertados, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

§ 13 - A CONTRATADA estará submetida às novas legislações pertinentes editadas pelo Sistema Único de Saúde e/ou pelo Gestor local de saúde;

§ 14 - Os serviços contratados deverão estar de acordo com os critérios estabelecidos no Programa Nacional de Avaliação dos Serviços de Saúde - PNASS;

§ 15 - Garantir o acesso do Conselho de Saúde ao serviço contratado no exercício de seu poder de fiscalização;

§ 16 - Cumprir os critérios e as atribuições definidos no Manual de Normas Técnicas para Serviços de Reabilitação em Deficiência Mental e ou Autismo do Estado de Santa Catarina.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Para cumprir o objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se obriga:

§ 1º - Pagar mensalmente à CONTRATADA a importância referente aos serviços contratados, autorizados e realizados dentro do limite

definido na Clausula Sétima e em conformidade com a PPI da Assistência.

§ 2º - Exercer atividades de Controle, Avaliação e Auditoria na CONTRATADA, mediante procedimentos de supervisão direta ou indireta de acordo com as normas que regem o SUS.

§ 3º - Revisar semestralmente os serviços contratados, tendo como base os serviços realizados que excederem os limites previstos na Cláusula Sétima.

§ 4º - Elaborar Termos Aditivos em conformidade com as atualizações da PPI da Assistência, para tanto, serão considerados os resultados da revisão que trata o parágrafo anterior.

CLÁUSULA SEXTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, civil e criminalmente, as eventuais indenizações por danos causados aos usuários, órgãos do SUS ou terceiros, decorrentes de ação ou omissão voluntária, de negligência, imperícia ou imprudência, para o cumprimento do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único - A fiscalização e o acompanhamento da execução deste Contrato por órgãos do Ministério da Saúde e Secretaria de Estado da Saúde não excluem nem reduzem a responsabilidade civil da CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONTRATADA receberá, mensalmente, da CONTRATANTE R\$ 17.762,64 (dezesete mil setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e quatro centavos), para a cobertura dos serviços contratados, autorizados e efetivamente prestados, de acordo com o pactuado neste Contrato e em conformidade com a tabela do SUS vigente.

§ 1º - Os valores supracitados correspondem aos serviços contratados, porém, será repassado à CONTRATADA somente o valor mensal aprovado no SIA/SUS posteriormente à prestação dos serviços, ou seja, após produção, apresentação, aprovação, processamento e concomitantemente à respectiva transferência financeira do FNS.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

Os recursos orçamentários têm como origem à transferência fundo a fundo pelo Ministério da Saúde, classificados em receitas correntes/transferências pelo Fundo Estadual de Saúde.

§ 1º - A base para a construção dos valores aqui contratados é a Programação Pactuada Integrada - PPI da Assistência vigente, a série histórica e a tabela de valores e procedimentos do SUS.

§ 2º - As despesas decorrentes do presente Contrato serão atendidas por dotação orçamentária constante no exercício de 2014.

CLÁUSULA NONA - DA APRESENTAÇÃO DAS CONTAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O valor estipulado neste Contrato será pago da seguinte forma:

§ 1º - A CONTRATADA apresentará a produção dos serviços realizados, mensalmente à CONTRATANTE, por meio magnético de acordo com o Sistema SIA-SIH/SUS, obedecendo, para tanto, o procedimento, os prazos e o cronograma, estabelecido pelo Ministério da Saúde e CONTRATANTE.

§ 2º - A CONTRATANTE, revisará e processará os dados recebidos da CONTRATADA e seus documentos, procederá ao pagamento das ações, observando as diretrizes e normas emanadas pelo Ministério da Saúde e pela Secretaria de Estado da Saúde, nos termos das respectivas competências e atribuições legais;

§ 3º - A produção rejeitada pelo serviço de processamento de dados, ou pela conferência técnica e administrativa, será devolvida à CONTRATADA para as correções cabíveis, devendo ser reapresentada no prazo estabelecido pelo Ministério da Saúde. O documento reapresentado será acompanhado do correspondente documento original devidamente inutilizado por meio de carimbo, quando cabível;

§ 4º - Ocorrendo erro, falha ou falta de processamento da

produção, por culpa da CONTRATANTE, esta garantirá à CONTRATADA o pagamento, no prazo avençado neste Contrato, pelos valores do mês imediatamente anterior e que tenha sido validado pelas partes, acertando as diferenças que houver no pagamento seguinte, mas ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde, exonerados do pagamento de multas e sanções financeiras, assim como correção monetária dos créditos e outros acréscimos porventura incidentes nas diferenças apuradas;

§ 5º - Para fins de comprovar a apresentação das contas e observância dos prazos de pagamento, deverá ser entregue Recibo de Prestação de Serviços da CONTRATADA para a CONTRATANTE;

§ 6º - A CONTRATANTE, após revisão dos recibos efetuará o pagamento do valor apurado nos termos da Cláusula Sétima depositando-o à CONTRATADA em Conta Corrente do Banco do Brasil, sob nº 29.950-2, Agência 2095-8 de acordo com os prazos estipulados na Portaria GM/MS 3478/98.

§ 7º - O não cumprimento pelo Ministério da Saúde da obrigação de repassar os recursos correspondentes aos valores constantes deste Contrato não transfere para o CONTRATANTE a obrigação de pagar os serviços ora contratados, os quais são de responsabilidade do Ministério da Saúde para todos os efeitos legais.

§ 8º - A CONTRATADA responderá pelos encargos financeiros assumidos além do limite dos recursos que lhe são destinados, ficando a Secretaria de Estado da Saúde e o Ministério da Saúde exonerados do pagamento de eventual excesso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA

A execução do presente Contrato será avaliada pela CONTRATANTE, mediante procedimentos de supervisão local direta ou indireta, os quais observarão o cumprimento das cláusulas e condições ora estabelecidas e de quaisquer outros dados necessários ao controle e avaliação dos serviços prestados.

§ 1º - Poderá a qualquer tempo ser realizada auditoria pelos Gestores do SUS, de acordo com o Decreto Estadual nº 688, de 2 de outubro de 2007, publicado no DOE nº 18.219, que institui na Secretaria de Estado da Saúde, o Componente Estadual de Auditoria - CEA do Sistema Único de Saúde.

§ 2º - A CONTRATANTE efetuará vistorias nas instalações da CONTRATADA para verificar se persistem as mesmas condições técnicas básicas comprovadas por ocasião da assinatura deste Contrato.

§ 3º - A fiscalização exercida pela CONTRATANTE sobre serviços ora contratados não eximirá a CONTRATADA da sua plena responsabilidade perante a CONTRATANTE, ou para com os usuários e terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do Contrato.

§ 4º - A CONTRATADA facilitará o acompanhamento e a fiscalização permanente, pela CONTRATANTE, dos serviços e prestará todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelos auditores designados para tal fim.

§ 5º - Em qualquer hipótese é assegurado à CONTRATADA amplo direito de defesa, nos termos das normas gerais do Ministério da Saúde e da Lei Federal de licitações e contratos administrativos.

§ 6º - As contas serão objeto de análise pelos órgãos de Controle, Avaliação e Auditoria do SUS, que emitirão parecer conclusivo no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de tornar-se nula a rejeição, validada a conta e, conseqüentemente, remunerado o serviço no pagamento imediatamente subsequente, de acordo com a regulamentação do Sistema Estadual de Auditoria.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

A inobservância, pela CONTRATADA, de cláusula ou obrigação constante deste Contrato, ou de dever originado de norma legal ou regulamentar pertinente, autorizará a CONTRATANTE, garantida a prévia defesa, a aplicar, em cada caso, as sanções administrativas previstas nos artigos 86 e 87, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Da mesma forma, em conformidade com o art. 14 da Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), além das demais normas em vigor.

§ 1º - A imposição das penalidades previstas nesta cláusula

dependerá da gravidade do fato que as motivar, considerada sua avaliação na situação e circunstância objetiva em que ele ocorreu e dela será notificado a CONTRATADA.

§ 2º - A multa que vier a ser aplicada, será comunicada à CONTRATADA, e o respectivo montante será descontado pela CONTRATANTE, dos pagamentos devidos, ficando garantido o pleno direito de defesa em processo regular.

§ 3º - A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não ilidirá o direito da CONTRATANTE de exigir indenização integral do autor da infração pelos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do SUS, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal e/ou ética deste.

§ 4º - A violação ao disposto no inciso I, do § 4º, da Cláusula Terceira deste Contrato sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas nesta cláusula, ficando a CONTRATANTE autorizada a reter o valor indevidamente cobrado do montante devido à CONTRATADA, para fins de ressarcimento do usuário do SUS, por via administrativa, sem prejuízo do disposto § 5º desta Cláusula, assegurado o devido processo legal para identificação do responsável pela cobrança indevida.

§ 5º - As distorções verificadas através do Sistema Estadual de Auditoria de Saúde - SEAS, ficando comprovada cobrança indevida de procedimentos SIA ou SIH, serão objeto de Ordem de Recolhimento - OR em favor do Fundo Estadual de Saúde/SES, em conta específica e demais medidas administrativas que o fato requer.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A rescisão obedecerá às disposições contidas nos artigos 77 a 80, da Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações:

§ 1º - Todos os casos de rescisão contratual deverão ser oficialmente motivados, assegurado o contraditório e a ampla defesa;

§ 2º - A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa;

§ 3º - Qualquer uma das partes poderá solicitar rescisão contratual, devidamente formalizada a outra parte interessada, com 30 dias de antecedência contados a partir do recebimento da notificação;

§ 4º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATADA, se a interrupção das atividades em andamento puder causar prejuízo à população, A CONTRATANTE poderá exigir o prazo suplementar de até 120 dias para efetiva paralisação de prestação de serviços, além dos 30 dias previstos no parágrafo anterior. Se nestes prazos a CONTRATADA negligenciar a prestação dos serviços ora contratados sofrerá as penalidades previstas em lei;

§ 5º - A CONTRATADA poderá solicitar rescisão do presente Contrato no caso de descumprimento, pela CONTRATANTE, das obrigações aqui previstas, em especial, no caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos;

§ 6º - Em caso de rescisão do presente Contrato por parte da CONTRATANTE não caberá à CONTRATADA, direito a qualquer indenização, salvo o pagamento pelos serviços prestados até a data da rescisão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS RECURSOS PROCESSUAIS

Dos atos de rescisão deste Contrato praticados pela CONTRATANTE cabem à CONTRATADA:

§ 1º - Recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata;

§ 2º - Pedido de reconsideração de decisão da CONTRATANTE, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

§ 3º - A CONTRATANTE poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 5 (cinco) dias úteis, desde que o faça motivadamente diante de razões de interesse público.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

O prazo de vigência do presente Contrato é 12 de agosto de 2015, tendo por termo inicial a data de 13 de agosto de 2014, podendo

ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos de 12 meses, limitado a 60 (sessenta) meses.

§ 1º - A parte que não se interessar pela prorrogação contratual deverá comunicar a sua intenção, por escrito, à outra parte, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

§ 2º - A continuação da prestação de serviços nos exercícios financeiros subsequentes ao presente, fica condicionada à vigência dos respectivos créditos orçamentários.

§ 3º - O Termo Aditivo referente à prorrogação contratual de celebração obrigatória será acompanhada do Termo de Vistoria, onde constará se persistem as mesmas condições técnicas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

Qualquer alteração do presente Contrato será objeto de termo aditivo, na forma da legislação referente a licitações e contratos administrativos.

§ 1º - Os valores estipulados neste Contrato serão reajustados na mesma proporção dos reajustes concedidos pelo Ministério da Saúde, através de Termo Aditivo;

§ 2º - Qualquer alteração ou modificação que importe em diminuição da capacidade operativa da CONTRATADA poderá ensejar a não prorrogação deste Contrato ou a revisão das condições estipuladas, podendo ser acrescido ou suprimido em até 25% (vinte cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, em conformidade com o art. 65 § 1º da Lei 8.666/93;

§ 3º - Cabe Termo Aditivo em função do desenvolvimento tecnológico, elevando assim o grau de complexidade assistencial necessários ao SUS, desde que devidamente acordado entre as partes e pactuado com o Gestor de Saúde local.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado, por extrato, no Diário Oficial do Município, após sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro do município de Guaramirim/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente Contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E por estarem as partes justas e acordes, firmam o presente Contrato em 3 (três) vias de igual teor e forma para um único efeito, na presença de 2 (duas) testemunhas, abaixo assinadas.

Guaramirim, 13 de agosto de 2014.

JAIR TOMELIM	ROGÉRIO VONK
Secretário Municipal da Saúde CONTRATANTE	Presidente CONTRATADA

Testemunhas:

CHEILA PATRÍCIA ROHWEDER	JANDIRA VRÉS FREITAG
CPF nº 005.566.869-00	CPF nº 935.773.709-04

AVISO LICITACA 121 2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia - 121/2014
Tipo : Menor Preco - por itens
Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA DO CONTRAPI-SOE PISO DO CEI SANTINA SCHORCK, ATINGIDO PELA ENCHENTE DE JUNHO DE 2014.

Entrega dos Envelopes: 11/12/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 11/12/2014 às 09:15h
--

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 03/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 108 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão - 108/2014

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE ARTISTICO / EDUCATIVO, PARA ATENDER AS SECRETARIAS E FUNDOS DO MUNICIPIO.
--

Entrega dos Envelopes: 16/12/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 16/12/2014 às 09:15h
--

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 03/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 103 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 103/2014
--

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE MURO PARA C.E.I. ZILMA FLORES, LOCALIZADO NO BAIRRO AMIZADE, GUARAMIRIM SC.
--

Entrega dos Envelopes: 19/12/2014 às 13:00h

Abertura dos Envelopes: 19/12/2014 às 13:15h
--

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 1255, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 14:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-4433
--

GUARAMIRIM (SC), 03/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO LICITACAO 138 2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia - 138/2014
--

Tipo : Menor Preço - por itens

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA GERAL DA EMEF E PE VEREADOR ARMIN BYLAARDT.
--

Entrega dos Envelopes: 19/12/2014 às 09:00h

Abertura dos Envelopes: 19/12/2014 às 09:15h
--

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 03/12/2014.

LAURO FROHLICH

PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

LEI 2399/2014

LEI Nº 2.399/2014

EMENTA: ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO DE 2015

JOSÉ CARLOS FOIATTO, Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, Torna Público a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Os Orçamentos do Município de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2015, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 17.590.724,87 (Dezesseis milhões, quinhentos e noventa mil, setecentos e vinte e quatro reais e oitenta e sete centavos)

§ 1º O Orçamento da Prefeitura Municipal, estima a Receita em R\$ 16.356.501,03 (dezesseis milhões, trezentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e um reais e três centavos) e Fixa a Despesa em R\$ 13.449.721,03 (Treze milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e um reais e três centavos)

§ 2º O Orçamento do Fundo Municipal de Saúde do Município, estima a Receita em R\$ 979.800,76 (novecentos e setenta e nove mil, oitocentos reais e setenta e seis centavos) e fixa a Despesa em R\$ 2.500.080,76 (Dois milhões, quinhentos mil, oitenta reais e setenta e seis centavos)

§ 3º O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social do Município, estima a Receita em R\$ 254.423,08 (Duzentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) e fixa a Despesa em R\$ 1.024.423,08 (Um milhão, vinte e quatro mil, quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos)

§ 4º O Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores do Município, estima a receita em R\$ 0,00 (Zero reais) e fixa a Despesa em R\$ 616.500,00 (Seiscentos e dezesseis mil e quinhentos reais)

Art. 2º A Receita do Orçamento da Prefeitura Municipal, está estimada com a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES		13.560.200,00
- Receita Tributária	R\$.	1.287.000,00
- Receita de Contribuições	R\$.	150.000,00
- Receita Patrimonial	R\$.	27.900,00
- Receita de Serviços	R\$.	270.000,00
- Transferências Correntes	R\$.	11.736.200,00
- Outras Receitas Correntes	R\$.	89.100,00

RECEITAS DE CAPITAL	R\$.	2.796.301,03
- Alienação de Bens	R\$	80.000,00
- Transferências de Capital	R\$	2.716.301,03
TOTAL		16.356.501,03

Art. 3º As Despesas do Orçamento da Prefeitura Municipal, serão realizadas de acordo com as unidades orçamentárias com a seguinte classificação:

FUNÇÕES DE GOVERNO

	R\$	
- Administração	R\$	1.562.920,00
- Segurança Pública	R\$	69.600,00
- Assistência Social	R\$	50.000,00
- Educação	R\$	5.362.699,78
- Cultura	R\$	109.900,00
- Urbanismo	R\$	2.204.190,67
- Saneamento	R\$	75.100,00
- Agricultura	R\$	997.500,00
- Indústria	R\$	323.500,00
- Comunicações	R\$	220.000,00
- Transporte	R\$	1.594.450,00
- Desporto e Lazer	R\$	304.360,58
- Encargos Especiais	R\$	555.500,00
- Reserva de Contingência	R\$	20.000,00
TOTAL	R\$	13.449.721,03

Art. 4º A Receita do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, está estimada com a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES R\$ 879.800,76

- Receita Tributária R\$ 15.000,00
- Receita Patrimonial R\$ 8.500,00
- Transferências Correntes R\$ 856.300,76

RECEITAS DE CAPITAL	R\$.	100.000,00
- Transferências de Capital		

TOTAL R\$ 979.800,76

Art. 5º As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Saúde, serão realizadas de acordo com as unidades orçamentárias com a seguinte classificação:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- Fundo Municipal de Saúde R\$ 2.500.080,76

TOTAL R\$ 2.500.080,76

Art. 6º A Receita do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, está estimada com a seguinte classificação:

RECEITAS CORRENTES R\$ 246.107,08

- Receita Patrimonial R\$ 3.800,00
- Transferências Correntes R\$ 242.307,08

RECEITAS DE CAPITAL	RR\$.	
- Transferências de Capital		8.316,00

TOTAL R\$ 254.423,08

Art. 7º As Despesas do Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social, serão realizadas de acordo com as unidades orçamentárias com a seguinte classificação:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- Fundo Municipal de Assistência Social R\$ 944.423,08

- Habitação R\$ 80.000,00

TOTAL R\$ 1.024.423,08

Art. 8º A Receita do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, está estimada em R\$ 0,00 (Zero reais)

Art. 9º As Despesas do Orçamento da Câmara Municipal de Vereadores, serão realizadas de acordo com as unidades orçamentárias com a seguinte classificação:

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS

- Câmara Municipal de Vereadores R\$ 616.500,00

TOTAL R\$ 616.500,00

Art. 10. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Contratar Operações de Crédito, por antecipação da receita, as quais deverão ser liquidadas até o encerramento do exercício financeiro de 2015.

Art. 11. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, via Decreto, remanejar dotações orçamentárias de um elemento de despesa para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial.

Art. 12. Fica igualmente o Poder Executivo Municipal autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº. 4.320/64, a abrir Créditos Suplementares, via Decreto, até o limite de 80% (oitenta por cento) da receita estimada para o orçamento de cada uma das unidades gestoras, utilizando como fonte de recursos:

I - O Excesso ou Provável Excesso de Arrecadação, observada a tendência do exercício;

II - O Superávit Financeiro do exercício anterior.

Parágrafo 1º - Na ocorrência de Superávit Financeiro do exercício anterior, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado, via Decreto, a inserir novas fontes de recursos e suplementar as dotações orçamentárias já existentes no orçamento vigente, através de Créditos Adicionais Suplementares ou Especiais, até o limite máximo do superávit verificado, no Grupo de Fonte de Recursos Código 3 - Recursos do Tesouro - Exercícios Anteriores em atendimento a Portaria STN nº. 340/2006 e suas alterações posteriores.

Parágrafo 2º - Excluem-se desse limite, os créditos adicionais suplementares ou especiais, decorrentes de leis municipais específicas aprovadas durante o exercício.

Art. 13. Esta Lei entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL/SC, em 02 de dezembro de 2014.

JOSÉ CARLOS FOIATTO

Prefeito Municipal

Certificamos que a presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária Administração e Fazenda

EXTRATO DE CONTRATO - PREF 85

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 85/2014

PROCESSO LICITATORIO Nº. 64/2014 - TOMADA DE PREÇO Nº. 10/2014

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUARUJÁ DO SUL

CONTRATADO: GAIA RODOVIAS LTDA

OBJETO: Contratação de empresa para execução de Pavimentação Asfáltica em C.B.U.Q., sinalização e drenagem pluvial, com área total de 6.072,51 m² na Rua Maranhão, Rua Paraná e Rua Leo Rippel, município de Guarujá do Sul, em regime de empreitada global, objetivando a execução ao Contrato de Transferência nº. 2014TR003566 firmado entre o Estado de Santa Catarina, FUNDAM (Fundo Estadual de Apoio aos Municípios), BRDE (Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Oeste) e o Município de Guarujá do Sul.

VALOR TOTAL: R\$ 1.277.272,69

VIGENCIA: 31/12/2015.

Guarujá do Sul, SC, 03 de dezembro de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

DECRETOSMUNICIPAISNºS193_194_195_198_200

Decreto Municipal 193/2014

PROMOVE DESDOBRAMENTO DE LOTE URBANO

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e, em especial a Lei Municipal nº 753/87 de 07 de Agosto de 1987, em seu capítulo I, Artigo 2º, Parágrafo 3º e Art. 9º, alterado pela Lei 1.811/2006 de 24 de abril de 2006.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica AUTORIZADO o DESDOBRAMENTO do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (Hum mil metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, objeto da matrícula nº 5.188, do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São José do Cedro, SC. Com o parcelamento do solo as áreas passam a ter as seguintes descrições:

ÁREA PRIMITIVA: (MAT. 5.188)

LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 1.000,0m² (hum mil metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 20,0 metros;
OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros;
SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 20,0 metros;
LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

ÁREA DESDOBRADA

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), sem acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 30,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;

OESTE, Com a parte remanescente do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros.

SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;

LESTE, Com o Lote Urbano nº 231, medindo 50,0 metros.

Decreto Municipal 193/2014

ÁREA REMANESCENTE

Lote formado pela parte do LOTE URBANO NÚMERO 232 (duzentos e trinta e dois), da quadra nº. 86 (oitenta e seis), com área de 500,0m² (Quinhentos metros quadrados), com acessões, situado na Rua Rio Grande do Sul, na cidade de Guarujá do Sul, SC, localizado a 20,0m da esquina da Rua Rui Barbosa com a Rua Rio Grande do Sul, com as seguintes confrontações:

NORTE, Com a Chácara nº 13, medindo 10,0 metros;

OESTE, Com o Lote Urbano nº 233, medindo 50,0 metros.

SUL, Com a Rua Rio Grande do Sul, medindo 10,0 metros;

LESTE, Com a parte desdobrada do Lote Urbano nº 232, medindo 50,0 metros.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o decreto Administrativo nº 40/2014 de 17 de março de 2014, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em

10 de Novembro de 2014

63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 194/2014

DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 10 Inciso XIII e XIV, e artigo 63 Inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarada como ÁREA URBANA, o imóvel denominado de Chácara nºs 26 e 27, matriculadas no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 810, com área total de 72.400,0m², de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8.

Artigo 2º - O imóvel objeto deste, esta incluído no perímetro urbano municipal conforme Lei Municipal 2.394/2014 de 30 de Outubro de 2014, e possui características urbanas, porquanto, não possui requisitos necessários para atender os fins agrícolas.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,

em

10 de Novembro de 2014

63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 195/2014

DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 10 Inciso XIII e XIV, e artigo 63 Inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarada como ÁREA URBANA, o imóvel denominado de Chácara nº 01, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 11.903, com área 42.000,0m², de propriedade de Pedrinho Graeff e outros, CPF nº 526.451.509-34; de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8

Artigo 2º - O imóvel objeto deste, esta incluído no perímetro urbano municipal conforme Lei Municipal 2.140/2011 de 16 de setembro de 2011, e possui características urbanas, porquanto, não possui requisitos necessários para atender os fins agrícolas.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em

10 de Novembro de 2014

63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto

Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner

Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 198/2014

DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 10 Inciso XIII e XIV, e artigo 63 Inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarada como ÁREA URBANA, o imóvel denominado de Chácara nº 30, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 3.629, com

área 47.100,0m², de propriedade de Deolindo Claudino Gusatto e outros, CPF nº 065.369.729-53; de acordo com o mapa, memorial descritivo assinado pelo Técnico em Agrimensura Marcio Ramos de Oliveira, CREA/SC 22.200-8

Artigo 2º - O imóvel objeto deste, esta incluído no perímetro urbano municipal conforme Lei Municipal 1.966/2009 de 16 de abril de 2009, e possui características urbanas, porquanto, não possui requisitos necessários para atender os fins agrícolas.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em
18 de Novembro de 2014
63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.

José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

Decreto Municipal 200/2014

DECLARA IMÓVEL COMO ÁREA URBANA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere a Legislação em Vigor, e com fundamento no artigo 10 Inciso XIII e XIV, e artigo 63 Inciso XXII, da Lei Orgânica Municipal:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica declarada como ÁREA URBANA, o imóvel denominado de Chácara Rural nº 16, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de São José do Cedro, SC, sob nº 3.537, com área 5.760,0m², de propriedade do Município de Guarujá do Sul, SC, CNPJ sob nº 83.027.045/0001-87.

Artigo 2º - O imóvel objeto deste, esta incluído no perímetro urbano da sede da linha Arara, conforme Lei Municipal 353/1973 de 17 de Agosto de 1973, e possui características urbanas, porquanto, não possui requisitos necessários para atender os fins agrícolas.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor o presente Decreto Administrativo, na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC,
em 18 de Novembro de 2014, 63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal

- Certificamos que o presente Decreto Administrativo foi publicado e registrado nesta Secretaria em data Supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretária da Administração e Fazenda

LEI COMPLEMENTAR Nº 16_2014

Lei Complementar nº 16/2014

Altera artigos da Lei 1603/2002 de 23 de dezembro de 2002, e alterações posteriores, que dispõe sobre o Código Tributário do Município de Guarujá do Sul, e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Guarujá do Sul, Estado de Santa Catarina,

TORNA PÚBLICO a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores, votou, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 139 da Lei nº 1603/2002, de 23 de dezembro de 2002, alterado pelo Lei nº 1.944/2008 de 04 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a inclusão do inciso XII e parágrafo 6º:

"Art. 139. São Isentos do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbano - IPTU:

I -

II -

III -

IV -

V -

VI -

VII -

VIII -

IX -

X -

XI -

XII - O imóvel residencial unifamiliar cujo munícipe contribuinte, que comprovadamente seja portador e/ou tenha sob sua guarda e manutenção, portadores de Neoplasia Maligna (tumor maligno), Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), esclerose múltipla, cegueira, hanseníase, cardiopatia grave, doença de Paget, doença de Parkinson e Insuficiência Renal Crônica, com renda familiar de até 02 (dois) salários mínimos vigentes no País.

§ 1º

§ 2º

§ 3º

§ 4º

§ 5º

§ 6º Para a concessão da isenção de que trata o inciso XII, deste artigo, será concedida somente para um único imóvel do qual o portador da doença seja proprietário ou responsável pelo recolhimento do tributo municipal e/ou tenha sob sua guarda e manutenção portador de doença, e que seja utilizado exclusivamente como residência de sua família.

Art. 2º Para o exercício de 2015 o requerimento de isenção deverá ser apresentado entre 02 de Janeiro a 28 de Fevereiro do ano de 2015, observado o disposto no parágrafo único do art. 140 da Lei nº 1.603/2002, alterado pelo Lei nº 1.944/2008 de 04 de dezembro de 2008.

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GUARUJÁ DO SUL - SC
26 de Novembro de 2014
63º ano da Fundação e 52º ano da Instalação.
José Carlos Foiatto
Prefeito Municipal.

- Certifico que a Presente Lei foi publicada e registrada nesta Secretaria em data supra.

Rosa Isabel Montagner
Secretaria da Administração e Fazenda.

Herval d'Oeste

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1302/2014

PORTARIA Nº 1302/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d' Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER 20 (dez) dias de Férias não gozadas, conforme Portaria Nº. 825/2014, da Servidora MACLEISE MARINELO (Matr. 3589), ocupante do Cargo em Provimento Efetivo de Psicólogo, Nível - 12/1, Referência "A", 40 horas semanais, Anexo V da Lei Complementar Nº. 280/2011, referente ao período aquisitivo compreendido entre 02 de julho de 2012 e 01 de julho de 2013, para serem gozadas a partir de 02 de dezembro de 2014 a 21 de dezembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 02 de Dezembro de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.369/2014.

DECRETO Nº. 3.369/2014.

DECLARA DESERTO O CONCURSO DE REMOÇÃO REGULAMENTADO PELO EDITAL Nº. 013/4/2014/SMECE.

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 e com o Edital nº. 013/4/2014/SMECE,

Considerando, que foram abertas as inscrições para o Concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, em conformidade com a Lei Complementar nº 316/2013 e regulamentado pelo Edital nº 013/4/2014/SMECE;

Considerando, que o prazo para as inscrições do Concurso de Remoção aos membros do Magistério Público Municipal, encerrou-se no dia 26 de novembro de 2014, às 18h00min; tendo também dado por encerrado o prazo para interpor recurso administrativo em 27 de novembro de 2014, DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado deserto o concurso de remoção aos membros do Magistério Público Municipal, regulamentado pelo Edital nº. 013/4/2014/SMECE.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Herval d'Oeste (SC), 01 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

DECRETO Nº 3.370/2014.

DECRETO Nº 3.370/2014.

"NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DE HERVAL D'OESTE (SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

NELSON GUINDANI, Prefeito de Herval d' Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município, DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados, sem ônus para o Município, para comporem pelo mandato de 04 (quatro) anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos, o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DE HERVAL D'OESTE (SC), os cidadãos abaixo relacionados:

I - 01 REPRESENTANTE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Titular: KELLI CRISTINA WALDRIGUES MOHL

Suplente: SUSANA RODRIGUES BARBOSA

II - 02 REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Titular: MARIA MARGARETE BORDIN DA ROSA

Suplente: SIMARA PASINATO

Titular: GISELE BULH

Suplente: EDNA ALVES CASSIANO CANUTTO

III - 02 REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS

Titular: DENISE BACHIN

Suplente: CLEVENICE GONÇALVES

Titular: ISABEL C. DE ALMEIDA

Suplente: GESLAINE FERREIRA

IV - 02 REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

Titular: LUCAS ARENHART

Suplente: NELCINDO TREVISAN

Titular: ILDOMIR JOSÉ PARISE

Suplente: SIMONE APARECIDA RADAVELLI

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, e em especial o Decreto Municipal nº 2.868/2010.

Herval d'Oeste (SC), 02 de dezembro de 2014.

NELSON GUINDANI
Prefeito

Ibiam

PREFEITURA

PL 63 PMI

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 063/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de Seguro para veículos novos da Prefeitura Municipal de Ibiam,. Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo: 17/12/2014 até às 07:40 horas

Abertura dos envelopes: 17/12/2014 às 08:00 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 03 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

PL 64

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 064/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 046/2014

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de Seguro para veículo novo da Vigilância Sanitária do Município de Ibiam.

Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo: 17/12/2014 até às 07:40 horas

Abertura dos envelopes: 17/12/2014 às 09:30 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 03 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

PL 65

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 065/2014
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 047/2014

O MUNICÍPIO DE IBIAM/SC torna publico que fará realizar licitação na modalidade de Pregão Presencial para contratação de tendas e brinquedos infantis, para serem montados na praça municipal no evento natalino do dia 21/12/2014.

Entrega dos envelopes no Setor de Protocolo: 17/12/2014 até às 10:00 horas

Abertura dos envelopes: 17/12/2014 horas às 10:10 horas

Tipo de Avaliação: Menor Preço Global

Base legal: lei 10.520/02, Lei 8666/93 e suas alterações e LC 123/06 e LC 147/14.

O Edital e seus esclarecimentos poderão ser obtidos na Prefeitura de Ibiam, em dias úteis, de Segunda a Sexta - feira, das 07:00 as 13:00 horas, na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, nº 20, Fone (0**49)534-0044.

Ibiam, 03 de Novembro de 2014.

Clovis José Busatto

Prefeito Municipal de Ibiam

Imbituba

PREFEITURA

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE ERRATA DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

ERRATA

COMUNICAÇÃO: onde se lê "PROCESSO Nº 151/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 91/2014", referente ao comunicado de abertura do Pregão nº 98/2014, publicado no Diário Oficial dos Municípios, Edição do dia 02 de dezembro de 2014, ler-se-á "PROCESSO Nº 167/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2014".

Imbituba, 04 de dezembro de 2013.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

FMS 2014/03 - A/01

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/03 A01

Contratada: IMBITUBA COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.

C.N.P.J: 08.600.054/0001-08

Objeto: Acréscimo de 25% sobre o valor do contrato original.

Valor: R\$ 87.034,82

Prazo: 31/12/2014

Fundamento: Processo nº. 138/2013 Pregão nº90/2013

Imbituba, 02 de Dezembro de 2014.

Maria Martins dos Passos Souza

Secretária Municipal de Saúde

Contratante

João Alberto Gomes Domingos

Representante Legal

Contratada

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2014 (SEASH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 17/2014 - Pregão Presencial 12/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 (SEASH)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

SEASH

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 19/2014 - Pregão Presencial 13/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE SUSPENSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 96/2014 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

COMUNICAÇÃO:

A Prefeitura Municipal de Imbituba através de sua Pregoeira Oficial comunicam que fica SUSPENSA a abertura do Processo Licitatório 156/2014 - Pregão Presencial 96/2014 para revisão do edital.

Imbituba, 04 de dezembro de 2014.

Michelle Francine Pereira de Oliveira de Souza

Pregoeira Oficial

LEI Nº 4.481.2014

LEI Nº 4.481, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Executivo Municipal a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a conceder auxílio financeiro à Sociedade Amigos das Crianças e Dos Adolescentes - SAMCRAD, inscrita no CNPJ sob o nº 06.259.860/0001-20, a importância de até R\$ 15.000,00(quinze mil reais), para a realização do Natal Solidário.

Art. 2º A Sociedade Amigos das Crianças e dos Adolescentes - SAMCRAD prestará contas até 60 (sessenta) dias após o repasse da parcela pelo Poder Público Municipal.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 4º O Poder Público Municipal firmará termo de convênio com a Sociedade Amigos das Crianças e dos Adolescentes - SAMCRAD, cujo instrumento disciplinará as condições, formas e prazos do repasse, bem como das prestações de contas.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa

Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.482.2014

LEI Nº 4.482, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para reforço da dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0173)	Aplicações Diretas	4.000,00
Total		4.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.141		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0176)	Aplicações Diretas	4.000,00
Total		4.000,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.483.2014

LEI Nº 4.483, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais) para reforço das dotações orçamentárias como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	17.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0003)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		42.800,00

Art. 2 O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Construção de Postos Guarda Vidas		
06.182.0012-1.035		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas	42.800,00
Total		42.800,00

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

LEI Nº 4.484.2014

LEI Nº 4.484, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre a renúncia de bens públicos relativos ao Sistema Viário de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a renunciar os direitos sobre as obras implantadas pela extinta Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC, relativas ao Sistema Viário de Imbituba, constantes da Escritura Pública de Permuta lavrada no Livro nº 071, às fls. 127/129, do Tabelionato de Notas e Protesto de Títulos da Comarca de Imbituba, a saber:
I - VAP - Via Arterial Principal, com 5.520 metros de extensão e 10,50 metros de largura;
II - VAS - Via Arterial Secundária, com 7.760 metros de extensão e 10,00 metros de largura;
III - VÉU - Via Estrutural Urbana, com 1.180 metros de extensão e 9,50 metros de largura.

Parágrafo único. Além das obras referidas no parágrafo anterior, incluem-se as 5 (cinco) interseções codificadas como I-1; I-3; I-4; I-7 e I-8, inclusive as respectivas iluminação, sinalização, paisagismo, drenagem e urbanização.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a adotar todas as medidas legais cabíveis para a perfeita consecução da renúncia

autorizada por esta Lei.

Parágrafo único. De igual modo, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar todas as tratativas junto a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC, responsável pela Companhia de Distritos Industriais de Santa Catarina - CODISC, e ao Governo do Estado de Santa Catarina, para a plena assunção das referidas obras pelo ente federado, ante o domínio efetivo do bem público que o mesmo detém.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 299..2014

DECRETO PMI Nº 299, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.482, de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) para reforço da dotação orçamentária como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0173)	Aplicações Diretas	4.000,00
Total		4.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, conforme segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA – SECULT		
Reequipamento da Biblioteca Municipal		
13.392.0011-2.141		
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0176)	Aplicações Diretas	4.000,00
Total		4.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 300.2014

DECRETO PMI Nº 300, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.483, de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA;

Art. 1º Fica autorizada a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 42.800,00 (quarenta e dois mil e oitocentos reais) para reforço das dotações orçamentárias como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Manutenção das atividades do FUNREBOM		
06.182.0012-2.086		
3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0002)	Aplicações Diretas	17.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0003)	Aplicações Diretas	25.000,00
Total		42.800,00

Art. 2 O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação total da dotação orçamentária, conforme segue:

FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE IMBITUBA - FUNREBOM		
Construção de Postos Guarda Vidas		
06.182.0012-1.035		
4.4.90.00.00.00.00.00.00.01.0000 (0001)	Aplicações Diretas	42.800,00
Total		42.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

PORTARIA PMI Nº 15.2014

PORTARIA PMI Nº 15, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nomeia os membros da Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 4.286, de 12 de novembro de 2013,

Considerando o Ofício SESPORTE nº 0070, de 24 de novembro de 2014, que indicou os membros titulares e suplentes do Poder Público, e

Considerando a reunião realizada em 02 de dezembro de 2014,

que escolheu a Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados para compor a Comissão Municipal de Incentivo ao Esporte - CMIE, os seguintes membros titulares e suplentes:

I - Representantes do Poder Público:

Titulares	Suplentes
Nazareno Heleodoro de Souza	Fernando Campos
Jardel Guimarães Gonçalves	Ariosvaldo do Nascimento
Lourival Horácio	Nilo Pittigliani de Carvalho

II - Representantes da Sociedade Civil:

Titulares	Suplentes
Leonardo Fraga Teixeira	Madison Martins
Miguel da Silva Oliveira	Fabio da Rosa Batista
Neyr José da Rosa Leão	Fabio de Carvalho

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 02 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registra-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 293.2014

DECRETO PMI Nº 293, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba, Fundo Municipal de Saúde de Imbituba e Fundo Municipal de Saneamento de Imbituba dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.479, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão e seiscentos e oitenta mil reais) para reforço dos seguintes itens orçamentários, como segue:

SECRETARIA DE GOVERNO		
Manutenção da Secretaria de Governo		
04.122.0002-2.002		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0001 (0037)	Aplicações Diretas	600.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE URBANA		

Manutenção da SEINFRA		
15.451.0007-2.017		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0082)	Aplicações Diretas	100.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO		
Manutenção da Sedtur		
23.122.0008-2.026		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0112)	Aplicações Diretas	50.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DESENV. ECONOMICO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDES		
04.122.0007-2.132		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0147)	Aplicações Diretas	30.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES E LAZER – SESPORTE		
Manutenção da SESPORTE		
27.812.0010-2.134		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0162)	Aplicações Diretas	50.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IMBITUBA		
Manutenção da Atenção Básica		
10.301.0014-2.121		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0002 (0034)	Aplicações Diretas	800.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SEC. MUN. DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTÁVEL		
Manutenção da SEDURB		
15.451.0007-2.031		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0119)	Aplicações Diretas	100.000,00
SEC. MUN. DE CULTURA – SECULT		
Manutenção da SECULT		
13.392.0011-2.139		
3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0172)	Aplicações Diretas	100.000,00
FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO DE IMBITUBA		
Água Limpa para Todos		
17.512.0007-1.020		
4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	1.480.000,00
Total		1.680.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 294.2014

DECRETO PMI Nº 294, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.480, de 28 de novembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 147.800,00 (cento e quarenta e sete mil e oitocentos reais) para reforço do seguinte item orçamentário, como segue:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.1.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0034)	Aplicações Diretas	147.800,00
Total		147.800,00

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA		
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO		
Manutenção do FUNDEB		
12.361.0009-2.007		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0035)	Aplicações Diretas	70.000,00
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0036)	Aplicações Diretas	42.800,00
Manutenção da Educação Infantil – Creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0041)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0043)	Aplicações Diretas	5.000,00
Manutenção da Educação Infantil – Pré-Escola		
12.365.0009-2.147		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0067)	Aplicações Diretas	12.500,00
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0019 (0070)	Aplicações Diretas	5.000,00
Total		147.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 28 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 296.2014

DECRETO PMI Nº 296, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 79.457,78 (setenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e setenta e oito centavos), para reforço da dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO – SEDUC		
Manutenção da Educação Infantil - Creches		
12.365.0009-2.008		
3.3.50.00.00.00.00.0.1.0001 (0039)	Transf. a Instit. Priv. s/ fins Lucr.	79.457,78
Total		79.457,78

Art. 2º O Crédito Adicional Suplementar aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do excesso de arrecadação de recursos próprios apurados no exercício de 2014.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 1º de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 297.2014

DECRETO PMI Nº 297, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0002)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Manutenção do Fundo de Trânsito		
06.181.0017-2.044		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0001)	Aplicações Diretas	8.000,00
Total		8.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 298.2014

DECRETO PMI Nº 298, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei nº 4.287, de 27 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais), para reforço da seguinte dotação orçamentária, como segue:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE-SDR/N		
Manutenção da SDR/Norte		
04.122.0007-2.041		
3.3.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0130)	Aplicações Diretas	8.800,00
Total		8.800,00

Art. 2º Os recursos para suprir o Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo 1º correrão por conta da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NORTE-SDR/N		
Manutenção da SDR/Norte		
04.122.0007-2.041		
4.4.90.00.00.00.00.0.1.0000 (0131)	Aplicações Diretas	8.800,00
Total		8.800,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 2 de dezembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

DECRETO PMI Nº 286.2014

DECRETO PMI Nº 286, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas municipais e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 93, Inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo, nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2014, para todos os órgãos municipais, em razão dos feriados nacionais de Natal e Ano Novo, respectivamente.

Art. 2º Nas datas estabelecidas como ponto facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde e da Secretaria Municipal de Infraestrutura, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º A carga horária suspensa nos dias supracitados, deverá ser compensada, na fração de 01 (uma) hora por dia, sob responsabilidade do Secretário do posto devido, durante o período de 5 de janeiro a 30 de abril de 2015.

Parágrafo único. Alternativamente, por decisão do Secretário de cada pasta, a carga horária suspensa, poderá ser compensada com descontos nas próximas férias regulamentares a que o servidor tiver direito.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 27 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

DECRETO PMI Nº 287.2014

DECRETO PMI Nº 287, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014.

Fixa o calendário dos feriados e pontos facultativos para os órgãos e as entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso das atribuições privativas que lhe confere o art. 32, I e art. 93, VII, da Lei Orgânica do Município de Imbituba, e

CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 9.093, de 12 de setembro de 1995, que dispõe sobre feriados;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Estadual nº 10.306, de 26 de dezembro de 1996, que institui a data magna do Estado de Santa Catarina; e

CONSIDERANDO o que estabelece a Lei Municipal nº 144, de 21

de março de 1967, que dispôs sobre Feriados Religiosos Municipais,

DECRETA:

Art. 1º Fica fixado o calendário dos feriados e pontos facultativos do período compreendido entre os dias 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2015 para os órgãos e as entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal:

I - JANEIRO:

- a) 1º (quinta-feira) - Confraternização Universal: feriado nacional;
- b) 2 (sexta-feira) - Interregno intervalar do feriado de Confraternização Universal: ponto facultativo.

II - FEVEREIRO:

- a) 16 (segunda-feira) - Carnaval: ponto facultativo;
- b) 17 (terça-feira) - Carnaval: ponto facultativo.

III - ABRIL:

- a) 3 (sexta-feira) -Sexta-Feira da Paixão (Paixão de Cristo): feriado nacional e municipal;
- b) 20 (segunda-feira) - Interregno intervalar do feriado de Tiradentes: ponto facultativo;
- c) 21 (terça-feira) - Tiradentes: feriado nacional.

IV - MAIO:

- a) 1º (quinta-feira) - Dia do Trabalhador: feriado nacional.

V - JUNHO:

- a) 4 (quinta-feira) - Corpo de Deus (Corpus Christi): feriado municipal;
- b) 5 (sexta-feira) - Interregno intervalar do feriado de Corpus Christi: ponto facultativo;
- c) 21 (domingo) - Emancipação Político-Administrativa do Município.

VI -AGOSTO:

- a) 11 (terça-feira) - Data Magna do Estado de Santa Catarina.

VII - SETEMBRO:

- a) 7 (segunda-feira) - Independência do Brasil: feriado nacional.

VIII - OUTUBRO:

- a) 12 (segunda-feira) - Nossa Senhora Aparecida: feriado nacional;
- b) 15 (quinta-feira) - Dia do Professor: ponto facultativo nas escolas públicas municipais;
- c) 16 (sexta-feira) - Antecipação do Dia do Servidor Público: ponto facultativo.

IX - NOVEMBRO

- a) 2 (segunda-feira) - Finados: feriado municipal;
- b) 15 (domingo) - Proclamação da República: feriado nacional;
- c) 25 (quarta-feira) - Dia de Santa Catarina de Alexandria: data comemorativa estadual.

X - DEZEMBRO

- a) 7 (segunda-feira) Interregno intervalar do feriado de Nossa Senhora da Conceição: ponto facultativo;
- b) 8 (terça-feira) - Nossa Senhora da Conceição: feriado municipal
- c) 24 (quinta-feira) - Véspera do Natal: ponto facultativo;
- d) 25 (sexta-feira) - Natal: feriado nacional;
- e) 31 (quinta-feira) - Véspera do Ano Novo: ponto facultativo.

Parágrafo único. Não se aplicam aos órgãos e às entidades da Administração Direta do Poder Executivo Municipal os pontos facultativos estabelecidos pelos governos federal e estadual.

Art. 2º Nas datas estabelecidas como ponto facultativo, os serviços considerados essenciais, bem como a programação, da Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, e da

Secretaria Municipal de Infraestrutura, ficam a cargo dos respectivos secretários.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Imbituba, 27 de novembro de 2014.

Jaison Cardoso de Souza

Prefeito de Imbituba

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin

Secretário Municipal de Governo

Indaial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 266/2014

MUNICIPIO DE INDAIAL

Licitatório nº 266/2014.

Pregão Presencial nº 102/2014-10430

Objeto: Aquisição e instalação de divisórias modulares para Secretaria de Educação.

Entrega dos envelopes: 18/12/2014 as 15:45h.

Abertura das propostas: 18/12/2014 as 16:00h

Local: Avenida Getúlio Vargas, 126, Setor de Licitações.

Local para obtenção do Edital: o mesmo.

Maiores informações: (47) 3317 8856 ou 3317 8904

licitador@indaial.sc.gov.br - licitadora@indaial.sc.gov.br

www.indaial.sc.gov.br

Sérgio Almir dos Santos

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 209/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 209/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAW1100	8789044572	7455/0	31/10/2014	218 * I
ADF2860	8789044308	7455/0	25/10/2014	218 * I
AEH4230	8789044686	7455/0	04/11/2014	218 * I
AJX6332	8789044073	7463/0	19/10/2014	218 * II
AJX6332	8789044074	7463/0	19/10/2014	218 * II
ALI2040	8789044071	7455/0	19/10/2014	218 * I
ANH0189	8789044314	7455/0	25/10/2014	218 * I
AON2848	8789044724	7463/0	05/11/2014	218 * II
BRK3694	8789044345	7455/0	26/10/2014	218 * I
BRK3694	8789044690	7455/0	04/11/2014	218 * I
BZD8119	8789044413	7455/0	27/10/2014	218 * I
CAF0776	8789044062	7455/0	19/10/2014	218 * I
CPD0670	8789044436	7455/0	28/10/2014	218 * I
CQF4481	8789044582	7455/0	01/11/2014	218 * I
CRL5973	8789043501	7455/0	02/10/2014	218 * I
CRL5973	8789043502	7455/0	02/10/2014	218 * I
FMT5599	8789044049	7455/0	18/10/2014	218 * I
GRR6920	8789044285	7455/0	25/10/2014	218 * I
GSJ2600	8789044145	7455/0	21/10/2014	218 * I
GWB6218	8789044608	7455/0	01/11/2014	218 * I
HCL2937	8789044549	7455/0	30/10/2014	218 * I
HSE7576	8789044311	7455/0	25/10/2014	218 * I
ICJ2711	8789044646	7455/0	03/11/2014	218 * I
ICL5940	8789044082	7463/0	19/10/2014	218 * II
KEO8950	8789044322	7455/0	25/10/2014	218 * I
LNR6135	8789044153	7455/0	21/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LWS6717	8789044155	7455/0	21/10/2014	218 * I
LWS6717	8789044156	7455/0	21/10/2014	218 * I
LXG9586	8789043639	7455/0	06/10/2014	218 * I
LXL2854	8789044336	7471/0	26/10/2014	218 * III
LXL2854	8789044337	7471/0	26/10/2014	218 * III
LXN6544	8789044302	7455/0	25/10/2014	218 * I
LYC2278	8789044401	7455/0	27/10/2014	218 * I
LYE6928	8789044587	7455/0	01/11/2014	218 * I
LYF9621	8789043603	7455/0	05/10/2014	218 * I
LYM2828	8789044645	7455/0	03/11/2014	218 * I
LYT3820	8789043414	7455/0	29/09/2014	218 * I
LZV3907	8789044276	7455/0	24/10/2014	218 * I
LZZ9064	8789044087	7455/0	19/10/2014	218 * I
MAH2336	8789044083	7455/0	19/10/2014	218 * I
MAJ6504	8789044197	7455/0	23/10/2014	218 * I
MAO8162	8789044328	7455/0	25/10/2014	218 * I
MAU7352	8789044286	7455/0	25/10/2014	218 * I
MAV1754	8789044313	7455/0	25/10/2014	218 * I
MAY7827	8789044726	7455/0	05/11/2014	218 * I
MBE6024	8789044057	7455/0	19/10/2014	218 * I
MBF6445	8789043474	7455/0	01/10/2014	218 * I
MBF8305	8789044289	7455/0	25/10/2014	218 * I
MBN4137	8789044123	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBN9413	8789044552	7455/0	31/10/2014	218 * I
MBS6507	8789044291	7455/0	25/10/2014	218 * I
MBT6742	8789044109	7455/0	20/10/2014	218 * I
MBU5520	8789044338	7455/0	26/10/2014	218 * I
MBW9570	8789044317	7455/0	25/10/2014	218 * I
MBZ5529	8789044574	7455/0	31/10/2014	218 * I
MCA4414	8789044404	7455/0	27/10/2014	218 * I
MCI3363	8789044627	7455/0	02/11/2014	218 * I
MCK8580	8789043512	7455/0	02/10/2014	218 * I
MCL5967	8789044578	7455/0	31/10/2014	218 * I
MCO1357	8789044588	7463/0	01/11/2014	218 * II
MCT8775	8789044061	7455/0	19/10/2014	218 * I
MCX5301	8789043573	7455/0	04/10/2014	218 * I
MDC9427	8789044442	7455/0	28/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MDE6314	8789044721	7455/0	05/11/2014	218 * I
MDI1194	8789044339	7455/0	26/10/2014	218 * I
MDR1416	8789044615	7455/0	01/11/2014	218 * I
MDR6340	8789043319	7455/0	26/09/2014	218 * I
MDW0045	8789044636	7455/0	02/11/2014	218 * I
MDY0892	8789044185	7463/0	22/10/2014	218 * II
MDY4964	8789044032	7455/0	18/10/2014	218 * I
MEG4645	8789044243	7455/0	24/10/2014	218 * I
MEG4922	8789044604	7455/0	01/11/2014	218 * I
MEK5965	8789044041	7455/0	18/10/2014	218 * I
MEK5965	8789044323	7455/0	25/10/2014	218 * I
MEK6665	8789044350	7455/0	26/10/2014	218 * I
MET0225	8789044415	7455/0	27/10/2014	218 * I
MET6508	8789044327	7455/0	25/10/2014	218 * I
MFA7416	8789044019	7463/0	18/10/2014	218 * II
MFB0426	8789044027	7455/0	18/10/2014	218 * I
MFB9443	8789044551	7471/0	30/10/2014	218 * III
MFF7753	8789044353	7455/0	26/10/2014	218 * I
MFK5326	8789044115	7455/0	20/10/2014	218 * I
MFU0896	8789044347	7463/0	26/10/2014	218 * II
MFW1181	8789044515	7455/0	30/10/2014	218 * I
MFW1846	8789044199	7455/0	23/10/2014	218 * I
MGH4050	8789044385	7455/0	27/10/2014	218 * I
MGL7103	8789044614	7455/0	01/11/2014	218 * I
MGR2494	8789044443	7471/0	28/10/2014	218 * III
MHH1977	8789044267	7455/0	24/10/2014	218 * I
MHK7476	8789043621	7455/0	06/10/2014	218 * I
MHM6292	8789044595	7455/0	01/11/2014	218 * I
MHO1350	8789044685	7455/0	04/11/2014	218 * I
MHP5931	8789044371	7455/0	26/10/2014	218 * I
MHQ9255	8789043290	7455/0	26/09/2014	218 * I
MHQ9255	8789043419	7455/0	29/09/2014	218 * I
MHT1626	8789043337	7455/0	27/09/2014	218 * I
MHX1465	8789044290	7455/0	25/10/2014	218 * I
MIB8166	8789044507	7455/0	29/10/2014	218 * I
MIK8007	8789044044	7455/0	18/10/2014	218 * I
MIL1063	8789044458	7455/0	28/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIL9873	8789044410	7455/0	27/10/2014	218 * I
MIO8549	8789044383	7455/0	27/10/2014	218 * I
MIV2653	8789044673	7455/0	03/11/2014	218 * I
MIZ2798	8789044260	7455/0	24/10/2014	218 * I
MJA9944	8789044687	7455/0	04/11/2014	218 * I
MJC7192	8789044412	7455/0	27/10/2014	218 * I
MJK6674	8789044283	7455/0	24/10/2014	218 * I
MJM8920	8789044648	7455/0	03/11/2014	218 * I
MJP9001	8789044575	7455/0	31/10/2014	218 * I
MKD2761	8789044457	7455/0	28/10/2014	218 * I
MKD6622	8789044266	7455/0	24/10/2014	218 * I
MKE4968	8789043482	7455/0	01/10/2014	218 * I
MKI5633	8789044421	7455/0	27/10/2014	218 * I
MKJ7965	8789044454	7455/0	28/10/2014	218 * I
MKM3495	8789044521	7455/0	30/10/2014	218 * I
MKO3490	8789043473	7455/0	01/10/2014	218 * I
MKP4020	8789044346	7455/0	26/10/2014	218 * I
MKQ3276	8789044300	7455/0	25/10/2014	218 * I
MKT0447	8789044511	7455/0	30/10/2014	218 * I
MLB3206	8789044231	7463/0	23/10/2014	218 * II
MLB4601	8789044701	7463/0	05/11/2014	218 * II
MLG3182	8789044050	7455/0	18/10/2014	218 * I
MLM3548	8789044660	7455/0	03/11/2014	218 * I
MLP4921	8789044369	7455/0	26/10/2014	218 * I
MLR8877	8789044163	7455/0	21/10/2014	218 * I
MMF0772	8789044099	7455/0	20/10/2014	218 * I
MMI9552	8789044618	7455/0	01/11/2014	218 * I
MML9020	8789044034	7455/0	18/10/2014	218 * I
MMM4727	8789044593	7455/0	01/11/2014	218 * I
MYD7487	8789044600	7455/0	01/11/2014	218 * I
NLX0191	8789044256	7455/0	24/10/2014	218 * I
QHA3407	8789044101	7455/0	20/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 210/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 13

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 210/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABH3472	8789039972	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ABI0603	8789040447	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACI7774	8789040228	7463/0	18/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
ACW1855	8789041693	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACX3682	8789041222	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ACY7893	8789041918	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AEA6503	8789040597	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFP9442	8789041026	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AFP9442	8789042331	7463/0	29/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
AFQ8533	8789039453	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIT9693	8789041258	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AIT9693	8789041289	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJA7487	8789040390	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AJY0437	8789042025	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AKO6737	8789040596	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALA6881	8789041128	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALK9228	8789041297	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALN1882	8789040964	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AMU1657	8789040760	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANP5004	8789040590	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
APS5584	8789039643	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARG1496	8789042460	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
ATO8390	8789042287	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AUG2227	8789041181	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
BGT2628	8789039470	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BRK3694	8789041586	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CDL5399	8789041296	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CDL8700	8789041228	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIC0535	8789039607	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CIY6593	8789039676	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
COD1212	8789041741	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
COX0685	8789042029	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CQF4481	8789039298	7463/0	02/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
CQF4481	8789040200	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CQF4481	8789041847	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CQR9858	8789041621	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRF4942	8789040182	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CRU6667	8789040307	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DBN3757	8789039323	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIN9926	8789039543	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIN9926	8789040400	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIQ0801	8789039657	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DIV0545	8789041184	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
DJF5599	8789041838	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DMS2300	8789039167	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
DSA2714	8789040235	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DTS6643	8789041284	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DXU6661	8789041231	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
EDI3332	8789041589	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEG3460	8789040413	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EKS0031	8789041509	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HAE6582	8789041761	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HJC0453	8789041919	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
HOC3944	8789040543	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
HPI2987	8789041605	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ICT4452	8789041571	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
IFW9727	8789039474	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGG1749	8789042353	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
IHE5728	8789040961	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
IJK3373	8789040085	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IJK3373	8789040613	7463/0	23/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
IKS8992	8789039746	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
INJ9056	8789040738	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
IPF9703	8789040006	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
JLB7997	8789041082	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPE1195	8789039352	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JPO8605	8789040938	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JUR1948	8789041129	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JYH7575	8789040621	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
JZR8977	8789040472	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KES7169	8789041355	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
KNI3851	8789039484	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
KVN1417	8789042132	7455/0	24/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWS4589	8789040462	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWY5362	8789040740	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWY6175	8789041596	7471/0	09/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
LWZ6106	8789041148	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXG0390	8789039411	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXI6869	8789040537	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXJ0671	8789039530	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXJ0671	8789042354	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXJ4408	8789041829	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXK1605	8789039845	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXN0442	8789040628	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXN3692	8789041951	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXP4943	8789039491	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXQ2450	8789040340	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXQ9242	8789041878	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXR2593	8789040313	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXX1992	8789039603	7463/0	06/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LXX1992	8789039614	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXX2409	8789039322	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXY3399	8789041933	7471/0	18/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
LXZ9116	8789040189	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA1479	8789041668	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYA1479	8789041867	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYH9336	8789040467	7463/0	21/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
LYH9336	8789041061	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYO1868	8789041065	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYP2297	8789040281	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYQ8235	8789039199	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV1873	8789039589	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYV8269	8789040786	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYW6784	8789041213	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYX1326	8789039822	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY1849	8789040854	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYY6673	8789041798	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZE1375	8789041864	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZF0607	8789039914	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZF4603	8789041823	7463/0	15/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
LZH1659	8789040466	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZH7914	8789039989	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZO5071	8789039598	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZS2489	8789040332	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZU0812	8789041680	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789040073	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789040074	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789040881	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAB4087	8789041375	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC0620	8789040713	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAC0620	8789040916	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAF6530	8789040737	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI2342	8789041660	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAI3189	8789039170	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAJ1809	8789039973	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAJ1809	8789040024	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAL9360	8789040046	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ0912	8789040072	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ5605	8789039509	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR7406	8789040636	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT9063	8789039584	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAT9063	8789039585	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAW2763	8789040119	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY3480	8789040619	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ5824	8789039627	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA2968	8789040020	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBA4368	8789041580	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBB7172	8789040499	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC2805	8789039699	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBC8984	8789040215	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG3595	8789039778	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBG9821	8789040045	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI2725	8789042001	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI3516	8789039552	7463/0	05/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBI6881	8789039430	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL1179	8789040302	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBL9100	8789041782	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN5518	8789039722	7463/0	10/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBN5518	8789042402	7455/0	31/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBO4259	8789039991	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBQ3634	8789040671	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MBR9667	8789041462	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBT1418	8789041106	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBU3662	8789041409	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBV0610	8789041845	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBY2107	8789039560	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBZ3713	8789040453	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA3106	8789040113	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCA7130	8789041288	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE6101	8789039266	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE6101	8789040187	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE9375	8789040383	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG6721	8789041060	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCG9389	8789041151	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789041448	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789041805	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCH5252	8789042059	7463/0	22/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCH5252	8789042404	7463/0	31/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCI2405	8789039673	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCJ2882	8789041104	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCL5967	8789041704	7463/0	11/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCL9658	8789040989	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCQ7002	8789039533	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCR4173	8789039891	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCS3468	8789042295	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCV7594	8789039143	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX4965	8789041856	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCX8496	8789039810	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCY5297	8789039788	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDA5609	8789039580	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC5252	8789039186	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDC7682	8789041557	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDF3232	8789041776	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI5402	8789039863	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDI5776	8789041482	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDJ5961	8789040505	7463/0	21/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDK3297	8789039359	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDM9746	8789041738	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ4698	8789040744	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDR9127	8789039232	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDR9127	8789040159	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDS1372	8789039711	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDT9642	8789040502	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDU3363	8789041893	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW0268	8789039278	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDW2150	8789041891	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDX0019	8789040360	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDX0554	8789039924	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDZ4107	8789039621	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEA0692	8789039626	7471/0	07/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEB6605	8789039594	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC0182	8789040217	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC4141	8789040741	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC4141	8789040742	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEC5282	8789041136	7471/0	02/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEC6486	8789040317	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED6254	8789039536	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MED7781	8789039728	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEE4921	8789040500	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789039274	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789039490	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MEI4671	8789039775	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789041717	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789041718	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEI4671	8789041737	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ2353	8789042448	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ5697	8789040935	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK2423	8789040014	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEK7788	8789041710	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL1927	8789039161	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEL9571	8789039997	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEM3658	8789041276	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN0515	8789042009	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN0828	8789040130	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN0828	8789041348	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN5877	8789041632	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEN9107	8789039193	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ2800	8789040586	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ8159	8789039795	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER3967	8789039538	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MER5755	8789039843	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET6955	8789042320	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET8710	8789039456	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET8710	8789040828	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU1041	8789039662	7455/0	08/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU7417	8789040114	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEU8156	8789041430	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEZ0416	8789041164	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFA9780	8789039259	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB3613	8789042030	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB4120	8789039701	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFB4120	8789039873	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD3149	8789039135	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD9315	8789039471	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF0138	8789042256	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFF1696	8789039850	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG0941	8789040264	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG0941	8789040266	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFH6493	8789039100	7471/0	29/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFH6493	8789039102	7471/0	29/06/2014	R\$ 574,61	218 * III
MFI8768	8789040283	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFI8768	8789041579	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFL1952	8789039856	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM5086	8789040893	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM6145	8789039715	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM6145	8789041953	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM7783	8789040919	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFN0073	8789039709	7455/0	09/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFP4772	8789039387	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS6142	8789040188	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT3784	8789041549	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT6853	8789039787	7463/0	11/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MFU6032	8789040818	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV4186	8789041543	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFV9878	8789040203	7471/0	18/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MGB0162	8789041839	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGB2961	8789039105	7463/0	29/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGH5274	8789040242	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGJ2723	8789041576	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL4477	8789039444	7463/0	04/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGL9924	8789039391	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL9924	8789040143	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO6411	8789041807	7463/0	14/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGP3699	8789039202	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGP7777	8789040016	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGS3216	8789041985	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV2807	8789039346	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV3204	8789040959	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV9061	8789039900	7463/0	12/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MGW2761	8789041830	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX7412	8789039570	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGX8179	8789040265	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ2439	8789041251	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ3152	8789039616	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGZ3152	8789040785	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHB7265	8789040920	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB8269	8789041620	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHC3482	8789040675	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHD1062	8789041607	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE4761	8789039492	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE4761	8789042220	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHE8088	8789040545	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHG1240	8789040727	7471/0	26/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MHI5454	8789042399	7455/0	30/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHJ4818	8789040220	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK2720	8789040777	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL3073	8789041119	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHL4231	8789040459	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHM2776	8789039546	7463/0	05/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHN4319	8789041460	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHN5713	8789040583	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHQ0630	8789042314	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS1387	8789040358	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS2491	8789040298	7463/0	19/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHT6277	8789040764	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHU6692	8789040106	7463/0	16/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHV2357	8789040558	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHV3659	8789041376	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW0315	8789041040	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW2326	8789040631	7455/0	24/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHW8656	8789040134	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHY9355	8789041821	7455/0	15/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB0133	8789040857	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB3005	8789041123	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIC1789	8789042424	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE3510	8789040768	7463/0	26/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIE4061	8789041510	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIF1985	8789039158	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIH5767	8789039191	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIL0999	8789041450	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM1212	8789040934	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIM2359	8789041777	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIO7788	8789041763	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS0151	8789041770	7455/0	13/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS4236	8789039320	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT5718	8789041160	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT5916	8789040902	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT8985	8789040565	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIU5799	8789040173	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIV4703	8789039812	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW5021	8789041405	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW5021	8789041561	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIW5853	8789040880	7463/0	28/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIX6917	8789041892	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIX7925	8789041152	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIZ0144	8789040320	7463/0	20/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIZ2798	8789039240	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789039424	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789040118	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789040169	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIZ2798	8789040895	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJB9923	8789040814	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC3185	8789040058	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJE0309	8789039803	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF6759	8789041954	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG1534	8789041901	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG8367	8789041132	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJG8367	8789042344	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH8907	8789039235	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJH8907	8789041908	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ1760	8789041217	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJJ2727	8789042044	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJL8562	8789040246	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN3834	8789041039	7463/0	31/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJO9171	8789042222	7463/0	25/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJQ4620	8789041147	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJS6748	8789040314	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT6303	8789041079	7455/0	01/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJU8137	8789039623	7463/0	07/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJV0193	8789040111	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV4634	8789039271	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKA3459	8789039628	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKB7950	8789040001	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC0504	8789041942	7455/0	19/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC4037	8789040943	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKC4042	8789040966	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD6341	8789039081	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD6341	8789041389	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKD8945	8789041926	7463/0	18/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKE2385	8789039511	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKE3158	8789039112	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF4615	8789039312	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF4615	8789039313	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF4615	8789041025	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG1397	8789040443	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKH1819	8789039481	7463/0	04/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKI8476	8789040962	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKJ3833	8789039224	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKJ5747	8789041932	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKK3636	8789040055	7455/0	14/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0064	8789040885	7455/0	28/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKO0162	8789039458	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKP0108	8789040930	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ1025	8789040157	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKQ1025	8789042216	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR1056	8789040376	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR1056	8789041291	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR5540	8789039118	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS1717	8789040978	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKS1910	8789041958	7463/0	19/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKT4060	8789039579	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV0025	8789041469	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKV9666	8789039190	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW2486	8789040319	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKY7404	8789039750	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKZ4309	8789039784	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKZ8772	8789042045	7471/0	21/08/2014	R\$ 574,61	218 * III
MKZ9385	8789039145	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA4926	8789042016	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC8898	8789041806	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG2326	8789039982	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG3182	8789040439	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLG6685	8789041515	7455/0	07/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLH9908	8789040974	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ0172	8789039473	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLK3384	8789040170	7463/0	17/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLL6291	8789039291	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLL6291	8789039356	7471/0	02/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MLL8941	8789041551	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP8012	8789041872	7463/0	16/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLP8012	8789041873	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLP8012	8789041874	7455/0	16/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLT9304	8789040724	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX6352	8789042206	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLX8836	8789041133	7463/0	02/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLY6611	8789039398	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB0484	8789041913	7455/0	18/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMB9501	8789041995	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMC3102	8789039825	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMC3463	8789040345	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMF0577	8789039797	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH7700	8789042078	7455/0	22/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMH7700	8789042255	7455/0	27/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI9552	8789040356	7455/0	20/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMI9552	8789040626	7463/0	24/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MMI9552	8789041203	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMK1966	8789041657	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMX3345	8789039823	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NDM0809	8789039636	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
OKE7424	8789041324	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 211/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 789 211/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABG8808	8789043324	7455/0	27/09/2014	218 * I
ADN6524	8789043395	7463/0	28/09/2014	218 * II
AHV4739	8789044379	7455/0	26/10/2014	218 * I
AJC7001	8789043599	7463/0	05/10/2014	218 * II
ANG5011	8789044619	7463/0	02/11/2014	218 * II
ANT7842	8789044193	7455/0	22/10/2014	218 * I
BQY9100	8789043369	7455/0	28/09/2014	218 * I
BUK7457	8789043456	7455/0	01/10/2014	218 * I
BZD8119	8789043575	7455/0	04/10/2014	218 * I
CAK7802	8789044341	7455/0	26/10/2014	218 * I
DMB6508	8789043506	7455/0	02/10/2014	218 * I
DNL0616	8789043504	7455/0	02/10/2014	218 * I
DVN0926	8789044149	7455/0	21/10/2014	218 * I
EMT6006	8789044428	7455/0	28/10/2014	218 * I
FNT3333	8789044553	7463/0	31/10/2014	218 * II
IFO3521	8789044078	7471/0	19/10/2014	218 * III
IFO3521	8789044080	7471/0	19/10/2014	218 * III
IFO3521	8789044127	7455/0	22/10/2014	218 * I
IFO3521	8789044128	7455/0	22/10/2014	218 * I
IMU2354	8789044059	7455/0	19/10/2014	218 * I
KFA1426	8789044103	7455/0	20/10/2014	218 * I
KZE2378	8789043375	7455/0	28/09/2014	218 * I
KZY3588	8789044114	7455/0	20/10/2014	218 * I
LNG9640	8789044138	7455/0	25/10/2014	218 * I
LXD9482	8789043396	7455/0	28/09/2014	218 * I
LXK9124	8789043348	7455/0	27/09/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXR1064	8789044092	7455/0	20/10/2014	218 * I
LXR5131	8789043542	7455/0	04/10/2014	218 * I
LYK1182	8789044064	7463/0	19/10/2014	218 * II
LZW1803	8789044271	7455/0	24/10/2014	218 * I
MAG2160	8789043630	7455/0	06/10/2014	218 * I
MAY6476	8789043562	7463/0	04/10/2014	218 * II
MBA2419	8789043451	7463/0	01/10/2014	218 * II
MBA2464	8789043574	7455/0	04/10/2014	218 * I
MBD0834	8789043289	7455/0	26/09/2014	218 * I
MBN1768	8789043334	7455/0	27/09/2014	218 * I
MBY5078	8789043365	7455/0	28/09/2014	218 * I
MCU4366	8789044492	7463/0	29/10/2014	218 * II
MDA3583	8789044392	7455/0	27/10/2014	218 * I
MEF4272	8789043510	7455/0	02/10/2014	218 * I
MEJ7632	8789043335	7455/0	27/09/2014	218 * I
MEP0004	8789043625	7455/0	06/10/2014	218 * I
MEP2546	8789043541	7455/0	04/10/2014	218 * I
MEV2223	8789043442	7455/0	30/09/2014	218 * I
MEV5445	8789043296	7455/0	26/09/2014	218 * I
MEV7064	8789043480	7455/0	01/10/2014	218 * I
MEW5179	8789044542	7463/0	30/10/2014	218 * II
MFB1470	8789044077	7455/0	19/10/2014	218 * I
MFF6423	8789044565	7455/0	31/10/2014	218 * I
MFW8414	8789043403	7455/0	29/09/2014	218 * I
MGX4600	8789043559	7455/0	04/10/2014	218 * I
MHH0605	8789044020	7455/0	18/10/2014	218 * I
MHI7008	8789043448	7455/0	30/09/2014	218 * I
MHQ2871	8789043686	7455/0	07/10/2014	218 * I
MHZ2253	8789043616	7455/0	05/10/2014	218 * I
MIB3230	8789044096	7455/0	20/10/2014	218 * I
MIE7397	8789044048	7455/0	18/10/2014	218 * I
MIK4484	8789043340	7455/0	27/09/2014	218 * I
MJE6974	8789043455	7455/0	01/10/2014	218 * I
MJE7159	8789044652	7455/0	03/11/2014	218 * I
MJF1033	8789043427	7455/0	29/09/2014	218 * I
MJF5279	8789043637	7455/0	06/10/2014	218 * I
MJF5279	8789043638	7455/0	06/10/2014	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MJH9253	8789043681	7455/0	07/10/2014	218 * I
MJO8694	8789044491	7455/0	29/10/2014	218 * I
MJR0979	8789044531	7455/0	30/10/2014	218 * I
MJX1390	8789044355	7455/0	26/10/2014	218 * I
MJX4134	8789043336	7455/0	27/09/2014	218 * I
MJY4951	8789044319	7455/0	25/10/2014	218 * I
MJY9742	8789044358	7455/0	26/10/2014	218 * I
MKF0324	8789044465	7455/0	28/10/2014	218 * I
MKI4122	8789043317	7463/0	26/09/2014	218 * II
MKJ8390	8789043187	7455/0	21/09/2014	218 * I
MKL9568	8789043372	7455/0	28/09/2014	218 * I
MKZ0169	8789043656	7455/0	07/10/2014	218 * I
MLA0092	8789043453	7455/0	01/10/2014	218 * I
MLE4943	8789043341	7455/0	27/09/2014	218 * I
MLK5204	8789043477	7471/0	01/10/2014	218 * III
MLP4327	8789043605	7455/0	05/10/2014	218 * I
MLP6008	8789043358	7455/0	27/09/2014	218 * I
MLW5301	8789044635	7455/0	02/11/2014	218 * I
MMF1165	8789043680	7455/0	07/10/2014	218 * I
MML0811	8789043390	7455/0	28/09/2014	218 * I
QHC8035	8789043471	7455/0	01/10/2014	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 212/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 789 212/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACW1855	8789040602	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AER1728	8789041609	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHC4119	8789037021	7455/0	21/05/2014	R\$ 85,12	218 * I
ALT7722	8789039842	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
ANS0082	8789039433	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
AQK2638	8789041373	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
ARS0012	8789039195	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVC1919	8789041336	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
AVD9201	8789043165	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
BAN0128	8789040172	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
BMK3089	8789039174	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
BXG3432	8789039403	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CCA6186	8789040396	7455/0	12/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CCA6186	8789041303	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CLF3523	8789041000	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
CMO2383	8789041299	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CND1302	8789041499	7455/0	06/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
CND1302	8789041500	7463/0	06/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
COQ1305	8789041300	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
DCA6762	8789040262	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
DEX8187	8789039442	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
EEI0318	8789040690	7463/0	25/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
EEI0318	8789041162	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
IGX7549	8789039618	7455/0	06/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
INL3076	8789040417	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
IPV3769	8789039280	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

1 / 4

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
JGT7202	8789041301	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
JKP0644	8789039076	7455/0	29/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
JQQ6631	8789041594	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
KMO6168	8789040522	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWU3336	8789040008	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LWY6344	8789039344	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC5133	8789043230	7455/0	23/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXC9898	8789040698	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXF4607	8789041641	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXV1547	8789039231	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXW3027	8789040607	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYN6433	8789039293	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU2676	8789039265	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LYU5701	8789039926	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZB6588	8789042047	7455/0	21/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV2063	8789039633	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV2063	8789040485	7455/0	21/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
LZV2063	8789040611	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAG8444	8789041240	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAN7524	8789042343	7463/0	29/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MAP5138	8789040922	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ6960	8789040823	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAQ8947	8789040021	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAR7973	8789041245	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAY6289	8789042209	7455/0	25/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBI1168	8789041385	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBJ6241	8789041170	7455/0	02/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBM1506	8789040942	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBX8717	8789040123	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCT5054	8789041971	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDP0382	8789039416	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MDQ8956	8789039551	7471/0	05/07/2014	R\$ 574,61	218 * III
MEI0031	8789040908	7455/0	29/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEJ2763	8789041780	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEX9420	8789042358	7455/0	29/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFD6820	8789039515	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFG6824	8789040138	7455/0	16/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK4231	8789040019	7455/0	13/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM2900	8789040082	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFM8536	8789040686	7455/0	25/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR4903	8789039410	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFR4903	8789040533	7455/0	22/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFS3099	8789039252	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFT3493	8789039476	7455/0	04/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MFW7163	8789042463	7455/0	01/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGL5716	8789041611	7455/0	09/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO9472	8789040770	7455/0	26/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGO9472	8789040840	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGS0521	8789042310	7455/0	28/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGU3534	8789039337	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGV6629	8789040605	7455/0	23/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY2814	8789041721	7455/0	12/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHB0552	8789041882	7455/0	17/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHH8383	8789041671	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK7032	8789042106	7455/0	23/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHK8648	8789039958	7463/0	13/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MHN4677	8789039163	7455/0	30/06/2014	R\$ 85,12	218 * I
MHS0658	8789041365	7455/0	04/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIA8022	8789039524	7455/0	05/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIB2167	8789039634	7455/0	07/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIE2836	8789040180	7455/0	17/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIF1261	8789040255	7455/0	19/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG4393	8789041436	7455/0	05/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIG4643	8789041514	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MII3538	8789043164	7455/0	21/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII9068	8789040839	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIO6173	8789039136	7463/0	29/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MIS3029	8789039333	7455/0	02/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIS3029	8789041698	7455/0	11/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT4258	8789039440	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MIT9978	8789040809	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC2137	8789040810	7455/0	27/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJC5633	8789041794	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJF3796	8789039780	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJG4918	8789041529	7463/0	07/08/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJJ7987	8789040967	7455/0	30/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJN7131	8789041255	7455/0	03/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJO0876	8789039805	7455/0	11/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJR0453	8789041565	7455/0	08/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJV0873	8789041662	7455/0	10/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJW6228	8789042413	7455/0	31/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF0324	8789039228	7455/0	01/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKF3857	8789039432	7455/0	03/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG1397	8789039160	7463/0	30/06/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKG2700	8789040972	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MKK6287	8789039721	7455/0	10/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKR9427	8789041034	7455/0	31/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKW5031	8789043085	7455/0	19/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLA4926	8789041981	7455/0	20/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLC5549	8789040249	7455/0	18/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLQ0353	8789040965	7463/0	30/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLQ9918	8789040326	7463/0	20/07/2014	R\$ 127,69	218 * II
MLW8273	8789041775	7455/0	14/08/2014	R\$ 85,12	218 * I
MMA3363	8789043125	7455/0	20/09/2014	R\$ 85,12	218 * I
NDH4900	8789040406	7455/0	15/07/2014	R\$ 85,12	218 * I
NWE6767	8789040395	7463/0	12/07/2014	R\$ 127,69	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTA EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1584/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1584/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
HCA5110	55721004E	5185/1	11/10/2014	167
HCA5110	55721005E	5843/3	11/10/2014	196
HCA5110	55721006E	5835/0	11/10/2014	195
MHU6661	55720572E	5231/2	11/10/2014	172
MIN5869	55486487E	5185/2	31/10/2014	167
MJY2451	55486488E	6050/2	31/10/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1586/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 3

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1586/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACC7184	54430626E	5835/0	10/08/2014	R\$ 127,69	195
AEZ0734	55485920E	5460/0	12/08/2014	R\$ 85,12	181 * IX
AIG2385	55486034E	5185/1	09/09/2014	R\$ 127,69	167
CMU6108	54430975E	5185/1	04/08/2014	R\$ 127,69	167
COX0685	54430522E	5185/1	14/08/2014	R\$ 127,69	167
IBE8252	55485808E	5550/0	17/07/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
IQA4751	55485760E	7366/2	21/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
KJI8329	55485974E	5452/6	22/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LXU8810	55485815E	5193/0	21/07/2014	R\$ 191,53	168
LXZ7494	55486027E	5185/1	08/09/2014	R\$ 127,69	167
LZB9090	55486092E	5185/1	11/09/2014	R\$ 127,69	167
LZI1923	55486073E	7064/0	08/09/2014	R\$ 191,53	244 * IV
LZP7441	55485874E	6270/0	07/08/2014	R\$ 127,69	220 * II
LZP7661	55486069E	5452/3	04/09/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LZX3367	54430530E	5452/1	24/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBB2711	55485925E	5193/0	13/08/2014	R\$ 191,53	168
MBB2711	55485926E	5185/1	13/08/2014	R\$ 127,69	167
MBU9752	55485890E	5207/0	08/08/2014	R\$ 53,20	169
MCI3627	55486013E	5380/0	01/09/2014	R\$ 85,12	181 * I
MCI6482	55486017E	5185/1	04/09/2014	R\$ 127,69	167
MDI7174	54430328E	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167
MDP0385	54430349E	6270/0	01/09/2014	R\$ 127,69	220 * II
MDP9402	54430336E	5835/0	25/08/2014	R\$ 127,69	195
MDP9402	54430337E	5819/1	25/08/2014	R\$ 574,61	193
MDP9402	54430338E	6050/2	25/08/2014	R\$ 191,53	208
MDQ5201	55485657E	6130/0	01/07/2014	R\$ 191,53	214 * II

1 / 3

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDU2803	55485995E	5541/1	26/08/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MEA2853	55486000E	5185/1	28/08/2014	R\$ 127,69	167
MEC8943	54430408E	5207/0	17/06/2014	R\$ 53,20	169
MEF5794	55485901E	6858/0	07/08/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MEI4671	55485935E	5185/1	21/08/2014	R\$ 127,69	167
MEM7061	55486019E	5185/1	06/09/2014	R\$ 127,69	167
MEW6713	55485871E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MFC9301	54430307E	6270/0	22/07/2014	R\$ 127,69	220 * II
MFF0138	55485826E	5185/1	30/07/2014	R\$ 127,69	167
MFF0138	55485827E	7366/2	30/07/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MFV5437	55485923E	5185/1	12/08/2014	R\$ 127,69	167
MFZ8688	55485803E	5207/0	16/07/2014	R\$ 53,20	169
MGF7896	55485836E	5452/3	05/08/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGF7896	55485838E	5185/1	05/08/2014	R\$ 127,69	167
MGP3829	55486030E	5185/1	08/09/2014	R\$ 127,69	167
MGU1154	55485932E	5380/0	18/08/2014	R\$ 85,12	181 * I
MGU7634	55485973E	5185/1	22/08/2014	R\$ 127,69	167
MGW6109	55486107E	5541/1	16/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGZ1619	55720702E	5835/0	07/09/2014	R\$ 127,69	195
MHC4094	55485937E	7366/2	22/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHH4846	54430851E	7366/2	05/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHJ2047	55486108E	5207/0	16/09/2014	R\$ 53,20	169
MHJ2047	55486109E	6050/2	16/09/2014	R\$ 191,53	208
MHM5649	55485922E	5207/0	12/08/2014	R\$ 53,20	169
MHO4717	55485820E	6858/0	23/07/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MIO7788	55485882E	7366/2	08/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIT9085	54429863E	5185/1	10/09/2014	R\$ 127,69	167
MIW2548	54430350E	6270/0	01/09/2014	R\$ 127,69	220 * II
MJD7700	54430604E	7234/0	09/07/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MKD0234	55485989E	5967/0	25/08/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKF6865	55040370D	5185/1	24/08/2014	R\$ 127,69	167
MKR7800	55486075E	5568/0	08/09/2014	R\$ 127,69	181 * XIX
MLN6026	55485767E	5185/1	06/09/2014	R\$ 127,69	167
MLX8836	54428691E	5835/0	24/08/2014	R\$ 127,69	195
MLY8855	55485953E	7366/2	11/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1588/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 206 1588/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACF4316	55721038E	5185/1	31/10/2014	167
AGQ3084	55486146E	5193/0	07/10/2014	168
ALC1810	55485613E	5193/0	07/10/2014	168
ARW6475	55486250E	6068/1	18/11/2014	209
ARW6475	55486301E	5720/0	18/11/2014	186 * I
CQV4428	55720549E	5550/0	09/11/2014	181 * XVIII
CYV3279	55486141E	5541/1	06/10/2014	181 * XVII
FFF0260	55720599E	5550/0	09/11/2014	181 * XVIII
LXH4248	55720546E	5550/0	09/11/2014	181 * XVIII
LXR2248	55485526E	5185/1	08/10/2014	167
LZM3099	55486264E	5185/2	17/11/2014	167
LZT2546	55720550E	5550/0	09/11/2014	181 * XVIII
MAN6813	55486262E	5452/3	17/11/2014	181 * VIII
MCQ0233	55486248E	6068/1	18/11/2014	209
MCQ0233	55486249E	5720/0	18/11/2014	186 * I
MDR7731	55486466E	5452/1	15/10/2014	181 * VIII
MEG3971	55486255E	7366/2	13/11/2014	252 * VI
MET2363	55720899E	7056/1	11/11/2014	244 * III
MEW2252	55486205E	5622/2	07/11/2014	182 * VI
MFA7416	55720773E	7048/1	08/11/2014	244 * II
MFY7101	55720878E	5835/0	27/10/2014	195
MFZ3259	55486194E	5193/0	09/10/2014	168
MGQ2776	55486246E	6068/1	18/11/2014	209
MGQ2776	55486247E	5720/0	18/11/2014	186 * I
MHI0516	55720770E	6270/0	08/11/2014	220 * II
MHO3683	55720542E	7048/1	07/11/2014	244 * II

1 / 2

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHO4717	55486261E	5991/0	14/11/2014	206 * I
MHS2640	55486185E	5185/1	02/10/2014	167
MIJ2680	55486192E	5185/1	07/10/2014	167
MIT1744	55486196E	5185/1	09/10/2014	167
MKO9094	55486137E	5967/0	03/10/2014	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI

DIRETORA DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE COMETIDO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1590/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 206 1590/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
BXH3599	55485834E	6858/0	04/08/2014	R\$ 85,12	231 * VII
LYC7938	55486029E	5193/0	08/09/2014	R\$ 191,53	168
LZP1130	55486006E	6050/2	28/08/2014	R\$ 191,53	208
MAW0146	55485830E	7366/2	01/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MDQ8956	55486175E	6050/2	26/09/2014	R\$ 191,53	208
MEF5794	55485902E	5185/1	07/08/2014	R\$ 127,69	167
MFR5863	55486012E	5185/1	01/09/2014	R\$ 127,69	167
MHQ9688	54430569E	7366/2	17/08/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIC7739	55486117E	5541/6	22/09/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MJT9135	55486007E	6122/0	29/08/2014	R\$ 191,53	214 * I
MKG1397	55485829E	5185/1	01/08/2014	R\$ 127,69	167
MLY9394	54430670E	5967/0	30/08/2014	R\$ 191,53	203 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

INDAIAL/SC, 1 DE DEZEMBRO DE 2014

MARLI WESTPHAL MENEGAZZI
DIRETORA DE TRANSITO

Iomerê

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0033/2014

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

Edital de Pregão Presencial nº 0033/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0033/2014 para aquisição de combustível. A abertura das propostas se dará no dia 17/12/2014 às 09h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser adquiridos através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 04 de dezembro de 2014

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0004/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE IOMERÊ

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

Edital de Pregão Presencial nº 0004/2014

O Prefeito Municipal de Iomerê, SC, torna público a realização de Pregão Presencial nº 0004/2014 para aquisição de combustíveis. A abertura das propostas se dará no dia 17/12/2014 às 14h na sede da Prefeitura Municipal.

Cópia do Edital ou mais informações podem ser solicitados através do site www.iomere.sc.gov.br, ou pelo fone (49) 3539-6000.

Iomerê, 04 de dezembro de 2014

Luciano Paganini

Prefeito Municipal

LEI 793/2014

LEI Nº. 793, DE 01 DE DEZEMBRO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas para aquisição de brindes de Natal para os servidores públicos municipais.

O Prefeito do Município de Iomerê:

Faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar despesas para aquisição de brindes alusivos às festividades natalinas, no ano de 2014, e proceder à distribuição a todos os servidores públicos do Município de Iomerê, inclusive vereadores e servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei, no valor de até R\$ 8.000,00(Oito mil reais), correrão à conta do orçamento de 2014.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 01 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicada a Presente Lei nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

DECRETO 1579/2014

DECRETO Nº. 1579 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Abre crédito suplementar alterando a lei nº. 755/2013 de 25 de novembro de 2013, que estima a receita e fixa despesa para o exercício de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IOMERÊ no uso de suas atribuições legais e em conformidade com art. 5º da lei nº 755/2013 de 25 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no orçamento da Prefeitura Municipal de Iomerê, no valor de R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

06.00 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

06.01 Secretaria de Obras e Serviços Públicos

2035 Manutenção da Malha Rodoviária

33900000 Aplicações Diretas

344.00 Fundo Especial do Petróleo

R\$ 5.600,00

08.00 Encargos Gerais do Município

08.01 Encargos Gerais do Município

0000 Encargos Gerais do Município

33900000 Aplicações Diretas

144.00 Fundo Especial do Petróleo

R\$ 90,00

Art. 2º - A abertura do crédito suplementar a que se refere o artigo anterior ocorrerá à conta do Superávit financeiro do exercício de 2013 e pelo Excesso de arrecadação do exercício corrente.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.

Iomerê, 02 de dezembro de 2014.

LUCIANO PAGANINI

Prefeito Municipal

Publicado o Presente Decreto nesta Secretaria de Administração e Finanças nesta mesma data.

DOUGLAS FRANCISCO ZARDO

Secretário de Administração e Finanças

Ipumirim

PREFEITURA

DECRETO N. 2.116 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DA TRANSPOSIÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO NO VALOR DE R\$ 4.000,00.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos inciso I do art. 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso III do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e § 5º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 87, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 4.000,00

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da transposição de recursos da seguinte dotação orçamentária:

I - Código reduzido 88, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 4.000,00.

TOTAL GERAL R\$ 4.000,00	
--------------------------	--

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 27 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 27 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

DECRETO N. 2.117 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADACÃO NO VALOR DE R\$ 96.061,92.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Ficam abertos os seguintes créditos suplementares:

I - Código reduzido 12, Projeto 2.003 - Gestão das Ações do Departamento de Administração, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 1 - Departamento Municipal de Administração, no valor de R\$ 15.000,00.

II - Código reduzido 18, Projeto 0.000 - Amortização e Encargos da Dívida Contratual, elemento 46900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 6.014,84.

III - Código reduzido 16, Projeto 2.004 - Gestão das Ações do Departamento de Planejamento e Finanças, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 3 - SECRETARIA MUN.ADMINISTRAÇÃO, PLAN. E FINANÇAS, Unidade 2 - Departamento Municipal de Planejamento e Finanças, no valor de R\$ 1.300,00.

IV - Código reduzido 26, Projeto 2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 603,00.

V - Código reduzido 27, Projeto 2.010 - Ações de Parcerias Ambientais - Consórcio Lambari, elemento 33710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 4 - SECRETARIA MUN.DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE, Unidade 1 - Departamento de Assistência Agropecuária, no valor de R\$ 2.454,56.

VI - Código reduzido 39, Projeto 2.036 - Gestão das Políticas do Ensino Público Municipal, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0001, Órgão 6 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, Unidade 1 - Departamento Municipal de Ensino, no valor de R\$ 1.800,00.

VII - Código reduzido 73, Projeto 2.050 - Gestão das Políticas e Ações da Agropecuária, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 5.800,00.

VIII - Código reduzido 72, Projeto 2.052 - Gestão das Ações de Vigilância e Inspeção Sanitária - SIF e SIM, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 8 - FUNDO MUNICIPAL AGROPECUÁRIO, Unidade 1 - Fundo Municipal Agropecuário, no valor de R\$ 3.200,00.

IX - Código reduzido 83, Projeto 2.095 - Assistência Social Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 5.400,00.

X - Código reduzido 87, Projeto 2.096 - Proteção Social Especial de Alta Complexidade, elemento 31710000000000, fonte de recursos 0.1.0000, Órgão 11 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, Unidade 1 - Departamento de Assistência Social e Habitação, no valor de R\$ 2.400,00.

XI - Código reduzido 99, Projeto 2.065 - Gestão dos Recursos e Projetos de Iluminação Pública, elemento 33900000000000, fonte de recursos 0.1.0006, Órgão 14 - SECRETARIA MUN. DE URBANISMO, IND. COMÉRCIO E SERV, Unidade 1 - Departamento de urbanismo, Ind. Comércio e Serviço, no valor de R\$ 3.089,52.

XII - Código reduzido 3, Projeto 2.024 - Gestão das Políticas e Ações de Saúde Básica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 12.200,00.

XIII - Código reduzido 7, Projeto 2.025 - Gestão das Ações da Saúde da Família - PSF, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 5.100,00.

XIV - Código reduzido 11, Projeto 2.026 - Gestão das Ações dos Agentes Comunitários de Saúde - ACS, elemento 31900000000000,

fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 25.200,00.

XV - Código reduzido 13, Projeto 2.027 - Gestão das Ações Básicas de Odontologia, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 4.500,00.

XVI - Código reduzido 26, Projeto 2.031 - Gestão das Ações de Suporte Profilático e Terapêutico, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.000,00.

XVII - Código reduzido 29, Projeto 2.073 - Gestão das Ações de Vigilância Epidemiológica, elemento 31900000000000, fonte de recursos 0.1.0002, Órgão 9 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, Unidade 1 - Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.000,00.

TOTAL GERAL
R\$ 96.061,92

Art. 2º Os créditos suplementares constantes do artigo anterior serão abertos por conta das seguintes fontes de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0000, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 42.172,40.

II - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0001, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 1.800,00.

III - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0002, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 49.000,00.

IV - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0006, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 3.089,52.

TOTAL GERAL
R\$ 96.061,92

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 27 de novembro de 2.014.

Ipumirim-SC, 27 de novembro de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

EXTRATO DE CONVÊNIO Nº 013/2014

1. NATUREZA: Convênio que entre si celebram o MUNICÍPIO DE IPUMIRIM, por intermédio do Fundo Municipal Agropecuário, CNPJ nº 82.814.575/0001-02 e a CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS DE IPUMIRIM, CNPJ nº 78.510.013/0001-06.

2. OBJETO: conjugação de esforços para prestar cooperação financeira necessária ao desenvolvimento das atividades lojistas.

3. DATA DE VIGÊNCIA: 28/11/2014 a 30/04/2015.

4. DATA DA ASSINATURA: 28/11/2014.

5. VALOR REPASSADO: R\$ 10.000,00.

6. NOME DOS SIGNATÁRIOS: Pelo MUNICÍPIO, Sr. Valdir Zanella - CPF nº 094.020.989-68 - Prefeito pela CDL, Sr. Hildo Carlos Sabadin - CPF nº 295.204.879-72 - Presidente.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Publicação do extrato contratual nos termos do § Único do art. 61 da Lei 8.666/93.

Contrato Administrativo Público Nº 80/2014

Processo licitatório: Edital de Licitação da Modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 6/2014, Processo de Licitação nº 64/2014, homologado em 01 de dezembro de 2014.

Objeto: contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, para Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo com disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.

Valor: R\$ 955.372,47 (Novecentos e Cinquenta e Cinco Mil Trezentos e Setenta e Dois Reais e Quarenta e Sete Centavos).

Assinatura: 02/12/2014 Vigência: 02/09/2015

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM

Contratado: FORMATTO ENGENHARIA LTDA, situada na RUA ANITA GARIBALDI, 270, Bairro: CENTRO, cidade de CONCORDIA-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.310.204/0001-80.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2014, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2014/FMS

MUNICÍPIO DE IPUMIRIM

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 2/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2014

JACIR LIRIO BONISSONI - GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE torna público para conhecimento dos interessados que está realizando INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, na forma da Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores, tendo por fundamento legal o inciso CAPUT, cujo objeto é: estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipumirim e o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o exercício de 2015. Esclarecimentos e informações, poderão ser obtidos junto a Secretaria de Administração e Finanças, no prédio da Prefeitura Municipal, cidade e município de Ipumirim - SC, telefone (0XX49) 3438-1111, das 08:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 horas em dias considerados úteis, mediante requerimento específico.

Ipumirim - SC, 03/12/2014

JACIR LIRIO BONISSONI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

ATA DE ABERTURA DA DOCUMENTAÇÃO DO PL 64, TP 6-2014/PM

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014</p>
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, p/ Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo c/ disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, p/atender a Secretaria M. de Ed., Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 50/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 28 de Outubro de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 64/2014, Licitação nº. 6/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Estiveram presentes no ato de abertura, os membros da comissão e representante(s) da(s) empresa(s) abaixo:

MATEUS SPRICIGO ME neste ato representado pelo Sr. TIAGO SPRICIGO, DIMENZO ENGENHARIA LTDA neste ato sem representante presente, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, neste ato representado pelo Sr. JAISON SULENTA, PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELLI neste ato sem representante presente, FORMATTO ENGENHARIA LTDA neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ROBERTO FRARE e PAIN CONSTRUÇÕES INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA neste ato sem representante presente.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para abertura do presente certame licitatório. Apresentaram-se para participar desse embate licitatório as empresas: MATEUS SPRICIGO ME neste ato representado pelo Sr. TIAGO SPRICIGO, DIMENZO ENGENHARIA LTDA neste ato sem representante presente, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, neste ato representado pelo Sr. JAISON SULENTA, PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELLI neste ato sem representante presente, FORMATTO ENGENHARIA LTDA neste ato representado pelo Sr. VANDERLEI ROBERTO FRARE e PAIN CONSTRUÇÕES INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA neste ato sem representante presente. Indagados pelo Presidente da Comissão sobre a opção de Microempresa ou empresa de Pequeno Porte, são optante as empresas: MATEUS SPRICIGO ME, PAIN CONSTRUÇÕES INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP como EPP. Abertos os trabalhos, o presidente cumprimenta a todos os presentes e dá início ao certame licitatório. Ato contínuo a Presidente apresenta os envelopes da documentação e da proposta, devidamente lacrados, que foram rubricados pela comissão de licitação e por todos os membros presentes. Dando continuidade ao embate licitatório foram abertos os envelopes da documentação, os quais foram abertos e conferidos pela Comissão e os representantes presentes. Após a análise criteriosa da documentação, constatou-se que as empresas acima transcritas apresentaram a documentação conforme os requisitos mínimos fixados no presente Edital, porém a empresa PAIN CONSTRUÇÕES INSTALAÇÕES E COMÉRCIO LTDA não apresentou a documentação comprobatória de possuir em seu quadro permanente engenheiro elétrico, conforme item 5.4.2 inciso III do edital, estando assim inabilitada para prosseguir nas fases subsequentes do certame, as demais empresas estão habilitadas para prosseguir nas fases subsequentes do presente embate licitatório. Porém considerando a ausência de alguns representantes das empresas acima transcritas e que nem uma das empresas apresentaram o Termo de Renúncia Relativo ao Julgamento da Fase de Habilitação, abre-se prazo de 5(cinco) dias úteis para interposição de recursos, conforme artigo 109 parágrafo 6º da Lei 8.666/93. Comunica-se desta forma as empresas. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão e representantes das empresas presente.

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 28 de Outubro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLLI	- - MEMBRO

ATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO PL 64, TP 6-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, p/ Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo c/ disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, p/atender a Secretaria M. de Ed., Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 56/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 21 de Novembro de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 64/2014, Licitação nº 6/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: No dia e hora marcada e na ausência do Presidente da comissão o Senhor Laudecir Francio, quem assume o certame como Presidente e da andamento aos trabalhos e a Senhora Jucilene Goldoni Caliar, acompanhada do Senhor Claudimir Antonio Accadrolli, que compõe a equipe de apoio, passou-se para a abertura dos envelopes contendo as Propostas Comerciais das empresas habilitadas: FORMATO ENGENHARIA LTDA e DIMENZO ENGENHARIA LTDA, as quais não se fizeram presentes. Rubricadas e conferidas as propostas pela Comissão de Licitação, após análise criteriosa das propostas constatou-se que as propostas das empresas habilitadas, preenchiem os requisitos constantes do presente Edital. Declara-se vencedora a empresa FORMATO ENGENHARIA LTDA, com o valor de R\$ 955.372,47 (novecentos e cinquenta e cinco mil, trezentos e setenta e dois reais e quarenta e sete centavos). Segue anexo quadro comparativo de preço das empresas acima mencionadas, que é parte integrante do presente certame. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada por todos os membros da comissão.

Participante: 7552 - FORMATO ENGENHARIA LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, para Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo com disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.	UN	1,00		0,0000	955.372,47	955.372,47

Total do Participante -----> 955.372,47

Total Geral -----> 955.372,47

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Ipumirim, 21 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIR FRANCIO	- - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI	- - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA	- - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI	- - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 64, TP 6-2014/PM

ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM	TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, VALDIR ZANELLA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 64/2014
b) Licitação Nr.: 6/2014-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 01/12/2014
e) Objeto da Licitação contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, p/ Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo c/ disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, p/atender a Secretaria M. de Ed., Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Desccto (%) Preço Unitário Total do Item

FORMATTO ENGENHARIA LTDA (7552)

1 contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, para Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE- Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo com disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico- Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, para atender a Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.	UN	1,00	0,0000	955.372,47	955.372,47
--	----	------	--------	------------	------------

Total do Fornecedor: 955.372,47

Total Geral: 955.372,47

Ipumirim, 1 de Dezembro de 2014.

VALDIR ZANELLA
PREFEITO MUNICIPAL

ATA DE JULGAMENTO DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DO PL 64, TP 6-2014/PM

<p>ESTADO DE SANTA CATARINA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM</p> <p>CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC</p>	<p>TOMADA DE PREÇO Nr.: 6/2014 - TP</p> <p>Processo Administrativo: Processo de Licitação: 64/2014 Data do Processo: 30/09/2014</p>
	Folha: 1/1

OBJETO DA LICITAÇÃO:

contratação de empresa especializada em obras e serviços de Engenharia, p/ Construção de Escola com 6 salas de aula Projeto padrão FNDE-Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, Localizada a Rua João Pedro Haas, Bairro: Desmembramento Simon, de acordo c/ disposições constantes do Projeto Básico, composto de Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro e Memorial Descritivo, partes integrantes deste Edital, p/atender a Secretaria M. de Ed., Cultura e Esportes, do Município de Ipumirim-SC.

ATA DE RECEBIMENTO E ABERTURA DE DOCUMENTAÇÃO Nr. 55/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 17 de Novembro de 2014, às 08:00 horas, na sede da(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUMIRIM, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 010/2014, para a abertura dos envelopes de documentação ref. ao Processo Licitatório nº 64/2014, Licitação nº. 6/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das mesmas com os esclarecimentos e análise necessários, por ordem de entrada e, rubricadas toda a documentação atinente, tendo o seguinte parecer da comissão:

- No dia e hora previsto, a Comissão de Licitação Permanente, nomeada através da Portaria nº 010/2014, reuniu-se para a nova análise da documentação referente a habilitação das empresas participantes no referido certame, conforme interposição de recurso apresentado pela empresa FORMATTO ENGENHARIA LTDA, o qual foi julgado procedente pela Comissão de licitação, motivo pelo qual as empresas: MATEUS SPRICIGO ME, KAPPA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA - EPP, PALOMA CONSTRUÇÕES EIRELLI, tiveram sua documentação de habilitação inabilitadas, por não cumprirem com as exigências constantes do edital, especialmente no que se refere ao item 5.4.2, inciso III. Tendo em vista desclassificação das empresas acima citadas, a data de abertura das propostas, designada para a data de 18 de novembro de 2014, as 08:00hs fica cancelada, designando nova data para a abertura dos envelopes contendo as propostas para o dia 21 de novembro de 2014 as 08:00hs. Ficam intimadas as licitantes de que dispõe o prazo de 3(três) dias úteis para apresentar eventual recurso quanto a inabilitação, sendo que em razão de a Comissão de licitação já ter se manifestado sobre o tema, o mesmo deverá ser dirigido diretamente ao Prefeito Municipal. Nada mais havendo a declarar encerra-se a presente ata que será assinada pelos membros da comissão presente.

Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Ipumirim, 17 de Novembro de 2014

COMISSÃO:

LAUDECIRO FRANCO - - Presidente da Comissão de Licitação
JUCILENE GOLDONI CALIARI - - MEMBRO
ROSELI SALETE ZANATTA - - MEMBRO
CLAUDIOMIR ANTONIO ACADROLI - - MEMBRO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PL 14, IL 2-2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPUMIRIM	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nr.: 2/2014 - IL
CNPJ: 82.814.575/0001-02 AV. DOM PEDRO II, 230 C.E.P.: 89790-000 - Ipumirim - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 14/2014 Data do Processo: 03/12/2014
	Folha: 1/1

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Gestor Do Fundo Municipal De Saude, JACIR LIRIO BONISSONI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 14/2014
b) Licitação Nr.: 2/2014-IL
c) Modalidade: Inexigibilidade de Licitação
d) Data Homologação: 03/12/2014
e) Objeto da Licitação estabelecimento de um sistema de cooperação técnico-financeira entre o Município de Ipumirim e o Hospital São Francisco, objetivando o atendimento de urgência e emergência aos habitantes do Município, no Pronto Socorro do Hospital São Francisco, através de escala de sobreaviso, para o exercício de 2015.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

BENEFIC. CAMILIANA. DO SUL - H. S. FRANC. (6103)

1 Plantão medico na áreas de especialidades de ortopedia, anesthesiologia, clinica medica, clinica pediatrica, ginecologia e obstetricia, clinica cirurgica, neurologia, cardiologia, oftalmologia, pneumologia e otorrinolaringologia.	UN	12,00	0,0000	2.870,70	34.448,40
---	----	-------	--------	----------	-----------

Total do Fornecedor: 34.448,40

Total Geral: 34.448,40

Ipumirim, 3 de Dezembro de 2014.

JACIR LIRIO BONISSONI
GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Irineópolis

PREFEITURA

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 27/2014
PREGÃO PRESENCIAL N.º 14/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 17 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por item de acordo com a Lei n.º 10.520/02 e nº 8.666/93, visando a Aquisição de materiais médico hospitalar, para uso e manutenção das atividades desenvolvidas no Fundo Municipal de Saúde, para o exercício de 2015, com entrega parcelada. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 03 de dezembro de 2014.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do F.M.S.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 25/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 25/2014
TOMADA DE PREÇOS N.º 14/2014

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizara no dia 23 de dezembro de 2014, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade Tomada de Preços, com critério de adjudicação Menor Preço por Item de acordo com a Lei n.º 8.666/93, visando a contratação de empresa prestadora de serviços de coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos, para o período de 01 (um) ano, com uma média mensal prevista de 500 kg, totalizando 6.000 kg anuais. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111/ 3625-1144 e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

www.irineopolis.sc.gov.br.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do F.M.S.

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 26/2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS
PROCESSO LICITATÓRIO N.º 26/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 13/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 16 de dezembro de 2014, às 13:30 horas, Processo Licitatório na Modalidade Pregão Presencial para Registro de Preços, com critério de adjudicação MENOR PREÇO POR ITEM de acordo com a Lei n.º 10.520/02, visando a "AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, COM ENTREGA PARCELADA, PARA O PERIODO DE 12 MESES". O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, no horário das 08:30 às 11:30 e das 13:00 as 15:00, sita a Rua Paraná, n.º 200, Centro - Irineópolis - SC, Fone (47) 3625-1111, e no site www.irineopolis.sc.gov.br.

Irineópolis, 03 de dezembro de 2014.
GISELI KEMPINSKI
Gestora do FMS

Itá**PREFEITURA****AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO 05 IH**

ITÁ HIDROMINERAL S.A.

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 005/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2014

A Itá Hidromineral S.A. torna público que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Presencial, no dia 18 de Dezembro de 2014, para contratação de empresa para responsabilizar-se tecnicamente junto ao CREA/SC, referente ao poço tubular profundo de captação de água para o Parque Aquático Thermas Itá. As propostas serão recebidas até as 08h30min do dia 18 de Dezembro de 2014 e abertas às 08h30min nesta mesma data. O edital encontra-se disponível na Administração da Itá Hidromineral S.A., situada à Rod SC 155, Bairro Lago Azul, S/N, Itá-SC, as demais informações poderão ser obtidas no mesmo local ou pelo telefone (49) 3458-1909.

Itá - SC, 03 de Dezembro de 2014.

Adriani Ricardo Deitos

Diretor Presidente

Itaiópolis**PREFEITURA****EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 31/2014**

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 38/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 31/2014 - ARP Nº 14/2014 - OBJETO: aquisição de material (lajotas) para pavimentação da Rua Irineu Bornhausen - trecho da ponte a Rua José Schmokel, com extensão de 620,00m². Contrato nº 90/2014. CONTRATADA: Cimentela Indústria de Telas e Artefatos de Concreto Ltda. EPP. Valor Total: R\$ 17.980,00. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 12 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 25/2014

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - ARP Nº 11/2014 - OBJETO: aquisição de 124m/L de meio fio 30x15x12 para pavimentação da Rua Irineu Bornhausen - trecho da ponte a Rua José Schmokel, com extensão de 620,00m². Contrato nº 89/2014. CONTRATADA: MR Lechinoski & Cia Ltda. ME. Valor Total: R\$ 1.934,40. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 12 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 25/2014 - ARP Nº 11/2014

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 29/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2014 - ARP Nº 11/2014 - OBJETO: aquisição de 74,40m³ de areia média para pavimentação da Rua Irineu Bornhausen - trecho da ponte a Rua José Schmokel, com extensão de 620,00m². Contrato nº 91/2014. CONTRATADA: COMERCIO DE AREIA ACCORDI LTDA.ME. Valor Total: R\$ 2.455,20. Prazo: 31/12/2014.

Itaiópolis, 12 de novembro de 2014.

Gervásio Uhlmann

Prefeito Municipal.

EXTRATO TERMO DE COMPROMISSO - CC Nº 2/2014

Processo Licitatório nº 70/2014 - Concorrência nº 2/2014 - Termo de Compromisso de Incentivo Industrial, na forma de Concessão de Direito Real de Uso sobre Bem Imóvel, para instalação de indústria. Contrato nº 93/2014 - Empresa: Madeireira Carneiro Ltda. ME, para instalação de uma serraria com desdobramento de madeira. Do Compromisso da Empresa: gerar e manter nos primeiros dois anos de atividade, no mínimo 25 (vinte e cinco) empregos diretos, no terceiro ano mais 10 (dez) vagas e no quarto ano mais 10 (dez) vagas, com faturamento médio de no mínimo R\$ 3.350.000,00 por no mínimo 05 (cinco) anos. Do Prazo: 10 anos.

Itaiópolis, 21/11/2014.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

EXTRATO DE CONTRATO - PR Nº 60/2014

EXTRATO DE CONTRATO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 75/2014 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 60/2014 - OBJETO: aquisição de um veículo novo, zero Km, ano e modelo 2014/2015 - Convênio nº 2014TR0002399, Processo nº SPP ER251617141, SDR25 00001738/2014. Contrato nº 94/2014. CONTRATADA: Olegário Motors Ltda. Valor: R\$ 40.000,00. Garantia do veículo: pelo período de até 05 (cinco) anos, sem limite de quilometragem.

Itaiópolis, 1º de dezembro de 2014.

José Heraldo Schritke

Prefeito Municipal.

Itapiranga**PREFEITURA****PREGÃO Nº 167/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

PREGÃO PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS

Nº 167/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o Pregão Presencial para Registro de Preços nº 167/2014 cujo objeto é a aquisição de equipamentos diversos destinados ao setor administrativo, desta municipalidade. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 16 de dezembro de 2014. Maiores informações bem como cópia do edital, podem ser obtidos junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 03 de dezembro de 2014.

Milton Simon

Prefeito Municipal

TOMADA DE PREÇOS Nº 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

Nº 166/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 166/2014, cujo objeto é a execução em regime de empreitada global do projeto para pintura interna e externa (com fornecimento de materiais e mão de obra) do prédio da Escola Municipal de educação infantil São Vicente e execução em regime de empreitada global dos serviços para ampliação e reforma parcial da Escola Municipal Bela Vista, desta cidade. Entrega da documentação e proposta até às 09:00 horas do dia 19 de dezembro de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou pelo site: <http://www.itapiranga.sc.gov.br/>

Itapiranga - SC., 03 de dezembro de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 138/2014/RH

PARTES: Município de Itapiranga e FELIPE JOSE BOZZETTO

ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Segundo Termo Aditivo do contrato nº 38/2014 onde altera o Prazo de Vigência de 11/12/2014 para 21/12/2014 com 30 horas semanais, como Professor de Professor de Artes.

Nível salarial: Piso Nacional do Magistério

Classe - Referência:

VIGÊNCIA: 03/12/2014 a 21/12/2014

Itapiranga - SC, 03 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014/RH

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA
EXTRATO DE CONTRATO - RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 139/2014/RH
PARTES: Município de Itapiranga e ROSELI SEHNEM WIRTH
ORIGEM: Processo Seletivo nº 02/2013

OBJETO: Primeiro Termo Aditivo do contrato nº 30/2014 onde altera o Prazo de Vigência de 12/12/2014 para 17/12/2014 com 40 horas semanais, como Professor de Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Nível salarial: 545

Classe - Referência: C - 01

VIGÊNCIA: 03/12/2014 a 17/12/2014

Itapiranga - SC, 03 de dezembro de 2014.
Milton Simon
Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 117/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 3 de dezembro de 2014, a partir das 09:30 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA, ISABELA RAÍCIK DUTRA POHL, MARIZA APARECIDA FILLA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2192/2014, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 64/2014, que tem como objeto a Descrição/Nome inserido automaticamente. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
REINALDO SAMPAIO BEXIGA ME	REINALDO SAMPAIO BEXIGA

Analizados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganadoras	Valor Total
REINALDO SAMPAIO BEXIGA ME	R\$ 148.000,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ão) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos

os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 3 de dezembro de 2014

FERNANDA CRISTINA ROSA Pregoeiro	
JOSEANE MARIA SOARES DE LIMA Membro	ISABELA RAICIK DUTRA POHL Membro
MARIZA APARECIDA FILLA Membro	
REINALDO SAMPAIO BEXIGA ME REINALDO SAMPAIO BEXIGA	

NOTIFICAÇÃO A TOMADA DE PREÇO Nº12/14-ABERTURA PROPOSTAS

NOTIFICAÇÃO

À
Empresa: MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO TABAMAR LTDA-ME
DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

O Município de Itapoá, através do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO Nº 12/2014 - PROCESSO Nº 137/2014, do Objeto da Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de 84 gavetas com ossário, no Cemitério Municipal da Jaca, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, não houve por parte das empresas participantes do pleito licitatório o interesse de apresentação e interposição recursal conforme prazo findo na data 02/12/2014. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de proposta será 04/12/2014 às 12h:30min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 03 de dezembro de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
PREFEITO MUNICIPAL

isabela raicik dutra pohl
PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 84/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 155/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Ao terceiro dia de dezembro de 2014, a partir das 12:00 horas, na PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ SALA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, fizeram-se presentes o(a) Pregoeiro(a) Oficial do Município, o(a) Sr(a). FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros ISABELA RAICIK DUTRA POHL, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA, nomeados pelo(a) Decreto nº 2191/2014, para conduzi-rem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 84/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE AR-CONDICIONADO TIPO SPLIT, QUE SERÃO DESTINADOS ÀS ESCOLAS E CRECHES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO ANEXO V DO EDITAL. No horário definido no Edital, o(a) Pregoeiro(a) iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Participantes	
Empresa	Representante
LS CLIMATIZAÇÕES LTDA	ADEMIR DE MARCHI

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foi aberto o envelope de Proposta de Preço da empresa licitante para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisada a proposta foi achada conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitantes vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo ao classificado para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados na proposta escrita conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos. Encerrados os lances verbais, foi aberto o envelope de documentação das empresas ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo HABILITADA para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Empresas Ganhadoras	Itens	Valor Total
LS CLIMATIZAÇÕES LTDA	1	R\$ 1.300,00
	2	R\$ 1.770,00
Total		R\$ 87.730,00

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. O representante credenciado não manifestou interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(o) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição

descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação às empresas vencedoras supra indicadas. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 3 de dezembro de 2014

FERNANDA CRISTINA ROSA

Pregoeiro

ISABELA RAICIK DUTRA POHL

Membro

JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Membro

SANDRA REGINA FERNANDES DA SILVA

Membro

LS CLIMATIZAÇÕES LTDA

ADEMIR DE MARCHI

NOTIFICAÇÃO A TOMADA DE PREÇO Nº14/14- ABERTURA ENVELOPES PROPOSTAS

NOTIFICAÇÃO

À

Empresa: SOLO ENGENHARIA LTDA-ME

DOCA OBRAS E SERVIÇOS LTDA

O Município de Itapoá, através do Prefeito Municipal e da Comissão Permanente de Licitação, vem se manifestar quanto à licitação na modalidade Tomada de Preço nº 14/2014 - Processo nº 141/2014, para a Contratação de empresa de construção civil com serviço de mão de obra especializada e fornecimento de materiais para construção de Cobertura em estrutura metálica galvanizada, com 772,40m², na quadra poliesportiva da Escola Municipal Euclides Emídio da Silva, conforme projetos, memorial descritivo e planilhas orçamentárias, partes integrantes do Edital, não houve por parte das empresas participantes do pleito licitatório o interesse de apresentação e interposição recursal conforme prazo findo na data 03/12/2014. Portanto a sessão pública para abertura de envelope de proposta será 05/12/2014 às 11h:00min na sede do Município sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º 201, Departamento de Licitações e Contratos- Sala de Reuniões.

Itapoá, 04 de dezembro de 2014.

isabela raicik dutra pohl

PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Ituporanga

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 32/2014 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO EDUCACIONAL PEDRO JULIO MULLER DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL nº32/2014

Processo: 82/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O CENTRO EDUCACIONAL PEDRO JULIO MULLER DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço por item. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 16 de dezembro de 2014 até às 09:00 horas. ABERTURA DOS ENVELOPES DAS PROPOSTAS E CREDENCIAMENTO: Dia 16 de dezembro de 2014 às 09:30 horas no setor de licitações. INICIO PARA ETAPA DE LANCES: Às 10:00 horas do mesmo dia, na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 04 de dezembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 13/2014 CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA/SC

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE ITUPORANGA/SC

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº.13/2014

Processo:84/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DO QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE ITUPORANGA/SC. FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global. ENTREGA DOS ENVELOPES: Dia 19 de dezembro de 2014 até às 09:00 horas no setor de Protocolo. ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: Dia 19 de dezembro de 2014 às 09:30 horas na sala de Reuniões da Prefeitura. Informações: Esclarecimentos poderão ser obtidos no setor de Licitações da Prefeitura do Município de Ituporanga, situada à Rua Vereador Joaquim Boeing, 40, Centro das 07h00min às 13h00min pelo fone (**47) 3533-1211. O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no endereço eletrônico: www.ituporanga.sc.gov.br.

Ituporanga, 04 de dezembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito do Município

LEI Nº 2.586, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.586, de 02 de dezembro de 2014

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a efetuar abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento vigente do Município de Ituporanga e da outras providências"

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2014 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 e LEI Nº 2.515, de 20 de dezembro de 2013) de um Programa, Função e Projeto/Atividade e consequente CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.466.500,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias conforme relatório em anexo.

Art. 2º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar, ficarão por conta da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei nos termos do artigo 43, inciso III, da Lei 4.320/64 ("os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei").

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 02 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Município de Ituporanga

LEI Nº 2.587, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI Nº 2.587, de 03 de dezembro de 2014

"Dá denominação a logradouro público de Alvina Becker Weber".

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica denominada de "ALVINA BECKER WEBER", a Rua nº 07, do Loteamento Leonardo Eyng, que inicia na Rua Ondino Souza, sentido Sul até encontrar a Rua Hugo Haverroth.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor, na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 03 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Município de Ituporanga

DECRETO Nº 337, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 337, de 02 de dezembro de 2014

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO, Prefeito do Município de Ituporanga. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo o seguinte Decreto:

Art. 1º. Fica autorizado o Poder Executivo a efetuar abertura no orçamento financeiro de 2014 do Município de Ituporanga/SC e consequente alteração no PPA Quadriênio 2014-2017 e LDO 2014 (LEI Nº 2.477, de 30 de setembro de 2013, LEI Nº 2.493, de 30 de outubro de 2013 e LEI Nº 2.515, de 20 de dezembro de 2013) de um Programa, Função e Projeto/Atividade e consequente CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no valor de R\$ 5.466.500,00 (cinco milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil e quinhentos reais), nas dotações orçamentárias conforme relatório em anexo.

Art. 2º. Os recursos para a realização da abertura do crédito adicional suplementar, ficarão por conta da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei nos termos do artigo 43, inciso III, da Lei 4.320/64 ("os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em lei").

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, 02 de dezembro de 2014.

ARNO ALEX ZIMMERMANN FILHO

Prefeito Município de Ituporanga

ELMO PISETTA

Secretário da Administração

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000917/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET

DETRAN - DEINFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO

PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO

N.8566 000917/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-

DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA

O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-

CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)

INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-

RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-

SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-

DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO

7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-

ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR

IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8

DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ACN9513	8566024110	74550	28/10/2014
ACN9513	8566024112	74550	28/10/2014
ADB2418	8566024128	57200	27/10/2014
ADB2418	8566024129	57200	27/10/2014
ADB2418	8566024130	57200	28/10/2014
ADB2418	8566024131	57200	28/10/2014
ADB2418	8566024132	57200	29/10/2014
ADB2418	8566024133	57200	29/10/2014

ADB2418	8566024134	57200	31/10/2014
ADB2418	8566024135	57200	31/10/2014
AGZ2029	8566023926	74550	19/10/2014
AMV3129	8566024069	74550	26/10/2014
ASS1280	8566023999	74550	19/10/2014
BFN2379	8566024000	74550	19/10/2014
CHX2390	8566023708	74550	03/10/2014
CNX5380	8566023696	74550	03/10/2014
CNX5380	8566023757	74630	06/10/2014
COY5516	8566023686	74550	03/10/2014
CPY9012	8566024101	74550	28/10/2014
DBO0833	8566023572	60503	23/09/2014
DRD8031	8566023935	60503	23/10/2014
EDD6098	8566023963	60503	25/10/2014
HOP0267	8566023697	74550	04/10/2014
INW3682	8566023603	57200	23/09/2014
IRT3413	8566023657	60503	28/09/2014
JGG7059	8566023626	74630	28/09/2014
LWY6183	8566023731	74550	04/10/2014
LXF2993	8566023562	60503	23/09/2014
LXG7460	8566024056	60503	26/10/2014
LXK2887	8566024140	74550	29/10/2014
LXP6712	8566023760	74630	07/10/2014
LXP6712	8566023796	74630	08/10/2014
LYF6397	8566023730	74550	03/10/2014
LZR7170	8566023715	74550	03/10/2014
MAL4364	8566023923	60503	19/10/2014
MAN2120	8566023554	74550	26/09/2014
MBI6592	8566023698	74550	04/10/2014
MBM9898	8566023652	74630	30/09/2014
MBX2453	8566024086	74550	31/10/2014
MBY3153	8566023620	74550	24/09/2014
MCC2724	8566023591	74550	24/09/2014
MCZ4754	8566023719	74550	01/10/2014
MDO3669	8566024045	74550	30/10/2014
MDP7298	8566023799	74550	11/10/2014
MEE4992	8566023811	57200	08/10/2014
MEI4132	8566023998	74550	25/10/2014
MEI4132	8566024008	74550	23/10/2014
MEI4132	8566024042	74550	24/10/2014
MEI4132	8566024108	74550	27/10/2014
MEX8640	8566023980	74550	25/10/2014
MFA1559	8566023710	74550	04/10/2014
MFB2991	8566023653	74550	30/09/2014
MFD1417	8566024114	74550	31/10/2014
MFF2274	8566023611	74550	24/09/2014
MFN6022	8566023531	60503	21/09/2014
MFP4369	8566023661	74550	29/09/2014
MGS2991	8566024016	74710	25/10/2014
MGS2991	8566024025	57200	24/10/2014
MGS2991	8566024107	74630	26/10/2014
MGS2991	8566024144	74630	31/10/2014
MGX7211	8566024079	60503	28/10/2014
MHO6819	8566023705	74550	01/10/2014
MHQ2867	8566023936	74550	23/10/2014
MHQ2867	8566023954	74550	23/10/2014
MHR5646	8566024105	74550	27/10/2014
MHX1296	8566023822	74550	09/10/2014
MIN3838	8566023682	74550	02/10/2014
MIP1409	8566023941	74550	25/10/2014
MJG9615	8566023722	74550	03/10/2014
MJR6820	8566023233	74550	27/08/2014
MKJ6966	8566023964	60503	23/10/2014

MKK1194	8566024084	74550	29/10/2014
MKO0723	8566023646	74550	28/09/2014
MKO5549	8566023721	74630	02/10/2014
MLA8582	8566023706	74550	01/10/2014
MLO4884	8566023643	74550	30/09/2014
MLU0293	8566024138	74550	28/10/2014
MLY5400	8566024046	74550	30/10/2014
MMF4187	8566023933	74550	22/10/2014
MMH2145	8566023550	74550	24/09/2014
MWE7978	8566023666	74550	28/09/2014
MWE7978	8566023940	74550	24/10/2014
OKE2246	8566023702	60503	03/10/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720	0	186 * I
6050	3	208
7455	0	218 * I
7463	0	218 * II
7471	0	218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000918/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000918/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
AGJ3847	8566022642	74550	27/07/2014	85.12
AIQ6724	8566022212	74550	29/06/2014	85.12
ANC0611	8566022171	60503	03/07/2014	191.53
ANH9851	8566023041	60503	23/08/2014	191.53
AQU3429	8566023020	74550	20/08/2014	85.12
BII3782	8566023483	74550	14/09/2014	85.12
BLE4749	8566022549	74550	25/07/2014	85.12
EDN0047	8566007774	60503	27/05/2012	191.53
IQL8484	8566022225	74550	01/07/2014	85.12
LXI0058	8566022454	57200	13/07/2014	127.69
LXI0058	8566022455	57200	13/07/2014	127.69
LXR2879	8566022430	74550	18/07/2014	85.12
LYM5368	8566022248	74550	01/07/2014	85.12
MBJ0788	8566022335	57200	07/07/2014	127.69
MCE5431	8566022309	74710	12/07/2014	574.61
MCP7896	8566022553	74550	22/07/2014	85.12
MCX3211	8566022446	74550	17/07/2014	85.12
MDD7611	8566022889	60503	17/08/2014	191.53
MEI6954	8566023327	74550	10/09/2014	85.12
MFB4311	8566022238	57200	01/07/2014	127.69
MFD2819	8566022592	74550	25/07/2014	85.12
MFP4369	8566022677	74550	02/08/2014	85.12
MFW3125	8566022512	74550	26/07/2014	85.12
MGE0151	8566023030	74550	22/08/2014	85.12
MGQ5926	8566022466	74550	19/07/2014	85.12
MHA8542	8566022384	74550	13/07/2014	85.12
MHE3441	8566022586	57200	25/07/2014	127.69
MHW5881	8566022950	74550	13/08/2014	85.12
MIA9066	8566022310	74550	07/07/2014	85.12
MIH3785	8566022413	60503	13/07/2014	191.53
MIY7076	8566022414	60503	16/07/2014	191.53
MIY7610	8566023326	74550	09/09/2014	85.12
MJP6624	8566022370	74550	16/07/2014	85.12
MJQ4355	8566022551	74550	20/07/2014	85.12
MKG7980	8566022226	74550	01/07/2014	85.12
MKW7729	8566022164	74550	01/07/2014	85.12
MLC3309	8566023460	74550	20/09/2014	85.12
MLE3185	8566022996	74550	19/08/2014	85.12
MLF7211	8566022353	74550	10/07/2014	85.12
MLS9933	8566023089	74550	21/08/2014	85.12
MLU3366	8566022543	74550	24/07/2014	85.12
MLY2962	8566022622	74550	27/07/2014	85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-

SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000920/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000920/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

ADB2418	8566023050	74550	20/08/2014	85.12
ADB2418	8566023095	57200	19/08/2014	127.69
ADB2418	8566023096	57200	20/08/2014	127.69
ADB2418	8566023097	57200	20/08/2014	127.69
ADB2418	8566023102	57200	22/08/2014	127.69
ADB2418	8566023105	57200	23/08/2014	127.69
ADB2418	8566023107	57200	23/08/2014	127.69
ADB2418	8566023108	57200	23/08/2014	127.69
ADB2418	8566023213	57200	25/08/2014	127.69
AGZ2029	8566023223	57200	30/08/2014	127.69
BGN2776	8566022708	74550	30/07/2014	85.12
BGN2776	8566022811	74550	03/08/2014	85.12
BHO6282	8566023221	57200	29/08/2014	127.69
GGR5001	8566023276	74550	06/09/2014	85.12
IGK2556	8566023137	74550	26/08/2014	85.12
IKP4179	8566023103	57200	23/08/2014	127.69
JVR4174	8566023358	74550	13/09/2014	85.12
LID7758	8566023194	74550	29/08/2014	85.12
LWV1990	8566022762	60503	07/08/2014	191.53
LYC6408	8566023189	74550	29/08/2014	85.12
LYQ6437	8566023289	57200	02/09/2014	127.69
LZF6158	8566022746	74550	03/08/2014	85.12
LZF6158	8566022773	74550	03/08/2014	85.12
LZX3550	8566023047	60503	23/08/2014	191.53
MAM5798	8566022673	60503	02/08/2014	191.53

MBC5696	8566023215	57200	26/08/2014	127.69
MBC5696	8566023217	57200	27/08/2014	127.69
MBL6127	8566022821	74550	09/08/2014	85.12
MCA6607	8566023244	74550	28/08/2014	85.12
MCH7326	8566023177	74550	31/08/2014	85.12
MCR5283	8566023229	74630	29/08/2014	127.69
MCS8017	8566023073	74550	19/08/2014	85.12
MDA7868	8566023126	74550	23/08/2014	85.12
MDW1420	8566023271	60503	05/09/2014	191.53
MEB2316	8566023173	74550	31/08/2014	85.12
MEE9389	8566023240	74630	28/08/2014	127.69
MEG3815	8566023242	74550	28/08/2014	85.12
MEM3242	8566023109	57200	24/08/2014	127.69
MFB4311	8566022239	57200	01/07/2014	127.69
MFP4483	8566022422	74550	13/07/2014	85.12
MGB6141	8566022364	60503	13/07/2014	191.53
MGB6190	8566023136	74550	26/08/2014	85.12
MGB6190	8566023231	74550	26/08/2014	85.12
MGB6844	8566023227	57200	31/08/2014	127.69
MGC7409	8566023048	74550	18/08/2014	85.12
MGQ6411	8566023112	74630	21/08/2014	127.69
MGR8944	8566023302	74550	06/09/2014	85.12
MGW6812	8566023153	74550	31/08/2014	85.12
MIL1623	8566023134	74550	25/08/2014	85.12
MIL1623	8566023175	60503	25/08/2014	191.53
MIY7610	8566023252	74550	01/09/2014	85.12
MIY7610	8566023253	74550	03/09/2014	85.12
MIY7610	8566023255	74550	04/09/2014	85.12
MJA9850	8566023181	74550	29/08/2014	85.12
MJB9496	8566023135	74550	26/08/2014	85.12
MJF1128	8566023170	60503	30/08/2014	191.53
MJI1230	8566023039	60503	20/08/2014	191.53
MJL8367	8566023159	74550	26/08/2014	85.12
MJS0092	8566023075	74550	20/08/2014	85.12
MJZ9852	8566023216	57200	27/08/2014	127.69
MJZ9852	8566023219	57200	28/08/2014	127.69
MLE0889	8566023180	60503	28/08/2014	191.53
MLI2350	8566023168	74550	29/08/2014	85.12
MLV8322	8566022850	74550	06/08/2014	85.12
MLV8322	8566022861	74550	10/08/2014	85.12
MMD9870	8566023161	74550	27/08/2014	85.12
MMD9936	8566023269	74550	05/09/2014	85.12
MMH5191	8566023158	74550	25/08/2014	85.12
MMK6112	8566022836	57200	07/08/2014	127.69
MMK6112	8566022963	57200	12/08/2014	127.69
MMM5493	8566023148	60503	30/08/2014	191.53

 Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-

MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000919/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000919/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
AEN8172	8566023737	74550	06/10/2014
AGR3681	8566023894	74550	18/10/2014
ASM8163	8566023895	74550	18/10/2014
BGO3745	8566023795	74550	05/10/2014
BNZ6736	8566023804	74550	07/10/2014
BQL7548	8566023824	74550	10/10/2014
CTI7349	8566023771	74550	11/10/2014
EUO3060	8566023775	60503	05/10/2014
IKQ5897	8566024124	74550	27/10/2014
LZD4917	8566023843	74550	12/10/2014
LZD4917	8566023874	60503	12/10/2014
LZV6265	8566024119	74550	28/10/2014
MAD5434	8566023734	74550	11/10/2014
MAP5080	8566023763	74550	08/10/2014
MBL5277	8566023834	60503	15/10/2014
MBM9898	8566023707	74550	03/10/2014
MBR2000	8566023806	74550	11/10/2014
MCW5390	8566023807	74550	11/10/2014
MDA3165	8566023821	74550	08/10/2014
MDM4038	8566023805	74550	10/10/2014
MDM7379	8566023831	74550	14/10/2014
MDM7379	8566023852	74550	14/10/2014

MEE5401	8566023792	74630	05/10/2014
MEE5401	8566023809	57200	05/10/2014
MFN2545	8566023911	74550	13/10/2014
MGF6110	8566023768	60503	10/10/2014
MHB1309	8566023864	60503	17/10/2014
MHR8364	8566023801	74550	05/10/2014
MIG4807	8566023793	74550	11/10/2014
MIR2502	8566023808	74550	10/10/2014
MIT4129	8566023835	60503	16/10/2014
MIW2241	8566023845	60503	12/10/2014
MJN7636	8566023800	74550	05/10/2014
MJO4314	8566023914	74630	16/10/2014
MKD7371	8566023762	74550	08/10/2014
MKJ7093	8566023917	74550	18/10/2014
MKJ7566	8566023777	60503	10/10/2014
MLQ0281	8566023788	60503	11/10/2014
MLZ8604	8566023856	74550	14/10/2014
MMC6874	8566023803	74550	07/10/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720	0	186 * I
6050	3	208
7455	0	218 * I
7463	0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566
000921/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000921/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)

INFRACAO (OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ADB2418	8566024246	57200	02/11/2014
AFP0907	8566024270	74550	15/11/2014
AGJ3847	8566023774	60503	11/10/2014
AGJ3847	8566023863	74550	17/10/2014
AGJ3847	8566023890	74710	18/10/2014
AIM4067	8566024312	74550	13/11/2014
CYG9778	8566023883	74550	13/10/2014
DCA2222	8566024249	57200	04/11/2014
EZE4197	8566024263	60503	09/11/2014
HDO1181	8566024236	74550	08/11/2014
HSC9016	8566024252	74550	04/11/2014
ICS0145	8566023789	60503	11/10/2014
ILB6793	8566023832	60503	14/10/2014
ISS5181	8566023907	74550	18/10/2014
ISS5181	8566023908	74550	18/10/2014
KHS6850	8566024285	74550	13/11/2014
LOW0542	8566024233	74630	07/11/2014
LXM1385	8566023903	57200	12/10/2014
LXP6712	8566024181	74550	05/11/2014
LZG5038	8566024257	74550	04/11/2014
LZT5910	8566024328	57200	10/11/2014
LZX9747	8566023704	60503	01/10/2014
MAO6491	8566023891	74550	18/10/2014
MBM9898	8566023878	60503	15/10/2014
MBS6073	8566024314	74550	15/11/2014
MBW0686	8566024219	74550	05/11/2014
MCI2104	8566024338	74550	10/11/2014
MCS4398	8566024259	74550	08/11/2014
MDP7756	8566024346	74550	15/11/2014
MFH1168	8566023889	74550	17/10/2014
MGD8865	8566024254	74550	02/11/2014
MGI9316	8566023830	60503	12/10/2014
MGS2991	8566023900	74630	16/10/2014
MGS2991	8566024216	74550	08/11/2014
MGS2991	8566024333	57200	15/11/2014
MGV4973	8566024041	74550	24/10/2014
MHE7545	8566024255	74550	02/11/2014
MHL8967	8566023861	60503	17/10/2014
MIO4495	8566023962	60503	21/10/2014
MJR3131	8566023902	57200	12/10/2014
MKX4824	8566023839	74550	17/10/2014
MLD5730	8566024155	74550	02/11/2014
MLI7806	8566023909	74630	12/10/2014
MLZ6228	8566024149	74550	01/11/2014
MMJ1737	8566024171	74630	07/11/2014
OKG9326	8566024198	60503	04/11/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
 SERGIO FERNANDES
 DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8566 000922/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000922/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
 RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
-------	--------	-------------	---------------	-------------

AEP1090	8566023238	74550	27/08/2014	85.12
AJP3044	8566020063	60503	02/03/2014	191.53
BFC5608	8566021831	74630	13/06/2014	127.69
BND5635	8566022703	74550	30/07/2014	85.12
BPM4185	8566022691	74550	27/07/2014	85.12
DAK7884	8566022497	74550	21/07/2014	85.12
DUM2339	8566022400	74550	17/07/2014	85.12
EFA4609	8566022700	74550	02/08/2014	85.12
GXJ7292	8566022302	74550	10/07/2014	85.12
HJP8441	8566022159	74550	30/06/2014	85.12

HOP0267	8566023280	74550	03/09/2014	85.12
IGG2353	8566021382	57200	13/05/2014	127.69
IQL8484	8566022304	74550	08/07/2014	85.12
KNO8535	8566022922	74550	13/08/2014	85.12
LXH8809	8566022499	60503	21/07/2014	191.53
LXI2801	8566022603	74550	23/07/2014	85.12
LXM1385	8566022890	60503	17/08/2014	191.53
LXY6856	8566022529	60503	24/07/2014	191.53
LYG8830	8566022554	74550	22/07/2014	85.12
LYV2305	8566022482	74550	26/07/2014	85.12
LZI3662	8566022709	74550	31/07/2014	85.12
MAL7928	8566022444	74550	16/07/2014	85.12
MBC6853	8566023585	74550	25/09/2014	85.12
MBJ0788	8566022457	57200	14/07/2014	127.69
MBX0588	8566022385	74550	13/07/2014	85.12
MCC7837	8566022537	60503	23/07/2014	191.53
MCK5327	8566022493	60503	20/07/2014	191.53
MDM0145	8566022683	74550	02/08/2014	85.12
MFF2274	8566022544	74550	26/07/2014	85.12
MFM5683	8566023196	74550	29/08/2014	85.12
MFU3734	8566022695	74550	30/07/2014	85.12
MFY5322	8566022701	74550	02/08/2014	85.12
MGC0290	8566022542	74550	23/07/2014	85.12
MGE0151	8566022523	74550	25/07/2014	85.12
MHM9552	8566023172	74550	30/08/2014	85.12
MJE2554	8566022697	74550	30/07/2014	85.12
MJV6288	8566022498	74550	21/07/2014	85.12
MKA3275	8566022638	60503	02/08/2014	191.53
MKI0374	8566022532	60503	25/07/2014	191.53
MLD3505	8566023301	74550	05/09/2014	85.12
MLE6511	8566022980	74630	17/08/2014	127.69
MLH3188	8566022519	74630	23/07/2014	127.69
MLN6451	8566022540	74550	21/07/2014	85.12
MLU0595	8566023114	74550	18/08/2014	85.12
MLX0984	8566022741	74630	02/08/2014	127.69
MMI9770	8566022864	74550	10/08/2014	85.12
OKH7565	8566022487	74550	20/07/2014	85.12
QHB1004	8566022740	74550	02/08/2014	85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720	0	186 * I
6050	3	208
7455	0	218 * I
7463	0	218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001419/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001419/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
ADG8529	55166952E	50100	08/10/2014
ADG8529	55166953E	51180	08/10/2014
LWX1760	55166938E	50100	11/10/2014
LWX1760	55166939E	65561	11/10/2014
LWX1760	55166940E	51180	11/10/2014
LZC9452	55166936E	69120	04/10/2014
MCH1417	55166752E	65561	28/10/2014
MCH1417	55166973E	66532	28/10/2014
MCH1417	55166974E	69120	28/10/2014
MCH1417	55166975E	66372	28/10/2014

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5010	0	162 * I
5118	0	164 c/c 162 * I
6556	1	230 * I
6637	2	230 * IX
6653	2	230 * XI
6912	0	232

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001420/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001420/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
ECT8483	55166971E	57380	28/10/2014
MCH1417	55166972E	70301	28/10/2014
MCH8414	55166992E	70302	07/10/2014

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5738	0	186 * II
7030	1	244 * I
7030	2	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001421/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001421/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data	Infracao	Valor Multa
BYN4394	55166810E	65992	20/07/2014	191.53	
BYN4394	55166811E	66372	20/07/2014	127.69	
JFE1605	55166742E	50100	24/07/2014	574.61	
LXO0272	55166813E	65992	23/07/2014	191.53	
LXV4901	55166740E	65992	24/07/2014	191.53	
LYT7028	55166280E	65480	21/09/2014	85.12	
MBC3524	55166494E	50100	05/07/2014	574.61	
MDF1568	55166814E	65992	27/07/2014	191.53	
MDF1568	55166815E	50100	27/07/2014	574.61	
MDF1568	55166816E	51691	27/07/2014	1915.38	
MDF1568	55166818E	65561	27/07/2014	191.53	

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5010	0	162 * I
5169	1	165
6548	0	229
6556	1	230 * I
6599	2	230 * V
6637	2	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-

MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001422/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001422/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
AFJ2038	55166832E	51851	19/07/2014	127.69
MDF1568	55166817E	70301	27/07/2014	191.53
MDF1568	55166819E	52152	27/07/2014	191.53

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5185	1	167
5215	2	170
7030	1	244 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001423/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001423/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
BVM5816	55167104E	65992	10/11/2014
MEE6161	55167249E	65992	11/11/2014

Infr. Desd. Enquadramento:
6599 2 230 * v

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTES EDITAIS.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001424/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001424/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
BVM5816	55167103E	54600	10/11/2014
MAY5956	55167247E	55414	11/11/2014

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5460	0	181 * IX
5541	4	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001425/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001425/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
MDW1420	55166751E	66102	05/09/2014	127.69
MHY6210	55166978E	50100	09/09/2014	574.61

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5010	0	162 * I
6610	2	230 * VII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001426/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001426/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

MEA6025 55166999E 64080 18/10/2014

Infr. Desd. Enquadramento:
6408 0 221

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001427/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001427/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao
LXK2887	55166767E	55414	18/11/2014
LYQ2574	55167250E	70561	11/11/2014

Infr. Desd. Enquadramento:
5541 4 181 * XVII
7056 1 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001428/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001428/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
AEX5963	55166576E	69200	26/05/2014	127.69
AFT1473	55166390E	52900	07/09/2014	957.69
MGL3642	55166842E	50100	25/07/2014	574.61
MGL3642	55166843E	51180	25/07/2014	574.61

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5010	0	162 * I
5118	0	164 c/c 162 * I
5290	0	176 * II
6920	0	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº. 8092 001429/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001429/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZADA DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Infr./Desd.	Data Infracao	Valor Multa
LYY6935	55166825E	55250	10/08/2014	85.12
MBK6268	55166449E	54790	30/07/2014	85.12

Infr.	Desd.	Enquadramento:
5479	0	181 * X
5525	0	181 * XV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 03 DE DEZEMBRO DE 2014.
SERGIO FERNANDES
DIRETOR DE TRANSITO

Jacinto Machado

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 16/12/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, na sede da Prefeitura, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA A FROTA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133. Jacinto

Machado - SC, 03 de Dezembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FAVERI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, o Setor de Licitações, a Pregoeira e sua Equipe de apoio, com devida autorização expedida pelo Senhor Prefeito Municipal, Antonio João de Fáveri, torna público a realização de licitação no dia 17/12/2014 às 08h30min, com entrega dos envelopes até às 08h15min da mesma data, no Setor de Licitações da Prefeitura, na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL, forma de julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE RETROESCAVADEIRA E CARRETA AGRÍCOLA PARA SEREM UTILIZADAS PELA SEC. DE AGRICULTURA, IRRIGAÇÃO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE JACINTO MACHADO/SC.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, Bairro CENTRO, Município de JACINTO MACHADO, Estado de SANTA CATARINA, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 03 de dezembro de 2014.
ANTONIO JOÃO DE FÁVERI
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2014/FMS

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO, a Pregoeira e sua equipe de apoio, com devida autorização expedida pela Gestora do Fundo, e de conformidade com as Leis 8.666/93 e a 10.520/02, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de licitação no dia 16/12/2014 às 10h00min, com entrega dos envelopes até às 09h45min da mesma data, na sede da Prefeitura, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando a "AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL COMUM S500, ÓLEO DIESEL S10 E GASOLINA COMUM PARA A FROTA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE JACINTO MACHADO NO EXERCÍCIO DE 2015.". O Edital com seus anexos deverão ser obtidos no Setor de Licitações da Prefeitura, sito à RUA POOL JORGE ZACCA, Nº 75, CENTRO, JACINTO MACHADO - SC, no horário das 07h00min às 13h00min, de segunda a sexta-feira ou através de solicitação enviada para o e-mail: licitacao@jacintomachado.sc.gov.br. Informações pelo Fone: (48) 3535-1133.

Jacinto Machado - SC, 03 de dezembro de 2014.
ANA MARIA BACK MACHADO
Gestora do Fundo

AVISO DE REVOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014/PMJM

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014/PMJM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JACINTO MACHADO, através do Prefeito Municipal, o Senhor Antonio João de Faveri, Torna Público a REVOGAÇÃO do Processo Licitatório nº 118/2014/PMJM, Modalidade Pregão Presencial nº 022/2014/PMJM.

Jacinto Machado - SC, 01 de Dezembro de 2014.
Antonio João de Fáveri
Prefeito Municipal

Joaçaba

PREFEITURA

DECRETO Nº 4.688 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.688 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014.

NOMEIA SUBCOMISSÃO TÉCNICA PARA AUXILIAR COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO NO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 28/2014/FMS, QUE ESPECIFICA.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art 1º. Ficam nomeados os cidadãos abaixo relacionados para comporem a Subcomissão Técnica para auxiliar Comissão Permanente de Licitação no julgamento das Propostas Técnicas do Processo Licitatório nº 28/2014/FMS - Tomada de Preços 4/2014/FMS, que tem por objeto a contratação de agência de propaganda para prestação de serviços junto ao Fundo Municipal de Saúde:

Jéssica Novello;
Mayelle Hall;
Carla Dildey.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 03 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 4.687 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 4.687 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 15, II DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 3.090,45 (três mil, noventa reais e quarenta e cinco centavos), destinados a suplementar a dotação abaixo descrita, no Orçamento Vigente do Município de Joaçaba:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 (3)

Valor: R\$ 3.090,45

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são oriundos da anulação da seguinte dotação:

Órgão: 19 - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Unidade Orçamentária: 01 FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Proj./Atividade: 2.006 - MANUTENÇÃO DO FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS - FUNREBOM

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0202.0 (6)

Valor: R\$ 3.090,45

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 02 de dezembro de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Prefeito em Exercício

EXTRATO PL 88/2014/PMJ - PP 61/2014/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 88/2014/PMJ

PREGÃO PRESENCIAL Nº 61/2014/PMJ

Objeto: Registro de Preços para aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados à manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal. Forma de Julgamento: Menor Preço por Item. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h do dia 17/12/2014. Processamento do Pregão: às 14h do dia 17/12/2014, na sala do Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Local para aquisição do Edital: Setor de Compras e Licitações - Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, situado na Avenida XV de Novembro, 378, centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone 049 3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 03 de dezembro 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

Francisco Moreira Lopes

Prefeito em exercício

EXTRATO CONTRATO 57/2014/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 57/2014/PMJ

PL 29/2014/PMJ - INEXIGIBILIDADE 02/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

VALOR MÁXIMO PASSÍVEL DE SER CONTRATADO: R\$ R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Márcia Maria Zimmermann Magro

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO Nº 58/2014/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 58/2014/PMJ

PL 29/2014/PMJ - INEXIGIBILIDADE 02/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CLÍNICA DE OLHOS DANIOTTI S/S LTDA -ME .

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

VALOR MÁXIMO PASSÍVEL DE SER CONTRATADO: R\$ R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES - AME

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.0 - Aplicações Diretas

3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.0 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.0 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Márcia Maria Zimmermann Magro

DATA DE ASSINATURA: 01/12/2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO Nº 59/2014/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 59/2014/PMJ

PL 30/2014/PMJ - INEXIGIBILIDADE 03/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO FRAIBURGUENSE DE SAÚDE COLETIVA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

VALOR MÁXIMO PASSÍVEL DE SER CONTRATADO: R\$ R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - CEM

18 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

19 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000000 - Aplicações Diretas

64 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000000 - Aplicações Diretas

71 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0057.000000 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Márcia Maria Zimmermann Magro

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO 60/2014/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 60/2014/PMJ

PL 30/2014/PMJ - INEXIGIBILIDADE 03/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO JOAÇABA LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

VALOR MÁXIMO PASSÍVEL DE SER CONTRATADO: R\$ R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - CEM

18 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

19 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000000 - Aplicações Diretas

64 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000000 - Aplicações Diretas

71 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0057.000000 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Márcia Maria Zimmermann Magro

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EXTRATO CONTRATO Nº 61/2014/FMS

EXTRATO CONTRATO Nº 61/2014/PMJ

PL 30/2014/PMJ - INEXIGIBILIDADE 03/2014/PMJ

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA.

CONTRATADA: CLÍNICA DE OLHOS DR. LUIZ CARLOS B. PINTO LTDA.

OBJETO: CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para a realização de consultas médicas especializadas, terapias e exames de imagem, com a finalidade de suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde no atendimento à população (pacientes) do Município de Joaçaba nas especificações e valores estabelecidos no subitem 1.2 deste instrumento.

VALOR MÁXIMO PASSÍVEL DE SER CONTRATADO: R\$ R\$ 216.465,00 (duzentos e dezesseis mil quatrocentos e sessenta e cinco reais).

VIGÊNCIA: considerando a vigência até 31 de dezembro de 2014, podendo ocorrer prorrogação, observando-se o disposto na Lei nº 8.666/93.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.014 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES MÉDICAS - CEM

18 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

19 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0065.000000 - Aplicações Diretas

64 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0065.000000 - Aplicações Diretas

71 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0057.000000 - Aplicações Diretas

2.009 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0002.000000 - Aplicações Diretas

FISCAL DO CONTRATO: Márcia Maria Zimmermann Magro

DATA DE ASSINATURA: 02/12/2014.

MARCOS WEISS

Secretário Municipal de Saúde

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
21271	A.L.T. COPIAS E SERVICOS LTDA
20201	ADMIR OSCAR BURLIN & CIA LTDA
49573	ADOALDO SERNAJOTO
26114	ANDRADE CONSTRUÇOES LTDA
49490	ANDREIA ROSA
18636	ANTENOR FERNANDES DA SILVA - ME
7147	ANTONIO ADOLFO DAMACENO
22159	ANTONIO DIRCEU DE OLIVEIRA - ME
11764	ANTONIO FERNANDES DA SILVA
8809	APARICIO MOREIRA
21694	ARTE & PAISAGENS LTDA ME
20998	ATILIO GILBERTO BERTOTTI
33574	AURIMAR ALFONSO ALTERNHOFEN
18664	BAR E ARMAZEM FLORES LTDA - ME
39505	BEM BOM MÓVEIS LTDA - EPP
30624	BISSANI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA
22319	BRANSERVI COMERCIO E TRANSPORTES LTD.
21007	BUDA PECAS E SERVICOS LTDA ME
22063	CARMEN SILVANA TOMASSONI
22372	CARVALHO & MARIN - ADVOGADOS ASSOCIAD
21326	CASA NOVA MOVEIS E DECORACOES LTDA - M
558	CASEMIRA URBAN
20159	CAVALHEIRO COMERCIO E REPRESENTACOES
49661	CELSO PIRES DE LIMA
36009	CELSO TANQUES
18189	CHAPEACAO FERRAZ LTDA
17775	CHAPECAR LTDA
19196	CLAUDIMIR FERREIRA
19820	CLAUDINEI DA SILVA
32983	CLÁUDIO JOSÉ LAZZARETI & CIA LTDA ME
10474	CLAUDIR ANTONIO COMIM
11570	CLEBERSON E DINOMAR MATEUS GUERREIRO
21229	CLEONI JOSE DOS SANTOS
49458	CLEUZA MARIA NOGUEIRA DA SILVA
22942	CLINICA FRANKLIN VERISSIMO DE MELO FILHO
43006	COHAB E CELESTE ALVES DE ALMEIDA
37694	COHAB E CELIO JOSÉ ROSSA
32985	COHAB E HUGO SUSIN
19764	COMÉRCIO DE ALIMENTOS F.M. LTDA ME
1358	CONRADO E RUDOLFO RUY AUFFINGER
40052	CONCERTO MECANICA FERRI LTDA
17792	CONCERTO MECANICA LTDA
21567	COSMOS INFORMATICA LTDA

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DIVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
35375	CP RESTAURANTE LTDA ME
33762	CRISTIAN AURÉLIO
22320	CRISTIANE OLIVEIRA
49548	CRISTIANE PEREIRA DIAS
24560	D.G. SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA
21962	DANIEL DE OLIVEIRA
23162	DANIELI SCHLEMMER
49586	DEBORA ZAMBON DURIGON
32213	DEINFRA/GERÊNCIA REGIONAL DE OBRAS M-C
49569	DEJANIRA DE FÁTIMA MELLO
4500	DEVINO POLI
13663	DILVIO EZAURO ALVES DA SILVA
11716	DIOMAR DOMINGOS SERPA FRARES E WALDE
18549	DIRCEU ALMEIDA
21367	DIRCEU ANTONIO BAZZO
31682	DOMINGOS GALHOTTO
49464	DOMINGOS GONÇALVES DE CANDIDO
14948	DOMINGOS GROTTTO
32721	DORVALINA DE OLIVEIRA
49426	DORVINA ANTUNES PEREIRA DE MEIRA
31207	EDILAINE APARECIDA RIBEIRO
18136	EDITORA GRAFOSET LTDA
21666	EDUARDO QUEIROGA
6139	EDUARDO ROSA DA SILVA
49491	ELAINE RAQUEL CORREIA
49473	ELIANE ANTUNES PEREIRA
32444	ELIANE TEREZINHA TRINDADE LOPES
15067	ELIAS AMBROSIO
38842	ELISANDRA RODRIGUES DA ROSA
32191	ELISANGELA FIDELER
13629	EMILIO GILMAR GUERREIRO
21602	EMPREITEIRA DE MAO-DE-OBRA VILSON DA R
21801	EMPREITEIRA ELETRO MEIO OESTE LTDA
30711	EMPRESA CIRCO IRMÃOS DANTAS S/C LTDA
2413	ERICA PIOSIADLO SCHUTZ
19009	ERNESTO LAND
3011	ESPOLIO DE ARNO SPECHT
34797	ESTADO DE SANTA CATARINA
20780	EUCATUR EMP.UNIAO CASCAVEL DE TRANSPC
49449	EUCLIDES PANCERA
18479	EUGENIO TRINDADE DOS SANTOS
49597	EVA CERENITA DA SILVA
20803	EVOLUCAO CURSOS PREPARATORIOS LTDA

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
19402	FABRICA DE CARROCERIAS FORT LTDA
18229	FORMAC - FORNECEDORA DE MATERIAIS DE C
18581	FREDERICO DE SOUZA MATOS
12679	FRIDA SINDLINGER KLANN
5449	GENESIO ANTONIO CARLETTI
49496	GERSI SALETE FERNANDES DE OLIVEIRA
32436	GILBERTO TAVARES
46259	GILMAR DA LUZ
49547	GISLAINE ANTUNES PEREIRA
22465	GOLD REPRESENTACOES LTDA
13880	GUIDO DAVI LUNEBURGER
20422	HARAHIEL REPRESENTACOES LTDA
40972	HELENA FOPPA
10755	HELINTON SCHNEIDER DE OLIVEIRA
13382	HELMUTH KRUHS
2271	HENRIQUE VITOLDO DABROWSKI JUNIOR
33288	HERMES JOÃO GASPARINI
21406	HIDRATECH SANEAMENTO S/S LTDA
20109	HI-FI WORLD TOUR-REPRESENT.,VIAGENS,CA
9101	HOMERO ANTUNES DE ALMEIDA
22245	ILARIO NITZ
7474	ILDOMIR BAHU
33775	ILSE BECKER NONEMACHER
6530	ILSE TEREZINHA GEUDA
33751	IMOBILIARIA BALN. PIRATUBA E WILSON AMAD
20095	INTRATSK - METALURGICA E MONTAGENS LTD
49410	IRACEMA DOS ANJOS PEDROSO
12125	IRACY JOSE FIORENTIN
49571	IRACY RODRIGUES DA SILVA
49599	IREZ TEREZINHA DE CAMARGO
19074	IRMAOS BRANCHER & CIA LTDA
18583	IRMAOS JUNQUEIRA SC LTDA
49552	ITAMAR ESPÍNDOLA FÉLIX
49523	ITAMAR PREZOTTO
13154	IVALDIR ROSA DA SILVA
19381	IVOEL ANTUNES MUNIZ
49485	IVONE ALVES PEREIRA
18976	J.D. GALLI & CIA LTDA - ME
49503	JAIR CORREA BASTOS
3697	JAIR DA SILVA
15570	JAIR ROQUE DE MATTOS
49551	JANDIRA SALETE DOS ANJOS
49582	JANE DO PRADO

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
10521	JARDELINO ANTUNES DA SILVA
40993	JB COMÉRCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE C
35883	JEL CONSTRUÇÕES LTDA
46621	JN DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE PESCADO
18468	JOACABA DIESEL LTDA
49620	JOÃO CARMOSINO RIBEIRO CARLOS
4055	JOAO EUDIVINO BEE
4045	JOAO IGNACIO
32636	JOÃO LUIZ FERRI
6542	JOAO SALVADOR DA ROSA
8987	JOAO TOMAZZI
22908	JOEL RAMOS
35389	JOEL ZANIN
42060	JORDANA DOS SANTOS RAMOS
20498	JORGE BEKAI REPRESENTACOES LTDA
20105	JORGE VARGAS RIBAS - ME
49486	JOSÉ ADEMIR DA SILVA
10754	JOSE ALEXANDRE DE OLIVEIRA
5859	JOSE ASSIS DE ALCANTARA
3994	JOSE AVELINO ANTUNES DE OLIVEIRA
11306	JOSE BENEDITO CORREIA DA SILVA
49525	JOSÉ DA SILVA
516	JOSE DARTORA
4416	JOSE LUIZ DEZANET
11314	JOSE LUIZ PARISOTO
35843	JOSÉ SENEGAL RODRIGUES
32982	JOVANI COPPI
46486	JULIANE DE ALMEIDA
36541	JULIANO CARDOSO
15527	JULIO CESAR BISSANI
14420	JURACI VERONICA FIDELIS
32921	JUSSARA FRATTINI
22820	JUTAY COMERCIAL LTDA
20236	K. BRUNO REPRESENTACOES LTDA
21093	KAMEL MUSTAPHA DABBOUS - ME
21421	KOBRA ASSESSORIA E COBRANCA LTDA.
18699	LADICK SERVIÇOS ELÉTRICOS LTDA ME
21017	LANA REPRESENTACOES COMERCIAIS LTDA
21963	LAURY ANTONIO TETZLAFF
19961	LE POINT REPRESENTACOES LTDA
20788	LEAL ENGENHARIA QUIMICA LTDA
49591	LEO AUGUSTO MENDES
34233	LEOCIR COMIN

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joacaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
35585	LEODIVETE, EDI CRISTINA, REGIANA E MARIA
34821	LINDAMIR TEREZINHA R. DO NASCIMENTO
21126	LOCADORA DE MAO DE OBRA JOACABA LTDA
31113	LUCENT TECHNOLOGIES LTDA.
6131	LUIZ GONCALVES
32757	LUIZ UMBERTO NUNES DA SILVA
20128	M C A - HIDRELÉTRICAS LTDA - ME
21806	MADEIRA & FERRAZ LTDA
13538	MARCELO SKALEE
49600	MARCIA SANGALI
22071	MARCIO DA ROSA
49537	MARCIO JOSÉ ARNHOLD
21816	MARCIO TULIO FAVRETTO & CIA LTDA
6105	MARCOS ANTONIO DE OLIVEIRA
20842	MARCOS VIEIRA DA SILVA - ME
8815	MARCULINO FERREIRA DOS SANTOS
49524	MARIA EDIR ALVES
41758	MARIA IZABEL DA ESPADA DE OLIVEIRA
49403	MARIA PADILHA BATISTA
15591	MARIA PADILHA COSTA
49512	MARIA TEREZINHA DE OLIVEIRA
36552	MARIA ZAMBON
49411	MARINES LUCIA CARDEMAS
32835	MARISA P, MARIA LEONOR , MARIA JOSÉ E RO
40600	MARISE SCHROEDER DE SIMAS ME
49584	MARLON JANIE CARDOZO
21716	MCA - IND E COM DE EQ HID PARA GERAÇÃO I
49594	MELISSA PRADO DE SOUZA
20288	MILTON JOSE SACCOL
18867	MIRANDA SERVICOS DE MAO-DE-OBRA LTDA
426	MOACIR BROLLO JUNIOR
33000	MÔNICA CRISTINE CATSCHOR MAKOWSKI
19591	MOVEIS PINHEIRO LTDA
20329	MPJ-CURSOS E TREINAMENTOS LTDA-ME
17912	MULLER COMERCIO DO VESTUARIO LTDA
37266	N. ZANELATO & CIA LTDA
49533	NATALINO RODRIGUES VARELA
2578	NEIVETE ZAMBIASSI
10493	NELSI PAIZ
44248	NELSON THIALES DALAPRIA
30914	NEUSA GAGLIETTI - ME
45386	NILSON DA ROSA
45467	NILSON DA ROSA E CRISTIANE FERREIRA LOP

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
49462	NILZA GONÇALVES PINHEIRO
49536	NIVALDO FIDENCIO DA COSTA
49560	NOEMI SOARES VARELA
19755	O BARATAO - COMERCIO DE CONFECCOES LT
21857	OBRASERV - SERVICO DE MAO DE OBRA LTDA
33387	OLGA MARAFON BAVARESCO
5126	OMIRO JOSE SCHLINDWEIN
9202	ONELCY ARMINDO HEBERLE
43284	ORLANDO SILVEIRA CASADO SOBRINHO
8348	OSMAR DE PELEGRIN
14213	OSMAR JOSE DA SILVA
7383	OSVALDINO DAGOSTINI
35782	OSVALDINO RODRIGUES DO AMARAL
22678	PAN DISTRIBUIDORA LTDA
32159	PAULO CESAR DOS PASSOS
24565	PEDREIRA CALDART LTDA
49405	PEDRO AMARANTE PESSOA
6523	PREFEITURA DE JOACABA E LEONTINA
42551	PROTZARTE ODONTOLÓGICA LTDA ME
2976	RAIANE SCHINATTO DE SOUZA
1508	RAIMUNDO WIESER E JOSE NORBERTO D'AG
33786	RAQUEL CAVALHEIRO CABRAL
20641	REFRIGERACAO SCHMAUTZ LTDA - ME
19684	REPRESENTACOES COMERCIAIS V L B LTDA
20055	RICARDO AUGUSTO CORDEIRO DE MIRANDA
26549	RICARDO EUCLIDES GRANDO
8370	RICHARD MARIAN PATRZYKOT
49499	RITA RAMOS
38636	ROBERTO BRANCO DE CAMARGO E RICARDO
47064	RODRIGO BARETTA
35966	ROGERIO CAVASIN DAROS
5767	ROMULO E RACHEL APARECIDA COSTA BEBEF
49539	RONILDO STANK DE MATTOS
49546	ROSALINA DE FATIMA RAMOS
47358	ROSANE DE FREITAS
11952	ROSANGELA MARIA PUTTI E ROSELY FATIMA F
49443	ROSE MARI PEDROSO
49459	ROSE MARY DOS SANTOS
19065	ROSELY DE FATIMA PUTTI
49518	ROSEMARY PEREIRA MACHADO
49487	ROSENILDO STANCK DE MATOS
30530	ROSILEI COLHS
34505	ROSILENE SALETE DA SILVA

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
44810	ROVANIA JANICE DA SILVA
35557	SABRINA LOIZE DE MATOS
21863	SALVADOR INDUSTRIA GRAFICA LTDA ME
49461	SCHEILA SILVA DE OLIVEIRA
49402	SEBASTIÃO ERMOGENES ALCANTARA
22554	SERGIO LUIZ BELLO
9644	SERGIO LUIZ VOLPATO
43437	SILVANA APARECIDA PAES
38953	SILVANE MARTINS POPP
42375	SILVAS FOMENTO MERCANTIL LTDA
49463	SIRLEI PAOLA DOS SANTOS
22565	SLINE INFORMATICA LTDA
34466	SOCIEDADE COM HAB E MIGUEL ANTONIO MIS
14551	SONIA CHAVES
43666	SONIA FATIMA MENDES DA SILVA ME
30959	SONIA MARIA MULLER ZOCOLI
8159	SUELEN E PAOLA ANTUNES DE MORAES
48370	SUPERMERCADO VALLET
19590	TAICAN COMERCIO E REPRESENTACOES LTD/
49406	TEREZA MARIA ALMEIDA DE VARGAS
40398	TIAGO ALMEIDA
30780	VALDAIR DE LIMA PRUCHE
6068	VALDEMAR RIBEIRO BITTENCURT
43714	VALDIR DE LIMA
13110	VALMIR JOSE QUAIATTO
49407	VALMOR DOMINGOS BENITES
820	VANDERLEI MARCOS BORTOLLI
49564	VANDERLÉIA MARQUES DA SILVA
30439	VANIA MARIA DE OLIVEIRA
18831	VICTTUR TRANSPORTES RODOVIÁRIO LTDA -
12218	VILARIO CORBANI
2405	VILMAR MIGUEL SARTORI
6290	VILSON DA ROSA
20007	VINCERE - INDUSTRIA E COMERCIO DE PLAST
46740	VISARE EDITORA E ARTES GRAFICAS LTDA. - E
17557	WALDEMAR DE CARLI QUIOCA
18419	WALDIR SERGIO POSIADLO
19661	ZELIA LOPES DE SOUZA
49526	ZELINDA TEREZINHA SUTIL
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GOI

**Estado de Santa Catarina****PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS LANÇADOS EM DÍVIDA ATIVA**

O Prefeito de Joaçaba, usando das atribuições que lhe são conferidas em Lei, notifica todos os contribuintes abaixo arrolados, bem como seus representantes legais, sucessores e responsáveis, para comparecer a Prefeitura, no Setor de Dívida Ativa, para tratar assuntos de relevante interesse no prazo de 15 (quinze) dias. O não comparecimento acarretará o desenvolvimento de procedimentos administrativos e judiciais conforme determina a Lei.

Código	Contribuinte
37008	ZENITA SCHMIDT DOS SANTOS, ARNALDO GOI

Joaçaba(SC), 2 de Dezembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**BALANCETE FINANCEIRO NOVEMBRO 2014****Santa Catarina****CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica

Mês/Ano : Novembro/2014

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
		Despesa Orçamentária	170.106,40
		Despesas exceto Intra-orçamentárias	160.496,74
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	103.467,82
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	57.028,92
		Despesas Intra-orçamentárias	9.609,66
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	9.544,14
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	65,52
Receita Extra - Orçamentária	448.692,57	Despesa Extra - Orçamentária	389.796,58
DEPÓSITOS	24.420,17	DEPÓSITOS	21.099,18
CONSIGNAÇÕES	20.197,10	CONSIGNAÇÕES	20.197,10
PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82	PREVIDÊNCIA SOCIAL	5.204,82
TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.913,59	TESOURO ESTADUAL E MUNICIPAL	6.913,59
PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA MÉ	3.294,20	PLANOS DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA	3.294,20
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.572,77	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	3.572,77
DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.211,72	DIVERSOS CONSIGNATÁRIOS	1.211,72
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	4.223,07	DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	902,08
DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	4.223,07	DEPÓSITOS PARA QUEM DE DIREITO	902,08
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	170.106,40	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	148.697,40
OBRIGAÇÕES A PAGAR	170.106,40	OBRIGAÇÕES A PAGAR	148.697,40
FORNECEDORES	57.094,44	FORNECEDORES	35.685,44
PESSOAL A PAGAR	98.609,37	PESSOAL A PAGAR	98.609,37
ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.402,59	ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER	14.402,59
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	254.166,00	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	220.000,00
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	254.166,00	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDA	220.000,00
REPASSE RECEBIDO	254.166,00	REPASSE CONCEDIDO	220.000,00
Saldos anteriores	577.039,09	Saldos atuais	465.828,68
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	463.544,85	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	351.865,84
BANCO C/ MOVIMENTO	113.494,24	BANCO C/ MOVIMENTO	113.962,84
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	0,00	POUPANÇA	0,00
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	1.025.731,66	Total	1.025.731,66

Joacaba, 03/12/2014

Marcio Roberto Piccoli
Contador CRCSC 025688/O

Vilmar Zilio
Presidente

SIMAE**PORTARIA JHL 219/2014**

PORTARIA SIMAE. JHL Nº - 219/2014 DE 03.12.2014

Elisabet Maria Zanela Sartori Diretora Presidente do SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto de Joaçaba, Herval D'Oeste e Luzerna-SC, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - CONSTITUIR de acordo com os Arts. 22º à 32 da Lei Complementar 193/2010 de 06/09/10, Comissão de Avaliação de Desempenho Setorial, para proceder Avaliação de Desempenho da Servidora Suzana Farenzena, em estágio probatório com a seguinte composição, sendo presidida pelo primeiro:

Nilson Araújo
Jorge Enderle
Valcir José de Oliveira

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei nº 4.003 de 08 de Julho de 2010.

Joaçaba-SC, 03 de Dezembro de 2014.

Elisabet Maria Zanela Sartori
Diretora Presidente

HOMOLOGAÇÃO PR49/2014 SIMAE

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2014 - PR Processo Administrativo: 69/2014 Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 06/11/2014
	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 69/2014
b) Licitação Nr.: 49/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 03/12/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE TI PARA ATUALIZAÇÃO TECNOLÓGICA DO SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:	Unid.	Qtidade	Descto (%)	(em Reais R\$)	
				Preço Unitário	Total do Item
<u>ROBERTO TESSARO & CIA LTDA. (6384)</u>					
3 MONITOR DE LED 21.5 POLEGADAS FULL HD, TEMPO DE RESPOSTA 5 MS, TAXA DE CONTRASTE DINÂMICO DE 5.000.000:1, BRILHO DE 250 CD/M2, CONEXÕES HDMI, DVI E D-SUB E TELA ANTI-REFLEXIVA, ANTI-ESTÁTICA E RESISTENTE A RISCOS. MODELO REFERENCIA LG E2260. - Marca: LG	UN	3,00	0,0000	590,00	1.770,00
4 TELEFONE SIP 3 CONTAS VOIP, COM CONFIGURAÇÕES INDEPENDENTES, SUPORTE A CODEC HD G.722, COM SUPORTE A SIP (RFC2543) E SIP V2 (RFC3261), SUPORTE A POWER OVER ETHERNET (IEEE 802.AF), COM LCD GRÁFICO DE 132X64 E COM CHIPSET TI TITAN. MODELO REFERENCIA YEALINK® T-22. - Marca: YALINK	UN	5,00	0,0000	590,00	2.950,00
Total do Fornecedor:					4.720,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 49/2014 - PR Processo Administrativo: 69/2014 Processo de Licitação: 69/2014 Data do Processo: 06/11/2014
	Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SEGMENTO COMERCIO DE MAQUINAS LTDA -ME (6625)

1 NOTEBOOK PADRÃO EMPRESARIAL COM PROCESSADOR DE 2 NUCLEOS E 4 THREADS COM 4MB OU MAIS DE MEMORIA CACHE, COM CLOCK NÃO INFERIOR A 2.1GHZ E LITOGRAFIA DE 22MM, COM 6GB OU MAIS DE MEMORIA RAM DDR3, DISCO RIGIDO 500GB POR 7200 RPM, COM PLACA REDE GIGABIT ONBOARD, COM TELA HD ANTIRREFLEXO ILUMINADA POR LED DE 14 POLEGADAS E COM RESOLUÇÃO DE 1366 X 768 OU SUPERIOR, SISTEMA OPERACIONAL WINDOWS 7 PROFESSIONAL AUTENTICO.DEVERA SER ACRESCIDO DE MICROSOFT OFFICE 2013 STANDARD COM LICENÇA TIPO OPEN.MODELO REFERENCIA HP PRULTRABOOK 840G1. - Marca: HP840-15-4300	PÇ	2,00	0,0000	6.215,00	12.430,00
2 MAQUINA DESKTOP FORMATO SMALL FORM FACTOR - SFF, INTEL® - CORE I5® DE TERCEIRA GERAÇÃO (IVY BRIDGE - 22NM), 4 GB DE MEMÓRIA RAM DDR3, DISCO RIGIDO DE 500 GB, SATA III, CHIPSET INTEL®, FONTE 240W REAIS COM PFC ATIVO COM 87% DE EFICIÊNCIA, COM WINDOWS 7 PROFESSIONAL 32 BITS E MICROSOFT® OFFICE® EM VERSÃO 2013 STANDARD LICENÇA OPEN PARA GOVERNO. MODELO REFERÊNCIA HP® ELITE 8300 SFF PART NUMBER B2D21LT#AC4. - Marca: HP800	PÇ	3,00	0,0000	3.890,00	11.670,00

Total do Fornecedor: 24.100,00

Total Geral: 28.820,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.4.4.90.00.00.00.00 (33) Saldo: 184.600,00

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

Lages

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO 334/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 334/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADA: B & P CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA EPP inscrita no CNPJ sob nº 07.052.006/0001-51, estabelecida na Avenida Armando Pereira de Souza, 101 - sala 2 - Bairro Poço Rico, Otacílio Costa/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 218/2014, correlato à Dispensa de Licitação 73/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de reparação do Pronto Atendimento Municipal Tito Bianchini, atingido pela tempestade de Granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, de R\$ 368.783,42 (trezentos e sessenta e oito mil, setecentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos).

Lages, 03 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 335/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 335/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 215/2014, correlato à Dispensa de Licitação 72/2014 homologada em 02/12/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços reparação do CEIM Mutirão, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 162.678,28 (cento e sessenta e dois mil, seiscentos e setenta e oito reais e vinte oito centavos).

Lages, 03 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 336/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 336/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: SINDICATO RURAL DE LAGES inscrita no CNPJ n.º 84.943.968/0001-41, com sede a Avenida Luiz de Camões, sn - Bairro Conta Dinheiro, CEP 88509-130 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 214/2014, correlato à Dispensa de Licitação 71/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Aquisição de lonas para uso em Próprios Municipais atingidos pela tempestade de granizo conforme do Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 104.437,50 (cento e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e cinquenta centavos).

Lages, 03 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 337/2014 PML

O MUNICIPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:

CONTRATO 337/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: JOSÉ ROGÉRIO BORGES ME inscrita no CNPJ n.º 17.206.843/0001-41, com sede a Rua Jerônimo Coelho, 280 - Centro - CEP 88501-260 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 212/2014, correlato à Dispensa de Licitação 75/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de reparação do CEIM Iraci Souza Stank, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA, é de R\$ 42.792,12 (quarenta e dois mil, setecentos e noventa e dois reais e doze centavos).

Lages, 03 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO 338/2014 PML

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PÚBLICO:

CONTRATO 338/2014 PML

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LAGES, inscrito no CNPJ sob n.º 82.777.301/0001-90, com sede na Rua Benjamin Constant nº 13, Centro, Lages, SC.

CONTRATADO: BALMAR CONSTRUÇÕES LTDA inscrita no CNPJ n.º 08.154.352/0001-03, com sede a Rua Vergílio Godinho, 106 - Sala 01 - Bairro Brusque, CEP 88503-010 - Lages/SC.

Contrato em decorrência do Processo Licitatório nº 217/2014, correlato à Dispensa de Licitação 74/2014

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de reparação do CEIM São Paulo, atingido pela tempestade de granizo conforme Decreto Municipal 14.615/2014 - Situação de Emergência.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

2.1 De Início, contar-se-á da data da assinatura do Contrato, decorrente;

2.2 De Execução, até 31/12/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO(S) PREÇO(S)

O preço certo e ajustado pelas partes conforme proposta da CONTRATADA é de R\$ 58.207,05 (cinquenta e oito mil, duzentos e sete reais e cinco centavos).

Lages, 03 de Dezembro de 2014.

Elizeu Mattos

Prefeito Municipal

TP 09-2014 SEMASA E PP 55-2014 FMAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PP 55/2014 FMAS

Objeto: Aquisição de Equipamentos para a Casa de Apoio a Mulher

Tipo: Menor Preço Por Lote

Abertura: 18/12/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$10.309,81

Modalidade: TP 09/2014 SEMASA

Objeto: Prestação de Serviços de Desenvolvimento, Implantação, Integração, Locação e Manutenção do Sistema Integrado de Automação, Telemetria e Simulação Hidráulica Computacional de Unidades Operacionais da SEMASA

Tipo: Menor Preço Global

Abertura: 19/12/2014 às 14:30

Valor Estimado: R\$1.234.673,16

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 03 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

RERRATIFICAÇÃO N.º 03 PP 87-2014 PML

RERRATIFICAÇÃO Nº 03

ASSUNTO: EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014 PML

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

O Município de Lages, presente a supremacia do interesse público, com fulcro nos termos dispostos no § 4º do art. 21 da Lei 8.666/93 e Diplomas Complementares, torna notório aos interessados as alterações que se fazem necessárias no Edital e Anexo II - Termo de Referência:

-No Subitem 4.2, De Entrega, leia-se: "em até 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da nota de empenho, na Prefeitura Municipal de Lages, à Rua Benjamin Constant nº 13, Bairro Centro, nesta cidade";

-No Anexo II - Termo de Referência, na descrição do Item leia-se: "...pneus com no mínimo 225/45R17".

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Lages, 03 de dezembro de 2014.

Pedro Marcos Ortiz

Secretário de Administração

Lauro Muller**PREFEITURA****EXTRATO DE ADITIVO 2014 CONTRATO /2014 NOVEMBRO**

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 189/2014 PMLM
Contrato Original: 189/2014

Processo Licitatório nº 111/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 111/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material para iluminação pública para festividades de natal.

Valor aditivado: R\$ 3.899,00

Contratado: ELETROMONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 171/2014 PMLM
Contrato Original: 171/2014

Processo Licitatório nº 85/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 85/2014

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato 24/2014, que tem por objeto o fornecimento de combustível para o município de Lauro Muller

Contratado: DENONI COMBUSTIVEIS LTDA.

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 25/2014 PMLM
Contrato Original: 25/2014

Processo Licitatório nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2014

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato 24/2014, que tem por objeto aquisição de generos alimenticios para o serviço de convivência e fortalecimento de vinculos do municipio de Lauro Muller

Contratado: DIFAPA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ADITIVO 001/2014 AO CONTRATO 24/2014 PMLM
Contrato Original: 24/2014

Processo Licitatório nº 12/2014 - PREGÃO PRESENCIAL nº 12/2014

Objeto: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ao contrato 24/2014, que tem por objeto aquisição de generos alimenticios para o serviço de convivência e fortalecimento de vinculos do municipio de Lauro Muller

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME.

Prazo de Vigência: 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 194/2014 PMLM

Contrato 194/2014

Processo Licitatório nº 117/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 117/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente, para uso do Município de LAURO

MULLER/SC

Contratado: ANCS DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Prazo de Vigência: 18/11/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 195/2014 PMLM

Contrato 195/2014

Processo Licitatório nº 117/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 117/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente, para uso do Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: BMR CONDICIONADORES DE AR LTDA ME

Prazo de Vigência: 18/11/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 196/2014 PMLM

Contrato 196/2014

Processo Licitatório nº 117/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 117/2014

Objeto: contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de material permanente, para uso do Município de LAURO MULLER/SC

Contratado: EQUIPEL COMERCIO DE MOVEIS PARA ESCRITORIO LTDA ME

Prazo de Vigência: 18/11/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO DE CONTRATO 197/2014 PMLM

Contrato 197/2014

Processo Licitatório nº 119/2014 - INEXGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 119/2014

Objeto: Fornecimento, em favor da CONTRATANTE, dos materiais didáticos que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, composto por Livros Didáticos Integrados; Portal Aprende Brasil; Acompanhamento e Assessoramento Pedagógico; Sistema de Gestão das Informações Educacionais, do qual a CONTRATADA é detentora exclusiva, em todo território nacional, dos direitos de publicação, comercialização e distribuição.

Valor Global: R\$ 346.010,00 (trezentos e quarenta e seis mil e dez reais).

Contratado: EDITORA POSITIVO LTDA.

Prazo de Vigência: 18/11/2014 à 31/12/2014

Prefeito Municipal

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 30/2014 PMLM

Processo licitatório nº 17/2014 - Dispensa de licitação 17/2014

Objeto: ALUGUEL DE AREA PARA EXTRAÇÃO DE CASCALHO./pLocador: João Luiz Citadin/pLocatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal/p

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 34/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 30/2014 - Dispensa de licitação 30/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE RESIDENCIA PARA INSTALAÇÃO DA SEDE DA REDE FEMININA DE COMBATE AO CÂNCER DO MUNICIPIO DE LAURO MULLER./pLocador: Valeria Gonçalves/pLocatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO

35/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 31/2014 - Dispensa de licitação 31/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE RESIDENCIA PARA A INSTALAÇÃO DA BIBLIOTECA PUBLICA MUNICIPAL./pLocador: Perpetua Voss Dalpor-te
Locatário: Município de Lauro Muller
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 84/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 55/2014 - Dispensa de licitação 55/2014
Objeto: ALUGUEL DE AREA PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO/pLocador: Eli Della Justina Matemkember
Locatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 167/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 91/2014 - Dispensa de licitação 91/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL 02 DO EDIFICIO E COMERCIAL NAIVO COM 157,18M², SITUADA NA RUA HENRIQUE LAGE, Nº 42, CENTRO, LAURO MULLER, SC
Locador: Alcides Proinelli Neto
Locatário: Município de Lauro Muller/p
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 31/06/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 185/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 106/2014 - Dispensa de licitação 107/2014
Objeto: LOCAÇÃO DE CASA PARA INTALAÇÃO DE SEDE DO CRAS
Locador: Imobiliária Habitat
Locatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 02/01/2015 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 64/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 44/2014 - Dispensa de licitação 45/2014
Objeto: CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA PARA SERVIÇOS DE MANUT DE REDE DE AGUA BARRO BRANCO.
Locador: Lindomar Antônio Bernardo
Locatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 75/2013 PMLM/pProcesso licitatório nº 44/2013 - Pregão Presencial 18/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TELEFONIA MÓVEL PESSOAL (SMP) E ACESSO A INTERNET BANDA LARGA, COM FORNECIMENTO EM REGIME DE COMODATO DE 30 (TRINTA) APARELHOS TELEFÔNICOS CELULARES ASSOCIADOS AO PLANO PÓS-PAGO DE SERVIÇO, EM LIGAÇÕES PARA TELEFONES FIXOS E CELULARES DE QUALQUER OPERADORA, PACOTE DE TORPEDOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2013.

Contratado: Claro
Contratante: Município de Lauro Muller
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 67/2013 PMLM/pProcesso licitatório nº 28/2013 - Tomada de preço 02/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM SUPORTE TÉCNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS JÁ INCLUSOS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÃO CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO MIGRAÇÃO DE TODOS OS SISTEMAS ORA EM USO, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.

Contratado: Betha
Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 77/2013 PMLM/pProcesso licitatório nº 54/2013 - Inexigibilidade 13/2013
Objeto: DISPONIBILIZAÇÃO DO SISTEMA FLY TRANSPARÊNCIA, NA MODALIDADE SOFTWARE COMO SERVIÇO, POR MEIO DE CONEXÃO VIA INTERNET.

Contratado: Betha
Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 68/2013 PMLM/pProcesso licitatório nº 28/2013 - Tomada de preço 02/2013
Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE INFORMÁTICA, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARES DE GESTÃO PÚBLICA PARA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA, COM ACESSO SIMULTÂNEO DE USUÁRIOS, COM SUPORTE TÉCNICO, INSTALAÇÃO, IMPLANTAÇÃO E TREINAMENTO DE FUNCIONÁRIOS JÁ INCLUSOS ALTERAÇÕES LEGAIS E MANUTENÇÃO CORRETIVAS SE HOVEREM, INCLUINDO MIGRAÇÃO DE TODOS OS SISTEMAS ORA EM USO, CONFORME CARACTERÍSTICAS DESCRITAS NO ANEXO I DO PRESENTE EDITAL.
Contratado: tecnologia Prestação de serviço de informática.
Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 57/2013 PMLM
Objeto: LOCAÇÃO DO SISTEMA DE INFORMÁTICA, DENOMINADO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E SISTEMA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA.
Contratado: Alinea Consultoria
Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal
EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO

144/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 73/2014 - Tomada de preço 72/2014

Objeto: Contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Obras de Construção do Centro Integrado de Desporto e Lazer, localizado no Bairro Itanema no Município de Lauro Muller/SC., de acordo com o Convênio com o Fundo Estadual de Apoio aos Municípios - FUNDAM, mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Contratado: Construtora Nelgui/pContratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2015 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 145/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 69/2014 - Tomada de preço 97/2014

Objeto: contratação através de empresas do ramo pertinente, para execução das Reforma e Ampliação do Ginásio de Esporte Nelson Righetto com área total de 1.610,62m², localizado no Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: Mazon Construções

Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 149/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 56/2014 - Tomada de preço 56/2014

Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente, para prestação de serviços jurídicos para efetuar levantamentos de dados, auditá-los, apontar com precisão os possíveis valores pagos indevidamente e consequentemente proceder à compensação com tributos da mesma espécie, em que o Município paga mensalmente ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS.

Contratado: Publicar Consultoria

Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 55/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 39/2014 - Carta convite 40/2014

Objeto: CONSULTORIA NA AREA DE DIREITO PUBLICO E ADMINISTRATIVO EM ESPECIAL LICITAÇÕES E CONTRATOS.

Contratado: Pricila Novelli

Contratante: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 02/04/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 67/2013 HMLM/pProcesso licitatório nº 47/2013 - TOMADA DE PREÇO 47/2014

Objeto: O objeto da presente contrato é a contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados, conforme características descritas no ANEXO I do edital.

Contratado: BETHA SISTEMAS LTDA/pContratante: Hospital Municipal Henrique Lage/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 36/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 35/2014 - Dispensa de licitação 35/2014

Objeto: LOCAÇÃO DE AREA E SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PARA A REDE DE ABASTECIMENTO DE AGUA DO MUNICIPIO DE GUATA./pLocador: BRAZ CITADIN/pLocatário: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 65/2014 PMLM

Processo licitatório nº 44/2014 - Dispensa de licitação 44/2014

Objeto: MANUTENÇÃO E CONCERVAÇÃO CEMITERIO GUATA./pCONTRATADO: RUBERVAL RUFINO RABELO

CONTRATADO: Município de Lauro Muller

Prazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal/p

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 152/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 75/2014 - Dispensa de licitação 75/2014

Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos intermunicipal com motorista para Tubarão e Criciúma, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2014./pCONTRATADO: BEZZ BATT & BEZZ BATTI TRANSPORTES LTDA ME/pCONTRATANTE: Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 30/06/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

EXTRATO 001/2014 DE ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO 153/2014 PMLM/pProcesso licitatório nº 75/2014 - Dispensa de licitação 75/2014

Objeto: Prestação de serviços de transporte escolar para atender alunos intermunicipal com motorista para Tubarão e Criciúma, obedecendo integralmente os termos da minuta contratual e demais anexos que fazem parte integrante deste edital, durante o ano de 2014./pCONTATADO MULLER TRANSPORTES COLETIVOS LTDA ME/pCONTRATANTE : Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 30/06/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 01/FMMA/2013/pProcesso licitatório nº 01/2013 - TOMADA DE PREÇO 75/2014

Objeto: O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº01/FMMA/2013 que tem por contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados, bem como demais obrigações constantes no processo licitatório TP nº 01/2013. CONTATADO : BETHA SISTEMAS TLDA/pCONTRATANTE : Município de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 03/2014.

Objeto: . O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de vigência do contrato nº03/2014 que tem por contratação de serviço especializado na área de informática, para locação de softwares de gestão pública para Administração Direta e Indireta, com acesso simultâneo de usuários, integrados.

CONTATADO : BETHA SISTEMAS TLDA/pCONTRATANTE : Município

de Lauro Muller/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 31/12/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 02/HMHL /2014.
Processo licitatório nº 02/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2014
Objeto: O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços médicos especializados de exames de raio-x, de qualquer natureza, com disponibilização de aparelho para o Hospital Municipal Henrique Lage.
CONTATADO : CLINICA MEDICA SANTA CLARA LTDA
CONTRATANTE : HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE/pPrazo de vigência: 31/12/2014 á 01/03/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 02/HMHL /2014.
Processo licitatório nº 02/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2014
Objeto: O presente Edital tem por objetivo a contratação de serviços médicos especializados de exames de raio-x, de qualquer natureza, com disponibilização de aparelho para o Hospital Municipal Henrique Lage.
CONTATADO : CLINICA MEDICA SANTA CLARA LTDA
CONTRATANTE : HOSPITAL MUNICIPAL HENRIQUE LAGE
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 01/03/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº72/FMS /2014.
Processo licitatório nº 72/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 72/2014
Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamento fixado por ordem judicial transitada em julgado, para o Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO : MK PRODUTOS HOSPITALARES LTDA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE./p
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 30/03/2015
FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 08/FMS /2014.
Processo licitatório nº 4/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 4/2014
Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamento fixado por ordem judicial transitada em julgado, para o Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO : MK PRODUTOS HOSPITALARES LTDA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 30/03/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 09/FMS /2014.
Processo licitatório nº 4/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 4/2014
Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamento fixado por ordem judicial transitada em julgado, para o Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO : FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 30/03/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

TERMO ADITIVO Nº001 /2014 AO CONTRATO Nº 65/FMS /2014.
Processo licitatório nº 40/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 40/2014
Objeto: O presente contrato tem por objetivo a aquisição de medicamento fixado por ordem judicial transitada em julgado, para o Fundo Municipal de Saúde.
CONTRATADO : FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA
CONTRATANTE : FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE.
Prazo de vigência: 31/12/2014 á 30/03/2015

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeitura Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº125/2014 PMLM
EDITAL DE PREGAO Nº125/2014 PMLM
PROCESSO Nº124/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 16 de dezembro de 2014 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente, para prestação de serviços de manutenção com fornecimento de peças da Frota Oficial de ônibus, para o início do ano letivo de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 3 de dezembro de 2014.
ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº126/2014 PMLM
EDITAL DE PREGAO Nº126/2014 PMLM
PROCESSO Nº125/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 16 de dezembro de 2014 às 10:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos limpeza e higiene, para atender as demandas da Secretaria de Educação do Município de Lauro Muller/SC para exercício de 2015, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 3 de dezembro de 2014.
ALAN CROSETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº127/2014 PMLM
EDITAL DE PREGAO Nº127/2014 PMLM
PROCESSO Nº126/2014

O MUNICÍPIO DE LAURO MULLER, por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de dezembro de 2014 às 09:30h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de 01(um) trator agrícola, para atendimento da Secretaria Municipal de Agricultura do Município de Lauro Muller/SC, maiores

informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 3 de dezembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº49/2014 - HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº49/2014 - HMHL
PROCESSO Nº49/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 16 de dezembro de 2014 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresa especializada em SERVIÇOS LABORATORIAIS (Análises Clínicas) conforme tabela SUS e sobreaviso para o Hospital Municipal Henrique Lage no ano de 2015. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 03 de dezembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

EDITAL DE PREGAO Nº50/2014 - HMHL

EDITAL DE PREGAO Nº50/2014 - HMHL
PROCESSO Nº50/2014

O HOSPITAL MUNICIPAL DE LAURO MULLER por meio do Pregoeiro comunica as empresas interessadas que de conformidade com a Lei n.10.520/02 e demais legislações competentes, que no dia 18 de dezembro de 2014 às 09:00h (RELOGIO DO SETOR DE LICITACOES) no referido setor, na Rua Valter Vertterly, 239 Centro, Lauro Muller/SC, realizara processo licitatório Pregão presencial para contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos lavanderia, limpeza e higiene, para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC. O edital na íntegra está disponível no Setor de Licitações, maiores informações poderão ser sanadas pelo tel. (48) 3464.3122.

Lauro Muller, 03 de dezembro de 2014.
ALAN CROCETTA
Pregoeiro Municipal

Lebon Régis

PREFEITURA

01º TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE Nº 05/2014

01º TERMO DE SUPRESSÃO AO CONTRATO DE Nº 05/2014. Processo Licitatório nº 04/2014 - PR3/2014
Contratante: MUNICIPIO DE LEBON RÉGIS - SC
Contratado: GERSON JOSE TELES DE SOUZA JUNIOR 05165239969. Objeto: Fica alterada pelo presente, a cláusula segunda do Contrato n. 05/2014, Suprimindo o valor contratual em R\$ 4.045,00 (quatro mil e quarenta e cinco reais), devido redução de 7,77% das horas aulas contratadas, julgadas não mais necessárias.

Lebon Régis, 1 de Dezembro de 2014.
Rosane Regina de Souza
Gestora

Leoberto Leal

PREFEITURA

DECRETO N.º 121/2014

DECRETO Nº 121, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO FISCAL VIGENTE"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento fiscal, nas dotações com a seguinte estrutura e respectivos valores:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Órgão	03	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E FINANÇAS	100,00
Função	28	Encargos Especiais	50,00
Sub-função	845	Outras Transferências	50,00
Programa	00	Encargos Especiais	50,00
Atividade	0.001	Contribuição ao PASEP	50,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	50,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	50,00
Fonte de Recursos	0.1.0044	Fundo Especial do Petróleo - FEP	50,00
Função	04	Administração	50,00
Sub-função	122	Administração Geral	50,00
Programa	03	Gestão Geral e Administrativa	50,00
Atividade	2.003	Funcionamento e Manutenção da Secretaria da Administração, Contabilidade e Finanças	50,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	50,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	50,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	50,00
Fonte de Recurso/Detalhamento	0.1.0000.02	Recursos Ordinários/Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	50,00
Órgão	06	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Unidade Orçamentária	01	SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS	7.000,00
Função	26	Transporte	7.000,00
Sub-função	782	Transporte Rodoviário	7.000,00
Programa	09	Revitalização das Estradas	7.000,00

Atividade	2.028	Funcionamento e Manutenção da Secretaria dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos	7.000,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	7.000,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.3.00.00.00	Outras Despesas Correntes	7.000,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	7.000,00
Fonte de Recursos	0.1.0044	Fundo Especial do Petróleo - FEP	7.000,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			7.100,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação nas seguintes fontes:

Fonte	Código Fonte	Valor
Fundo Especial do Petróleo - FEP	0.1.0044	7.050,00
Recursos Ordinários/Convênio Corpo de Bombeiros/FUNDEBOM	0.1.0000.02	50,00
TOTAL DO EXCESSO UTILIZADO		7.100,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 03 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal

DECRETO N.º 122/2014

DECRETO Nº 122, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL"

A Prefeita Municipal de Leoberto Leal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 8º, Inciso I da Lei nº 1.005 de 26 de novembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento da seguridade social, na dotação com a seguinte estrutura e respectivo valor:

Classificação	Código	Especificação	Valor
Orgão	05	SECRETARIA DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	16.872,00
Unidade Orçamentária	01	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	16.872,00
Função	10	Saúde	16.872,00
Sub-função	301	Atenção Básica	16.872,00
Programa	06	Saúde com Excelência	16.872,00
Atividade	2.016	Atenção Básica – Componente Piso de Atenção Básica Variável – PABV	16.872,00
Categoria Econômica	3.0.00.00.00	Despesas Correntes	16.872,00
Grupo de Natureza da Despesa	3.1.00.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	16.872,00
Modalidade Aplicação	90	Aplicações Diretas	16.872,00

Fonte de Recursos	0.1.0064.12	Agentes Comunitários de Saúde - ACS	16.872,00
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR			16.872,00

Art. 2º Os recursos para atender o disposto no artigo anterior, correrão por conta do excesso de arrecadação na seguinte fonte:

Fonte	Código Fonte	Valor
Agentes Comunitários de Saúde - ACS	0.1.0064.12	16.872,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECAÇÃO UTILIZADO		16.872,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Leoberto Leal, 03 de dezembro de 2014.
TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA
Prefeita Municipal

CONTRATO Nº 050/2014 - PMLL

CONTRATO Nº 050/2014 - PMLL

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2014 - Aditivo de Preço.

O MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 82.924.390/0001-50, neste ato representado pela Prefeita Municipal Senhora TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA, a seguir denominado CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDINICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 1426, Cidade Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor AGUINALDO MORAES TAVARES, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 058/2013, pelos termos da proposta da Contratada datada de 13/12/2013 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes. Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa Rudipel Rudnick Petróleo LTDA, de 07/11/2014, recebida através do Protocolo/Processo Interno nº 857/2014, de 28/11/2014, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas com o produto óleo diesel perante economia nacional/mundial, em que solicita o reajuste do preço do óleo diesel comum de R\$ 2,389 para R\$ 2,479; e do óleo diesel S10 de R\$ 2,51 para R\$ 2,622.

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 002/2014, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município sobre Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço do óleo diesel comum e óleo diesel S10 em relação ao Contrato nº 002/2014;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 074/2013, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 058/2013, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a

seguinte redação:

"CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL".

II - "O Termo Aditivo de Contrato nº 050/2014, tem por objeto o reajuste no preço do óleo diesel e óleo diesel S10, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor unitário por litro de óleo diesel comum à R\$ 2,479 e o óleo diesel S10 à R\$ 2,622".

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2014, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 058/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de dezembro de 2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA Prefeita Municipal Contratante	RUDIPEL - RUDINICK PETRÓLEO LTDA AGUINALDO MORAES TAVARES Contratada
---	--

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

CONTRATO Nº 015/2014 - FMS

CONTRATO Nº 015/2014 - FMS

Segundo Termo Aditivo ao Contrato Nº 002/2014 - Aditivo de Preço.

O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL - SC, pessoa jurídica de direito público, sito na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Bairro Centro, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 08.651.832/0001-80, neste ato representado pela Secretária Municipal da Saúde Senhorita ROBERTA OTTO, a seguir denominada CONTRATANTE, e a Empresa RUDIPEL RUDINICK PETRÓLEO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, sito na Rua Marcionilo dos Santos, nº 14, Cidade de Guaramirim, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob nº 75.415.075/0002-13, neste ato representada pelo Senhor AGUINALDO MORAES TAVARES, a seguir denominada CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, assim como pelas condições no Edital de Pregão Presencial nº 014/2013, pelos termos da proposta da Contratada datada de 13/12/2013 e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Considerando, a solicitação efetuada pela Empresa Rudipel

Rudnick Petróleo LTDA, de 07/11/2014, recebida através do Protocolo/Processo Interno nº 857/2014, de 28/11/2014, que analisou as condições econômicas extraordinárias ocorridas com o produto óleo diesel perante economia nacional/mundial, em que solicita o reajuste do preço do óleo diesel comum de R\$ 2,389 para R\$ 2,479; e do óleo diesel S10 de R\$ 2,51 para R\$ 2,622.

Considerando, que a empresa vencedora do certame licitatório vem cumprindo suas obrigações constantes do Contrato nº 002/2014, não constando nada que desabone sua conduta;

Considerando, os pareceres emitidos pelo Controle Interno e pela Assessoria Jurídica do Município sobre Reequilíbrio Econômico e Financeiro, aprovando o reajuste no preço do óleo diesel comum e óleo diesel S10 em relação ao Contrato nº 002/2014;

Resolvem, as partes, de comum acordo, em decorrência do Processo de Licitação nº 017/2013, celebrar o Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 002/2014, com fulcro no art. 65, inciso II, letra d, da Lei nº 8.666 de 21/06/93, mediante sujeição mútua às normas constantes da mesma, ao Pregão Presencial nº 014/2013, à proposta, e às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - A Cláusula Segunda do Contrato nº 002/2014, passa a vigorar com o acréscimo do inciso II com a seguinte redação:

“CLÁUSULA SEGUNDA - VALOR CONTRATUAL”.

II - “O Termo Aditivo de Contrato nº 015/2014, tem por objeto o reajuste no preço do óleo diesel comum e óleo diesel S10, conforme preconiza o § 6º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, passando a vigorar a partir desta data o valor unitário por litro de óleo diesel comum à R\$ 2,479 e o óleo diesel S10 à R\$ 2,622”.

CLÁUSULA SEGUNDA - Este Termo Aditivo de Preço vincula as partes ao Contrato nº 002/2014, do Processo de Licitação, modalidade Pregão Presencial nº 014/2013.

CLÁUSULA TERCEIRA - As partes elegem o foro da Comarca de Ituporanga para dirimir qualquer questão oriunda deste Termo Aditivo de Preço Contratual, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado.

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas as demais cláusulas contratuais do Contrato nº 002/2014.

CLÁUSULA QUINTA - Assim acordadas e ajustadas, Município e Contratada assinam este Termo Aditivo ao Contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas.

CLÁUSULA SEXTA - PUBLICAÇÃO - Este Contrato entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 03 de dezembro de 2014.

ROBERTA OTTO Secretária Municipal da Saúde Contratante	RUDIPEL - RUDNICK PETRÓLEO LTDA AGUINALDO MORAIS TAVARES Contratada
--	---

Testemunhas:

SILVÂNIA CAPISTRANO LOPES CPF/MF nº 017.410.949-09	JAQUELINE R. GUCHERT HOFFMANN CPF/MF nº 005.166.179-90
---	---

Lindóia do Sul

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N.º 1.252/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.252/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014 ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º O Orçamento Geral do Município de Lindóia do Sul, dos Poderes Executivo e Legislativo, para o exercício financeiro de 2015, estima a receita em R\$ 17.917.000 e fixa a despesa em R\$ 17.917.000,00, sendo R\$ 13.388.155,00 do Orçamento Fiscal e R\$ 4.528.845,00 do orçamento da seguridade social.

§ 1º - A receita do Município será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos com o seguinte desdobramento:

Receitas Correntes: R\$ 17.711.806,00
Receitas de Capital: R\$ 105.894,00
Receitas Intra-orçamentárias: R\$ 99.300,00
TOTAL R\$ 17.917.000,00

§ 2º - a despesa do Município será realizada segundo a apresentação dos anexos integrantes desta lei, obedecendo a classificação institucional, funcional programática e natureza, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL	
01.00 – Câmara Municipal de Vereadores	R\$ 329.600,00
02.00 – Gabinete do Prefeito e Vice	R\$ 715.000,00
03.00 – Secretaria de Administração e Finanças	R\$ 1.882.979,00
04.00 – Sec. Mun. de Educação, Cultura e Esportes	R\$ 4.790.230,00
05.00 – Sec. Mun. De Saúde e Ação Social	R\$ 986.032,00
06.00 – Sec. Mun. De Infra Estrutura e Trabalho	R\$ 3.050.394,00
07.00 – Sec. Mun. De Agricultura e Ambiente	R\$ 2.012.500,00
10.00 – Fundo Municipal de Saúde	R\$ 4.148.265,00
99.00 – Reserva de contingência	R\$ 2.000,00
TOTAL	R\$ 17.917.000,00

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO	
01 – Legislativa	329.600,00
04 – Administração	2.462.979,00
06 – Segurança Pública	54.000,00
08 – Assistência Social	922.532,00
10 – Saúde	4.148.265,00
12 – Educação	4.505.230,00
13 – Cultura	85.000,00
15 – Urbanismo	615.000,00
16 – Habitação	63.500,00
17 – Saneamento	209.000,00
18 – Gestão Ambiental	43.000,00

20 – Agricultura	1.698.500,00
22 – Industria	306.000,00
26 – Transporte	2.191.394,00
27 – Desporto e Lazer	200.000,00
28 – Encargos Especiais	81.000,00
99 – Reserva de Contingencia	2.000,00
TOTAL	R\$ 17.917.000,00

III- CLASSIFICAÇÃO POR SUBFUNÇÃO	
031 – Ação Legislativa	329.600,00
122 – Administração Geral	2.462.979,00
181 – Policiamento	34.000,00
182 – Defesa Civil	20.000,00
241 – Assistência ao Idoso	25.000,00
242 – Assistência ao Portador de Deficiencia	8.300,00
243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	273.632,00
244 – Assistencia Comunitária	615.600,00
301 – Atenção Básica	3.880.875,00
302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial	207.300,00
304 – Vigilância Sanitária	26.900,00
305 – Vigilância Epidemiologica	33.190,00
306 – Alimentação e Nutrição	120.000,00
361 – Ensino Fundamental	3.171.230,00
362 – Ensino Médio	56.000,00
364 – Ensino Superior	148.000,00
365 – Educação Infantil	965.000,00
367 – Educação Especial	45.000,00
392 – Difusão Cultural	85.000,00
452 – Serviços Urbanos	615.000,00
482 – Habitação Urbana	63.500,00
511 – Saneamento Basico Rural	66.000,00
512 – Saneamento Basico Urbano	209.000,00
541 – Preservação e Conservação Ambiental	43.000,00
601 – Promoção da Produção Vegetal	13.000,00
602 – Promoção da Produção Animal	152.500,00
605 – Abastecimento	220.000,00
606 – Extensão rural	1.247.000,00
661 – Promoção Industrial	306.000,00
782 – Transporte Rodoviário	2.191.394,00
812 – Desporto comunitário	200.000,00
843 – Serviços da Divida Interna	81.000,00
999 – Reserva de Contingência	2.000,00
TOTAL	R\$ 17.917.000,00

IV - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA	
0000 – Encargos Especiais	81.000,00
0001 – Ação Legislativa -Camara de Vereadores	329.600,00
0002 – Apoio Administrativo – Gabinete do Prefeito	625.000,00
0003 – Investimentos Gerais – Gabinete do Prefeito	70.000,00
0004 – Apoio Administrativo – Sec. De Administração	1.727.979,00
0005 – Investimentos Gerais - Sec. De Administração	40.000,00
0006 – Promoção Industrial e Comercial	306.000,00
0007 – Apoio Administrativo – Diretoria de Urbanismo	1.015.000,00

0009 – Transporte Rodoviário – Diretoria de Infraestrutura	910.000,00
0010 – Serviços Urbanos – Diretoria de Infra Estrutura	649.594,00
0011 – Saneamento Básico – Diretoria de Infra Estrutura	209.000,00
0012 – Investimentos Gerais – Diretoria Infra Estrutura	266.800,00
0014 – Ensino Infantil	580.000,00
0015 – Ensino Fundamental	3.291.230,00
0016 – Ensino Médio	56.000,00
0017 – Ensino Superior	148.000,00
0018 – Educação Especial	45.000,00
0020 – Diretoria de Educação – Cultura	85.000,00
0022 – Desporto Comunitário	170.000,00
0023 – Investimentos Gerais – Esporte	30.000,00
0024 – Manut. Das Atividades do FAM	207.300,00
0025 – Apoio Administrativo – FMAS	363.000,00
0026 – Assistência ao Idoso – FMAS	25.000,00
0027 – Assistência a criança e ao adolescente	8.300,00
0028 – Proteção Social Especial de Media Complexidade	334.600,00
0029 – Investimentos Gerais	10.000,00
0030 – Atenção Básica	3.880.875,00
0031 – VigilanciaSanitaria e Epidemiologica – FMS	60.090,00
0033 – Apoio Administrativo – Fumderural	847.000,00
0034 – Promoção da Produção Vegetal – Fumderural	13.000,00
0035 - Promoção da Produção Animal –Fumderural	152.500,00
0036 – Abastecimento – Fumderural	220.000,00
0037 – Extenssão Rural – Fumderural	400.000,00
0038 – Saneamento Basico Rural – Fumderural	66.000,00
0040 – Educação e Qualidade Ambiental – Fumderural	8.000,00
0041 – Habitação Urbana e Rural – FRH	63.500,00
0042 – Assistência a Criança e ao Adolescente	181.632,00
0045 – Reserva de Contingência	2.000,00
0046 – Assistência Social Comunitária	20.000,00
0047 – Segurança Pública	34.000,00
0048 – Manutenção da Creche	385.000,00
TOTAL	R\$17.917.000,00

Art. 2º O Orçamento da Administração Direta Descentralizada, composto pelo Fundo Municipal de Saúde - FMS, estima a receita em R\$ 652.320,00, e fixa a despesa no valor de R\$ 3.940.965,00, e pelo Fundo Municipal de Assistência Medica - FAM, que estima receita e fixa despesas em R\$ 207.300,00.

Art. 3º Estão plenamente assegurados recursos para os investimentos em fase de execução, em conformidade com o art. 17 da Lei nº 1.237 de 15 de outubro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - LDO 2015.

Art. 4º A despesa total, fixada por Função, Poderes e Órgãos, está definida nos Anexos desta Lei.

Art. 5º Os recursos da Reserva de Contingência são destinados a atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Art. 6º Fica o Poder Executivo, respeitadas as demais prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64, autorizado a abrir crédito suplementar, mediante decreto, até o limite de um terço

do montante das respectivas dotações orçamentárias, tendo como fonte de recursos o excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 7º O limite autorizado no art. 6º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I - atender insuficiências de dotações do grupo de Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos da anulação de despesas consignadas no mesmo grupo;

II - atender ao pagamento de despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

III - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em programas de trabalho das funções de saúde, assistência, previdência e em programas de trabalho relacionados à manutenção e desenvolvimento do ensino, mediante o cancelamento de dotações das respectivas funções, excesso de arrecadação e o superávit financeiro de exercícios anteriores.

Art. 8º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos dentro de uma mesma categoria econômica e do mesmo programa, até o limite de um terço do montante das respectivas dotações orçamentárias.

Art. 9º. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar, mediante decreto, a transposição, o remanejamento ou a transferência de dotações, de uma fonte de recursos para outra, dentro do mesmo programa.

Art. 10. Para os efeitos desta Lei, especificamente o disposto nos artigos 6º, 8º e 9º, considera-se como respectiva dotação orçamentária o somatório total das dotações de uma mesma categoria econômica definida para o orçamento do referido exercício.

Art. 11. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar mediante decreto, a reabertura de créditos orçamentários relativos a convênios firmados e não aplicados no exercício anterior.

Art. 12. A utilização das dotações com origem de recursos em convênios ou operações de crédito fica condicionada à celebração dos instrumentos.

Art. 13. Os recursos de convênios não previstos no orçamento da receita, ou o seu excesso, poderão independente do valor, ser utilizados como fontes de recursos para abertura, mediante decreto, de créditos adicionais suplementares e especiais de projetos, atividades ou operações especiais, bem como abertura da modalidade de aplicação.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a realizar operações de crédito por antecipação de receita, com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado a contratar e oferecer garantias a empréstimos voltados para aquisição de máquinas e equipamentos, saneamento e habitação em áreas de baixa renda.

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a contrair financiamentos com agências nacionais e internacionais oficiais de crédito para aplicação em investimentos fixados nesta Lei, bem como a oferecer as contra-garantias necessárias à obtenção de garantia do tesouro nacional para a realização desses financiamentos.

Art. 17. Fica o Executivo Municipal autorizado a firmar convênio com os governos federal, estadual e municipal, diretamente ou

através de seus órgãos da Administração Direta ou Indireta e com as entidades previstas no art. 15 da Lei nº 1.237 de 15 de outubro de 2014, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária - LDO 2015.

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a reunir num projeto/atividade programas pertencentes à mesma subfunção.

Art. 19. O Prefeito, no âmbito do Poder Executivo, poderá adotar parâmetros para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas, para garantir as metas de resultado primário, conforme art. 2º, § 4º da Lei nº 1.237 de 15 de outubro de 2014.

Art. 20. Caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças manter, durante o exercício e na medida do possível, o equilíbrio entre a receita arrecadada e a despesa autorizada.

Art. 21. Ficam atualizados os anexos da Lei nº 1.166 de 29 de agosto de 2013 do Plano Plurianual - PPA 2014/2017, e da Lei nº 1.237 de 15 de outubro de 2014 da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2015, com base nos valores desta Lei.

Art. 22. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 03 de Dezembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.253/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.253/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

ALTERA A LEI N. 1.122, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2012, QUE DISPÕE O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei::

Art. 1º O art. 6º, da Lei n. 1.122, de 31 de dezembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Os servidores municipais de que trata o art. 2º, terão direito ao Programa de Alimentação a ser fornecido in natura, ao valor de R\$ 120,00 (cento e vinte reais) por mês para cada servidor, podendo ser viabilizado mediante o fornecimento de um vale alimentação mensal, cartão magnético ou similar que proporcione o gozo ao programa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 03 de Dezembro de 2014
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

LEI ORDINÁRIA N.º 1.254/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.254/2014, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014
AUTORIZA A CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO ENTRE O MUNICÍPIO E CENTRO DE TRADIÇÃO GAÚCHA PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária

Art. 1º Fica o Poder Executivo do Município, autorizado a celebrar convênio com o Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo do Oeste de Linha Sertãozinho para a realização de evento de promoção e incentivo à cultura gaúcha.

Art. 2º Para a consecução do objeto previsto no art. 1º o Município poderá participar, entre outros, com o valor de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) mediante repasse à Conveniada.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município no exercício de 2015.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 03 de Dezembro de 2014
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

DECRETO Nº 2.634.A/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 2.634.A/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.
EXONERA DIRETORA DE AÇÃO SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009
DECRETA

Art. 1º Fica exonerada a senhora JOENIA BAES PEREIRA, do cargo de Diretora de Ação Social, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargo em Comissão, a partir de 18 de Novembro de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul - SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Registra-se e Publica-se
Em, 17 de Novembro de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo
Recursos Humanos

EXTRATO DO CONTRATO 145/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 145/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Dinamic Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 58/2014
Objeto: Execução de palestras para as famílias beneficiárias dos Programas Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, bem como, para campanha de conscientização para adolescentes, conforme atividade proposta pelo Plano de Ação e Aplicação de conselho Municipal dos Direitos das Crianças e Adolescentes - CMDCA.

Valor: R\$ 5.550,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 03 de novembro de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 146/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 146/2014 - 1º TA 07/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALFA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da aquisição de mais doses de sêmen bovino
Valor: R\$ 5.605,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 11 de novembro de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 147/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 147/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: G P S CONSULTORIA, PROJETOS E OBRAS LTDA - ME
Objeto: Realização de serviços de engenharia elétrica visando a inspeção, acompanhamento técnico e fiscalização da instalação do sistema de iluminação natalina a ser implantado na Praça Pública Bel Viver, localizada na Rua Sete de Setembro, no Pátio da Igreja Matriz, na Rua 1º de Maio e Rua 29 de Julho e, Rua da Paz, Rua Sete de Setembro, Rua Tamandaré, parque São Cristóvão e

passarela que liga a área industrial ao Bairro da Amizade.

Valor: R\$ 1.000,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 12 de novembro de 2.014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 148/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 148/2014

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA

Pregão Presencial: PREGÃO Nº 59/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios, para composição da cesta natalina, destinada aos funcionários públicos municipais.

Valor: R\$ 7.348,80

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 20 de novembro de 2.014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO 149/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 150/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUCIANE REGINA HEGLER LUGARINI ME

Objeto: Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle do Sistema de Climatização de Ambientes, e serviço de inspeção, higienização e manutenção de equipamentos de climatização e ar condicionado, instalados nos prédios públicos do município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 2.200,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 25 de novembro de 2.014.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 150/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 150/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LUCIANE REGINA HEGLER LUGARINI ME

Objeto: Elaboração de PMOC - Plano de Manutenção, Operação e Controle do Sistema de Climatização de Ambientes, e serviço de inspeção, higienização e manutenção de equipamentos de climatização e ar condicionado, instalados nos prédios públicos do município de Lindóia do Sul.

Valor: R\$ 2.200,00

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 25 de novembro de 2.014.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 151/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 151/2014 - 10 ° TA 03/2011

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2011

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto, a alteração do valor contratual inicialmente firmado, em decorrência da recomposição de preços, do acréscimo quantitativo, de mais 31 dias de prestação de serviço de transporte, de estudantes universitários e cursos técnicos profissionalizantes, com ônibus acima de 40 lugares, e também em decorrência da supressão do valor contratual, relativo a 18 dias de serviço de transporte com microônibus 28 lugares, e ainda, a prorrogação da vigência contratual por mais 12 meses.

Valor do acréscimo: R\$ 10.850,25

Valor da supressão: R\$ 5.434,56

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 27 de novembro de 2.014.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 152/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 152/2014 - 1 ° TA 61/2014

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2014

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares em mais 1,04%.

Valor: R\$ 65,28

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de novembro de 2.014.

Pedro Brighenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 153/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 153/2014 - 8 º TA 23/2012

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 05/2012

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares em mais 1,04%.

Valor: R\$ 68,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 27 de novembro de 2014.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 154/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 154/2014 - 6 º TA 57/2012

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: ALCI DAL BELLO ME

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 19/2012

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes escolares em mais 1,50%, e a prorrogação da vigência contratual por mais doze meses.

Valor: R\$ 105,56

Vigência: 31 de dezembro de 2015.

Assinatura: 27 de novembro de 2014.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em Exercício

EXTRATO DO CONTRATO 155/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 155/2014 - 6 º TA 11/2012

O Prefeito Municipal em Exercício de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: VIAGENS ZONTA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 55/2011

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor contratual inicialmente firmado em decorrência da recomposição do preço pago por quilômetro rodado de transporte de estudantes universitários e de cursos técnicos, em mais 1,04%.

Valor: R\$ 54,52

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 28 de novembro de 2014.

Pedro Bringhenti

Prefeito Municipal em Exercício

EDITAL PREGÃO 64/2014

MUNICÍPIO DE LINDÓIA DO SUL

Estado de Santa Catarina

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 64/2014

PEDRO ARI PARIZOTTO - Prefeito Municipal de Lindóia do Sul, SC, torna público que fará realizar, Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, sistema de registro de preços, na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a possível aquisição de combustíveis (óleo diesel S10, gasolina comum, álcool), arla, para o abastecimento da frota da Prefeitura de Lindóia do Sul e cargas de gás de cozinha botijões de 13KG e botijões de 45KG, gases industrial e medicinal, para o ano de 2015, no dia 19 de dezembro de 2014, as 14:00 horas, com recebimento dos envelopes de documentos e propostas até as 13:45 horas do mesmo dia, no setor de licitações, situada na Rua Tamandaré, 98, junto ao Prédio da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, SC. Neste mesmo local, no horário de expediente, ou pelo site www.lindoiadosul.sc.gov.br, poderá ser obtido a íntegra do edital, assim como, demais informações pelo telefone (0xx49) 3446.11.77.

Lindóia do Sul - SC, 03 de dezembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 50/2014 - 1º TA 87/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: ZATTA BRUNIERA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 65/2013

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto registrar a alteração da razão social da empresa detentora da Ata, que passou a ser denominada "LEOPOLDO ZATTA ME"

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 11 de Novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 51/2014 - 2º TA 88/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: SAFRA DIESEL LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 63/2013

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por litro de óleo diesel correspondente ao item 1 da ATA de registro de preços original

Valor: R\$ 7.946,00

Vigência: 31 de dezembro de 2014.

Assinatura: 12 de Novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LINDÓIA DO SUL
EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 52/2014 - 2º TA 92/2013

O Prefeito Municipal de Lindóia do Sul/SC torna público que firmou a seguinte ata de registro de preços:

Detentora da ATA: AUTO POSTO ATENA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2013
Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração do valor inicialmente registrado em decorrência da recomposição de preços para reequilíbrio econômico financeiro do valor pago por litro de gasolina comum, correspondente ao item 1 da ATA de registro de preços original
Valor: R\$ 416,8335
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 12 de Novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 09/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 09/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: FRARE & CIA LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$ 10.872,75
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de julho de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 10/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 10/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: SUPERMERCADO FAMA LTDA

Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$ 13.407,56
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de julho de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 11/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 11/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: OBJETIVA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$ 12.296,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de julho de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 12/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 12/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza.
Valor: R\$ 6.191,83
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de julho de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 13/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 13/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL SABOR DO SUL
Licitação: PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014
Objeto: Aquisição, de forma parcelada, de gêneros .
Valor: R\$ 156,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 07 de julho de 2.014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 14/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 14/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LORENZATTO E PELLIZARRI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Objeto: Contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra) para Reforma e ampliação de edificação residencial mista em linha Maria Guinther interior do Município de Lindóia do Sul, de acordo com o projeto básico fornecido.
Valor: R\$17.152,96
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 10 de outubro de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

EXTRATO DO CONTRATO - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE 15/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SERVIÇO SÓCIO ASSISTENCIAL DE ALTA COMPLEXIDADE - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE
EXTRATO DE CONTRATO
CONTRATO Nº 15/2014 - 1º TA 14/2014

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Serviço Sócio Assistencial de Alta Complexidade - CASA LAR PEQUENO PRÍNCIPE, torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: LORENZATTO E PELLIZARRI PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA ME
Objeto: Reprogramação dos valores da obra, em decorrência da supressão de itens não executados, e da execução de itens adicionais, não previstos no projeto original.
Valor do acréscimo: R\$800,00
Valor da supressão: R\$800,00
Vigência: 31 de dezembro de 2014.
Assinatura: 19 de novembro de 2014.

Pedro Ari Parizotto
Presidente

Luzerna

PREFEITURA

8º TERMO ADITIVO - CONTRATO ADM. PML Nº 0055.2010 - PL PML Nº 0092.2010 - TP FMS Nº 0008.2010 - COLETA DE LIXO - T.O.S. OBRAS E SERV. AMBIENT. LTDA - PROR. PRAZO DE VIG. E APLICA CORREÇÃO INFLACIONÁRIO - RETIFICADO
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO DA PÚBLICAÇÃO INSERIDA NA EDIÇÃO Nº 1.622, DO DIA 25/11/2014, ÀS FLS. 611-612 DO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE SANTA CATARINA (DOM/SC).
OITAVO TERMO ADITIVO [8º TA]
CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0055.2010
PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0092.2010.
TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0008.2010.

Oitavo Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0055.2010, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0092.2010, Tomada de Preço PML nº 0008.2010, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, com o fito de prorrogar em 12 (doze) meses o prazo de vigência contratual, e aplicar ao preço contratado a correção inflacionária do acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 72.332.778/0001-09, com sede administrativa na cidade de Maravilha/SC, sito na Avenida Sete de setembro, nº 211, sala 106, neste ato representada por sua sócia-administradora, a Sra. JULEIDE INES D'AGOSTINI, brasileira, separada judicialmente, contadora, portadora de documento de identidade do tipo RG, de nº 2.030.718, inscrita no CPF sob nº 589.785.859-49, residente e domiciliada na Rua Duque de Caxias, nº 626, Ap. 206, na cidade de Maravilha/SC, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO E DA APLICAÇÃO DA CORREÇÃO INFLACIONÁRIA:

- 1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado em mais 12 (doze) meses.
- 1.2. O instrumento outrora firmado passará então, após a assinatura do presente Aditivo, a ter vigência até 07 de dezembro de 2015.
- 1.3. O presente instrumento possui ainda como objeto secundário a aplicação de correção inflacionário sobre valor atualmente praticado, aplicando-lhe, portanto, a majoração do acumulado do INPC, dos últimos 12 (meses), que equivalem a 6,34% (seis pontos e trinta e quatro décimos percentuais).

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

- 2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do

Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 13 de novembro de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE _____

JULEIDE INES D'AGOSTINI

T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS AMBIENTAIS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

4º TA – CA PML Nº 0073.2012 - PL PML Nº 0092.2012 - TP FMS Nº 0013.2012 – SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA - BETHA SISTEMAS LTDA – ADITIVO QUALITATIVO

QUARTO TERMO ADITIVO [4º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0073.2012

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0092.2012.

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0013.2012.

Quarto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0073.2012, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0092.2012, Tomada de Preço PML nº 0013.2012, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e BETHA SISTEMAS LTDA, com o fito de aditar qualitativamente o objeto licitado.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, com sede administrativa na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, em Criciúma/SC, representada neste ato por seu procurador, o Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador do documento identidade profissional de nº 24.757, expedido pela OAB/SC, inscrito no CPF sob o nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua Araranguá, nº 205, apart. 1.004, Centro, em Criciúma/SC,, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA ALTERAÇÃO QUALITATIVA DO OBJETO LICITADO:

1.1. O presente instrumento tem por escopo alterar qualitativamente o objeto licitado, lhe acrescendo-se o sistema de "Tesouraria" para o Fundo Municipal de Assistência Social, com acesso para 01 usuário, o que se faz com forte no teor do art. 65, I, "a", da Lei 8.666/93.

1.2. Tal acréscimo representará uma majoração do valor licitado no importe R\$ 90,00 (noventa reais) mensais.

1.3. Sem prejuízo do disposto acima, pela implantação do sistema será adimplido o valor de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), em parcela única.

1.4. Conforme parecer contábil, as despesas resultantes deste instrumento correrão a conta de Dotações Orçamentárias consignadas na seguinte classificação:

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 - Manutenção da Assistência Social Geral

Modalidade de Aplicação - Outras Despesas Correntes

Dotação: 3.3.90.00.00

Recurso: 00 - Recursos Ordinários

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de dezembro de 2014

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE _____

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

5º TA – CA PML Nº 0073.2012 - PL PML Nº 0092.2012 - TP FMS Nº 0013.2012 – SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA - BETHA SISTEMAS LTDA – PROR. PRAZO DE VIGÊNCIA

QUINTO TERMO ADITIVO [5º TA]

CONTRATO ADMINISTRATIVO- PML Nº 0073.2012

PROCESSO LICITATÓRIO - PML Nº 0092.2012.

TOMADA DE PREÇO - PML Nº 0013.2012.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato Administrativo PML nº 0073.2012, oriundo do Processo Licitatório PML nº 0092.2012, Tomada de Preço PML nº 0013.2012, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC - PML e BETHA SISTEMAS LTDA, com o fito de prorrogar em 12 (doze) meses o prazo de vigência inicial do contrato.

Presentes de um lado o MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, nº 151, em Luzerna/SC, representada neste ato por seu Prefeito Municipal, o Sr. MOISÉS DIERSMANN, doravante denominada simplesmente CONTRATANTE; e de outro BETHA SISTEMAS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.456.865/0001-67, com sede administrativa na Rua João Pessoa, nº 134, Centro, em Criciúma/SC, representada neste ato por seu procurador, o Sr. ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR, brasileiro, casado, advogado, portador do documento identidade profissional de nº 24.757, expedido pela OAB/SC, inscrito no CPF sob o nº 004.770.259-19, residente e domiciliado na Rua Araranguá, nº 205, apart. 1.004, Centro, em Criciúma/SC,, doravante simplesmente denominada CONTRATADA; RESOLVEM, com supedâneo na Lei 8.666/93 e alterações posteriores, celebrar, na presença das testemunhas signatárias, o presente Termo Aditivo ao Contrato em epígrafe, nos termos que segue:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO:

1.1. O presente instrumento tem por objeto inicial a prorrogação da vigência do instrumento contratual outrora firmado em mais 12 (doze) meses.

1.2. O instrumento outrora firmado passará então, após a assinatura do presente Aditivo, a ter vigência até 13 de dezembro de 2015.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA RETIFICAÇÃO:

2.1. As partes, neste ato, ratificam, no que couber, todas as demais cláusulas estipuladas no Contrato original e constantes do Edital do aludido Processo Licitatório, como se aqui transcritas literalmente, para todos os fins e efeitos jurídicos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1. É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas do Contrato e/ou deste aditivo, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por assim estarem justos e contratados, assinam este instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo signatárias, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 03 de dezembro de 2014

MOISÉS DIERSMANN

MUNICÍPIO DE LUZERNA/SC

CONTRATANTE _____

ERNESTO MUNIZ DE SOUZA JUNIOR

BETHA SISTEMAS LTDA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF: _____

2ª TESTEMUNHA

Nome Legível:

RG:

CPF:

PL 136/2014 - PP 083/2014 - BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS- PML

MUNICIPIO DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 136/2014 - PML

Pregão Presencial nº 083/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente Licitação tem por objeto a aquisição de brinquedos educativos, de forma parcelada, destinados a Secretária de Educação, Esporte e Cultura e ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Luzerna, conforme especificações e quantidades constantes do anexo I, parte integrante deste processo.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14 horas do dia 16 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 14h10min do dia 16 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2014 PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA INCUBADORA TECNOLÓGICA LUZERNA - SEVERINO L. DE DEA

RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA

INCUBADORA TECNOLÓGICA LUZERNA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 01.613.428-0001/72, com sede administrativa à Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN, torna público nesta data, para conhecimento dos interessados, o RESULTADO DA CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2014 das propostas apresentadas a INCUBADORA TECNOLÓGICA DE LUZERNA, órgão de extensão e desenvolvimento tecnológico vinculada a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, que buscam apoio da incubadora para o desenvolvimento de seu Projeto e, que possam promover relevantes impactos sociais e econômicos.

A Comissão de avaliação ad hoc, após analisar as propostas de empreendimento apresentadas, deu parecer favorável e aprovou o seguinte empreendimento:

Empreendimento/Projeto	Empreendedores	Pontuação
Eco Têxtil Ind. e Com. de Máquinas Recicladoras Textil Ltda.	Severino L. de Déa	89,00

Os proponentes selecionados serão convocados para entrega dos documentos complementares e assinatura dos contratos de Incubação.

O prazo para recursos é de 3 (três) dias úteis depois da data de publicação deste no Diário Oficial dos Municípios.

O recurso deve ser protocolado junto a recepção da Incubadora Tecnológica de Luzerna, Rua Vigário Frei João, 601 - Bairro São Francisco - Centro de Eventos São João Batista - 89609-000 - Luzerna/SC onde será encaminhado à Comissão de avaliação ad hoc, que procederá a análise do mesmo e emitirá parecer no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

Luzerna(SC), 02 de dezembro de 2014.

Moisés Diersmann

Prefeito de Luzerna

PL 137/2014 - PP 084/2014 - AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS- PML

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0137/2014 - FMS

Pregão Presencial nº 0084/2014 - FMS

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO para Registro de Preço.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para aquisição de 2 (dois) veículos destinados ao Fundo Municipal de Saúde conforme condições e especificações constantes do Anexo I deste edital.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 17 horas do dia 17 de dezembro de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 17h10min do dia 17 de dezembro de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

PL 138/2014 - CV 008/2014 - MOBILIÁRIO - PM

MUNICÍPIO DE LUZERNA

EXTRATO

Processo Licitatório nº 138/2014 - PML

Carta Convite nº 008/2014 - PML

A PREFEITURA DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISES DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade CONVITE.

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa(s) especializada(s) para a fabricação, montagem e instalação de móveis sob medida, destinados a Secretaria de Educação, Esporte e Cultura e ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Luzerna de acordo com o Anexo I e demais condições estabelecidas neste edital.

REGIMENTO: Lei nº 8.666/1993 e demais alterações.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 14h do dia 10 de dezembro de 2014.

SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO: às 14h do dia 10 de dezembro 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

RECEITAS FEDERAIS DO DIA 02/12/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 02/12/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie	Recebido no Período
Receitas Orçamentárias	64.962,65
4.1.7.2.1.00.00.00.00 Transferências da União	62.944,88
4.1.7.2.1.33.00.00.00 Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	62.944,88
4.1.7.2.1.33.11.00.00 Atenção Básica	60.563,60
4.1.7.2.1.33.11.30.00 Piso de Atenção Básica Variável (PAB Variável)	60.563,60
4.1.7.2.1.33.11.30.01 Saúde da Família	11.130,00
4.1.7.2.1.33.11.30.02 Agentes Comunitários de Saúde	12.168,00
4.1.7.2.1.33.11.30.03 Saúde Bucal	4.460,00
4.1.7.2.1.33.11.30.08 PMAQ - Programa de Melhoria do Acesso a Qualidade	32.805,60
4.1.7.2.1.33.14.00.00 Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.1.33.14.10.00 Componente Básico da Assistência Farmacêutica	2.381,28
4.1.7.2.4.00.00.00.00 TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	2.017,77
4.1.7.2.4.01.00.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	2.017,77
4.1.7.2.4.01.01.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	1.210,66
4.1.7.2.4.01.02.00.00 Transf. de Recursos do FUNDEB	807,11

Luzerna, 03/12/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR
SECRETÁRIO DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA
CONTADORA - CRC/SC 020394/O-8

Mafra**PREFEITURA****EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2014**

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS Nº 195/2014

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de equipamentos e materiais Médicos Hospitalares e veículo 0Km destinado as unidades Básicas de Saúde, referente à proposta 10491.693000/1140-02 emenda parlamentar através do Fundo Municipal da Saúde, conforme quantidades e especificações constantes do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 08h30min do dia 16/12/2014, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, na Praça Desembargador Flávio Tavares, nº 12, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 14:00 horas pelos Fones (47) 3641-4003 ou 4061.

Mafra (SC), 03 de dezembro de 2014.

Roberto Agenor Scholze

Prefeito Municipal

Diego Ricardo Krachinski

Pregoeiro Municipal

Maracajá**PREFEITURA****RESULTADO FINAL DA LICITAÇÃO 51/2014 CC**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Maracajá

RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO e PROPOSTA LICITAÇÃO Nº 51/2014 - CONCORRÊNCIA

Objeto: Execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua José Elisandro dos Santos e na Rodovia Municipal MAR 253, no município de Maracajá/SC.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Maracajá torna público o resultado do julgamento de habilitação e propostas de preços, da Licitação 51/2014 - Concorrência, que resultou na HABILITAÇÃO e CLASSIFICAÇÃO da única empresa participante SETEP CONSTRUÇÕES S.A. com o valor global de R\$ 1.492.411,99 (um milhão, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e onze reais e noventa e nove centavos).

Maracajá, 03 de dezembro de 2014.

Itaionara Tramontin Recco

Presidente da CPL

Maravilha

PREFEITURA

DECRETO Nº 155/2014

DECRETO Nº 155, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Institui o valor da Unidade Fiscal para o exercício de 2015 no Município de Maravilha-SC e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto instituído o novo valor da Unidade Fiscal no Município de Maravilha, destinada à atualização dos Tributos Municipais, baseado na variação do IGPM de dezembro/2013 a novembro/2014, no percentual de 3,6543%, servindo a mesma para atualização da planta genérica de valores do Município e dos Tributos Municipais.

Art. 2º A Unidade Fiscal no Município de Maravilha corresponde à importância de R\$ 93,33 (noventa e três reais e trinta e três centavos) para o exercício de 2015.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 156/2014

DECRETO Nº 156, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre o Calendário Fiscal do Município de Maravilha-SC para o exercício financeiro de 2015 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Calendário Fiscal para o exercício de 2015, definindo os Tributos, seu parcelamento, as datas de vencimento e outras disposições correlatas para o processamento e a efetivação da arrecadação dos Tributos Municipais, em conformidade com o Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Vencidos os prazos previstos e fixados no Calendário Fiscal para satisfação do Crédito Fiscal, objeto deste Decreto, ficam automaticamente sujeitos às penalidades previstas na Legislação Tributária, bem como a inscrição do Crédito Tributário em dívida ativa, os contribuintes ou responsáveis infratores.

Art. 3º Será concedido desconto de 10% da taxa de vistoria anual e ISS fixo, para pagamento em cota única.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Art. 5º As despesas decorrentes com a realização deste decreto correrão por conta do orçamento municipal.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

ANEXO ÚNICO
PARA PAGAMENTO EM COTA ÚNICA

IPTU	PARCELA ÚNICA
VENCIMENTO	16/03/2015

PARA PAGAMENTO PARCELADO

IPTU	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA	4ª PARCELA
VENCIMENTO	16/03/2015	15/05/2015	15/07/2015	15/09/2015

TRIB.	ISS											
COMP	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
VENC.	25/F	25/M	27/A	25/M	25/J	27/J	25/A	25/S	26/O	25/N	28/D	25/01/16

ISS FIXO - COTA ÚNICA = 10% DESCONTO (27/02/2015)

TAXA DE VISTORIA PARA LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E PERMANÊNCIA. CATEGORIA: AUTÔNOMO	1ª PARCELA	2ª PARCELA	3ª PARCELA
	27/02/2015	27/03/2015	30/04/2015

Obs.: Para as vistorias ocorridas até 20 de fevereiro de 2015.

PARA AS VISTORIAS REALIZADAS NO PERÍODO DE 20/02/2015 A 31/12/2015 MANTEM-SE O DESCONTO DE 10% PARA O PAGAMENTO EM COTA ÚNICA OU SEM DESCONTO PARCELADO EM 3 VEZES.

TAXA DE VISTORIA - COTA ÚNICA = 10% DESCONTO

1 – LEGENDA:

IPTU – IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO

ISS – IMPOSTO SOBRE SERVIÇO

2 – OBSERVAÇÃO:

OS TRIBUTOS NÃO CONSTANTES DESTES CALENDÁRIOS SERÃO PAGOS POR OCASIÃO DA ENTRADA DOS RESPECTIVOS REQUERIMENTOS OU QUANDO DA PRÁTICA DO ATO DE ORIGEM DO SEU PAGAMENTO, OU AINDA A CRITÉRIO DO ÓRGÃO FAZENDÁRIO.

DECRETO Nº 157/2014

DECRETO Nº 157, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de serviços urbanos e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fixa zona de absorção para a cobrança de taxa de coleta, transporte e deposição final do lixo urbano para o Exercício de 2015, de acordo com o artigo 100, da Lei Municipal nº 1.942, de 16 de dezembro de 1993, e artigo 1º da Lei nº 2.345, de 17 de dezembro de 1997:

ZONA	COLETA DE LIXO
Zona 1	R\$ 197,43
Zona 2	R\$ 170,72
Zona 3	R\$ 144,04
Zona 4	R\$ 117,35
Zona 5	R\$ 101,35
Zona 6	R\$ 85,30
Zona 7	R\$ 72,61

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

DECRETO Nº 158/2014

DECRETO Nº 158, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Dispõe sobre atualização de valores das taxas de comércio eventual ou ambulantes e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Ficam atualizados os valores das taxas de comércio eventual ou ambulante, os quais passam a vigorar nos seguintes termos:

I - R\$ 162,40 (cento e sessenta e dois reais e quarenta centavos) por dia de comércio ambulante, sem a utilização de veículo automotor;

II - R\$ 324,83 (trezentos e vinte e quatro reais e oitenta e três centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga de até duas toneladas;

III - R\$ 496,59 (quatrocentos e noventa e seis reais e cinquenta e nove centavos) por dia de comércio ambulante, com a utilização de veículo automotor com capacidade de carga acima de duas toneladas.

Parágrafo único. Os valores das taxas especificadas nos incisos II e III, do presente artigo, serão cobrados do ambulante independentemente se o veículo automotor utilizado para o comércio estiver rodando pelas vias públicas ou possuir ponto fixo de venda.

Art. 2º As despesas decorrentes com a realização do presente decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 142, de 05 de dezembro de 2013.

Maravilha - SC, 3 de dezembro de 2014.

ROSIMAR MALDANER

Prefeita Municipal

Registrado e publicado na data supra.

SANDRO DONATI

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Marema**PREFEITURA****LEI Nº 1055/2014**

Lei nº 1055/2014

De 12/11/2014

INSTITUI "FG" - FUNÇÃO GRATIFICADA PARA SERVIDORES OCUPANTES DE CARGO DE CARREIRA DO LEGISLATIVO, DESIGNADOS PARA ATENDER DESEMPENHO DE ATIVIDADE ESPECIAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído "FG" Função Gratificada, para servidores ocupantes do cargo de carreira, designados para atender desempenho de atividades especial, de forma permanente ou temporária, conforme segue:

ATIVIDADE ESPECIAL	PERCENTUAL
01 - Membro da Comissão de Licitação	12%

§ 1º - O percentual é aplicado sobre o vencimento do servidor do quadro de pessoal do Poder Legislativo.

§ 2º - A "FG" será devida na proporção da efetiva participação do servidor.

§ 3º - A "FG" criada por esta Lei não se incorpora aos vencimentos do servidor, cessando o seu pagamento com o afastamento deste da Atividade Especial designada.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário

Gabinete do Prefeito 12 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

VETO TOTAL A LEI 1.055/2014 DE ORIGEM DO LEGISLATIVO DE 03 DE NOVEMBRO DE 2014.

Cumpre-nos comunicar-lhe que, na forma do disposto no § 1º do art. 48, da Lei Orgânica do Município, VETEI, a Lei Municipal n. 1.055/2014 de 03 de novembro de 2014, originário dessa Casa de Leis.

RAZÕES E JUSTIFICATIVAS DO VETO

Muito embora se verifique a preocupação dos nobres Vereadores em querer colaborar com os procedimentos relativos à prestação dos serviços, a integralidade da proposta não pode prosperar.

Senão Vejamos:

A Câmara de Vereador não deve olvidar o espírito da LRF, o princípio da responsabilidade no uso do dinheiro público, que tende a ser infringido, quando foi instituído uma "FG" para pagamento de uma Função Gratificada para participar como membro da comissão de licitação, num percentual de 12% sobre o vencimento.

Ora, é publico e notório que a Câmara Municipal é tida como uma pequena unidade, e por certo, que as licitações realizadas são esporádicas, portanto, não justifica o pagamento do referido percentual a uma comissão que irá atuar uma, duas vezes por ano.

Assim, a concessão de tal função gratificada, não tem o caráter da essencialidade. Esse pagamento, contudo, não se baseará em tal ou qual norma da LRF, mas como dito, no princípio da responsabilidade.

Por sua vez, o pagamento da "FG" para participação de comissão, irá criar precedente, com solicitação de gratificação a outros membros de comissão, que por sua essencialidade são atribuições do cargo ou prestados por nomeação ser remuneração.

As alegações têm pertinência e foram suficientemente demonstradas. A grave lesão evidencia-se a partir do montante que deverá ser despendido para arcar com a respectiva verba para os membros da comissão, cuja execução não será corriqueira.

Assim, diante das considerações apresentadas somos levados a propor o Veto Total a Lei 1.055/2014 de origem do legislativo, em virtude do princípio da responsabilidade.

SMJ, esta é a decisão.

Marema, 17 de novembro de 2014

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

LEI N. 1.056/2014

Lei n. 1.056/2014

De 19 de novembro de 2014

AUTORIZA O MUNICIPIO DE MAREMA FIRMAR CONVENIO DE CO-OPERAÇÃO COM O CIEE/SC E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER aos habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Marema, com fundamento na Lei Federal n. 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008 e Lei Federal n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, firmar convenio com o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA-ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC, devidamente inscrito no CNPJ/MF n. 04.310.564/0001-81.

§ 1º. O convênio de cooperação firmado entre as partes, visa o desenvolvimento de atividades conjuntas capazes de propiciar a promoção da integração ao mercado de trabalho e a formação para o trabalho, de acordo com a Lei Federal n. 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008 e Lei Federal n. 9.394 de 20 de dezembro de 1996, através de estágio, que obrigatório ou não, deverá ser pedagogicamente útil e por isso, de interesse curricular, entendido como um ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho.

§ 2º. - O Estágio não gera vínculo empregatícios de qualquer natureza, cabendo ao Município oferecer aos estagiários condições de desenvolver as atividades previstas para o estágio em locais afins aos cursos.

Art. 2º - As condições do Estágio serão firmados por convenio entre o Município e o CENTRO DE INTEGRAÇÃO EMPRESA/ESCOLA DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CIEE/SC.

Art. 3º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a praticar todos os atos bons e necessários à colimação do objeto desta matéria.

Art. 4º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 5º - As despesas decorrentes da presente Lei correrão a conta do orçamento municipal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 19 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIAESKI

Servidor Designado

LEI N. 1057/2014

Lei n. 1057/2014

de 25/11/2014

"AUTORIZA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu SANCIONO a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica autorizado o chefe do poder executivo, nos termos da presente lei, suplementar dotações orçamentárias no valor de R\$ 384.000,00 (Trezentos e oitenta e quatro e mil, reais), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 01

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Manutenção das Atividades Legislativas	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0001	2.018	Manutenção Das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	40.000,00

Reduzido 01

Código	Secretaria/departamento	
02.01	Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0401	2.019	Manutenção das atividades do Gabinete
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	100.000.00

Reduzido 05

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.020	Manutenção das atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	25.000,00

Reduzido 15

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	

funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.035	Manutenção das atividades do Ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
31.90.00.00	01.01	25.000,00

Reduzido 63 - 64

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de Infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	2.045	Manutenção das atividades Rodoviárias
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	70.000,00
3.3.90.00.00	01.00	70.000,00

Reduzido 80

Código	Secretaria/departamento	
10.01	Departamento de Assistência Social	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.049	Manutenção das atividades Assistência Social
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	54.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 1

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	1.003	Ampliação Rede Física Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.02	10.000.00

Reduzido 03

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	1.004	Aquisição de Veiculo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.02	5.000,00

Reduzido 5

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	2.026	Manutenção Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.02	80.000,00

Reduzido 1

Código	Secretaria/departamento	
16.01	Fundo Municipal de Assistência Social	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	1.007	Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Reduzido 38

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de Agricultura	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.605.2001	2.043	Manutencao Atividades Agricultura
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	99.000,00

Reduzido 82 84

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Especiais	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização da Divida e Encargos Municipais
Modalidade	Fonte	Dotação
3.2.90.00.00	01.00	90.000,00
4.6.90.00.00	01.00	40.000,00

Reduzido 61

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Manutenção das Atividades Legislativas	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0001	1.001	Construção do Centro Legislativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	40.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

DECRETO Nº 150/2014

Decreto nº 150/2014

De 10/11/2014

TRANSFERE VEICULOS DE DEPARTAMENTO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor CONSIDERANDO a necessidade de ajustar o patrimônio do Município às finalidades da Administração.

DECRETA

Art. 1º - A transferência dos seguintes veículos de departamento:

- Veículo FIAT/UNO placas MIK-2475 do Departamento Municipal de Assistência Social para o Departamento Municipal de Administração;

Art. 2º - O presente Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em 10 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Func. Designado

DECRETO N. 151/2014

DECRETO n. 151/2014

De 21/11/2014

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATORIO/FMAS n. 008/2014 NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL/FMAS n. 008/2014, ADJUDICA O OBJETO AO PROPONENTE VENCEDOR E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor em especial ao disposto nas Leis Federal n. 8.666/93 e 8.884/94 bem como as alterações posteriores e CONSIDERANDO o julgamento feito pela comissão permanente de licitação:

DECRETA

Art. 1º. A homologação do julgamento proferido pela comissão permanente de licitação no Processo Licitatório/FMAS n.008/2014 na Modalidade de Pregão Presencial/FMAS n. 008/2014, na sua exata ordem de classificação.

Parágrafo Único - O objeto consiste em Aquisição de Produtos de Limpeza, Alimentos e Material didático.

Art. 2º. Fica adjudicado o objeto do item 02, 04, 05, 06, 09, 13, 14, 15, 17, 23, 24 e 25 ao proponente vencedor AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA, no valor total de 1.624,50 (reais); o objeto do item 07, 12, 27, 28, 29, 30, ao proponente vencedor CTR ALIMENTOS LTDA ME, no valor de R\$ 4.143,50 (reais); o objeto do item 11, 31, 32, 33, 34, 35, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 54, 55, 56, 58, e 60 ao proponente vencedor PEGASUS ATACADISTA LTDA ME no valor de R\$ 2.648,90 (reais); o objeto do item 01, 03, 08, 10, 16, 18, 19, 20,

21, 22, 26, 36, 37, 39, 47, 52, 53, 57 e 59 ao proponente vencedor SUPERMERCADO MAREMA LTDA ME no valor de R\$ 2.389,10 (reais); o objeto do item 61 ao proponente vencedor THOTH CURSOS E PALESTRAS LTDA ME no valor de R\$ 2.970,00 (reais).

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 21 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra e local de costume.

SILVANO CIRO PIAESKI

Funcionário Designado

DECRETO N. 152/2014

Decreto n. 152/2014

de 25/11/2014

"DECRETA ALTERAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCICIO DE 2014 E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

MARCOS PEDRO BATISTEL, Prefeito Municipal de Marema - SC, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor, especialmente a Lei Municipal n. 1057/2014 de 24/11/2014

DECRETA

Art. 1º - A suplementação de dotações orçamentárias no valor de R\$ 384.000,00 (trezentos e oitenta e quatro e mil, reais), nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 01

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Manutenção das Atividades Legislativas	
funcional	Proj./ativ.	descrição
01.031.0001	2.018	Manutenção Das Atividades Legislativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	40.000,00

Reduzido 01

Código	Secretaria/departamento	
02.01	Gabinete do Prefeito e do Vice Prefeito	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0401	2.019	Manutenção das atividades do Gabinete
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	100.000.00

Reduzido 05

Código	Secretaria/departamento	
03.01	Departamento de Administração	
funcional	Proj./ativ.	descrição
04.122.0402	2.020	Manutenção das atividades Administrativas
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	25.000,00

Reduzido 15

Código	Secretaria/departamento	
05.01	Departamento de Educação	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	2.035	Manutenção das atividades do Ensino fundamental
Modalidade	Fonte	Dotação
31.90.00.00	01.01	25.000,00

Reduzido 63 - 64

Código	Secretaria/departamento	
08.01	Departamento de Infraestrutura	
funcional	Proj./ativ.	descrição
26.782.2601	2.045	Manutenção das atividades Rodoviárias
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	70.000,00
3.3.90.00.00	01.00	70.000,00

Reduzido 80

Código	Secretaria/departamento	
10.01	Departamento de Assistência Social	
funcional	Proj./ativ.	descrição
08.244.0801	2.049	Manutenção das atividades Assistência Social
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	54.000,00

Art. 2º Para dar cobertura das suplementações conforme artigo 1º deste decreto, serão anuladas dotações dentro do orçamento vigente nas seguintes programações de despesas:

Reduzido 1

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	1.003	Ampliação Rede Física Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.02	10.000,00

Reduzido 03

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição
10.301.1001	1.004	Aquisição de Veiculo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.02	5.000,00

Reduzido 5

Código	Secretaria/departamento	
13.01	Fundo Municipal de Saúde	
funcional	Proj./ativ.	descrição

10.301.1001	2.026	Manutenção Atividades da Saúde
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.02	80.000,00

Reduzido 1

Código	Secretaria/departamento	
16.01	Fundo Municipal de Assistência Social	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
12.361.1201	1.007	Aquisição de Veículos
Modalidade	Fonte	Dotação
3.3.90.00.00	01.00	20.000,00

Reduzido 38

Código	Secretaria/departamento	
06.01	Departamento de Agricultura	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
10.605.2001	2.043	Manutencao Atividades Agricultura
Modalidade	Fonte	Dotação
3.1.90.00.00	01.00	99.000,00

Reduzido 82 84

Código	Secretaria/departamento	
11.01	Encargos Especiais	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
28.846.2800	0.000	Amortização da Dívida e Encargos Municipais
Modalidade	Fonte	Dotação
3.2.90.00.00	01.00	90.000,00
4.6.90.00.00	01.00	40.000,00

Reduzido 61

Código	Secretaria/departamento	
01.01	Manutenção das Atividades Legislativas	
funcional	Proj./ativ.	Descrição
01.031.0001	1.001	Construção do Centro Legislativo
Modalidade	Fonte	Dotação
4.4.90.00.00	01.00	40.000,00

Art. 3º - Esta Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Marema, Estado de Santa Catarina, em 25 de novembro de 2014.

MARCOS PEDRO BATISTEL

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra e local de costume

SILVANO CIRO PIASESKI

Servidor Designado

Massaranduba

PREFEITURA

CO 58.2014 - COLETA DE LIXO - RECICLE

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº. 58/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA E A EMPRESA RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS, NOS TERMOS DA LEI Nº. 8666 DE 21/06/1993.

Pelo presente contrato, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA, com sede na Rua 11 de Novembro, 2765 - Centro, Município de Massaranduba (SC), inscrita no CNPJ sob nº. 83.102.483/0001-62, neste ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. MÁRIO FERNANDO REINKE, CFP Nº. 399.964.099-53, Cédula de Identidade nº. 488.606-2, brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e a Empresa RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Joaquim Zucco, nº. 200, Bairro Nova Brasília, Brusque (SC), inscrita no CNPJ sob o nº. 95.886.735/0001-70, neste ato representada por seu representante legal, Sr. ADALBERTO DA SILVA, CPF nº. 309.649.979-91, RG nº. 692.495-6, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 74/2014, CONCORRÊNCIA PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 6.2014 - PMM, homologado em 28-11-2014, mediante sujeição mútua as normas constantes da Lei Nº. 8666 de 21/06/1993, as partes de comum acordo tem justo e acordado as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa para executar a COLETA E TRANSBORDO, dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais de diversas localidades do interior do Município, conforme roteiro pré-estabelecido; e TRANSPORTE e DESTINAÇÃO FINAL em aterro sanitário licenciado para resíduos sólidos domiciliares e comerciais produzidos no Município de Massaranduba (SC)”.
1.2. Ao assinar este Contrato, a CONTRATADA declara que tomou pleno conhecimento da natureza e condições locais onde serão executados os serviços objeto do presente Contrato. Não será considerada pela CONTRATANTE qualquer reclamação ou reinvindicação por parte da CONTRATADA fundamentada na falta de conhecimento dessas condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL E REGIME DE EXECUÇÃO

2.1. Fazem parte deste contrato, independentemente da transcrição, os seguintes documentos, cujo teor, de conhecimento das partes contratantes: Proposta da Contratada, Edital e Projetos, além das normas e instruções legais vigentes no País, que lhe forem atinentes.

2.2. O Objeto do presente contrato será realizado sob a Forma/Regime: “Empreitada pelo Menor Preço/total geral”.

CLAUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATADA se compromete a:

3.1.1. Prestar os serviços ora contratados de acordo com o especificado no edital de licitação;

3.1.2. Realizar a coleta do lixo na estação de transbordo, de acordo com as solicitações da CONTRATANTE;

3.1.3. Não prestar declarações ou informações sem prévia autorização por escrito da CONTRATANTE a respeito do presente contrato e dos serviços a ele inerentes;

3.1.4. Manter durante o período de vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no edital, encaminhando mensalmente cópia das Certidões Negativas para atualização no sistema de Compras da Prefeitura Municipal.

3.1.5. Executar os serviços dentro dos parâmetros estipulados pela Administração e pela normatização da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

3.1.6. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de Leis trabalhistas que digam respeito aos serviços contratados e a concreta aplicação da legislação em vigor, relativa a segurança, higiene e medicina do trabalho;

3.1.7. Não transferir a outrem parte do presente contrato, sem prévia e anuência da Contratante;

3.1.8. Regularizar-se junto a ARIS, caso necessário, pagar as taxas referente à respectiva regularização.

CLAUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

4.1.1. Efetuar o pagamento de acordo com a cláusula sexta deste instrumento;

4.1.2. Ceder gratuitamente o terreno licenciado para implantação da estação de transbordo com terraplenagem e estrutura necessária para sua operação, durante a vigência do contrato.

4.1.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA quaisquer problemas ocorridos com relação à prestação dos serviços;

4.1.4. Fiscalizar o serviço contratado, o que em nenhuma hipótese eximirá a PROPONENTE VENCEDORA das responsabilidades do Código Civil e/ou Penal.

4.1.5) Não será permitida à Contratante a utilização da estação para o transporte e carregamento de resíduos de outros órgãos ou empresas públicas ou privadas, durante a vigência do contrato.

CLAUSULA QUINTA -DA RESPONSABILIDADE CIVIL E GARANTIA

5.1. A CONTRATADA responderá por perdas e danos que vier a sofrer o MUNICIPIO, ou terceiros, em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, da CONTRATADA ou de seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita.

CLAUSULA SEXTA - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E REAJUSTE.

6.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, o valor global de R\$ 635.877,42 (seiscentos e trinta e cinco mil, oitocentos e setenta e sete reais e quarenta e dois centavos).

6.2. Os pagamentos serão mensais, em depósito bancário, na conta em nome da contratada, de acordo com a quantidade dos serviços prestados, pagáveis 10 (dez) dias após a emissão e apresentação de nota fiscal, controle de pesagem e relatório de quilometragem.

6.3. Os pagamentos também dependerão da entrega da documentação fiscal correspondente ao volume do serviço prestado, condicionada ainda a adimplência fiscal do contratado.

6.4. Caso seja constatada qualquer irregularidade, o pagamento poderá ser retido, até a normalização, sem que isso acarrete ônus adicionais para a Prefeitura Municipal de Massaranduba (Artigo 55, inciso XIII da Lei nº. 8.666/93).

CLAUSULA SÉTIMA - DOS PRAZOS

7.1. O Contrato terá vigência de 12(doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo, desde que seja acordado entre as partes através de declaração por escrito com antecedência mínima de 10 dias antes do término do contrato, e de conformidade com o estabelecido nas Leis Nº. 8.666/93 e Nº. 8.883/94. (vigência máximo 60 meses).

7.2. O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos itens ganhos até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, mediante a elaboração de termo aditivo de contrato.

7.3. Caso a Administração Pública Municipal opte por realizar novo processo administrativo no intuito de promover a CONCESSÃO dos serviços de coleta, transbordo e transporte, este contrato será rescindido unilateralmente, não cabendo a contratada qualquer reclamação ou indenização. A Administração Pública Municipal notificará a contratada 30 (trinta) dias consecutivos antes da realização do novo contrato, assim como o pagamento dos serviços prestados até o momento da rescisão.

CLAUSULA OITAVA - DA CLASSIFICAÇÃO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

04.00 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.01 - GERENCIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

2025 - CONSERVAÇÃO DOS SERVIÇOS URBANAS

3390397800 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

10000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

04.00 - SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

04.03 - GERENCIA DE ESTRADAS DE RODAGEM

2029 - CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS

3390397800 - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO

10000 - RECURSOS ORDINÁRIOS

CLAUSULA NONA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

9.1. A CONTRATADA prestará garantia de execução na modalidade de Carta de Fiscalização Bancária, Seguro Garantia ou caução em dinheiro, no valor equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o valor total do Contrato, correspondendo a R\$ 31.793,87 (trinta e um mil, setecentos e noventa e três reais e oitenta e sete centavos), na assinatura deste, mantendo-a vigente e corrigida, caso ocorra prorrogações contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA FISCALIZAÇÃO

10.1. A fiscalização e controle da execução dos serviços serão exercidos pelo MUNICÍPIO, através da SECRETARIA DE ESTRADAS, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS.

10.2. A fiscalização do MUNICÍPIO transmitirá por escrito as instruções, ordens e reclamações, competindo-lhes decidir os casos de dúvidas que surgirem no decorrer dos serviços.

10.3. A CONTRATADA prestará todos os esclarecimentos solicitados pelo MUNICÍPIO, e, se obriga a atender pronta e irrestritamente as reclamações deste, corrigindo às suas expensas os mesmos.

10.4. A CONTRATADA, sem prejuízo de sua responsabilidade,

deverá comunicar à fiscalização, por escrito, qualquer anormalidade verificada na execução ou no controle técnico dos serviços, bem como qualquer fato que possa colocar em risco a segurança e a qualidade dos serviços e sua execução dentro do prazo pactuado.

10.5. O MUNICÍPIO se reserva o direito em requerer o afastamento de profissionais ou máquinas/equipamentos que julgar inconvenientes para permanecer nos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES.

11.1. Pelo não cumprimento das condições estabelecidas no presente contrato, a Contratada fica sujeita, à critério da Administração e, garantida a defesa prévia, às penalidades previstas no art. 87, incisos e parágrafos, da Lei Federal nº. 8.666/93.

11.1.2. Pela falta injustificada do fornecimento do objeto, ficará a Contratada sujeita a multa de 2% (dois por cento) ao dia sobre o valor total da obrigação.

11.1.3. Se a falta do objeto for superior a 10 (dez) dias, a multa será em dobro.

11.1.4. Pela inexecução total ou parcial do contrato, Administração poderá, garantida defesa prévia, aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei Federal que rege este instrumento e multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total contratado.

11.1.5. - Ocorrendo multas, estas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.

11.1.6. - A aplicação da multa fica condicionada à prévia defesa da Contratada, que deverá ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da respectiva notificação

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA RESCISÃO

12.1. A rescisão contratual poderá ser:

12.1.1. Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;

12.1.2. A inexecução total ou parcial do presente enseja sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas na cláusula décima segunda deste instrumento contratual;

12.1.3. Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da autoridade competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que haja conveniência da Administração;

12.1.4. Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do artigo 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, sem que haja culpa da proponente vencedora, será esta ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - NOVAÇÃO

13.1. A não utilização por parte da CONTRATANTE, de quaisquer direitos a ela assegurados neste Contrato ou na Lei, em geral, ou a não aplicação de quaisquer sanções nelas previstas, não importa em novação quanto a seus termos, não devendo, portanto, ser interpretada como renúncia ou desistência de aplicação ou de ações futuras. Todos os recursos postos a disposição da CONTRATANTE, neste Contrato, serão considerados como cumulativos, e não alternativos, inclusive em relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA VINCULAÇÃO

14.1. Vincula-se o presente contrato às disposições da Lei Federal

nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, o Edital de Processo Licitação nº. 74/2014, na modalidade de Concorrência Obras e Serviços de Engenharia nº. 6/2014, à proposta da CONTRATADA e demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO SEGURO

15.1. A CONTRATADA é responsável pelos seguros de seu pessoal e de todo o equipamento/material/veículo que utilizar na execução dos serviços previstos neste Contrato.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO

16.1. Fica eleito o foro da comarca de Guaramirim (SC), com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos da execução deste contrato.

E, para firmeza e com prova de assim haverem, entre si, ajudando e contratado é lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado conforme, é assinado pela CONTRATANTE, pela CONTRATADA e pelas testemunhas abaixo nomeadas.

Massaranduba – SC,	28	de	Novembro	de	2014
--------------------	----	----	----------	----	------

PREFEITURA DE MASSARANDUBA	RECICLE CATARINENSE DE RESÍDUOS LTDA
MÁRIO FERNANDO REINKE	ADALBERTO DA SILVA
CONTRATANTE	CONTRATADA

Testemunhas:

CIRIO MARTINI	HILARIO FRITZKE
CPF: 452.293.509-97	CPF: 352.396.899-20

DECRETO Nº 3026 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3026 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais) no programa e verba abaixo discriminados:

0500 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
 0501 - GERÊNCIA DE EDUCAÇÃO
 0501.012.361.0084.1044 - Construção de Escolas
 0501 - 44900000 - Aplicações Diretas
 0501 - 15801 - Transferências do Salário Educação
 R\$ 30.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender os créditos acima especificados, decorrerão do Excesso de Arrecadação apurado no exercício de 2014.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 02 de Dezembro de 2014
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
 Gerente do Procon

DECRETO Nº 3025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3025 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

Abre Crédito Suplementar

O Prefeito Municipal de Massaranduba (SC), no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 1547 de 04 de Novembro de 2013, DECRETA:

Art.1º. Fica aberto o crédito adicional suplementar no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais), no programa e verba abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
 0901 - GERENCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural
 0901 - 44900000 -Aplicações Diretas
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 13.000,00

Art. 2º. Os recursos para atender o crédito acima especificado, decorrerão da anulação no valor de R\$ 13.000,00 (Treze mil reais) do seguinte programa e verbas abaixo discriminados:

0900 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO-AMBIENTE
 0901 - GERENCIA DE AGRICULTURA
 0901.020.606.0151.2078 - Assistência ao Produtor Rural
 0901 - 33500000 -Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.200,00
 0901 - 33900000 - Aplicações Diretas
 0901 - 10000 - Recursos Ordinários R\$ 6.800,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Massaranduba, em 02 de Dezembro de 2014
 MÁRIO FERNANDO REINKE
 Prefeito Municipal

Publicado no expediente na data supra

CAMILA ROSSI
 Gerente do Procon

Meleiro**PREFEITURA****PORTARIA Nº 469/2014**

PORTARIA nº 469/2014

TRATA DA CONCESSÃO DE LICENÇA SAÚDE À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

JONNEI ZANETTE, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a Lei nº 809/2000 e suas alterações, e Lei nº 1409/2009, de 28 de dezembro de 2009 e suas alterações, resolve:

CONCEDER

Art. 1.º Licença saúde, à servidora LEA SONIA PASINI BERKENBROCK, ocupante do cargo de Professora Efetiva, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, conforme atestado médico, em virtude de encaminhamento de benefício junto à Previdência Social.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro, 03 de Dezembro de 2014.

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JAIRO LUIZ CANELA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo**PREFEITURA****EXTRATO DE RESCISÃO DE CONTRATO 013-14**

Extrato de Rescisão de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato Administrativo n. 013/2014

Contratada: Carina Springer Stochero Lenz

O Prefeito Municipal do Município de Modelo, Ricardo Luis Maldaner, torna público para conhecimento dos interessados que realizou Rescisão de Contrato, ao contrato Administrativo numero 013/2014, tendo como objeto a contratação de serviços autônomos para ministrar oficinas de dança no Município de Modelo, sendo a carga horária de 10 horas semanais, no período de 10 de março a 20 de dezembro de 2014.

Modelo (SC), 03 de dezembro de 2014

Ricardo Luis Maldaner

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 304/2014

DECRETO Nº 0304/2014 de 01.12.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO PROCESSO SELETIVO Nº 002/2014, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2014.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão de Acompanhamento do Processo Seletivo nº 002/2014, conforme a seguir:

I - Jussane M. T. Frandoloso - Presidente;

II - Francieli Pavalicini - Secretária;

III - Marcia W. Rudiger - Membro;

IV - Marcia Teresinha Jacoby - Membro;

V - Adilson Cesar Braun - Membro.

Art. 3º- Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 01 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

DECRETO Nº 305/2014

DECRETO Nº 0305/2014 de 01.12.2014

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 002/2014, CONFORME ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, 1.513/2002, Lei Orgânica Municipal e demais normas legais que dispõem sobre a matéria,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criada a Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2014.

Art. 2º - Ficam nomeados os membros integrantes da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público nº 002/2014, conforme a seguir:

I - Jussane M. T. Frandoloso - Presidente;

II - Francieli Pavalicini - Secretária;

III - Marcia W. Rudiger - Membro;

IV - Marcia Teresinha Jacoby - Membro;

V - Adilson Cesar Braun - Membro.

Art. 3º- Os membros desta Comissão não serão remunerados pelo desempenho de suas funções e prestarão serviços considerados relevantes ao Município.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo (SC), ao 01 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na Data Supra:

Francieli Pavalicini
Chefe de Setor

EXTRATO DE CONTRATO 049-14

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 049/2014

Contratado: Jorge Nelson Ebling

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 049/2014, tendo por objetivo a contratação de Serviços de Limpeza e Conservação de todo Ginásio de Esportes Esperidião Amim, compreendendo os banheiros, quadra, arquibancadas, sala anexa dos fundos, entrada da frente e dos fundos, etc. Devendo manter o ginásio aberto quando vendidos os horários, bem como fazendo a fiscalização do tempo de jogo dos horários.

Modelo (SC), 03 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 050-14

Extrato de Contrato

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE MODELO

Contrato nº 050/2014

Contratado: Hélio Konzen

O Senhor Prefeito Municipal de Modelo, SC, RICARDO LUIS MALDANER, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou contrato n. 050/2014, tendo por objeto a aquisição, por parte do MUNICÍPIO, de cascalho a ser retirado do imóvel da propriedade do VENDEDOR localizado na Linha Salete, interior, Município de Modelo - SC. O objeto do presente contrato será retirado do local pelas máquinas e equipamentos da municipalidade, sendo controlado pelo Diretor do Departamento Municipal de Estradas de Rodagem.

Modelo (SC), 03 de dezembro de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

RREO ANEXO 01 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 5
03/12/2014 09:37

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	28.979.614,23	2.578.077,09	8,90	13.893.157,65	47,94	15.086.456,58
Receitas Correntes	19.625.114,23	19.625.114,23	1.964.240,78	10,01	11.524.696,36	58,72	8.100.417,87
Receita Tributária	1.446.740,00	1.446.740,00	139.602,64	9,65	825.788,09	57,08	620.951,91
Impostos	918.540,00	918.540,00	120.142,81	13,08	643.569,55	70,06	274.970,45
Taxas	278.200,00	278.200,00	19.459,83	6,99	182.218,54	65,50	95.981,46
Contribuição de Melhoria	250.000,00	250.000,00	-	-	-	-	250.000,00
Receita De Contribuições	338.690,00	338.690,00	21.824,69	6,44	88.457,67	26,12	250.232,33
Contribuições Econômicas	338.690,00	338.690,00	21.824,69	6,44	88.457,67	26,12	250.232,33
Receita Patrimonial	111.600,00	111.600,00	12.950,24	11,60	52.715,00	47,24	58.885,00
Receitas De Valores Mobiliários	106.600,00	106.600,00	12.950,24	12,15	52.715,00	49,45	53.885,00
Outras Receitas Patrimoniais	5.000,00	5.000,00	-	-	-	-	5.000,00
Receita Agropecuária	5.000,00	5.000,00	2.729,12	54,58	2.729,12	54,58	2.270,88
Outras Receitas Agropecuárias	5.000,00	5.000,00	2.729,12	54,58	2.729,12	54,58	2.270,88
Receita Industrial	10.000,00	10.000,00	-	-	420,00	4,20	9.580,00
Receitas Da Indústria De Transformacao	10.000,00	10.000,00	-	-	420,00	4,20	9.580,00
Receita De Serviços	180.000,00	180.000,00	41.316,41	22,95	115.453,08	64,14	64.546,92
Transferencias Correntes	17.228.084,23	17.228.084,23	1.737.521,23	10,09	9.314.507,01	54,07	7.913.577,22
Transferencias Intergovernamentais	16.353.596,00	16.353.596,00	1.734.647,76	10,61	9.298.008,18	56,86	7.055.587,82
Transferencias De Pessoas	50.000,00	50.000,00	2.873,47	5,75	13.190,54	26,38	36.809,46
Transferencias De Convenios	824.488,23	824.488,23	-	-	3.308,29	0,40	821.179,94
Outras Receitas Correntes	305.000,00	305.000,00	8.296,45	2,72	1.124.626,39	368,73	-819.626,39
Multas E Juros De Mora	113.000,00	113.000,00	7.672,26	6,79	32.877,37	29,10	80.122,63
Indenizações E Restituições	20.000,00	20.000,00	-	-	1.084.181,68	5.420,91	-1.064.181,68
Receita Da Dívida Ativa	157.000,00	157.000,00	490,85	0,31	5.896,58	3,76	151.103,42
Receitas Correntes Diversas	15.000,00	15.000,00	133,34	0,89	1.670,76	11,14	13.329,24

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balço Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RS 1,00

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)							
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Recetas De Capital	9.354.500,00	9.354.500,00	613.836,31	6,56	2.368.461,29	25,32	6.986.038,71
Operacões De Crédito	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
Operacões De Crédito Internas	1.000.000,00	1.000.000,00	-	-	-	-	1.000.000,00
Alienacao De Bens	550.000,00	550.000,00	-	-	-	-	550.000,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	400.000,00	-	-	-	-	400.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	150.000,00	-	-	-	-	150.000,00
Amortizacões De Empréstimos	10.000,00	10.000,00	-	-	-	-	10.000,00
Transferencias De Capital	7.354.500,00	7.354.500,00	613.836,31	8,35	2.368.461,29	32,20	4.986.038,71
Transferencias Intergovernamentais	4.432.000,00	4.432.000,00	368.136,31	8,31	1.876.622,54	42,34	2.555.377,46
Transferências de Convênios	2.922.500,00	2.922.500,00	245.700,00	8,41	491.838,75	16,83	2.430.661,25
Outras Recetas De Capital	440.000,00	440.000,00	-	-	-	-	440.000,00
Outras Receitas	440.000,00	440.000,00	-	-	-	-	440.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(I+II)	28.979.614,23	28.979.614,23	2.578.077,09	8,90	13.893.157,65	47,94	15.086.456,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)							
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	28.979.614,23	28.979.614,23	2.578.077,09	8,90	13.893.157,65	47,94	15.086.456,58
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII)=(V+VI)	28.979.614,23	28.979.614,23	2.578.077,09	8,90	13.893.157,65	47,94	15.086.456,58
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										RS\$ 1,00
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)										
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
								% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.979.614,23	1.403.872,09	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	12.954.089,15	42,64
Despesas Correntes	16.866.614,23	214.437,99	17.081.052,22	1.443.857,62	11.418.744,14	2.026.471,57	9.783.325,03	57,28
Pessoal E Encargos Sociais	7.354.200,00	-403.370,00	6.950.830,00	953.437,00	4.867.567,50	905.861,40	4.795.610,37	68,99
Juros E Encargos Da Dívida	50.000,00	-	50.000,00	-	23.900,00	889,63	6.736,17	13,47
Outras Despesas Correntes	9.462.414,23	617.807,99	10.080.222,22	490.420,62	6.527.276,64	1.119.720,54	4.980.978,49	49,41
Despesas De Capital	11.893.000,00	1.219.434,10	13.112.434,10	686.919,77	6.105.693,03	560.574,86	3.170.764,12	24,18
Investimentos	11.503.000,00	1.264.434,10	12.767.434,10	661.919,77	5.804.693,03	520.924,74	3.011.364,62	23,59
Inversões Financeiras	70.000,00	-45.000,00	25.000,00	-	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	320.000,00	-	320.000,00	25.000,00	301.000,00	39.650,12	159.399,50	49,81
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	190.000,00	-	190.000,00	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) (VIII+IX)	28.979.614,23	1.403.872,09	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	12.954.089,15	42,64
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	28.979.614,23	1.403.872,09	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	12.954.089,15	42,64
SUPERÁVIT (XIII)	-	-	-	-	-	-	939.068,50	-
TOTAL (XIV)=(XII+XIII)	28.979.614,23	1.403.872,09	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	13.893.157,65	45,73

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 35m.

Página: 5 de 5
03/12/2014 09:37

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 02 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 3
03/12/2014 09:47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			R\$ 1,00						
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.979.614,23	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	12.954.089,15	100,00	42,64	17.429.397,17
Legislativa	700.000,00	700.000,00	104.783,76	495.845,03	104.783,76	495.845,03	3,83	70,84	204.154,97
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	104.783,76	495.845,03	104.783,76	495.845,03	3,83	70,84	204.154,97
Administração	2.282.886,23	1.781.386,23	205.514,69	1.509.218,71	266.072,68	1.386.528,89	10,70	77,83	394.857,34
Administração Geral	1.597.000,00	1.426.000,00	147.033,54	1.264.227,66	207.623,08	1.144.676,37	8,84	80,27	281.323,63
Administração Financeira	660.886,23	330.386,23	58.481,15	244.991,05	58.449,60	241.852,52	1,87	73,20	88.533,71
Administração de Receitas	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Segurança Pública	120.500,00	120.500,00	18.764,03	77.932,64	11.621,83	64.206,64	0,50	53,28	56.293,36
Policimento	50.000,00	50.000,00	3.283,49	31.316,34	3.719,09	28.011,80	0,22	56,02	21.988,20
Defesa Civil	70.500,00	70.500,00	15.480,54	46.616,30	7.902,74	36.194,84	0,28	51,34	34.305,16
Assistência Social	1.016.000,00	1.079.500,00	92.554,46	541.654,49	97.303,71	445.126,03	3,44	41,23	634.373,97
Assistência ao Idoso	47.500,00	47.500,00	3.478,80	37.954,90	5.800,28	15.161,85	0,12	31,92	32.338,15
Assistência à Criança e ao Adolescente	239.000,00	239.000,00	14.133,08	122.159,85	16.945,06	102.364,97	0,79	42,83	136.635,03
Assistência Comunitária	729.500,00	793.000,00	74.942,58	381.539,74	74.558,37	327.599,21	2,53	41,31	465.400,79
Saúde	4.923.800,00	4.923.800,00	376.721,68	2.951.769,01	504.278,47	2.550.395,45	19,69	51,80	2.373.404,55
Atenção Básica	4.030.200,00	4.030.200,00	333.741,72	2.325.718,15	416.458,51	1.942.004,59	14,99	48,19	2.088.195,41
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	30.924,20	579.210,59	75.764,20	561.950,59	4,34	75,84	179.049,41
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	0,00	129,01	0,00	129,01	0,00	1,54	8.270,99
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	11.792,58	46.042,30	11.792,58	45.642,30	0,35	48,82	47.857,70
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	163,68	228,68	163,68	228,68	0,00	2,08	10.771,32
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	99,50	440,28	99,50	440,28	0,00	1,91	22.559,72
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	16.700,00	16.700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.700,00
Educação	6.179.928,00	6.179.928,00	476.516,89	2.589.501,97	476.135,73	2.189.704,58	16,90	35,43	3.990.223,42
Ensino Fundamental	4.219.000,00	4.219.000,00	334.851,92	1.637.108,39	296.283,82	1.295.854,73	10,00	30,71	2.923.145,27
Ensino Médio	48.000,00	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48.000,00
Ensino Superior	40.000,00	40.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,12	37,50	25.000,00
Educação Infantil	1.746.928,00	1.746.928,00	121.599,24	872.084,76	147.586,18	826.341,03	6,38	47,30	920.586,97

Página: 2 de 3
03/12/2014 09:47

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')			FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				R\$ 1,00			
Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo				
		No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)		% (b/Total b)	% (b/a)		
Educação de Jovens e Adultos	26.000,00	2.265,73	2.508,82	2.265,73	2.508,82	0,02	9,65			
Educação Especial	100.000,00	2.800,00	62.800,00	15.000,00	50.000,00	0,39	50,00			
Cultura	194.000,00	13.038,97	87.378,63	15.131,07	78.828,92	0,61	26,81			
Difusão Cultural	194.000,00	13.038,97	87.378,63	15.131,07	78.828,92	0,61	26,81			
Direitos da Cidadania	125.000,00	0,00	3.911,80	0,00	3.911,80	0,03	2,61			
Assistência Comunitária	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Infra-Estrutura Urbana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Habitação Urbana	100.000,00	0,00	3.911,80	0,00	3.911,80	0,03	3,91			
Urbanismo	3.713.000,00	179.943,06	2.151.335,16	135.225,37	1.637.303,26	12,64	36,60			
Infra-Estrutura Urbana	2.685.000,00	179.943,06	1.190.654,68	132.315,37	889.599,40	6,87	33,33			
Serviços Urbanos	47.000,00	0,00	37.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Habitação Urbana	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Turismo	216.000,00	0,00	203.970,32	2.910,00	28.631,70	0,22	13,26			
Transporte Rodoviário	755.000,00	0,00	719.072,16	0,00	719.072,16	5,55	46,94			
Habitação	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Habitação Urbana	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Saneamento	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Saneamento Básico Urbano	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Gestão Ambiental	260.000,00	5.189,00	165.015,60	33.997,54	141.949,89	1,10	54,60			
Saneamento Básico Urbano	260.000,00	5.189,00	165.015,60	33.997,54	141.949,89	1,10	54,60			
Ciência e Tecnologia	147.000,00	0,00	135.030,96	0,00	135.030,96	1,04	91,86			
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	147.000,00	0,00	135.030,96	0,00	135.030,96	1,04	91,86			
Agricultura	2.051.000,00	84.548,38	1.155.540,72	134.447,95	867.836,84	6,70	38,63			
Recursos Hídricos	35.000,00	0,00	13.283,61	0,00	13.283,61	0,10	8,05			
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
Promoção da Produção Vegetal	870.000,00	31.902,30	225.873,07	32.287,51	221.440,74	1,71	25,13			
Defesa Sanitária Animal	53.000,00	0,00	29.438,50	5.330,00	24.108,50	0,19	45,49			

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo				
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)			
Extensão Rural	1.083.000,00	1.137.500,00	52.646,08	886.945,54	96.830,44	609.003,99	4,70	53,54		(a-b)	528.496,01
Indústria	250.000,00	295.000,00	0,00	207.536,30	6.516,00	201.116,30	1,55	68,18			93.883,70
Promoção Industrial	190.000,00	235.000,00	0,00	207.536,30	6.516,00	201.116,30	1,55	85,58			33.883,70
Produção Industrial	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			60.000,00
Transporte	4.477.500,00	5.256.406,98	518.856,40	3.463.084,54	497.449,48	1.623.729,59	12,53	30,89			3.632.677,39
Transporte Rodoviário	4.477.500,00	5.256.406,98	518.856,40	3.463.084,54	497.449,48	1.623.729,59	12,53	30,89			3.632.677,39
Desporto e Lazer	1.769.000,00	1.734.581,17	29.346,07	1.495.780,61	229.444,98	830.097,72	6,41	47,86			904.483,45
Turismo	1.330.000,00	1.345.581,17	0,00	1.297.203,98	184.194,12	643.925,54	4,97	47,85			701.655,63
Desporto Comunitário	439.000,00	389.000,00	29.346,07	198.576,63	45.250,86	186.172,18	1,44	47,86			202.827,82
Encargos Especiais	540.000,00	540.000,00	25.000,00	493.900,00	74.637,86	302.477,25	2,34	56,01			237.522,75
Serviço da Dívida Interna	370.000,00	370.000,00	25.000,00	324.900,00	40.539,75	166.135,67	1,28	44,90			203.864,33
Transferências	170.000,00	170.000,00	0,00	169.000,00	34.098,11	136.341,58	1,05	80,20			33.658,42
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			190.000,00
Reserva de Contingência	190.000,00	190.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			190.000,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)											
TOTAL (III)=(I+II)	28.979.614,23	30.383.486,32	2.130.777,39	17.524.436,17	2.587.046,43	12.954.089,15	100,00	42,64			17.429.397,17

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 45m.

RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983	AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 03 NOV2013-OUT2014

Página: 1 de 3
03/12/2014 09:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total	Previsão
ESPECIFICAÇÃO	R\$ 1,00	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Outubro/2014				(últimos 12 meses)	Atualizada 2014
		Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014						
RECEITAS CORRENTES (I)		1.234.826,63	1.630.067,47	1.297.806,21	1.272.765,17	1.359.542,53	1.640.226,43					16.004.856,46	21.876.874,23
Receita Tributária		1.683.875,87	1.194.630,23	1.137.768,87	1.288.505,15	1.174.792,38	1.090.049,52						
		54.593,12	89.786,56	47.554,54	46.805,33	60.581,51	54.507,92						
IPTU		71.004,91	102.694,99	121.390,72	181.645,53	66.458,51	73.144,13					970.167,77	1.446.740,00
		555,33	7.945,78	604,36	134,53	800,95	442,89						
ISS		927,63	13.850,56	26.145,26	87.909,68	6.703,54	9.682,54					155.703,05	183.140,00
		17.801,51	13.534,41	18.676,63	12.548,09	11.895,03	12.731,29						
ITBI		20.812,04	36.852,09	29.643,17	21.136,09	26.329,75	22.539,20					244.499,30	238.700,00
		15.323,01	13.228,76	10.820,00	6.229,13	14.970,77	17.950,50						
IRRF		26.407,82	23.910,24	30.590,72	6.706,62	16.040,00	18.479,98					200.657,55	160.000,00
		16.673,38	40.656,38	10.754,39	17.457,74	10.276,08	9.519,09						
Outras Receitas Tributárias		4.239,89	9.947,17	11.304,98	9.332,86	9.918,86	10.448,94					168.428,21	336.700,00
		12.138,34	14.421,23	6.699,16	10.435,84	22.638,68	13.864,15						
Receita De Contribuições		10.719,08	18.134,93	23.706,59	56.560,28	7.466,36	11.993,47					200.879,66	528.200,00
		7.465,33	8.144,66	9.302,06	8.247,83	1.183,76	9.766,30						
Receita Patrimonial		11.198,80	9.524,44	7.419,33	9.990,46	9.033,51	12.791,18					104.067,66	338.690,00
		9.878,14	8.054,33	1.845,03	2.621,02	4.837,31	2.502,73						
Receita Agropecuária		6.299,00	5.019,19	13.665,42	3.519,73	11.093,59	1.890,18					71.225,67	111.600,00
		-	-	-	-	-	-						
Receita Industrial		-	-	-	-	-	-					2.729,12	5.000,00
		-	-	-	-	-	-						
Receita De Serviços		4.592,64	4.506,78	5.371,48	16.351,75	10.810,74	4.837,79					420,00	10.000,00
		7.554,39	13.233,24	8.369,03	7.608,25	33.657,25	7.659,16					124.552,50	180.000,00
Transferências Correntes		1.154.300,91	1.507.289,99	1.230.417,43	1.195.586,68	957.811,19	1.106.702,04					13.590.785,71	19.479.844,23
		1.276.252,38	1.060.007,14	981.793,17	1.082.535,96	1.049.396,91	988.691,91						
Cota-Parte do FPM		392.460,72	638.892,68	594.831,34	635.192,90	376.793,59	430.046,10					5.687.634,82	6.463.400,00
		573.089,30	429.779,99	369.126,63	448.426,05	427.491,68	371.503,84						

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2013 a Outubro/2014

R\$ 1,0												
ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES										Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014						
	Maio/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014						
Cota-Parte do ICMS	261.967,01	234.751,93	322.029,52	305.992,80	308.108,66	308.502,85						
	319.479,17	312.353,10	283.357,22	304.519,93	337.734,81	336.848,40						4.306.000,00
Cota-Parte do IPVA	11.854,65	6.372,66	18.305,56	18.905,64	32.435,29	24.417,11						
	33.543,06	33.516,39	35.219,68	31.483,00	29.693,10	23.541,91						313.000,00
Cota-Parte do ITR	-	32,55	-	2,58	53,85	-						
	50,72	29,67	14,57	27,72	629,59	1.671,36						12.000,00
Transferências da LC 87/1996	1.072,37	1.073,17	1.358,76	1.358,76	-	1.358,76						2.512,61
	1.358,76	1.358,76	7.230,41	1.358,76	1.358,76	1.358,76						20.246,03
Transferências da LC 61/1989	4.036,24	11.240,65	4.113,50	3.482,59	3.709,74	3.707,18						
	4.270,17	3.437,13	3.945,30	4.066,75	3.827,01	4.098,41						80.000,00
Transferências do FUNDEB	133.922,10	134.747,18	134.858,82	127.264,84	119.390,32	121.406,07						
	132.468,36	184.765,23	56.955,16	122.289,79	125.605,10	129.222,23						1.934.000,00
Outras Transferências Correntes	348.987,82	480.179,17	154.919,93	103.386,57	117.319,74	217.263,97						1.522.895,20
	211.992,84	94.766,87	225.944,20	170.363,96	123.056,86	120.447,00						6.331.444,23
Outras Receitas Correntes	3.996,49	12.285,15	3.315,67	3.152,56	324.318,02	461.909,65						1.140.908,03
	311.566,39	4.151,23	5.131,20	2.785,22	5.152,61	3.143,84						305.000,00
DE DEDUÇÕES (II)	216.594,86	161.817,76	187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80						
	186.058,05	156.078,95	139.374,53	157.168,02	150.256,65	150.344,47						2.251.760,00
Dedução de Receitas para Formação do FUNDEB	216.594,86	161.817,76	187.286,81	192.290,35	143.539,37	152.868,80						1.993.678,62
	186.058,05	156.078,95	139.374,53	157.168,02	150.256,65	150.344,47						1.993.678,62
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I-II)	1.018.231,77	1.468.249,71	1.110.519,40	1.080.474,82	1.216.003,16	1.487.357,63						2.251.760,00
	1.497.817,82	1.038.551,28	998.394,34	1.131.337,13	1.024.535,73	939.705,05						19.625.114,23

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 50m.

Página: 3 de 3
03/12/2014 09:50

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita Corrente Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Novembro/2013 a Outubro/2014

RREO - ANEXO III(LRF, Art.53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES						Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014	
	Novembro/2013 Maio/2014		Dezembro/2013 Junho/2014	Janeiro/2014 Julho/2014	Fevereiro/2014 Agosto/2014	Março/2014 Setembro/2014			Abril/2014 Outubro/2014

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 04 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 3
03/12/2014 09:52

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições dos Segurados	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Contribuições	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	-	-	-	-	-
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	-	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)-DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	-	-	-	-	-

Página: 2 de 3
03/12/2014 09:52

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
PREVIDÊNCIA	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Aposentadorias	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Reformas	-	-	-	-	-
Pensões	-	-	-	-	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Outras Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	-	-	-	-	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	-	-	-	-	-

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERENCIA	
DO RPPS	Set/2014	2014 2013

Página: 3 de 3
03/12/2014 09:52

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	-	-	-	-	-
Receita de Contribuições	-	-	-	-	-
Patronal	-	-	-	-	-
Pessoal Civil	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar	-	-	-	-	-
Ativo	-	-	-	-	-
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	-	-	-	-	-

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 52m.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 05 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 2
03/12/2014 09:53

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013 (a)	Em 31/Ago/2014 (b)	Em 31/Out/2014 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	816.742,51	696.993,13	657.343,01
DEDUÇÕES(II)	570.396,85	1.616.898,80	1.649.971,02
Disponibilidade de Caixa Bruta	592.693,51	2.322.694,15	2.310.168,94
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	22.296,66	705.795,35	660.197,92
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	246.345,66	-919.905,67	-992.628,01
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	246.345,66	-919.905,67	-992.628,01

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	-72.722,34	-1.238.973,67

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS	
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-145.348,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-
Passivo Atuarial	-	-	-
Demais Dívidas	-	-	-
DEDUÇÕES(VIII)	-	-	-
Disponibilidade de Caixa Bruta	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Demais Haveres Financeiros	-	-	-
(-)Restos a Pagar Processados	-	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 53m.

Página: 2 de 2
03/12/2014 09:53

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
		SALDO		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA		Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014
RICARDO LUIS MALDANER	JANICE MARTINI MULLER			
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA CRC 11983			
	CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI			
	AGENTE DE CONTROLE INTERNO			

RREO ANEXO 06 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 2
03/12/2014 09:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	19.518.514,23	1.951.290,54	11.471.981,36	9.125.656,93
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.446.740,00	139.602,64	825.788,09	653.109,09
IPTU	183.140,00	16.386,08	147.201,94	121.133,03
ISS	238.700,00	48.868,95	213.163,38	147.457,67
ITBI	160.000,00	34.519,98	172.105,78	81.242,13
IRRF	336.700,00	20.367,80	111.098,45	172.088,82
Outras Receitas Tributárias	528.200,00	19.459,83	182.218,54	131.187,44
Receita de Contribuição	338.690,00	21.824,69	88.457,67	79.595,74
Receita Previdenciária	-	-	-	-
Outras Contribuições	338.690,00	21.824,69	88.457,67	79.595,74
Receita Patrimonial Líquida	5.000,00	-	-	-
Receita Patrimonial	111.600,00	12.950,24	52.715,00	18.596,88
(-)Aplicações Financeiras	106.600,00	12.950,24	52.715,00	18.596,88
Transferências Correntes	17.228.084,23	1.737.521,23	9.314.507,01	8.278.519,96
FPM	5.136.840,00	646.078,20	3.731.922,44	3.417.266,66
ICMS	3.471.200,00	543.738,18	2.514.522,41	2.243.229,65
Convênios	-	-	-	-
Outras Transferências Correntes	8.620.044,23	547.704,85	3.068.062,16	2.618.023,65
Demais Receitas Correntes	500.000,00	52.341,98	1.243.228,59	114.432,14
Dívida Ativa	157.000,00	490,85	5.896,58	3.410,15
Diversas Receitas Correntes	343.000,00	51.851,13	1.237.332,01	111.021,99
RECEITAS DE CAPITAL(II)	9.354.500,00	613.836,31	2.368.461,29	896.536,55
Operações de Crédito(III)	1.000.000,00	-	-	-
Amortização de Empréstimos(IV)	10.000,00	-	-	374,50
Alienação de Bens(V)	550.000,00	-	-	279.140,40
Transferências de Capital	7.354.500,00	613.836,31	2.368.461,29	617.021,65
Convênios	2.922.500,00	245.700,00	491.838,75	-
Outras Transferências de Capital	4.432.000,00	368.136,31	1.876.622,54	617.021,65
Outras Receitas de Capital	440.000,00	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	7.794.500,00	613.836,31	2.368.461,29	617.021,65
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	27.313.014,23	2.565.126,85	13.840.442,65	9.742.678,58
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	17.081.052,22	2.026.471,57	9.783.325,03	8.748.544,81

Página: 2 de 2
03/12/2014 09:54

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	6.950.830,00	905.861,40	4.795.610,37	4.745.469,45
Juros e Encargos da Dívida(IX)	50.000,00	889,63	6.736,17	15.398,16
Outras Despesas Correntes	10.080.222,22	1.119.720,54	4.980.978,49	3.987.677,20
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	17.031.052,22	2.025.581,94	9.776.588,86	8.733.146,65
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	13.112.434,10	560.574,86	3.170.764,12	996.874,68
Investimentos	12.767.434,10	520.924,74	3.011.364,62	748.699,86
Inversões Financeiras	25.000,00	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	25.000,00	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	320.000,00	39.650,12	159.399,50	248.174,82
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	12.792.434,10	520.924,74	3.011.364,62	748.699,86
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	190.000,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	30.013.486,32	2.546.506,68	12.787.953,48	9.481.846,51
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-2.700.472,09	18.620,17	1.052.489,17	260.832,07
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O			373.814,23	
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 54m.

RREO ANEXO 07 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 1
03/12/2014 09:55

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VII(LRF, Art.53, inciso V)												R\$ 1,00
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos			Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013					Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)												
EXECUTIVO												
DIRETORIA GERAL/ADMINISTRACAO e FAZENDA	-	5.099,40	5.099,40		-	-	-	-	-	-	-	-
DIRETORIA GERAL DA EDUCACAO	-	1.462,85	1.462,85		-	-	-	-	-	-	-	-
FAS - FUNDO MUNIC.DA ASSISTENCIA SOCIAL	-	290,12	290,12		-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE E DIRETORIA GER	-	10.944,00	10.944,00		-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART DE OBRAS, SERV URBANOS E LIMP.PUB	-	338,61	338,61		-	-	-	-	-	-	-	-
DEPART GERAL DA AGRICULTURA	-	3.841,60	3.841,60		-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUN REQ CORPO BOMB. POL. MIL	-	320,08	320,08		-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	22.296,66	22.296,66		-	-	-	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO												
CAMARA DE VEREADORES	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-		-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	-	22.296,66	22.296,66		-	-	-	-	-	-	-	-
FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 54m.												

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 08 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 8
03/12/2014 09:56

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - IMDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO						
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		(c)=(b/a)x100	
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)		
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	997.540,00	997.540,00	121.868,99	651.211,00	65,28	
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	225.140,00	225.140,00	17.777,69	153.422,05	68,15	
1.1.1-IPTU	213.650,00	213.650,00	16.420,36	160.747,00	75,24	
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	12.000,00	12.000,00	1.391,61	6.220,11	51,83	
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	25.000,00	25.000,00	-	-	-	
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	5.000,00	5.000,00	-	-	-	
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	30.510,00	30.510,00	34,28	13.545,06	44,40	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	165.000,00	165.000,00	34.519,98	172.105,78	104,31	
1.2.1-ITBI	160.000,00	160.000,00	34.519,98	172.105,78	107,57	
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	5.000,00	5.000,00	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	-	-	-	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.700,00	270.700,00	49.203,52	214.584,72	79,27	
1.3.1-ISS	238.700,00	238.700,00	48.868,95	213.163,38	89,30	
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	10.000,00	10.000,00	334,57	1.421,34	14,21	
13.3-Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	-	-	-	
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	2.000,00	2.000,00	-	-	-	
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	20.367,80	111.098,45	33,00	
1.4.1-IRRF	350.000,00	350.000,00	20.367,80	111.098,45	31,74	
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	13.300,00	13.300,00	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
(c)=(b/a)x100					
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS					
2.1-Cota-Parte FPM	11.214.400,00	11.214.400,00	1.539.757,63	8.135.506,95	72,55
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.463.400,00	6.463.400,00	798.995,52	4.656.281,42	72,04
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	6.463.400,00	6.463.400,00	798.995,52	4.656.281,42	72,04
2.2-Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	674.583,21	3.138.926,46	72,90
2.3-ICMS-Desoneração - L.C. nº 87/1996	40.000,00	40.000,00	2.717,52	18.100,49	45,25
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	7.925,42	38.657,78	48,32
2.5-Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	2.300,95	2.480,06	20,67
2.6-Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	53.235,01	281.060,74	89,80
2.7-Cota-Parte IOF-Outro	-	-	-	-	-
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	12.211.940,00	12.211.940,00	1.661.626,62	8.786.717,95	71,95

Página: 3 de 8
03/12/2014 09:56

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.099.000,00	1.099.000,00	149.025,43	336.304,31	30,60
5.1 - Transferências do Salário-Educação	194.000,00	194.000,00	32.071,08	142.397,46	73,40
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	-	-	-	-	-
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	64.000,00	64.000,00	9.144,00	32.214,00	50,33
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	72.000,00	72.000,00	5.927,04	20.744,64	28,81
5.5 - Outras Transferências do FNDE	762.000,00	762.000,00	101.883,31	140.770,31	18,47
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	7.000,00	7.000,00	-	177,90	2,54
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	328.000,00	328.000,00	9.937,56	53.459,27	16,30
6.1 - Transferências de Convênios	328.000,00	328.000,00	9.937,56	53.459,27	16,30
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	-	-	-	-
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	1.427.000,00	1.427.000,00	158.962,99	389.763,58	27,31

FUNDEB		R\$ 1,00			
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.251.760,00	2.251.760,00	300.567,59	1.614.687,80	71,71
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	1.326.560,00	1.326.560,00	152.917,32	924.358,98	69,68
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	834.800,00	834.800,00	130.845,03	624.404,05	74,80
10.3 - ICMS Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	543,50	2.445,75	30,57
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	16.000,00	16.000,00	-	459,76	2,87
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	2.400,00	2.400,00	460,17	495,97	20,67
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	64.000,00	64.000,00	12.475,22	59.196,94	92,50
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.944.000,00	1.944.000,00	256.302,72	1.260.324,66	64,83
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.934.000,00	1.934.000,00	254.827,33	1.254.225,92	64,85
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	-	-	-	-	-
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	10.000,00	10.000,00	1.475,39	6.098,74	60,99
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	-317.760,00	-317.760,00	-45.740,26	-360.461,88	113,44

Página: 4 de 8
03/12/2014 09:56

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%(f)=(e/d)x100
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.270.000,00	1.120.000,00	176.753,09	881.679,95	78,72
13.1-Com Educação Infantil	650.000,00	500.000,00	68.914,00	449.701,43	89,94
13.2-Com Ensino Fundamental	620.000,00	620.000,00	107.839,09	431.978,52	69,67
14-OUTRAS DESPESAS	672.000,00	822.000,00	66.023,52	371.585,28	45,21
14.1-Com Educação Infantil	110.000,00	260.000,00	27.440,82	164.466,25	63,26
14.2-Com Ensino Fundamental	562.000,00	562.000,00	38.582,70	207.119,03	36,85
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)	1.942.000,00	1.942.000,00	242.776,61	1.253.265,23	64,53

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB		VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB		-
16.1 - FUNDEB 60%		-
16.2 - FUNDEB 40%		-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB		-
17.1 - FUNDEB 60%		-
17.2 - FUNDEB 40%		-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)		-

INDICADORES DO FUNDEB		VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)		1.253.265,23
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%		69,96
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100%		29,48
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%		0,56

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)			R\$ 1,00	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE			VALOR	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²				
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)
			%	
			(c)=(b/a)x100	
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.052.985,00	3.052.985,00	415.406,66	2.196.679,49
			71,95	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	No Bimestre	Até o Bimestre (e)
			%	
			(f)=(e/d)x100	
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	1.567.928,00	1.567.928,00	136.513,10	797.541,22
23.1-Creche	320.000,00	444.400,00	33.101,55	183.703,52
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	70.000,00	220.000,00	26.481,30	142.332,04
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	250.000,00	224.400,00	6.620,25	41.371,48
23.2-Pré-Escola	1.247.928,00	1.123.528,00	103.411,55	613.837,70
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	690.000,00	540.000,00	69.873,52	471.835,64
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	557.928,00	583.528,00	33.538,03	142.002,06
24-ENSINO FUNDAMENTAL	3.052.000,00	3.052.000,00	242.358,31	1.167.052,84
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.182.000,00	1.182.000,00	146.421,79	639.097,55
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.870.000,00	1.870.000,00	95.936,52	527.955,29
25-ENSINO MÉDIO	74.000,00	74.000,00	2.265,73	2.508,82
26-ENSINO SUPERIOR	40.000,00	40.000,00	15.000,00	15.000,00
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-
28-OUTRAS	37.000,00	37.000,00	4.813,64	16.762,64
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	4.770.928,00	4.770.928,00	400.950,78	1.998.865,52
			41,90	

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-360.461,88
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	6.098,74
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30-31+32-33+34+35+36)	-354.363,14
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) - (37))	2.318.957,20
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31X100))%	26,39

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	250.000,00	250.000,00	-	-	-
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	194.000,00	194.000,00	-	32.678,24	16,84
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	965.000,00	965.000,00	75.184,95	158.150,82	16,39
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40-41+42-43)	1.409.000,00	1.409.000,00	75.184,95	190.839,06	13,54
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	6.179.928,00	6.179.928,00	476.135,73	2.189.704,58	35,43
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Página: 8 de 8
03/12/2014 09:56

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB		VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.254.225,92
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.244.224,37
49.1-Orçamentário do Exercício		1.244.224,37
49.2-Restos a Pagar		-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		6.098,74
51-(-)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		16.100,29

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 55m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."
³Caput do artigo 212 da CF/1988.
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121,V.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 09 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 1
03/12/2014 09:57

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	1.000.000,00	-	1.000.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	13.112.434,10	3.170.764,12		9.941.669,98
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte				
(-)Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras				
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	13.112.434,10	3.170.764,12		9.941.669,98
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-12.112.434,10	-3.170.764,12		-8.941.669,98

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 57m.

1

RREO ANEXO 11 JAN-OUT 2014

Página: 1 de 1
03/12/2014 09:58

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	550.000,00	-	550.000,00
Alienacao De Bens Moveis	400.000,00	-	400.000,00
Alienacao De Bens Imoveis	150.000,00	-	150.000,00
TOTAL	550.000,00	-	550.000,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	-	-	-	-
Investimentos	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização/Refinanciamento Da Dívida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	-	-	-	-

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	63,59	-	63,59

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 09h e 58m.

RREO ANEXO 12 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 3
03/12/2014 10:00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	997.540,00	997.540,00	651.211,00	65,28
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	183.140,00	183.140,00	147.201,94	80,37
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	160.000,00	160.000,00	172.105,78	107,56
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	238.700,00	238.700,00	213.163,38	89,30
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	336.700,00	336.700,00	111.098,45	32,99
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	27.000,00	27.000,00	7.641,45	28,30
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	-	-
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	7.000,00	7.000,00	-	-
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.214.400,00	11.214.400,00	8.135.506,95	72,54
Cota-Parte FPM	6.463.400,00	6.463.400,00	4.656.281,42	72,04
Cota-Parte ITR	12.000,00	12.000,00	2.480,06	20,66
Cota-Parte IPVA	313.000,00	313.000,00	281.060,74	89,79
Cota-Parte ICMS	4.306.000,00	4.306.000,00	3.138.926,46	72,89
Cota-Parte IPI-Exportação	80.000,00	80.000,00	38.657,78	48,32
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	40.000,00	40.000,00	18.100,49	45,25
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	18.100,49	45,25
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	12.211.940,00	12.211.940,00	8.786.717,95	71,95

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	2.135.200,00	2.135.200,00	936.769,45	43,87
Provenientes da União	1.771.200,00	1.771.200,00	860.932,95	48,60
Provenientes dos Estados	364.000,00	364.000,00	75.836,50	20,83
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	15.000,00	15.000,00	3.325,31	22,16
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	2.150.200,00	2.150.200,00	940.094,76	43,72

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	4.124.800,00	4.123.800,00	2.915.858,19	70,70	2.522.086,89	61,15
Pessoal e Encargos Sociais	1.801.000,00	1.625.400,00	1.180.045,65	72,60	1.124.697,36	69,19
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.323.800,00	2.498.400,00	1.735.812,54	69,47	1.397.389,53	55,93
DESPESAS DE CAPITAL	769.000,00	615.000,00	35.910,82	5,83	28.308,56	4,60
Investimentos	769.000,00	615.000,00	35.910,82	5,83	28.308,56	4,60
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	4.893.800,00	4.738.800,00	2.951.769,01	62,28	2.550.395,45	53,81

Página: 2 de 3
03/12/2014 10:00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.687.200,00	1.687.200,00	992.649,06	33,62	857.904,94	33,63
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	1.628.200,00	1.628.200,00	992.649,06	33,62	857.904,94	33,63
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	59.000,00	59.000,00	-	-	-	-
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	1.687.200,00	1.687.200,00	992.649,06	33,62	857.904,94	33,63
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	3.206.600,00	3.051.600,00	1.959.119,95	66,37	1.692.490,51	66,36
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					19,26	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIb) /100]⁶					374.482,81	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-		-	

Página: 3 de 3
03/12/2014 10:00

Prefeitura Municipal de Modelo-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	4.030.200,00	3.845.200,00	2.325.718,15	78,79	1.942.004,59	76,15
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	741.000,00	741.000,00	579.210,59	19,62	561.950,59	22,03
Suporte Profilático e Terapêutico	8.400,00	8.400,00	129,01	-	129,01	0,01
Vigilância Sanitária	93.500,00	93.500,00	46.042,30	1,56	45.642,30	1,79
Vigilância Epidemiológica	11.000,00	11.000,00	228,68	0,01	228,68	0,01
Alimentação e Nutrição	23.000,00	23.000,00	440,28	0,01	440,28	0,02
Outras Subfunções	16.700,00	16.700,00	-	-	-	-
TOTAL	4.923.800,00	4.738.800,00	2.951.769,01	100,00	2.550.395,45	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 10h e 00m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIb)/100]$.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

JANICE MARTINI MULLER
CONTADORA CRC 11983

CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
AGENTE DE CONTROLE INTERNO

RREO ANEXO 14 BIM. SET-OUT 2014

Página: 1 de 2
03/12/2014 10:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		28.979.614,23	
Previsão Atualizada da Receita	-		28.979.614,23	
Receitas Realizadas	2.578.077,09		13.893.157,65	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		28.979.614,23	
Créditos Adicionais	-		1.403.872,09	
Dotação Atualizada	-		30.383.486,32	
Despesas Empenhadas	2.130.777,39		17.524.436,17	
Despesas Liquidadas	2.587.046,43		12.954.089,15	
Superávit Orçamentário			939.068,50	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas	2.130.777,39		17.524.436,17	
Despesas Liquidadas	2.587.046,43		12.954.089,15	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			14.011.177,84	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	0,00		0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	0,00		0,00	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	0,00		0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-145.348,00	-46.178,48	31,77
Resultado Primário		373.814,23	1.052.489,17	281,55
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS		22.296,66	0,00	22.296,66 0,00
Poder Executivo		22.296,66	0,00	22.296,66 0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00 0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS		0,00	0,00	0,00 0,00
Poder Executivo		0,00	0,00	0,00 0,00
Poder Legislativo		0,00	0,00	0,00 0,00
TOTAL		22.296,66	0,00	22.296,66 0,00

Página: 2 de 2
03/12/2014 10:03

Prefeitura Municipal de Modelo - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	2.318.957,20	25%	26,39	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	881.679,95	60%	69,96	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	0,00		1.000.000,00	
Despesa de Capital Líquida	3.170.764,12		9.941.669,98	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		550.000,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		0,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	1.692.490,51	15%	19,26	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, 03/Dez/2014, 10h e 02m.

RICARDO LUIS MALDANER JANICE MARTINI MULLER CARLA LUISA ALEXIUS MARTINI
PREFEITO MUNICIPAL CONTADORA CRC 11983 AGENTE DE CONTROLE INTERNO

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 08/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 08/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE (RSS), para exercício de 2015. conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até as 18:00 horas do dia 19/dezembro/2014.

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 14/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2015

REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE GEOMETRIA E BALANCEAMENTO conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 03/dezembro/2014 até as 08:00 horas do dia 15/dezembro/2014

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 15/dezembro/2014

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de Novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 10/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 10/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2015

OBJETO: Contratação de: ÓLEO LUBRIFICANTE, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até as 18:00 horas do dia 22/dezembro/2014.

ABERTURA: às 16:00 horas do dia 23/dezembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 11/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2015

OBJETO: Contratação de: TUBOS DE CONCRETO conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 15/dezembro/2014 até as 12:30 horas do dia 29/dezembro/2014.

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 29/dezembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 12/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 12/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2015

OBJETO: Contratação de: REGISTRO DE PREÇOS para contratação futura e de forma parcelada de SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO MECÂNICA E ELÉTRICA EM AUTOMÓVEIS, VANS, UTILITÁRIOS, CAMINHÕES E ÔNIBUS EQUIPADOS COM MOTORES ELETRÔNICOS DE COMBUSTÃO INTERNA A DIESEL, GASOLINA OU ETANOL, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 15/dezembro/2014 até as 15:30 horas do dia 29/dezembro/2014.

ABERTURA: às 16:00 horas do dia 29/dezembro/2014.

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 13/2015

PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2015

OBJETO: Contratação de: BATERIAS AUTOMOTIVAS, conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 12:00 horas do dia 15/dezembro/2014 até as 18:00 horas do dia 23/dezembro/2014

ABERTURA: às 13:00 horas do dia 26/dezembro/2014

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 17/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 17/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO ELÉTRICA VEICULAR conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 09/dezembro/2014 até as 08:00 horas do dia 18/dezembro/2014.

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 18/dezembro/2014

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2015

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 16/2015

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2015

OBJETO: Contratação de: SERVIÇOS ELÉTRICOS MANUTENÇÃO PREDIAL conforme especificações e delimitações constantes em Edital para atendimento das necessidades da Administração Municipal.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: das 08:00 horas do dia 08/dezembro/2014 até as 08:00 horas do dia 17/dezembro/2014.

ABERTURA: às 09:00 horas do dia 17/dezembro/2014

TIPO MENOR PREÇO - JULGAMENTO POR ITEM.

PORTAL: www.cidadecompras.com.br

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 24, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 12:00 horas às 18:00 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo - SC, 28 de novembro de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal

Navegantes

PREFEITURA

LEI COMPLEMENTAR 229 ISENÇÃO DE ALVARÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

LEI COMPLEMENTAR N.º 229 DE 1.º DE DEZEMBRO DE 2014
CONCEDE ISENÇÃO DA TAXA DE ALVARÁ DE TEMPORADA A CONTRIBUINTES QUE ESPECIFICA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais. FAÇO saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e EU sanciono a seguinte lei complementar:

Art. 1.º Fica, o chefe do Poder Executivo municipal, autorizado a conceder isenção de cobrança da taxa referente ao Alvará de Temporada 2014/2015.

§ 1.º Serão beneficiadas com a isenção prevista no caput deste artigo as pessoas que se enquadrarem nos critérios abaixo estabelecidos, mediante Parecer Social emitido pela Assistente Social do município.

§ 2.º Será devida a isenção de 100% (cem por cento) às pessoas que preencherem as seguintes condições:

I - Renda per capita igual ou inferior a 1/3 de salário mínimo e/ou ter idade igual ou superior a 65 anos, com renda per capita igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo.

II - Comprovadamente morar no município há pelo menos 1 (um) ano;

III - Não possuir vínculo empregatício no momento da solicitação da isenção;

IV - Estar incluso no Cadastro Único da Assistência Social.

§ 3.º O Parecer Social deverá, ainda, considerar critérios complementares como moradia, despesas (luz, água, alimentação, medicação), saúde, estado civil e composição familiar, devidamente fundamentado.

§ 4.º Será devida a isenção de 50% (cinquenta por cento) da taxa do Alvará de Temporada às pessoas que preencherem as seguintes condições:

I - Renda per capita igual ou inferior a 1/2 de salário mínimo;

II - Comprovadamente morar no município há pelo menos 1 (um) ano;

III - Não possuir vínculo empregatício no momento da solicitação da isenção;

IV - Estar incluso no Cadastro Único da Assistência Social.

§ 5.º O Parecer Social deverá, ainda, considerar critérios complementares como moradia, despesas (luz, água, alimentação, medicação), saúde, estado civil e composição familiar, devidamente fundamentado.

Art. 2.º O Alvará de Temporada concedido com o benefício desta lei é intransferível e terá validade somente para a temporada 2014/2015.

Art. 3.º O pedido de isenção deve ser requerido quando do pedido de obtenção do Alvará, na forma do art. 342-A da lei complementar nº 6 de 31/12/2002, na Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita, no atendimento de Alvará.

Art. 4.º A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Receita fica

autorizada a tomar as medidas necessárias ao cumprimento da presente lei complementar.

Art. 5.º Esta lei complementar entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 1.º DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta lei complementar foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 1.º de dezembro de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO Nº 213/2014 FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 213/2014 PMN

AVISO DE SUSPENSÃO: OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE KITS DE MATERIAL ESCOLAR, DEVIDAMENTE PERSONALIZADOS, PARA DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO (EDUCAÇÃO INFANTIL/ENSINO FUNDAMENTAL) PARA O ANO LETIVO DE 2015, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Navegantes, 03 de dezembro de 2014.

Roberto Carlos de Souza

Prefeito.

MOTIVO: para retificação nos itens e na proposta, Nova data será remarcada.

ATA - PREGÃO PRESENCIAL 48/2014 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2014 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DAS EMPRESAS, PONTAMED, ALTERMED, MM MAURO, DIMASTER, ANDROMEDA TODAS DEVIDAMENTE CREDENCIADAS, APENAS A EMPRESA ANDROMEDA APRESENTOU OS DOCUMENTOS PERTINENTES AO BENEFÍCIO CONTIDO NA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 SENDO ESTA ME. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS.

QUANTO AS PROPOSTAS NÃO HOUVE DESCLASSIFICADAS APÓS ANÁLISE DAS PROPOSTAS OCORREU A ETAPA DE LANCES, após foram abertos Os ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DAS VENCEDORAS E VERIFICADO QUE as mesmas atenderam com o solicitado no edital. MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA PUBLICAÇÃO.

Não houve interposição de recurso.

NAVEGANTES, 03 DE DEZEMBRO DE 2014

DOUGLAS LEMOS

PREGOEIRO

ATA PREGÃO PRESENCIAL 51/2014 FMS

ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 51/2014 FMS

ABERTO O CERTAME COM A PRESENÇA DA EMPRESA, PJ SERVIÇOS E COMERCIO DEVIDAMENTE CREDENCIADA.

APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE, O PREGOEIRO E A EQUIPE DE APOIO PROCEDERAM COM A ABERTURA DO ENVELOPE DE PROPOSTAS.

QUANTO A PROPOSTA NOS ITENS 23,26,34 A LICITANTE FOI DESCLASSIFICADA POIS NÃO APRESENTOU OS LAUDOS E FICHAS TÉCNICAS PERTINENTES, NO RESTANTE DOS ITENS FOI CLASSIFICADA.

APÓS OCORREU A ETAPA DE LANCES E SUBSEQUENTEMENTE A ABERTURA DO ENVELOPE DE HABILITAÇÃO

VERIFICADO QUE A MESMA ATENDEU COM O SOLICITADO NO EDITAL. MOMENTO EM QUE DECLARA-SE ENCERRADA A PRESENTE SESSÃO E ENCAMINHA-SE PARA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA PUBLICAÇÃO.

NÃO HOUVE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO.

NAVEGANTES, 03 DE DEZEMBRO DE 2014

DOUGLAS LEMOS

PREGOEIRO

LEI 2952 PROGRAMA DE MEDIAÇÃO NAS ESCOLAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

LEI Nº 2952 DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA "MEDIAÇÃO DE CONFLITOS" NAS UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das suas atribuições legais, FAZ saber a todos os munícipes que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ELE sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1 º Para fins desta lei, considera-se mediação como um meio alternativo de resolução de conflitos no qual uma terceira pessoa, neutra e imparcial, promove a comunicação entre as partes controversas a fim de minimizar ou prevenir conflitos, fazendo, das partes, autores da soluções de seus conflitos.

Art. 2 º Os princípios fundamentais da mediação são:

I) Oralidade;

II) Informalidade;

III) Autonomia e respeito às vontades das partes;

IV) Consenso entre as partes;

V) Confiabilidade;

VI) Igualdade das partes e de seu poder de decisão sobre a resolução dos conflitos.

Art. 3 º Os temas supramencionados irão compor os eixos de formação que deverão ser administrados por um profissional de Psicologia, já disponível na rede, com periodicidade anual e reciclagem semestral.

Parágrafo Único: A formação confere ao aluno o título de Mediador, enquanto que a reciclagem retoma algumas dúvidas e questionamentos, funcionando como supervisão das atividades desenvolvidas pelos mediadores.

Art. 4 º Os participantes do curso deverão estar obrigatoriamente matriculados na Rede Municipal de Ensino e selecionados pela

Direção/Orientação/Coordenação Pedagógica de cada Unidade Escolar e apresentar disponibilidade de horário para exercer o papel de Mediador Escolar.

Art. 5 º Cada Unidade Escolar poderá prever a formação de no mínimo 6 (seis) e no máximo 15 (quinze) Mediadores, a considerar o número de alunos da referida escola.

Art. 6 º Todos os participantes receberão, no final da formação, certificados e uma carteirinha contendo nome e função a exercer, devendo, para tanto, ter frequência mínima de 70% das horas/aulas disponibilizadas.

Art. 7 º Em caso de desistência de mais de 30% dos participantes de uma turma, as inscrições poderão ser reabertas e iniciada a formação de uma nova turma.

CAPÍTULO III - DOS MEDIADORES

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NAVEGANTES

Rua João Emílio n º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500

CEP 88370-446 – Navegantes - SC

CNPJ 83.102.855/0001-50

www.navegantes.sc.gov.br

Art. 8 º Mediador será terceiro imparcial, que conduzirá todo o processo de comunicação entre as partes, com auxílio e supervisão do Orientador Educacional, facilitando a diluição do conflito e a busca do entendimento entre as partes.

Art. 9 º O Mediador deverá atuar de acordo com a formação e capacitação recebida por profissional técnico, podendo haver participação de co-mediador quando da natureza ou complexidade do conflito, podendo, o co-mediador, ser um profissional atuante na escola e que componha a equipe de apoio pedagógica.

Art. 10 Em caso de transferência de unidade escolar, o aluno poderá passar a exercer a função na nova unidade de ensino, desde que esta já seja participante do Programa.

CAPÍTULO IV - DO PROCEDIMENTO DE MEDIAÇÃO

Art. 11 Ao iniciar a mediação, o Mediador deverá cientificar as partes dos objetivos da mediação e do papel do Mediador frente ao conflito.

Art. 12 Na sequência, as partes deverão ser cientificadas das regras que compõem este momento:

I) Respeito entre as partes;

II) Impossibilidade de as partes proferirem palavras de baixo calão a quaisquer dos envolvidos no processo;

III) Seguir os princípios da comunicação - ouvir o que cada parte tem a dizer e saber aguardar sua vez de posicionar-se;

IV) Acatar os direcionamentos do Mediador;

V) Manter o foco na resolução dos conflitos.

Art. 13 Toda a mediação realizada deverá ser documentada em Termo que deverá conter:

I) Identificação das partes: nome completo, série e turno em que estudam;

II) Motivo do conflito;

III) Resumo do conflito;

IV) Soluções apontadas para a resolução;

V) Solução escolhida pelas partes para atingir a resolutividade do conflito;

VI) Nível de satisfação das partes após o procedimento de mediação;

VII) Assinatura do Mediador e das partes.

Parágrafo Único: Os dados deverão ser arquivados em espaço específico e quantificados semestralmente com o acompanhamento da profissional responsável pela formação o grupo de mediadores a fim de promover a avaliação da atividade desenvolvida.

CAPÍTULO V - DA ESTRUTURA FÍSICA

Art. 14 Para o desenvolvimento da atividade, é preciso uma sala com uma mesa e cadeiras à disposição dos Mediadores e das partes.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
Rua João Emílio n.º 100 – Centro – Telefone (47) 3342-9500
CEP 88370-446 – Navegantes - SC
CNPJ 83.102.855/0001-50
www.navegantes.sc.gov.br

CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15 Aplica-se esta lei como forma de resolução de conflitos em espaço escolar.

Art. 16 A Secretaria Municipal da Educação deverá manter banco de dados com informações relativas à mediação para fins de planejamento e avaliação das atividades a longo prazo.

Art. 17 Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 3 DE DEZEMBRO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta lei foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 3 de dezembro de 2014.
Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

NAVEGANTESPREV

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 001/2014 DE CONCURSO PÚBLICO

Abre inscrições e define normas para o concurso público destinado ao provimento de vagas de cargos efetivos do Quadro Único de Pessoal do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV, Santa Catarina e dá outras providências.

O DIRETOR PRESIDENTE do Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, torna público que fará realizar Concurso Público para provimento de vagas do quadro único de pessoal do NAVEGANTESPREV, contratados sob o regime estatutário conforme Lei Complementar Municipal número 007/2003, e que se regerá pelas normas estabelecidas neste edital e demais legislação vigente.

1.DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Concurso Público será realizado sob a responsabilidade do Instituto o Barriga Verde-IOBV, localizado na Avenida Luiz Bertoli,

233, centro, município de Taió, Estado de Santa Catarina, tel./ fax (47) 3562-1598, endereço eletrônico www.iobv.org.br, e-mail concursos@iobv.com.br, sob a supervisão da Comissão Municipal de Concurso Público, nomeada pela Portaria Nº 20 de 02/09/14

1.2 A realização do certame seguirá as datas e prazos previstos de acordo com o seguinte cronograma:

Evento	Data
Inscrições exclusivamente pela internet (on-line) no período de:	05/12/2014 a 05/01/2015
Pagamento da taxa de inscrição para todos os candidatos prazo final dia:	09/01/2015
Isenção de taxa de inscrição solicitação através dos correios sedex/ar prazo para envio do requerimento.	19/12/2014
Divulgação dos requerimentos deferidos e indeferidos das solicitações de isenção da taxa de inscrição.	05/01/15
Recursos contra o indeferimento dos requerimentos de isenção de taxa de inscrição.	06 e 07/01/15
Vaga para Deficiente e condição especial para realizar a prova, prazo final para envio por sedex/AR do requerimento.	05/01/2015
Listagem dos inscritos: divulgação das inscrições deferidas e indeferidas de todos os candidatos.	14/01/2015
Recursos contra indeferimento das inscrições	15 e 16/01/2015
Homologação das inscrições	19/01/2015
Locais das Provas divulgação dos locais de provas	20/01/15
Divulgação da alocação dos candidatos por escola e por sala (ensalamento)	Entre 27 e 30/01/2015
PROVAS ESCRITAS OBJETIVAS	08/02/15
Gabarito Preliminar divulgação no site Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	09/02/15
Recursos contra as questões e ao gabarito preliminar da prova objetiva escrita.	10 e 11/02/15
Gabarito Definitivo da prova objetiva divulgação no site do Instituto o Barriga Verde (www.iobv.org.br).	19/02/15
Classificação Preliminar	20/02/15
Recursos contra a classificação preliminar	23 e 24/02/15
Classificação Final	25/02/15
Homologação do resultado final	Após 25/02/15

1.3. O cronograma é uma previsão e poderá sofrer alterações, dependendo do número de inscritos, de recursos, intempéries e por decisão da Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público e da Comissão do Instituto o Barriga Verde, sendo de responsabilidade do candidato acompanhar suas alterações nos meios de divulgação do certame.

1.4. Os candidatos que enviarem a documentação via postal, por SEDEX AR, devem providenciar sua expedição com a devida antecedência para que o IOBV receba dentro do prazo estipulado no cronograma. Passada essa data a documentação não mais será processada. Devendo ser enviadas para o seguinte endereço:

INSTITUTO O BARRIGA VERDE

Ref.: Concurso Público Navegantes Edital 01/2014

Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro

CEP 89.190-000 - Taió - SC

1.5. O Edital do Concurso Público, os demais comunicados e avisos aos candidatos, a relação de inscritos, os gabaritos e provas, os julgamentos realizados, convocações e todos os demais atos do Concurso Público, serão publicados no sítio do Concurso Público na Internet: www.iobv.org.br.

1.6. O Edital do concurso público também será publicado no site do NAVEGANTESPREV na Internet: <http://www.navegantes.sc.gov.br> e www.navegantesprev.sc.gov.br e no órgão oficial de imprensa (www.diariomunicipal.sc.gov.br), bem como afixado na sede da NAVEGANTESPREV e ainda, publicado, na forma de extrato, em jornal de circulação local e estadual.

1.7. A nomeação dos candidatos aprovados dentro do número de vagas deste certame, atenderá os dispositivos da RE/598.099//STF, de acordo com a necessidade da Administração do NavegantesPrev, respeitada a ordem de classificação, podendo ser convocados mais candidatos aprovados, se houver necessidade para o serviço público.

1.8. O prazo de validade do concurso é de 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração do NavegantesPrev.

2. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA INVESTIDURA NOS CARGOS

2.1. São requisitos básicos para investidura nos cargos a que se refere o presente concurso:

- a) A nacionalidade brasileira;
- b) O gozo dos direitos políticos;
- c) A quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- d) O nível de escolaridade exigido;
- e) A idade mínima de dezoito anos;
- f) Condições de saúde física e mental compatíveis com o exercício do cargo ou função, de acordo com prévia inspeção médica oficial.
- g) Idoneidade moral a ser comprovada mediante a apresentação de atestado de antecedentes emitido por órgão competente;
- h) Inexistência da incompatibilidade para o exercício de cargo público municipal;
- i) Ter sido aprovado no Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital;
- j) Comprovar a formação exigida para o cargo e o registro profissional quando exigido.
- k) Outros requisitos justificados pelas atribuições do cargo ou estabelecidos em lei.

3. DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

3.1 A relação dos cargos com as exigências mínimas de formação, vencimento, carga horária, número de vagas, atribuições dos cargos e outras informações constam nos anexos I e II deste edital.

3.2. A escolaridade e requisitos exigidos, conforme anexo I e legislação em vigor, deverão ser comprovados quando da convocação do candidato para admissão.

4. DA INSCRIÇÃO

4.1. A inscrição do candidato implicará no conhecimento e na aceitação irrestrita das instruções e das condições do Concurso Público, tais como se acham estabelecidas neste edital, bem como em eventuais aditamentos, comunicações, instruções e convocações relativas ao certame, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos e acerca dos quais não poderá o candidato alegar desconhecimento.

4.2. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido e classificação no presente concurso público.

4.3. A participação no presente Concurso Público iniciar-se-á pela inscrição, que deverá ser efetuada no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital.

4.4. A inscrição somente será efetuada via Internet, no endereço eletrônico www.iobv.org.br, no período estabelecido no cronograma de atividades capítulo I deste edital.

4.5. Para efetivar a sua inscrição o candidato deverá seguir os seguintes passos:

a) Ler atentamente o edital verificando se atende a todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das

regras constantes neste edital;

b) Acessar o endereço eletrônico www.iobv.org.br, em "concursos abertos" selecionar o Instituto de Previdência Social do Município de Navegantes - NAVEGANTESPREV, Edital 01/2014;

c) Preencher o Requerimento de Inscrição;

d) Conferir atentamente os dados informados e enviá-los pela Internet, imprimindo uma cópia que deve ficar em seu poder;

e) Imprimir o boleto bancário e efetuar o pagamento da taxa de inscrição preferencialmente nas agências da Caixa Econômica Federal, até o dia do vencimento estabelecido no boleto.

f) Manter o boleto que comprova o pagamento da taxa de inscrição em seu poder.

4.6 O valor da taxa de inscrição é de:

a) Para cargos com exigência de curso superior: R\$ 80,00 (oitenta reais);

b) Para cargos com exigência de curso de ensino médio: R\$ 50,00 (cinquenta reais);

4.7. O pagamento da taxa de inscrição só poderá ser feito mediante a utilização do boleto de pagamento disponível no endereço eletrônico www.iobv.org.br, impresso com o respectivo código de barras, até a data de vencimento constante no mesmo.

4.7.1 O agendamento do pagamento e o respectivo demonstrativo não constituem documentos comprobatórios do pagamento da taxa de inscrição.

4.8. No caso de extravio do boleto original, uma segunda via poderá ser obtida no mesmo endereço, na área restrita do candidato.

4.9. Em caso de feriado ou evento que acarrete o fechamento de agências bancárias na localidade em que se encontra o candidato, o boleto deverá ser pago antecipadamente.

4.10. Para evitar ônus desnecessário, o candidato deverá orientar-se no sentido de recolher o valor de inscrição somente após tomar conhecimento de todos os requisitos e condições exigidos para assumir o cargo, bem como das regras constantes neste edital acompanhando as publicações e suas possíveis alterações.

4.11 A inscrição só será aceita quando o Banco onde foi paga a taxa de inscrição confirmar o respectivo pagamento.

4.12 Após o pagamento do boleto bancário, em até cinco dias o candidato poderá conferir, no site do concurso, na área do candidato, se os dados da inscrição foram recebidos e se o valor da inscrição foi pago, podendo imprimir seu comprovante definitivo de inscrição.

4.13. Da isenção da taxa de inscrição

4.13.1. Os candidatos poderão requerer a isenção da taxa de inscrição desde que atendam os requisitos da Lei Municipal 2.233/2009.

4.13.2. Podem solicitar isenção de taxa de inscrição os candidatos doadores de sangue nos bancos de sangue dos hospitais do município de Navegantes.

4.13.4. Para se beneficiar da isenção o candidato deverá no ato da inscrição requerer na ficha de inscrição on line a isenção da taxa de inscrição e encaminhar via correio sedex AR, até a data constante do cronograma, aos cuidados do Instituto O Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, centro, Taió - SC, CEP 89190-000, os documentos que comprovem seu direito à isenção.

4.13.5. O requerente deverá realizar a inscrição normalmente, inclusive imprimindo o boleto, devendo ainda enviar até a data prevista no cronograma, os seguintes documentos:

a) Cópia do boleto bancário ou comprovante de inscrição;

b) Requerimento com pedido expresso de isenção da taxa de inscrição;

c) Cópia autenticada ou original de comprovação da condição de doador de sangue que deverá ser expedido pelos bancos de sangue dos hospitais do município de Navegantes, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações, em número não inferior a 03 (três), vezes ao ano.

4.13.6. Após análise dos pedidos de isenção, será divulgado Edital contendo a relação dos isentos do pagamento da taxa de inscrição, abrindo-se prazo recursal de 2 (dois) dias úteis para contestação

dos requerimentos indeferidos.

4.13.7. Os candidatos que tiverem seus pedidos de isenção da taxa de inscrição indeferidos deverão efetuar o pagamento do boleto bancário da inscrição até a data limite, conforme cronograma, sob pena de eliminação do Concurso Público.

4.13.8. Os candidatos que tiverem os pedidos de isenção deferidos terão suas inscrições automaticamente efetivadas e estarão habilitados a todos os atos e termos do Edital.

4.13.9. É de total responsabilidade do candidato verificar/acompanhar o resultado do pedido de isenção, inclusive sobre eventual indeferimento no prazo supra descrito, para todos os efeitos legais.

4.14 Demais disposições referente às inscrições

4.14.1. É vedada a inscrição condicional, extemporânea, via postal, via fax, via e-mail, ou por qualquer outra via não especificada neste edital.

4.14.2. As informações prestadas no preenchimento do Requerimento de Inscrição, são de inteira responsabilidade do candidato, podendo ser indeferida ou anulada a inscrição por seu preenchimento incompleto ou de forma indevida.

4.14.3. A Comissão Municipal de Concurso Público e o IOBV, a qualquer tempo, poderão anular a inscrição, as provas e admissão do candidato, se verificada falsidade em qualquer declaração ou documento exigido neste edital.

4.14.4. As mudanças de endereço e/ou dados cadastrais deverão ser alteradas, na área restrita do candidato, até a data de realização da prova.

4.14.5. O IOBV não se responsabilizará por solicitações de inscrição via Internet não efetivadas por falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação e outros fatores de ordem técnica que impossibilitar a transferência dos dados ou a impressão dos documentos relacionados.

4.14.6. O IOBV não se responsabilizará por boletos clonados por estelionatários, através de vírus no computador utilizado pelo candidato, devendo o candidato conferir o código de barras e se o boleto é da Caixa Econômica Federal, cujo código de barras deve iniciar pelo número do banco ou seja 104.

4.14.7. Para evitar transtornos ao candidato aconselha-se que faça sua inscrição antecipadamente.

4.14.8. O candidato poderá participar deste edital com apenas uma inscrição, verificando-se mais de uma inscrição de um mesmo candidato, será considerada apenas a inscrição mais recente devidamente paga.

4.14.9. O candidato, após efetuar o pagamento da inscrição não poderá, sob qualquer pretexto, pleitear a troca de cargo e/ou a devolução da importância recolhida uma vez que, o valor da inscrição somente será restituído em caso de anulação plena do Concurso Público.

4.14.10. A inscrição implica no conhecimento e aceitação das regras e condições estabelecidas neste edital, seus termos aditivos, convocações bem como avisos publicados no endereço eletrônico do concurso, que passarão a fazer parte do instrumento convocatório como se nele estivessem transcritos, a acerca dos quais o candidato não poderá alegar desconhecimento, sendo sua responsabilidade manter-se informado, acompanhando as divulgações no site oficial www.iobv.org.br.

4.14.11. Será cancelada a inscrição do candidato que:

a) Efetuar o pagamento da taxa de inscrição com cheque sem a provisão de fundos, agendamentos não compensados ou com qualquer outra irregularidade;

b) Prestar declarações falsas, inexatas, adulterar qualquer documento informado ou apresentado ou que não satisfizer as condições estabelecidas neste Edital.

4.14.12. No caso de cancelamento da inscrição serão anulados todos os atos dela decorrentes, a qualquer tempo, mesmo que o candidato tenha sido classificado e que o fato seja constatado posteriormente.

4.14.13. Ao se inscrever o candidato concorda com o acesso por terceiros, por qualquer meio, dos seus dados de identificação, títulos apresentados, resultados das avaliações a que for submetido

e classificação no presente concurso público.

4.14.14. As inscrições poderão ser prorrogadas por necessidade de ordem técnica e/ou operacional o que poderá ser feito sem prévio aviso bastando, para todos os efeitos legais, a comunicação de prorrogação feita no site www.iobv.org.br e <http://www.navegantes.sc.gov.br>.

4.15. Das condições especiais para realizar a prova

4.15.1 Os candidatos, inscritos que necessitarem de atendimento especial para realização da prova (local de fácil acessibilidade, uso de aparelhos de audição ledor, prova com fonte ampliada e etc.), deverão assinalar esta opção no Requerimento de Inscrição e indicar o atendimento especial que desejar, devendo enviar tal solicitação através do anexo IV deste edital, via sedex AR para o endereço do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233 - Centro - 89.190-000 - Taió - SC.

4.15.2 A candidata que necessitar amamentar deverá, além de requerer atendimento especial para realizar a prova, nos termos do item 4.15.1, deverá comparecer ao local do exame com a antecedência mínima de trinta minutos, acompanhada de pessoa maior de 18 anos que ficará responsável pela guarda da criança.

4.15.3. O menor e o responsável ficarão em sala especial e nos momentos de amamentação a candidata solicitará ao fiscal de sala que a conduza ao local, sendo que o tempo destinado à amamentação não será descontado do tempo de duração da prova.

4.15.4 O IOBV publicará, no endereço do concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma, despacho das solicitações de atendimento especial deferidas e indeferidas.

5. DOS PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

5.1. Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscreverem neste concurso público, desde que sua deficiência seja compatível com as atribuições a que pretende concorrer, sendo-lhes reservadas 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas, os quais integrarão lista de chamada especial.

5.2. Consideram-se pessoas com deficiência aquelas que se enquadram nas categorias discriminadas no artigo 4º do Decreto Federal n.º 3.298/99 e as alterações constantes do artigo 7 do Decreto Federal 5.296/04.

5.3. O resultado final do Concurso será publicado em duas listas: lista geral e lista especial. A primeira trará a relação de todos os candidatos aprovados e classificados, inclusive das pessoas com deficiência.

5.3.1 Os cargos contemplados com vagas para deficientes, consta divulgado no anexo I deste edital;

5.3.1.1 Para os demais cargos não contemplados com vaga para deficientes, em função do número de vagas, não há previsão de imediato oferecimento de vaga às pessoas com deficiência. Nesses cargos, o primeiro candidato classificado no Concurso na lista especial dos candidatos inscritos para as vagas reservadas às pessoas com deficiência, será nomeado para ocupar a 20ª (vigésima) vaga aberta. O segundo classificado no Concurso na listagem especial ocupará a 40ª (quadragésima) vaga aberta e assim sucessivamente, obedecida a ordem de classificação na listagem especial e o prazo de validade do concurso.

5.4. O candidato com deficiência concorrerá a todas as vagas oferecidas no cargo escolhido, utilizando-se da vaga reservada somente quando, tendo sido aprovado, não puder ser nomeado através de sua classificação na lista geral.

5.5. O candidato que se declarar pessoa com deficiência, participará do presente concurso público em igualdade de condições com os demais candidatos quanto ao conteúdo das provas; à avaliação e aos critérios de aprovação; ao horário e ao local de aplicação das provas; e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

5.6. Para concorrer às vagas reservadas o candidato deve realizar sua inscrição pela Internet e nela declarar-se portador de deficiência em seguida providenciar e enviar a seguinte documentação:

a) Encaminhar laudo médico original, emitido nos últimos doze meses, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação

Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como à provável causa da deficiência.

b) Encaminhar requerimento conforme anexo IV deste edital, devidamente preenchido e assinado, no qual poderá ser informada a condição especial que necessita para a realização da prova.

c) Cópia do comprovante de inscrição.

5.6.1. A documentação de que tratam as alíneas, deverá ser encaminhada via correios sedex/AR, ou protocolada pessoalmente na sede do Instituto o Barriga Verde, Avenida Luiz Bertoli, 233, Centro - 89190-00 - Taió - SC.

5.6.2. O fornecimento do laudo médico é de responsabilidade exclusiva do candidato e os documentos entregues não serão devolvidos, assim como não serão fornecidas cópias.

5.6.3. O atendimento às condições especiais solicitadas ficará sujeito à análise de viabilidade e razoabilidade do pedido.

5.7. Os candidatos inscritos para as vagas reservadas aos portadores de deficiência que deixarem de atender, no prazo e condições determinados pelo Edital, em especial as relacionadas aos documentos comprobatórios de sua deficiência, terão sua inscrição como portador de deficiência invalidada e passarão a ser considerados como não portadores de deficiência.

5.8. Tendo sido aprovado no Concurso Público, os portadores de deficiência serão submetidos à Equipe Multiprofissional, designada com o objetivo de avaliar a compatibilidade entre as atribuições essenciais do cargo com a necessidade especial de que o candidato é portador, emitindo relatório que servirá de base para o laudo expedido pela Perícia Médica Oficial do município.

5.9. Tendo sido aprovados no Concurso Público os portadores de deficiência serão submetidos a Perícia Médica Oficial para comprovação da deficiência informada pelo candidato no ato de seu exame admissional e de sua compatibilidade com o exercício das atribuições do cargo.

5.10. Será eliminado da lista de candidatos que concorrem às vagas reservadas aos portadores de deficiência, o candidato cuja deficiência assinalada no ato da inscrição não seja constatada ou não seja compatível com o exercício das atribuições do cargo, passando a compor apenas a lista de classificação geral final.

5.11. O candidato que requerer vaga especial não está isento do pagamento da taxa de inscrição.

5.12. O candidato com deficiência participará deste concurso em igualdade de condições aos demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, avaliação e critérios de aprovação, horário, data, local de aplicação e nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

6. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

6.1. As inscrições que preencherem todas as condições deste edital serão divulgadas preliminarmente no site deste concurso www.iobv.org.br, conforme cronograma deste edital.

6.2. Caso a inscrição do candidato não seja homologada, ou haja inexatidão relativas a grafia do seu nome, condição de pessoa com deficiência ou qualquer outra, caberá recurso nos termos do presente Edital.

6.2.1 Os casos de erro de grafia, data de nascimento ou outro dado pessoal, o próprio candidato deve entrar na área restrita do site, com seu CPF e senha cadastrados e fazer as devidas alterações.

6.3. Após prazo recursal as inscrições que preencherem todas as condições deste Edital serão homologadas e deferidas pela autoridade competente na data constante do cronograma deste edital.

7. DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

7.1 O concurso público a que se refere o presente edital, se desenvolverá em uma única etapa para todos os cargos, que consiste na prova escrita objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, com duração de 4 (quatro) horas.

7.2 As provas serão realizadas no município de NAVEGANTES-SC, não sendo permitida a realização das provas em outro local, a não ser o determinado no Edital de Convocação.

7.3. DOS HORÁRIOS E LOCAIS DAS PROVAS

7.3.1 Os locais de realização das provas serão divulgados no site www.iobv.org.br e no site www.navegantes.sc.gov.br e www.navegantesprev.sc.gov.br na data prevista no cronograma, em edital próprio de convocação.

7.3.2. Os horários de realização das provas ficam assim definidos:

Tipo de Cargo	Evento	Horário
TODOS OS CARGOS (VESPERTINO)	Abertura dos portões e acesso dos candidatos aos locais de prova.	13h15
	Fechamento dos portões, não sendo permitido o acesso de candidatos, sob qualquer alegação, a partir deste horário.	13h50
	Abertura dos invólucros e distribuição das provas e na sequência início das provas OBS.: O tempo gasto para abertura e distribuição das provas será acrescido ao tempo final da prova caso seja necessário.	14 h
	Tempo mínimo de permanência em sala de prova	15 h
	Final Devolução obrigatória do caderno de questões e cartão-resposta	18 h

7.3.3 A identificação correta do período, horário e local da prova e o comparecimento no horário determinado, será de inteira responsabilidade do candidato, devendo o mesmo manter-se informado acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br, considerando que as publicações podem ocorrer até a véspera das provas.

7.3.4 O IOBV e o Município de Navegantes eximem-se das despesas com viagens e estadia dos candidatos para prestar as provas do concurso público em qualquer uma das etapas.

8. DA PROVA ESCRITA

8.1. A prova escrita será constituída de questões objetivas, cada uma delas com 4 (quatro) alternativas das quais uma única será correta e com duração de 4 (quatro) horas.

8.2. As áreas de conhecimento para cada cargo, abrangidas pela prova, o número e valor das questões de cada uma delas, seguem descritas por escolaridade:

8.2.1. Escolaridade: Ensino Médio

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Motorista Recepcionista	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	5	0,14	2,80
		Matemática	5		
		Gerais e Atualidades	5		
		Informática Básica	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	5	0,24	7,20
		Conhecimentos técnicos profissionais	25		
		Total	50		10,00

8.2.2. Escolaridade: Ensino Superior

Cargos	Tipo Prova	Disciplinas	Número de questões	Valor de cada questão	Total Nota por Disciplina
Todos de nível superior	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	10	0,10	3,00
		Matemática	10		
		Gerais e Atualidades	5		
		Informática	5		
	Conhecimentos Específicos	Legislação	10	0,14	7,00
		Conhecimentos técnicos profissionais	40		
		Total	80		10,00

8.3. Os programas das provas (conteúdos programáticos) constam do anexo III deste edital.

8.4. A nota da prova escrita (NPE) se dará numa escala de 0,00 a 10,00, e será calculada pela seguinte fórmula, de acordo com a escolaridade exigida para o cargo:

a) Cargos com exigência de ensino médio: $NPE = (NACG \times 0,14) + (NACE \times 0,24)$

b) Cargos com exigência de ensino superior: $NPE = (NACG \times 0,10) + (NACE \times 0,14)$

Sendo:

NPE = Nota da Prova Escrita

NACG = Número de acertos das questões de conhecimentos gerais;

NACE = Número de acertos das questões de conhecimentos específicos.

NPE = Nota da Prova Escrita

8.5. À Prova escrita será atribuído o seguinte resultado:

a) APROVADO: o candidato que alcançou nota final da prova escrita igual ou maior a 6,00 (seis); sendo convocado para a próxima fase, se assim o cargo exigir;

b) REPROVADO: o candidato que obteve nota menor que 6,00 (seis) sendo eliminado do certame;

c) AUSENTE: o candidato que não compareceu para realizar a Prova Objetiva, acarretando em sua eliminação.

d) ELIMINADO: o candidato ausente e que deixar de cumprir as normas editalícias especialmente às de regras de aplicação da prova e seu correto preenchimento.

8.6 NORMAS PARA A APLICAÇÃO DA PROVA ESCRITA COM QUESTÕES OBJETIVAS

8.6.1 O candidato deverá comparecer ao local designado para a realização das provas no horário e data estabelecidos no edital de convocação, com a antecedência mínima de 30 (trinta) minutos da hora marcada para fechamento dos portões, munido de documento de identidade original, não sendo permitido o acesso ao local da prova do candidato que chegar atrasado.

8.6.1.1 Os portões de acesso ao local da prova escrita objetiva fecham 10 (dez) minutos antes do horário definido para início da prova.

8.6.1.2. Será vedada a entrada nos locais de prova dos candidatos que chegarem após o fechamento do portão seja qual for o motivo alegado para o atraso, estando o candidato que chegar com atraso a qualquer uma das provas, eliminado do concurso público. (não haverá nenhuma tolerância de tempo).

8.6.2. Não será permitido o acesso ao local de prova do candidato que:

a) Chegar após o horário determinado para o fechamento dos portões de entrada;

b) Não apresentar documento de identificação oficial válido, original e com foto;

c) Não dispor de caneta esferográfica de material transparente com tinta nas cores azul ou preta.

8.6.3. São considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública e pelo Corpo de Bombeiros Militar, pelos Conselhos e Ordens fiscalizadores de exercício profissional, passaporte, certificado de reservista, carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade, carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação, com foto.

8.6.4. Em caso de perda, furto ou roubo do documento de identidade original, o candidato deverá apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, trinta dias.

8.6.5. Só serão aceitos documentos no prazo de validade e em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do candidato e sua assinatura.

8.6.6. A identificação especial ou coleta de digitais poderá ser exigida, cujo documento de identificação gere dúvidas quanto à fisionomia, à assinatura ou à condição de conservação do documento.

8.6.7. Recomenda-se, para a rápida solução de qualquer pendência, que o candidato tenha consigo o comprovante de pagamento da taxa e comprovante de inscrição.

8.6.8. A não apresentação de documento de identidade, nos termos deste edital impedirá o acesso do candidato ao local de prova e, em consequência, a sua eliminação do certame.

8.6.9. O IOBV, objetivando garantir a lisura, a autenticidade e a idoneidade do Concurso Público poderá solicitar a impressão digital do candidato no cartão resposta (a qual não substituirá a obrigatoriedade do candidato assinar o cartão), fotografia ou gravação de imagem e a revista pessoal e de seus pertences inclusive por meio eletrônico. A recusa de tal procedimento acarretará a sua eliminação do Concurso.

8.6.10. Em vista de eventual varredura eletrônica a que possa ser submetido, o candidato que faça uso de marca-passos, pinos cirúrgicos ou outros instrumentos metálicos, deverá comunicar esta particularidade até o último dia de inscrições e entregar, até esta mesma data, ao IOBV, laudo médico que comprove as informações prestadas.

8.6.11 O candidato receberá para realizar a prova escrita, um caderno de questões e um cartão resposta, comprometendo-se a ler e conferir todos os dados, informações e instruções neles constantes, bem como conferir se o cartão resposta corresponde ao seu nome, número de inscrição e o cargo, e se o caderno de questões corresponde ao seu cargo e se está impresso sem falhas ou defeitos que possam comprometer a leitura e a resolução da prova.

8.6.12 Na hipótese de serem verificadas falhas de impressão no caderno de questões, o coordenador do local de prova, antes do início da prova, diligenciará no sentido de:

a) substituir os Cadernos de questões defeituosos;

b) proceder, em não havendo número suficiente de cadernos para a devida substituição, a leitura dos itens onde ocorreram falhas, usando, para tanto, um caderno de questões completo.

c) estabelecer prazo para compensação do tempo usado para regularização do caderno, se a ocorrência verificar-se após o início da prova.

8.6.13. As respostas das questões da prova escrita deverão ser transcritas para o cartão resposta, de acordo com as instruções nele contidas.

8.6.14. Ao terminar a prova o candidato entregará ao fiscal, juntamente com o cartão-resposta assinado, o Caderno de questões.

8.6.15. Não serão consideradas quaisquer anotações no caderno de questões, sendo o cartão resposta o único documento válido para a correção.

8.6.16. O cartão resposta não será substituído por erro ou rasura do candidato.

8.6.17. Será atribuída nota 0 (zero) à questão da prova escrita:

a) Cujas respostas não coincidam com o gabarito oficial;

b) Contenha emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

- c) Contenha mais de uma opção de resposta assinalada;
 - d) Não estiver assinalada no cartão resposta;
 - e) Seja preenchida fora das especificações contidas no cartão resposta ou nas instruções da prova.
 - f) Cujo cartão resposta não esteja assinado pelo candidato.
- 8.6.18. O correto preenchimento do cartão resposta é de total responsabilidade do candidato, não sendo responsabilidade do fiscal de sala alertá-lo das incorreções.
- 8.6.18.1 Além da assinatura do candidato, a escolha da alternativa de cada questão, deve ser preenchido o quadrinho correspondente na sua totalidade, não sendo admitidos "x", bolinhas, ou outra marcação que não seja igual ao exemplo:

8.6.19 Para a segurança dos candidatos e a garantia da lisura do concurso público o candidato deverá obrigatoriamente assinar o cartão-resposta, a não observância deste quesito ocorrerá na sua eliminação do concurso.

8.6.20 O candidato só poderá ter em seu poder no local de prova escrita objetiva o seguinte material: caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, documento de identidade original e, se assim desejar, comprovante de pagamento da taxa de inscrição, copo ou garrafa de água fabricada de material transparente, sem rótulos ou etiquetas, alimentos (barra de cereal, chocolate, fruta, desde que desembalados e acondicionados em saco plástico transparente.)

8.6.21 Para responder as questões da prova o candidato somente poderá utilizar caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente, que não será distribuída aos candidatos, cabendo a eles sua aquisição.

8.6.22 Não é permitido durante a prova escrita objetiva:

- a) O uso de relógio, calculadoras, telefones celulares ou qualquer outro equipamento eletro-eletrônico, bem como bonés, chapéus ou qualquer outra cobertura.
- b) A comunicação entre os candidatos, bem como consulta a qualquer obra, anotação, instrumento ou equipamento.
- c) Ausentar-se da sala sem a companhia de um fiscal.
- d) A entrada de candidato armado, sob qualquer alegação.
- e) Comportamento agressivo e descortês com qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.23. Os candidatos que trouxerem para o local de prova quaisquer materiais, objetos e ou equipamentos não permitidos, deverão entregá-los antes do início da prova, ao fiscal de sala. A simples posse, mesmo que desligado ou uso de qualquer material, objeto ou equipamento não permitido, no local da prova, corredores ou banheiros, implicará na exclusão do candidato do concurso público.

8.6.24. Somente depois de decorrido o prazo mínimo de permanência em sala de provas, que será de 60 (sessenta) minutos, o candidato poderá entregar seu caderno de questões e seu cartão-resposta e retirar-se da sala de prova, entregando, obrigatoriamente, ao fiscal de sala o seu cartão resposta devidamente assinado e o caderno de provas, sendo que o não cumprimento do corrente item incorre na desclassificação do candidato do concurso público.

8.6.25. Os três (3) últimos candidatos que permaneceram na sala só poderão entregar a prova e o cartão resposta ao mesmo tempo e assinarão a ata de sala e acompanharão termo de fechamento do envelope de provas. O candidato que negar-se a aguardar os companheiros assinará ata de prova como desistente sendo eliminado do certame.

8.6.26. O gabarito provisório será divulgado no endereço eletrônico www.iobv.org.br (área geral), no dia seguinte ao da realização da prova, juntamente com as provas aplicadas que estarão disponíveis na área restrita do candidato.

8.6.27. Não haverá, em qualquer hipótese, segunda chamada para nenhuma das provas, nem a realização de prova fora do horário e local marcados para todos os candidatos.

8.6.28. Não serão fornecidos exemplares ou cópias dos cadernos de questões, bem como o original ou cópia do cartão resposta,

mesmo após o encerramento do concurso público.

8.6.29. O IOBV e o Município de Navegantes não assumem responsabilidade por acidentes pessoais, perda, extravio, roubo, furto ou avaria de equipamentos e veículos trazidos pelo candidato ao local de prova.

8.6.30. Durante a realização da prova escrita objetiva, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação da mesma e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao conteúdo da prova e/ou critérios de avaliação/classificação.

8.6.31. Ao concluir a sua prova, o candidato deverá retirar-se imediatamente do local de aplicação da prova sem comunicar-se com os demais candidatos, ficando proibido inclusive de permanecer no pátio da escola, ou ligar o celular antes de se retirar da escola.

8.6.31.1 Os candidatos que terminarem a prova não poderão utilizar os banheiros que são destinados ao uso dos candidatos em prova, aconselha-se que antes de entregar a prova solicitem ao fiscal de sala o acompanhamento até os sanitários.

8.6.32. Motivará a eliminação do candidato do Concurso Público, sem prejuízo das sanções penais cabíveis, a burla ou a tentativa de burla a qualquer das normas devidas neste edital ou a outra relativas ao concurso, aos comunicados, às instruções o candidato ou às instruções constantes da prova, bem como o tratamento indevido e descortês a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas.

8.6.33. No dia da realização das provas, na hipótese de o nome do candidato não constar nas listagens oficiais relativas ao local de provas estabelecido no Edital de Convocação, o Instituto O Barriga Verde poderá proceder à inclusão do candidato, desde que apresente comprovante original de pagamento da taxa de inscrição.

8.6.33.1 A inclusão de que trata o item anterior será realizada de forma condicional e será analisada pelo Instituto O Barriga Verde e a Comissão Especial para Supervisionar e Acompanhar a Realização do Concurso Público na fase do Julgamento das Provas Objetivas, com o intuito de verificar a pertinência da referida inscrição.

8.6.33.2. Constatada a improcedência da inscrição, a mesma será automaticamente cancelada sem direito a reclamação, independentemente de qualquer formalidade, considerados nulos todos os atos dela decorrentes.

8.6.34. Será excluído do Concurso Público o candidato que:

- a) se apresentar após o horário estabelecido, inadmitindo-se qualquer tolerância;
- b) não comparecer às provas, qualquer que seja o motivo alegado;
- c) não apresentar documento que bem o identifique, ou não submeter-se à coleta de impressão digital;
- d) ausentar-se da sala de prova sem o acompanhamento do fiscal;
- e) fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio, que não o fornecido pelo IOBV no dia da prova;
- f) se ausentar da sala de prova levando o cartão-resposta personalizado e/ou o Caderno de Questões ou outros materiais não permitidos, sem autorização;
- g) estiver portando armas, mesmo que possua o respectivo porte;
- h) se utilizar de meios ilícitos para a execução das provas;
- i) não devolver integralmente o material recebido;
- j) for surpreendido, durante a realização das provas, em comunicação com outro candidato, bem como se utilizando de quaisquer dos recursos não permitidos.
- k) estiver portando ou fazendo uso, após o início da prova, em qualquer local do edifício onde a prova estiver sendo realizada, de qualquer tipo de aparelho eletrônico ou de comunicação (bip, telefone celular, mp3 players, fones de ouvido, agenda eletrônica, notebook, palmtop, receptor, gravador ou outros equipamentos similares), bem como relógios digitais ou analógicos;
- l) tratar incorretamente ou agir com descortesia a qualquer pessoa envolvida na aplicação das provas, bem como os Coordenadores e seus Auxiliares ou Autoridades presentes.

9. DOS RECURSOS

9.1 Caberão recursos contra as normas deste edital, o indeferimento

da inscrição, o conteúdo das provas e gabarito provisório, preterição de formalidade essencial prevista no presente edital, resultados classificatórios e homologação do resultado final do Concurso Público.

9.1.1 Os recursos poderão ser interpostos no prazo de 2 (dois) dias úteis a contar da publicação do ato que gerou a reclamação, somente através da área restrita do candidato no site www.iobv.org.br.

9.2 Para interposição dos recursos os candidatos deverão apresentar seu pedido de revisão obedecendo os seguintes passos:

a) Acessar a área do candidato no site www.iobv.org.br, e realizar login identificando-se.

b) Na área do candidato em "minhas inscrições" localizar o concurso Edital 01/2014 NAVEGANTESPREV;

c) Na coluna "opções" (à direita) deslize o mouse sobre os ícones (botão) e clique naquele que exibir „Solicitar Recurso“.

d) Digitar o seu recurso ou motivo que gerou o recurso com a devida fundamentação.

e) No caso de recursos contra questões da prova objetiva, identificar o número da prova e o número da questão (fundamentando sua argumentação e indicando referência bibliográfica.

f) Para cada questão deverá ser enviado um recurso.

g) Caso necessite anexar arquivos anexe apenas um por recurso. Caso haja mais de um arquivo para um único recurso deve-se compacta-los (ZIP) em um único arquivo. Serão aceitos arquivos do tipo: jpg,png,gif,jpeg,bmp,doc,docx,xls,xlsx,pdf,txt,zip e rar.

h) Clicar em "enviar"

9.4 Não serão aceitos recursos ou anexos de recursos não enviados pela área do candidato ou enviados para outro endereço de e-mail.

9.5. É de inteira responsabilidade do candidato acessar a área do candidato e enviar e/ou digitar seu recurso corretamente, e/ou enviar os anexos para o endereço eletrônico correto sendo que o Instituto O Barriga Verde confirmará o seu recebimento através de mensagem automática do sistema, sendo que a resposta será divulgada em forma de edital publicado no site do www.iobv.org.br, após encerrados os recursos e da análise da banca examinadora que terá o prazo de dois dias úteis para emitir seus pareceres.

9.5.1. O Instituto O Barriga Verde não se responsabiliza pelo não recebimento dos recursos, por motivo de ordem técnica como congestionamento, caixa de e-mail lotada, antivírus, spam, arquivo muito grande (aconselha-se enviar compactado).

9.6 Os recursos deverão conter o nome do candidato recorrente, nome do cargo, número da questão e da disciplina quando for o caso.

9.7. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito neste Edital.

9.8. Os recursos intempestivos não serão conhecidos e os inconsistentes ou fora do padrão e sem fundamentação ou referência bibliográfica não serão providos.

9.9. No caso de anulação de qualquer questão os pontos a ela correspondentes serão atribuídos a todos os candidatos que a responderam.

9.10. No caso de troca de gabarito, por erro ou falha de digitação na indicação da resposta correta no gabarito provisório, será corrigido no gabarito final.

9.11. As decisões dos recursos serão dadas a conhecer coletivamente através de ato publicado no site www.iobv.org.br.

9.11.1. Caso haja necessidade os documentos individuais comprobatórios serão publicados na área restrita do candidato.

9.12. Após análise dos recursos interpostos ou por constatação e ou correção de erro material, poderá haver alteração da nota, pontuação e ou classificação inicialmente obtida pelo candidato, para uma nota, pontuação e ou classificação superior ou inferior ou, ainda desclassificação do candidato que não obtiver, feitas as correções exigidas, a nota mínima na prova escrita objetiva ou nas demais avaliações realizadas.

9.13. A decisão exarada nos recursos, pela Comissão Organizadora é irrecorrível na esfera administrativa.

10. DO CÁLCULO DA NOTA FINAL E DA CLASSIFICAÇÃO

10.1. A nota final dos candidatos (NF) será calculada com o emprego da seguinte fórmula:

$$NF = NPE$$

NF Nota Final = NPE Nota da Prova Escrita

10.2 Será considerado aprovado o candidato que obtiver nota final igual ou superior a 6,00 (seis).

10.3 A classificação será determinada pela nota final que será expressa em duas casas decimais sem arredondamento.

10.4 Ocorrendo empate na nota final, aplicar-se-á, para o desempate, o disposto no parágrafo único do artigo 27 da Lei Federal 10.741/03, para os candidatos que se enquadrarem na condição de idoso nos termos do Artigo 1º da mencionada Lei (possuírem 60 anos completos ou mais).

10.5 Para o efeito do item 10.4 será considerada a idade do candidato na data do último dia de inscrições para o presente concurso.

10.6 Para os candidatos que não se enquadrarem no item anterior, na hipótese de igualdade de notas, o desempate será feito através dos seguintes critérios:

a) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos específicos;

b) Maior número de acertos nas questões de conhecimentos gerais;

c) Maior Idade.

d) Sorteio público.

11. DA HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO FINAL

11.1 A homologação do resultado final deste concurso, se dará através de decreto do executivo devidamente publicada nos meios legais e no endereço eletrônico do concurso e no órgão oficial do município, com a classificação dos aprovados em ordem decrescente de notas.

11.2 Os atos e resultados serão divulgados no site www.iobv.org.br.

12. DA CONVOCAÇÃO, NOMEAÇÃO E POSSE

12.1. A aprovação e classificação neste Concurso Público não asseguram ao candidato o direito de ingresso imediato e automático no quadro da administração indireta do Município de Navegantes, sendo a admissão é de competência do Diretor Presidente, dentro da validade do concurso ou sua prorrogação, observada a ordem de classificação dos candidatos e das condições estabelecidas neste Edital, atendendo os dispositivos da RE/598.099/STF.

12.2. A posse e o exercício do cargo seguirão o estabelecido em lei municipal que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos do Município de Navegantes.

12.3. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade do NavegantesPrev.

12.3.1. É de responsabilidade do candidato acompanhar a publicação dos atos de convocação e manter atualizado seus dados, endereço e telefones de contatos.

12.4. Até a homologação do resultado final o candidato pode atualizar seus dados na sua área restrita no site www.iobv.org.br, após homologação deverá informar ao NavegantesPrev, junto ao Setor de Recursos Humanos.

12.5 O candidato após receber a convocação terá o prazo de 5 (cinco) dias para manifestar seu interesse na vaga e/ou requerer prazo de até 30 (trinta) dias para apresentar a documentação exigida para a contratação ou apresentar sua carta de desistência.

12.6. O candidato aprovado no concurso, que não quiser ser nomeado, quando convocado, poderá requerer sua reclassificação para o último lugar dos classificados.

12.7. O candidato que não se manifestar junto a setor de Recursos Humanos do NAVEGANTESPREV, até a data, estabelecida conforme item 12.5, será excluído deste Concurso Público.

12.8. É obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de

endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do concurso, estas deverão ser comunicadas diretamente ao Departamento de Recursos Humanos do NAVEGANTESPREV.

12.8.1. A inobservância do subitem 12.5, implicará na desclassificação do Concurso Público.

12.9 Por ocasião da posse serão exigidos, dos candidatos aprovados e nomeados, os documentos que comprovem os requisitos para provimento no cargo conforme item 2 deste edital, além de outros exigíveis à época da nomeação conforme legislação e descritos no edital de convocação.

12.10 O não cumprimento dos quesitos necessários impede a posse do candidato.

13. DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

13.1 Delega-se competência ao IOBV - Instituto o Barriga Verde, como banca executora deste concurso, para:

- Receber os requerimentos de inscrições;
- Emitir os documentos de homologação das inscrições;
- Aplicar, julgar e corrigir as provas escritas e práticas;
- Analisar e pontuar os títulos;
- Apreciar os recursos previstos neste edital;
- Emitir relatórios de classificação dos candidatos;
- Prestar informações sobre o concurso dentro de sua competência;
- Atuar em conformidade com as disposições deste edital.

i) Responder, em conjunto com o NAVEGANTESPREV eventuais questionamento de ordem judicial e/ou recomendação ministerial.

13.2. As providências e atos necessários para a convocação, nomeação e posse dos candidatos aprovados/classificados e habilitados são de competência e responsabilidade da Administração do NavegantesPrev.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A Legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste Edital, bem como as alterações em dispositivos de lei e atos normativos a ela posteriores, não serão objeto de avaliação nas provas do Concurso.

14.2. O acompanhamento das publicações, editais, avisos e comunicados referentes ao Concurso Público é de responsabilidade exclusiva do candidato. Não serão prestadas por telefone informações relativas a número de inscritos por cargo e ao resultado do Concurso Público.

14.3. É de responsabilidade do candidato manter seu endereço, e-mail e telefone atualizados para viabilizar eventuais contatos que se façam necessários, na área do candidato até a data de homologação do resultado final e após esta data no Setor de Recursos Humanos do NAVEGANTESPREV, até que expire a validade do Concurso, sob pena de considerar válidas as comunicações realizadas com base nos dados constantes nos registros.

14.4. A qualquer tempo poder-se-á anular a inscrição, prova e/ou tornar sem efeito a nomeação do candidato, em todos os atos relacionados ao Concurso, quando constatada a omissão, declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com a finalidade de prejudicar direito ou criar obrigação.

14.5. Comprovada a inexistência ou irregularidades descritas no item retro, o candidato estará sujeito a responder criminalmente por seu ato.

14.6. O NAVEGANTESPREV e o IOBV não se responsabilizam por quaisquer cursos, textos, apostilas e outras publicações referentes a este Concurso sejam na imprensa ou em outros sítios eletrônicos, que não seja aquelas divulgadas no site oficial www.iobv.org.br.

14.7. Os itens deste Edital poderão sofrer eventuais alterações, atualizações ou acréscimos enquanto não consumada a providência ou evento que lhes disser respeito, circunstância que será mencionada em Edital ou aviso a ser publicado, sendo responsabilidade do candidato manter-se informado, acompanhando as publicações no site www.iobv.org.br.

14.8 As despesas relativas à participação do candidato no Concurso

e à apresentação para posse e exercício correrão a expensas do próprio candidato.

14.9 No exame da tempestividade dos recursos, solicitações e documentos enviados à Comissão de Concurso, encaminhados via postal com Aviso de Recebimento - AR (correios), será considerada a data de postagem.

14.10 É vedada a inscrição neste Concurso Público de quaisquer membros da Comissão de Concurso Público, tanto do NAVEGANTESPREV como do IOBV, bem como de seus parentes até 2º grau.

14.11 Na ocorrência de inscrição de parente, o membro da comissão deverá afastar-se e ser substituído por outro a ser designado através de portaria.

14.12 Os cadernos de provas escritas serão mantidos sob a responsabilidade do IOBV, por um período de 3 (três) meses, após a homologação do resultado final, quando serão incinerados. Os demais apontamentos, após 6 (seis) meses da homologação do resultado serão incinerados, com registro em ata.

14.13 A Comissão do Concurso Público do NAVEGANTESPREV e do IOBV poderão justificadamente, alterar as normas previstas nos itens deste edital e seus desdobramentos, desde que com a finalidade de preservar o bom andamento do certame.

14.14 Os casos omissos e os casos duvidosos serão resolvidos conjuntamente, em caráter irrecurável, pela Comissão do Concurso Público do NAVEGANTESPREV e do IOBV.

14.15 Fica eleito, para dirimir qualquer questão relacionada com o Concurso Público previsto neste Edital o Foro da Comarca de Navegantes/SC.

14.16 São partes integrantes deste edital os seguintes anexos: Anexo I - Cargos e Vagas; Anexo II - Atribuições dos Cargos; Anexo III - Conteúdo Programático; Anexo IV- Requerimento de Vaga de Deficiente e Condição Especial para Realizar a prova; Anexo V - Requerimento de Isenção de Inscrição - Anexo VI - Formulário de Recurso.

NAVEGANTES, 02 de dezembro de 2014

JAN ULLRICH

Diretor Presidente do NAVEGANTESPREV

ANEXO I

DOS CARGOS, FORMAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA, VENCIMENTO, CARGA HORÁRIA, E NÚMERO DE VAGAS.

Cargo	CH	Total Vagas	Salário	Pré-requisitos	Tipo de prova	Valor da Inscrição
1. Motorista	40	01	R\$ 923,05	Certificado de conclusão de nível médio devendo possuir mínimo CNH categoria "B"	Escrita objetiva	R\$ 50,00
2. Secretária Recepcionista-telefonista	40	01	R\$ 1.150,00	Certificado de conclusão de ensino médio	Escrita objetiva	R\$ 50,00
3. Contador PREVIDENCIÁRIO	40h	01	R\$ 3.180,00	Curso superior em Ciências Contábeis e registro no órgão de classe competente	Escrita Objetiva	R\$ 80,00
4. Procurador Autárquico Previdenciário	40h	01	R\$ 4.790,84	Curso superior em Direito e registro no conselho de classe competente	Escrita Objetiva	R\$ 80,00

5. Técnico Administrativo Financeiro	40h	01	R\$ 2.694,85	Curso superior em qualquer área	Escrita Objetiva	R\$ 80,00
6. Técnico Administrativo Previdenciário	40h	01	R\$ 2.694,85	Curso superior em qualquer área	Escrita Objetiva	R\$ 80,00

ANEXO II ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS

Motorista

- I. Conduzir veículos sempre que solicitado pela Diretoria ou pela chefia imediata, nos municípios de Santa Catarina ou fora dele, levando ou trazendo pessoas e entregando ou buscando documentos e encomendas, em destinos previamente agendados;
- II. Preencher o relatório de utilização do veículo e ficha de controle da quilometragem, locais percorridos, horários de saída e retorno às dependências, bem como o registro de qualquer anormalidade no seu funcionamento e necessidade de reparos, com a finalidade de fornecer dados para cálculos dos custos e apreciação de irregularidades;
- III. Responsabilizar-se pela conservação do veículo, mantendo-o em condições de uso, substituindo pneumáticos e peças simples em caso de emergência, controlando sua manutenção;
- IV. Executar outras tarefas correlatas e solicitadas pela Chefia;
- V. Possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) Categoria mínima „B“.
- VI. Manter sempre uma boa apresentação pessoal e cordialidade com as pessoas.

Secretária Recepcionista-Telefonista

- I. Secretariar, recepcionar / controlar visitantes;
- II. Encaminhar visitantes para os funcionários da Autarquia;
- III. Responder perguntas gerais sobre a organização ou direcionar as perguntas para outros funcionários qualificados a responder;
- IV. Enviar e receber correspondências ou produtos;
- V. Processar a correspondência recebida (pacotes, telegramas, faxes e mensagens), organizá-los e distribuir para o destinatário;
- VI. Executar arquivamento de documentos;
- VII. Executar trabalhos de digitação;
- VIII. Organizar viagens;
- IX. Marcar reuniões;
- X. Controlar as chaves;
- XI. Registrar informações;
- XII. Utilizar o computador e impressoras da recepção;
- XIII. Utilizar a máquina copiadora;
- XIV. Utilizar o fax;
- XV. Manter atualizado os livros de registros de correspondência e registro de fax;
- XVI. Efetuar telefonemas, atender telefone e transferir chamadas telefônicas;
- XVII. Anotar recados de visitantes ou de chamadas telefônicas e enviá-los para os funcionários;
- XVIII. Saber usar o correio de voz;
- XIX. Saber agendar e fazer reuniões por telefone;
- XX. Manter em ordem e limpo o local de trabalho;
- XXI. Reportar falhas do equipamento telefônico;
- XXII. Conhecer os aspectos legais da profissão;
- XXIII. Atuar com ética no exercício da função: imagem profissional, imagem da organização, sigilo profissional, relacionamento com colegas e superiores;
- XXIV. Saber utilizar os serviços das companhias concessionárias de atendimento público (informações, consertos, auxílio de telefonistas, etc.)

XXV. Coordenar e gerenciar as atividades de atendimento e recepção.

Contador Previdenciário

- I. Organizar os serviços de contabilidade em geral, traçando o plano de contas de acordo com a legislação vigente de RPPS, o sistema de livros e documentos e o método de escrituração;
- II. Promover a execução orçamentária do NAVEGANTESPREV e dos registros contábeis e das despesas e receitas;
- III. Acompanhar e controlar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial;
- IV. Executar a escrituração de livros contábeis como Diários, Registro de Inventários, Razão, Conta-Corrente, Caixa e outros;
- V. Elaborar o PPA, LDO, LOA e demais demonstrações financeiras observando a legislação contábil em vigor;
- VI. Emitir empenhos e ordens bancárias e relacionar notas de empenho, subempenho e estorno; emitidos no mês, com as somatórias para fechar com despesas orçamentárias.
- VII. Controlar os trabalhos de análise e conciliação de contas;
- VIII. Efetuar ou supervisionar os cálculos de reavaliação do ativo;
- IX. Assegurar que os balancetes mensais e o balanço final reflitam corretamente a realidade econômico-financeira da Autarquia;
- X. Organizar relatórios sobre a situação geral, transcrevendo dados estatísticos e emitindo pareceres técnicos;
- XI. Assinar como responsável técnico o balanço, balancetes e demais peças contábeis estatísticos e emitindo pareceres técnicos;
- XII. Providenciar a guarda de toda a documentação para posterior análise dos órgãos competentes;
- XIII. Elaborar mapas demonstrativos com elementos retirados do razão de toda a movimentação financeira e contábil e atualizar as fichas de despesas e receitas, e os arquivos de registros contábeis;
- XIV. Elaborar demonstrativo da despesa de pessoa e dos recursos recebidos a qualquer título;
- XV. Analisar os balanços gerais e balancetes das despesas, objetivando o fornecimento de índices contábeis, para orientação;
- XVI. Coordenar e controlar as prestações de contas;
- XVII. Zelar pelo compromisso financeiro no âmbito da Autarquia;
- XVIII. Controlar os recursos extras orçamentários provenientes de convênios;
- XIX. Auxiliar ao setor financeiro da Autarquia referente às questões relacionadas a pagamentos e outras transações bancárias, bem como utilização de novas formas de gerenciamento.
- XX. Atender as exigências contidas na Lei Federal nº 4.320/64, Lei Complementar nº 101/2000 e Portarias do Ministério da Previdência Social, que dispõe do tratamento específico sobre a contabilidade dos Regimes Próprios de Previdência.
- XXI. Encaminhar aos órgãos competentes informações e demonstrações contábeis conforme legislação vigente.

Procurador Autárquico Previdenciário

- I. Elaborar, analisar minutas de projetos de leis, pareceres, portarias e outros atos normativos em matéria e emitir parecer sobre atos da Autarquia;
- II. Analisar a conformação jurídica de contratos, convênios, licitações, em especial na concessão de benefícios e outros ajustes;
- III. Coordenar as atividades técnicas jurídicas, acompanhar processos administrativos e judiciais;
- IV. Realizar análises e interpretações de legislações, jurisprudência e doutrinas das diversas especialidades jurídicas, estudando-as, a fim de assessorar, assistir e aprimorar a legislação previdenciária da Autarquia;
- V. Prestar atendimento jurídico à autarquia, sugerindo as medidas judiciais, estudando e propondo, em juízo, as ações pertinentes, acompanhando-as até final decisão;
- VI. Elaborar petições, objetivando a defesa da autarquia nas ações que lhe forem propostas, promovendo todos os atos judiciais necessários, até final da demanda;
- VII. Acompanhar, junto aos cartórios, o andamento dos feitos,

manifestando-se nos processos, juntando os documentos requeridos pelo Poder Judiciário e peticional, sempre que o caso assim o exigir;

VIII. Executar demais atividades correlatas, pertinentes ao cargo relativas ao perfeito andamento legal da Autarquia.

IX. Analisar e emitir pareceres demandados pelas áreas nos processos administrativos, manter as pastas de acompanhamento das ações devidamente atualizadas em consonância com o andamento judicial e desempenhar outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de seu cargo.

Técnico Administrativo Financeiro

I. Executar e/ou coordenar trabalhos relacionados a organização e atualização de arquivos e fichários, prezando pela ordem e fácil localização dos materiais.

II. Redigir e encaminhar instruções, ordens de serviço, minutas de cartas, ofícios, memorandos e atos administrativos;

III. Expedir registros e demais documentos sob orientação superior, sempre que necessário e/ou solicitado.

IV. Efetuar e ou auxiliar no lançamento/gerar as declarações DCTF, SEFIP, IR, RAIS, DIRF entre outras.

V. Auxiliar na apuração dos balancetes mensais e na elaboração do balanço geral do exercício;

VI. Auxiliar na elaboração do Plano de Contas;

VII. Auxiliar nos lançamentos e controles financeiros;

VIII. Auxiliar no controle da arrecadação.

IX. Prestar orientações e o devido encaminhamento ao servidor público municipal no que diz respeito aos processos relacionados ao Ministério de Previdência Social.

X. Auxiliar nas atividades relativas a serviços contábeis e orçamentários;

XI. Zelar pelo correto arquivamento e organização dos documentos contábeis, efetuando o arquivo, controle e organização dos materiais correspondentes à área.

XII. Contribuir com o fluxo de trabalho do almoxarifado, auxiliando no controle de entradas e saídas de materiais do Instituto.

XIII. Auxiliar no controle do ativo imobilizado.

XIV. Auxiliar nas atividades relativas a aplicações financeiras;

XV. Desempenhar outras atividades correlatas e compatíveis com as funções de seu cargo;

XVI. Proceder levantamentos de dados, elaborar relatórios de atividades,

elaborar planilhas, tabelas, quadros, gráficos gerenciais das atividades afetas a sua unidade;

XVII. Realizar atendimento ao público;

XVIII. Zelar pela guarda e conservação dos materiais e equipamentos e desenvolver outras atividades previstas no Regimento Interno ou determinadas pela Diretoria Executiva, desde que compatíveis com suas atribuições legais.

Técnico Administrativo Previdenciário

I. Executar e/ou coordenar trabalhos relacionados com a organização e atualização de arquivos e fichários, prezando pela ordem e fácil localização;

II. Realizar serviços de análise e encaminhamento de processos, pesquisa legislativa e jurisprudencial;

III. Gerenciar estágios, desenvolvendo relatórios de frequência dos estagiários para a Diretoria Executiva e encaminhar avaliações de estágio para a Instituição responsável;

IV. Manter atualizados os indicadores e informações pertinentes à área de atuação, observando os procedimentos internos e a legislação aplicável;

V. Zelar pela limpeza, organização e disciplina de seu local de trabalho;

VI. Atuar de acordo com princípios de qualidade e ética, visando seguir os preceitos da instituição, atuando com respeito ao indivíduo e comunidade;

VII. Atender o expediente normal da unidade, efetuando abertura, recebimento, registro, distribuição de processos, correspondências

interna e externa;

VIII. Efetuar atividades relacionadas a gestão de pessoas;

IX. Realizar atendimento ao público;

X. Redigir memorandos, cartas, relatórios e/ou mensagens simples, ofícios, cotas em processos, termos de juntada de documentos em expedientes, e outros documentos;

XI. Realizar atividades que envolvam encargos sociais;

XII. Alimentar sistemas de processamento de dados;

XIII. Auxiliar na elaboração de minutas e expedir portarias, apostilas e certidões;

XIV. Instruir processos de aposentadoria e pensões e outros expedientes em geral, inclusive os tramites de envio de informações ao Tribunal de Contas, Ministério da Previdência e outros;

XV. Proceder levantamentos de dados, elaborar relatórios de atividades, elaborar planilhas, tabelas, quadros, gráficos gerenciais das atividades afetas a sua unidade;

ANEXO III

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

ATENÇÃO:

Poderão ser objeto de questões quaisquer alterações na legislação constante dos programas das provas, havidas e publicadas até o dia da publicação do presente edital. Nas questões relacionadas a conhecimentos de informática, salvo expressa menção do programa e ou enunciado, as perguntas poderão estar relacionadas a qualquer versão dos softwares existentes no mercado. As bibliografias são meramente sugestões ficando a cargo do candidato pesquisar e adquirir o material para estudo.

CONHECIMENTOS GERAIS COMUNS A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA.

Interpretação de Textos - Língua escrita objetiva e suas formas; Morfologia, Fonética e Fonologia, Ortografia, classe estrutura e formação de palavras, frase, oração, período, pontuação, derivação e composição, substantivo, adjetivo, pronome, verbos, artigo, numerais, advérbio, preposição, conjunção, interjeição, o período e sua construção, sujeito, predicado, oxítonas, paroxítonas, proparoxítonas, acentuação gráfica, Sintaxe, figuras de sintaxe, concordância, figuras de linguagem, noções de versificação, literatura brasileira; Gêneros literários e discursivos.

MATEMÁTICA

Números Naturais e sistemas de numeração decimal; números racionais, operações com números naturais: adição, subtração, multiplicação e divisão; Espaço e forma, grandezas e medidas; Expressões numéricas, múltiplos, resolução de problemas, regras de três simples e composta, sistema de numeração decimal e romana; Raízes, proporcionalidade entre seguimentos, semelhança de figuras, números, formas geométricas, medidas de comprimento, ângulos e retas, números primos, medidas de tempo, polígonos, frações, triângulos e quadriláteros, medidas de capacidade, porcentagem, juros simples e compostos, medidas de superfície, gráficos e tabelas, simetria e medidas de massa. Álgebra, trigonometria, geometria, geometria analítica, equações de primeiro e segundo grau, noções de estatística, Sequência, Progressão Aritmética e Progressão Geométrica.

CONHECIMENTOS GERAIS

Aspectos da História, Geografia, Atualidades, Cultura, Cinema, Artes, tecnologia, Economia, e organização política do mundo, do Brasil, de Santa Catarina e do Município. Ciências naturais e meio ambiente

INFORMÁTICA BÁSICA

Informática Básica- Sistemas operacionais Windows e Linux: sistema de arquivos; utilização dos principais recursos, aplicativos e ferramentas, Microsoft Office e BR Office: criação, edição,

formatação, visualização e impressão de textos, planilhas e apresentações; uso de fórmulas, tabelas, imagens e gráficos, teclas de atalho, envio e recebimento de e-mail, Internet e Intranet; navegação e busca na Web; correio eletrônico. Segurança: softwares maliciosos; procedimentos e aplicativos de segurança; realização de cópias de segurança.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislação:

Legislação Municipal de Navegantes: Lei Orgânica. Lei Complementar Municipal nº 07/2003 (Estatuto dos servidores de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 11/2003 (Plano de carreira, cargos geral). Lei Complementar Municipal nº 72/2010 (Plano de carreira e remuneração do Magistério). Lei Complementar Municipal nº 99/2011 (Institui o regime próprio de Previdência de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 152/2012 (Reestruturação do NAVEGANTESPREV). Lei Complementar Municipal nº 206/2014 (Plano de carreira, cargos do NAVEGANTESPREV).

Conhecimentos Técnico Profissionais:

Comuns a todos os cargos, exceto Motorista

Constituição Federal: Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º ao 17); Dos Municípios (art. 29 a 31); Da

Direito Administrativo: Atos administrativos. Princípios e poderes. Administração direta e indireta. Terceiro setor. Servidor Público. Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/2002, Lei nº 12.462/2011, art. 42 a 48 da LC nº 123/2006). Improbidade administrativa e anticorrupção (Lei nº 8.429/1992 e Lei nº 12.846/2013). Acesso à informação (Lei nº 12.527/2011). Redação/Correspondência Oficial e Atos Normativos (Manual de Redação da Presidência da República). Gestão de documentos. Protocolo. Arquivologia.

Motorista

Legislação de trânsito: Código de Trânsito Brasileiro (Lei Federal nº 9.503 de 23/9/1997) e legislação complementar atualizada. Conceitos, definições e diretrizes. Sistema Nacional de Trânsito: disposições gerais, composição e competências. Normas gerais de circulação e conduta. Educação para o trânsito: conceito, propostas, responsabilidade dos órgãos competentes. Sinalização: objetivos, classificação, ordem de prevalência. Operação e fiscalização de trânsito. Veículos: Classificação. Características. Segurança. Equipamentos obrigatórios. Proibições. Transporte de cargas. Identificação. Registro de veículos. Licenciamento. Habilitação: Processo de habilitação. Carteira Nacional de Habilitação. Normas. Autorização e permissão para dirigir. Categorias. Exames. Aprendizagem. Expedição. Infrações. Penalidades: Advertências. Multa. Suspensão do direito de dirigir. Apreensão do veículo. Cassação da Carteira Nacional de Habilitação. Medidas administrativas. Processo administrativo. Cursos de reciclagem. Crimes de trânsito: Disposições gerais. Tipificação. Penalidades. Direção defensiva: Definição. Cuidados gerais ao dirigir. Riscos, perigos e acidentes. Manutenção periódica e preventiva do veículo. Cinto de segurança. Condutor. Ambiente e condições adversas para dirigir. Uso de álcool, drogas e medicamentos. Mecânica básica: Noções básicas de mecânica de automóveis. Comandos principais. Carroceria, motor e transmissão. Rodas, direção, freios, suspensão e sistema elétrico. Manual de instruções do veículo. Primeiros socorros: Noções básicas de primeiros socorros. Manutenção dos sinais vitais. Procedimentos emergenciais. Movimentação e transporte de emergência. .

Secretária Recepcionista-telefonista

Qualidade no atendimento: Atendimento ao público interno e externo. Comunicação; Elementos da comunicação, emissor e receptor; Redação e Documentos oficiais: formas de tratamento, elaboração, organização e expedição de documentos oficiais como relatório, ofício, memorando, aviso, ata, atestado, declaração,

despacho, portaria, moção, pedido de providência, requerimento, circular e etc.; Recepção e despacho de documentos; Uso de equipamentos de escritório. Correspondência Oficial, recebimentos e envios; Técnicas de arquivos, organização, localização e manutenção; Protocolos em geral, recebimento, envio e registro; Correspondência Oficial. Conhecimento de arquivo, redação administrativa, carta comercial, requerimento, circular, memorando, ofícios, telegrama. Correio eletrônico. Conhecimento das rotinas de expedição de correspondência. Noções gerais de relações humanas. Conhecimentos gerais das rotinas administrativas. Noções de Cidadania; Relacionamento Interpessoal; Linguagem social. Conhecimentos básicos em informática: Software, hardware e redes. Editor de texto. Planilha Eletrônica. Conceitos de Internet e Intranet. Correio eletrônico. Cópias de segurança (backup). Conceito e organização de arquivos (pastas/diretórios). Tipos de arquivos. Noções básicas de armazenamento de dados.

Contador Previdenciário

Contabilidade Geral: Princípios Fundamentais de Contabilidade (Resoluções nº 750/93, 774/94 e 900/01 do Conselho Federal de Contabilidade). Conceito, noções básicas, objeto, finalidade, funções. Patrimônio: conceito, bens, direitos e obrigações. Equação patrimonial, origem e aplicação de recursos. Conceitos contábeis básicos: contas, lançamentos, método das partidas dobradas. Balanço patrimonial: apresentação e composição. Apresentação da demonstração do resultado. Tipos de sociedades. Comitê de Pronunciamentos Contábeis: pronunciamentos técnicos.- Contabilidade Pública: Conceito, campo de atuação e regimes contábeis. Orçamento Público: conceito, tipos e princípios orçamentários. Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, Lei de Orçamento Anual. Elaboração, aprovação, execução e avaliação do Orçamento. Classificação institucional e funcional-programática. Receita Pública: conceito e classificação. Receita Orçamentária. Receita Extraorçamentária. Codificação, estágios, restituição e anulação de Receitas. Dívida Ativa. Despesa Pública: conceito e classificação. Despesa orçamentária e despesa extraorçamentária. Classificação Econômica. Classificação Funcional-Programática. Codificação. Estágios. Restos a Pagar. Dívida Pública. Regime de adiantamento. Créditos adicionais. Escrituração das operações típicas das entidades públicas: do Sistema orçamentário, Financeiro, Patrimonial e de Compensação. Balanço Orçamentário. Balanço Financeiro. Balanço Patrimonial. Demonstração das Variações Patrimoniais.- Auditoria: Procedimentos preparatórios e administrativos da Auditoria. Princípios de contabilidade geralmente aceitos. Normas gerais de Auditoria. Controle interno. Demonstrações contábeis.- Contabilidade e Gestão Pública: As novas normativas da contabilidade pública; A contabilidade em entidades públicas governamentais. A contabilidade em entidades do Terceiro Setor. O resultado econômico em Entidades Públicas. A legislação e execução orçamentária. A contabilidade de custos em entidades públicas. Efeito distributivo das políticas sociais. A controladoria e a governança na Gestão Pública. O papel do governo na preservação do meio ambiente. As organizações sociais na reforma do Estado Brasileiro. A provisão de Serviços Sociais através de organizações. Organizações públicas não estatais: aspectos gerais. Parcerias público-privadas: Aspectos contábeis. Bens de infraestrutura: Aspectos contábeis. -Noções de Direito Administrativo :Licitação: conceito, princípios, finalidade e objeto, obrigatoriedade; normas gerais e suplementares de licitação e contratos (Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93, e alterações vigentes); dispensa; inexigibilidade e vedação; modalidades e tipos de licitação; procedimento; revogação e anulação; recursos; sanções. Noções de Ciências e Matemática atuarial. Lei 4.320/64; NBCASP- Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (disponíveis no site do Conselho Federal de Contabilidade - CFC).

Procurador Autárquico Previdenciário

* Integram o conteúdo de todas as matérias a legislação pertinente, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais.

Administração pública. Poderes Administrativos. Atos Administrativos, Servidores Públicos, Responsabilidade Civil da Administração; Noções de ética e cidadania. Constituição Federal; Ética Profissional e outros conteúdos inerentes ao cargo.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

REGIME GERAL: Seguridade Social e Previdência Social. Conceitos. Princípios constitucionais. Previdência Social: Órgãos. Regimes. Segurados e dependentes. Filiação e inscrição. Manutenção e perda da qualidade de segurado. Custeio. Salário-de-contribuição. Conceito. Cálculo de acordo com as diversas espécies de segurados. Teto e limites. Reajuste e atualização dos salários-de-contribuição. Prestações em geral. Benefícios. Carência. Salário-de-benefício. Fator previdenciário. Renda mensal inicial. Reajustes da renda mensal dos benefícios. Prescrição. Serviços (Habilitação e Reabilitação Profissional). Benefícios em espécie: aposentadorias, auxílios, pensão por morte e outros. Tempo de serviço e tempo de contribuição para fins previdenciários. Regime e prova. Contagem recíproca. Indenização de contribuições. Compensação entre os regimes de previdência. Assistência Social. Regime jurídico. Prestações. Lei nº 8.212/1993. Lei nº 8.213/1998.

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS (RPPS): O RPPS na história. O regime próprio na Constituição Federal e nas Emendas Constitucionais. Segurados e não segurados no RPPS. Dependentes no RPPS. Custeio no RPPS. Benefícios no RPPS. Contagem do tempo no RPPS. Controle das aposentadorias e pensões pelos Tribunais de Contas. Lei Orgânica e Regimento Interno do Tribunal de Contas de Santa Catarina. Compensação financeira entre regimes previdenciários. Processo previdenciário no RPPS. Regime de Previdência Complementar do Servidor Público. Constituição Federal. Emendas Constitucionais. Lei nº 9.717/1998. Lei nº 9.796/1999. Lei nº 10.887/2004. Decreto Federal nº 3.112/1999. Decreto Federal nº 3.788/2001. Portaria MPS nº 154/2008. Portaria MPS nº 402/2008. IN SPS/MPS nº 01/2010. IN SPS/MPS nº 02/2014. ON SPS/MPS nº 01/2004. ON SPS/MPS nº 02/2009. ON SPS/MPS nº 01/2012.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL: Lei Orgânica. Lei Complementar Municipal nº 07/2003 (Estatuto dos servidores de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 11/2003 (Plano de carreira, cargos geral). Lei Complementar Municipal nº 72/2010 (Plano de carreira e remuneração do Magistério). Lei Complementar Municipal nº 99/2011 (Institui o regime próprio de Previdência de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 152/2012 (Reestruturação do NAVEGANTESPREV). Lei Complementar Municipal nº 206/2014 (Plano de carreira, cargos do NAVEGANTESPREV).

Direito Constitucional: Constituição: Conceito. Espécies de Constituição. Poder Constituinte. Poder Constituinte Estadual. Leis Orgânicas Municipais. Reforma. Revisão. Norma Constitucional: a) classificação, b) supremacia. Hermenêutica Constitucional. Disposições Constitucionais Transitórias. Eficácia e Aplicabilidade das Normas Constitucionais. Dos Princípios Fundamentais. Dignidade da pessoa humana. Dos Direitos e Garantias Fundamentais. Dos Direitos Sociais. Controle de Constitucionalidade, contornos constitucionais e Lei nº 9.868/99. Ação direta de inconstitucionalidade de lei municipal, arguição de descumprimento de preceito fundamental. Figura do amicus curiae. Ação declaratória de constitucionalidade. Inconstitucionalidade por omissão. Federação: características. Divisão de competências. Soberania e autonomia do Estado Federado. Distrito Federal e Território. Estado-membro: competência e autonomia. União: competência. Município: criação, competência, autonomia e intervenção estadual. Poder Legislativo: organização; atribuições; processo legislativo e fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Poder Executivo: Presidencialismo e Parlamentarismo. Presidente da República: atribuições, responsabilidade.

Poder Judiciário: composição, distribuição de competência e organização. Súmulas vinculantes. Conselho Nacional de Justiça, atribuições e competências. Estados membros: Organização dos Estados-membros; autonomia dos Estados; limites do poder constituinte estadual; princípios limitadores da atuação do constituinte estadual. Regiões Metropolitanas: organização das regiões metropolitanas. Interesse metropolitano. Institucionalização das regiões metropolitanas. Administração Pública: princípios constitucionais. Tributação, Orçamento e Fiscalização: o sistema tributário nacional: as bases do sistema tributário nacional; as limitações constitucionais do poder de tributar; a discriminação constitucional das rendas tributárias; a repartição da receita tributária. O sistema orçamentário: a estrutura integrada das leis orçamentárias - lei do plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei do orçamento anual; os princípios constitucionais dos orçamentos públicos: a Lei Orçamentária. A fiscalização contábil, financeira e orçamentária; controle da execução financeira, contábil e orçamentária: sistemas de controle interno e externo. Tribunais de Contas. Direito de Nacionalidade: modos de aquisição de nacionalidade brasileira. Condição jurídica do brasileiro nato. Condição jurídica do brasileiro naturalizado. Perda e readquirição da nacionalidade brasileira. Condição jurídica do estrangeiro no Brasil. Direitos Políticos: regime político. Tipos e formas de democracia. Fontes do poder e soberania popular. Direitos políticos: a) conceito e abrangência; b) sufrágio, voto, plebiscito, referendo e iniciativa popular; c) sistemas eleitorais; d) inelegibilidades. Partidos políticos. Justiça Eleitoral. Imunidade e incompatibilidade parlamentar. Suspensão, perda e readquirição dos direitos políticos. Direitos e Deveres Individuais e Coletivos: Princípio da isonomia. Princípio da legalidade. Direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada. Direito de propriedade e sua função social. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas corpus. Mandado de Injunção. Direitos Sociais e sua Efetivação: normas constitucionais programáticas. Regime Jurídico dos servidores públicos civis. Ordem Econômica e Financeira: os princípios gerais da atividade econômica. A Política Urbana (arts. 182 e 183 da Constituição Federal). Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257/01). Lei de Resíduos Sólidos (Lei Federal nº 12.305/10). Ordem Social: a seguridade social. Sistema Único de Saúde. Previdência social. Assistência Social. Educação: os princípios básicos da educação. O regime de colaboração nos sistemas de ensino.

Direito Administrativo: Conceito: Direito Administrativo e Ciência da Administração. A Administração Pública: Administração Federal, Estadual e Municipal; Administração Pública Direta e Indireta; Órgãos da Administração Pública; Princípios básicos da Administração Pública. Os Poderes Administrativos: Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder Disciplinar. Poder Regulamentar. Poder de Polícia. Atos Administrativos: conceito e requisitos: atributos; classificação; espécies; motivação; validade e invalidade; revogação; controle jurisdicional. Contratos administrativos: conceito e peculiaridade; formalização; normas regeadoras; instrumento e conteúdo; cláusulas; execução; alteração; inexecução e rescisão; espécies. Licitações - normas legais e constitucionais aplicáveis. Lei Federal nº 8.666/93 (Licitações e Contratos Administrativos). Lei Federal nº 10.520/02 (Pregão). Regime Diferenciado de Contratações Públicas (Lei Federal nº 12.462/11). Serviços Públicos: conceito e classificação; formas e meios para a prestação dos serviços públicos. Autarquias. Empresas Públicas. Sociedade de economia mista. Fundações instituídas pelo Poder Público. Serviços Sociais autônomos. Serviços concedidos, permitidos e autorizados. Convênios e consórcios administrativos (Lei Federal nº 11.107/05). Lei das Concessões. Agências Reguladoras. Parceria Público-Privada - PPP (Lei Federal nº 11.079/04). Organizações Sociais - OSCIP. Agentes Públicos: conceito e categoria. Agentes Administrativos. Servidores públicos. Cargos e função. Carreira. Provedimento. Concurso. Efetividade. Estabilidade. Regime Jurídico dos servidores públicos. Princípios constitucionais pertinentes aos servidores públicos. Direitos e garantias dos servidores

públicos. Deveres e proibições dos servidores públicos. Responsabilidades dos servidores públicos. Processo Administrativo. Penalidades. Disciplinar. Regime previdenciário geral e próprio previstos na Constituição Federal, incluindo as leis federais nº 9.717/98 e nº 10.887/04. Domínio Público: conceito. Os Bens Públicos: conceito, classificação e regime. Terras públicas. Águas públicas. Proteção Ambiental. Intervenção no Domínio Econômico: Intervenção na propriedade; desapropriação; servidão administrativa; requisição e ocupação provisória; limitação administrativa da propriedade. Monopólio. Repressão ao abuso do poder econômico. Responsabilidade Civil das Pessoas Jurídicas de Direito Público: fundamento constitucional. Fundamento doutrinário. Ação regressiva. Consórcio e Convênios. Improbidade administrativa, Lei Federal nº 8.429/92. Lei Federal nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação). Controle na administração pública.

Direito Tributário e Financeiro: Direito Tributário. Definição. Noções de tributo e suas espécies. O imposto, a taxa, a contribuição de melhoria. Outras contribuições. Natureza e Relações do Direito Tributário: o Direito Tributário como Direito Público. Relações do Direito Tributário com outros ramos do Direito. Fontes do Direito Tributário. Fontes principais: Constituição, Emendas à Constituição, Leis Complementares, Tratados e Convenções Internacionais, Resoluções do Senado, Leis Ordinárias, Leis Delegadas, Decretos Legislativos. Fontes secundárias: decretos regulamentadores; normas complementares a que se refere o art. 100 do Código Tributário Nacional. A jurisprudência. As Leis orçamentárias: Lei do Plano Plurianual. Lei das Diretrizes Orçamentárias e Lei do Orçamento Anual: natureza e efeitos das leis orçamentárias. O Sistema Tributário Nacional: normas gerais. A discriminação das fontes de receitas tributárias. Distribuição de receitas tributárias. Vigência e Aplicação da Legislação Tributária no Tempo e no Espaço. Interpretação e integração da Legislação Tributária: a legislação e adoção de institutos, conceitos e formas de direito privado. Obrigação Tributária: conceito, elementos e natureza jurídica. O Fato Gerador da Obrigação Tributária: momento de ocorrência e efeitos. Sujeito Ativo: competência constitucional de tributar. Indelegabilidade da competência tributária. Limitações constitucionais da competência tributária. Sujeito Passivo: classificação. Pessoas jurídicas de Direito Público como sujeitos passivos. A capacidade tributária e a capacidade civil. A solidariedade. O domicílio tributário. Responsabilidade tributária. Responsabilidade dos sucessores e de terceiros. Responsabilidade por infrações. Incidência, Não Incidência, Isenção. Imunidade e Anistia. O Crédito Tributário: constituição do crédito tributário. Lançamento: definição, modalidade e efeitos. Suspensão do crédito tributário: modalidades. Extinção do crédito tributário: modalidades: a restituição do indébito tributário; exclusão do crédito tributário. Repartição da Competência Tributária. Tributos: impostos, taxas, contribuições das diversas espécies/categorias. O Ilícito Tributário: tipos de sanções. Crimes contra a Fazenda Pública. Débitos Fiscais: correção monetária. Parcelamento. Dívida Ativa e sua Cobrança. Lei de Responsabilidade Fiscal. Controle de Orçamento e de Balanço. Plano Plurianual. Lei de Diretrizes Orçamentárias. Lei Orçamentária Anual. Lei Federal nº 4.320/64. -

Direito Processual Civil: Jurisdição contenciosa e jurisdição voluntária: distinção. Competência: conceito, espécies, critérios determinativos. Formação, suspensão e extinção do processo. Atos Processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Procedimento Ordinário, Sumário e Especial. Da tutela antecipada. Petição inicial. Resposta do réu. Revelia. Intervenção de Terceiro: litisconsórcio e assistência. Dos procedimentos especiais; das ações reivindicatórias e possessórias: da ação de nunciação de obra nova; dos embargos de terceiros; usucapião. Julgamento conforme o estado do processo. Provas: noções gerais, sistema, classificação, espécies. Audiência. Sentença e coisa julgada. Recursos: noções gerais, sistema, espécie. Reclamação. Liquidação da sentença. Cumprimento da sentença. Execução: partes, competência, requisitos. Das

diversas espécies de execução. Defesa do devedor. Do processo cautelar. O processo nos tribunais. Uniformização de jurisprudência. Código de Processo Civil. Mandado de segurança. Suspensão de Segurança. Ação popular. Inquérito Civil. Ação Civil Pública. Ação declaratória incidental. Ação rescisória. Juizados Especiais da Fazenda Pública. Lei de Execuções Fiscais. Ação de Improbidade Administrativa.

Direito Civil: Lei: espécies, eficácia no tempo e no espaço, retroatividade e irretroatividade, interpretação, efeitos, solução de conflitos intertemporais. Das pessoas: conceito, espécies, capacidade, domicílio. Fatos jurídicos: noção, modalidades, forma, vícios, nulidade. Prescrição e decadência. Das diferentes classes de bens. Da posse e sua classificação: aquisição, efeitos, perda e proteção possessória. Da propriedade em geral. Formas de aquisição: propriedade imóvel. Dos Direitos Reais sobre coisas alheias: disposições gerais; servidões; usufruto. Dos Direitos de vizinhança; uso nocivo da propriedade. Conceito e Estrutura das Obrigações: classificação e modalidade das obrigações. Disciplina jurídica das relações de consumo. Efeitos e extinção das obrigações. Dos contratos: disposições gerais. Dos contratos bilaterais. Evicção. Das várias espécies de contratos: da compra e venda, da locação, do Leasing, do depósito, da franquia. Responsabilidade civil: Responsabilidade objetiva e subjetiva. Indenização. Dano material e moral. Direito de Família: casamento, relações de parentesco. Regime de bens entre os cônjuges. Alimentos. União estável.

Direito do Trabalho e Processual do Trabalho: Vínculo empregatício como categoria jurídica: Predicados do vínculo empregatício. Sujeitos do vínculo empregatício. Empregador e capacidade jurídica: o problema dos sujeitos despidos de personalidade jurídica. Remuneração. Conceito. Distinção entre remuneração e salário. Administração Pública e tratamento derogatório da norma trabalhista: situação presente. Formação do vínculo empregatício: requisitos do consentimento (capacidade, legitimação, idoneidade do objeto, formalidade). Vícios do consentimento em matéria trabalhista (dolo, erro, coação, simulação, fraude). Alteração do vínculo empregatício: modalidades e requisitos de validade. Extinção do vínculo empregatício: hipóteses de extinção. Efeitos da aposentação voluntária sobre o vínculo empregatício: situação presente. Terceirização: conceito, tipos e efeitos. Entes estatais e terceirização: prestação de serviços e locação de mão de obra. Súmula 331 do TST. Lei 8.666/93 - art. 71. Justiça do Trabalho: organização, funcionamento e competência. Prerrogativas da Fazenda Pública. Sistema recursal trabalhista: princípios, procedimentos, efeitos. Recursos em espécie.

Direito Penal: Da aplicação da lei penal. Do Crime. Excludentes de ilicitude. Da imputabilidade penal. Do concurso de pessoas. Das Penas: Das espécies de pena; Da cominação das penas; Dos efeitos da condenação. Da Ação penal. Da extinção da punibilidade. Dos crimes contra a fé pública: Da falsidade documental. Dos crimes contra a Administração Pública: Dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral; Dos crimes praticados por particular contra a administração em geral; Dos crimes contra a administração da Justiça. Abuso de autoridade (Lei nº 4.898/1965). Dos crimes contra a honra. Imunidade penal do parlamentar.

Direito Processual Penal: Princípios gerais: aplicação da lei processual no tempo, no espaço em relação às pessoas; sujeitos da relação processual. Do Inquérito policial. Da ação penal. Da competência. Da prova: Do exame de corpo de delito e das perícias em geral; Do interrogatório do acusado; Das testemunhas; Dos documentos; Da busca e da apreensão. Do Juiz, do Ministério Público, Do acusado e defensor, dos Assistentes e Auxiliares da Justiça. Das espécies de prisão e da liberdade provisória. Das citações e intimações. Da sentença. Das nulidades. Dos recursos em geral: disposições gerais; do recurso em sentido estrito; da apelação; do

habeas corpus e seu processo. Dos Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/1995 e alterações posteriores e Lei nº 10.259/2001 e alterações posteriores).

Técnico Administrativo Financeiro

Constituição Federal: Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º ao 17); Dos Municípios (art. 29 a 31); Da Administração Pública (art. 37 a 41); Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (art. 70 a 75). Direito Administrativo: Atos administrativos. Princípios e poderes. Administração direta e indireta. Terceiro setor. Servidor Público. Licitações e Contratos Administrativos (lei nº 8.666/93, lei nº 10.520/2002, lei nº 12.462/2011, art. 42 a 48 da LC nº 123/2006). Improbidade administrativa e anticorrupção (lei nº 8.429/1992 e lei nº 12.846/2013). Acesso à informação (lei nº 12.527/2011). Redação/Correspondência Oficial e Atos Normativos (Manual de Redação da Presidência da República). Gestão de documentos. Protocolo. Arquivologia. Direito Previdenciário: Art. 193 a 204 das Constituição Federal e lei nº 8.213/1991. Art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Objetivos, metas, abrangência e definição de Finanças Públicas. Visão Clássica das funções do Estado. Bens públicos, semi-públicos e privados. Instrumentos e recursos da economia pública (políticas fiscal, regulatória e monetária). Classificação das Receitas e Despesas Públicas segundo a finalidade, natureza e agente. Princípios teóricos da tributação. Tipos de tributos; progressividade, regressividade e neutralidade. Orçamento Público - conceitos e princípios orçamentários. Ciclo orçamentário. Orçamento e gestão das organizações do setor público; características básicas de sistemas orçamentários modernos: estrutura programática, econômica e organizacional para alocação de recursos (classificações orçamentárias); mensuração e controle orçamentário. Conceito de déficit público; financiamento do déficit. Avaliações Econômicas de Projetos: conceito de projeto de investimento; importância, características e limitações da elaboração e análise de projetos; etapas na elaboração de projetos; metodologias de avaliação e seleção de projetos; taxa mínima de atratividade; parâmetros para análise de projetos (vida econômica, depreciação, valor residual, capital de giro); indicadores econômicos de projetos e sua utilização para tomada de decisão; análise de sensibilidade e cenários; incorporação da análise de risco e incerteza na avaliação e seleção de projetos; análise de projetos sociais; modelagem de Estrutura a Termo de Taxa de Juros; „Duration“; noções de Administração de Risco de Mercado (VaR). Contabilidade nacional. Sistema monetário. Principais modelos macroeconômicos: Clássico, keynesiano, IS-LM, oferta agregada e demanda agregada. Ciclos econômicos, inflação e desemprego: Curva de Philips. Expectativas adaptativas e racionais, teoria dos novos keynesianos e dos ciclos reais. Política fiscal e Política Monetária: restrição orçamentária, déficit público e dívida pública. Estatística descritiva. Medidas de tendência central e medidas de dispersão. Probabilidade. Independência de Eventos. Teorema de Bayes. Principais teoremas da Probabilidade. Variáveis aleatórias. Funções de distribuição e densidade de probabilidade. Esperança matemática, variância, covariância e correlação. Distribuições conjuntas e marginais, distribuições condicionais, independência estatística. Principais distribuições discretas e contínuas. Inferência estatística. Estimativa pontual e intervalar. Métodos de estimativa. Propriedades dos estimadores em pequenas amostras. Propriedades assintóticas. Análise de regressão linear simples. Pressupostos básicos. Intervalos de confiança. Teste de hipóteses. Previsão. Regressão múltipla. Violação das hipóteses básicas. Autocorrelação, heterocedasticidade, multicolinearidade. Análise de séries temporais. Modelos ARIMA. Raízes unitárias e cointegração. Números índices. Noções básicas de Contabilidade. Análise das demonstrações contábeis: demonstrações contábeis (balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de origens e aplicações de recursos, demonstração do fluxo de caixa), indicadores (liquidez, endividamento, atividade e rentabilidade). Orçamento. Centro de lucro e preço de transferências. Padrões de comportamentos e custos. Noções de Ciências e

Matemática atuarial

Técnico Administrativo Previdenciário

Constituição Federal: Dos Direitos e Garantias Fundamentais (art. 5º ao 17); Dos Municípios (art. 29 a 31); Da Administração Pública (art. 37 a 41); Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (art. 70 a 75). Direito Administrativo: Atos administrativos. Princípios e poderes. Administração direta e indireta. Terceiro setor. Servidor Público. Licitações e Contratos Administrativos (lei nº 8.666/93, lei nº 10.520/2002, lei nº 12.462/2011, art. 42 a 48 da LC nº 123/2006). Improbidade administrativa e anticorrupção (lei nº 8.429/1992 e lei nº 12.846/2013). Acesso à informação (lei nº 12.527/2011). Redação/Correspondência Oficial e Atos Normativos (Manual de Redação da Presidência da República). Gestão de documentos. Protocolo. Arquivologia. Direito Previdenciário: Art. 193 a 204 das Constituição Federal e lei nº 8.213/1991. Art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. O regime próprio na Constituição Federal e nas Emendas Constitucionais nº 20/1998, 41/2003, 47/2005 e 70/2012. Segurados e não segurados no RPPS. Dependentes no RPPS. Custeio no RPPS. Benefícios no RPPS. Contagem do tempo no RPPS. Controle das aposentadorias e pensões pelos Tribunais de Contas (art. 70 a 75 da CF/88, Lei Orgânica do TCE/SC, Regimento Interno do TCE/SC e Instrução Normativa nº 12/2012 do TCE/SC). Compensação financeira entre regimes previdenciários. Processo previdenciário no RPPS. Regime de Previdência Complementar do Servidor Público. Lei nº 9.717/1998. Lei nº 9.796/1999. Lei nº 10.887/2004. Decreto Federal nº 3.112/1999. Decreto Federal nº 3.788/2001. Portaria MPS nº 154/2008. Portaria MPS nº 402/2008. IN SPS/MPS nº 01/2010. IN SPS/MPS nº 02/2014. ON SPS/MPS nº 01/2004. ON SPS/MPS nº 02/2009. ON SPS/MPS nº 01/2012. Legislação Municipal de Navegantes: Lei Orgânica. Lei Complementar Municipal nº 07/2003 (Estatuto dos servidores de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 11/2003 (Plano de carreira, cargos geral). Lei Complementar Municipal nº 72/2010 (Plano de carreira e remuneração do Magistério). Lei Complementar Municipal nº 99/2011 (Institui o regime próprio de Previdência de Navegantes). Lei Complementar Municipal nº 152/2012 (Reestruturação do NAVEGANTESPREV). Lei Complementar Municipal nº 206/2014 (Plano de carreira, cargos do NAVEGANTESPREV).

ANEXO IV REQUERIMENTO

Vaga para Deficiente Físico e /ou Condição Especial para REALIZAÇÃO de provas

Eu _____, portador do documento de identidade nº _____, inscrito no CPF n.º _____ residente e domiciliado a Rua _____, nº _____, Bairro _____, Cidade _____, Estado _____, CEP: _____, inscrito no Concurso Público 001/2014 do NAVEGANTESPREV, inscrição número _____, para o cargo de _____, requer a Vossa Senhoria:

1 - () Vaga para portadores de Deficiência.

Deficiência: _____

CID nº: _____

Nome do Médico: _____

2) Condição Especial para realização da prova:
a) () Prova com ampliação do tamanho da fonte
Fonte nº _____ / Letra _____

b)() Sala Especial

Especificar: _____

c) () Leitura de Prova

d) () Amamentação.

Nome do Acompanhante: _____

Horários de amamentação: _____

e) () Outra Necessidade:

Especificar: _____

Nestes Termos.

Pede Deferimento.

_____, _____ de _____ de 2014.

Assinatura do Requerente

ANEXO V

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO

Eu _____
, portador do documento de identidade nº _____,
inscrito no cargo de _____ Ins-
crição n.º _____ do Concurso Público Edital 001/2014 do NA-
VEGANTESPREV, residente e domiciliado a Rua/Av. _____
nº _____, Bair-
ro _____, cidade _____, Estado
_____, CEP _____

Venho REQUER a Vossa Senhoria isenção da taxa de inscrição,
visto que comprovadamente me ENQUADRO NA CONDIÇÃO de:

[] Doador de Sangue

Nestes Termos firma a presente declaração e
Pede Deferimento do requerimento

_____, _____ de _____ de 2014
(local e data)

Assinatura do Declarante/Requerente

ANEXO VI

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO
CONCURSO PÚBLICO 001/2014- NAVEGANTESPREV

Tipo de Recurso:

[] 1 – Contra indeferimento de inscrição

[] 2 - Contra questão da prova ou gabarito provisório

[] 3 – Contra a classificação

[] 4 – Outro: _____

Nome do Candidato:

N.º de Inscrição:

Cargo:

N.º da Questão:

Data:

Fundamentação e Referência Bibliográfica:

Local e data _____ de _____
de 2014.

Assinatura do Candidato

Nova Trento

PREFEITURA

PORTARIA Nº 965/2014 "A"

PORTARIA Nº 965/ 2014 "A"

Concede Licença Por Motivo de Doença em Pessoa da Família

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII, do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

CONCEDER Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, á Servidora Pública Municipal DEJANILA CIPRIANI MOTTA, matrícula nº 223, concursada no cargo de Agente de Saúde Pública, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Unidade Sanitária Claraíba, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 37 (trinta e sete) dias, a contar de 14 de outubro de 2014 a 19 de novembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 17/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 17 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria, em 17 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 848/2014 "A"

PORTARIA Nº 848/ 2014 "A"

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 1.754/2001, de 03/05/2001,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 166/2014, que Contratou em Caráter Temporário, VALERIA CATARINA CIPRIANI, matrícula nº 6127, para exercer a função de Docente (Professor Nível I, Referência A), com 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos, no Centro Educacional e Comunitário - Ribeirão Frederico e na Biblioteca Pública Municipal Padre Lidivino Santini - Centro, Município de Nova Trento, a contar de 01 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 01 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto

Secretário Municipal de Administração e Finanças

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, 126, na cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 1.754, de 03 de maio de 2001, alterada pela Lei Municipal nº 2.103, de 22 de dezembro de 2005, e a Senhora VALÉRIA CATARINA CIPRIANI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Brusque, Bairro Cascata, s/nº, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 894.454.309-72, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Docente (Professor Nível I, Referência A), com 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Alfabetização de Jovens e Adultos, no Centro Educacional e Comunitário - Ribeirão Frederico e na Biblioteca Pública Municipal Padre Lidivino Santini - Centro, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 854,01 (oitocentos e cinquenta e quatro reais e um centavo), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 01 de outubro de 2014 a 19 de dezembro de 2014 (término do ano letivo), data da assinatura deste instrumento.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado,

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V- Em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do Processo Seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 04 (quatro) horas

diárias, totalizando 20 (vinte) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Administração e Finanças.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de outubro de 2014.

Gian Francesco Voltolini	Valéria Catarina Cipriani
Prefeito Municipal	Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de outubro de 2014.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário Municipal de Administração e Finanças

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 977/2014 "A"

PORTARIA Nº 977/ 2014 "A"
Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, JANA LETÍCIA CORREIA, matrícula nº 5243, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, pertencente ao Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 256 (duzentos e cinquenta e seis) dias, a contar de 07 de outubro de 2014 a 19 de junho de 2015, conforme resultado pericial datado de 19/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 21 de novembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 21 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 985/2014

PORTARIA Nº 985/ 2014
Exonera Servidor

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 63, I, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal),

RESOLVE:

EXONERAR a pedido o Servidor Público Municipal, LUCAS BUDKEWITZ, matrícula nº 5099, ocupante do cargo de Provimento em Comissão de Chefe de Equipe de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, por hora em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 25 de novembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 25 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 25 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 988/2014

PORTARIA Nº 988/ 2014
Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do art. 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990, e de acordo com o que determina o art. 93, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 882/2014, que Prorrogou a Concessão de Licença Tratamento de Saúde, ao Servidor Público Municipal ROQUE GONSALES MONTIBELLER, matrícula nº 927, concursado no cargo de Fiscal Sanitário, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, pelo período de 30 (trinta) dias, a contar de 13 de novembro de 2014 a 12 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 24/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 992/2014

PORTARIA Nº 992/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VII e XII do artigo 94 da Lei Orgânica Municipal de 04/04/1990 e de acordo com o que determina o artigo 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 853/ 2014 "A", que Concedeu Licença Para Tratamento de Saúde, a Servidora Pública Municipal MARLI WEBER RAISER, matrícula nº 2077, atuante no cargo de Agente Comunitário de Saúde - ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, na Unidade Sanitária do Trinta Réis, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, deste Órgão Público, Município de Nova Trento, pelo período de 61 (sessenta e um) dias, a contar de 22 de novembro de 2014 a 21 de janeiro de 2015, conforme resultado pericial datado de 26/11/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 26 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada a presente Portaria em 26 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 998/2014

PORTARIA Nº 998/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 09/2014, de 18/09/2014, Decreto de Convocação nº 222/2014, NEUSA MARIA MARIANN GUARNIERI, matrícula nº 6501, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 01 de dezembro de 2014 a 29 de maio de 2015, por motivo de vaga excedente bem como por motivo de excepcional interesse público, consoante o art. 2º, da Lei Municipal nº 2.553/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014**CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO**

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora NEUSA MARIA MARIANN GUARNIERI, brasileira, casada, residente e domiciliada na Rua Geral Espriado, s/nº, Bairro Espriado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 010.183.479-92, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Agente Comunitário de Saúde ESF, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Claraíba, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 06 (seis) meses, iniciando em 01 de dezembro de 2014 a 29 de maio de 2015, data da assinatura deste instrumento, podendo ser rescindido antes desse prazo, em virtude da realização do Concurso Público até 28/02/2015, data esta prevista pela Cláusula Primeira, do Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e o Município de Nova Trento (Inquérito Civil Público nº 06.2011.006699-6), em 27/06/2014.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as

determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja. Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Neusa Maria Mariann Guarnieri
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 01 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 999/2014

PORTARIA Nº 999/ 2014

Concede Licença Para Tratamento de Saúde

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o art. 81, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992, do Estatuto do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Tratamento de Saúde ao Servidor Público Municipal, SALVELINO MONTIBELLER, matrícula nº 527, concursado no cargo de Motorista II, com 40 (quarenta) horas semanais, em exercício na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, pertencente ao Quadro de Pessoal Efetivo desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, pelo período de 14 (quatorze) dias, a contar de 21 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, conforme resultado pericial datado de 01/12/2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 1000/2014

PORTARIA Nº 1.000/ 2014

Prorroga Portaria

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o inciso VIII, do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

PRORROGAR a Portaria nº 977/2014 "A", que Prorrogou a Admissão em Caráter Temporário, através do Processo Seletivo Simplificado, Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, convocado conforme Decreto nº 072/2014, PAULO SERGIO RODRIGUES, matrícula nº 6216, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, a contar de 21 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme a Portaria nº 999/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 01 de dezembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 01 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e o Senhor PAULO SÉRGIO RODRIGUES, brasileiro, casado, residente e domiciliado na Rua Joaquim Battisti Archer, nº 53, Bairro Centro, Município de Nova Trento, portador do CPF nº 767115369-91, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contato tem por objeto a execução pelo contrato das atribuições do cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal da Administração Direta desta Prefeitura Municipal, Município de Nova Trento, em substituição ao Titular Salvelino Montibeller, afastado conforme a Portaria nº 999/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a

remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na Cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado pelo período de 21 de novembro de 2014 a 04 de dezembro de 2014, data da assinatura deste instrumento, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta dias), sob pena de multa equivalente a 1/3

(um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as previstas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e termos fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 21 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Paulo Sergio Rodrigues
Contratado

Registrado e publicado o presente contrato, em 21 de novembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola
Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1003/2014

PORTARIA Nº 1.003/ 2014

Admissão em Caráter Temporário

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere o art. 94, XII, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90, e de acordo com o que determina o art. 37, IX, da CRFB/88 e amparado na Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR em caráter Temporário, através do Processo Seletivo, conforme Edital nº 04/2014, de 28/02/2014, Decreto de Convocação nº 236/2014, CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, matrícula nº 6502, para exercer o cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a contar de 02 de dezembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, em substituição ao titular Afonso Inácio Dalri, afastado conforme Portaria nº 924/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de dezembro de 2014.
Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria em 02 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

CONTRATO SP//2014

CONTRATO DE TRABALHO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, CNPJ/MF nº 82.925.025/0001-60, cuja Prefeitura se localiza na Rua Santo Inácio, nº 126, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, brasileiro, casado, portador do CPF nº 032.953.809-88, RG nº 3573471, residente e domiciliado na Rua Santo Inácio, nº 202, Bairro Centro, na Cidade de Nova Trento/SC, autorizado pela Lei Municipal nº 2.553, de 21 de outubro de 2014, e a Senhora CRISSELLE STUEPP CLAUDINO, brasileira, solteira, residente e domiciliada na Rua Tijucas, nº 692, Bairro Mato Queimado, Município de Nova Trento, portadora do CPF nº 039.713.659-57, firmam o presente CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, observado o disposto nas Leis acima mencionadas e o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REGIME DO CONTRATO

Este contrato vincula o Município e o Contratado ao Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a execução pelo contratado das atribuições no cargo de Motorista I, com 40 (quarenta) horas semanais, atuante na Unidade Sanitária Madre Paulina, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do quadro de pessoal da Administração Direta desta Prefeitura, Município de Nova Trento, em substituição ao titular Afonso Inácio Dalri, afastado conforme Portaria nº 924/2014 (Licença Tratamento de Saúde).

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REMUNERAÇÃO MENSAL

O contratado, durante a vigência deste contrato, fará jus a remuneração mensal no valor de R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais), pagos na mesma data a que tem direito os Servidores Públicos Municipais efetivos e sujeita aos mesmos reajustes ou aumentos, equivalentes ao vencimento do cargo referido na cláusula Segunda deste contrato.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO CONTRATUAL

Este contrato é firmado para o período de 02 de dezembro de 2014 a 23 de dezembro de 2014, podendo ser prorrogado conforme a necessidade.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

I - por acordo entre as partes;

II - pelo Município sem prévio aviso, com justa causa, se praticar qualquer ato de desobediência, bem como desrespeitar as normas estabelecidas pelo Secretário ao qual está subordinado;

III - violar cláusula contratual ou qualquer dispositivo legal;

IV - pelo contratado, mediante prévio aviso de 30 (trinta) dias, sob pena de multa equivalente a 1/3 (um terço) da remuneração mensal;

V - em caso de comprovada insuficiência de desempenho, o servidor será exonerado do cargo e admitido o próximo classificado na lista do processo seletivo.

CLÁUSULA SEXTA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As responsabilidades e obrigações do contratado são as determinadas pela Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA JORNADA DIÁRIA DE TRABALHO

O contratado cumprirá jornada de trabalho de 08 (oito) horas diárias, totalizando 40 (quarenta) horas semanais, obedecidos o início, intervalos e término fixados pelo Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário.

CLÁUSULA OITAVA - DA CONTRATAÇÃO

O presente contrato fica regulado pelo regime estatutário, Lei Municipal nº 1.207/92.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para solução das questões provenientes deste contrato, as partes elegem o foro da Comarca de São João Batista, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Contratados na forma que ficou expressa, Município e Contratado assinam este instrumento em duas vias de igual teor e forma, com as testemunhas abaixo identificadas e qualificadas.

Nova Trento, em 02 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Criselle Stuepp Claudino
Contratada

Registrado e publicado o presente contrato, em 02 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira
Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

TESTEMUNHA:

Miliani Piffer Mazzola

Diretora do Departamento de Recursos Humanos

PORTARIA Nº 1004/2014

PORTARIA Nº 1004/ 2014

Dispõe sobre a Nomeação de Cargo Comissionado

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe confere os incisos I, VIII e XII do art. 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de conformidade com o art. 17, inciso II, da Lei nº 1.207 de 30/08/92 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

NOMEAR o Servidor Público Municipal LUIZ FELIPE GARCIA DE VARGAS, matrícula nº 6503, para exercer o cargo de Provedor em Comissão de Chefe de Equipe de Manutenção e Conservação, com 40 (quarenta) horas semanais, por hora em exercício no Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição, Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Servidores Comissionados desta Prefeitura, Município de Nova Trento, a partir do dia 01 de dezembro de 2014.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 02 de dezembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria, 02 de dezembro de 2014.

Maxiliano de Oliveira

Secretário M. de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

PORTARIA Nº 989/2014

Portaria nº 989/2014

Nomeia o Conselho Municipal de Defesa Civil e dá outras Providências.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal, usando das atribuições que lhe confere o Art. 94, item VIII da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90 e de acordo com a Lei nº 2.186, de 16/05/2007, Art. 8º, RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros abaixo relacionados para compor o Conselho Municipal de Defesa Civil, do Município de Nova Trento, conforme segue:

Presidente: Prefeito Municipal: Gian Francesco Voltolini
Vice-Presidente: Diretor: Eduardo Fabris da Silva

I - Representantes do Governo Municipal
1. Secretaria Municipal de Bem Estar Social e Habitação:

Titular: Aداuton Raulino
Suplente: Alini DallaBrida

2. Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Luiz Carlos Orsi
Suplente: Lilian Cristina Fontanelli

3. Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:
Titular: Maxiliano de Oliveira
Suplente: Vilson Dalbosco

4. Secretaria Municipal de Administração e Finanças:
Titular: Valdemir Luiz Quaiatto
Suplente: Aprígio José Botameli

5. Secretaria Municipal da Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Saulo Roberto Voltolini
Suplente: Marinho Luiz Tomasi

6. Secretaria de Cultura e Turismo:

Titular: Eluisio Antonio Voltolini
Suplente: Ivana Regina Cadore

7. Secretaria de Transportes, Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Pedro Oreni Tomasi
Suplente: Virgilio Tamanini

Fls. 02 - Portaria nº 989/2014

II - Representantes do SAMAE:

Titular: Carlos Tarcisio Battisti
Suplente: Maria de Lourdes Rover

III - Representantes do IPREVENT:

Titular: Moisés Cipriani
Suplente: Miliani Piffer Mazzola

IV - Representantes da Segurança Pública:

Titular: Giovani Tridapalli
Suplente: Terezinha Cristofolini

V - Representantes da EPAGRI, Local:

Titular: Neuza Boso Zanluca
Suplente: João Luiz Simão Filho

VI- Representante do Poder Legislativo:

Titular: Airton Antonio Dalbosco
Suplente: Antenor Cirilo Cattani

VII - Representantes de Organizações Não Governamentais:

- Câmara de Dirigentes Lojistas - CDL

Titular: Marçal Aurélio Valle
Suplente: Greise Cristina Marchiori

- Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Nova Trento:

Titular: Moisés Till
Suplente: Bernadete Meyer Wilvert

- Escritório Local da CELESC:

Titular: Rogério Marcos Mazzola

VIII - Representantes do Clero:

Titular: Pároco da Paróquia - Pe. Roberto Jeronimo Gottardo
Suplente: Pe. Benno Brod

Fls. 03 - Portaria nº 989/2014

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 26 de novembro de 2014.

Gian Francesco Voltolini
Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria e publicada no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC.

Valdemir Luiz Quaiatto
Secretário M. Administração e Finanças

Novo Horizonte

PREFEITURA

EXTRATO TA 002 AO CA Nº 085/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE
EXTRATO TERMO ADITIVO

Aditivo Nº : 002 ao Contrato Administrativo Nº: 085/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

Contratada...: EDMAR DA SILVA ME

Vigência : Início: 02/12/2014 Término: 05/01/2015

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 9/2014

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO para contratação de empresa especializada, para execução da Readequação da rede de iluminação pública de parte da Rua Eulivio Pastre, centro deste município, com fornecimento e instalação dos materiais elétricos necessários. O presente contrato tem sua vigência, iniciando-se na data de sua assinatura até 05/01/2015, podendo ser prorrogado por interesse da administração pública.

Novo Horizonte/SC, em 02 de Dezembro de 2014

Orleans

PREFEITURA

AVISO Nº 185/2014 TRANSPORTE ESCOLAR

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 185/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA O TRANSPORTE ESCOLAR PARA OS ALUNOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS, NO EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 17/12/2014 às 15h45m.

Abertura das Propostas: dia 17/12/2014, às 16h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 03 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

EDITAL CHAMAMENTO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

LISTA DOS CANDIDATOS INSCRITOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

O Prefeito de Orleans homologa e torna pública a Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

AUXILIAR EM SAÚDE BUCAL

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1	002	BEATRIZ DAMIANI	22/08/1990	DEFERIDA
2	003	TAMIRES DE ESPINDOLA DASSOLER	20/01/1988	DEFERIDA
3	004	MARIA APARECIDA JOSE PILON	02/10/1962	DEFERIDA
4	006	NADIR APARECIDA HANN SPRICIGO	11/08/1967	DEFERIDA
5	007	GEANE RICARDO CAMPOS	03/11/1977	DEFERIDA
6	008	BEATRIZ FARIAS MARCOS	02/10/1993	DEFERIDA
7	009	MARIA APARECIDA RAMOS	21/07/1967	DEFERIDA
8	014	MAYARA CRISTINA MARTINS	05/10/1990	DEFERIDA
9	015	PATRICIA WANDERLIND DE FAVERI	13/06/1982	DEFERIDA
10	017	TATIANE DA ROSA DE LIMA	16/09/1981	DEFERIDA
11	019	RUBIA FERNANDES BORGES	30/03/1990	DEFERIDA

AGENTE DE APOIO E ZELADORIA DA SF

Nº	Nº INSCRIÇÃO	NOME CANDIDATO	DATA NASC.	SITUAÇÃO
1	001	LUZIA ANGELINA KESTRING FACHIN	12/12/1966	DEFERIDA
2	005	ADRIANA DE SOUZA MENDES MOTTA	08/02/1973	DEFERIDA
3	010	MIRIAM REGINA ELIAS	11/01/1969	DEFERIDA
4	011	IZABEL CRISTINA ECHILE	29/12/1980	DEFERIDA
5	012	MARIA APARECIDA CORREIA CROZETA	13/05/1990	DEFERIDA
6	013	MARIVALDA APARECIDA CARBONI OLIVEIRA	17/04/1972	DEFERIDA
7	016	VALDIRENE BASCHIROTTO	14/06/1976	DEFERIDA
8	018	MARILEIA COSTA	20/04/1975	DEFERIDA
9	020	CACILDA DELAVEDOVA JUNG	24/08/1974	DEFERIDA
10	021	SONIA APARECIDA RIBEIRO	15/10/1972	DEFERIDA

Comunica ainda que a prova será realizada no DIA 09 DE NOVEMBRO DE 2014, das 09h às 12h, no Centro Administrativo, sito na Praça Celso Ramos nº192 - Centro, Orleans, SC

VALDAIR DELLA GIUSTINA BAGIO

Presidente da Comissão do Processo Seletivo Simplificado

Fica homologada a presente Lista de Candidatos Inscritos, conforme estabelecido no EDITAL DO CONCURSO PÚBLICO Nº003/2014

Orleans, SC, 05 de novembro de 2014.

MARCO ANTONIO BERTONCINI CASCAES

Prefeito de Orleans

AVISO Nº 186/2014 LUBRIFICANTES

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 186/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: AQUISIÇÃO DE LUBRIFICANTES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MÁQUINAS DA FROTA OFICIAL DA PREFEITURA DE ORLEANS CONFORME ANEXOS, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 18/12/2014 às 13h45m.

Abertura das Propostas: dia 18/12/2014, às 14h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 03 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

AVISO Nº 187/2014 REFEITORIO

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 187/2014.

Tipo: Menor Preço/Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE ALMOÇO, TIPO BUFFET LIVRE A QUENTE, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, DE CERCA DE 100 (CEM) REFEIÇÕES DIÁRIAS, OBEDECENDO INTEGRALMENTE ÀS ESPECIFICAÇÕES E DETERMINAÇÕES PREVISTAS NOS TERMOS DA MINUTA CONTRATUAL (ANEXO VII) QUE, INDEPENDENTEMENTE DE TRANSCRIÇÃO, FAZ PARTE INTEGRANTE DESTA EDITAL, PARA O EXERCÍCIO DE 2015.

Recebimento das Propostas: até o dia 16/12/2014 às 16h45m.

Abertura das Propostas: dia 16/12/2014, às 17h00m.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 12:30 às 18:30 horas, pelo fone (48) 3886.0100, pelo email: licitacao@orleans.sc.gov.br ou pelo site www.orleans.sc.gov.br.

Orleans, 03 de Dezembro de 2014.

Eduardo Bertoncini

Secretário de Administração

Ouro**PREFEITURA****AACO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014

EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

A ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO, inscrita sob o CNPJ nº. 78.507.977.0001-97, com sede na Rua Felipe Schimdt, s/nº, Centro, Município de Ouro/SC, neste ato representada por sua presidente-associada ANGELA MORESCO, informa que realizará licitação na modalidade Pregão sob a forma presencial tipo menor preço global com a finalidade de selecionar proposta objetivando a contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar acadêmico no período diurno e noturno, cujas especificações detalhadas encontra-se no Anexo I que acompanha o Edital.

Regem a presente licitação a Lei Federal 10.520/02, a Lei Federal nº 8.666/93, Lei Complementar nº 123/06, a Lei Municipal nº 2.367/2013, e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

- Recebimento do envelope de proposta habilitação: até as 20h00min do dia 18 de dezembro de 2014;
- Limite para impugnação ao edital: até às 17h30min do dia 16 de dezembro de 2014;
- Início da Sessão Pública do pregão: às 20h00min do dia 18 de dezembro de 2014.

As dúvidas pertinentes à presente licitação serão esclarecidas pelo Departamento de Licitações, nos seguintes endereços:

- Telefone: (49) 9923-8120
- E-mail: contatoaaco@gmail.com
- Endereço: Rua Felipe Schimdt, s/nº, Centro, Município de Ouro/SC, CEP 89.663-000.

1 DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a seleção de propostas para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar acadêmico no período diurno e noturno, conforme descrição no Anexo I.

1.1.1 Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias para a correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

1.1.2 Os veículos rodarão em estrada pavimentada.

1.2 Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, sendo que aqueles considerados inadequados serão interrompidos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do CONTRATANTE, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

1.3 Entende-se por serviço inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações acima exigidas e com deteriorações.

1.4 O fornecedor responderá, independentemente de culpa, pela

reparação dos danos causados ao Município, bem como a terceiros se houver, na forma prevista na Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

2 Dotação orçamentária

2.1 As despesas para a aquisição do objeto licitado correrão por conta de dotações específicas ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO para o exercício de 2015

3 Participação

3.1 Poderão participar deste Pregão os interessados que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes neste Edital e seus anexos.

4 IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

4.1 As impugnações ao ato convocatório do pregão serão recebidas até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para o fim do recebimento das propostas, junto à Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO, situado na Rua Felipe Schmidt, s/nº, Centro, Ouro/SC, CEP 89.663-000.

4.2 Caberá à Autoridade Competente decidir sobre a impugnação no prazo de 02 (dois) dias após o limite de envio de impugnações.

4.3 Em caso de deferimento da impugnação contra o ato convocatório será tomada uma das seguintes providências:

- a) Anulação ou revogação do edital;
- b) Alteração e republicação do edital, reabertura do prazo de envio de propostas, alteração da data da sessão pública do pregão;
- c) Alteração no edital e manutenção do prazo de envio de propostas e da data da sessão pública do pregão, nos casos em que, inquestionavelmente, a alteração não tenha afetado a formulação das propostas.

5 PROPOSTA

5.1 A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

Envelope nº 1 - Proposta

Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO
Processo Licitatório n.º 0001/2014 - Pregão n.º 0001/2014

5.2 A proposta deverá ser redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.

5.3 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

- a) nome do proponente, endereço completo, telefone, CNPJ e inscrição estadual e/ou municipal;
- b) número do Pregão;
- c) para cada item que o licitante vier a participar, a descrição do objeto ofertado, em conformidade com o Anexo I, contendo a marca do produto cotado, preço unitário em moeda corrente, qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. No preço proposto deverão estar incluídas, além do lucro, todas as despesas, tributos e custos, diretos ou indiretos, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- d) prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias.

6 HABILITAÇÃO

6.1 Os documentos para habilitação deverão ser apresentados em envelope fechado, até o horário e data definidos no preâmbulo do edital, contendo em sua parte externa, além do nome da

proponente, os seguintes dizeres:

Envelope n.º 2 - Habilitação

Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO
Processo Licitatório n.º 0001/2014 - Pregão n.º 0001/2014

6.2 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.

6.3 O envelope deverá conter os seguintes documentos:

6.3.1 Quanto à qualificação jurídica:

- a) registro comercial, no caso de empresa individual (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- c) documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem (dispensável em caso de apresentação deste documento para o credenciamento do proponente durante a sessão pública);
- d) decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

6.3.2 Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).
- b) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- c) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);
- d) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

6.3.3 Qualificação econômico-financeira, apresentar documentação relativa a:

- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física; com data de emissão inferior a 60 dias da data de julgamento.
- b) Declaração da proponente que atende ao inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, que se refere ao inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, que diz o seguinte: "Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos" conforme o modelo do Anexo IV.

6.3.4 Quanto a Qualificação Técnica:

a) Cópia do Certificado de Propriedade do Veículo - DUT (Documento Único de Transferência), em nome do proponente, ou da financeira em caso de veículo alienado, comprovando o ano de fabricação, que não poderá ser inferior a 2004 e a capacidade mínima definida no item para o qual apresenta proposta.

b) Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que durante toda a execução de eventual contrato, manterá o veículo a ser utilizado para a realização dos serviços em ótimo estado de conservação.

c) Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que durante toda a execução de eventual contrato, o condutor do veículo atenderá os seguintes requisitos:

c.1) Idade superior a vinte e um (21) anos - art. 138, I do Código de Trânsito Brasileiro;

c.2) Habilitado na categoria D - art. 138, II do Código de Trânsito Brasileiro;

c.3) Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações médias durante os doze últimos meses;

d) Declaração da licitante, subscrita por seu representante legal, de que, se vencedora do certame, manterá, durante a execução do eventual contrato, autorização emitida pelo órgão ou entidade executivo de trânsito do Estado, demonstrando que o veículo destinado à condução coletiva possui:

d.1) Registro no DETRAN - Art. 136, I do Código Trânsito Brasileiro;

d.2) Vistoria no veículo a cada 6 meses - Art. 136, II do Código Trânsito Brasileiro;

d.3) Possuir equipamento de registro de tempo e velocidade - tacógrafo - Art. 136, IV do Código Trânsito Brasileiro;

d.4) Lanternas de luz branca, fosca ou amarela dispostas nas extremidades da parte superior dianteira e lanternas de luz vermelha dispostas na extremidade superior da parte traseira - Art. 136, V do Código Trânsito Brasileiro;

d.5) Cintos de segurança em número igual à lotação - Art. 136, VI do Código Trânsito Brasileiro;

d.6) Fixação da autorização do DETRAN em local visível - Art. 137 do Código Trânsito Brasileiro;

d.7) Manutenção preventiva.

d.8) Outros requisitos e equipamentos obrigatórios estabelecidos pelo CONTRAN.

d.9) Fixação na parte interna do veículo, em local visível, da autorização a que se refere este item, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada à condução de pessoas em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante.

d.10) Registro junto ao DETER;

d.11) Manter durante todo o prazo de vigência do contrato seguro facultativo de acidentes pessoais complementar.

e) Declaração de concordância com as normas e valores definidos pelo Município, devidamente assinada pelo proponente.

f) Declaração de Inexistência de Fato Superveniente referente à inexistência de qualquer fato impeditivo para a sua habilitação e que não foi declarada inidônea para licitar com a Administração Pública;

g) Declaração de que o veículo possui bancos de transporte rodoviário;

7 SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

7.1 No horário e data definidos no preâmbulo do edital, o pregoeiro fará a abertura da sessão pública do Pregão, procedendo aos seguintes atos, em sequência:

Credenciamento

7.2 O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, venha a responder por sua representada, devendo identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente juntamente com o Termo de Credenciamento, modelo no Anexo III.

7.2.1 Para fins de gozo dos benefícios dispostos na Lei Complementar n.º 123/2006, os representantes de microempresas e empresas de pequeno porte deverão credenciar-se e apresentar certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DNRC nº 103/2007 e/ou declaração de enquadramento, em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

7.3 O credenciamento far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente.

7.4 Não será desclassificada a proposta em função do não credenciamento do proponente, porém o mesmo ficará impedido de participar da etapa de lances ou manifestar intenção de recurso.

7.5 Depois de encerrada a etapa de credenciamento, não serão aceitos novos representantes dos proponentes na sessão pública, salvo na condição de ouvintes, sem poderes para efetuar lances ou manifestar intenção de recurso.

Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação

7.6 Os proponentes deverão apresentar declaração de que cumprem plenamente os requisitos para habilitação, conforme modelo disponível no Anexo VI.

Análise preliminar de aceitabilidade das propostas

7.7 O pregoeiro procederá à abertura das propostas e fará a análise quanto à compatibilidade do objeto ofertado em relação ao

especificado no edital e quanto ao preço inexequível, baixando diligências caso sejam necessárias, e procederá à classificação das propostas para a etapa de lances.

Seleção das propostas para a etapa de lances

7.8 O pregoeiro selecionará as propostas para a etapa de lances obedecendo aos seguintes critérios:

7.9 Primeiro critério: serão selecionadas a menor proposta e todas as demais que não sejam superiores a 10% da menor proposta;

7.10 Segundo critério: não havendo pelo menos três propostas selecionadas no critério anterior, serão ainda selecionadas as menores propostas, até o limite de três, para a etapa de lances.

Etapa de lances orais

7.11 Tendo sido credenciado e a proposta selecionada, os autores poderão manifestar lances orais. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio

de sorteio no caso de empate de preços.

7.12 Os lances deverão ser formulados por preço unitário, em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, em valores distintos e decrescentes em relação ao preço do autor.

7.13 Poderá o pregoeiro estabelecer redução mínima em cada lance, bem como estabelecer tempo máximo para o proponente ofertar seu lance.

7.14 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes desse item declinar da formulação de lances.

7.15 Encerrada a etapa de lances, serão ordenadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.16 Ocorrendo empate previsto no art. 44, § 2º da Lei Complementar n.º 123/06 será assegurada a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, desde que a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.16.1 Entende-se por empate as situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte, iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

7.16.2 Para fins de desempate, proceder-se-á da seguinte forma:

I - A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

II - Não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do item "7.16.2 - I" serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item "7.16.1" na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo previsto no item "7.16.1", será realizado sorteio, entre elas para que se identifique àquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.16.3 Para as situações previstas nos item "7.16" a microempresa e empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

7.17 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa ao interesse público.

7.18 Após a negociação, exitosa ou não, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da proposta, decidindo motivadamente a respeito.

Habilitação

7.19 O pregoeiro fará a abertura do envelope dos documentos de habilitação do licitante que tenha ofertado o menor lance para o item.

7.20 Os documentos serão rubricados pelo pregoeiro e pela equipe de apoio e serão anexados ao processo da licitação.

7.21 Havendo irregularidades na documentação que não permitam a habilitação, o proponente será inabilitado, procedendo, o

pregoeiro à habilitação do segundo proponente classificado, e assim sucessivamente em caso de inabilitação dos proponentes.

7.21.1 Desde que não possibilitem qualquer prejuízo à Associação e aos interessados no certame, é de todo conveniente que compareça à disputa o maior número possível de interessados, para que a proposta mais vantajosa seja encontrada em universo mais amplo.

7.21.2 O ordenamento jurídico regular da licitação não prestigia decisão assumida pela Comissão de Licitações que inabilite concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do edital, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, qualificação técnica, da capacidade econômica e da regularidade fiscal.

7.22 A regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.

7.22.1 As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que este apresente alguma restrição.

7.22.2 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, a microempresa ou empresa de pequeno porte poderá requerer a suspensão da sessão pelo prazo de 2 (dois) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Associação, para regularização dos documentos relativos à regularidade fiscal.

7.22.3 A não regularização da documentação no prazo previsto no item anterior implicará em decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n.º 8666/1993, sendo facultado à Associação convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

Recurso

7.23 Habilitado o proponente, o pregoeiro solicitará aos demais credenciados se desejam manifestar interesse em interpor recurso.

7.24 Havendo interesse, o proponente deverá manifestar motivadamente sua intenção de interpor recurso, explicitando sucintamente suas razões, cabendo ao Pregoeiro deliberar sobre o aceite do recurso.

7.25 A intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a proponente pretende que sejam revistos pelo Pregoeiro.

7.26 O proponente que manifestar a intenção de recurso e o mesmo ter sido aceito pelo Pregoeiro, disporá do prazo de 03 (três) dias para a apresentação do recurso, limitado às razões apresentadas durante a sessão pública, o qual deverá ser protocolado junto à Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO, dirigido à Autoridade Competente. Os demais proponentes ficam desde logo intimados para apresentar as contrarrazões no prazo de 03 (três) a contar do término do prazo do recorrente. A Autoridade Competente manifestará sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.27 Encerrado o prazo para manifestação de recurso o Pregoeiro declarará encerrada a sessão pública do pregão.

8 ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos proponentes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro opinará sobre a adjudicação do objeto licitado.

8.2 No caso de interposição de recurso, caberá à Autoridade Competente, após decisão do recurso, opinar pela adjudicação do objeto licitado.

8.3 A Autoridade Competente homologará o resultado da licitação, convocando o vencedor a assinar o Contrato no prazo de 10 (dez) dias.

8.4A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO, quando o proponente vencedor convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não mantiver as condições de habilitação ou se recusar injustificadamente a assinar o Contrato, retomar a Sessão Pública e convidará os demais proponentes classificados na ordem determinada após a etapa de lances, dando continuidade aos procedimentos da sessão pública, adjudicação e homologação.

9 CONTRATO

9.1A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO disporá do prazo de 10 (dez) dias para convocar o licitante vencedor a assinar o contrato, contados a partir da data da apresentação da proposta vencedora.

9.2 O contrato reger-se-á, no que concerne à sua alteração, inexecução ou rescisão, pelas disposições da Lei n.º 8.666/93, observadas suas alterações posteriores, pelas disposições do Edital e pelos preceitos do direito público.

9.3 O contrato terá validade até 31 de dezembro de 2015 e poderá, com base nos preceitos de direito público, ser rescindido pela Associação a todo e qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, mediante simples aviso, observadas as disposições legais pertinentes.

9.4 As obrigações das partes, forma de pagamento e sanções cominadas são as descritas na Minuta do Contrato constante do Anexo II deste Edital.

9.5 Farão parte integrante do contrato as condições previstas no Edital e a proposta apresentada pelo adjudicatário.

9.6 A contratação terá prazo de vigência até o dia 31 de dezembro de 2015, a contar da data de contratação, podendo ser prorrogado ou ativado por iguais e sucessivos períodos até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

10 DA ENTREGA E DO PAGAMENTO

10.1 O prazo para prestação dos serviços e entrega do objeto obedecerá ao calendário escolar do ano de 2015 com vigência a partir da assinatura do contrato até o dia 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos nos termos do inciso II do art. 57, da Lei nº 8.666/93.

10.2 A entrega do objeto deste edital será feita diretamente ao setor requerente, de acordo com as quantidades solicitadas e devidamente autorizadas, momento em que ficará a cargo do responsável conferir e lavrar Termo de Recebimento, para efeito de posterior verificação da conformidade dos produtos com as exigências do Edital.

10.3 A Comissão disporá do prazo de 02 (dois) dias para conferir o objeto e realizar o empenho, caso aceito, ou notificar a CONTRATADA, no caso de não aceitação.

10.4 Na hipótese da não aceitação do objeto, este deverá ser

retirado pela CONTRATADA no prazo de 01 (um) dia contado da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 02 (dois) dias, sob pena de aplicação de multa e demais cominações previstas em Lei e neste Edital.

10.5 O recebimento não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela perfeita execução do contrato, ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

10.6A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO efetuará o pagamento a partir do 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93.

11 PENALIDADES

11.1 Aquele que convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o município de Ouro - SC e, poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e poderá ser descredenciada do SICAF, ou outros sistemas de cadastramento de fornecedores, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das seguintes multas:

a) multa de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, por dia de atraso injustificado na execução do mesmo, observado o prazo máximo de 05 (cinco) dias;

b) multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do contrato, se já assinado, ou estimado do contrato, se não assinado, pela recusa injustificada do adjudicatário em executá-lo;

11.2 Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO.

11.3 Da aplicação das penas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

11.4 O recurso ou o pedido de reconsideração relativos às penalidades acima dispostas será dirigido a autoridade que praticou o ato, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

12 DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Os envelopes de habilitação não abertos estarão disponíveis junto à Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO para retirada por seus respectivos proponentes, no prazo de 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato decorrente da licitação. Caso não sejam retirados no prazo estipulado, serão incinerados.

12.2 Nenhuma indenização será devida aos proponentes por apresentarem documentação ou proposta relativa ao presente pregão.

12.3 A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.4 O resultado desta licitação será lavrado em Ata, a qual será

assinada pelo Pregoeiro e Equipe de Apoio.

12.5 O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

12.6 No interesse da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ter:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

12.7 Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da Comarca de Capinzal - SC, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

12.8 Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos junto à Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO pelo telefone: (49) 9923-8120, de segunda a sexta-feira das 08h00min às

12h00min e das 13h30min às 17h30min.

12.9 Fazem parte deste Edital:

- a) Anexo I - Termo de Referência e Especificação do Objeto com Valor Estimado;
- b) Anexo II - Minuta de Contrato;
- c) Anexo III - Modelo de Termo de Credenciamento;
- d) Anexo IV - Modelo de Declaração de Atendimento à Legislação Trabalhista de Proteção à Criança e ao Adolescente;
- e) Anexo V - Declaração de Cumprimento dos Requisitos de Habilitação.

Ouro, SC, 1º de dezembro de 2014.

Angela Moresco Juliane Perotoni
Presidente Assessora Jurídica
OAB/SC nº 33.765

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

Anexo I

Termo de Referência e Especificação do Objeto

1 INTRODUÇÃO

1.1 O Termo de Referência em epígrafe tem por finalidade, atender o disposto na legislação vigente concernente às contratações públicas, em especial ao art. 37, inciso XXI da CF/88 e aos dispositivos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, bem como, normatizar, disciplinar e definir os elementos que nortearão a Contratação de transporte para os acadêmicos.

2 DA JUSTIFICATIVA PARA AQUISIÇÃO:

2.1 A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO justifica a presente aquisição, uma vez que, necessário se faz realizar o transporte dos acadêmicos.

3 - DO OBJETO, VALIDADE E GARANTIA:

3.1 - Constituem-se objeto desta licitação a aquisição/contratação de transporte dos acadêmicos;

3.2 - A vigência será de 01/01/2015 à 31/12/2015.

4 - ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO:

4.1 - A licitante vencedora deverá executar os serviços deste termo de referência em conformidade com as normas técnicas e especificações constantes na Autorização de Fornecimento.

4.2 - Os serviços deste termo após serem empenhados e após o recebimento das Autorizações de Fornecimento, deverão ser entregues para a Diretoria da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO com sede na Rua Felipe Schmidt, s/nº, Ouro/SC, devidamente acompanhado da Nota Fiscal Eletrônica quando for o caso.

4.3 - A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido à ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO, CNPJ nº. 78.507.977.0001-97, Rua Felipe Schmidt, s/nº, Centro, Município de Ouro/SC e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do Processo Licitatório.

4.4 - O prazo para execução dos serviços será de dois dias úteis, a contar da data de recebimento da Autorização de Fornecimento, e/ou conforme solicitação da secretaria solicitante sob pena de aplicação das normas implícitas nas Leis 8.666/93.

5 - ESTIMATIVAS DE CONTRATAÇÃO-

Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Valor Unit. Estimado	Valor Total Estimado
1	200	Dia	Período diurno matutino: de segunda a sábado, partindo da Praça Pio XII às 06h20min, utilizando veículo com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros, trajeto através do acesso Sul de Joaçaba até UNOESC Campus I, UNOESC Campus II e seus respectivos retornos, finalizando o trajeto na em frente à Praça Pio XII deste Município.	217,00	43.400,00
2	200	Dia	Período noturno: de segunda à sexta-feira, partindo da Praça Pio XII às 18h10min, utilizando 2 (dois) veículos com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros cada, trajeto através do acesso Sul de Joaçaba até UNOESC Campus I, UNOESC Campus II e seus respectivos retornos, finalizando o trajeto na Rua Duque de Caxias, Centro, em frente à Praça Pio XII deste Município	434,00	86.800,00

3	200	Dia	Período diurno matutino e/ou noturno: de segunda à sábado, partindo da Praça Pio XII às 06h25min, utilizando veículo com capacidade mínima de 16 (dezesesseis) passageiros, trajeto através do acesso Sul de Joaçaba até UNO-ESC Campus I, UNOESC Campus II e seus respectivos retornos, finalizando o trajeto na em frente à Praça Pio XII deste Município.	132,00	26.400,00
---	-----	-----	--	--------	-----------

5.1 Exigências e Informações Complementares:

- Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, dentre outras necessárias para correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

6 - DA PROGRAMAÇÃO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

6.1 - As despesas decorrentes do presente Termo de Referência, correrão a conta dos recursos consignados nas dotações orçamentárias da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO.

7 - FUNDAMENTO LEGAL:

7.1 - A presente proposição encontra seu fundamento na legislação vigente, em especial da Lei 8.666/93, que dispõe sobre licitações e contratos no âmbito da administração pública.

8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

8.1 - Os licitantes interessados deverão apresentar as condições habilitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993 e alterações posteriores, bem como as qualificações que dispuser o edital.

8.2 - A licitante vencedora do certame se obrigará a executar os serviços, objeto desta licitação, a ela adjudicada, com a qualidade padrão requerida de mercado, no local indicado pela Associação dos Acadêmicos do Ouro, e ainda, cumprir e fazer cumprir as exigências técnicas e fiscais previstas em contrato, e inclusive as seguintes:

- Executar os serviços com a qualidade e na forma exigida em Lei e no edital, cumprindo as condições e os prazos estabelecidos;
- Responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do contrato, inclusive tributos, contribuições previdenciárias, encargos trabalhistas e quaisquer outras que forem devidas em relação ao fornecimento;
- Prestar esclarecimentos que forem solicitados pela contratante, a respeito da execução do contrato sempre que for necessário;
- Responder pelos danos causados diretamente a Associação e/ou a terceiros, decorrentes da culpa ou dolo na execução do objeto.
- Reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer ou refazer, prioritária e exclusivamente à sua custa e risco, num prazo máximo de 10 (dez) dias contados da notificação que lhe for entregue oficialmente, quaisquer vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas e imperfeições nos materiais, decorrente de culpa ou dolo da empresa fornecedora e dentro das especificações do fabricante.

9 - OBRIGAÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO:

- Acompanhar e fiscalizar a execução do serviço e efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados;
- Rejeitar, no todo ou em parte os serviços prestados em

desacordo com as exigências deste Termo de Referência;
c) Notificar por escrito à contratada, ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

d) Proporcionar todas as facilidades para que a contratada possa desempenhar seus serviços;

e) Notificar a contratada, por escrito da aplicação de eventuais penalidades, garantido o contraditório e a ampla defesa, conforme previsto na Lei nº. 8.666/93.

10 - DO PAGAMENTO:

10.1 - A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO efetuará o pagamento até o 12º dia do mês subsequente ao fornecimento, e mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, e conforme disponibilidade de recursos, observada a ordem cronológica dos pagamentos nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

10.2 - Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à contratada ou inadimplência contratual.

10.3 - Qualquer erro ou omissão ocorridos na documentação fiscal será motivo de correção por parte da adjudicatária e haverá, em decorrência, suspensão do prazo de pagamento até que o problema seja definitivamente sanado.

Angela Moresco
Presidente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº0001/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

Anexo II

MINUTA DO CONTRATO

TERMO DE CONTRATO Nº /2014

Termo de contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar acadêmico no período diurno e noturno, que fazem entre si a associação dos acadêmicos do ouro - aaco e a empresa, vencedora do Pregão nº 0001/2014 (Processo Licitatório nº 0001/2014).

CONTRATANTE: ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO, inscrita sob o CNPJ nº. 78.507.977.0001-97, com sede à Rua Felipe Schimdt, s/nº, Centro, Município de Ouro/SC, neste ato representada por sua presidente-associada ALINI MASSON, brasileira, solteira, estagiária, Portadora da Carteira de Identidade nº. 11/R-5.182.273-SSP/SC, e inscrita no CPF sob o nº. 060.254.149-20, residente e domiciliada na Rua Presidente Kennedy, nº.290, Centro, Município de Ouro/SC.

CONTRATADA:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 Constitui o objeto da presente licitação a seleção de propostas para contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar acadêmico no período diurno e noturno, tudo conforme o edital de Processo Licitatório nº 0001/2014, como se aqui estivesse impresso, na modalidade de Pregão 0001/2014, conforme segue:

Item	Qtd.	Un	Especificação	Marca	R\$ Unit.	R\$ Total

1.2 O objeto ora contratado poderá ser alterado para mais ou para menos, de acordo com a necessidade de atendimento da demanda durante a vigência do contrato, até o limite previsto na Lei nº 8.666/93.

1.3 Não caberá à CONTRATADA qualquer direito de caráter indenizatório pelas quantidades não adquiridas pelo CONTRATANTE.

1.4 Todas as despesas, inclusive combustível, motorista, manutenção do veículo, seguro, dentre outras necessárias para correta execução destes serviços deverão estar inclusas no preço.

1.5 Os veículos rodarão tanto em estrada pavimentada.

1.6 Os serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que os aqueles considerados inadequados, não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso, até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo na aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

1.7 Entende-se por serviço inadequado, aquele que apresentar-se: com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado; e

1.8 Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no edital.

CLÁUSULA II - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

2.1 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos produtos descritos no objeto do presente contrato com validade, qualidade e sem qualquer custo direto ou indireto adicional relativo a transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, indenizações ou qualquer outro que for necessário ao cumprimento do objeto ora contratado.

2.2 Responder por quaisquer danos que possam ocorrer oriundos da execução do fornecimento dos produtos ora contratados, independentemente se em face do CONTRATANTE ou de terceiros eventualmente envolvidos.

2.3 Os produtos/serviços deverão atender aos padrões mínimos de qualidade exigidos no objeto, em conformidade com o edital de licitação e Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.090/90), sendo que aqueles considerados inadequados não serão aceitos e o pagamento da parcela correspondente ficará suspenso até sua regularização de forma integral, cujo prazo de reposição, a critério do Contratante, poderá ser renovado, sem prejuízo da aplicação das penalidades pelo atraso inicial.

2.4 Entende-se por produto/serviço inadequado aquele que apresentar-se com inferior qualidade, fora das especificações exigidas, e diferentes do exigido e ofertado.

2.5 Poderão ocorrer análises, desde que haja suspeita de defeitos ou inexecução parcial, acarretando o cancelamento do contrato, sem prejuízo nas penalidades previstas no Edital.

CLÁUSULA III - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO E/OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 Os produtos objeto deste Contrato serão fornecidos diariamente e/ou conforme solicitação do CONTRATANTE e nos locais por este indicado.

3.2 O acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato serão realizados pela Associação dos

Acadêmicos do Ouro.

CLÁUSULA IV - DAS OBRIGAÇÕES

4.1 DA CONTRATADA

4.1.1 Dispor dos serviços, objeto do presente termo de contrato, conforme solicitação do Contratante.

4.1.2 Promover todas as ações para a boa execução e eficiência na execução do contrato, principalmente no cumprimento de todas as normas e exigências legais, regulamentares e normativas.

4.1.3 Manter, durante a execução do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, para atendimento ao art. 55, XIII da Lei nº 8.666, de 1993.

4.1.4 Durante a vigência e execução do contrato, deverá a CONTRATADA, principalmente:

- a) Manter em dia o licenciamento do veículo e respectivo seguro obrigatório;
- b) Manter vigente contrato de seguro total do veículo, com cobertura dos danos pessoais (materiais e morais) dos passageiros;
- c) Manter atualizadas as negativas de débitos com o INSS, FGTS e Fazenda Municipal;
- d) Manter condutor do veículo com habilitação compatível para conduzir veículo de transporte de escolares e demais exigências previstas no Edital;
- e) Manter o veículo em perfeitas condições de trafegabilidade, ficando sujeito a vistorias periódicas a critério do Contratante, e demais exigências previstas no Edital;
- f) Manter o veículo em consonância com a legislação de trânsito (tacógrafo, faixas com inscrição "transporte escolar", entre outras).
- g) Manter registro e licença junto ao DETER.

4.1.5 Prestar os serviços apenas se houver prévia Autorização e/ou Solicitação por parte da autoridade competente, ciente

de que o não cumprimento desta obrigação acarretará no não pagamento do suposto débito, bem como de que estará sujeito às penas da Lei.

4.2 A CONTRATADA fica ainda obrigada a executar o objeto do presente contrato diretamente, não podendo subcontratar em hipótese alguma, sem a anuência do CONTRATANTE, sob pena de rescisão a qualquer tempo.

4.3 A CONTRATADA tem sob sua responsabilidade todas as despesas funcionais e operacionais necessárias ao cumprimento do objeto ora contratado.

4.4 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do presente contrato, com fulcro no art. 71 da Lei 8.666/93.

4.5 No caso de danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, durante a execução do contrato, por dolo ou culpa, serão suportados exclusivamente pela Contratada.

4.6 O atraso injustificado no início da execução do contrato sujeitará a contratada à multa de mora de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) ao dia, até o limite de 20% (vinte por cento), calculado sobre o saldo contratual.

4.6.1 A multa que alude este artigo não impede que a Associação rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas no artigo seguinte.

4.7 Pela inexecução total ou parcial do contrato a Associação poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- a) Advertência por escrito.
- b) Multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o saldo contratual.
- c) Suspensão temporária de participar em licitações e contratar com o Município de Catanduvas - SC, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, observados os dispositivos legais.

4.8 DO CONTRATANTE

4.8.1 Emitir as autorizações de fornecimento para que possa ser dado início ao fornecimento;

4.8.2 Efetuar o pagamento conforme definido no ato convocatório, mediante prévia apresentação da Nota Fiscal e da competente autorização de fornecimento, e demais exigências do presente instrumento.

4.8.3 Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços ora contratados orientando, coordenando e sugerindo sobre a perfeita execução do presente contrato;

4.9 O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) Não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) Cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) Lentidão de seu cumprimento;
- d) O cometimento reiterado de faltas na sua execução;
- e) unilateralmente pela Contratante.

4.10 Realizar a despesa apenas se confirmado anteriormente a disponibilidade de dotação orçamentária para tal, com fulcro no caput do art. 60 da Lei 4.320/1964.

CLÁUSULA V - DO PREÇO, DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO REAJUSTE

5.1 O valor global do presente contrato poderá perfazer a importância de R\$

5.2 Os pagamentos e a prestação dos serviços deverão obedecer ao seguinte:

5.2.1A Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO efetuará o pagamento a partir do 12º (décimo segundo) dia do mês subsequente ao do fornecimento, mediante apresentação da Nota Fiscal eletrônica, quando for o caso, conforme disponibilidade de recursos e observada a ordem cronológica dos pagamentos, nos termos do art. 5º da Lei n.º 8.666/93;

5.2.2A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido à ASSOCIAÇÃO DOS ACADÊMICOS DO OURO - AACO, RUA FELIPE SCHMIDT, s/n, CENTRO, OURO - SC, CNPJ N.78.507.977.0001-97. Ainda, deverá constar, por parte da CONTRATADA, a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação, contendo ainda número do Processo Licitatório.

5.2.3Nos termos do art. 65, § 1º da Lei n.º 8.666/93, a CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no objeto, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5.3O valor do contrato somente poderá sofrer reajustes após o transcurso do prazo de um ano de vigência deste, mediante requerimento da contratada acompanhado dos devidos meios probantes das alterações inflacionárias ocorridas no período. Neste caso, utilizar-se-á como base para o reajuste o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M).

5.4 A revisão contratual prevista no art. 65, inc. II, alínea d, da lei 8666/93 poderá ser intentada a qualquer tempo pela contratada objetivando o restabelecimento da relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos da contratada e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, mediante requerimento acompanhado dos devidos meios probantes.

5.4.1Em casos de reajustes e/ou revisão, a contratada deverá comprovar sua regularidade fiscal apresentando:

- a) Certidão Negativa da Dívida Ativa da União e Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais (administrado pela Secretaria da Receita Federal);
- b) Certidão Negativa de Débitos - CND (emitida pela Previdência Social);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviços (FGTS) (emitida pela Caixa Econômica Federal);
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual através de Certidão (CND) expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda do domicílio ou sede do licitante;
- e) Certidão Negativa de Débitos Municipais do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

5.4.2 Possíveis reajustes serão comprovados mediante comunicação expressa e assinada pelo proponente, com apresentação de justificativas comprovadas por meio de planilhas de custos de insumos, salários e serviços necessários à execução do objeto, que demonstrem o custo do período atual e anterior à ocorrência do aumento.

5.4.3 O reajuste de preço, quando admitido, somente será aplicado após a celebração de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

5.4.4 É facultado ao CONTRATANTE aplicar percentual de aumento inferior ao verificado através do cálculo das planilhas de custo.

5.4.5 É obrigação da CONTRATADA manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.5As notas fiscais deverão ser emitidas no mês em que ocorrer o fornecimento, pelo preço conforme constar na proposta e no consequente termo de contrato..

CLÁUSULA VI - QUANTO À CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 As despesas para cobertura e empenhamento dos serviços ora contratados correrão por conta do orçamento da Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO para o exercício de 2015.

CLÁUSULA VII - DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

7.1 A inexecução total ou parcial enseja sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei ou regulamento, de acordo com o art. 77, da Lei 8.666/93, e suas alterações

posteriores.

7.2 O presente contrato poderá, ainda, ser rescindido unilateralmente, amigavelmente ou judicialmente nos termos dos artigos 78, 79 e 80, da Lei 8.666/93, suas alterações posteriores, e conforme previsto no edital de licitação.

CLÁUSULA VIII - DAS PENALIDADES

8.1 Pelos motivos e condições previstos nos artigos 86 e 87 da Lei nº. 8.666/93, em virtude do descumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis, as penalidades em que a CONTRATADA estará sujeita, são as seguintes:

8.1.2 Advertência, para descumprimentos contratuais previstos no edital e neste contrato, ambos de natureza leve ou não reincidentes, a juízo da entidade Contratante;

8.1.3 Multa diária, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do fornecimento do "PEDIDO" em atraso na entrega, ainda que por razões de não aceitação ou cumprimento parcial, até o limite de atraso de 10 (dez) dias corridos, quando acarretará a rescisão automática, salvo se o Contratante, por interesse administrativo, decidir por concessão de novo prazo, sem prejuízo nas penalidades contratuais;

8.1.4 Multa de 10% (dez por cento) do valor total dos serviços contemplados à CONTRATADA, constantes do Contrato, no caso de rescisão sem justo motivo, nas hipóteses previstas nos incisos I a XI e XVIII do artigo 78, da Lei n. 8.666/1993;

8.1.5 Multas variáveis entre 0,01% (um centésimo por cento) a 0,08% (oito centésimos por cento) do valor do fornecimento do pedido ou termo contratual equivalente caso a CONTRATADA:

- a) Entregar os serviços fora das especificações exigidas e das normas legais;
- b) Desrespeitar quaisquer das demais obrigações contratuais, previstas nesta contratação e no edital licitatório de origem.

8.1.6 Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da contratação pela recusa da CONTRATADA em assinar o Termo de Contrato, quando cabível, ou retirar a autorização de fornecimento, dentro do prazo estabelecido;

8.1.6.1 Incide na mesma multa prevista no subitem anterior a CONTRATADA que estiver impedida de assinar o Termo de Contrato ou retirar a autorização de fornecimento pela não apresentação dos documentos devidamente atualizados, solicitados, deste contrato.

8.1.7 Multa de 15% (quinze por cento) sobre o valor do serviço a ser entregue, pela entrega em desconformidade com as condições desta contratação independentemente da obrigação de repô-lo.

8.2 A cobrança de multas será feita, mediante desconto do pagamento da(s) fatura(s), se for (em) apresentada(s) após a sua aplicação, ou ainda, cobrada diretamente da CONTRATADA, se a fatura for insuficiente.

8.3 No caso de cobrança de multa diretamente da CONTRATADA, esta deverá ser recolhida dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da correspondente notificação, garantida prévia defesa.

8.4 A incidência de multa poderá ser acumulada a outras penalidades e sua aplicação não impedirá que a entidade contratante, adote as medidas judiciais cabíveis.

8.5 As sanções de advertência, suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Associação e

declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública e seus órgãos da administração direta e indireta,

poderão ser aplicadas à licitantes ou contratadas, juntamente com as de multa prevista no contrato.

8.5.1 A aplicação de quaisquer destas sanções, será publicada no Diário oficial do Município.

8.6 A CONTRATADA poderá, ainda, sujeitar-se às sanções deste contrato caso:

8.6.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer dos tributos.

8.6.2 Tenha praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação.

8.6.3 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com o Município, em virtude de atos ilícitos praticados.

8.7. Poderá a CONTRATADA, a juízo do Contratante, responder por perdas e danos, independentemente das multas previstas no presente documento.

8.8 No caso de rescisão contratual, cessarão automaticamente todas as atividades relativas à Contratada.

8.9 Caso a Associação não utilize a prerrogativa de rescindir o Contrato, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8.10 A Contratada reconhece os direitos do CONTRATANTE nos casos de rescisão administrativa, previstas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93 e demais alterações, sem prejuízo nas prerrogativas e consequências previstas nos artigos 80 a 85 da mesma lei.

CLÁUSULA IX - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando suspensa à mesma, até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA X - DA PUBLICAÇÃO

10.1 O extrato do presente contrato será publicado na Imprensa Oficial do Município de Ouro - SC e no mural municipal de divulgações junto à Prefeitura.

CLÁUSULA XI - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

11.1 Este Contrato tem vigência a partir da sua assinatura até 31 de dezembro de 2015, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA XII - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

12.1 Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos pelo disposto no Art. 65 da Lei nº 8.666/93, sempre através do termo aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA XIII - DO FORO

13.1 Fica eleito o Foro da Comarca de Capinzal - SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Fica a CONTRATADA ciente que a assinatura deste termo de contrato implica a aceitação de todas as cláusulas e condições estabelecidas, não podendo invocar qualquer desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento desta

contratação e de seu edital de origem.

14.2 E assim, por estarem ambas as partes justas e contratadas, dando tudo por bom e valioso, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas que de tudo conhecimento tiveram.

Ouro - SC, ____ de ____ de 2014.

Testemunhas:

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

ANEXO III

MODELO DE TERMO DE CREDENCIAMENTO

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

À Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO

Credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, a participar da licitação instaurada pela Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO, na modalidade PREGÃO Nº 0001/2014, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, bem como formular propostas verbais, recorrer e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local, ____ de ____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

ANEXO IV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO TRABALHISTA DE PROTEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Ref.: PREGÃO Nº 0001/2014

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº. _____ e do CPF nº. _____, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().
(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

Local, ____ de ____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0001/2014
EDITAL DE PREGÃO Nº 0001/2014

ANEXO V

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO
INCISO VII DO ART. 4º DA LEI Nº 10.520/2002 (*)

(*) Este documento deverá ser preenchido e anexado ao Envelope nº 01 - PROPOSTA COMERCIAL (pelo lado externo).

Razão Social:
Endereço:
Município/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, DECLARA que cumpre plenamente os requisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº 0001/2014, instaurado pela Associação dos Acadêmicos do Ouro - AACO.

Local, ____ de ____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

Ouro Verde

PREFEITURA

EXTRATO ADITIVO

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE VIGÊNCIA AO ADITIVO II DE PRAZO AO CONTRATO Nº. 0115/2013

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE OURO VERDE/FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

CONTRATADO: PRECISA GESTÃO EM TECNOLOGIA E SERVIÇOS LTDA-ME

Objeto: Fornecimento de sistema de Gestão da Assistência Social, através de licença e locação de uso de software, bem como sua manutenção, serviços de implantação, capacitação de usuários e assistência técnica. Vigência de 01/12/2014 á 31/12/2014. Amparo legal Lei Federal nº. 8.666/93

Ouro Verde, 28 de novembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

PREGÃO 0076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE OURO VERDE

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 0076/2014

O Município de Ouro Verde, por intermédio da Prefeita Municipal, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial Objeto: Registro de Preço para aquisição de forma parcelada de gêneros alimentícios destinados à manutenção da merenda escolar da Escola Municipal Benvenuto Tacca, Creche Maria José de Meneze e para os benefícios eventuais e Projetos de Assistência Social, Peti, CRAS, Pro Jovem para exercício de 2015 do Município de Ouro Verde/ SC. Entrega dos Envelopes: Até as 08h30min dia 16 de dezembro de 2014. Credenciamento, sessão de lances e Habilitação: Às 08h35min dia 16 de dezembro de 2014. Obt. informações e Edital: Secretaria Geral de Administração - Setor de licit. Da Prefeitura Municipal de Ouro Verde-SC, na Rua João Maria Conrado, Centro nº. 425, ou pelo site www.ouroverde.sc.gov.br, fone (49) 3447-0007,

Ouro Verde (SC), 03 de dezembro de 2014.

Rosane Minetto Selig

Prefeita Municipal.

Palhoça

PREFEITURA

REPUBLICACAO TP 209-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº 209/2014

O Município de Palhoça torna público que fará realizar a Tomada de Preços nº 209/2014, no dia 19 de dezembro de 2014, às 14h-00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitações. A Tomada de Preços nº 209/2014 consiste na contratação de empresa especializada para elaboração do plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos para o Município de Palhoça (Lote 01) e elaboração do plano municipal de saneamento básico do Município de Palhoça (abastecimento de água, esgotamento sanitário e manejo de águas pluviais) (Lote 02), de acordo com as especificações contidas nos anexos. O edital, que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13h00min às 18h00min horas ou pelo site: www.palhoca.atende.net.

Palhoça, 02 de dezembro de 2014.

COMISSÃO DE LICITAÇÕES.

RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº219/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

RESULTADO

PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL 219/2014

A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO torna público para fins de intimação e conhecimento dos interessados, o resultado do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 219/2014, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto aquisição parcelada (diária) de combustíveis para abastecimento da frota da Prefeitura Municipal de Palhoça, através de Registro de Preços.

CLASSIFICAÇÃO DAS EMPRESAS:

LOTE 1 - AUTO POSTO PUEL LTDA foi vencedora, totalizando a importância de 1.369.888,37 (um milhão trezentos e sessenta e nove mil e oitocentos e oitenta e oito reais e trinta e sete centavos), utilizando do desconto oferecido na proposta de 1% (um por cento), sobre o preço médio semanal da tabela ANP para o Município de Palhoça.

Palhoça, 03 de Dezembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL**PUBLICAÇÃO DO CONTRATO 20/2014 - AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E INSTALAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CAMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELLI EPP.**

CONTRATO Nº 20/2014 - PARA AQUISIÇÃO DE AR CONDICIONADO E INSTALAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA DSM DISTRIBUIDORA DE MOVEIS E SUPRIMENTOS EIRELLI EPP.

Pelo presente instrumento reuniram-se nesta data na sala de reuniões da Coordenadoria de Licitações da Câmara Municipal de Palhoça as partes abaixo identificadas que ajustam estabelecer o presente contrato, cuja finalidade é a aquisição e instalação completa de equipamentos de ar-condicionado conforme descrito no termo de referencia do Edital e anexado ao contrato, todos novos e de primeiro uso, mediante as cláusulas e condições que se seguem, com perfeita observância dos termos contidos no artigo 15 da Lei nº 8.666/93 e demais normas contidas na referida Lei com suas alterações posteriores, na Lei nº10.520/2002, e subsidiariamente, no Decreto Federal nº 3.931/2001 alterado pelo Decreto 4.342/2002, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital de Pregão Presencial nº 16/2014, ÓRGÃO GERENCIADOR: Câmara Municipal de Palhoça -CMP, com sede na Rua Joci José Martins, nº 101, Residencial Pagani, Palhoça/SC, CEP 88132-282, fone/fax (48) 3242-1501, e-mail compras@cmp.sc.gov.br, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.813.675/0001-59, neste ato representado por seu Presidente Nirdo Artur Luz. CONTRATADA: DSM DISTRIBUIDORA DE MÓVEIS E SUPRIMENTOS EIRELLE -EPP. Endereço Rua: Bernardo Halfeld, 471, Nossa Senhora do Rosário - São José, Cep: 88110-695, CNPJ 12.371.228/0001-77, neste ato representado por Elder da Silva, CPF 034.127.079-29 - Administrador

**CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO**

1.1.O presente contrato tem por objeto a aquisição de 07 (sete) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT ciclo quente e frio, 12.000 btu/h e instalação completa com acabamento em diversas repartições da CMP, através do Pregão firmado com a licitante supramencionada, devidamente quantificados e especificados no LOTE ÚNICO - Anexo I do Edital de Pregão Presencial 16/2014 e na proposta pela mesma apresentada, conforme segue:

	LOTE ÚNICO/ ITEM X	MARCA	QTDE	VALOR TOTAL R\$
01	Valor Total dos equipamentos e Mão de Obra para instalação.	Elgin SSQA 12.000 btu/h	07(sete)	R\$ 17.422,00

1.2. O valor total do contrato é aquele que consta na proposta de preços apresentada pela CONTRATADA, sendo R\$ 17.422,00 (dezesete mil quatrocentos e vinte dois reais), fixo e irrevogável, incluso todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza.

1.3. A existência dos preços registrados não obriga a CMP firmar as contratações que deles poderão advir, sendo que as aquisições, independentemente de item, obedecerão à conveniência e às necessidades da CMP, facultando-lhe a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Pregão preferência em igualdade de condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA
DA VALIDADE**

2.1. O presente contrato terá vigência de no mínimo um ano para

os aparelhos de ar-condicionado e também para a mão de obra empregada (devendo prevalecer a garantia do fabricante se for maior), cujo prazo será contado do recebimento definitivo do objeto e de acordo com as demais condições previstas neste Edital, contando a partir da data da sua assinatura, podendo ser aditada na forma da Lei.

2.1.1. Poderá excepcionalmente ser admitida a prorrogação da vigência do contrato, nos termos do § 2º do art. 4º do Decreto nº 3.931/2001, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa.

2.1.2. O presente contrato poderá sofrer alterações obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, com as devidas justificativas, as quais serão procedidas mediante Termo Aditivo ou Apostila, que farão parte da mesma como se nela estivessem transcritos.

CLÁUSULA TERCEIRA**DA RESPONSABILIDADE DA LICITATE REGISTRADA**

3.1. Será de responsabilidade da CONTRATADA o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da lei, relacionadas com o cumprimento do Edital e com as obrigações assumidas.

3.1.1. Dentro do prazo de vigência do presente contrato, a CONTRATADA estará obrigada ao fornecimento do material e ou à prestação de serviços, obedecidas as condições do ANEXO I ou da requisição de fornecimento do Pedido de Compra (Autorização de Fornecimento), conforme previsão do Edital.

3.1.2. A CONTRATADA se obriga a manter durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas no Edital como condição para o fornecimento dos materiais/serviços, comprometendo-se a apresentar, devidamente atualizados, os seguintes comprovantes:

- Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Fornecedor, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto à Dívida Ativa - ou outras equivalentes na forma da Lei - expedidas em cada esfera de governo pelo órgão competente;
- Prova de regularidade perante o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, mediante apresentação do CRS - Certificado de Regularidade de Situação, fornecido pela Caixa Econômica Federal.
- Certidão Negativa de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93).
- Atestado de responsabilidade técnica (ART) do profissional da empresa
- Certidão de registro/visto Profissional junto ao CREA-SC.

3.1.3. Caso a CONTRATADA não apresente situação regular no ato da assinatura do contrato ou documento equivalente (de requisição de fornecimento), serão convocadas as demais licitantes registradas para celebrá-lo, observada a ordem de classificação.

3.1.4. São de responsabilidade da empresa vencedora todos os reparos de ordem civil, tais como recuperação de alvenaria, pintura, gesso e todos os acabamentos que forem necessários.

CLÁUSULA QUARTA**DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**

4.1. Este contrato poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, admitindo-se a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

4.2. O preço lançado poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado ou da elevação do custo dos materiais registrados.

4.3. Os preços lançados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do lance.

4.4. A CMP promoverá ampla pesquisa no mercado de forma a comprovar que os preços lançados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição e/ou publicação periódica no Site da CMP.

4.5. Quando o preço inicialmente lançado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a CMP convocará a CONTRATADA visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

4.6. Frustrada a negociação com a CONTRATADA, esta será liberado do compromisso assumido. Nesta hipótese a CMP convocará as demais licitantes visando a iguais oportunidades de negociação.

4.7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços lançados e a CONTRATADA, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a CMP poderá:

4.7.1. Liberar a CONTRATADA do compromisso assumido sem aplicação de penalidade se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento, neste caso, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

4.7.2. Convocar as demais licitantes visando a iguais oportunidades de negociação;

4.8. Não havendo êxito nas negociações, a CMP procederá à revogação do Contrato, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

CLÁUSULA QUINTA DO FORNECIMENTO

5.1. O fornecimento do produto e a prestação do serviço cujo preço estão registrado será solicitado mediante a apresentação do Pedido de Compra/Autorização de Fornecimento correspondente.

5.1.1. A contratação decorrente deste contrato será formalizada pela emissão de Nota de Empenho de Despesa e a competente Autorização de Fornecimento, a qual deverá ser assinada e retirada pela CONTRATADA no prazo máximo de dois dias úteis a contar da comunicação da CMP.

5.1.3. Quando a solicitação de fornecimento for enviada via fax ou e-mail, a CONTRATADA deverá acusar o recebimento no mesmo dia.

5.1.4. Com a retirada da Nota de Empenho e Autorização de Serviço/Material estará caracterizada o compromisso de entrega dos equipamentos/material.

5.1.5. A CMP somente irá referenciar o ponto da rede elétrica (quadro de disjuntores) onde os equipamentos serão ligados, sendo de responsabilidade da CONTRATADA entregar os equipamentos instalados e em perfeito estado de funcionamento.

5.1.6. Caberá a CONTRATADA o fornecimento e instalação dos condicionadores de ar no local previsto pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

5.1.7. A CONTRATADA deverá fixar as unidades condensadoras e evaporadoras (suportes, parafusos, etc.), sendo que para isso deverá, quando necessário, retirar o equipamento existente, fechando todos os vãos necessários conforme materiais empregados no local, e guardar em local determinado pela Coordenadoria de Licitações e Contratos.

5.1.8. A CONTRATADA deverá fazer a limpeza e teste de vazamentos com pressurização das linhas de cobre com nitrogênio.

5.1.9. Toda interligação frigorígena entre as unidades evaporadoras e condensadoras, compreendendo os tubos de cobre e isolamento térmico em polietileno, expandido blindado 10 metros, a instalação de sifão na linha frigorígena de sucção a cada 4 metros de desnível, bem como toda interligação elétrica entre as unidades evaporadoras e condensadoras (eletroduto corrugado e fiação elétrica flexível), deverão estar em perfeito estado de acabamento

e funcionamento.

5.1.10. A CONTRATADA deverá executar a complementação de gás refrigerante (R-22) 40 g/m linear conforme tabela do fabricante, bem como do óleo para o sistema de refrigeração.

5.1.11. A execução dos serviços deverá ser realizada por pessoal treinado e capacitado para tal.

5.1.12. A CONTRATADA deverá executar todos os drenos necessários para água, com ralo sanfonado junto às unidades evaporadoras.

5.1.13. Todos os equipamentos deverão ser entregues nos locais designados pelos técnicos da Coordenadoria de Licitações e Contratos, instalados, testados e deixados em pleno funcionamento, com todos os acabamentos necessários sem qualquer tipo de ônus para a CMP.

CLÁUSULA SEXTA DA GARANTIA

6.1. A garantia a ser fornecida é de no mínimo um ano para os aparelhos de ar- condicionado e também para a mão de obra empregada (devendo prevalecer a garantia do fabricante se for maior), que será contado do recebimento definitivo do objeto e de acordo com as demais condições previstas no Edital.

6.2. Durante o prazo de garantia a CONTRATADA prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos/materiais através de manutenção corretiva, sem ônus para a CMP.

6.3. Entende-se por manutenção corretiva a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos e materiais em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de peças, ajustes e reparos necessários, de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para o equipamento/material.

6.4. A manutenção corretiva será realizada em dias úteis no horário compreendido entre 7 e 8h, mediante requisição da CMP.

6.5. O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de três horas, contadas a partir da solicitação efetuada pela CMP, sob pena de multa.

6.6. Entende-se por início do atendimento a hora de chegada do técnico ao local onde está instalado o equipamento/material.

6.7. O término do reparo dos equipamentos e dos materiais não poderá ultrapassar o prazo de 24 horas contadas a partir do início do atendimento.

6.7.1. Havendo necessidade de estender o prazo do reparo previsto, a CONTRATADA substituirá o equipamento/material por um de sua propriedade, com características idênticas ou superiores ao objeto ofertado;

6.8. Entende-se por término de reparo do equipamento/material a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado.

CLÁUSULA SÉTIMA DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento à CONTRATADA será correspondente à quantidade dos materiais/serviços fornecidos e será creditado no quinto dia útil contado a partir da apresentação da nota fiscal, devidamente conferida e aceita pela CMP, sendo que no primeiro mês o pagamento será proporcional a data da assinatura do contrato, e será realizado através de crédito em conta corrente informada pela mesma.

7.1.1. Caso constatada alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas à CONTRATADA, devidamente acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

7.1.2. Por ocasião do pagamento serão retidos na fonte os eventuais tributos e contribuições.

7.1.3. A CONTRATADA deverá destacar no documento de cobrança as alíquotas e respectivos valores dos impostos e contribuições a serem retidos.

7.1.4. - A CMP pagará para a CONTRATADA o preço do objeto solicitado, especificado na proposta, multiplicado pela quantidade constante da solicitação de fornecimento/serviço.

CLÁUSULA OITAVA DA ENTREGA

8.1. A entrega do objeto ocorrerá no local, no endereço e horário previstos no respectivo Edital no item 9 - Prazo e Entrega do Objeto.

8.2. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA as despesas com embalagem, seguro e transporte do material até o local de entrega.

8.3. Por ocasião da entrega, caso seja detectado que os produtos não atendem às especificações constantes do ANEXO I do Edital que precedeu a formalização do contrato, poderá a CMP rejeitá-los, integralmente ou em parte, obrigando-se a providenciar a substituição do material não aceitos no prazo de até 72 horas.

CLÁUSULA NONA DO INADIMPLEMENTO

9.1. O inadimplemento de qualquer item do Edital, da Proposta, do Pedido de Compra e do contrato, ensejará, a critério da CMP, o cancelamento do contrato da CONTRATADA, sujeitando-a as penalidades previstas neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS SANÇÕES

10.1. As seguintes sanções, previstas no artigo 87 da Lei nº 8.666/93, poderão ser aplicadas à CONTRATADA, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CMP;

- a) advertência e anotação restritiva no Cadastro de Fornecedores;
- b) multa de 10% (dez por cento) sobre o montante requisitado, em caso de inexecução total ou parcial do Contrato;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CMP pelo período de até 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.2. O atraso na entrega do objeto ou dos serviços sujeitará a CONTRATADA ao pagamento de multa correspondente a 1% (um por cento) do valor da pendência, por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento) do valor devido, sem prejuízo das demais sanções previstas no contrato ou no Edital que precedeu a elaboração deste instrumento de compromisso.

10.3. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não tendo caráter compensatório, e a respectiva cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA

11.1. A suspensão temporária poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) recusa injustificada em retirar o Pedido de Compra ou documento equivalente dentro do prazo estabelecido pela CMP;
- c) reincidência de descumprimento das obrigações assumidas no contrato acarretando prejuízos à CMP, especialmente aquelas relativas às características dos bens, qualidade, quantidade, prazo ou recusa de fornecimento ou entrega, ressalvados os casos fortuitos ou de força maior, devidamente justificados e comprovados;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que acarretem prejuízo à CMP, ensejando frustração do Pregão ou impedindo a realização de ato administrativo por parte da CMP;
- f) ações com intuito de tumultuar licitações ou prejudicar a execução do Pregão;
- g) prática de atos ilícitos, demonstrando não possuir idoneidade para licitar e contratar com a CMP.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DO CANCELAMENTO

12.1. A inexecução total ou parcial do Pregão enseja seu cancelamento com as consequências contratuais e as previstas em lei.

12.2. Constituem motivos de cancelamento do Pregão, formalmente motivados nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa:

- a) o descumprimento total ou parcial por parte da CONTRATADA de quaisquer das obrigações/responsabilidades previstas no Pregão;
- b) a dissolução da sociedade;
- c) quando a CONTRATADA não retirar o Pedido de Compra no prazo estabelecido e a CMP não aceitar sua justificativa;
- d) quando os preços lançados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela CMP;
- f) demais motivos especificados no art. 78, da Lei nº 8.666/93.

12.3. Havendo o cancelamento do Pregão cessarão todas as atividades da CONTRATADA relativamente ao objeto do respectivo contrato.

12.4. Caso a CMP não se utilize da prerrogativa de rescindir este Contrato, poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas até que a CONTRATADA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Palhoça (SC) com a renúncia de qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir eventuais questões oriundas do presente Contrato.

13.2. E, por estarem justos e acordes, assinam as partes o presente Contrato.

Palhoça, 01 de dezembro de 2014.

Contratante	Contratada
Vereador	Representante Legal
Presidente Nirdo Artur Luz	Elder da Silva - Administrador

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

PREGÃO Nº 16/2014 - TERMO DE REFERÊNCIA

A presente licitação tem como objeto a aquisição de 07 (sete) aparelhos de ar condicionado tipo MINI SPLIT, 12.000 btu/h, ciclo quente e frio, e instalação completa com capas e acabamento em diversas repartições da CMP, incluindo acabamento, conforme descrição e especificações, a saber:

LOTE ÚNICO			
ITEM	UND	QTD	ESPECIFICAÇÃO
01	SV	201	Mão de obra para instalação completa com capas e acabamento de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 9.000 Btu/h e 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, retirada do ar de janela, instalação ponto de energia com tomada sobrepor, fixação da tampa acabamento ar janela e fixação da caixa fibra da condensadora externa.
02	UN	007	Aparelho de ar condicionado tipo MINI SPLIT, capacidade mínima de 12.000 Btu/h, ciclo quente e frio, tensão 220V, monofásico, comando em controle remoto sem fio, compressor rotativo, consumo "A" de energia, cor branca.
03	UN	007	Capa externa para condicionador de ar Mini Split 12.000 BTU/h.

OBSERVAÇÕES:

- a) O valor dos serviços deverá ser global, incluindo mão de obra, peças e equipamentos necessários à realização dos serviços.
- b) A CMP somente irá referenciar o ponto da rede elétrica (quadro de disjuntores) onde os equipamentos serão ligados, sendo de responsabilidade da licitante contratada entregar os equipamentos instalados e em perfeito estado de funcionamento.
- c) Todo dano causado a área da Câmara Municipal de Palhoça será de responsabilidade da empresa vencedora.
- d) Fornecimento e instalação dos condicionadores de ar no local previsto;
- e) A empresa deverá fixar as unidades condensadoras e evaporadoras (suportes, parafusos, etc.);
- f) A empresa deverá fazer a limpeza e teste de vazamentos com pressurização das linhas de cobre com nitrogênio;
- g) Toda interligação frigorígena entre as unidades evaporadoras e condensadoras - tubos de cobre e isolamento térmico em polietileno expandido blindado 10 metros, a instalação de sifão na linha frigorígena de sucção a cada 04 metros de desnível, bem como toda interligação elétrica entre as unidades evaporadoras e condensadoras (eletroduto corrugado e fiação elétrica flexível), deverão estar em perfeito estado de acabamento e funcionamento.
- h) A empresa deverá executar a complementação de gás refrigerante (R-22) 40 g/m linear conforme tabela do fabricante, bem como do óleo para o sistema de refrigeração conforme tabela do fabricante.
- i) A execução dos serviços deverá ser realizada por pessoal treinado e capacitado para tal, com supervisão de engenheiro responsável.
- j) A empresa deverá executar todos os drenos necessários para água, com ralo sanfonado junto às unidades evaporadoras.
- k) É de responsabilidade da licitante contratada todos os reparos de ordem civil, tais como recuperação de alvenaria, pintura, gesso, todos os acabamentos que forem necessários.
- l) Especificar o prazo de execução dos serviços;
- m) Conferir serviços e medidas no local;
- n) As dúvidas técnicas serão esclarecidas pela Coordenadoria de Licitações da CMP, fone (48) 3242-1501;

Palhoça, 01 de dezembro de 2014.	Representante Legal
Vereador	
Presidente Nirdo Artur Luz	Elder da Silva - Administrador

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 17/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA LUIZ FERNANDO SEBOLD ME..

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 17/2014, CELEBRADO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA E A EMPRESA LUIZ FERNANDO SEBOLD ME.

Pelo instrumento de Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 17/2014, que entre si celebram, a CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o 75.813.675/0001-59, com sede na Rua Joci José Martins, 101 - Loteamento Parque Residencial Pagani - Passa Vinte - Palhoça/SC - CEP 88.132-282, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Nirdo Artur Luz, doravante denominada CMP ou CONTRATANTE, e de outro lado a EMPRESA LUIZ FERNANDO SEBOLD ME, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.196.745/0001-42, com sede na Rua João José Lopes da Silva, 61, loja 02, Forquilha, São José/SC, CEP 88.106-540, neste ato representada pelo Senhor, LUIZ FERNANDO SEBOLD, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.430.088-3 SSP/SC e inscrita no CPF sob nº 051.400.039-29, doravante designada CONTRATADA, em decorrência ao Contrato n. 17/2014,

resolvem celebrar o presente Primeiro Termo Aditivo ao Contrato acima citado, firmado em 28/07/2014, tem justo e convencionado a seguinte mudança contratual:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Primeiro termo Aditivo para aquisição de Copo para Água de 180 ml, para Câmara Municipal de Palhoça.

CLÁUSULA SEGUNDA: O presente termo aditivo passa a fazer parte integrante do Contrato nº 16/2014, o valor total deste Termo Aditivo é de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais) da CONTRATANTE, o que representa o acréscimo de 24.65% do quantitativo inicial.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas pactuadas no contrato permanecem inalteradas.

E, por assim estarem acordes, assinam as partes o presente Termo Aditivo, em 03 (três) vias de igual teor e forma.

Palhoça, 27 de novembro de 2014.

CÂMARA MUNICIPAL DE PALHOÇA EMPRESA LUIZ FERNANDO SEBOLD ME

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Nome: Nome:
CPF: CPF:

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DE PALHOÇA - IPPA

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO ELEIÇÕES/2014 IPPA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO DAS ELEIÇÕES IPPA/2014

A Comissão Eleitoral, representada por seu presidente, vem pelo presente, de acordo com Decreto 1.155/2010, informar a todos os segurados do IPPA, que foi homologado o resultado das Eleições IPPA/2014.

CONSELHO FISCAL CONSELHO ADMINISTRATIVO

1. OSVALDO RAMOS MACIEL
1. RODRIGO TENFEN LEGAT
2. CLEIDE Mª DE SOUZA DE CAMPOS
2. DIONI LIBERATO
3. FABRICIO WEINGARTNER
3. ADENIR ATANILIO WAGNER
4. SANDRA IRACEMA ALVES
4. JOSÉ DA SILVA MATTOS
5. OSMAR JOSÉ DE SOUZA
5. PAULO JOÃO COELHO
6. ESTEFANO HUGO BROERING NETO
6. THIAGO PEDRO DA ROSA
7. JOÃO ANTONIO BARTUCHESKI

Palhoça, 03 de dezembro de 2014.

LUIZ FILIPE CASCAES
Presidente da Comissão Eleitoral

EXTRATO DE TERMO ADITIVO 004/2014

EXTRATO TERMO ADITIVO Nº 004/2014

1º termo aditivo ao contrato de prestação de serviços Nº 006/2013
PARTES: Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos
De Palhoça - IPPA e Metropolitana Viagens Turismo Ltda ME.

OBJETO: Prorrogação do prazo contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste do Contrato de Prestação de Serviços nº 006/2013.
VIGÊNCIA CONTRATUAL: 20/11/2014 a 20/11/2015.

VALOR FIXO TAXA AÉREA: R\$ 45,19 (quarenta e cinco reais e dezenove centavos)

VALOR FIXO TAXA RODOVIÁRIA: R\$ 10,10 (dez reais e dez centavos)

VALOR ESTIMADO DO CONTRATO: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)
DATA: 19/11/2014

Milton Luiz Espíndola
Presidente do IPPA.

Papanduva**PREFEITURA****DECRETO Nº 2478, DE 18.11.2014 - DECLARA RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS**

DECRETO Nº 2478, DE 18.11.2014.

DECLARA RECESSO NAS REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS E CONCEDE FÉRIAS COLETIVAS, CONFORME ESPECIFICA.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, conferidas pelo inciso VI do Artigo 59, da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA

Art. 1º. Fica Declarado Recesso nas Repartições Públicas Municipais, o período de 22.12.2014 a 02.01.2015, conforme abaixo discriminado:

I - Centro Administrativo/Edifício da Municipalidade: Secretarias da Administração, Educação, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, Gabinete do Prefeito e SINE;

II - Departamentos Externos: Biblioteca, Atendimento Previdenciário, Telecentros, Junta de Serviço Militar e IPREPAV;

III - Secretaria da Assistência Social;

IV - Secretarias, Autarquias e Departamentos com Sobreaviso e Plantão Infraestrutura - (3653-2299), SAMAE - (9186-6384), Conselho Tutelar - (8845-6227), Agricultura - (8844-2521, 9177-9411, 9258-4326), CRAS - (8882-7982) e Defesa Civil - (8880-2340).

Art. 2º. No mesmo período mencionado no Art. 1º, fica determinado sistema de Sobreaviso entre os Servidores, cuja escala será determinada pelo(a) gestor(a) da pasta:

I - Policlínica Municipal, CAPS e Vigilância Sanitária.

§ 1º. O ESF - SUS Central atenderá normalmente nos dias 22, 23, 29 e 30 de dezembro, conforme escala.

§ 2º. Os demais ESFs estarão fechados.

§ 3º. Durante os dias em que o ESF - SUS Central estiver fechado, os atendimentos de urgência e emergência serão realizados no Pronto Atendimento do Hospital e Maternidade São Sebastião.

Art. 3º. Ficam concedidas Férias Coletivas entre os dias 05 a 19.01.2015, conforme abaixo discriminado:

I - Centro Administrativo/Edifício da Municipalidade: Secretarias da Administração, Educação, Fazenda e Desenvolvimento Econômico, Gabinete do Prefeito e SINE;

II - Departamentos Externos: Biblioteca, Atendimento Previdenciário, Telecentros, Junta de Serviço Militar e IPREPAV;

III - Secretaria da Assistência Social;

IV - Secretarias, Autarquias e Departamentos com Sobreaviso, Plantão ou Revezamento: Infraestrutura - (3653-2299), Agricultura - (8844-2521, 9177-9411, 9258-4326), Defesa Civil - (8880-2340).

Parágrafo único. Os Departamentos, Autarquias e Secretarias não mencionadas neste artigo terão o expediente normal.

Art. 4º. Os servidores ocupantes dos cargos de Vigia não entrarão nas determinações constantes nos artigos 1º, 2º e 3º deste Decreto.

Art. 5º. Em caso de necessidade, os Servidores Municipais poderão ser convocados para cumprir expediente normal.

Parágrafo único. Os servidores que cumprirem escalas de sobrea-visto, plantões, sistema de revezamento ou que forem convocados para cumprirem expediente no período do recesso e férias coletivas, deverão relacionar os dias e horários em documento próprio, assinado pelo(a) Secretário(a) da pasta e/ou Presidente da Autarquia, devendo repassar ao Departamento de Recursos Humanos para os procedimentos cabíveis.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 18 de novembro de 2014.

Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2479, DE 24.11.2014 - APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL DE HORLEY MARON

DECRETO Nº 2479, DE 24.11.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE HORLEY MARON.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de HORLEY MARON, com a área total de 7.477,88m² (sete mil quatrocentos e setenta e sete metros e oitenta e oito décimos quadrados), localizado no lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, esquina com o lado par da Rua TENENTE ERNESTO GREINERT, com base no Ponto OPP, Área "C", neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 8.829 - no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 08(oito) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "C1" - 4.011,89m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, distante 38,58 metros da esquina com o lado par da Rua TENENTE ERNESTO GREINERT, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Edificado uma estufa em alvenaria medindo 45,00m²;
Edificado um escritório de alvenaria medindo 48,00m²;
Edificado um barracão de madeira, coberto com zinco medindo 900,00m²;
Edificado um galpão para depósito, pré-fabricado, medindo 179,65m²;

Frente:- 53,24 metros com o Município pela Rua 13 DE MAIO, Lado Ímpar;
Fundos:- 46,18 metros com o Município pela Rua NARCISO GUEBERT, Lado Par;
Lado Direito:- 54,44 metros e 2,82 metros com o Lote "C7" Desmembrado; 24,86 metros com o Lote de HILTON MARON, Matrícula

nº 2.655-Papanduva/SC;

Lado Esquerdo:- 20,08 metros com o Lote de SOLANGE MARON, Matrícula 7.710-Papanduva/SC; 11,00 metros com o Lote "C2" Desmembrado; 11,00 metros com o Lote "C3" Desmembrado, 11,00 metros com o Lote "C4" Desmembrado; 11,00 metros com o Lote "C5" Desmembrado; 16,05 metros com o Lote "C6" Desmembrado;

Descrição do Lote "C2" - 295,66m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, distante 25,16 metros da esquina com o lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 11,00 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, Lado Ímpar;

Fundos:- 11,00 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 14,58 metros com o Lote de ALDONI DONIZETE MARON, Matrícula nº 7.709-Papanduva/SC; 12,30 metros com o Lote de SOLANGE MARON, Matrícula nº 7.710-Papanduva/SC;
Lado Esquerdo:- 26,88 metros com o Lote "C3" Desmembrado.

Descrição do Lote "C3" - 295,66m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, distante 36,16 metros da esquina com o lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 11,00 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, Lado Ímpar;

Fundos:- 11,00 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 26,88 metros com o Lote "C2" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 26,88 metros com o Lote "C4" Desmembrado.

Descrição do Lote "C4" - 295,66m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, distante 47,16 metros da esquina com o lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 11,00 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, Lado Ímpar;

Fundos:- 11,00 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 26,88 metros com o Lote "C3" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 26,88 metros com o Lote "C5" Desmembrado.

Descrição do Lote "C5" - 295,66m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, distante 11,20 metros da esquina com o lado par da Rua NARCISO GUEBERT, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 11,00 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE

NEREU RAMOS, Lado Ímpar;
Fundos:- 11,00 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 26,88 metros com o Lote "C4" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 26,88 metros com o Lote "C6" Desmembrado.

Descrição do Lote "C6" - 366,03m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, esquina com o lado par da Rua NARCISO GUEBERT, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 11,20 metros com o Município pela Rua PRESIDENTE NEREU RAMOS, Lado Ímpar;
Fundos:- 16,05 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 26,88 metros com o Lote "C5" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 27,38 metros com o Município pela Rua NARCISO GUEBERT, Lado Par.
Descrição do Lote "C7" - 1.024,25m²

Localização: O imóvel está situado no lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, distante 19,29 metros da esquina com o lado par da Rua TENENTE ERNESTO GREINERT, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Edificado uma casa residencial mista medindo 192,00m²;
Edificado uma casa de madeira medindo 42,00m²;

Frente:- 19,29 metros com o Município pela Rua 13 DE MAIO, Lado Ímpar;
Fundos:- 15,53 metros com o Lote de HILTON MARON, Matrícula nº 2.655-Papanduva/SC; 2,82 metros com o Lote "C1" Desmembrado;
Lado Direito:- 35,48 metros com o Lote "C8" Desmembrado; 18,93 metros com o Lote de AMARILDO HERBST, Matrícula nº 7.512-Papanduva/SC;
Lado Esquerdo:- 54,44 metros com o Lote "C1" Desmembrado.

Descrição do Lote "C8" - 893,07m²

Localização: O imóvel está situado no lado par da Rua TENENTE ERNESTO GREINERT esquina com o lado ímpar da Rua 13 DE MAIO, com base no Ponto OPP, conforme o croqui anexo.

Confrontações: descrito para quem está dentro do imóvel olhando a rua.

Frente:- 37,38 metros com o Município pela Rua TENENTE ERNESTO GREINERT, Lado Par;
Fundos:- 35,48 metros com o Lote "C7" Desmembrado;
Lado Direito:- 31,09 metros com o Lote de AMARILDO HERBST, Matrícula nº 7.512-Papanduva/SC;
Lado Esquerdo:- 19,29 metros com o Município pela Rua 13 DE MAIO, Lado Ímpar.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Papanduva, 24 de novembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira
Procurador Jurídico

Nicolau Zaranski
Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2480, DE 24.11.2014 - NOMEIA MEMBROS CONSELHO DA CIDADE

DECRETO Nº 2480, DE 24.11.2014.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS TITULARES E SUPLENTE PARA INTEGRAREM O CONSELHO MUNICIPAL DA CIDADE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DARIO SCHICOVSKI, PREFEITO MUNICIPAL DE PAPANDUVA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo, conferidas pelo inciso VI do Artigo 59, da Lei Orgânica Municipal; e Considerando as disposições legais contidas na Lei Complementar nº 020, de 10 de outubro de 2006, especialmente em seu Art. 268 e seguintes;
Considerando que o Conselho Municipal da Cidade é um órgão consultivo e deliberativo, com representação pública e civil;
Considerando a necessidade da nomeação dos representantes do Poder Público e da Sociedade Civil,

DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados, nos termos do Art. 269 e seguintes da Lei Complementar nº 020, de 10 de outubro de 2006, para comporem o Conselho Municipal da Cidade - CMC, na condição de membros Titulares e Suplentes, os seguintes cidadãos:

I - Representantes do Governo Municipal:

Titulares: Adeniz Humenhuka, Aline Maria Schadeck, Alisson Saul Wunsche, Arildo Fernandes Dias, Claucia Satie Komakome, Erli Edivina Wunsche Bacellar, Fábio José Padilha, Ilário Schulka, Luiz Sérgio Soares Ribas de Souza, Nicolau Zaranski, Octávio Wunsche e Sidnei Zieskowski.

Suplentes: Elicir Bernadete Schicovski, Marli dos Santos da Cunha Ramos, Otavio Hunka, Valdeci Becker, Sonia Teresinha Mendes Novak, Marcia Zenf, Jeane Ribeiro do Nascimento Veiga, Ricardo Zenfe, Roberto Marciniak Filho, Vilmar Alves, Agnaldo Alaor de Paula e Alberto Zanghelini.

II - Representantes da sociedade civil e respectivos suplentes, assim distribuídos:

a) Representantes do setor empresarial:

Titulares: Roger Petschow, Regina Schadeck e Adilson Romanio
Suplente: Adriano Kuiaski, Eunice de Lucca e Eloir Bosse

b) Representantes dos trabalhadores:

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titulares: Ivani Fernandes dos Santos, Denise Fernandes dos Santos Drozdek e Cléa Pereira da Rocha.
Suplentes: Vânia Aparecida Gmach, Lucia Moreto Jientara e Davi Maier

III - Representantes eleitos nas localidades de planejamento, conforme abaixo, divididos na seguinte forma:

a) Arroio Fundo, Arroio Grande, Palmito, Campina Jungles e Rio da Ponte:

Titular: Josiane Correa
Suplente: Juarez Riboski

b) Carijos, Floresta 1 e Floresta 2:
Titular: Valdir Rudnick
Suplente: Darci Becker

c) Passo Feliz, Queimados e São Cristóvão:
Titular: Girseliano Moreira
Suplente: Osni Krauss

d) Centro, Hospital, Rondinha, Industrial, Santa Mônica e Lagoa Seca:
Titular: Bernadete Wiliczinski
Suplente: Djana Paula Mathioski

e) São Tomaz e Salto Itajaí:
Titular: Marina Gula
Suplente: Ozia Kosmala

f) Iraceminha, Rodeiozinho, Rio do Engano, Guarani, Rio da Veda:
Titular: Jeferson Chupel
Suplente: Gilberto Chupel

g) Coqueiro, Pratinha, Gramados, Pinhal e Lajeado dos Grein:
Titular: Acir Granemann
Suplente: Sérgio Viana

h) Nova Cultura, São João do Mirador, Rio Bonito; Rio das Pedras e Rio Seco:
Titular: Glaucio Chagas
Suplente: Edson Melo

Art. 2º. O serviço do mandato dos Conselheiros de que trata este Decreto é considerado relevante e não será remunerado.

Art. 3º. O Conselho Municipal da Cidade - CMC de Papanduva deverá atender o disposto na Lei Complementar nº 020, de 10 de outubro de 2006.

Município de Papanduva, 24 de novembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta prefeitura municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

DECRETO Nº 2481, DE 25.11.2014 - APROVA SUBDIVISÃO DE JANICE ALVES LOPES BUENO

DECRETO Nº 2481, DE 25.11.2014.

APROVA SUBDIVISÃO DE IMÓVEL URBANO DE PROPRIEDADE DE JANICE ALVES LOPES BUENO e outra.

O Prefeito Municipal de Papanduva, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Artigo 59, Inciso VI, combinado com o Inciso XX da Lei Orgânica Municipal, e ainda o disposto na Lei Federal nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979,

DECRETA

Art. 1º. O imóvel urbano de propriedade de JANICE ALVES LOPES BUENO e OUTRA, com a área total de 800,00 (oitocentos metros

quadrados), localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 60,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, Lote 19, neste Município de Papanduva/SC - devidamente registrado sob a matrícula nº 1.436, no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca de Papanduva/SC, passa a subdividir-se em 02(duas) Áreas, sendo:

Descrição do Lote "19-A" - 400,00m²
Jucelem Alves Lopes

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 60,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado ímpar;
Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 6.968-Papanduva/SC de NATALIO FERNANDES D ANHAIA e outro, Lote 17;
Lado Direito:- 40,00 metros com o Lote "19-B" Desmembrado;
Lado Esquerdo:- 25,00 metros com a Matrícula nº 7.891-Papanduva/SC de ROSELI REVA, Lote 18-B; e 15,00 metros com a Matrícula nº 7.890-Papanduva/SC de LUIS CARLOS KRAJEVSKI, Lote 18-A.

Descrição do Lote "19-B" - 400,00m²
Janice Alves Lopes Bueno

Localização: O imóvel está localizado no lado ímpar da Rua Rufino Mendes de Souza, distante 70,50 metros da esquina com o lado ímpar da Rua Capitão Estevão Furtado, com base no Ponto OPP, do Loteamento Paulino Furtado de Mello.

Frente:- 10,00 metros com o Município pela Rua RUFINO MENDES DE SOUZA, lado ímpar;
Fundos:- 10,00 metros com a Matrícula nº 6.968-Papanduva/SC de NATALIO FERNANDES D ANHAIA e outro, Lote 17;
Lado Direito:- 40,00 metros com a Matrícula nº 7.022-Itaiópolis/SC, de CARLOS JOSÉ CARVALHO, Lote 22;
Lado Esquerdo:- 40,00 metros com o Lote "19-A" Desmembrado.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial o DECRETO Nº 2477, DE 14.11.2014.

Município de Papanduva, 25 de novembro de 2014.
Dario Schicovski
Prefeito Municipal

De acordo:

Orlando Marcelo Vieira Nicolau Zaranski
Procurador Jurídico Diretor Dpto. Tributação

Este Decreto foi registrado na Secretaria da Administração e publicado no átrio - mural de publicações desta Prefeitura Municipal, na mesma data supra.

Fábio José Padilha
Secretário da Administração

Paulo Lopes

PREFEITURA

PORTARIA N° 417/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 417/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

AMPLIAR LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, Marly Barbosa de Moraes Marques, brasileira, portadora do CPF nº 744.176.309-68, matrícula nº 97, ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, até 31/01/2015, conforme benefício nº 6037974067 em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 01 de Dezembro de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Penha

PREFEITURA

CONTRATO 185/2014 - PMP

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 185/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório 97/2014 PMP - Tomada de Preço
15/2014 PMP

CONTRATADA: VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO VIBRADO
LTDA - EPP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação com lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização da Rua Joaquim Ludgero Vieira, Centro, totalizando 2.400m² de área a pavimentar, em estrita observância aos memoriais, projetos e cronograma em anexo.

VALOR TOTAL: R\$ 230. 227,05 (duzentos e trinta mil e duzentos e vinte e sete reais e cinco centavos).

VIGÊNCIA: 05/05/2015.

Penha, 05 de novembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO 189/2014 PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 189/2014 PMP

AO CONTRATO N° 98/2014 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 49/2014 - PMP, modalidade
Convite nº 12/2014 - PMP.

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para urbanização da praça de Santa Lídia.

Pelo presente instrumento de 2º Termo aditivo nº 189/2014 PMP, ao Contrato Administrativo nº 98/2014 PMP, para Execução de Obra e/ou Serviço Público, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, na Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, infra-assinado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Firma CONSTRUTORA NIEBUHR LTDA ME, com sede na cidade de Penha/SC, Rua Josiane Girardi, nº 60, bairro Centro, Cep 88385-000, inscrita no CNPJ sob o nº 18.659.893/0001-47, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Luiz Niebuhr, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada a execução de obra e/ou serviço público, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O valor previsto na cláusula sexta do contrato administrativo nº 98/2014 PMP, fica suprimido o valor de R\$ 8.057,38 (oito mil e cinquenta e sete reais e trinta e oito centavos), o que corresponde à 6.54% do valor do contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha-SC, 03 de dezembro de 2014.

Pernambuco, 03
PREFEITURA

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF: 053.867.439-37

Nome:
CPF:

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO

Secretário da Administração

6º TERMO ADITIVO Nº 187/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

6º TERMO ADITIVO Nº 187/2014 - PMP
AO TERMO DE CONTRATO Nº 494/2011 - PMP

LICITAÇÃO: Concorrência nº 03/2011

OBJETO: Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Operação, Manutenção e Gerenciamento do Sistema de Abastecimento de Água da Cidade de Penha/SC.

Através do presente 6º Termo Aditivo nº 187/2014 - PMP, ao Contrato Administrativo nº 494/2011 - PMP, a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal e.e., Sr. Mário Guaracy de Souza, viúvo, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a empresa NACIONAL AGUAS E SANEAMENTO LTDA, sede na Rua Duque de Caxias nº 54, Centro, Município de PENHA/SC, Cep: 88385-000, sobre o CNPJ 15.222.439/0001-36, representada neste ato por ODAIR JOSÉ MANNRICH, CPF nº 348.090.589-72, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente aditivo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na Cláusula Segunda do Contrato Administrativo nº 494/2011 - PMP fica prorrogado para até 30/11/2015, a contar do dia 30.11.2014.

CLÁUSULA SEGUNDA

Fica aditivado o valor do contrato nº 494/2011, visando o equilíbrio econômico-financeiro de 2.9460% nos termos da Cláusula Quarta, item 4.9 passando a vigorar o seguinte:

O valor do contrato na planilha I, passará de R\$ 4.159.698,48 (quatro milhões cento e cinquenta e nove mil seiscentos e noventa e oito reais e quarenta e oito centavos), para o valor de R\$ 4.282.243,62 (quatro milhões duzentos e oitenta e dois mil duzentos e quarenta e três reais e sessenta centavos), correspondente a uma parcela mensal de R\$ 356.853,64 (trezentos e cinquenta e seis mil oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e quatro centavos) e o valor constante na planilha II, passa de R\$ 814.600,00 (oitocentos e quatorze mil seiscentos reais e cinquenta e sete centavos) para o valor de R\$ 838.592,02 (oitocentos e trinta e oito mil quinhentos e noventa e dois reais e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA

Os serviços serão contratados com recursos provenientes da seguinte dotação orçamentária:

15 - Secretaria de Planejamento

06 - Departamento de Água e saneamento

2.049 - Funcionamento e Manutenção do departamento de água e saneamento

339000000000 - Aplicações Diretas

CLÁUSULA QUARTA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

PenhaSC, 28 de novembro de 2014.
EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES
PREFEITURA

NACIONAL AGUAS E SANEAMENTO LTDA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF 053.867.439 - 37

Nome
CPF

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO

Secretário de Administração

CV06/2014 - FUMTUR

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 06/2014 - FUMTUR

CARTA CONVITE Nº 04/2014 - FUMTUR

Objeto: Aquisição de enfeites de Natal para decoração da Secretaria de Turismo, Prefeitura Municipal, Praça da Igreja Matriz e Praça Vereador Teodoro Sebastião da Costa, conforme estabelecido neste edital e anexo I.

Abertura do Processo: 12/12/2014 às 14:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 23. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 03 de Dezembro de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 134/2014 - FMS

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº134/2014 - FMS

CONTRATADO: HOSPITAL E MATERNIDADE MARIETA KONDER BORNHAUSEN,

Licitação: Processo Licitatório nº 49/14 - FMS, modalidade Dispensa Licitação nº 09/14 - FMS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR PARA SER UTILIZADO EM UMA CIRURGIA DE ANGIOPLASTIA NO PACIENTE SR. EVALDO VICENTE BENTO, CUMPRINDO-SE A DECISÃO JUDICIAL SOB O PROCESSO Nº 5013397-11.2014.404.7208/SC, sendo 2 stents.

VALOR TOTAL:R\$ 8.000,00 (oito mil reais) cada stent, perfazendo um total de R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais).

VIGÊNCIA: 31.12.2014

Penha,03 de dezembro de 2014.

Evandro Eredes dos Navegantes

PELA PREFEITURA

Peritiba**PREFEITURA****AVISO DE LICITAÇÃO 87/2014 – PP 49/2014**

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PERITIBA
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Peritiba torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, cujo processamento e julgamento darão na forma da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores e nas condições do edital de Pregão Presencial.

Dados do Processo Licitatório:

Processo de Licitação 87/2014 - Pregão Presencial 49/2014.

Objeto: Registro de preço para aquisição de material de expediente, consumo e de limpeza.

DATA DA REALIZAÇÃO: A Sessão Pública do Pregão Presencial será realizada a partir das 08h30min do dia 22/12/2014.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e as documentações deverão ser entregues no Protocolo da Prefeitura Municipal até às 08h15min do dia 22/12/2014.

LOCAL: A sessão Pública será realizada na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Peritiba sito a Rua Frei Bonifácio 63, Centro, Município de Peritiba.

Informações complementares:

Demais informações, bem como o Edital completo, informações complementares poderão ser solicitadas junto ao Departamento de Licitações do Município de Peritiba, sito a Rua Frei Bonifácio nº 63, Centro, Município de Peritiba de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3453-1122 ou e-mail compras@peritiba.sc.gov.br.

Município de Peritiba - SC em 05 de Dezembro de 2014.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Pomerode**PREFEITURA****EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 014/2014

CONVÊNIO nº 014/2014. Conveniente: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. Conveniada: HOSPITAL E MATERNIDADE RIO DO TES-TO. Objeto: Fomentação para Custeio em Serviços Especializados. Valor: R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais). Prazo: 28/02/2015.

Pomerode/SC, 28 de novembro de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 055/2014 – REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA CIDADE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N.º 055/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 117/2014.

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL PARA IMPLANTAÇÃO E/OU MANUTENÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA NO MUNICÍPIO DE POMERODE/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA INSTALAÇÃO, CONFORME DISPOSIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL DE LICITAÇÃO E SEUS ANEXOS.

Entrega dos envelopes: Até as 08:00 horas do dia 17/12/2014.

Local: Setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

Abertura das propostas: 08:00 horas do dia 17/12/2014.

Local: Sala de licitações no prédio da Prefeitura Municipal de Pomerode/SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Pomerode - Rua XV de Novembro, n.º 525, Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira, das 07:00 às 13:00 horas, pelo e-mail: licitacao@pomerode.sc.gov.br.

Pomerode/SC, 03 de Dezembro de 2014.

MOACIR BAUMANN

Pregoeiro Oficial

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 453/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 453/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZY5376	55191309B	24/04/2007	54600	181 * IX	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 26/1998

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 26/1998

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYT4103	55559652	16/04/1998	65800	230 * IV	191.53
MAL0480	55559246	29/03/1998	51690	165	957.69
MAL0480	55559247	29/03/1998	70130	242	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU

INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 402/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 402/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYO8390	55190753B	14/01/2007	51850	167
MBB8945	55190289B	27/02/2007	61220	214 * I
MCI5063	55190789B	28/02/2007	51850	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 208/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 208/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
KFJ8864	55599762A	23/12/2003	60840	211	127.69
LYZ4682	54486344A	24/12/2003	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 189/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 189/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AHY7303	54488426A	26/08/2003	65990	230 * V	191.53
LZM5305	55599602A	19/08/2003	65990	230 * V	191.53
MBL0534	54488422A	15/08/2003	65990	230 * V	191.53
MFK0930	54488423A	14/08/2003	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 178/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 178/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AIL2483	54487355A	21/05/2003	50450	162 * V	191.53
BOU0546	54487358A	25/05/2003	65480	229	85.12
LWR1758	54488364A	22/05/2003	69120	232	53.20
LWT6212	54487625A	23/05/2003	55680	181 * XIX	127.69
LWZ8336	54488362A	20/05/2003	54520	181 * VIII	127.69
LXC0484	54487357A	24/05/2003	59670	203 * V	191.53
LXV0819	54487359A	25/05/2003	72340	250 * I * a	85.12
LXZ4883	54487354A	20/05/2003	61220	214 * I	191.53
MAC1757	54487624A	23/05/2003	55250	181 * XV	85.12
MAR4952	54487356A	24/05/2003	51850	167	127.69
MAV4855	54488360A	20/05/2003	52070	169	53.20
MEI4630	54488363A	22/05/2003	52070	169	53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 320/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 320/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXA6492	55599866A	15/08/2004	65990	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 310/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 310/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LWX2527	55600542A	19/03/2006	65560	230 * I
LWX2527	55600541A	19/03/2006	52820	176 * I
LXH6222	55600517A	10/01/2006	51850	167

LZD9704	55600178A	15/01/2006	60500	208	
MAU4351	55601280A	07/03/2006	73580	252	* V
MAU4351	55601280A	07/03/2006	73660	252	* VI
MDT1058	55600545A	27/03/2006	65990	230	* V
MDT1058	55600544A	27/03/2006	50450	162	* V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 410/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 410/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CXS5085	55601678A	01/01/2007	60500	208	191.54
MVV3994	55600095A	06/08/2006	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 506/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 506/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZG1733	55190144B	22/12/2006	60500	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1566/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1566/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.
SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
KOT5876	54881518E	06/09/2014	50450	162 * V
KOT5876	54881517E	06/09/2014	65992	230 * V
LXR9000	54882598E	26/08/2014	69120	232

LYL0084	54883426E	19/08/2014	65992	230	*	V
LYL0084	54883427E	19/08/2014	66371	230	*	IX
LYV1982	54882605E	27/08/2014	65561	230	*	I
MAR3305	54883428E	20/08/2014	65992	230	*	V
MAR3305	54883429E	20/08/2014	67261	230	*	XVIII
MAU9108	54882650E	16/09/2014	66372	230	*	IX
MBV0885	54882587E	22/08/2014	69120	232		
MBV0885	54882586E	22/08/2014	65992	230	*	V
MBZ3167	54883184E	13/09/2014	69120	232		
MCF5010	54882182E	25/08/2014	51262	164	c/c	162 * II
MCF5010	54882181E	25/08/2014	50292	162	*	II
MCX2676	54882649E	16/09/2014	66372	230	*	IX
MDO7441	54881553E	17/09/2014	67261	230	*	XVIII
MDO7441	54881552E	17/09/2014	51180	164	c/c	162 * I
MDO7441	54881551E	17/09/2014	50100	162	*	I
MDV0489	54883148E	23/08/2014	51691	165		
MDY1676	54882200E	16/09/2014	66372	230	*	IX
MEF8406	54881513E	06/09/2014	51691	165		
MEF8406	54881514E	06/09/2014	69120	232		
MLB0910	54882185E	27/08/2014	69120	232		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.

LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 493/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 493/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LYS5049	55191980B	21/07/2007	55250	181 * XV	85.13

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARA-

GRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 502/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 502/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW4061	55190282B	23/02/2007	74630	218 * II	127.69
MBE0107	55192220B	03/09/2007	60500	208	191.54

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 336/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 336/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA

DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
LYI1093	55601286A	11/03/2006	52740	175
MAH4894	55600882A	17/03/2006	66700	230 * XIII
MAR0975	55601276A	23/02/2006	73580	252 * V
MBA9301	55600878A	14/03/2006	69120	232
MEJ6380	55600538A	13/03/2006	65990	230 * V
MEJ6380	55600539A	13/03/2006	50610	163 c/c 162 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTA EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1583/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 1583/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQS6482	54986201E	08/10/2014	73662	252 * VI
BEL8484	54986179E	11/10/2014	55680	181 * XIX
DEB2029	54986125E	04/10/2014	56650	182 * X
ICL7236	54986121E	04/10/2014	51851	167
MCM2581	54986144E	12/10/2014	55500	181 * XVIII
MCV6651	54986069E	20/09/2014	55411	181 * XVII
MCY0296	54986100E	01/10/2014	65640	230 * II

MDI5730	54986194E	12/10/2014	55090	181	*	XIII
MDW0521	54986063E	15/09/2014	59670	203	*	V
MEH2166	54986139E	12/10/2014	55680	181	*	XIX
MES6515	54986112E	14/09/2014	56650	182	*	X
MGJ3341	54881762E	18/10/2014	52070	169		
MGO9564	54986178E	11/10/2014	55250	181	*	XV
MLX4713	54986071E	20/09/2014	55413	181	*	XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 328/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 328/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXL6177	55600527A	21/02/2006	51850	167	127.69
MAR4860	55601034A	21/08/2005	57380	186 * II	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 176/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

**EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 176/2003**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEU9472	54487894A	30/04/2003	52070	169	53.20
AEW5199	54487222A	07/05/2003	50100	162 * I	574.61
ANI3040	54487258A	23/04/2003	61220	214 * I	191.53
LWS8337	54486450A	07/05/2003	66960	230 * XV	127.69
LWX5566	54487220A	07/05/2003	55500	181 * XVIII	85.12
LWY2258	54487221A	07/05/2003	69120	232	53.20
LXF6017	54487570A	24/04/2003	59670	203 * V	191.53
LXK3038	54487217A	01/05/2003	55250	181 * XV	85.12
LXR1245	54488129A	04/05/2003	51850	167	127.69
LXZ7837	54487215A	29/04/2003	66100	230 * VII	127.69
LYD9444	54487618A	29/04/2003	54520	181 * VIII	127.69
LYH0858	54487568A	15/04/2003	50450	162 * V	191.53
LYK4009	54488127A	26/04/2003	72340	250 * I * a	85.12
LYT4755	54488128A	01/05/2003	55090	181 * XIII	85.12
LYV8168	54487216A	29/04/2003	70480	244 * II	191.53
LYX8131	54487261A	06/05/2003	55250	181 * XV	85.12
LZB7771	54488126A	25/04/2003	65480	229	85.12
LZN6703	54487219A	01/05/2003	59670	203 * V	191.53
LZO5956	54487257A	23/04/2003	55680	181 * XIX	127.69
MAY6601	54487567A	15/04/2003	69120	232	53.20
MAY6601	54487566A	15/04/2003	65990	230 * V	191.53
MBG1847	54487619A	01/05/2003	55090	181 * XIII	85.12
MBG2898	54487569A	21/04/2003	60500	208	191.53
MBO2484	54488130A	04/05/2003	57380	186 * II	191.53
MBQ7126	54487259A	02/05/2003	59670	203 * V	191.53
MCV1051	54487571A	03/05/2003	57380	186 * II	191.53
MDA8840	54487573A	03/05/2003	58350	195	127.69
MDA8840	54487260A	03/05/2003	57200	186 * I	127.69
MDA8840	54487572A	03/05/2003	52740	175	191.53
MEO0610	54487617A	29/04/2003	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 192/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 192/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AEH3204	54487118A	31/08/2003	51850	167	127.69
MAA7704	55601115A	01/09/2003	65990	230 * V	191.53
MAZ4556	54487275A	06/09/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 383/2006

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 383/2006

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
MBB0724	55601901A	21/08/2006	69200	233	127.69
MCI7837	55601479A	19/06/2006	73400	252 * IV	85.13
MCI7837	55601478A	19/06/2006	50370	162 * III	574.61

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 144/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
PREFEITURA MUNICIPAL DE POMERODE - GETRAN - 282590

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 144/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ICH5657	54932641A	08/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LWS7073	54488009A	10/09/2002	69120	232	53.20
LYN0041	54486724A	12/09/2002	67850	231 * II * a	191.53
LZZ7735	54487836A	12/09/2002	55250	181 * XV	85.12
MAD2948	54487789A	15/09/2002	55500	181 * XVIII	85.12
MBJ0553	54488003A	10/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBJ4530	54487840A	13/09/2002	52070	169	53.20
MBT0712	54487834A	10/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MBU1942	54487846A	13/09/2002	62380	218 * II * a	127.69
MCC8052	54487835A	12/09/2002	55680	181 * XIX	127.69
MCD1310	54932700A	14/09/2002	55680	181 * XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
TATIANA LEITE SLOMP
GERENTE DE TRANSITO

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 411/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.126 411/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AFS9981	55190606B	17/03/2007	50100	162 * I
CNZ2846	55190472B	18/03/2007	51690	165
EAG1112	55190452B	06/02/2007	69200	233
LWR1083	55190603B	10/03/2007	65560	230 * I
LYR2203	55190466B	11/03/2007	51690	165
LZM8752	55190214B	13/03/2007	50450	162 * V
LZU2507	55190515B	03/03/2007	50100	162 * I
LZU2507	55190514B	03/03/2007	51180	164 c/c 162 * I
MAM8112	55190298B	27/02/2007	73580	252 * V
MAS9467	55190030B	26/02/2007	66700	230 * XIII
MBZ2283	55190031B	07/03/2007	50100	162 * I
MED5812	55190952B	19/03/2007	50450	162 * V
MEU9839	55190765B	28/01/2007	50100	162 * I
MII9940	55190354B	10/03/2007	73400	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

POMERODE/SC, 06 DE NOVEMBRO DE 2014.
LUIZ CARLOS GROSS
DELEGADO DE POLICIA

Ponte Serrada

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA 2228/2014

LEI Nº 2.228/2014 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, CRIA O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO E O FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO CAPÍTULO I DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º A Política Municipal de Saneamento Básico de Ponte Serrada tem como objetivo, respeitadas as competências da União e do Estado, a melhora na qualidade da sanidade pública e manter o Meio Ambiente equilibrado buscando o desenvolvimento sustentável e fornecer diretrizes ao poder público e à coletividade para a defesa, conservação e recuperação da qualidade e salubridade ambiental, cabendo a todos o direito de exigir a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei considera-se saneamento básico o conjunto de serviços, infraestrutura e instalações operacionais de:

- a) abastecimento de água potável: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumento de medição;
- b) esgotamento sanitário: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) drenagem e manejo de águas pluviais urbanas: conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas.

Art. 2º Para o estabelecimento da Política Municipal de Saneamento Básico serão observados os seguintes princípios fundamentais:

- I - universalização do acesso;
- II - integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados;
- III - abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos realizados de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente;
- IV - disponibilidade, em todas as áreas urbanas, de serviços de drenagem e de manejo das águas pluviais adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado;
- V - adoção de métodos, técnicas e processos que considerem as peculiaridades locais e regionais;
- VI - articulação com políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante;

- VII - eficiência e sustentabilidade econômica;
- VIII - utilização de tecnologias apropriadas, considerando a capacidade de pagamento dos usuários e a adoção de soluções graduais e progressivas;
- IX - transparência das ações, baseada em sistemas de informações e processos decisórios institucionalizados;
- X - controle social;
- XI - segurança, qualidade e regularidade;
- XII - integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

CAPÍTULO II DO INTERESSE LOCAL

Art. 3º Para o cumprimento do disposto no Artigo 30 da Constituição Federal, no que concerne ao Saneamento Básico, considera-se como de interesse local:

- I - Incentivo à adoção de posturas e práticas sociais e econômicas ambientalmente sustentáveis;
- II - a adequação das atividades e ações econômicas, sociais, urbanas e do Poder Público, às imposições do equilíbrio ambiental;
- III - a busca permanente de soluções negociadas entre o Poder Público, a iniciativa privada e sociedade civil para a redução dos impactos ambientais;
- IV - a adoção no processo de planejamento, de normas relativas ao desenvolvimento urbano e econômico que priorizem a proteção ambiental, a utilização adequada do espaço territorial e dos recursos naturais e que possibilitem novas oportunidades de geração de emprego e renda;
- V - a ação na defesa e conservação ambiental no âmbito regional e dos demais Municípios vizinhos, mediante convênios e consórcios;
- VI - a defesa e conservação das áreas de mananciais, das reservas florestais e demais áreas de interesse ambiental;
- VII - o licenciamento e fiscalização ambiental com o controle das atividades potenciais ou efetivamente degradadoras e poluidoras;
- VIII - a melhoria constante da qualidade do ar, da água, do solo, da paisagem e dos níveis de ruído e vibrações, mantendo-os dentro dos padrões técnicos estabelecidos pelas legislações de controle de poluição ambiental federal, estadual e municipal no que couber;
- IX - o acondicionamento, a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição final dos resíduos sólidos;
- X - a captação, o tratamento e a distribuição de água, assim como o monitoramento de sua qualidade;
- XI - a coleta, a disposição e o tratamento de esgotos;
- XII - o reaproveitamento de efluentes destinados a quaisquer atividades;
- XIII - a drenagem e a destinação final das águas;
- XIV - o cumprimento de normas de segurança no tocante à manipulação, armazenagem e transporte de produtos, substâncias, materiais e resíduos perigosos ou tóxicos;
- XV - a conservação e recuperação dos rios, córregos e matas ciliares e áreas florestadas;
- XVI - a garantia de crescentes níveis de salubridade ambiental, através do provimento de infraestrutura sanitária e de condições de salubridade das edificações, ruas e logradouros públicos;
- XVII - monitoramento de águas subterrâneas visando à manutenção dos recursos hídricos para as atuais e futuras gerações, exigindo o cumprimento da legislação.

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO

Art. 4º A execução da Política Municipal de Saneamento Básico, será executada pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e distribuída de forma transdisciplinar em todas as Secretarias e Órgãos da Administração Municipal, respeitadas as suas competências.

CAPÍTULO III**DO FUNDO MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO - FMSB**

Art. 5º Fica criado o Fundo Municipal de Saneamento Básico - FMSB, como órgão da Administração Municipal, vinculado à Secretarias Municipal de Meio Ambiente e Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

§ 1º Os recursos do FMSB serão aplicados exclusivamente em saneamento básico no espaço geopolítico do Município; após consulta ao Conselho Municipal de Saneamento.

§ 2º A supervisão do FMSB será exercida na forma da legislação própria e, em especial, pelo recebimento sistemático de relatórios, balanços e informações que permitam o acompanhamento das atividades do FMSB e da execução do orçamento anual e da programação financeira aprovados pelo EXECUTIVO MUNICIPAL.

Art. 6º Os recursos do FMSB serão provenientes de:

I - repasses de valores do Orçamento Geral do Município;

II - percentuais da arrecadação relativa a tarifas e taxas decorrentes da prestação dos serviços de captação, tratamento e distribuição de água, de coleta e tratamento de esgotos, resíduos sólidos e serviços de drenagem urbana;

III - valores de financiamentos de instituições financeiras e organismos multilaterais públicos ou privados, nacionais ou estrangeiros;

IV - valores a Fundo Perdido, recebidos de pessoas jurídicas de direito privado ou público, nacionais ou estrangeiras;

V - doações e legados de qualquer ordem.

Parágrafo Único - O percentual descrito no inciso II deste artigo será regulamentado por Decreto.

Art. 7º O resultado dos recolhimentos financeiros será depositado em conta bancária exclusiva e poderá ser aplicado no mercado financeiro ou de capitais de maior rentabilidade, sendo que tanto o capital como os rendimentos somente poderão ser usados para as finalidades específicas descritas nesta Lei.

Art. 8º O Orçamento e a Contabilidade do FMSB obedecerão às normas estabelecidas pela Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar nº 101/2000, bem como as instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e as estabelecidas no Orçamento Geral do Município e de acordo com o princípio da unidade e universalidade.

Parágrafo Único - Os procedimentos contábeis relativos ao FMSB serão executados pela Contabilidade Geral do Município.

Art. 9º A administração executiva do FMSB será de exclusiva responsabilidade do Município.

Art. 10 O Prefeito Municipal, por meio da Gerência de Contabilidade do Município, enviará, bimestralmente, o Balancete ao Tribunal de Contas do Estado, para fins legais.

CAPÍTULO IV**DO CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO**

Art. 11 Fica criado o Conselho Municipal de Saneamento, cuja composição, será formada paritariamente por representantes da Sociedade Civil de Ponte Serrada e de Secretarias Municipais e outros órgãos públicos, todos nomeados pelo Prefeito Municipal para um mandato de 02 (dois) anos.

Art. 12 O Conselho Municipal de saneamento básico será composto por 08 (oito) membros sendo 04 (quatro) membros representantes dos órgãos governamentais e 04 (quatro) membros representantes da área não governamental municipal assim distribuídos.

§ 1º Indicarão os representantes do Poder Executivo Municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Secretaria Municipal de Meio Ambiente;
- II - Secretaria Municipal do Urbanismo;
- III - Secretaria Municipal da Administração e Fazenda;
- IV - Secretaria Municipal de Transportes e Obras.

§ 2º Indicarão os representantes da área não governamental municipal e seus respectivos suplentes:

- I - Pastoral da Criança;
- II - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE);
- III - Câmara de Dirigentes Lojistas de Ponte Serrada- CDL;
- IV - Sindicato dos Trabalhadores Rurais;

§ 3º O Conselho Municipal de Saneamento Básico definirá seu regimento interno num prazo de 60 (sessenta) dias contados do seu efetivo funcionamento que, posteriormente será homologado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, através de Decreto.

Art. 13 O Conselho Municipal de Saneamento terá caráter deliberativo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento.

Art. 14 O Presidente do Conselho Municipal de Saneamento será eleito entre os membros efetivos deste Conselho.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 15 O Chefe do Poder Executivo adotará as providências necessárias à implementação da política e diretrizes estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 16 O Poder Executivo enviará à Câmara de Vereadores Projeto de Lei específico, abrindo crédito especial e criando o orçamento do Fundo Municipal de Saneamento Básico.

Art. 17 Enquanto não houver os regulamentos específicos, as tarifas relativas aos serviços de água e esgotos sanitários poderão ser reajustadas anualmente, pelos índices de inflação.

Art. 18 Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PONTE SERRADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada
Em data supra.

JUSTIFICATIVA AO PL Nº 044/2014, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2014.

Ilmo Senhor
VALDOMIRO ACUNHA
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores
PONTE SERRADA - SC.

Cumpre-me encaminhar a Vossa Excelência e a seus pares, em cumprimento à Legislação inerente à espécie, JUSTIFICATIVA referente ao Projeto de Lei Complementar nº 044/2014, nos seguintes termos:

JUSTIFICATIVA:

O presente Projeto de Lei foi elaborado com base nas diretrizes nacionais para o saneamento básico expostas na Lei Federal nº 11.445/07, destacando-se a participação de órgãos colegiados de caráter consultivo no controle social.

No tocante ao Fundo Municipal de Saneamento Básico é proposto

para que o Município possa participar de fato das decisões inerentes ao futuro do sistema de águas e esgotamento sanitário no Município de Ponte Serrada, bem como para que possa realizar o seu próprio planejamento sanitário. Além disso, a Lei autoriza o Município de Ponte Serrada a firmar os instrumentos necessários para uma gestão associada com a Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN.

Na certeza de contar com a atenção dos membros dessa Casa para a aprovação do mencionado Projeto de Lei Complementar, cuja tramitação solicito que seja feita em regime de urgência.

Cordialmente,

EDUARDO COPPINI
Prefeito Municipal

ADITIVO 002/2014

MUNICIPIO DE PONTE SERRADA-SC

EXTRATO DE ADITIVO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATONº001/2014

PROCESSO Nº 0074/2014 PREGÃO PRESENCIAL Nº 0031/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE SERRADA

CONTRATADA: MARSANGO & PASA LTDA

CNPJ: 85.567.212/0001-08

OBJETO: REEQUILIBRIO ECONOMICO DO ITEM 4

VALOR ATUAL: R\$ 2,3778

VIGÊNCIA: DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014 À 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Ponte Serrada, 02 de dezembro de 2014.

EXTRATO 0107

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE PONTE SERRADA

PROCESSO LICITATÓRIO N.º 0107/2014

PREGÃO PRESENCIAL N.º 0047/2014

O Município de Ponte Serrada torna público, que fará Licitação na modalidade Pregão Presencial objetivando AQUISIÇÃO DE ALIMENTAÇÃO TIPO: (MARMITAS E REFRIGERANTES) DE FORMA PARCELADA DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE TRANSPORTES E DE AGRICULTURA EM 2015.

Recebimento de Envelopes: até as 08h50min do dia 17/12/2014.

Abertura: às 09h00min horas do dia 17/12/2014.

Informações Complementares: Edital em inteiro teor e demais informações poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Setor de Compras e Licitações, na Prefeitura Municipal de Ponte Serrada, Rua Madre Maria Theodora, n.º 264, Bairro Centro, no horário das 07h30min às 11:30 min. e das 13:00 às 17:00h e pelo site www.ponteserrada.sc.gov.br, ou pelo telefone (0XX49) 34350122 e pelo e-mail: comprasps01@gmail.com.

Ponte Serrada, 03 de dezembro de 2014.

EDUARDO COPPINI
PREFEITO MUNICIPAL

Porto Belo

PREFEITURA

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC – CMAS - RESOLUÇÃO 008/2014

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE PORTO BELO/SC - CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 008

Dispõe sobre a utilização de recursos, por parte do Executivo Municipal, da dotação orçamentária - código reduzido Nº 25, da Lei Orçamentária Anual 2014, da Secretaria Municipal de Assistência Social, destinada ao atendimento de Benefícios Eventuais de que trata a Resolução Nº 003, de 2 de outubro de 2014, do CMAS, fundamentada na Lei Municipal 2.061/2013, única e exclusivamente para fins emergenciais em decorrência de ação de reintegração de posse referente a decisão judicial, Processo Nº0001601-18.2013.8.24.0139 (139.13.001601-0).

O Conselho Municipal de Assistência Social de Porto Belo/SC (CMAS) em reunião extraordinária, realizada no dia 27 de novembro de 2014 no uso de suas competências e atribuições que lhes são conferidas pela Lei 8.742, de 7 de dezembro de 1993 - Lei Orgânica da Assistência Social e pela Lei Municipal Nº 944 de 2 de abril de 1997, que instituiu o Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS ,

Resolve:

Art. 1º Conceder ao Executivo Municipal a faculdade da utilização dos recursos destinados a atender de forma emergencial a famílias de baixa renda, contemplados na Resolução Nº 003, de 2 de outubro de 2014, do CMAS, fundamentada na Lei Municipal 2.061/2013, para fins únicos e exclusivos de situações emergenciais que eventualmente venham a ocorrer por conta da Ação de Reintegração de Posse, referente ao Processo Nº0001601-18.2013.8.24.0139 (139.13.001601-0).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo, 27 de novembro de 2014.

Soraia Joselita Depin

Presidente do CMAS

PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 061/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 061/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de peças e materiais para manutenção e conservação da frota de caminhões e maquinários da Secretaria de Transporte, Obras e Serviços Públicos do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 16/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 16/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão a disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av.

Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.
Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de dezembro de 2014.

CHIRLEY LAURENCIO

Secretária de Administração

DECRETO Nº 1.290, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DECRETO Nº 1.290, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O DECRETO Nº 1.271/2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica alterado o Art. 1º do Decreto nº 1.271, de 16 de outubro de 2014, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nos dias 24, 26 e 31 de dezembro do corrente ano e 02 de janeiro de 2015, exceto:

I - Pronto Atendimento;

II - Secretaria de Educação

III - Serviços essenciais da Secretaria de Obras, Transportes e Serviços Públicos;

IV - Postos de Informações da Fundação Municipal de Turismo; e
V - Setores de Fiscalização das Secretarias da Fazenda, Planejamento e Fundação do Meio Ambiente.

§1º Os setores de Fiscalização das Secretarias da Fazenda, Planejamento e Fundação do Meio Ambiente trabalharão em regime de plantão;

§2º Nos dias 24 e 31 de dezembro do corrente ano, a Secretaria Municipal de Educação trabalhará em regime especial, no período matutino, conforme cronograma a ser definido pela própria secretaria.

§3º Nos dias 24, 26 e 31 de dezembro do corrente ano e 02 de janeiro de 2015, serão atendidos os serviços essenciais da Secretaria Municipal de Obras, conforme cronograma estabelecido pela própria secretaria. ”

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº 1.271, de 16 de outubro de 2014 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.287, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.287, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

Determina a necessidade de vistoria in loco das áreas institucionais para aprovação de loteamentos e dá outras providências.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III do artigo 41 da Lei Orgânica do Município, bem como o disposto no artigo 339 da Lei Complementar Municipal nº 33/2011,

DECRETA:

Art. 1º Para fins de aprovação de projeto de loteamento de imóvel, a Secretaria de Planejamento deverá instituir o processo de análise com Relatório de Fiscalização in loco das Áreas Institucionais,

destinadas aos equipamentos urbanos e comunitários, áreas verdes e à habitação de interesse social, bem como das áreas destinadas ao sistema viário.

Art. 2º Ao final do processo de análise, o profissional responsável deverá certificar no processo a existência material das áreas.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.288, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.288, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

ALTERA O ARTIGO 1º DO DECRETO Nº. 1.161, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Altera o artigo 1º. do Decreto nº. 1.161, de 12 de novembro de 2013, na forma da redação a seguir:

“Art. 1º. Fica constituída a Comissão Permanente de Análise de Isenções de Tributos, composta pelos seguintes servidores:

a) Presidente: Pamela Adriana da Silva;

b) Membro: Jaime José Sancho;

c) Membro: João Oneides Lira”

Art. 2º Os demais dispositivos do Decreto nº. 1.161, de 12 de novembro de 2013 permanecem inalterados.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº. 1.268, de 08 de outubro de 2014.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO

PREFEITO DE PORTO BELO

DECRETO Nº 1.289, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 1.289, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

CRIA COMISSÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA ATUAR EM PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA RESSARCIMENTO DE DANOS QUE O PODER PÚBLICO MUNICIPAL POR SEUS AGENTES CAUSAREM A TERCEIROS

EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO, Prefeito do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do artigo 41, da Lei Orgânica do Município,

Decreta:

Art. 1º Fica criada a Comissão de Processos Administrativos para atuar em processos administrativos para ressarcimento de danos que o Poder Público Municipal por seus agentes causarem a terceiros, nos termos do Decreto nº. 1.276/2014.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes membros:

Presidente: Jean Carlo Cabral;

Membro: Jair José Correa;

Membro: Renata Guerreiro Pereira

Art. 3º A Comissão será diretamente subordinada à Procuradoria Geral do Município.

Art. 4º Os membros da Comissão farão jus à Gratificação de que trata o Artigo 61, inciso IX da Lei Municipal nº. 718/93, desde que observado o procedimento especificado no Decreto nº. 1158/2013.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Belo - SC, aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.
EVALDO JOSÉ GUERREIRO FILHO
PREFEITO DE PORTO BELO

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO – 062/2014 PMPB

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão - Registro de Preço - 062/2014 PMPB

Tipo de licitação: Menor preço por item;

Objeto: Aquisição de material (diluentes) para manutenção da sinalização viária do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo I do Edital.

Recebimento das Propostas: Até 14:00 horas do dia 15/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 14:01 horas do dia 15/12/2014, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo. O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no departamento de Compras e Licitações da PMPB - End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 - Centro-Porto Belo - SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail licitacao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 02 de dezembro de 2014.
CHIRLEY LAURENCIO
Secretária de Administração

Porto União

PREFEITURA

PORTARIA N.º 1141/2014 - RH

PORTARIA Nº 1141, de 20 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município:

RESOLVE:

Art. 1º CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO, de 12 de novembro a 16 de dezembro de 2014 sob o Regime Jurídico Especial, com contribuição para o Regime Geral de Previdência, conforme estabelecido na Lei Municipal 2.621, de 28 de maio de 2001, Luana Aparecida Pacheco, para exercer as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, com vencimentos na Classe "01", referência "A" previstos nos Anexos I e II, da Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, em substituição à servidora efetiva Marlena Aparecida Pereira Pacheco, que se encontra afastada para Tratamento de Saúde.

Art. 2º A servidora acima mencionada exercerá suas atividades junto ao Núcleo Educacional do Jangada, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 12 de novembro de 2014.

Porto União - SC, em 20 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1132/2014 - RH

PORTARIA Nº 1132, de 14 de novembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º PRORROGAR de 31 de outubro a 14 de novembro de 2014, o Contrato de Trabalho nº 152/2014, de Jussara Pinto Angeli, que exerce as funções do cargo de Agente de Serviços Públicos Nível 01, do quadro de pessoal desta Prefeitura Municipal, conforme Lei Municipal nº 3.934, de 21 de novembro de 2011, até que a candidata aprovada em concurso público assuma a vaga.

Art. 2º A servidora mencionada no artigo anterior exercerá suas atividades junto ao Núcleo de Educação Infantil Balão Mágico vinculada à Secretaria Municipal de Educação, deste município.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 31 de outubro de 2014.

Porto União - SC, em 14 de novembro de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

PORTARIA N.º 1171/2014 - RH

PORTARIA Nº 1171, de 01 de dezembro de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "e", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º ALTERAR, a carga horária da professora contratada Vanessa Aparecida Becker Jack, para mais 10 (dez) horas semanais, no período de 03 de novembro a 16 de dezembro de 2014, com vencimentos na Classe "A", referência "01", previsto nos Anexos I e III, da Lei Municipal nº 3.885 de 22 de junho de 2011 e suas alterações, em virtude da demanda de atividades com as crianças do Abrigo da Criança e do Adolescente de Porto União, de acordo com o Termo de Ajuste de Conduta firmado com a Promotoria Pública de Porto União.

Art. 2º Será concedido GRATIFICAÇÃO COMPENSATORIA de 10% do vencimento, sobre a alteração de carga horária, de acordo com o Art. 50 da Lei Municipal nº. 3.885, de 22 de junho de 2011, que dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração para o Magistério do Município.

Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 03 de novembro de 2014.

Porto União, SC em 01 de dezembro de 2014.

ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Rio do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 4447, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 4447, de 28 de novembro de 2014.

"SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO DO SUL."

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II da Lei Orçamentária nº 5.426 de 12/12/13,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam suplementadas na importância de R\$ 30.420,90 (trinta mil, quatrocentos e vinte reais e noventa centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.050,90
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.370,00
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
3.0.00.00	Despesas Correntes		
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes		
3.3.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	20.000,00
	Total	R\$	30.420,90

Art. 2º - Em contrapartida as suplementações constantes do artigo primeiro, ficam anuladas na mesma importância parcial de R\$ 30.420,90 (trinta mil, quatrocentos e vinte reais e noventa centavos), as seguintes dotações do orçamento vigente do Município de Rio do Sul:

05.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
05.01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO URB. MEIO AMBIENTE		
2.009	Manutenção Gab. Sec. Planejamento, Urbanismo e Meio Ambiente		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		

01000000	Recursos Ordinários	R\$	3.050,90
12.00	SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
12.02	DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
2.105	Manutenção do Gabinete do Secretário Assistência Social		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	7.370,00
2.065	Manutenção do Fundo de Habitação		
4.0.00.00	Despesa de Capital		
4.4.00.00	Investimento		
4.4.90.00	Aplicações Diretas		
01000000	Recursos Ordinários	R\$	20.000,00
	Total	R\$	30.420,90

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO.

28 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO

Prefeito do Município de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO 216/2014

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 216/2014

Concorrência nº 152/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Orbis Engenharia Eireli ME

Objeto: execução de obras de drenagem pluvial, sinalização viária, reaterro dos passeios e pavimentação com lajotas, da Rua Luiz Pasteur, Bairro Budag em Rio do Sul, com uma extensão de 170,50 metros

Valor: até R\$ 285.023,11 (duzentos e oitenta e cinco mil e vinte e três reais e onze centavos).

Prazo de Execução: 03 (três) meses, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/ Estado

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 19 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMOS DOS CONTRATOS DO MÊS 11/2014

RESUMO DO CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Nº 197/2014 a 215/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR

Objeto: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA

AGRICULTURA FAMILIAR PARA A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Valor: até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP

Prazo de Execução: para o ano de 2014.

Condições de Pagamento: na entrega

Recurso: Próprios/ FNDE/PNAE

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 12 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 217/2014

Tomada de Preço nº 150/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Construção Civil MG Ltda

Objeto: execução de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e obras complementares no Pátio Central do Corpo de Bombeiros, localizado na Alameda Bela Aliança, Bairro Jardim América em Rio do Sul

Valor: 167.510,78 (cento e sessenta e sete mil e quinhentos e dez reais e setenta e oito centavos).

Prazo de Execução: 60 (sessenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da Ordem de Serviço.

Condições de Pagamento: até 10 (dez) dias após os seguintes procedimentos e a apresentação dos documentos:

Recurso: Próprios/ Funrebon

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 218/2014

Pregão Presencial nº 157/2014

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Click Soluções Técnicas, Administrativas e Pedagógicas Ltda

Objeto: realização de processo seletivo destinado ao preenchimento de vagas para as funções de professor e pedagogo, conforme especificações contidas no Termo de Referência descrito no ANEXO 05

Valor: 28.400,00 (vinte e oito mil e quatrocentos reais)

Prazo de Execução: 70 (setenta) dias, salvo por comprovado motivo de força maior, a contar da data do instrumento.

Condições de Pagamento: 30% quando da publicação do edital;

30% quando da publicação das inscrições homologadas;

40% quando da publicação do Decreto de Homologação do Processo Seletivo.

Recurso: Próprios

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 24 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

RESUMOS DOS ADITIVOS DO MÊS 11/2014

2º TERMO ADITIVO Nº 117/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE SISTEMAS NR. 145/2013, REFERENTE LOCAÇÃO DE SISTEMAS DE GESTÃO PÚBLICA, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA IPM INFORMÁTICA LTDA.

Aos dez (10) dia do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa IPM Informática Ltda., estabelecida na Avenida Trompowsky, 354, 7º andar, Centro, no município de Florianópolis/SC, CEP - 88.015-300, inscrita no CNPJ sob o nº 01.258.027/0001-41, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Executivo, Sr. Aldo Luiz Mees, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 074/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços de Locação de Sistemas nº 145, datado de 22 de novembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso IV do Art. 57 e § 8º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Oitava do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 12 (doze) meses, com o seu término em 21 de novembro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO REAJUSTE

Fica reajustado em 6,3444200% do INPC, passando o valor contratual assumido constante da Cláusula Quarta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, conforme demonstrativo anexa, passando o valor de R\$ 32.346,42 (trinta mil e trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e dois centavos) subdividindo-se em:

R\$ 214.057,89 software Prefeitura. R\$ 17.838,16 mensais;
R\$ 3.510,15 software Fundo de Assistência Social, R\$ 292,51 mensais;
R\$ 1.967,23 software Fundo da Infância e Adolescência, 163,94 mensais;
R\$ 3.510,15 software Fundo Municipal de Saúde, R\$ 292,51 mensais;
R\$ 4.860,21 software Fundo Municipal de Cultura, R\$ 405,01 mensais;
R\$ 4.860,21 software Fundo Municipal de Desportos, R\$ 405,01 mensais;
R\$ 100.883,53 valores pertinentes a licença de uso, suporte técnico operacional e provimento de datacenter para alocação dos sistemas, R\$ 8.406,96 mensais;
R\$ 41.210,59 valores pertinentes aos serviços técnicos de atendimento local ou via conexão remota, a serem realizados para atender as demandas não cobertas pelo contrato;
R\$ 13.297,29 valores pertinentes aos serviços técnicos de customização e personalização dos sistemas, para atender a demandas específicas do município;

CLÁUSULA QUARTA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

IPM INFORMÁTICA LTDA

Sr. Aldo Luiz Mees

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 118/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 012/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO REFEITÓRIO E SALAS DE AULA NO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL ADELAIDE LEDRA, BAIRRO SANTANA EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.

Aos três (03) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Construtora Gutjahr Ltda., estabelecida na Travessa CSU, 28, Bairro Boa Vista, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.608.392/0001-15, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio, Sr. Sérgio Luiz Gutjahr, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 012/2014, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 012, datado de 20 de fevereiro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 33.059,78 (trinta e três mil e cinquenta e nove reais e setenta e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente

instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUTORA GUTJAHR LTDA.
Sr. Sérgio Luiz Gutjahr
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

2º TERMO ADITIVO Nº 120/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 081/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA, DRENAGEM E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA LUIZ GAVIOLLI, BAIRRO TABOÃO EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI.

Aos cinco (05) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa TERRAPLENAGEM AZZA EIRELI., estabelecida na rua SL 021, 500, bairro Santa Luzia, no município de Brusque/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.115.053/0001-00, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu responsável técnico, Sr. Avelino Alvares, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital da Concorrência nº 044/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 081, datado de 23 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 03 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTÔNIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AVELINO ALVARES
Terraplenagem Azza Eireli.
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 121/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 020/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2014
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2014
INTERESSADO: SECRETARIAS DIVERSAS

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO CENTRO LTDA., estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, 11, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Gerente, Sr. Deonísio Bilinski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 035/2014 de 07/03/2014, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01					
Fornecedor: Posto Centro Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 2,91 (dois reais e noventa e um centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO				
Gasolina comum	2,91				

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul

DEONÍSIO BILINSKI
Sócio Administrador

1ª ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS NR. 122/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 167/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2014

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 119/2014

INTERESSADO: SECRETARIAS DE AGRICULTURA, OBRAS E EDUCAÇÃO

Aos vinte e quatro (24) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa POSTO CENTRO LTDA., estabelecida na Al. Aristiliano Ramos, 11, Centro, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 03.071.326/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representado neste ato pelo seu Sócio Gerente, Sr. Deonísio Bilinski, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Pregão Presencial nº 119/2014 de 28/07/2014, e de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO DE ALTERAÇÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, mediante fundamentação na alínea "d", inciso II, do artigo 65 da Lei 8.666/93, alterações posteriores e justificativas em anexo, ficando com os seguintes valores:

ITEM 01					
Fornecedor: Posto Centro Ltda.					
Preço cotado para o Item: R\$ 2,52 (dois reais e cinquenta e dois centavos)					
DETALHAMENTO DOS MATERIAIS	PREÇO UNITÁRIO				
Óleo diesel comum	2,52				

Ratificam-se as demais cláusulas e condições da Ata original, não colidentes com o presente Termo.

E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
DEONÍSIO BILINSKI
 Prefeito de Rio do Sul
 Sócio Administrador

2º TERMO ADITIVO Nº 123/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 094/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM URBANO DO BECO SAMUEL HOFFMANN, BAIRRO FUNDO CANOAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME.

Aos doze (12) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME., estabelecida na Rua Eufrazia Tomio, 139, Santana, no município de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-274, inscrita no CNPJ sob o nº 19.703.096/0001-82, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Sócio Administrador, Sr. Dalton Borgonovo, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Concorrência nº 064/2014 e Contrato original de Serviço e Fornecimento de

Material nº 094, datado de 09 de junho de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 90 (noventa) dias, com o seu término em 10 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
 Prefeito de Rio do Sul
 Contratante

ORBIS ENGENHARIA EIRELI - ME
 Sr. Dalton Borgonovo
 Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
 CPF: _____

Nome: _____
 CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 124/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 187/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SRVÇOS E PEÇAS DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ, FROTA 150 DA SECRETARIA DE OBRAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda., estabelecida na Rod. BR 470, km 141, 6930, Bairro Canta Galo,

no município de Rio do Sul/SC CEP 89.163-020, inscrita no CNPJ sob o nº 00.484.660/0001-95, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Claudemir Bechold, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 134/2014, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 187, datado de 29 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1.278,07 (um mil e duzentos e setenta e oito reais e sete centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.
Sr. Claudemir Bechold
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 125/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 188/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SRVÇOS E PEÇAS DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ, FROTA 149 DA SECRETARIA DE OBRAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda., estabelecida na Rod. BR 470, km 141, 6930, Bairro Canta Galo, no município de Rio do Sul/SC CEP 89.163-020, inscrita no CNPJ

sob o nº 00.484.660/0001-95, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Claudemir Bechold, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 135/2014, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 188, datado de 29 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 2.025,10 (dois mil e vinte e cinco reais e dez centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.
Sr. Claudemir Bechold
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 126/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 189/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SRVÇOS E PEÇAS DO CAMINHÃO MERCEDES BENZ, FROTA 102 DA SECRETARIA DE OBRAS, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Presidente Industrial, Importadora & Comercial Ltda., estabelecida na Rod. BR 470, km 141, 6930, Bairro Canta Galo, no município de Rio do Sul/SC CEP 89.163-020, inscrita no CNPJ sob o nº 00.484.660/0001-95, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Diretor Financeiro, Sr. Claudemir Bechold,

resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 136/2014, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 189, datado de 29 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do § 1º do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS ACRÉSCIMOS

Fica acrescido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 1.694,80 (um mil e seiscentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

PRESIDENTE INDUSTRIAL, IMPORTADORA & COMERCIAL LTDA.

Sr. Claudemir Bechold

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

1º TERMO ADITIVO Nº 127/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 18, 26, 32 E 36 DOS EMPENHOS Nº 8334 E 8340 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. EPP, estabelecida na Rua Francisco de Paula Rodrigues Alves, 825-D, bairro Bela Vista, no município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.919.156/0001-94, ora denominada CONTRATADA, representada pela sua Administradora, Sra. Renata

Raquel Ahlf, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 18 (Polvilho azedo, pct. c/ 1 Kg.), numa quantidade de 175 Un., ficando num valor total de R\$ 693,00 (seiscentos e noventa e três reais), conforme justificativa em anexo;

Item 26 (Sal refinado iodado, pct.c/ 1 Kg.), numa quantidade de 153 Un., ficando num valor total de R\$ 117,81 (cento e dezessete reais e oitenta e um centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 32 (Creme vegetal, contendo peso líquido de 500g.), numa quantidade de 34 Un., ficando num valor total de R\$ 79,22 (setenta e nove reais e vinte e dois centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 36 (Fuba grosso tipo 1.), numa quantidade de 644 Un., ficando num valor total de R\$ 598,92 (quinhentos e noventa e oito reais e noventa e dois centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

RENATA RAQUEL AHLF

Administradora

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

2º TERMO ADITIVO Nº 128/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 39 E 41 DO EMPENHO Nº 8337 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI

CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. EPP.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SCHUHMACHER E SCHUHMACHER EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA. EPP, estabelecida na Rua Presidente Juscelino, 239, bairro Centro, no município de Ituporanga/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 04.609.150/0001-58, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador, Sr. Júlio Cesar Schuhmacher, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 39 (Oleo de soja 900 ml.), numa quantidade de 142 Un., ficando num valor total de R\$ 380,56 (trezentos e oitenta reais e cinquenta e seis centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 41 (Vinagre, 900 ml.), numa quantidade de 26 Un., ficando num valor total de R\$ 24,96 (vinte e quatro reais e noventa e seis centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

JULIO CESAR SCHUHMACHER
Sócio Administrador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

3º TERMO ADITIVO Nº 129/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DO ITEM 21 DO EMPENHO Nº 8336 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA NUTRIMENTAL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa NUTRIMENTAL S/A - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS, estabelecida na Av. Rui Barbosa, 8.153, bairro Águas Belas, no município de São José dos Pinhais/PR, inscrita no CNPJ sob o nº 76.633.890/0001-30, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Guilherme Nunes Boff, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 21 (Pó para pudim, embalagem de 520 gramas.), numa quantidade de 156 Un., ficando num valor total de R\$ 811,20 (oitocentos e onze reais e vinte centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

GUILHERME NUNES BOFF
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:Nome:
CPF:

4º TERMO ADITIVO Nº 130/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 27, 28, 35 E 38 DO EMPENHO Nº 8342 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS NUNESMANN LTDA., estabelecida na Rua Dom Pedro II, 327, bairro Canoas, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 02.409.724/0001-19, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Amilton Ressel, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 27 (Banana caturra, 1linha, caixa 20 kg.), numa quantidade de 263 Cx., ficando num valor total de R\$ 4.471,00 (quatro mil, quatrocentos e setenta e um reais), conforme justificativa em anexo;

Item 28 (Maçã Fuji, caixa com 18 kg.), numa quantidade de 150 Cx., ficando num valor total de R\$ 2.910,00 (dois mil, novecentos e dez reais), conforme justificativa em anexo;

Item 35 (Tomate, capacidade 20 kg.), numa quantidade de 60 Cx., ficando num valor total de R\$ 1.614,00 (um mil, seiscentos e catorze reais), conforme justificativa em anexo;

Item 38 (Ovos, bandejas com 30 unidades.), numa quantidade de 1900 Un., ficando num valor total de R\$ 5.035,00 (cinco mil e trinta e cinco reais), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente

instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

AMILTON RESSEL
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome:
CPF:Nome:
CPF:

5º TERMO ADITIVO Nº 131/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 02, 12 E 22 DO EMPENHO Nº 8347 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA. ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa COMERCIAL AGRÍCOLA ALTO VALE LTDA. ME., estabelecida na Av. Colombo Machado Salles, 1371, bairro Vila Nova, no município de Laurentino/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 75.779.223/0001-06, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Carlos Simão, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 02 (Banana branca, caixa com 16 kg.), numa quantidade de 106 Cx., ficando num valor total de R\$ 2.639,40 (dois mil, seiscentos e trinta e nove reais e quarenta centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 12 (Cenoura, capacidade da embalagem 20 kg.), numa quantidade de 45 Cx., ficando num valor total de R\$ 850,50 (oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 22 (Laranja pera, caixa com 20 kg.), numa quantidade de 132 Cx., ficando num valor total de R\$ 1.614,00 (um mil, seiscentos e catorze reais), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CARLOS SIMÃO
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

6º TERMO ADITIVO Nº 132/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 16 E 29 DOS EMPENHOS Nº 8332, 8333 E 8339 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA PANIFICADORA COELHO NETO LTDA. EPP.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa PANIFICADORA COELHO NETO LTDA. EPP., estabelecida na Rua Coelho Neto, 80, bairro Centro, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 95.773.883/0001-89, ora denominada CONTRATADA, representada pela sua Sócia Administradora, Sra. Marli Schulle, resolvem os termos facultados por lei, obedecendo as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 16 (Leite Pasteurizado tipo C.), numa quantidade de 50 Lts., ficando num valor total de R\$ 115,00 (cento e quinze reais), conforme justificativa em anexo;

Item 29 (Pão francês, 50 gr.), numa quantidade de 1.173 Kg., ficando num valor total de R\$ 9.090,75 (nove mil, noventa reais e

setenta e cinco centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

MARLI SCHULLE
Sócia Administradora
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

7º TERMO ADITIVO Nº 133/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 08 E 20 DOS EMPENHOS Nº 8345, 8351 E 10697 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa COOPERATIVA REGIONAL AGROPECUÁRIA VALE DO ITAJAÍ, estabelecida na Rod. Br 470, Km 141, 6900, bairro Santa Galo, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.789.782/0001-42, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Fabricio dos Santos, resolvem os termos facultados por lei, obedecendo as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 08 (Coxa e sobrecoxa de frango, embalagem contendo 1 kg.), numa quantidade de 500 Un., ficando num valor total de R\$ 2.245,00 (dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais), conforme justificativa em anexo;

Item 20 (Biscoito doce sabor coco, pct 370 gramas), numa quantidade de 400 Un., ficando num valor total de R\$ 816,00 (oitocentos e dezesseis reais), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

FABRICIO DOS SANTOS
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

8º TERMO ADITIVO Nº 134/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 30 E 42 DOS EMPENHOS Nº 8344, 8346 E 8349 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA SUPREMA-VILLE ALIMENTAÇÃO LTDA. EPP.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa SUPREMA-VILLE ALIMENTAÇÃO LTDA. EPP, estabelecida na Rua Fátima, 2043, bairro Fatima, no município de Joinville/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 16.646.631/0001-12, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Rodrigo Damas Corrêa, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 30 (Carne bovina moída, embalagem contendo 1 kg.), numa quantidade de 784 Un., ficando num valor total de R\$ 8.937,60 (oito mil, novecentos e trinta e sete reais e sessenta centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 42 (Carne bovina em cubos, embalagem contendo 1 kg.), numa quantidade de 992,50 Un., ficando num valor total de R\$ 11.215,25 (onze mil, duzentos e quinze reais e vinte e cinco centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.
GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

RODRIGO DAMAS CORRÊA
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

9º TERMO ADITIVO Nº 135/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DOS ITENS 07 E 37 DO EMPENHO Nº 8338 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA GIZELE REGINA DA SILVA ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa GIZELE REGINA DA SILVA ME., estabelecida na Rua Pedro Neri Schwinden, 507, bairro Vargem dos Pinheiros, no município de Santo Amaro da Imperatriz/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 13.839.796/0001-12, ora denominada CONTRATADA, representada pela sua Empresária, Sra. Gizele Regina da Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 07 (Biscoito doce sabor leite pct. 400 gramas), numa quantidade de 532 Un., ficando num valor total de R\$ 1.101,24 (um mil, cento e um reais e vinte e quatro centavos), conforme justificativa em anexo;

Item 37 (Biscoito rosquinha de chocolate, pct com 400 gramas), numa quantidade de 584 Un., ficando num valor total de R\$ 1.197,20 (um mil, cento e noventa e sete reais e vinte centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

GIZELE REGINA DA SILVA

Empresária

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

10º TERMO ADITIVO Nº 136/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DO ITEM 06 DO EMPENHO Nº 8335 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa NUTRI SC COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. ME., estabelecida na Rua Olavo Bilac, 1842-E, bairro Jardim América, no município de Chapecó/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 07.814.016/0001-87, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Jonathan de Lima Pinto, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo

Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 06 (Massa com ovos tipo aletria pct 500 gr. (cabelo de anjo)), numa quantidade de 742 Un., ficando num valor total de R\$ 1.610,14 (um mil, seiscentos e dez reais e catorze centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contratante

JONATHAN DE LIMA PINTO

Procurador

Contratada

Testemunhas:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

11º TERMO ADITIVO Nº 137/2014 - RELATIVO AO ACRÉSCIMO DO ITEM 17 DO EMPENHO Nº 8343 DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 115/2014, REFERENTE AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, SETOR DE MERENDA ESCOLAR, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA MAYCON WILL ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antonio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa MAYCON WILL ME., estabelecida na Rua Treze de Junho, 769, bairro Flor de Nápolis, no município de São José/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 18.712.730/0001-80, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Procurador, Sr. Luiz

Fernando Sebold, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Pregão Presencial nº 115/2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no artigo 65, inciso II, letra "d" da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

Fica acrescido nos itens as seguintes quantidades:

Item 17 (Massa com ovos tipo parafuso, pct. 500 gr.), numa quantidade de 1040 Un., ficando num valor total de R\$ 1.466,40 (um mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e quarenta centavos), conforme justificativa em anexo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

Rio do Sul, 26 de novembro de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

LUIZ FERNANDO SEBOLD
Procurador
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____	Nome: _____
CPF: _____	CPF: _____

4º TERMO ADITIVO Nº 138/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 047/2014, REFERENTE EXECUÇÃO DA QUADRA POLIESPORTIVA DO C.E.I. PREFEITO LUIZ ADELAR SOLDATELLI, BARRAGEM EM RIO DO SUL, ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL E A EMPRESA CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representado pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME., estabelecida na Rua Alcebíades Vidal de Souza, 986, Serraria, no município de São José/SC, CEP 88.115-630 inscrita no CNPJ sob o nº 05.725.151/0001-20, ora denominada CONTRATADA,

representado pelo seu Sócio, Sr. Kean Renan Possamai, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Edital de Tomada de Preços nº 048/2014, o contrato original de serviços e fornecimento de material nº 047, datado de 06 de maio de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA SUPRESSÃO

Fica suprimido ao valor contratual assumido constante da Cláusula Segunda do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, no valor de R\$ 18.578,08 (dezoito mil e quinhentos e setenta e oito reais e oito centavos), conforme planilha e justificativa anexa.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

CONSTRUTORA POSSAMAI LTDA - ME
Sr. Kean Renan Possamai
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 139/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NR. 165/2014, REFERENTE A ELABORAÇÃO DE LAUDOS TÉCNICOS RELATIVO A CONDIÇÕES AMBIENTAIS DE TRABALHO, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A PDCA ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA.

Aos vinte e seis (26) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa PDCA Engenharia de Segurança Ltda., estabelecida na Rua Washington Luiz, 307, sala 03, Bairro Santana, na cidade de Rio do Sul/SC, CEP 89.160-250 inscrita no CNPJ sob o nº 09.157.263/0001-83, ora denominada CONTRATADA,

representada neste ato pelo seu Sócio Administrador, Sr. Renato Amilton Kuhl, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pela Pregão Presencial nº 112/2014 o Contrato original de Prestação de Serviços nº 165, datado de 28 de agosto de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no inciso II do Art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Quinta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 125 (cento e vinte e cinco) dias, com o seu término em 31 de março de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

PDCA ENGENHARIA DE SEGURANÇA LTDA
Sr. Renato Amilton Kuhl
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

1º TERMO ADITIVO Nº 140/2014 - DO CONTRATO DE SERVIÇO E FORNECIMENTO DE MATERIAL NR. 171/2014, REFERENTE CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÕES DA REDE HIDRÁULICAS DO CEMITÉRIO MUNICIPAL, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA METRO CÚBICO ENGENHARIA LTDA.

Aos vinte e oito (28) dias do mês de novembro (11) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa Metro Cúbico Engenharia Ltda., estabelecida na rua Georg Lucas, 85, bairro Jardim América, no município de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 06.973.540/0001-38, ora denominada CONTRATADA, representada pelo seu Sócio Administrador,

Sr. Eduardo Aragão Silva, resolvem os termos facultados por lei, obedecida as condições firmadas pelo Convite nº 141/2014, o Contrato original de Serviço e Fornecimento de Material nº 171, datado de 02 de outubro de 2014, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se no § 1º do Artigo 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Décima Primeira do contrato original e a Ordem de Serviço celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 60 (sessenta) dias, com o seu término em 05 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas

GARIBALDI ANTONIO AYROSO
Prefeito de Rio do Sul
Contratante

Metro Cúbico Engenharia Ltda
Eduardo Aragão Silva
Contratada

Testemunhas:

Nome: _____
CPF: _____

Nome: _____
CPF: _____

2º TERMO ADITIVO Nº 141/2014 - DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS NR. 140/2013, REFERENTE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE CONSULTORIA PARA O PMAT, ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE RIO DO SUL E A EMPRESA ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA.

Aos doze (12) dias do mês de setembro (09) do ano de dois mil e catorze (2014), nesta cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, presentes de um lado o MUNICÍPIO DE RIO DO SUL, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.574/0001-06, com sede na Praça 25 de Julho, 01, neste ato representada pelo Prefeito de Rio do Sul, Sr. Garibaldi Antônio Ayroso, ora denominado CONTRATANTE, e a empresa ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA., estabelecida na Rua 1.500, 1.258, Ed. Dona Laura,

Sala 103c, Centro, no município de Balneário Camboriú - SC, CEP 88330-528, inscrita no CNPJ sob o nº 02.543.805/0001-07, ora denominada CONTRATADA, representado pelo seu Diretor, Sr. Rubens Ricardo Franz, resolvem os termos facultados por lei, obedeça as condições firmadas pelo Convite nº 092/2013, o Contrato original de Prestação de Serviços Técnicos nº 140, datado de 20 de setembro de 2013, de acordo com parecer exarado pela Procuradoria Geral do Município, o qual faz parte como anexo ao presente, celebrar o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas e condições abaixo enumeradas, as quais, mutuamente, aceitam e outorgam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO FUNDAMENTO

As retificações efetuadas no presente instrumento fundamentam-se do inciso II do Artigo 57 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRAZOS

Fica prorrogado o término do prazo contratual assumido constante da Cláusula Sexta do contrato original celebrado entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, tendo um acréscimo de 108 (cento e oito) dias, com o seu término em 31 de dezembro de 2014.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA REGULARIDADE FISCAL

A Contratada no ato da assinatura do presente termo, deverá apresentar prova de regularidade fiscal da Fazenda Municipal, Estadual, Federal, INSS e FGTS.

CLÁUSULA QUARTA - DAS RATIFICAÇÕES

Ratificam-se as demais cláusulas e condições de Contrato original e seus termos aditivos, não colidentes com o presente Termo. E, por se acharem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, para surtir um só efeito, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito Rio do Sul

Contratante

ITECC CONSULTORIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO LTDA

Sr. Rubens Ricardo Franz

Contratada

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF:

CÂMARA MUNICIPAL

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 11/2013

RESUMO DO 1º TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 11/2013

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2013

Contratante: Câmara de Vereadores de Rio do Sul

Contratada: Empresa Telefônica Brasil S/A - VIVO

Objeto: Fornecimento em comodato de 10 (dez) smartphones, conforme especificações do Item 01 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 04 (quatro) smartphones, conforme especificações do Item 02 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 12 (doze) aparelhos de telefonia móvel, conforme especificações do Item 03 do Anexo I - Termo de Referência do Edital PR nº 6/2013; 26 (vinte e seis) chips para telefone celular, com tecnologia GSM; 01 pacote compartilhado de 5.000 (cinco mil) SMS mensal; 01 pacote de voz compartilhada de 5.000 (cinco mil) minutos mensal, incluindo ligações VC-1, VC-2 e VC-3, podendo estes dois últimos ser subcontratados e portabilidade dos números já utilizados pela Câmara Municipal de Rio do Sul; 11 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 3 Gb cada com micro-chips incluso, para uso dos tablets já existentes na Câmara; 14 pacotes de dados de internet móvel 3G, com franquia mensal de 600 Mb cada, para uso nos 14 smartphones.

Valor: Fica Alterado o item 3.2 da Cláusula Terceira do contrato nº 11/2013, passando-se a vigor com a seguinte redação: para a execução do presente contrato será pago à Contratada o valor total estimado em R\$ 43.865,15.

Vigência: Fica alterada a Cláusula Segunda - VIGÊNCIA do contrato nº 11/2013, passando-se a vigência do contrato a partir de 20 de outubro de 2014 a 19 de outubro de 2015.

Rio do Sul, 17 de outubro de 2014.

JAIME SBORZ

Presidente da Câmara Municipal

CLÉBER PINHEIRO LIMA

JOSÉ OSCAR AZEVEDO JUNIOR

Empresa Telefônica Brasil S/A

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 086/2014

DECRETO Nº 086 - DE 28 NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Municipal 01.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 138.875,96 (Cento e Trinta e Oito Mil Oitocentos e Setenta e Cinco Reais e Noventa e Seis Centavos), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02 - CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 3.033 - PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E PASSEIOS
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 138875,96
Fonte: 01.83
RED: 139

Art. 2º - A suplementação de que se trata o artigo anterior, será utilizado o Excesso de Arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito.
Salto Veloso - SC, 28 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

JOSÉ CARLOS ONEDA
Secretário Municipal de Administração e Finanças

DECRETO MUNICIPAL Nº 087/2014

DECRETO Nº 087 - DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DE ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLAUDEMIR CESCA, PREFEITO MUNICIPAL DE SALTO VELOSO , SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Lei Orçamentária Municipal 1.470/2012 de 13/12/2012;

Decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir um crédito suplementar no valor de R\$ 6.290,00 (Seis Mil Duzentos e Noventa Reais), conforme discriminação abaixo:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3.5 - TRANSFERENCIAS
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.290,00
Fonte: 01.00

RED: 6

Art. 2º - Para suporte de que se trata o Artigo anterior, fica Utilizado o mesmo valor da Anulação da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 02. CHEFIA DO EXECUTIVO
Projeto/Atividade: 4.005 - MANUT. DAS ATIV. DA SEC. DE ADM. E FINANÇAS
Categoria Econômica 3.1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
Modalidade de Aplicação 90 - APLICAÇÕES DIRETAS
Valor: R\$ 6.290,00
Fonte: 01.00
RED: 4

Art. 3º. Este Decreto entre em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Salto Veloso - SC, 28 de Novembro de 2014.
CLAUDEMIR CESCA
Prefeito Municipal

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

EDITAL Nº 96/2014-CV

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL-SC

Processo de Licitação nº 96/2014-Carta Convite

O Município de Santa Rosa do Sul - SC, torna público que se encontra aberto o processo de licitação para contratação de Empresa Especializada para Locação, Montagem e Desmontagem de Estruturas de Palco, Tendas tencionadas, Camarim, Sonorização e Iluminação Profissional e produção de shows musicais, para realização do evento Natal Iluminado, Edição 2014. Com recebimento da documentação e proposta até às 15h:45min., do dia 11/12/2014 com abertura dos envelopes às 16:00horas do mesmo dia. Cópia do edital e seus anexos serão obtidos junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Rau-pp, Nº 400, Centro, Santa Rosa do Sul, fone: (0xx48)3534-1113- E-mail licitacao@santarosadosul.sc.gov.br

Santa Rosa do Sul, 03 de dezembro de 2014

NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

RESUMO DE HOMOLOGAÇÃO_EDITAL Nº 58/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL

RESULTADO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação nº 58/2014-Concorrência Pública

Objeto: Execução de pavimentação com lajotas sextavada de concreto fck+35mpa e Concreto Betumioso Usinado a Quente (CBUQ), de estradas Rurais do município de Santa Rosa do Sul/SC, conforme projetos arquitetônicos, plantas, memoriais descritivos, orçamentos discriminativos, e cronograma físico-financeiro.

Empresa Vencedora Lote 01: Concretubos, Obras de Urbanização Ltda EPP

TOTAL: R\$: R\$ 1.104.796,75(Um milhão, cento e quatro mil, setecentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos).

Empresa Vencedora Lote 02: Coenco Engenharia e Construções Ltda

TOTAL: R\$ 390.353,98(Trezentos e noventa mil, trezentos e cinquenta e três reais e noventa e oito centavos).

RREO - ANEXO 1 - 5º BIM/2014

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.800.000,00	27.800.000,00	3.070.886,09	11,05	13.748.770,16	49,46
RECEITAS CORRENTES	14.300.000,00	14.300.000,00	2.430.798,37	17,00	12.034.668,65	84,16
RECEITA TRIBUTÁRIA	769.205,00	769.205,00	114.025,37	14,82	666.216,09	86,31
IMPOSTOS	677.540,00	677.540,00	108.660,75	16,04	562.464,29	83,02
TAXAS	91.665,00	91.665,00	5.364,62	5,85	93.751,80	102,28
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	173.720,00	173.720,00	29.898,35	17,21	134.167,94	77,23
CONTRIB P/CUSTEIO DO SERVIÇO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	173.720,00	173.720,00	29.898,35	17,21	134.167,94	77,23
RECEITA PATRIMONIAL	69.400,00	69.400,00	26.189,01	37,74	128.648,55	185,37
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	69.400,00	69.400,00	26.189,01	37,74	128.648,55	185,37
RECEITA DE SERVIÇOS	561.540,00	561.540,00	88.113,80	15,69	462.119,49	82,30
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	12.604.955,00	12.604.955,00	2.145.777,77	17,02	10.496.708,31	83,27
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	12.404.955,00	12.404.955,00	2.095.787,61	16,89	10.296.718,19	83,00
Transf. de Conv.	200.000,00	200.000,00	49.990,16	25,00	199.990,12	99,99
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	121.180,00	121.180,00	26.794,07	22,11	156.808,27	129,40
Multas e Juros de Mora	59.260,00	59.260,00	9.923,48	16,75	55.149,80	93,06
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	57.760,00	57.760,00	15.510,61	26,85	96.985,80	166,18
RECEITAS DIVERSAS	4.160,00	4.160,00	1.359,98	32,69	5.672,67	136,36
RECEITAS DE CAPITAL	13.500.000,00	13.500.000,00	640.087,72	4,74	1.714.101,51	12,70
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	0,00	0,00	0,00	0,00	550.000,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS	0,00	0,00	119.810,00	0,00	119.810,00	0,00
ALIEÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	119.810,00	0,00	119.810,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	13.500.000,00	13.500.000,00	520.277,72	3,85	1.044.291,51	7,74
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	13.500.000,00	13.500.000,00	520.277,72	3,85	1.044.291,51	7,74
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	27.800.000,00	27.800.000,00	3.070.886,09	11,05	13.748.770,16	49,46
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobilização	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual						
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	27.800.000,00	27.800.000,00	3.070.886,09	11,05	13.748.770,16	49,46
DEFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	27.800.000,00	27.800.000,00	3.070.886,09	11,05	13.748.770,16	49,46
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	661.565,08	—	—	558.339,53	—
Superávit Financeiro	—	661.565,08	—	—	558.339,53	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	27.800.000,00	7.781.545,61	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	38,09
DESPESAS CORRENTES	12.629.140,00	1.618.360,79	14.247.500,79	1.767.825,36	11.820.991,90	2.291.868,98	11.238.408,40	78,88
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.035.020,00	261.750,29	7.296.770,29	1.327.806,27	6.493.425,67	1.318.617,14	6.481.667,04	88,83
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	150.000,00	-33.100,00	116.900,00	-163,61	99.709,66	13.337,50	83.124,61	71,11
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.444.120,00	1.389.710,50	6.833.830,50	440.182,70	5.227.856,57	959.914,34	4.673.616,75	68,39
DESPESAS DE CAPITAL	15.164.860,00	6.163.184,82	21.328.044,82	736.438,08	6.445.777,79	654.165,09	2.315.762,09	10,86
INVESTIMENTOS	14.709.860,00	6.129.753,70	20.839.613,70	735.104,81	6.056.081,08	583.561,66	1.951.243,43	9,36
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	455.000,00	33.431,12	488.431,12	1.333,27	389.696,71	70.603,43	364.518,66	74,63
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	6.000,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	27.800.000,00	7.781.545,61	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	38,09
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO ALIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	27.800.000,00	7.781.545,61	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	38,09
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	194.599,67	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	27.800.000,00	7.781.545,61	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.748.770,16	38,64
								22.027.375,12

FONTE:

SANTA ROSA DO SUL , 20/11/2014

FABIO DE SOUZA MACHADO	MONICA FARIAS DA SILVA	NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Controlador CRC/SC 023.923/O-2	Coord. Controle Interno	Prefeito Municipal

RREO - ANEXO 2 - 5º BIM/2014

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	27.800.000,00	36.581.545,61	2.504.283,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	100,00	38,09
Legislativa	648.000,00	648.000,00	91.822,31	501.959,04	99.637,76	492.824,22	3,64	76,05
Ação Legislativa	648.000,00	648.000,00	91.822,31	501.959,04	99.637,76	492.824,22	3,64	76,05
Administração	1.427.000,00	1.493.552,64	157.614,22	1.398.058,90	242.588,43	1.318.647,91	9,73	88,29
Administração Geral	1.427.000,00	1.493.552,64	157.614,22	1.398.058,90	242.588,43	1.318.647,91	9,73	88,29
Segurança Pública	53.200,00	89.694,80	7.405,09	27.782,67	7.464,99	27.782,67	0,20	30,97
Policimento	53.200,00	59.694,80	7.405,09	18.641,67	7.464,99	18.641,67	0,14	31,23
Defesa Civil	0,00	30.000,00	0,00	9.141,00	0,00	9.141,00	0,07	30,47
Assistência Social	858.011,00	991.337,23	67.533,92	393.681,61	95.450,54	346.733,93	2,56	34,98
Assistência ao Idoso	40.000,00	40.000,00	381,18	13.096,74	381,18	12.671,11	0,09	31,68
Assistência ao Portador de Deficiência	31.151,00	31.151,00	0,00	21.780,00	4.015,00	14.905,00	0,11	47,85
Assistência à Criança e ao Adolescente	340.500,00	340.500,00	23.335,88	216.554,00	36.784,65	188.968,80	1,39	55,50
Assistência Comunitária	446.360,00	579.686,23	43.816,86	142.250,87	54.269,71	130.189,02	0,96	22,46
Previdência Social	350.000,00	350.000,00	64.189,25	311.840,63	64.189,25	311.840,63	2,30	89,10
Previdência Básica	350.000,00	350.000,00	64.189,25	311.840,63	64.189,25	311.840,63	2,30	89,10
Saúde	3.262.220,00	3.526.536,73	490.241,64	2.960.038,58	582.061,03	2.879.327,47	21,24	81,65
Atenção Básica	3.186.640,00	3.439.281,14	482.483,00	2.931.356,10	574.144,85	2.854.244,99	21,06	82,99
Vigilância Sanitária	34.780,00	46.455,59	5.868,99	18.390,38	4.016,42	14.790,38	0,11	31,84
Vigilância Epidemiológica	40.800,00	40.800,00	1.889,65	10.292,10	3.899,76	10.292,10	0,08	25,23
Educação	5.100.749,00	6.268.862,58	664.664,95	5.338.442,96	810.220,23	3.601.481,11	26,57	57,45
Alimentação e Nutrição	167.009,00	257.009,00	51.187,98	222.203,73	57.131,32	218.946,17	1,62	85,19
Ensino Fundamental	3.833.380,00	4.722.618,75	404.223,75	4.004.102,77	496.110,29	2.281.040,28	16,83	48,30
Ensino Superior	50.000,00	50.000,00	0,00	19.005,00	5.430,00	16.290,00	0,12	32,58
Educação Infantil	1.050.360,00	1.239.234,83	209.253,22	1.093.131,46	251.548,62	1.085.204,66	8,01	87,57
Cultura	870.000,00	1.425.000,00	351.667,12	697.270,02	355.592,12	695.195,02	5,13	48,79
Difusão Cultural	870.000,00	1.425.000,00	351.667,12	697.270,02	355.592,12	695.195,02	5,13	48,79
Urbanismo	4.947.720,00	7.020.737,32	370.757,49	3.016.630,12	201.843,25	574.838,99	4,24	8,19
Infra-Estrutura Urbana	4.012.000,00	6.080.017,32	369.934,92	2.692.580,81	133.413,74	276.887,24	2,04	4,55
Serviços Urbanos	935.720,00	940.720,00	822,57	324.049,31	68.429,51	297.951,75	2,20	31,67
Habitação	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Urbana	320.000,00	320.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/2

Continuação 2/2

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Saneamento	27.800.000,00	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	100,00	38,09
Saneamento Básico Urbano	3.673.000,00	6.188.352,09	53.391,78	331.839,71	62.343,25	312.621,84	2,31	5,05
Agricultura	3.673.000,00	6.188.352,09	53.391,78	331.839,71	62.343,25	312.621,84	2,31	5,05
Extensão Rural	1.400.000,00	1.751.100,00	36.673,54	1.214.122,99	50.651,13	1.197.322,51	8,83	68,38
Indústria	1.400.000,00	1.751.100,00	36.673,54	1.214.122,99	50.651,13	1.197.322,51	8,83	68,38
Promoção Industrial	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comércio e Serviços	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turismo	321.000,00	321.000,00	0,00	800,00	0,00	800,00	0,01	0,25
Transporte	321.000,00	321.000,00	0,00	800,00	0,00	800,00	0,01	0,25
Transporte Rodoviário	1.967.100,00	2.550.041,10	76.230,33	1.250.434,26	229.106,88	1.073.616,25	7,92	42,10
Desporto e Lazer	1.967.100,00	2.550.041,10	76.230,33	1.250.434,26	229.106,88	1.073.616,25	7,92	42,10
Desporto Comunitário	1.655.000,00	1.690.000,00	16.645,36	106.459,76	17.977,36	69.143,12	0,51	4,09
Encargos Especiais	1.655.000,00	1.690.000,00	16.645,36	106.459,76	17.977,36	69.143,12	0,51	4,09
Ensino Fundamental	891.000,00	891.331,12	55.426,44	717.408,44	126.907,85	651.994,82	4,81	73,15
Serviço da Dívida Interna	135.000,00	135.000,00	0,00	112.925,16	15.250,00	92.603,38	0,68	68,60
Outros Encargos Especiais	470.000,00	470.331,12	1.169,66	376.481,21	68.690,93	355.039,89	2,62	75,49
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	286.000,00	286.000,00	54.256,78	228.002,07	42.966,92	204.351,55	1,51	71,45
	6.000,00	6.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	27.800.000,00	35.581.545,61	2.504.263,44	18.266.769,69	2.946.034,07	13.554.170,49	100,00	38,09

FONTE:

SANTA ROSA DO SUL , 20/11/2014

FABIO DE SOUZA MACHADO	MONICA FARIAS DA SILVA	NELSON CARDOSO DE OLIVEIR
Contador CRC/SC 023.923/O-2	Coord. Controle Interno	Prefeito Municipal

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO - ANEXO 8 - 5º BIM/2014

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	725.160,00	725.160,00	129.607,48	646.812,45	89,20
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	242.560,00	242.560,00	28.291,61	246.400,61	101,58
1.1.1- IPTU	200.800,00	200.800,00	7.756,74	165.401,12	82,37
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.040,00	2.040,00	719,89	2.773,91	135,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	29.460,00	29.460,00	12.714,67	49.320,51	167,42
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	10.260,00	10.260,00	7.100,31	28.905,07	281,73
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	77.240,00	77.240,00	20.081,76	63.222,13	81,85
1.2.1- ITBI	77.240,00	77.240,00	20.081,76	63.222,13	81,85
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	262.080,00	262.080,00	56.813,47	234.132,19	89,34
1.3.1- ISS	256.220,00	256.220,00	56.401,61	230.783,52	90,07
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	1.860,00	1.860,00	51,25	280,89	15,10
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	2.780,00	2.780,00	222,68	2.137,27	76,88
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.220,00	1.220,00	137,93	930,51	76,27
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	143.280,00	143.280,00	24.420,64	103.057,52	71,93
1.4.1- IRRF	143.280,00	143.280,00	24.420,64	103.057,52	71,93
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.096.860,00	10.096.860,00	1.397.104,14	7.665.814,90	75,92
2.1- Cota-Parte FPM	5.913.360,00	5.913.360,00	764.586,78	4.621.872,40	78,16
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	5.913.360,00	5.913.360,00	764.586,78	4.621.872,40	78,16
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.517.580,00	3.517.580,00	500.174,11	2.465.841,99	70,10
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	17.560,00	17.560,00	2.440,20	10.990,90	62,53
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	60.920,00	60.920,00	8.713,86	42.348,04	69,51
2.5- Cota-Parte ITR	7.160,00	7.160,00	5.593,71	6.252,79	87,33
2.6- Cota-Parte IPVA	580.280,00	580.280,00	115.595,48	518.518,78	89,36
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	10.822.020,00	10.822.020,00	1.526.711,62	8.312.627,35	76,81
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	378.440,00	378.440,00	135.583,31	417.316,85	110,27
5.1- Transferências do Salário-Educação	196.820,00	196.820,00	45.418,79	231.026,86	117,38
5.2- Transferências Diretas - PDDE	5.480,00	5.480,00	0,00	3.660,00	66,79
5.3- Transferências Diretas - PNAE	67.060,00	67.060,00	15.964,00	63.856,00	95,22
5.4- Transferências Diretas - PNATE	109.080,00	109.080,00	17.697,64	61.941,74	56,79
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	56.453,56	56.453,56	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	49,32	378,69	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.200.000,00	1.200.000,00	341.166,41	341.166,41	28,43
6.1- Transferências de Convênios	1.200.000,00	1.200.000,00	341.166,41	341.166,41	28,43
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	200.000,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	257.040,00	257.040,00	86.681,07	233.893,82	91,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.835.480,00	1.835.480,00	563.430,79	1.182.377,08	64,96
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.969.296,00	1.969.296,00	279.247,92	1.532.415,18	77,82
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.132.596,00	1.132.596,00	152.890,32	924.347,24	81,61
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	703.516,00	703.516,00	100.034,68	493.167,64	70,10
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.512,00	3.512,00	488,04	2.196,18	62,53
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	12.184,00	12.184,00	1.597,26	7.762,42	63,71
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	1.432,00	1.432,00	1.118,71	1.250,44	87,32
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	116.056,00	116.056,00	23.118,91	103.691,26	89,35
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.280.360,00	2.280.360,00	462.754,15	2.256.537,88	98,96
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.274.280,00	2.274.280,00	461.450,19	2.248.638,32	98,67
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	6.080,00	6.080,00	1.303,96	7.899,56	129,93
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	304.984,00	304.984,00	182.202,27	716.223,14	234,84
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.490.360,00	1.545.360,00	315.098,37	1.516.203,86	98,11
13.1- Com Educação Infantil	440.360,00	495.360,00	101.922,41	493.423,97	99,61
13.2- Com Ensino Fundamental	1.050.000,00	1.050.000,00	213.175,96	1.022.779,89	97,41
14- OUTRAS DESPESAS	790.000,00	870.000,00	150.025,08	760.747,67	87,44
14.1- Com Educação Infantil	300.000,00	380.000,00	83.157,55	377.726,40	99,40
14.2- Com Ensino Fundamental	490.000,00	490.000,00	66.867,53	383.021,27	78,17
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	2.280.360,00	2.415.360,00	465.123,45	2.276.951,53	94,27
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					2.276.951,53
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					67,19
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					33,71
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					-0,90
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.705.505,00	2.705.505,00	381.677,91	2.078.156,84	76,81
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.020.360,00	1.183.180,00	239.696,34	1.035.274,72	87,50
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	2.255.000,00	2.285.480,00	359.285,38	1.711.175,11	74,87
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.540.000,00	1.540.000,00	280.043,49	1.405.801,16	91,29
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	715.000,00	745.480,00	79.241,89	305.373,95	40,96
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.275.360,00	3.468.660,00	598.971,72	2.746.449,83	79,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					716.223,14
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					7.899,56
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					724.122,70
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					2.022.327,13
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %					24,33
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	197.620,00	286.787,11	28.507,15	254.075,28	88,59
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.545.560,00	2.038.723,80	135.430,04	355.640,54	17,44
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.743.380,00	2.525.510,91	163.937,19	609.715,82	24,14
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	5.018.740,00	5.994.170,91	762.908,91	3.356.165,65	55,99

MUNICÍPIO DE SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		0,00	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		2.248.638,32	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		2.197.447,71	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		2.197.447,71	0,00
49.2 Restos a Pagar		0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		7.899,56	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		59.090,17	0,00

SANTA ROSA DO SUL , 20/11/2014

FABIO DE SOUZA MACHADO
Contador CRC/SC 023.923/O-2MONICA FARIAS DA SILVA
Coord. Controle InternoNELSON CARDOSO DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO - ANEXO 12 - 5° BIM/2014

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	725.160,00	725.160,00	646.812,45	89,20
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	200.800,00	200.800,00	165.401,12	82,37
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	77.240,00	77.240,00	63.222,13	81,85
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	256.220,00	256.220,00	230.783,52	90,07
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	143.280,00	143.280,00	103.057,52	71,93
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.900,00	3.900,00	3.054,80	78,33
Dívida Ativa dos Impostos	32.240,00	32.240,00	51.457,78	159,61
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	11.480,00	11.480,00	29.835,58	259,89
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.846.480,00	9.846.480,00	7.665.814,90	77,85
Cota-Parte FPM	5.662.980,00	5.662.980,00	4.621.872,40	81,62
Cota-Parte ITR	7.160,00	7.160,00	6.252,79	87,33
Cota-Parte IPVA	580.280,00	580.280,00	518.518,78	89,36
Cota-Parte ICMS	3.517.580,00	3.517.580,00	2.465.841,99	70,10
Cota-Parte IPI-Exportação	60.920,00	60.920,00	42.348,04	69,51
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	17.560,00	17.560,00	10.980,90	62,53
Desoneração ICMS (LC 87/96)	17.560,00	17.560,00	10.980,90	62,53
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	10.571.640,00	10.571.640,00	8.312.627,35	78,63

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.063.220,00	1.063.220,00	827.760,70	77,85
Provenientes da União	1.063.220,00	1.063.220,00	827.760,70	77,85
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.063.220,00	1.063.220,00	827.760,70	77,85

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.946.360,00	3.139.565,41	2.776.036,93	88,42	2.695.325,82	85,85
Pessoal e Encargos Sociais	1.750.660,00	1.825.202,03	1.599.627,80	87,64	1.599.627,80	87,64
Outras Despesas Correntes	1.195.700,00	1.314.363,38	1.176.409,13	89,50	1.095.698,02	83,36
DESPESAS DE CAPITAL	315.860,00	386.971,32	184.001,65	47,55	184.001,65	47,55
Investimentos	315.860,00	386.971,32	184.001,65	47,55	184.001,65	47,55

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	315.860,00	386.971,32	184.001,65	47,55	184.001,65	47,55
	315.860,00	386.971,32	184.001,65	47,55	184.001,65	47,55
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.262.220,00	3.526.536,73	2.960.038,58	83,94	2.879.327,47	81,65
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	%	DESPESAS LIQUIDADAS	%
			Até o Bimestre (h)	(h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	(i/IV)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	1.333.220,00	1.544.536,73	1.111.639,06	37,55	1.063.133,79	36,92
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	1.063.220,00	1.259.536,73	997.218,20	33,69	957.042,93	33,24
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	270.000,00	285.000,00	114.420,86	3,87	106.090,86	3,68
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	1.333.220,00	1.544.536,73	1.111.639,06	37,55	1.063.133,79	36,92
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	1.929.000,00	1.982.000,00	1.848.399,52	46,38	1.816.193,68	44,73
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 6						21,85
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIb)/100]						569.299,58

Continúa 2/4

Continuação 3/4

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 26 E 28								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)				SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA		DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		
		Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100			
	3.186.640,00 34.780,00 40.800,00	3.439.281,14 46.455,59 40.800,00	2.931.356,10 18.390,38 10.292,10	99,03 0,62 0,35	2.854.244,99 14.790,38 10.292,10	99,13 0,51 0,36		
	3.262.220,00	3.526.536,73	2.960.038,58	100,00	2.879.327,47	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h-i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.
6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(i+n) - (15 \times IIIb)/100]$

Continua 3/4

Município de SANTA ROSA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

SANTA ROSA DO SUL , 20/11/2014

FABIO DE SOUZA MACHADO Contador CRC/SC 023.923/O-2	MONICA FARIAS DA SILVA Coord. Controle Interno	NELSON CARDOSO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal
---	---	--

Santiago do Sul

PREFEITURA

EDITAL 80/2014

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL RETIFICADO
Processo Administrativo Nº. 107/2014.
Edital: PREGÃO Nº. 80/2014.
Tipo: Unitário.
Objeto: Prestação de serviço de locação de brinquedos para instalação na praça municipal, para utilização das crianças em comemoração ao natal a ser realizado no dia 18 de dezembro de 2014 das 18:00 horas às 21:00 horas.
Entrega dos Envelopes: 13:30 horas do dia 16 de dezembro de 2014.
Abertura dos Envelopes: 13:30 horas do dia 16 de dezembro de 2014.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br .
SANTIAGO DO SUL, 02 de novembro de 2014.
VOLMIR ANTONIO SOTILLE
PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATO 94-2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	94/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	R F CARDINAL HUTH - ME
Objeto	Prestação de serviço de capacitação de professores da rede municipal de ensino do município de Santiago do Sul, a ser realizada nos dias 18 a 22 de dezembro de 2014.
Valor	R\$ 7.980,00 (sete mil novecentos e oitenta reais).
Vigência	01 de dezembro a 22 de dezembro de 2014.
Processo Nº.	106/2014
Pregão Presencial	79/2014
Santiago do Sul-SC, 01 de dezembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 95-2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Termo Aditivo Nº	95/2014
Contrato Principal Nº	82/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	Casanova, Lorenzetti & Cia Ltda
Objeto	Aquisição de 1.000 litros de óleo diesel S-10.
Vigência	01 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.
Santiago do Sul-SC, 01 de dezembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

CONTRATO 93/2014

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº	93/2014
Contratante	Município de Santiago do Sul
Contratada	GRIGOL AGROPECUÁRIA LTDA - EPP
Objeto	Prestação de serviços médico veterinário.
Valor	R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) por mês.
Vigência	01 de dezembro a 31 de dezembro de 2014.
Processo Nº.	102/2014
Pregão Presencial	75/2014
Santiago do Sul-SC, 24 de novembro de 2014.	
VOLMIR ANTONIO SOTILLE	
PREFEITO MUNICIPAL	

São Bento do Sul

SAMAE - SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 65/2014

Pregão Presencial nº 65/2014

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL

Processo Administrativo Nº 65/2014

MENOR PREÇO GLOBAL

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 17 de dezembro de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços laboratoriais em análises de água.

Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 03 de dezembro de 2014.

OSMAR TELMA

Diretor Presidente

São Domingos

PREFEITURA

DEC 1767 26 11 14 ADMITE EMPREGADA PÚBLICA MUNICIPAL ANGELICA GIRARDI

DECRETO Nº 1767, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

Admite empregada pública aprovada em Processo Seletivo Simplificado.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90, atualizada; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, atualizada; e nº 0018, de 28/01/08, atualizada, e pela Lei Complementar Municipal n. 0045, de 06 de novembro de 2012, e;

- Considerando o Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2013, de 26 de dezembro de 2013;
- Considerando o Edital Nº 0007 de Processo Seletivo Público nº 002/2013, de 07 de fevereiro de 2014, que homologa o resultado final do Processo Seletivo Simplificado;
- Considerando a necessidade de cumprir com as normas do Programa (ESF), Estratégia da saúde da Família o qual visa a contratação de pessoal para exercer as funções de Técnico em Enfermagem junto a equipe de saúde;
- Considerando que o (ESF) Estratégia da Saúde da Família é um convênio com a Secretaria da Saúde Estadual e Federal;
- Considerando o art. 4º inciso III da Lei Complementar 043 de 26 de julho de 2012;
- Considerando a necessidade da realização e execução de serviços inadiáveis e indispensáveis para o atendimento da saúde pública do município;
- Considerando o princípio da legalidade e do interesse público dos atos da Administração Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica admitida para o Serviço Público Municipal a Senhora Angélica Girardi, para exercer o emprego público de Técnico em Enfermagem, Admitida em Caráter Temporário (ACT), deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º O período de admissão será de 24 meses de acordo com o art. 4º inciso III da Lei Complementar 043 de 26 de julho de 2012.

Art. 3º A servidora ora admitida perceberá mensalmente retribuição pecuniária equivalente ao valor inicial da tabela específica, proporcional à carga horária semanal e à habilitação comprovada, conforme disposto na legislação municipal atualizada.

Art. 4º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

De Brasília (DF), para São Domingos (SC), 26 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz

Secretária Municipal de Administração e Fazenda

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 137/2014

MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS - SC

PROCESSO LICITATÓRIO PREFE N. 137/2014

TOMADA DE PREÇOS PREFE N. 014/2014

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, TORNA PÚBLICO que até as 08:30 horas do dia 19 de dezembro de 2014, estará recebendo as propostas de interessados para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA SOBRE MACADAME SECO DO ACESSO À PRAINHA CAMPING, objeto do Contrato de Repasse n. 1013937-81/2013/MTUR/CAIXA. TUDO conforme especificado em seu Edital, anexos, e em conformidade com a Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes. Informações e esclarecimentos pelo fone (049) 34430281 e e-mail: licitacao@saodomingos.sc.gov.br.

São Domingos, SC, 1º de dezembro de 2014.

ALCIMAR DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal.

DEC 1768 DE 26 11 2014 REMANEJAMENTO FMS

DECRETO Nº 1768 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE O REMANEJAMENTO DE DOTAÇÕES NO ORÇAMENTO DO EXERCÍCIO DE 2014 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pela Lei Federal nº 4.320, de 17/03/64; pela Lei Complementar Federal nº 101, de 04/05/00; pela Lei Orçamentária Anual nº 1.729, de 04/12/13;

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado o valor de R\$ 41.000,00 (quarenta e um mil reais) no Orçamento da entidade Fundo de Saúde, nas seguintes modalidades de aplicação e fonte de recurso:

10.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.301.1006.2.027 – Manutenção das Atividades da Saúde Básica Municipal

Da Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
33900000	Aplicações Diretas	10	01.0064	41.000,00

Para Classificação Orçamentária:

Classificação	Descrição	Cod	Fonte	Valor R\$
31900000	Aplicações Diretas	07	01.0064	41.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 26 de novembro de 2014.

Alcimar de Oliveira

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

São Joaquim**PREFEITURA****PROCESSO 108/2014 AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, MÃO DE OBRA TORNO, SOLDA MÍNIMA, SOLDA PESADA E OXIGÊNIO PARA AS SECRETARIA DA AGRICULTURA E OBRAS DE SÃO JOAQUIM S/C**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 108/2014

Pregão Presencial 64/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA, MÃO DE OBRA TORNO, SOLDA MÍNIMA, SOLDA PESADA E OXIGÊNIO PARA AS SECRETARIAS DA AGRICULTURA E OBRAS.

Tipo: Menor Preço por item

Abertura: 17/12/2014 14:00 horas

Valor estimado: R\$ 68.657,40

O Processo será regido pela Lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-0411.

São Joaquim, 01 de dezembro de 2014

Humberto Luiz Brighenti

Prefeito Municipal.

São José

PREFEITURA

PORTARIA Nº 119 /2014/SF

PORTARIA Nº 119 /2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), referente a dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

792 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanentes,	
Recursos Próprios	R\$ 490,00
Total desta Atividade	R\$ 490,00
Total do Órgão	R\$ 490,00
Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 490,00

Art. 2º Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 490,00 (quatrocentos e noventa reais), na dotação consignada no Orçamento do Município de São José, a seguir especificada:

14.00 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

14.01.15.122.0105.2.015 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Infraestrutura

813 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 490,00
Total desta Atividade	R\$ 490,00
Total do Órgão	R\$ 490,00
Total da Anulação	R\$ 490,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 26 de novembro de 2014.

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA

Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 122/2014/SF

PORTARIA Nº 122/2014/SF

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 14.096,00 (quatorze mil e noventa e seis reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

165 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,	
Recursos Próprios	R\$ 14.096,00
Total desta Atividade	R\$ 14.096,00
Total do Órgão	R\$ 14.096,00
Total do Crédito Adicional Suplementar	R\$ 14.096,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 14.096,00 (quatorze mil e noventa e seis reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração

129 - 3.3.90.39.00.00.0080 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica,	
Recursos Próprios	R\$ 14.096,00
Total desta Atividade	R\$ 14.096,00
Total do Órgão	R\$ 14.096,00
Total da Anulação	R\$ 14.096,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

TERMO ADITIVO/TA Nº 100/2012-05

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Termo Aditivo/TA nº 100/2012-05 - TP 015/2011 - Processo 279/2011 - Contratado: IGUATEMI Consultoria e Serviços de Engenharia LTDA. Objeto: Contratação de empresa de consultoria especializada para execução de atividades jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais, que visam a regularização de assentamentos irregulares e a titulação de seus ocupantes, objetivando a execução de ações relativas ao Programa Projeto Piloto - PPI, São José/SC. Readequação Quantitativa: O Contrato nº 100/2012 fica readequado quantitativamente em 4,03%, representando um acréscimo de R\$ 22.473,77 (vinte e dois mil, quatrocentos e setenta e três reais e setenta e sete centavos). O valor total do Contrato original, que era de R\$ 557.846,90 (quinhentos e cinquenta e sete mil, oitocentos e quarenta e seis reais e noventa centavos), vigorará a partir deste Termo Aditivo com a importância de R\$ 580.320,67 (quinhentos e oitenta mil, trezentos e vinte reais e sessenta e sete centavos). Data da assinatura: 13 de novembro de 2014.

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
 PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 067/2014 - Processo nº 199/2014. Fornecedores: ELISVANDIA MATOS DONINI ME; HP & E MATERIAIS DE ESCRITÓRIO LTDA ME; AQUINPEL SUPRIM. ESCRITÓRIO E INF. E PAPEL LTDA; CETEC COM. EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA; e ALEXANDRA DOS PASSOS EPP. Objeto: Registro de preços para eventual aquisição de materiais de consumo e expediente destinados as unidades escolares da rede municipal de ensino da Secretaria de Educação do Município de São José/SC. Valor Total: R\$659.097,30 - seiscentos e cinquenta e nove mil, noventa e sete reais e trinta centavos. Vera Suely de Andrade - Diretora de Compras.

PORTARIA Nº 123/2014/SF

PORTARIA Nº 123/2014/SF
 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR JUNTO AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ, PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE FINANÇAS DE SÃO JOSÉ, em conformidade com o artigo 35, da Lei Municipal nº 5.375/2013 e o Decreto nº 2.060/2014, de 03 de fevereiro de 2014,

RESOLVE:

Art. 1º Abrir Crédito Adicional Suplementar, em conformidade com os artigos 25 e 36, da Lei nº 5.375, de 27 de dezembro de 2013, na importância de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), referente a dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração
 165 - 4.4.90.52.00.00.0080 - Equipamentos e Material Permanente,
 Recursos Próprios R\$ 34.000,00
 Total desta Atividade R\$ 34.000,00
 Total do Órgão R\$ 34.000,00
 Total do Crédito Adicional Suplementar R\$ 34.000,00

Art. 2º - Os recursos necessários para atendimento ao Crédito Adicional Suplementar, aberto na forma disposta no artigo 1º desta Portaria, correrão à conta da anulação da importância de R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais), na dotação consignada no Orçamento da Prefeitura de São José, a seguir especificada:

04.00 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
 04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

04.01.04.122.0105.2.013 - Funcionamento e Manutenção da Secretaria de Administração
 125 - 3.3.90.30.00.00.0080 - Material de Consumo,
 Recursos Próprios R\$ 34.000,00
 Total desta Atividade R\$ 34.000,00
 Total do Órgão R\$ 34.000,00
 Total da Anulação R\$ 34.000,00

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2014.
ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
 Secretário de Finanças

PORTARIA Nº 2620/2014/SMA

PORTARIA Nº 2620/2014/SMA
 CREDENCIA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA REALIZAR EMPRÉSTIMO CONSIGNADO EM FOLHA DE PAGAMENTO DE SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA AUTÁRQUICA E FUNDACIONAL.

O Secretário de Administração Waldemar Bornhausen Neto, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 66, parágrafo único, inciso I, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica credenciada a instituição financeira FINANCEIRA ALFA S.A - CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTOS - CNPJ: 17.167.412/0001-13, objetivando a prestação dos serviços descritos no Edital de Chamamento Público 001/2014.

Paço Municipal de São José (SC), 02 de dezembro de 2014.
 Waldemar Bornhausen Neto
 Secretário de Administração

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Página: 1 de 4
28/11/2014 13:17

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 1,0
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre (b)	%(b/a)	Até o Bimestre (c)	%(c/a)		
								(a-c)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	760.855.758,00	760.855.758,00	75.602.852,02	9,94	400.516.603,13	52,64	360.339.154,87	
Receitas Correntes	493.228.776,00	493.228.776,00	70.804.595,94	14,36	375.977.785,85	76,23	117.250.990,15	
Receita Tributária	151.611.254,00	151.611.254,00	19.644.037,48	12,96	131.116.710,39	86,48	20.494.543,61	
Impostos	112.771.385,00	112.771.385,00	15.753.913,28	13,97	100.324.382,25	88,96	12.447.002,75	
Taxas	20.497.069,00	20.497.069,00	1.482.604,91	7,23	16.862.918,29	82,27	3.634.150,71	
Contribuição de Melhoria	18.342.800,00	18.342.800,00	2.407.519,29	13,13	13.929.409,85	75,94	4.413.390,15	
Receita De Contribuições	9.417.837,00	9.417.837,00	1.850.120,58	19,64	8.866.064,45	94,14	551.772,55	
Contribuições Sociais	9.417.837,00	9.417.837,00	1.850.120,58	19,64	8.866.064,45	94,14	551.772,55	
Receita Patrimonial	3.880.766,00	3.880.766,00	2.787.135,62	71,82	14.773.877,76	380,69	-10.893.111,76	
Receitas Imobiliárias	73.500,00	73.500,00	-	-	408,30	0,56	73.091,70	
Receitas De Valores Mobiliários	3.807.266,00	3.807.266,00	2.787.135,62	73,21	14.773.469,46	388,03	-10.966.203,46	
Receita De Serviços	280.060,00	280.060,00	3.655.628,90	1.305,30	3.729.246,84	1.331,59	-3.449.186,84	
Transferências Correntes	290.279.492,00	290.279.492,00	39.079.514,05	13,46	194.887.280,38	67,14	95.392.211,62	
Transferências Intergovernamentais	258.098.192,00	258.098.192,00	37.823.171,04	14,65	191.324.875,60	74,13	66.773.316,40	
Transferências De Instituições Privadas	2.210.000,00	2.210.000,00	-	-	-	-	2.210.000,00	
Transferências De Convenios	29.971.300,00	29.971.300,00	1.256.343,01	4,19	3.562.404,78	11,89	26.408.895,22	
Outras Receitas Correntes	37.759.367,00	37.759.367,00	3.788.159,31	10,03	22.604.606,03	59,86	15.154.760,97	
Multas E Juros De Mora	10.619.810,00	10.619.810,00	1.614.727,70	15,20	7.530.101,22	70,91	3.089.708,78	
Indenizações E Restituições	2.716.611,00	2.716.611,00	196.678,49	7,24	2.064.923,41	76,01	651.687,59	
Receita Da Dívida Ativa	17.699.417,00	17.699.417,00	1.630.533,10	9,21	11.124.263,24	62,85	6.575.153,76	
Receitas Correntes Diversas	6.723.529,00	6.723.529,00	346.220,02	5,15	1.885.318,16	28,04	4.838.210,84	
Receitas De Capital	267.626.982,00	267.626.982,00	4.798.256,08	1,79	24.538.817,28	9,17	243.088.164,72	
Operações De Crédito	50.134.741,00	50.134.741,00	1.163.750,98	2,32	6.935.176,46	13,83	43.199.564,54	
Operações De Crédito Internas	39.336.091,00	39.336.091,00	2.792.750,98	7,10	6.935.176,46	17,63	32.400.914,54	
Operações De Crédito Externas	10.798.650,00	10.798.650,00	-1.629.000,00	-15,09	-	-	10.798.650,00	

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)										R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO			
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)				
Alienação De Bens Alienação De Bens Imóveis Transferências De Capital Transferências De Instituições Privadas Transferências de Convênios	5.639.200,00	5.639.200,00	-	-	-	-	5.639.200,00			
	5.639.200,00	5.639.200,00	-	-	-	-	5.639.200,00			
	211.853.041,00	211.853.041,00	3.634.505,10	1,72	17.603.640,82	8,31	194.249.400,18			
	5.683.100,00	5.683.100,00	-	-	-	-	5.683.100,00			
	206.169.941,00	206.169.941,00	3.634.505,10	1,76	17.603.640,82	8,54	188.566.300,18			
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	26,32	14.480.548,94	122,81	-2.689.441,94			
SUBTOTAL DAS RECEITAS(III)=(II+I)	772.646.865,00	772.646.865,00	78.706.093,38	10,19	414.997.152,07	53,71	357.649.712,93			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO-REFINANCIAMENTO(IV)										
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-	-	-	-			
Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-			
Contratual	-	-	-	-	-	-	-			
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO(V)=(III+IV)	772.646.865,00	772.646.865,00	78.706.093,38	10,19	414.997.152,07	53,71	357.649.712,93			
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-			
TOTAL(VII)=(V+VI)	772.646.865,00	772.646.865,00	78.706.093,38	10,19	414.997.152,07	53,71	357.649.712,93			
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES								-		
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)								-		
Superávit Financeiro	-	-	-	-	-	-	-			
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	-	-	-	-	-			

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

R\$ 1,00									
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)=(d+e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (f-g)	
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)		
									% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	757.938.675,00	38.020.116,74	795.958.791,74	57.597.525,78	390.941.880,32	73.264.175,01	339.163.711,59	42,61	456.795.080,15
Despesas Correntes	427.894.491,00	20.812.257,19	448.706.748,19	51.095.901,57	334.830.379,09	64.466.206,46	299.603.651,77	66,77	149.103.096,42
Pessoal E Encargos Sociais	192.465.863,00	8.270.944,80	200.736.807,80	29.726.140,01	166.800.885,24	33.720.853,96	161.560.146,32	80,48	39.176.661,48
Juros E Encargos Da Dívida	2.000.000,00	-528.207,44	1.471.792,56	77.657,08	1.407.759,50	280.860,09	1.158.567,19	78,72	313.225,37
Outras Despesas Correntes	233.428.628,00	13.069.519,83	246.498.147,83	21.292.104,48	166.622.334,35	30.464.492,41	136.884.938,26	55,53	109.613.209,57
Despesas De Capital	318.688.077,00	17.207.859,55	335.895.936,55	6.501.624,21	56.110.901,23	8.797.968,55	39.560.059,82	11,78	296.335.876,73
Investimentos	314.688.077,00	16.816.159,55	331.504.236,55	6.180.149,55	51.849.714,79	8.076.830,52	36.015.912,27	10,86	295.488.324,28
Amortizacao/Refinanciamento Da Dívida	4.000.000,00	391.700,00	4.391.700,00	321.474,66	4.261.186,44	721.138,03	3.544.147,55	80,70	847.552,45
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	11.356.107,00	-	11.356.107,00	-	-	-	-	-	11.356.107,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	14.708.190,00	1.499.087,10	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	81,12	3.060.499,71
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) (VIII+IX)	772.646.865,00	39.519.203,84	812.166.068,84	59.515.763,59	406.139.872,84	75.348.157,16	352.310.488,98	43,38	459.855.579,86
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)									
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO(XII)=(X+XI)	772.646.865,00	39.519.203,84	812.166.068,84	59.515.763,59	406.139.872,84	75.348.157,16	352.310.488,98	43,38	459.855.579,86
SUPERÁVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	62.686.663,09	-	-
TOTAL(XIV)=(XII+XIII)	772.646.865,00	39.519.203,84	812.166.068,84	59.515.763,59	406.139.872,84	75.348.157,16	414.997.152,07	51,10	459.855.579,86

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Balanco Orçamentário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)								R\$ 10,1
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO	
			No Bimestre	%	Até o Bimestre	%		
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)	
Recetas Correntes Intra-Orçamentárias	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	26,32	14.480.548,94	122,81	-2.689.441,94	
Receita De Contribuições	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	26,32	14.480.548,94	122,81	-2.689.441,94	
Contribuições Sociais	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	26,32	14.480.548,94	122,81	-2.689.441,94	
TOTAL	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	26,32	14.480.548,94	122,81	-2.689.441,94	

RREO - ANEXO (LRF, Art.52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º) R\$ 1,00

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre	%	
	(d)	(e)	(f)=(d+e)						(f-i)
Despesas Correntes	14.708.190,00	1.499.087,10	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	81,12	3.060.499,71
Pessoal E Encargos Sociais	14.708.190,00	1.499.087,10	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	81,12	3.060.499,71
TOTAL	14.708.190,00	1.499.087,10	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	81,12	3.060.499,71

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 13h e 14m.

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas no prazo ao Município.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF-Art. 52, inciso II, alínea 'c')

R\$ 1,0										Saldo
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		No Bimestre	Despesas Liquidadas		%		(a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		Até o Bimestre	(b)	(b/Total b)	(b/a)	
DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)										
Legislativa	757.938.675,00	795.938.791,74	57.597.525,78	390.941.880,32	73.264.175,01	339.163.711,59	100,00	42,61	456.795.080,15	
Acao Legislativa	18.385.567,00	18.385.567,00	299,77	9.918.084,92	228.117,63	8.372.130,72	2,47	45,54	10.013.436,28	
Judiciária	376.192,00	549.983,82	128.667,32	238.667,00	133.637,68	230.076,50	0,07	41,86	319.507,32	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário	376.192,00	549.983,82	128.667,32	238.667,00	133.637,68	230.076,50	0,07	41,86	319.507,32	
Administração	58.140.528,00	55.818.790,00	5.918.207,47	34.468.050,81	6.659.180,57	29.946.899,24	8,83	53,65	25.871.890,76	
Planejamento e Orçamento	10.076.250,00	9.089.820,00	119.596,92	372.155,68	127.152,98	369.432,74	0,11	4,06	8.720.387,26	
Administração Geral	29.767.735,00	29.789.383,10	3.919.258,37	19.775.630,14	4.008.795,55	17.123.492,27	5,05	57,48	12.665.890,83	
Administração Financeira	12.148.980,00	10.268.167,00	1.035.632,39	9.447.167,16	1.533.825,12	7.822.100,62	2,31	76,18	2.446.066,38	
Controle Interno	322.063,00	274.008,00	40.530,68	223.034,25	45.554,17	218.650,63	0,06	79,80	55.357,37	
Administração de Receitas	5.739.000,00	6.361.891,90	803.189,11	4.614.543,58	937.932,75	4.386.582,98	1,29	68,95	1.975.308,92	
Comunicação Social	86.500,00	35.520,00	0,00	35.520,00	5.920,00	26.640,00	0,01	75,00	8.880,00	
Segurança Pública	15.517.053,00	17.354.661,13	1.781.627,07	11.298.152,69	2.213.093,67	10.307.027,72	3,04	59,39	7.047.633,41	
Administração Financeira	100.000,00	200.000,00	100.000,00	200.000,00	65.372,76	165.372,76	0,05	82,69	34.627,24	
Normalização e Fiscalização	499.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.000,00	
Policimento	7.214.528,00	7.884.965,52	1.026.471,92	6.040.733,96	1.132.200,99	5.662.533,70	1,67	71,81	2.222.441,82	
Defesa Civil	3.625.400,00	24.386,91	24.386,91	952.976,00	127.392,97	865.828,57	0,26	20,20	3.421.319,43	
Informação e Inteligência	4.078.125,00	4.872.547,61	630.768,24	4.104.442,73	888.126,95	3.613.302,69	1,07	74,16	1.259.244,92	
Assistência Social	34.227.500,00	35.711.526,58	2.670.339,83	20.194.739,65	4.069.444,08	16.978.485,11	5,01	47,54	18.733.041,47	
Tecnologia da Informação	420.000,00	922.544,27	10.055,00	449.836,70	1.900,00	440.673,70	0,13	47,77	481.870,57	
Assistência ao Idoso	2.032.000,00	1.155.955,50	17.550,00	207.803,30	30.552,18	200.723,82	0,06	17,36	955.231,68	
Assistência à Criança e ao Adolescente	7.713.000,00	6.701.205,74	472.452,64	1.530.297,56	360.873,69	1.311.845,43	0,39	19,58	5.389.360,31	
Assistência Comunitária	24.062.500,00	26.931.821,07	2.170.282,19	18.006.802,09	3.676.118,21	15.025.242,16	4,43	55,79	11.906.578,91	
Previdência Social	18.088.000,00	19.760.647,06	2.726.216,33	17.126.326,57	3.680.940,62	16.018.937,38	4,72	81,06	3.741.709,68	
Previdência Básica	12.835.000,00	14.868.647,06	1.960.759,71	12.996.712,18	2.845.162,34	11.953.564,90	3,52	80,39	2.915.082,16	
Previdência do Regime Estatutário	5.253.000,00	4.892.000,00	765.456,62	4.129.614,39	835.778,28	4.065.372,48	1,20	83,10	826.627,52	
Saúde	95.198.000,00	96.237.662,90	10.713.665,80	67.672.866,06	11.693.121,19	62.391.370,05	18,40	64,83	33.846.292,85	
Atenção Básica	76.119.000,00	79.625.185,33	10.137.222,73	61.844.618,00	11.161.625,81	57.355.415,48	16,91	72,03	22.269.769,85	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.983.000,00	13.667.102,57	272.102,98	4.881.066,27	324.895,34	4.321.161,07	1,27	31,62	9.345.941,50	
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.530.000,00	79.310,00	415.458,73	77.851,80	353.314,93	0,10	23,09	1.176.685,07	
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.410.375,00	225.030,09	531.723,06	128.748,24	361.478,57	0,11	25,63	1.048.896,43	
Defesa Agropecuária	90.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	
Trabalho	1.373.120,00	1.421.214,04	122.563,23	1.241.436,25	194.887,98	1.006.975,19	0,30	70,85	414.238,85	
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	600.000,00	600.000,00	0,00	557.305,00	56.096,26	337.403,87	0,10	56,23	262.596,13	
Relações de Trabalho	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	
Fomento ao Trabalho	763.120,00	811.214,04	122.563,23	684.131,25	138.791,72	669.571,32	0,20	82,54	141.642,72	
Educação	155.301.400,00	169.217.998,70	19.328.016,89	123.753.731,40	25.995.807,36	109.046.753,36	32,15	64,44	60.170.645,34	
Alimentação e Nutrição	10.535.840,00	10.369.280,41	732.921,26	9.982.937,54	2.856.184,56	8.551.005,25	2,52	82,46	1.818.275,16	
Ensino Fundamental	77.240.443,00	75.484.003,25	9.879.734,39	58.853.704,35	11.921.803,84	52.412.309,53	15,45	69,44	23.071.693,72	

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II(LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas		Saldo		
			Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	No Bimestre			
						(b/a)		(b/Total b)	%
Ensino Médio	913.129,00	1.080.793,00	179.621,35	877.832,82	192.485,24	858.489,55	0,25	79,43	222.303,45
Ensino Profissional	4.886.598,00	5.286.619,00	732.265,24	4.217.529,56	876.917,91	4.015.798,96	1,18	75,96	1.270.820,04
Ensino Superior	9.619.589,00	8.233.225,44	754.958,50	4.303.955,93	872.364,65	3.965.659,30	1,17	48,17	4.267.566,14
Educação Infantil	48.214.577,00	68.478.377,60	7.029.881,77	45.304.464,26	9.208.475,78	39.065.592,06	11,52	57,05	29.417.785,54
Educação de Jovens e Adultos	2.841.224,00	285.100,00	18.634,38	213.306,94	67.575,38	177.898,71	0,05	62,40	107.201,29
Educação Especial	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cultura	20.917.400,00	18.309.088,72	708.506,72	4.232.259,46	597.357,40	4.104.827,70	1,21	22,42	14.204.281,02
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	10.872.400,00	9.420.600,00	463.132,06	2.543.995,69	411.392,28	2.481.877,39	0,73	26,35	6.938.722,61
Diffusão Cultural	10.045.000,00	8.888.908,72	245.374,66	1.688.263,77	185.965,12	1.622.950,31	0,48	18,26	7.265.558,41
Direitos da Cidadania	393.100,00	449.817,78	27.826,06	196.556,76	40.365,10	194.783,57	0,06	43,30	255.034,21
Direitos Individuais, Coletivos e Difusos	393.100,00	449.817,78	27.826,06	196.556,76	40.365,10	194.783,57	0,06	43,30	255.034,21
Urbanismo	185.693.907,00	201.355.177,05	9.074.879,84	67.650.527,72	11.970.078,72	52.850.319,20	15,58	26,25	148.504.857,85
Administração Geral	2.070.884,00	2.185.908,12	301.853,08	1.857.708,30	430.198,39	1.720.588,20	0,51	78,73	464.919,92
Planejamento Urbano	85.000,00	213.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	213.000,00
Infra-Estrutura Urbana	155.779.314,00	170.046.406,28	5.079.234,91	40.207.291,86	7.871.954,61	31.009.031,06	9,14	18,24	139.037.375,22
Serviços Urbanos	25.418.709,00	26.828.262,65	3.693.791,85	25.385.527,56	3.667.925,72	19.925.381,69	5,87	74,27	6.902.880,96
Transportes Coletivos Urbanos	2.340.000,00	2.082.000,00	0,00	200.000,00	0,00	195.318,25	0,06	9,38	1.886.681,75
Habitação	60.302.971,00	68.416.418,73	3.402.711,76	13.104.386,26	2.011.897,08	10.524.028,14	3,10	15,38	57.892.390,59
Habitação Urbana	60.302.971,00	68.416.418,73	3.402.711,76	13.104.386,26	2.011.897,08	10.524.028,14	3,10	15,38	57.892.390,59
Saneamento	40.098.114,00	39.922.099,58	18.689,61	3.135.861,96	549.370,80	2.832.221,07	0,84	7,09	37.089.878,51
Saneamento Básico Urbano	40.098.114,00	39.922.099,58	18.689,61	3.135.861,96	549.370,80	2.832.221,07	0,84	7,09	37.089.878,51
Gestão Ambiental	5.225.490,00	4.944.987,37	337.426,70	1.806.406,63	290.140,56	1.475.670,52	0,44	29,84	3.469.316,85
Preservação e Conservação Ambiental	5.225.490,00	4.944.987,37	337.426,70	1.806.406,63	290.140,56	1.475.670,52	0,44	29,84	3.469.316,85
Ciência e Tecnologia	2.139.000,00	2.461.558,00	0,00	83.478,00	0,00	83.478,00	0,02	3,39	2.378.080,00
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia	20.000,00	760,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	760,00
Diffusão do Conhecimento Científico e Tecnológico	2.119.000,00	2.460.798,00	0,00	83.478,00	0,00	83.478,00	0,02	3,39	2.377.320,00
Agricultura	135.500,00	168.000,00	1.073,75	127.163,80	9.621,45	118.875,80	0,04	70,76	49.124,20
Promoção da Produção Agropecuária	135.500,00	168.000,00	1.073,75	127.163,80	9.621,45	118.875,80	0,04	70,76	49.124,20
Indústria	160.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Normalização e Qualidade	160.000,00	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120.000,00
Comércio e Serviços	378.500,00	303.000,00	49.114,50	49.114,50	0,00	0,00	0,00	0,00	303.000,00
Promoção Comercial	378.500,00	303.000,00	49.114,50	49.114,50	0,00	0,00	0,00	0,00	303.000,00
Transporte	15.914.597,00	15.830.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.830.000,00
Transporte Rodoviário	15.914.597,00	15.830.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.830.000,00
Desporto e Lazer	7.766.629,00	7.224.229,00	82.191,96	4.644.645,05	1.072.937,44	3.868.910,77	1,14	53,48	3.365.318,23
Desporto Comunitário	7.766.629,00	7.224.229,00	82.191,96	4.644.645,05	1.072.937,44	3.868.910,77	1,14	53,48	3.365.318,23
Lazer	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos Especiais	10.850.000,00	10.631.237,28	505.501,17	9.999.424,83	1.854.175,68	8.811.941,55	2,60	82,89	1.819.295,73
Serviço da Dívida Interna	6.000.000,00	5.863.492,56	399.131,74	5.668.945,94	1.001.998,12	4.702.714,74	1,39	80,20	1.160.777,82

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas			Saldo (a-b)	
			Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	(b/Total b)	% (b/a)		
Outros Encargos Especiais	4.850.000,00	4.767.744,72	106.369,43	4.330.478,89	852.177,56	4.109.226,81	1,21	86,19	658.517,91
Reserva de Contingência	11.356.107,00	11.356.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.356.107,00
Reserva de Contingência	11.356.107,00	11.356.107,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.356.107,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	14.708.190,00	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	3,73	81,12	3.060.499,71
TOTAL (III)=(I+II)	772.646.865,00	812.166.068,84	59.515.763,59	406.139.872,84	75.348.157,16	352.310.488,98	100,00	43,38	459.855.579,86

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido de Execução Orçamentária
Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção
Orçamento Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea 'c')		R\$ 1,00									
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	Dotação Inicial	Dotação Atualizada (a)	Despesas Empenhadas		No Bimestre	Despesas Liquidadas		Até o Bimestre (b)	%		Saldo (c=a-b)
			No Bimestre	Até o Bimestre		(b/Total b)	% (b/a)				
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	14.708.190,00	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	3,60	81,12	3,60	81,12	3.060.499,71
Legislativa	260.946,00	260.946,00	0,00	152.001,75	0,00	152.001,75	0,04	58,25	0,04	58,25	108.944,25
Acao Legislativa	260.946,00	260.946,00	0,00	152.001,75	0,00	152.001,75	0,04	58,25	0,04	58,25	108.944,25
Previdência Social	3.700.000,00	3.700.000,00	329.557,08	3.329.557,08	347.013,86	2.980.056,83	0,85	80,54	0,85	80,54	719.943,17
Previdência Básica	3.700.000,00	3.700.000,00	329.557,08	3.329.557,08	347.013,86	2.980.056,83	0,85	80,54	0,85	80,54	719.943,17
Saúde	4.500.000,00	5.175.337,10	1.143.525,13	5.155.902,79	1.092.179,94	4.579.829,91	1,30	88,49	1,30	88,49	595.507,19
Atenção Básica	4.500.000,00	5.175.337,10	1.143.525,13	5.155.902,79	1.092.179,94	4.579.829,91	1,30	88,49	1,30	88,49	595.507,19
Educação	6.247.244,00	7.070.994,00	445.155,60	6.560.530,90	644.788,35	5.434.888,90	1,54	76,86	1,54	76,86	1.636.105,10
Ensino Fundamental	4.318.267,00	4.322.017,00	0,00	3.952.186,43	360.996,16	3.109.288,94	0,88	71,94	0,88	71,94	1.212.728,06
Educação Infantil	1.928.977,00	2.748.977,00	445.155,60	2.608.344,47	283.792,19	2.325.599,96	0,66	84,60	0,66	84,60	423.377,04
TOTAL	14.708.190,00	16.207.277,10	1.918.237,81	15.197.992,52	2.083.982,15	13.146.777,39	3,60	81,12	3,60	81,12	3.060.499,71

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 13h e 20m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas no prazo ao Município.

RREO - ANEXO III(RF, Art.53, inciso I)

EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES

ESPECIFICAÇÃO	Novembro/2013	Dezembro/2013	Janeiro/2014	Fevereiro/2014	Março/2014	Abril/2014	Maió/2014	Junho/2014	Julho/2014	Agosto/2014	Setembro/2014	Outubro/2014	Total (Últimos 12 Meses)	Previsão Atualizada 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	R\$ 34.668.913,69	R\$ 41.907.159,98	R\$ 34.702.091,40	R\$ 63.795.791,95	R\$ 41.244.458,89	R\$ 30.149.139,55	R\$ 38.734.764,24	R\$ 38.004.793,12	R\$ 34.585.639,75	R\$ 38.573.462,70	R\$ 37.097.095,94	R\$ 30.228.898,23	R\$ 481.692.209,44	R\$ 528.728.800,00
Receita Tributária	R\$ 7.265.674,52	R\$ 9.960.470,97	R\$ 8.895.875,07	R\$ 34.349.972,31	R\$ 16.838.553,81	R\$ 10.776.211,37	R\$ 10.278.098,43	R\$ 10.447.591,60	R\$ 9.578.084,00	R\$ 10.548.041,32	R\$ 9.864.338,22	R\$ 9.779.690,26	R\$ 148.342.855,88	R\$ 151.611.254,00
DTU	R\$ 1.049.511,90	R\$ 878.717,13	R\$ 2.855.405,06	R\$ 20.817.052,51	R\$ 8.822.923,17	R\$ 973.719,54	R\$ 3.762.724,41	R\$ 1.294.720,35	R\$ 750.980,45	R\$ 666.550,09	R\$ 751.716,93	R\$ 796.233,30	R\$ 39.949.703,13	R\$ 35.752.204,00
ISS	R\$ 3.415.953,84	R\$ 4.064.292,98	R\$ 2.584.274,26	R\$ 3.999.221,65	R\$ 3.211.979,13	R\$ 3.251.979,13	R\$ 3.762.724,41	R\$ 4.272.615,82	R\$ 4.156.177,33	R\$ 3.939.133,79	R\$ 4.667.009,23	R\$ 4.530.251,64	R\$ 4.593.020,42	R\$ 43.896.174,00
ITBI	R\$ 1.509.954,52	R\$ 1.964.445,32	R\$ 1.569.814,59	R\$ 1.241.978,16	R\$ 1.482.474,01	R\$ 1.600.420,32	R\$ 1.633.738,33	R\$ 2.186.979,47	R\$ 1.995.470,87	R\$ 1.481.505,47	R\$ 1.680.937,91	R\$ 1.712.442,04	R\$ 20.054.161,01	R\$ 26.040.185,00
IRRF	R\$ 379.511,39	R\$ 2.311.092,45	R\$ 410.083,59	R\$ 387.500,96	R\$ 397.650,49	R\$ 388.887,07	R\$ 532.400,70	R\$ 480.950,42	R\$ 474.187,04	R\$ 2.335.390,90	R\$ 780.754,17	R\$ 854.568,04	R\$ 9.912.977,22	R\$ 7.082.822,00
Outras Receitas Tributárias	R\$ 918.742,87	R\$ 741.923,09	R\$ 1.076.297,58	R\$ 8.484.223,83	R\$ 2.863.668,02	R\$ 4.471.335,31	R\$ 3.474.725,08	R\$ 2.215.325,64	R\$ 2.201.268,31	R\$ 2.115.460,17	R\$ 1.983.919,96	R\$ 1.906.204,24	R\$ 32.452.994,10	R\$ 38.839.869,00
Receita De Contribuicões	R\$ 2.099.944,26	R\$ 2.767.066,58	R\$ 826.222,53	R\$ 778.021,82	R\$ 977.888,26	R\$ 848.191,49	R\$ 858.533,10	R\$ 1.064.299,80	R\$ 737.719,91	R\$ 925.066,96	R\$ 916.362,42	R\$ 933.758,16	R\$ 13.733.075,29	R\$ 9.417.837,00
Receita Patrimonial	R\$ 658.196,99	R\$ 1.134.096,61	R\$ 196.141,42	R\$ 1.859.966,84	R\$ 1.111.885,81	R\$ 1.551.946,14	R\$ 2.192.643,20	R\$ 1.175.478,60	R\$ 1.700.448,10	R\$ 2.198.232,03	R\$ 1.120.600,88	R\$ 1.666.534,74	R\$ 16.566.171,36	R\$ 3.880.766,00
Receita De Serviços	R\$ 165.590,00	R\$ 4.172,10	-	R\$ 1.228,45	-	R\$ 652,33	R\$ 26.817,06	R\$ 140,59	R\$ 13.230,00	R\$ 31.549,51	R\$ 651.881,13	R\$ 3.003.747,77	R\$ 3.899.008,94	R\$ 280.060,00
Transferências Correntes	R\$ 22.836.638,20	R\$ 25.722.999,39	R\$ 22.388.834,54	R\$ 23.928.254,35	R\$ 19.871.095,33	R\$ 23.710.900,65	R\$ 22.823.044,65	R\$ 22.787.558,32	R\$ 21.101.685,21	R\$ 22.813.344,97	R\$ 22.790.892,47	R\$ 21.810.019,81	R\$ 272.585.267,89	R\$ 325.629.516,00
Cota-Parte do FPM	R\$ 4.314.932,54	R\$ 6.509.583,12	R\$ 5.211.926,05	R\$ 5.965.574,71	R\$ 3.301.471,45	R\$ 3.768.073,82	R\$ 5.021.421,63	R\$ 3.765.742,11	R\$ 3.234.296,04	R\$ 3.929.119,36	R\$ 2.643.128,60	R\$ 3.255.125,25	R\$ 50.520.394,68	R\$ 49.787.428,00
Cota-Parte do ICMS	R\$ 8.895.953,03	R\$ 8.754.383,67	R\$ 8.658.790,70	R\$ 8.241.074,74	R\$ 8.433.511,70	R\$ 8.148.241,95	R\$ 8.513.155,47	R\$ 8.807.205,82	R\$ 7.904.651,64	R\$ 8.382.816,67	R\$ 9.680.200,54	R\$ 8.910.874,44	R\$ 103.230.820,37	R\$ 101.818.043,00
Cota-Parte do IR	R\$ 1.072.979,41	R\$ 753.945,61	R\$ 1.311.446,09	R\$ 1.022.290,24	R\$ 1.851.363,81	R\$ 2.188.819,03	R\$ 2.259.869,63	R\$ 2.182.653,38	R\$ 2.440.436,42	R\$ 2.132.294,99	R\$ 2.146.825,36	R\$ 1.808.666,42	R\$ 21.771.590,39	R\$ 22.896.053,00
Cota-Parte do ITR	R\$ 1.253,88	R\$ 1.771,48	R\$ 319,13	R\$ 3.699,71	R\$ 466,17	R\$ 675,89	R\$ 724,66	R\$ 601,80	R\$ 668,94	R\$ 789,48	R\$ 2.515,58	R\$ 12.486,09	R\$ 25.942,81	R\$ 9.442,00
Transferências da LC 87/1996	R\$ 35.880,66	R\$ 150.989,00	R\$ 36.594,43	R\$ 36.594,43	-	R\$ 36.693,26	R\$ 36.696,21	R\$ 36.729,30	R\$ 36.594,43	R\$ 36.594,43	R\$ 36.594,43	R\$ 36.594,43	R\$ 516.555,01	R\$ 444.532,00
Transferências da LC 61/1989	R\$ 135.050,49	R\$ 144.339,84	R\$ 136.482,42	R\$ 117.242,57	R\$ 114.561,13	R\$ 124.663,11	R\$ 135.991,59	R\$ 132.143,81	R\$ 132.670,91	R\$ 136.754,37	R\$ 128.692,93	R\$ 137.819,42	R\$ 1.578.012,59	R\$ 1.794.620,00
Transferências do FUNDEB	R\$ 5.223.696,97	R\$ 5.196.739,45	R\$ 5.282.903,39	R\$ 5.153.378,47	R\$ 4.757.000,43	R\$ 4.762.966,51	R\$ 5.270.676,63	R\$ 4.959.426,21	R\$ 4.592.274,85	R\$ 4.912.334,73	R\$ 5.013.120,83	R\$ 5.237.725,32	R\$ 60.362.243,81	R\$ 66.892.444,00
Outras Transferências Correntes	R\$ 3.156.891,22	R\$ 4.211.247,22	R\$ 1.748.412,33	R\$ 3.188.429,48	R\$ 1.412.720,64	R\$ 4.680.767,08	R\$ 1.584.908,83	R\$ 2.909.055,97	R\$ 2.760.091,98	R\$ 3.382.640,94	R\$ 3.139.814,20	R\$ 2.410.728,44	R\$ 34.579.708,23	R\$ 62.886.954,00
Outras Receitas Correntes	R\$ 1.649.869,72	R\$ 2.318.354,31	R\$ 2.395.017,34	R\$ 2.878.343,18	R\$ 2.445.035,68	R\$ 2.311.307,57	R\$ 2.555.073,80	R\$ 2.539.724,21	R\$ 1.654.072,53	R\$ 2.317.272,91	R\$ 1.753.020,82	R\$ 2.035.138,49	R\$ 26.555.830,03	R\$ 37.759.367,00
DEDUÇÕES (II)	R\$ 3.674.086,64	R\$ 4.238.396,12	R\$ 3.846.462,77	R\$ 3.882.058,23	R\$ 2.896.698,40	R\$ 3.945.884,82	R\$ 4.062.477,23	R\$ 3.869.059,69	R\$ 3.689.171,97	R\$ 3.822.211,56	R\$ 4.515.890,53	R\$ 3.525.460,76	R\$ 45.967.858,72	R\$ 42.660.024,00
Contrib. para o Plano de Previdência	R\$ 666.080,21	R\$ 1.268.638,91	R\$ 655.090,15	R\$ 642.221,00	R\$ 32.040,82	R\$ 710.078,54	R\$ 719.466,43	R\$ 730.741,79	R\$ 786.143,20	R\$ 763.832,66	R\$ 794.385,55	R\$ 794.385,55	R\$ 9.221.630,22	R\$ 5.890.000,00
Compensação financ. entre Regimes	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Debitação de Receitas para Formação	R\$ 2.891.209,77	R\$ 2.851.194,11	R\$ 3.071.503,52	R\$ 3.117.389,05	R\$ 2.740.274,61	R\$ 2.853.404,23	R\$ 2.037.307,30	R\$ 20.937,30	R\$ 20.937,30	R\$ 20.937,30	-	-	R\$ 3.391.653,43	R\$ 360.000,00
Contrib. Prev Reg. Parc de Débitos - RIR	-	-	-	-	-	R\$ 124.382,97	R\$ 128.045,57	R\$ 129.992,54	R\$ 132.228,04	R\$ 133.777,41	R\$ 135.358,98	R\$ 137.288,17	R\$ 1.290.461,51	R\$ 1.020.000,00
Contrib. Prev Regime Parcelamento D	R\$ 116.796,66	R\$ 118.563,10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 235.359,76	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III)	R\$ 30.994.827,05	R\$ 37.668.763,86	R\$ 30.855.628,63	R\$ 59.913.733,72	R\$ 38.347.760,49	R\$ 35.203.254,73	R\$ 34.672.287,01	R\$ 34.135.733,43	R\$ 30.896.467,78	R\$ 34.751.251,14	R\$ 32.581.205,41	R\$ 35.703.437,47	R\$ 435.724.350,72	R\$ 486.158.776,00

São José, 28 de Novembro de 2014

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINGEL
Contador CRC 15.213-SC

Página: 1 de 3
28/11/2014 13:31

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores

Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PREV.- RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	8.350.000,00	8.350.000,00	3.524.515,49	18.391.844,60	14.899.436,85
RECEITAS CORRENTES	8.350.000,00	8.350.000,00	3.524.515,49	18.391.844,60	14.899.436,85
Receita de Contribuições dos Segurados	5.890.000,00	5.890.000,00	1.564.164,47	7.286.911,09	10.770.213,13
Pessoal Civil	5.890.000,00	5.890.000,00	1.564.164,47	7.286.911,09	10.770.213,13
Ativo	5.875.000,00	5.875.000,00	1.554.724,74	7.249.810,21	10.757.316,49
Inativo	15.000,00	15.000,00	9.439,73	37.100,88	12.896,64
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Outras Receitas de Contribuições	1.020.000,00	1.020.000,00	272.647,15	1.290.461,51	670.319,80
Receita Patrimonial	1.270.000,00	1.270.000,00	1.683.378,46	9.155.363,09	2.603.038,83
Receitas Imobiliárias	-	-	-	-	-
Receitas de Valores Mobiliários	1.270.000,00	1.270.000,00	1.683.378,46	9.155.363,09	2.603.038,83
Outras Receitas Patrimoniais	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	170.000,00	170.000,00	4.325,41	659.108,91	855.865,09
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	160.000,00	160.000,00	-	339.653,43	799.445,73
Demais Receitas Correntes	10.000,00	10.000,00	4.325,41	319.455,48	56.419,36
RECEITAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
(-)DEDUÇÕES DA RECEITA	-	-	-	-	-
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III)=(I+II)	20.141.107,00	20.141.107,00	6.627.756,85	32.872.393,54	26.129.562,32

Página: 2 de 3
28/11/2014 13:31

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	8.835.000,00	8.835.000,00	1.363.219,17	6.347.002,96	-
ADMINISTRAÇÃO	50.000,00	50.000,00	-	4.730,00	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	50.000,00	50.000,00	-	4.730,00	-
PREVIDÊNCIA	8.785.000,00	8.785.000,00	1.363.219,17	6.342.272,96	-
Pessoal Civil	7.700.000,00	7.700.000,00	1.234.037,37	5.952.158,03	-
Aposentadorias	6.500.000,00	6.500.000,00	1.093.814,45	5.190.470,69	-
Pensões	1.200.000,00	1.200.000,00	140.222,92	761.687,34	-
Outros Benefícios Previdenciários	-	-	-	-	-
Pessoal Militar					
Reformas					
Pensões					
Outros Benefícios Previdenciários					
Outras Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	129.181,80	390.114,93	-
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	-	-	-	-	-
Demais Despesas Previdenciárias	1.085.000,00	1.085.000,00	129.181,80	390.114,93	-
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (VI)=(IV+V)	8.835.000,00	8.835.000,00	1.363.219,17	6.347.002,96	-
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII)=(III-VI)	11.306.107,00	11.306.107,00	5.264.537,68	26.525.390,58	26.129.562,32

APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS			-	-	-
Plano Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras			-	-	-
Recursos para Formação de Reserva			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-
Plano Previdenciário			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro			-	-	-
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial			-	-	-
Outros Aportes para o RPPS			-	-	-

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	-

BENS E DIREITOS DO RPPS	Set/2014	PERÍODO DE REFERENCIA	
		2014	2013
DO RPPS			
CAIXA	-	-	-
BANCOS CONTA MOVIMENTO	109.530,66	211.117,61	7.725,43
INVESTIMENTOS	124.373.692,83	127.194.674,05	85.316.498,72
OUTROS BENS E DIREITOS	-	-	-

Página: 3 de 3
28/11/2014 13:31

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores
Orçamento da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - Anexo IV (LRF, Art. 53, inciso II)

R\$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS CORRENTES (VIII)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
Receita de Contribuições	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
Patronal	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
Pessoal Civil	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
Ativo	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47
Inativo	-	-	-	-	-
Pensionista	-	-	-	-	-
Pessoal Militar					
Ativo					
Inativo					
Pensionista					
Para Cobertura de Déficit Atuarial	-	-	-	-	-
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	-	-	-	-	-
Receita Patrimonial	-	-	-	-	-
Receita de Serviços	-	-	-	-	-
Outras Receitas Correntes	-	-	-	-	-
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	-	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-	-
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-	-
DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	-	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI)=(VIII+IX-X)	11.791.107,00	11.791.107,00	3.103.241,36	14.480.548,94	11.230.125,47

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS-RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
ADMINISTRAÇÃO (XII)	-	-	-	-	-
Despesas Correntes	-	-	-	-	-
Despesas de Capital	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XIII)=(XII)	-	-	-	-	-

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 13h e 26m.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas ao Município no prazo.

Página: 1 de 1
28/11/2014 13:35

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Nominal
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO V(LRF, art. 53, inciso III)		R\$ 1,00		
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO			
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014	
	(a)	(b)	(c)	
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	39.086.842,09	41.699.131,71	41.356.100,83	
DEDUÇÕES(II)	53.677.518,23	59.634.382,98	54.554.353,62	
Disponibilidade de Caixa Bruta	53.677.518,23	76.055.579,30	70.626.688,75	
Demais Haveres Financeiros	-	1.594,10	1.594,10	
(-)Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	-	16.422.790,42	16.073.929,23	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA(III)=(I-II)	-14.590.676,14	-17.935.251,27	-13.198.252,79	
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES(IV)	-	-	-	
PASSIVOS RECONHECIDOS(V)	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA(VI)=(III+IV-V)	-14.590.676,14	-17.935.251,27	-13.198.252,79	
RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA			
	No Bimestre		Até o Bimestre	
	(c-b)		(c-a)	
VALOR	4.736.998,48		1.392.423,35	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL			VALOR CORRENTE	
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS				
DA LDO P/O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA			-49.824.593,00	
REGIME PREVIDENCIÁRIO				
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO			
	Em 31/Dez/2013	Em 31/Ago/2014	Em 31/Out/2014	
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA(VII)	-	-	-	
Passivo Atuarial	-	-	-	
Demais Dívidas	-	-	-	
DEDUÇÕES(VIII)	85.315.927,40	122.966.459,42	127.255.287,59	
Disponibilidade de Caixa Bruta	7.725,43	221.120,13	211.117,61	
Investimentos	85.316.498,72	122.880.614,85	127.194.674,05	
Demais Haveres Financeiros	-	-	-	
(-)Restos a Pagar Processados	8.296,75	135.275,56	150.504,07	
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(IX)=(VII-VIII)	-85.315.927,40	-122.966.459,42	-127.255.287,59	
PASSIVOS RECONHECIDOS(X)	-	-	-	
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA(XI)=(IX-X)	-85.315.927,40	-122.966.459,42	-127.255.287,59	

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas do Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 1 de 2
28/11/2014 13:41

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES(I)	501.212.617,00	71.120.701,68	375.684.865,33	342.034.639,17
RECEITA TRIBUTÁRIA	151.611.254,00	19.644.037,48	131.116.710,39	96.853.385,63
IPTU	35.752.204,00	1.547.950,23	38.021.474,10	29.776.931,65
ISS	43.896.174,00	9.197.260,89	38.494.773,60	30.609.421,02
ITBI	26.040.185,00	3.393.379,95	16.585.761,17	16.166.066,19
IRRF	7.082.822,00	1.615.322,21	7.222.373,38	4.410.135,39
Outras Receitas Tributárias	38.839.869,00	3.890.124,20	30.792.328,14	15.890.831,38
Receita de Contribuição	21.208.944,00	4.953.361,94	23.346.613,39	19.989.670,42
Receita Previdenciária	18.701.107,00	4.940.052,98	23.057.921,54	22.670.658,40
Outras Contribuições	2.507.837,00	13.308,96	288.691,85	-2.680.987,98
Receita Patrimonial Líquida	73.500,00	-	408,30	59.007,32
Receita Patrimonial	3.880.766,00	2.787.135,62	14.773.877,76	5.431.374,67
(-)Aplicações Financeiras	3.807.266,00	2.787.135,62	14.773.469,46	5.372.367,35
Transferências Correntes	290.279.492,00	39.079.514,05	194.887.280,38	206.712.102,31
FPM	39.829.942,00	4.718.603,18	31.756.703,70	37.629.991,22
ICMS	81.454.434,00	15.076.017,78	68.667.445,48	75.798.193,33
Convênios	29.971.300,00	1.256.343,01	3.562.404,78	3.542.194,02
Outras Transferências Correntes	139.023.816,00	18.028.550,08	90.900.726,42	89.741.723,74
Demais Receitas Correntes	38.039.427,00	7.443.788,21	26.333.852,87	18.420.473,49
Dívida Ativa	17.699.417,00	1.630.533,10	11.124.263,24	9.283.984,72
Diversas Receitas Correntes	20.340.010,00	5.813.255,11	15.209.589,63	9.136.488,77
RECEITAS DE CAPITAL(II)	267.626.982,00	4.798.256,08	24.538.817,28	3.767.282,04
Operações de Crédito(III)	50.134.741,00	1.163.750,98	6.935.176,46	-
Amortização de Empréstimos(IV)	-	-	-	-
Alienação de Bens(V)	5.639.200,00	-	-	1.000.000,00
Transferências de Capital	211.853.041,00	3.634.505,10	17.603.640,82	2.767.282,04
Convênios	206.169.941,00	3.634.505,10	17.603.640,82	2.667.282,04
Outras Transferências de Capital	5.683.100,00	-	-	100.000,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(VI)=(II-III-IV-V)	211.853.041,00	3.634.505,10	17.603.640,82	2.767.282,04
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(VII)=(I+VI)	713.065.658,00	74.755.206,78	393.288.506,15	344.801.921,21
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
DESPESAS CORRENTES(VIII)	464.914.025,29	66.550.188,61	312.750.429,16	-

Página: 2 de 2
28/11/2014 13:41

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo do Resultado Primário
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VI(LRF, art. 53, inciso III)

R\$ 1,00

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre/ 2014	Até o Bimestre/ 2013
Pessoal e Encargos Sociais	216.944.084,90	35.804.836,11	174.706.923,71	-
Juros e Encargos da Dívida(IX)	1.471.792,56	280.860,09	1.158.567,19	-
Outras Despesas Correntes	246.498.147,83	30.464.492,41	136.884.938,26	-
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES(X)=(VIII-IX)	463.442.232,73	66.269.328,52	311.591.861,97	-
DESPESAS DE CAPITAL(XI)	335.895.936,55	8.797.968,55	39.560.059,82	-
Investimentos	331.504.236,55	8.076.830,52	36.015.912,27	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-
Concessão de Empréstimos(XII)	-	-	-	-
Aquisição Título de Capital Integralizado(XIII)	-	-	-	-
Demais Inversões Financeiras	-	-	-	-
Amortização da Dívida(XIV)	4.391.700,00	721.138,03	3.544.147,55	-
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL(XV)=(XI-XII-XIII-XIV)	331.504.236,55	8.076.830,52	36.015.912,27	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA(XVI)	11.356.107,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS(XVII)	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL(XVIII)=(X+XV+XVI+XVII)	806.302.576,28	74.346.159,04	347.607.774,24	-
RESULTADO PRIMÁRIO(XIX)=(VII-XVIII)	-93.236.918,28	409.047,74	45.680.731,91	344.801.921,21
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			-	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/O				-7.934.507,00
EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas ao Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS				RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Saldo	Cancelados	Pagos	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013							
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS)(I)									
EXECUTIVO									
GABINETE DA PREFEITA	2.986,94	31.007,10	-	6.652,06	27.341,98	2.080.772,73	2.080.772,73	15.969,50	17.108,78
GABINETE DO VICE-PREFEITO	-	-	-	-	-	-	-	1.233,08	-
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	-	85.966,57	-	12.102,47	73.864,10	205.231,07	205.231,07	19.548,52	4.314,89
SECRETARIA DE FINANÇAS	-	19.295,12	-	268,50	19.026,62	16.099,18	16.099,18	12.855,88	297,60
SECRETARIA DE RECEITA	48.160,00	56.495,14	-	2.802,73	101.852,41	69.208,28	69.208,28	27.941,90	7.470,40
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	10.551,32	6.597.225,47	-	505.355,49	5.886.140,18	805.236,99	805.236,99	83.143,18	9.682,69
SECRETARIA DE SEGURANÇA, DEFESA SOCIAL E	-	228.596,44	-	27.411,41	201.185,03	1.558.517,49	1.558.442,99	103.144,10	389.441,93
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	-	36.850,41	-	1.905,63	34.944,78	103.498,56	103.498,56	4.479,43	17.450,33
SECRET. DE DESENVOLV. ECON. CIÊNCIA E TE	480.143,50	78.963,26	56,20	56,20	554.149,30	18.341,20	18.341,20	1.170,50	87,70
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	-	14.158,93	-	693,27	13.465,66	15.155,48	14.907,44	4.760,65	1.732,84
SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇA	1.348,09	3.104,43	-	1.348,09	3.104,43	1.690,41	1.690,41	3.449,85	51.500,00
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA	265.555,35	1.731.697,71	-	821.251,35	1.176.001,71	4.597.356,65	4.587.777,34	352.118,40	2.073.402,61
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	3.475,00	19.297,39	632,47	22.139,92	-	14.941,60	14.941,60	92.377,36	-
FUND. MUNIC. DO MEIO AMB. E DESENV. SUST	14.575,88	14.671,49	-	25.155,93	4.091,44	16.602,31	16.602,31	36.610,06	-
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	2.216,60	20.131,98	-	15.821,84	6.526,74	153.859,37	153.859,37	55.547,29	-
FUNDAÇÃO MUNICIPAL EDUCACIONAL	-	2.111,83	-	-	2.111,83	7.377,43	7.377,43	10.050,56	-
SÃO JOSÉ PREVIDÊNCIA - AUTARQUIA	-	8.296,75	-	0,21	1.673,50	2.719,38	2.719,38	-	546,93
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ	-	1.033.079,95	-	-	1.033.079,95	186.701,23	186.701,23	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE HABITACAO	-	108.429,00	-	-	108.429,00	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL INFANCIA E ADOLESCENTE	-	-	-	-	-	268,12	-	268,12	-
FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	10.934,48	72.574,89	-	0,52	80.131,72	111.529,90	111.529,90	-	2.146,15
ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	333,61	346.876,91	-	29.669,35	317.541,17	78.933,06	73.743,05	-	30.303,96
FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA PROCURADORIA	129,83	1.530,72	-	18,55	229,82	18.990,00	18.990,00	46.322,45	45.150,41
SUBTOTAL	840.410,60	10.510.361,49	233.227,20	1.472.653,52	9.644.891,37	10.062.762,32	10.047.670,46	870.990,83	2.686.042,22
LEGISLATIVO									
CAMARA DE VERADORES DE SAO JOSE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(I)	840.410,60	10.510.361,49	233.227,20	1.472.653,52	9.644.891,37	10.062.762,32	10.047.670,46	870.990,83	2.686.042,22

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo dos Restos a Pagar por Poder e Órgão
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LRF, Art.53, inciso V)		R\$ 1,00									
PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS					
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2013				
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)											
EXECUTIVO											
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	-	480.011,89	480.011,89	-	-	-	-	-	-	-	-
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SÃO JOSÉ	-	522.124,74	522.124,74	-	-	-	-	-	-	-	-
ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO	-	304.340,66	304.340,66	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	1.306.477,29	1.306.477,29	-	-	-	-	-	-	-	-
LEGISLATIVO											
CAMARA DE VERADORES DE SAO JOSE	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(II)	-	1.306.477,29	1.306.477,29	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(III) = (I)+(II)	840.410,60	11.816.838,78	10.951.369,66	1.472.653,52	233.227,20	116.547,45	13.488.156,06	10.062.762,32	10.047.670,46	870.990,83	2.686.042,22

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 13h e 55m.

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas ao Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)		R\$ 1,00			
RECEITAS DO ENSINO		RECEITAS REALIZADAS			
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	
(c)=(b/a)x100	%				
1-RECEITAS DE IMPOSTOS	129.614.389,00	129.614.389,00	17.286.943,66	110.720.250,07	85,42
1.1-Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	48.257.829,00	48.257.829,00	2.876.656,69	46.823.125,30	97,03
1.1.1-IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	1.550.021,06	38.023.544,93	106,35
1.1.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	1.481.849,00	1.481.849,00	81.998,46	193.488,49	13,06
1.1.3-Dívida Ativa do IPTU	7.756.405,00	7.756.405,00	871.608,08	6.489.507,20	83,67
1.1.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	3.267.371,00	3.267.371,00	375.099,92	2.118.655,51	64,84
1.1.5-(-) Deduções da Receita do IPTU	-	-	2.070,83	2.070,83	
1.2-Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.393.379,95	16.585.761,17	63,69
1.2.1-ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	3.393.776,85	16.586.158,07	63,69
1.2.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	-	-	-	
1.2.3-Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	-	-	-	
1.2.5-(-) Deduções da Receita do ITBI	-	-	396,90	396,90	
1.3-Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	48.233.553,00	48.233.553,00	9.401.584,81	40.088.990,22	83,11
1.3.1-ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	9.197.260,89	38.494.773,60	87,70
1.3.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	596.792,00	596.792,00	47.303,55	136.546,00	22,88
1.3.3-Dívida Ativa do ISS	2.969.461,00	2.969.461,00	116.994,00	1.204.319,42	40,56
1.3.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	771.126,00	771.126,00	40.026,37	253.351,20	32,85
1.3.5-(-) Deduções da Receita do ISS	-	-	-	-	
1.4-Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	1.615.322,21	7.222.373,38	101,97
1.4.1-IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	1.615.322,21	7.222.373,38	101,97
1.4.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	-	-	-	
1.4.3-Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	-	-	-	
1.4.5-(-) Deduções da Receita do IRRF	-	-	-	-	
1.5-Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153 §4º, inciso III)	-	-	-	-	
1.5.1-ITR	-	-	-	-	
1.5.2-Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	-	-	-	
1.5.3-Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.4-Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	-	-	-	
1.5.5-(-) Deduções da Receita do ITR	-	-	-	-	

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)							R\$ 1,00
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			(c)=[b]/a)x100
				No Bimestre	Até o Bimestre (b)	%	
2-RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		176.750.118,00	176.750.118,00	28.799.523,49	146.872.253,12	83,10	
2.1-Cota-Parte FPM		49.787.428,00	49.787.428,00	5.898.253,85	39.695.879,02	79,73	
2.1.1-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b		49.787.428,00	49.787.428,00	5.898.253,85	39.695.879,02	79,73	
2.1.2-Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d		-	-	-	-	-	
2.2-Cota-Parte ICMS		101.818.043,00	101.818.043,00	18.591.074,98	85.580.483,67	84,05	
2.3-ICMS-Desoneração - LC. nº 87/1996		444.532,00	444.532,00	73.188,86	329.685,35	74,16	
2.4-Cota-Parte IPI-Exportação		1.794.620,00	1.794.620,00	266.512,35	1.298.622,26	72,36	
2.5-Cota-Parte ITR		9.442,00	9.442,00	15.001,67	22.917,45	242,72	
2.6-Cota-Parte IPVA		22.896.053,00	22.896.053,00	3.955.491,78	19.944.665,37	87,11	
2.7-Cota-Parte IOF-Outro		-	-	-	-	-	
3-TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)		306.364.507,00	306.364.507,00	46.086.467,15	257.592.503,19	84,08	

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00				
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)
			%	
		(c)=(b/a)x100		
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO				
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE				
5.1 - Transferências do Salário-Educação	14.154.366,00	14.154.366,00	1.637.256,14	8.271.671,20
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	7.466.756,00	7.466.756,00	1.067.770,15	5.005.659,63
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	425.000,00	425.000,00	-	-
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	2.088.760,00	2.088.760,00	421.578,82	1.684.611,87
5.5 - Outras Transferências do FNDE	4.147.500,00	4.147.500,00	147.573,16	1.559.840,71
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	26.350,00	26.350,00	334,01	21.558,99
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	35.800,00	35.800,00	23.680,32	97.392,56
6.1 - Transferências de Convênios	-	-	-	-
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	35.800,00	35.800,00	23.680,32	97.392,56
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-	-	-	-
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4+5+6+7+8)	14.190.166,00	14.190.166,00	1.660.936,46	8.369.063,76
				58,98

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	RECEITAS REALIZADAS			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	Até o Bimestre (b)
			%	
		(c)=(b/a)x100		
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB				
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.1.1)	35.350.024,00	35.350.024,00	5.521.398,23	29.138.349,92
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.2)	9.957.486,00	9.957.486,00	1.179.650,67	7.939.175,32
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.3)	20.363.609,00	20.363.609,00	3.515.057,20	16.913.038,19
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.4)	88.906,00	88.906,00	14.637,76	65.869,92
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB-(0% de (1.5 + 2.5))	358.924,00	358.924,00	53.302,52	262.124,47
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB-(0% de 2.6)	1.888,00	1.888,00	3.000,31	4.583,41
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB				
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	4.579.211,00	4.579.211,00	755.749,77	3.953.558,61
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	66.541.496,00	66.541.496,00	10.364.407,92	50.532.453,64
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	66.392.444,00	66.392.444,00	10.250.846,15	49.941.807,39
	-	-	-	-
	149.052,00	149.052,00	113.561,77	590.646,25
				396,27
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB(11.1-10)¹	31.042.420,00	31.042.420,00	4.729.447,92	20.803.457,47
				67,02

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)

R\$ 1,00

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)						R\$ 1,00
DESPESAS DO FUNDEB		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		(f)=(e/d)x100
				No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
13-PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO		56.832.334,00	58.303.149,42	6.854.572,09	47.911.672,95	82,18
13.1-Com Educação Infantil		22.866.803,00	19.563.803,00	131.796,79	17.649.273,84	90,21
13.2-Com Ensino Fundamental		33.965.531,00	38.739.346,42	6.722.775,30	30.262.399,11	78,12
14-OUTRAS DESPESAS		9.655.918,00	9.855.918,00	653.736,56	4.603.604,19	46,71
14.1-Com Educação Infantil		2.502.000,00	3.852.000,00	80.273,55	856.696,56	22,24
14.2-Com Ensino Fundamental		7.153.918,00	6.003.918,00	573.463,01	3.746.907,63	62,41
15-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB(13+14)		66.488.252,00	68.159.067,42	7.508.308,65	52.515.277,14	77,05
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB						VALOR
16-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB						-
16.1 - FUNDEB 60%						-
16.2 - FUNDEB 40%						-
17-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB						-
17.1 - FUNDEB 60%						-
17.2 - FUNDEB 40%						-
18-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)						-
INDICADORES DO FUNDEB						VALOR
19-TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)						52.515.277,14
19.1-MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL¹ (13-(16.1+17.1))/(11)x100%						94,81
19.2-MÁXIMO DE 40% EM DESPESA COM MDE, QUE NÃO REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO (14-(16.2+17.2))/(11)x100%						9,11
19.3-MÁXIMO DE 5% NÃO APLICADO NO EXERCÍCIO (100-(19.1+19.2))%						-3,92

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)			R\$ 1,00	
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE			VALOR	
20-RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				
21-DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 ²				
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB				
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	No Bimestre	RECETAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)
				(c)=(b/a)x100 %
22-IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	76.591.126,75	76.591.126,75	11.521.616,79	64.398.125,80
				84,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	No Bimestre	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Bimestre (e)
				(f)=(e/d)x100 %
23-EDUCAÇÃO INFANTIL	37.790.756,00	49.079.276,11	8.425.638,85	39.364.334,82
23.1-Creche	37.790.756,00	43.499.312,26	7.202.295,63	33.896.532,70
23.1.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	25.368.803,00	23.415.803,00	212.070,34	18.505.970,40
23.1.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	12.421.953,00	20.083.509,26	6.990.225,29	15.390.562,30
23.2-Pré-Escola	-	5.579.963,85	1.223.343,22	5.467.802,12
23.2.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	-	-	-	-
23.2.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	-	5.579.963,85	1.223.343,22	5.467.802,12
24-ENSINO FUNDAMENTAL	76.068.184,00	68.512.979,31	11.160.908,44	51.720.668,43
24.1-Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	41.119.449,00	44.743.264,42	7.296.238,31	34.009.306,74
24.2-Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	34.948.735,00	23.769.714,89	3.864.670,13	17.711.361,69
25-ENSINO MÉDIO	-	-	-	-
26-ENSINO SUPERIOR	-	-	-	-
27-ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	-	-	-	-
28-OUTRAS	9.737.531,00	9.991.905,56	1.606.170,16	6.866.534,08
29-TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	123.596.471,00	127.584.160,98	21.192.717,45	97.951.537,33
				76,77

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
DEDUÇÕES/ADIÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR
30-RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	20.803.457,47
31-DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	-
32-RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50h)	590.646,25
33-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	-
34-DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	-
35-RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO 4	-
36-CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46g)	-
37-TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30-31+32-33+34+35+36)	21.394.103,72
38-TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23+24) -(37))	69.690.899,53
39-MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE 5 ((38)/(31X100))%	27,05

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		%
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	
40-DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	600.000,00	87.413,63	140.423,70	23,40
41-DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	7.520.000,00	11.716.564,31	1.092.977,24	3.530.939,05	30,14
42-DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	-	-	-	-
43-DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	4.282.550,00	10.158.848,68	889.447,59	1.796.665,60	17,69
44-TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40+41+42+43)	11.802.550,00	22.475.412,99	2.069.838,46	5.468.028,35	24,33
45-TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29+44)	135.399.021,00	150.059.573,97	23.262.555,91	103.419.565,68	68,92
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2014 (g)		
46-RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	-	-	-	-	-
46.1-EXECUTADAS COM RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	-	-	-	-	-
46.2-EXECUTADAS COM RECURSOS DO FUNDEB	-	-	-	-	-

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas e Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino - MDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO - ANEXO VIII(LDB, art. 72)	R\$ 1,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS DO FUNDEB	VALOR
47-SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	-
48-(+)INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	49.941.807,39
49-(-)PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	48.918.731,39
49.1-Orçamentário do Exercício	48.918.731,39
49.2-Restos a Pagar	-
50-(+)RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	590.646,25
51-(=)SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	1.613.722,25

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 26m.

¹Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

²Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do § 1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³Caput do artigo 212 da CF/1988.

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art.121.V.

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas do Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 1 de 1
28/11/2014 14:49

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, art.53, § 1º, Inciso I Anexo IX

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c)=(a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	50.134.741,00	6.935.176,46	43.199.564,54
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre	SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS DE CAPITAL	335.895.936,55	39.560.059,82	296.335.876,73
(-)-Incentivos Fiscais a Contribuinte			
(-)-Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras			
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	335.895.936,55	39.560.059,82	296.335.876,73
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III)=(I-II)	-285.761.195,55	-32.624.883,36	-253.136.312,19

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 45m.

1

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas do Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador CRC 15.213-SC

Página: 1 de 2
28/11/2014 14:53

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência social dos
Servidores Públicos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
2014 a 2013

LRF, Art.53, § 1º, inciso II - Anexo X

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c)=(a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d"exercício anterior)+(c))
2013	11.415.149,40	4.205.591,35	7.209.558,05	7.209.558,05

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 52m.

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas do Município no período.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Página: 2 de 2
28/11/2014 14:53

eis da
razo.

Página: 1 de 1
28/11/2014 14:21

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo da Receita de Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro/2014

LRF, Art.53, § 1º, inciso III - Anexo XI

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c)=(a-b)
Receitas De Capital - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	5.639.200,00	-	5.639.200,00
Alienacao De Bens Imoveis	5.639.200,00	-	5.639.200,00
TOTAL	5.639.200,00	-	5.639.200,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
DESPESAS DE CAPITAL	5.321.800,00	-	-	5.321.800,00
Investimentos	5.321.800,00	-	-	5.321.800,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	-	-	-	-
Amortizacao/Refinanciamento Da Divida	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	-	-	-	-
Regime Geral da Previdência Social	-	-	-	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-	-	-	-
TOTAL	5.321.800,00	-	-	5.321.800,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2013 (h)	2014 (i)=(b)-(e+f)	SALDO ATUAL (j)=(h+i)
	781.214,02	-	781.214,02

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas ao Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador CRC 15.213-3

Página: 1 de 3
28/11/2014 14:35

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	129.614.389,00	129.614.389,00	110.720.250,07	85,42
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	35.752.204,00	35.752.204,00	38.021.474,10	106,34
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	26.040.185,00	26.040.185,00	16.585.761,17	63,69
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	43.896.174,00	43.896.174,00	38.494.773,60	87,69
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	7.082.822,00	7.082.822,00	7.222.373,38	101,97
Imposto Territorial Rural - ITR	-	-	-	-
Multa, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	2.078.641,00	2.078.641,00	330.034,49	15,87
Dívida Ativa dos Impostos	10.725.866,00	10.725.866,00	7.693.826,62	71,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	4.038.497,00	4.038.497,00	2.372.006,71	58,73
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	176.750.118,00	176.750.118,00	146.872.253,12	83,09
Cota-Parte FPM	49.787.428,00	49.787.428,00	39.695.879,02	79,73
Cota-Parte ITR	9.442,00	9.442,00	22.917,45	242,71
Cota-Parte IPVA	22.896.053,00	22.896.053,00	19.944.665,37	87,10
Cota-Parte ICMS	101.818.043,00	101.818.043,00	85.580.483,67	84,05
Cota-Parte IPI-Exportação	1.794.620,00	1.794.620,00	1.298.622,26	72,36
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	444.532,00	444.532,00	329.685,35	74,16
Desoneração ICMS (LC 87/96)	444.532,00	444.532,00	329.685,35	74,16
Outras	-	-	-	-
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	306.364.507,00	306.364.507,00	257.592.503,19	84,08

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	94.153.344,00	94.153.344,00	64.533.886,00	68,54
Provenientes da União	94.153.344,00	94.153.344,00	64.533.886,00	68,54
Provenientes dos Estados	-	-	-	-
Provenientes de Outros Municípios	-	-	-	-
Outras Receitas do SUS	-	-	-	-
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	-	-	-	-
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	-	-	-	-
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	-	-	-	-
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	94.153.344,00	94.153.344,00	64.533.886,00	68,54

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e) x 100	Até o Bimestre (g)	% (g/e) x 100
DESPESAS CORRENTES	80.570.000,00	85.400.437,12	67.219.550,30	78,71	62.798.731,95	73,53
Pessoal e Encargos Sociais	44.810.000,00	51.323.647,76	44.595.817,69	86,89	43.806.470,55	85,35
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	35.760.000,00	34.076.789,36	22.623.732,61	66,39	18.992.261,40	55,73
DESPESAS DE CAPITAL	18.538.000,00	15.507.562,88	5.609.218,55	36,17	4.172.468,01	26,90
Investimentos	18.538.000,00	15.507.562,88	5.609.218,55	36,17	4.172.468,01	26,90
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	99.108.000,00	100.908.000,00	72.828.768,85	72,17	66.971.199,96	66,36

Página: 2 de 3
28/11/2014 14:35

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/IV f) x 100	Até o Bimestre (i)	% (i/IV g) x 100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	-	-	-	-	-	-
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	45.927.000,00	47.667.000,00	22.886.136,44	31,42	19.118.585,55	28,54
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	35.747.000,00	37.687.000,00	19.482.343,75	26,75	16.500.716,21	24,63
Recursos de Operações de Crédito	-	-	-	-	-	-
Outros Recursos	10.180.000,00	9.980.000,00	3.403.792,69	4,67	2.617.869,34	3,90
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	-	-	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES³	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS COM NÃO COMPUTADAS (V)	45.927.000,00	47.667.000,00	22.886.136,44	31,42	19.118.585,55	28,54
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	53.181.000,00	53.241.000,00	49.942.632,41	68,57	47.852.614,41	71,45
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5					18,58	
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB) / 100]6					9.213.738,93	
EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Total		-	-	-	-	-
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º e 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (VIII)		-	-		-	
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO				
		Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)		Saldo Final (não aplicado)	
Total (IX)		-	-			

Página: 3 de 3
28/11/2014 14:35

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (l)	% (l/ Total l) x 100	Até o Bimestre (m)	% (m/Total m) x 100
Atenção Básica	80.619.000,00	84.800.522,43	67.000.520,79	92,00	61.935.245,39	92,48
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	15.483.000,00	13.167.102,57	4.881.066,27	6,70	4.321.161,07	6,45
Suporte Profilático e Terapêutico	-	-	-	-	-	-
Vigilância Sanitária	1.561.000,00	1.530.000,00	415.458,73	0,57	353.314,93	0,53
Vigilância Epidemiológica	1.445.000,00	1.410.375,00	531.723,06	0,73	361.478,57	0,54
Alimentação e Nutrição	-	-	-	-	-	-
Outras Subfunções	-	-	-	-	-	-
TOTAL	99.108.000,00	100.908.000,00	72.828.768,85	100,00	66.971.199,96	100,00

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 32m.

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício² O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "h" ou a coluna "h+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[VI(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$.

ADELIANA DAL PONT ANTÔNIO CARLOS VIEIRA GUIDO LUIZ HINCKEL
Prefeita Municipal Secretário de Finanças Contador Geral CRC 15.213-SC

Prefeitura Municipal de São José-SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo das Despesas de Caráter Contínuo Derivadas das Parcerias Público-Privadas
Contratadas
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Dezembro/2014

Lda nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28 - Anexo XIII

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c)=(a+b)
		No bimestre	Até o Bimestre (b)	
TOTAL DE ATIVOS				
Direitos Futuros				
Ativos Contabilizados na SPE				
Contrapartida para Provedores de PPP				
TOTAL DE PASSIVOS(I)				
Obrigações Não Relacionadas a Serviços				
Contrapartida para Ativos da SPE				
Provisões de PPP				
GRANTIOS DE PPP (II)				
SALDO LÍQUIDO DE PASSIVOS DE PPP (II)=(I)-(II)				
PASSIVOS CONTINGENTES				
Contraprestações Futuras				
Riscos Não Provisionados				
Outros Passivos Contingentes				
ATIVOS CONTINGENTES				
Serviços Futuros				
Outros Ativos Contingentes				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 36m.

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	EXERCÍCIO/ 2015	EXERCÍCIO/ 2016	EXERCÍCIO/ 2017	EXERCÍCIO/ 2018	EXERCÍCIO/ 2019	EXERCÍCIO/ 2020	EXERCÍCIO/ 2021	EXERCÍCIO/ 2022	EXERCÍCIO/ 2023
Do Ente Federado											
Das Entidades Não-Dependentes											
Das Entidades Não-Dependentes											
TOTAL DAS DESPESAS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS/RCL(R)											

Página: 1 de 2
28/11/2014 14:41

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV		R\$ 1,00		
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No bimestre	Até o bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial da Receita	-		772.646.865,00	
Previsão Atualizada da Receita	-		772.646.865,00	
Receitas Realizadas	78.706.093,38		414.997.152,07	
Déficit Orçamentário			-	
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	-		0,00	
DESPESAS				
Dotação Inicial	-		772.646.865,00	
Créditos Adicionais	-		39.519.203,84	
Dotação Atualizada	-		812.166.068,84	
Despesas Empenhadas	59.515.763,59		406.139.872,84	
Despesas Liquidadas	75.348.157,16		352.310.488,98	
Superávit Orçamentário			62.686.663,09	
DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO				
Despesas Empenhadas	59.515.763,59		406.139.872,84	
Despesas Liquidadas	75.348.157,16		352.310.488,98	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				
Receita Corrente Líquida			435.724.350,73	
RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA				
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)	6.627.756,85		32.872.393,54	
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)	1.363.219,17		6.347.002,96	
Resultado Previdenciário (VI)=(IV-V)	5.264.537,68		26.525.390,58	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado Até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal	-49.824.593,00		1.392.423,35	-2,79
Resultado Primário	-7.934.507,00		45.680.731,91	-575,72
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO		Inscrição	Cancelamento até o bimestre	Pagamento até o bimestre
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	12.657.249,38		1.472.653,52	10.951.368,66
Poder Executivo	12.657.249,38		1.472.653,52	10.951.368,66
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	13.604.703,51		870.990,83	10.080.694,68
Poder Executivo	13.604.703,51		870.990,83	10.080.694,68
Poder Legislativo	0,00		0,00	0,00
TOTAL	26.261.952,89		2.343.644,35	21.032.063,34
				2.886.245,20

Página: 2 de 2
28/11/2014 14:41

Prefeitura Municipal de São José - SC
Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Janeiro a Outubro 2014/Bimestre Setembro-Outubro

LRF, Art. 48 - Anexo XIV			R\$ 1,00	
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No bimestre		Até o bimestre	
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
MÍNIMO ANUAL DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE	69.690.899,53	25%	27,05	
MÍNIMO ANUAL DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL	47.911.672,95	60%	94,81	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor apurado até o bimestre		Saldo Não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito	6.935.176,46		43.199.564,54	
Despesa de Capital Líquida	39.560.059,82		296.335.876,73	
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (IV-V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o bimestre		Saldo a Realizar	
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00		5.639.200,00	
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00		5.321.800,00	
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado Até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no exercício	% Aplicado Até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	47.852.614,41	15%	18,58	
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente			
Total das Despesas/RCL (%)				

FONTE: PRONIM RF - Responsabilidade Fiscal, SECRETARIA DE FINANÇAS, 28/Nov/2014, 14h e 39m.

NOTA EXPLICATIVA: O presente relatório não está considerando, no bimestre os Registros Contábeis da Entidade Câmara de Vereadores, em virtude da mesma não ter prestado contas ao Município no prazo.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

ANTÔNIO CARLOS VIEIRA
Secretário de Finanças

GUIDO LUIZ HINCKEL
Contador CRC 15.213-SC

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 450, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

EXTRATO DO TERMO DE PERMISSÃO DE USO Nº 450, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2014.

Origem: Termo de Cessão de Uso nº 058/2013, firmado entre o Estado de Santa Catarina e o Município Cedente.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Cessionária: Fundação Hospitalar de Assistência ao Trabalhador Rural de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 86.223.864/0001-98.

Objeto: Cessão de uso pelo CEDENTE em favor da CESSIONÁRIA, a título gratuito, do seguinte bem móvel, de propriedade do Estado de Santa Catarina: Aparelho de Raio-X para mamografia: coluna com posicionamento motorizado. Gerador de alta tensão. Compressão automática e manual. Console de comando. Tecnologia: Analógico. Marca: Série 19512012875. Número de Patrimônio: 244579. Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Data da assinatura: 21/11/2014.

Vigência: da data de sua assinatura até 22 de agosto de 2023.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste) - pelo Cedente e Nelso Luiz Moresco - Pela Cessionária.

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 010/2014, INEXIGIBILIDADE Nº 005/2014 - ICSLO

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC

PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 010/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nº 005/2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DO ARTISTA INTITULADO "PAPAI NOEL DO BRASIL" PARA APRESENTAÇÃO A SER REALIZADA NO DIA 07 DE DEZEMBRO DE 2014, NA PRAÇA DA BANDEIRA, NAS FESTIVIDADES ALUSIVAS A PROGRAMAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC.

CONTRATANTE: INSTITUTO CULTURAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC, CNPJ: 08.806.043/0001-70

CONTRATADA: ELIO MARIA LAZZAROTTO ME - CNPJ: 16.974.364/0001-02

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

TOTAL GERAL: R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: D - (04/2014) - 17.01.13.892.4516.2.031.3.3.90.39.99.00.00.03.0000 - Manutenção das atividades do Instituto Cultural.

PERÍODO DE VIGÊNCIA: Da assinatura do contrato até 31/12/2014.

FUNDAMENTO LEGAL: art. 25, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

São Lourenço do Oeste - SC, 03 de dezembro de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

PROCESSO 57/2014-LEILÃO DE VEÍCULOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 57/2014.

LEILÃO Nº. 02/2014.

GILNEI ANTONIO GUTH, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna publico, Licitação do tipo "LEILÃO PÚBLICO", Maior Lance, por item, preço à vista, para alienação de: Veículos de propriedade da Prefeitura Municipal de São Miguel da Boa Vista/SC, autorizado pela Lei Ordinária Municipal nº. 934/2014 e Lei Ordinária nº. 947/2014. Alienação será no dia 18/12/2014, às 08:45 horas nas dependências do Centro Administrativo Municipal. Maiores informações, bem como cópia do edital poderá ser obtida com o setor de Licitações, e setor de compras, de Segunda a Sexta-Feira, horário de expediente, das 07:00 as 13:00 horas. O presente Leilão será regido pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

São Miguel da Boa Vista (SC), 03 de dezembro de 2014.

GILNEI ANTONIO GUTH

Prefeito Municipal.

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 112.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 112/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS- TIPO: Menor Preço por Item.

OBJETO: Aquisição estimada e parcelada de Gêneros Alimentícios, para merenda escolar a ser distribuída nas Escolas e Centros de Educação Infantil Municipais de São Pedro de Alcântara/SC (anexo I), conforme especificações e quantitativos do ANEXO II, deste Edital.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 17/12/2014 às 08:00. HORA DA ABERTURA DA SESSÃO às 08:30h.

RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 03/12/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

AVISO DE LICITAÇÃO 110.2014

AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA. Avisa da abertura do Processo nº 110/2014 MODALIDADE: Pregão Presencial REGISTRO DE PREÇOS- TIPO: Menor Preço Global.

OBJETO: A presente licitação tem como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SISTEMA DE ENSINO QUE VISA ATENDER AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA/SC, de acordo com os quantitativos estimados e especificações constantes no Anexo I.

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 18/12/2014 às 08:30. HORA DA ABERTURA DA SESSÃO às 09:00h. RETIRADA DO EDITAL: sede da Prefeitura Municipal de São Pedro de Alcântara, na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, São Pedro de Alcântara, ou no site www.pmspa.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo telefone 0xx-48-3277-0122 R: 202 e 203 das 07:00h às 13:00h.

São Pedro de Alcântara, 03/12/2014

EDSON JOSÉ DA SILVA FILHO

Prefeito Municipal e.e.

Schroeder

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 283/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 283/2014-PMS

Pregão Presencial nº. 104/2014-PMS

Processo nº. 233/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: BETHA SISTEMAS LTDA., doravante denominada CONTRATADA, pessoa jurídica de direito privado com sede à Rua João Pessoa, 134, na cidade de Criciúma, Estado de Santa Catarina, CEP: 88.801-530, inscrita no CNPJ sob nº 00.456.865/0001-67.

Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso de sistemas de gestão pública, com acesso simultâneo de usuários, e que atenda as especificações técnicas, os quantitativos e os serviços técnicos correlatos para suprir as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO IX - Termo de Referência deste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÕES	USUÁRIOS	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: PREFEITURA MUNICIPAL						
01	Planejamento Público	2	12	Mês	610,00	7.320,00
02	Contabilidade Pública	7	12	Mês	1.346,00	16.152,00
03	Compras e Licitações	4	12	Mês	510,00	6.120,00
04	Patrimônio Público	2	12	Mês	260,00	3.120,00
05	Folha de Pagamento	4	12	Mês	975,00	11.700,00
06	Tributação Municipal	11	12	Mês	2.702,00	32.424,00
07	Escrituração Eletrônica do ISS via internet	Ilimitado	12	Mês	1.148,00	13.776,00

08	Atendimento ao Cidadão via internet	Ilimitado	12	Mês	360,00	4.320,00
09	Controle de Notas Fiscais Eletrônicas via internet	Ilimitado	12	Mês	1.626,00	19.512,00
10	Tesouraria Pública	2	12	Mês	206,00	2.472,00
11	Ponto Eletrônico	3	12	Mês	575,00	6.900,00
12	Almoxarifado Público	1	12	Mês	230,00	2.760,00
13	Recursos Humanos	3	12	Mês	530,00	6.360,00
14	Atendimento ao servidor público via internet	Ilimitado	12	Mês	210,00	2.520,00
15	Protocolo via internet	22	12	Mês	691,00	8.292,00
16	Gestão de Frotas Municipal	2	12	Mês	310,00	3.720,00
17	Portal da Transparência	Ilimitado	12	Mês	228,00	2.736,00
18	Gestão Inteligente	1	12	Mês	400,00	4.800,00
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
19	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	1.224,00
20	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	2.424,00
21	Tesouraria Pública	1	12	Mês	83,00	996,00
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE						
22	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	1.224,00
23	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	2.424,00
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL						
24	Compras e Licitações	4	12	Mês	102,00	1.224,00
25	Contabilidade Pública	4	12	Mês	202,00	2.424,00

26	Tesouraria Pública	1	12	Mês	83,00	996,00
LOCAÇÃO DOS SISTEMAS: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO						
27	Compras e Licitações	1	12	Mês	85,00	1.020,00
28	Contabilidade Pública	1	12	Mês	120,00	1.440,00
SERVIÇOS TÉCNICOS: PREFEITURA E FUNDOS						
29	Serviços de implantação, migração e treinamento e bancos de dados.		1	Serv.	3.705,25	3.705,25
30	Hora Técnica para os serviços de suporte técnico e pós-implantação prestados na sede da entidade		300	Hora	65,00	19.500,00
31	Despesa com Deslocamento para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		12000	KM	0,65	7.800,00
32	Despesa com Estada e Alimentação para os serviços de suporte técnico prestado na sede da entidade		30	Diária	125,00	3.750,00
TOTAL R\$						205.155,25

Valor do contrato: R\$ 205.155,25 (duzentos e cinco mil centos e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos)
 Data da Assinatura: 03/12/2014 - Vigência: 01/01/2015 até 31/12/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

TERMO ADITIVO Nº. A19/2014 – FMS

TERMO ADITIVO Nº. A19/2014 - FMS

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 14/2014 - FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck.

CONTRATADA: OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 03.033.589/0001-12, estabelecida na Rua Fernando de Souza e Silva, nº 1199, Itoupava Norte, na cidade de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP: 89052-470, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada pela Senhora Carla Evani Pereira, inscrita no CPF sob o nº 024.611.559-92, portadora da Carteira de Identidade nº. 4.054.420.

Considerando o Contrato Administrativo nº. 14/2014-FMS, celebrado em 18 de fevereiro de 2014, proveniente do Processo de licitação nº. 04/2014 - FMS, Modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº. 01/2014- FMS, visando o REGISTRO DE PREÇO para a aquisição de material ambulatorial odontológico para suprir as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, regido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas e conforme proposta apresentada.

Enquadra-se nos termos do artigo 65 da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela empresa OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA, e que a mesma atendeu as condições contratuais para revisão do preço, juntando notas fiscais que comprovam o aumento do preço.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder, em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - A partir deste fica alterada a Cláusula Primeira "do objeto do contrato, e descrição", sendo reajustado o item 26, a quantidade 160 unidades, item 27, a quantidade 160 unidades, item 28, a quantidade 170 unidades, item 29 a quantidade 270 unidades, no valor unitário de R\$ 13,00 (treze reais), conforme segue:

ITEM	DESCRI- ÇÕES	QTDE. LICITADA	UNID.	VALOR ATUAL	SALDO LICITA- ÇÃO	VALOR REAJUS- TADO
26	Luva para procedimento de látex. Tamanho EXP. Caixa com 100 unidades.	200	Caixa	11,40	160	13,00
27	Luva para procedimento de látex. Tamanho P. Caixa com 100 unidades.	200	Caixa	11,40	160	13,00
28	Luva para procedimento de látex. Tamanho M. Caixa com 100 unidades.	200	Caixa	11,40	170	13,00
29	Luva para procedimento de látex. Tamanho G. Caixa com 100 unidades.	300	Caixa	11,40	270	13,00

Cláusula 2ª - Fica a partir deste, alterado a Cláusula Quarta "do valor total do contrato" aditivado ao contrato o valor de R\$ 967,60 (novecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos) passando a ser o valor total do contrato de R\$ 15.940,60 (Quinze mil, novecentos e quarenta reais e sessenta centavos).

Cláusula 3ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 14/2014-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder/SC, 03 de dezembro de 2014.

CONTRATADA:

OLIMED MATERIAL HOSPITALAR LTDA

Carla Evani Pereira

CPF nº 024.611.559-92

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª _____

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª _____

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 284/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 284/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 109/2014-PMS

Processo nº. 243/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: AUTO ELITE LTDA - CARAGUÁ, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.270.397/0008-35, estabelecida na rua Bernardo Dornbusch nº. 800, Baependi, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.256-100,.

Objeto: contratação de empresa especializada para revisão de 06 (seis) meses de veículos lotados na Secretaria de Saneamento e Gestão Ambiental e Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Turismo do Município de Schroeder/SC., conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
1	Óleo motor para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	3,6	Litro	48,00	172,80
2	Filtro de óleo para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Peça	46,85	46,85
3	Filtro de combustível para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Peça	25,75	25,75
4	Bujão roscado para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Peça	9,08	9,08
5	Serviço de geometria para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Unidade	34,00	34,00

6	Serviço de balanceamento para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Unidade	34,00	34,00
7	Serviço Kit lubrificação para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU00655	1	Unidade	35,69	35,69
8	Serviço de tratamento de combustível para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKU0065	1	Unidade	17,43	17,43
9	Óleo motor para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	3,6	Litro	48,00	172,80
10	Filtro de óleo para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Peça	46,85	46,85
11	Filtro de combustível para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Peça	25,75	25,75
12	Bujão roscado para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Peça	9,08	9,08
13	Serviço de geometria para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Unidade	34,00	34,00

14	Serviço de balanceamento para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH99255	1	Unidade	34,00	34,00
15	Serviço Kit lubrificação para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Unidade	35,69	35,69
16	Serviço de tratamento de combustível para o veículo VW/UP Take MA, 1.0, ano/ modelo 2014/2015, na cor branca, placa MKH9925	1	Unidade	17,43	17,43
TOTAL R\$					751,20

Valor do contrato: R\$ 751,20 (setecentos e cinquenta e um reais e vinte centavos).

Data da Assinatura: 03/12/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3.179/2014 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.179/2014 de 2 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ESPECIAL - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.078/2014 de 2 de dezembro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 7.319,07 (sete mil trezentos e dezenove reais e sete centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0023 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 7.319,07

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.301.3013.2.336 - Manutenção das Ações da Atenção Básica de Saúde

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0023 - Equipamentos e Material

Permanente R\$ 7.319,07

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de dezembro de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.180/2014 DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº 3.180/2014 de 2 de dezembro de 2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2014.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 1.989/2013 de 18 de dezembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 2.147,04 (dois mil cento e quarenta e sete reais e quatro centavos) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar
4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material
Permanente R\$ 317,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Indenizacoes Restituicoes
Trabalhistas R\$ 1.191,93
3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Obrigacoes Patronais R\$ 39,29

05.04 - UNIDADE DO FUNDEB

05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB

3.1.90.13.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Obrigacoes Patronais R\$ 144,51

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 454,31

Art. 2º Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos proveniente da anulação parcial e/ou total da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02 - GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

02.01 - CHEFIA DE GABINETE

02.01.06.181.3014.2.343 - Manutenção Convênio Polícia Militar
3.3.90.36.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física R\$ 317,00

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.02 - UNIDADE DE EDUCAÇÃO

05.02.12.365.3009.2.322 - Manutenção do Centro de Educ. Infantil
3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0001 - Outros Serviços de Terceiros

- Pessoa Juridica R\$ 1.231,22

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA , ESPORTE E LAZER
05.04 - UNIDADE DO FUNDEB
05.04.12.361.3009.2.364 - Manutenção Ensino Fundamental FUNDEB
3.1.90.94.00.00.00.00 - 00.01.0018 - Indenizacoes Restituicoes Trabalhistas R\$ 598,82

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 02 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

DECRETO Nº 3.181/2014, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2014

DECRETO Nº3.181/2014, de 3 de dezembro de 2014
DECRETA PONTO FACULTATIVO.

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA :

Art. 1º Ficam decretados como Ponto Facultativo: o período vespertino do dia 18 de dezembro de 2014, os dias 19, 24, 26 e 31 de dezembro de 2014 e o dia 2 de janeiro de 2015, nas repartições públicas municipais, ressalvadas as necessidades de serviços de cada Secretaria, em especial da Secretaria de Saúde e Assistência Social, de acordo com os cronogramas de plantão já estabelecidos, bem como do pessoal ligado à Defesa Civil.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 3 de dezembro de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Publicado por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor de Planejamento, Gestão e Finanças

ERRATA À PUBLICAÇÃO DO DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE (5º BIM - 2014)

Errata à publicação do DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO-2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	No Bimestre		Até o Bimestre	
	Onde se lê	Leia-se	Onde se lê	Leia-se
1 - RECEITAS DE IMPOSTOS	342.777,21	333.729,85	2.835.029,44	2.807.772,61
1.1 - Receita Resultante do IPTU	72.363,01	72.025,75	1.308.615,70	1.306.579,84
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	(337,26)	0,00	(2.035,86)
1.2 - Receita Resultante do ITBI	74.467,70	68.464,46	376.366,07	353.952,83
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	(6.013,24)	0,00	(22.413,24)
1.3 - Receita Resultante do ISS	157.024,44	156.496,55	802.630,75	801.991,99
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	(527,89)	0,00	(638,76)
1.4 - Receita Resultante do IRRF	38.922,06	36.753,09	347.416,92	345.247,95
1.4.5 - (-) Deduções da Receita do IRRF	0,00	(2.168,97)	00,00	(2.168,97)
2 - RECEITAS DE TRANSFs.CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	3.371.638,27	3.371.638,27	17.835.965,79	17.835.908,07
2.6 - Cota-Parte IPVA	251.878,44	251.878,44	1.155.752,06	1.155.694,34
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	3.714.415,48	3.705.368,12	20.670.995,23	20.643.680,68
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38)/(3) x 100) %			26,74	26,77

Errata à publicação do DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO-2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Até o Bimestre	
	Onde se lê	Leia-se
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	2.835.029,44	2.807.772,61
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	1.159.430,29	1.157.676,89
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	373.134,08	350.720,84
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	756.190,07	755.551,31
Imposto de Renda Retido na Fonte	347.416,92	345.247,95
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	17.835.965,79	17.835.908,07
Cota-Parte IPVA	1.155.752,06	1.155.694,34
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	20.670.995,23	20.643.680,68
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII/III x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% ^{4 e 5}	20,23	20,29

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	3.805.000,00	3.805.000,00	333.729,85	2.807.772,61	73,79
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	1.863.000,00	1.863.000,00	72.025,75	1.306.579,84	70,13
1.1.1- IPTU	1.630.000,00	1.630.000,00	45.869,52	1.159.430,29	71,13
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	8.000,00	8.000,00	1.860,02	4.491,78	56,15
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	130.000,00	130.000,00	16.209,01	97.156,12	74,74
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	95.000,00	95.000,00	8.424,46	47.537,51	50,04
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	(337,26)	(2.035,86)	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	453.500,00	453.500,00	68.454,46	353.952,83	78,05
1.2.1- ITBI	450.000,00	450.000,00	73.342,40	373.134,08	82,92
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	500,00	500,00	22,75	412,47	82,49
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	2.000,00	2.000,00	923,00	2.352,95	117,65
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	1.000,00	1.000,00	179,55	466,57	46,66
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	(6.013,24)	(22.413,24)	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.168.500,00	1.168.500,00	156.496,55	801.991,99	68,63
1.3.1- ISS	1.132.500,00	1.132.500,00	146.604,70	756.190,07	66,77
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	8.000,00	8.000,00	860,58	4.559,85	57,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	6.703,13	31.413,51	157,07
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.000,00	8.000,00	2.856,03	10.467,32	130,84
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	(527,89)	(638,76)	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	320.000,00	320.000,00	36.753,09	345.247,95	107,89
1.4.1- IRRF	320.000,00	320.000,00	38.922,06	347.416,92	108,57
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	(2.168,97)	(2.168,97)	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	20.090.000,00	20.090.000,00	3.371.638,27	17.835.908,07	88,78
2.1- Cota-Parte FPM	9.800.000,00	9.800.000,00	1.529.193,56	9.243.744,81	94,32
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	9.800.000,00	9.800.000,00	1.529.193,56	9.243.744,81	94,32
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	9.000.000,00	9.000.000,00	1.555.291,26	7.289.080,86	80,99
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	40.000,00	40.000,00	6.352,60	28.586,70	71,47
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	140.000,00	140.000,00	23.141,26	112.486,56	80,35
2.5- Cota-Parte ITR	10.000,00	10.000,00	5.781,15	6.314,80	63,15
2.6- Cota-Parte IPVA	1.100.000,00	1.100.000,00	251.878,44	1.155.694,34	105,06
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	23.895.000,00	23.895.000,00	3.705.368,12	20.643.680,68	86,39
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	600.000,00	600.000,00	123.212,47	720.940,80	120,16
5.1- Transferências do Salário-Educação	600.000,00	600.000,00	111.461,72	565.260,08	94,21
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	121.574,18	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	11.750,75	34.106,54	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	90.000,00	90.000,00	5.418,00	59.694,84	66,33
6.1- Transferências de Convênios	90.000,00	90.000,00	5.418,00	59.694,84	66,33
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	561.000,00	561.000,00	228.472,60	588.561,67	104,91
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.251.000,00	1.251.000,00	357.103,07	1.369.197,31	109,45
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	4.018.000,00	4.018.000,00	674.323,29	3.567.191,20	88,78
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.960.000,00	1.960.000,00	305.834,66	1.848.748,72	94,32
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.800.000,00	1.800.000,00	311.058,05	1.457.815,27	80,99
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.000,00	8.000,00	1.270,52	5.717,34	71,47
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	28.000,00	28.000,00	4.628,33	22.497,39	80,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	2.000,00	2.000,00	1.156,21	1.262,89	63,14
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	220.000,00	220.000,00	50.375,52	231.149,59	105,07
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	1.074.168,29	5.227.734,95	90,13
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	5.800.000,00	5.800.000,00	1.070.209,32	5.212.678,07	89,87
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	3.958,97	15.056,88	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	1.782.000,00	1.782.000,00	395.886,03	1.645.486,87	92,34
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	5.590.000,00	5.633.734,06	1.039.232,23	4.853.514,06	86,15
13.1- Com Educação Infantil	3.160.000,00	3.115.000,00	480.680,92	2.354.889,30	75,60
13.2- Com Ensino Fundamental	2.430.000,00	2.518.734,06	558.551,31	2.498.624,76	99,20
14- OUTRAS DESPESAS	210.000,00	388.236,88	87.316,89	354.751,38	91,37
14.1- Com Educação Infantil	210.000,00	216.872,88	42.428,51	183.387,38	84,56
14.2- Com Ensino Fundamental	0,00	171.364,00	44.888,38	171.364,00	100,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	5.800.000,00	6.021.970,94	1.126.549,12	5.208.265,44	86,49
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					5.208.265,44
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					92,84
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					6,79
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					0,37
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					0,00
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					0,00
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	5.973.750,00	5.973.750,00	926.342,03	5.160.920,17	86,39
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	4.099.250,00	4.136.280,88	620.153,30	3.089.595,81	74,70
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	4.563.000,00	4.652.662,07	849.309,11	4.098.262,55	88,08
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.430.000,00	2.690.098,06	603.439,69	2.669.988,76	99,25
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.133.000,00	1.962.564,01	245.869,42	1.428.273,79	72,78
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	165.000,00	135.000,00	18.787,20	108.356,97	80,26
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	130.000,00	94.099,98	13.259,40	72.968,57	77,54
28- OUTRAS	194.000,00	220.996,00	36.691,11	184.951,31	83,69
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	9.151.250,00	9.239.038,93	1.538.200,12	7.554.135,21	81,76
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					1.645.486,87
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (60 h)					15.056,88
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					1.660.543,75
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					5.527.314,61
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					26,77
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	600.000,00	714.833,03	70.793,60	247.996,26	34,69
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	711.500,00	1.088.573,53	173.685,54	666.073,46	61,19
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.311.500,00	1.803.406,56	244.479,14	914.069,72	50,69
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	10.462.750,00	11.042.445,49	1.782.679,26	8.468.204,93	76,69

MUNICÍPIO DE SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
		FUNDEB (h)
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2,14
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.212.678,07
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		5.000.259,59
49.1 Orçamento do Exercício		5.000.259,59
49.2 Restos a Pagar		0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		15.056,88
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		227.477,50

SCHROEDER, 28/11/2014

OSVALDO JURCK	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR	PAULO ROBERTO FERREIRA
Prefeito Municipal	Contador PR-034345/O-3 S-SC	Controlador Municipal

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

RREO - ANEXO 12 (LC 14/12012, art. 35)

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)					
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	3.805.000,00	3.805.000,00	2.807.772,61	73,79	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	1.630.000,00	1.630.000,00	1.157.676,69	71,02	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	450.000,00	450.000,00	350.720,84	77,94	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.132.500,00	1.132.500,00	755.551,31	66,72	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	320.000,00	320.000,00	345.247,95	107,89	
Dívida Ativa dos Impostos	16.500,00	16.500,00	9.464,10	57,36	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	152.000,00	152.000,00	130.640,32	85,95	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	104.000,00	104.000,00	58.471,40	56,22	
Cota-Parte FPM	20.090.000,00	20.090.000,00	17.835.908,07	88,78	
Cota-Parte ITR	9.800.000,00	9.800.000,00	9.243.744,81	94,32	
Cota-Parte IPVA	10.000,00	10.000,00	6.314,80	63,15	
Cota-Parte ICMS	1.100.000,00	1.100.000,00	1.155.694,34	105,06	
Cota-Parte IPI-Exportação	9.000.000,00	9.000.000,00	7.289.080,86	80,99	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	140.000,00	140.000,00	112.486,56	80,35	
Desoneração ICMS (LC 87/96)	40.000,00	40.000,00	28.586,70	71,47	
	40.000,00	40.000,00	28.586,70	71,47	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	23.895.000,00	23.895.000,00	20.643.680,68		86,39

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	3.148.466,00	3.148.466,00	1.619.800,70	51,45	
Provenientes da União	3.052.466,00	3.052.466,00	1.599.800,70	52,41	
Provenientes dos Estados	96.000,00	96.000,00	20.000,00	20,83	
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS	930.000,00	930.000,00	244.800,00	26,32	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	63.000,00	63.000,00	13.147,27	20,87	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	4.141.466,00	4.141.466,00	1.877.747,97		45,34

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)
DESPESAS CORRENTES	8.968.453,00	9.007.880,29	5.868.456,51	65,15	5.550.766,78
Pessoal e Encargos Sociais	6.128.003,00	5.798.362,10	3.752.069,78	64,71	3.749.389,99
Outras Despesas Correntes	2.840.450,00	3.209.518,19	2.116.386,73	65,94	1.801.376,79

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de SCHROEDER - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos	1.481.600,00	1.475.492,34	924.187,06	62,64	573.350,51	38,86
	1.481.600,00	1.475.492,34	924.187,06	62,64	573.350,51	38,86
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	10.450.053,00	10.483.372,63	6.792.643,57	64,79	6.124.117,29	58,42
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO						
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	4.231.166,00	4.442.002,83	2.322.837,35	34,20	1.934.507,60	31,59
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	4.231.166,00	4.442.002,83	2.322.837,35	34,20	1.934.507,60	31,59
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	4.231.166,00	4.442.002,83	2.322.837,35	34,20	1.934.507,60	31,59
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)	6.218.887,00	6.041.369,80	4.469.806,22	30,60	4.189.609,69	26,83
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5	20,29					
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100]						
1.093.057,59						

Continua 2/4

Continuação 3/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	92.679,70	3.923,06	19.160,92	73.518,78	0,00			
TOTAL	92.679,70	3.923,06	19.160,92	73.518,78	0,00			
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	0,00	0,00		0,00				
	0,00	0,00		0,00				
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)				
	-	-		-				
	-	-		-				
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)								
Atenção Básica	9.289.253,00	9.089.017,28	5.826.117,08	85,77	5.308.263,20	86,68		
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	592.000,00	929.423,95	657.306,31	9,68	508.379,07	8,30		
Vigilância Sanitária	18.000,00	27.500,00	12.577,48	0,19	11.769,49	0,19		
Vigilância Epidemiológica	72.700,00	85.331,40	41.520,99	0,61	40.657,32	0,66		
Outras Subfunções	488.100,00	362.100,00	255.121,71	3,76	255.048,21	4,16		
TOTAL	10.460.053,00	10.493.372,63	6.792.643,57	100,00	6.124.117,29	100,00		

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

Município de SCHROEDER - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A OUTUBRO 2014/BIMESTRE SETEMBRO - OUTUBRO

Continuação 4/4

⁶ No último bimestre, será utilizada a fórmula $[V/(h+i) - (15 \times IIIb)/100]$

SCHROEDER, 28/11/2014

OSVALDO JURCK Prefeito Municipal	HERCÍLIO PEITRUKA JUNIOR Contador PR-034345/O-3 S-SC	PAULO ROBERTO FERREIRA Controlador Municipal
-------------------------------------	---	---

ATA TOMADA DE PREÇOS 13/2014-PMS (SEQUÊNCIA 01)

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2014 - TP Processo Administrativo: Processo de Licitação: 221/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 172/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 3 de Dezembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 221/2014, Licitação nº 13/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta, bem como os documentos para credenciamento a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, não está credenciado para a licitação, pois apresentou Credenciamento sem o reconhecimento de Firma conforme pede no edital no item 5.1.1 "Procuração (Pública ou Particular) ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto;", sendo assim não apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A Sócia Administradora da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, a Senhora Cristina I. Voltolini Vacchi, encaminhou por correio eletrônico o Termo de Renúncia ao prazo de recurso de habilitação. Será dada continuidade ao processo com abertura da proposta comercial da empresa habilitada. Foi aberto o envelope de proposta da empresa. Constatou-se vencedora a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME com o valor total de R\$ 89.617,88. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a empresa participante.

Participante: 12970 - ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	89.617,88	89.617,88

Total do Participante -----> 89.617,88

Total Geral -----> 89.617,88

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 221/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 3 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Ana Grasieli Biondaro	- - Representante
-----------------------	-------------------------

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2014 - TP
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 221/2014 Data do Processo: 22/10/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Contratação de empresa especializada para execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 172/2014 (Sequência: 1)

Ao(s) 3 de Dezembro de 2014, às 14:15 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55332014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 221/2014, Licitação nº 13/2014 - TP, na modalidade de Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A comissão reuniu-se para abertura da licitação, conforme determinado no edital. Apresentou envelopes de habilitação e proposta, bem como os documentos para credenciamento a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. E para fornecer conhecimento do presente edital, o mesmo publicado em resumo no mural Público Municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina (DOM/SC), no jornal de circulação regional - O Correio do Povo, Diário Oficial do Estado e disponibilizado na íntegra no site www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Após rubricados os envelopes, bem como os documentos para o credenciamento, constatando-se que o representante da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, não está credenciado para a licitação, pois apresentou Credenciamento sem o reconhecimento de Firma conforme pede no edital no item 5.1.1 "Procuração (Pública ou Particular) ou credenciamento modelo em anexo, ambos com firma reconhecida, juntamente com fotocópia do documento de identificação, de preferência com foto;", sendo assim não apresentou a documentação para o credenciamento de acordo com o edital. Foi aberto o envelope de habilitação da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, cujos documentos foram rubricados pelo presidente e membros da comissão e colocados à disposição dos presentes para exame e rubricação. Constatando que a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME apresentou a documentação de acordo como exigido no edital, resultando assim habilitada. A Sócia Administradora da empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME, a Senhora Cristina I. Voltolini Vacchi, encaminhou por correio eletrônico o Termo de Renúncia ao prazo de recurso de habilitação. Será dada continuidade ao processo com abertura da proposta comercial da empresa habilitada. Foi aberto o envelope de proposta da empresa. Constatou-se vencedora a empresa ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA. - ME com o valor total de R\$ 89.617,88. Diante do exposto a comissão abre prazo recursal conforme artigo 109 da Lei Federal nº. 8.666/93. Encerra-se a sessão e pede-se para ser repassada a cópia da ata a empresa participante.

Participante: 12970 - ARKA EMPREENDIMENTOS LTDA - ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Execução (com fornecimento de mão de obra, materiais e equipamentos) de reforma do prédio na Escola Municipal Vali Jorck Voigt, localizada na Estada Rancho Bom, no Município de Schroeder/SC, contemplando uma área de 186,48m², conforme projeto, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento o convocatório	UN	1,00		0,0000	89.617,88	89.617,88

Total do Participante -----> 89.617,88

Total Geral -----> 89.617,88

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	TOMADA DE PREÇO Nr.: 13/2014 - TP
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 221/2014 Data do Processo: 22/10/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 3 de Dezembro de 2014

COMISSÃO:

Ivandra de Souza	- - Presidente da Comissão de Licitação
Gelson Stein	- - Membro
Leonice Engler Kafer	- - Membro
Cezar Santos de Jesus	- - Membro
Daniela Samulescki	- - Secretária
Eloir José Wendt	- - Membro Suplente
Walter Egidio Mukai	- - Membro Suplente

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Ana Grasieli Biondaro	- - Representante
-----------------------	-------------------------

Serra Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 166/2014

DECRETO Nº 166/2014 DE 16 DE OUTUBRO DE 2014
FICA ABERTO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 1003 de 10/10/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade: 2.100 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 60.000,00

Despesa: 05

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade: 1.210 - Construção da Sede do Legislativo Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 60.000,00

Despesa: 2

TOTAL DA ANULAÇÃO
R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 16 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

DECRETO Nº 194/2014

DECRETO Nº 194/2014 DE 18 DE NOVEMBRO DE 2014
"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em

especial a Lei Municipal nº 1007 de 10/11/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vintemil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0035- Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade

Despesa: 06
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 20.000,00 (vintemil reais), serão provenientes do provável excesso de arrecadação das Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC para o corrente exercício.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 18 de Novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1003/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1003 DE 10 DE OUTUBRO DE 2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade: 2.100 - Manutenção da Câmara de Vereadores

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 60.000,00

Despesa: 05

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), serão anulados das seguintes dotações orçamentárias:

ENTIDADE 3:

Órgão: 01.00 - CÂMARA DE VEREADORES

Unidade Orçamentária: 01.01 - Câmara de Vereadores

Projeto/Atividade: 1.210 - Construção da Sede do Legislativo Municipal

Natureza da Despesa: 4.4.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0000 - Recursos Ordinários
..... R\$ 60.000,00

Despesa: 2

TOTAL DA ANULAÇÃO
R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 10 de outubro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

LEI MUNICIPAL Nº 1007/2014

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

LEI MUNICIPAL Nº 1007/2014 DE 10 DE NOVEMBRO DE 2014

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no programa e verba abaixo discriminada e constante dos anexos da Lei Municipal nº 979/2013 de 04/12/2013, a saber:

Órgão: 10.00 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 10.01 - Fundo Municipal de Saúde

Projeto/Atividade: 2.800 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Natureza da Despesa: 3.3.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0035 - Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade

Despesa: 06
..... R\$ 20.000,00

Art. 2º - Os recursos orçamentários para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), serão provenientes do provável excesso de arrecadação das Transferências do SUS - Atenção de Média e Alta Complexidade - MAC para o corrente exercício.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei Municipal nº 958/2013 de 22 de Maio de 2013, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 10 de Novembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de Administração

DECRETO Nº 199/2014

DECRETO Nº 199/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 2012/2014 de 02/12/2014

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.741,67 (cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0010 - Recursos Ordinários
..... R\$ 58.741,67TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 58.741,67

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 58.741,67 (cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) serão provenientes do Excesso de Arrecadação de Convênio celebrado com o Governo do Estado, destinado para manutenção do Transporte Escolar.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

DECRETO Nº 198/2014

DECRETO Nº 198/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, e em especial a Lei nº 1011/2014 de 02/12/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no

valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0008 - Transferências do FUNDEB R\$ 150.000,00

Despesa: 28

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0009 - Transferências do FUNDEB R\$ 150.000,00

Despesa: 29

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

LEI MUNICIPAL Nº 1011/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1011/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0008 - Transferências do FUNDEB R\$ 150.000,00

Despesa: 28

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 150.000,00

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito adicional suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão anulados da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0009 - Transferências do FUNDEB R\$ 150.000,00

Despesa: 29

TOTAL DA ANULAÇÃO R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de dezembro de 2014.

FRANCISCO ARTUR BOTH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI

Secretário de administração

LEI MUNICIPAL Nº 1010/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1010 /2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
"ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA PARA O EXERCÍCIO DE 2015".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais apresenta a esta Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei para análise e apreciação:

DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 1º. O Orçamento Geral do Município de Serra Alta para o exercício de 2014 estima a Receita e fixa a despesa em R\$ 19.655.181,20 (Dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e vinte centavos), relativo ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

DOS ORÇAMENTOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO

Art. 2º. O Orçamento do Poder Executivo para o exercício de 2015 estima a Receita em R\$ 19.655.181,20 (Dezenove milhões, seiscentos e cinquenta e cinco mil, cento e oitenta e um reais e vinte centavos), fixa as Despesas do Poder Legislativo em R\$ 703.428,14 (Setecentos e três mil, quatrocentos e vinte e oito reais e catorze centavos) e do Poder Executivo em R\$ 18.951.753,06 (Dezoito milhões, novecentos e cinquenta e um mil, setecentos e três reais e seis centavos).

§ 1º. A Receita da Unidade Gestora (Município de Serra Alta) será

realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras Receitas Correntes e de Capital, na forma da legislação em vigor, discriminada nos quadros anexos, com o seguinte desdobramento:

1 - DAS RECEITAS

1.1 DEMONSTRATIVOS DA PARTICIPAÇÃO RELATIVA DAS FONTES DE RECEITA

	FONTES DE RECEITA	R\$	PARTICIPAÇÃO RELATIVA %
	Entidade 1 – MUNICÍPIO DE SERRA ALTA	18.748.512,70	100,00
1.1	Receita Tributária	1.045.910,54	5,58
1.2	Receita de Contribuições	113.500,00	0,61
1.3	Receita Patrimonial	98.100,00	0,52
1.4	Receita Agropecuária	98.900,00	0,53
1.6	Receita de Serviços	455.400,00	2,43
1.7	Transferências Correntes	18.007.187,16	96,05
1.9	Outras Receitas Correntes	198.675,00	1,06
2.2	Alienação de Bens	200.000,00	1,07
2.3	Amortização de Empréstimos	35.000,00	0,19
2.4	Transferências de Convênios	1.050.000,00	5,60
9.0	Deduções da Receita	(2.554.160,00)	(13,64)
	Entidade 2 – Fundo Municipal de Saúde	906.668,50	100,00
	Transferências Correntes	706.668,50	77,94
	Transferências de Capital	200.000,00	22,06
	TOTAL	19.655.181,20	

§ 2º. As Despesas dos Poderes, Executivo e Legislativo serão realizadas segundo a apresentação dos anexos integrantes desta Lei, obedecendo a classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, distribuídas da seguinte maneira:

I - CLASSIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	VALOR
Entidade 1 – Prefeitura	15.521.010,74
02.01-Gabinete do Prefeito	603.500,00
03.01-Secretaria de Administração	1.653.563,33
04.01-Secretaria de Planejamento	1.053.166,67
Transferência ao Fundo Municipal de Saúde	2.424.073,82
Transferência a Câmara de Vereadores	703.428,14
05.01-Secretaria Municipal de Educação	5.206.426,04
05.02-Departamento de Cultura	527.500,00
05.03-Departamento de Esportes	300.000,00

07.01-Secretaria de Agricultura	1.552.729,70
08.01-Secretaria dos Transportes	1.544.625,00
08.02-Departamento de Obras e Serviços Urbanos	1.735.000,00
09.01-Reserva de Contingência	50.000,00
11.00-Secretaria de Assistência Social	1.294.500,00
Entidade 2 – Fundo Municipal de Saúde	3.430.742,32
10.01 – Fundo Municipal de Saúde	3.430.742,32
Entidade 3 – Câmara Municipal de Vereadores	703.428,14
01.01 – Câmara de Vereadores	703.428,14

II - CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO

	QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA POR FUNÇÃO	FIXADA PARA 2015
01	Legislativa	703.428,14
04	Administração	2.540.600,00
06	Segurança Pública	139.630,00
08	Assistência Social	1.194.500,00
10	Saúde	3.430.742,32
12	Educação	5.206.426,04
13	Cultura	527.500,00
15	Urbanismo	1.735.000,00
16	Habitação	100.000,00
20	Agricultura	1.552.729,70
22	Indústria	200.000,00
26	Transporte	1.544.625,00
27	Desporto e Lazer	300.000,00
28	Encargos Especiais	430.000,00
99	Reserva de Contingência	50.000,00
	TOTAL	19.655.181,20

III - CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01.031- Ação Legislativa	703.428,14
04.121 - Planejamento e Orçamento	623.166,67
04.122 – Administração Geral	1.917.433,33
06.181 – Segurança Pública	139.630,00
08.241 – Assistência ao Idoso	70.000,00
08.243 – Assistência a Criança e ao Adolescente	274.000,00
08.244 – Assistência Comunitária	840.500,00
08.754 – Alcool	10.000,00
10.301 – Atenção Básica	3.380.742,32
10.304 – Vigilância Sanitária	50.000,00
12.306 – Alimentação e Nutrição	202.100,00
12.368 – Educação Básica	3.801.326,04
12.365 – Ensino Infantil	1.168.000,00
12.367 – Educação Especial	35.000,00
13.392 – Difusão Cultural	527.500,00
15.451 – Infra-Estrutura Urbana	770.000,00

15.452 – Serviços Urbanos	765.000,00
15.512 – Saneamento Básico	200.000,00
16.482 – Habitação	100.000,00
20.606 – Extensão Rural	1.552.729,70
22.661 – Promoção Industrial	200.000,00
26.782 – Transporte Rodoviário	1.544.625,00
27.811 – Desporto de Rendimento	300.000,00
28.843 – Serviço da Dívida Interna	430.000,00
99.999 – Reserva de Contingência	50.000,00
TOTAL	19.655.181,20

IV - CLASSIFICAÇÃO SEGUNDO A NATUREZA

	QUADRO DEMONSTRATIVO DA DESPESA SEGUNDO SUA NATUREZA	FIXADA PARA 2014
	Entidade 1 – PREFEITURA	15.521.010,74
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	11.770.679,27
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	4.813.733,33
3.2.00.00	Juros e Encargos da Dívida	80.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	6.876.945,94
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	3.700.331,47
4.4.00.00	Investimentos	3.400.331,47
4.6.00.00	Amortização da Dívida	300.000,00
9.9.99.00	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00
	Entidade 2 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	3.430.742,32
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	2.922.992,32
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	1.052.773,12
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	1.870.219,20
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	507.750,00
4.4.00.00	Investimentos	507.750,00
	Entidade 3 – CÂMARA DE VEREADORES	703.428,14
3.0.00.00	DESPESAS CORRENTES	660.000,00
3.1.00.00	Pessoal e Encargos Sociais	360.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	300.000,00
4.0.00.00	DESPESAS DE CAPITAL	43.428,14
4.4.00.00	Investimentos	43.428,14
	TOTAL GERAL	19.655.181,20

Art. 3º. Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de riscos fiscais representados por passivos contingentes, devidamente caracterizados e fundamentados em Ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 4º. Fica o Executivo Municipal autorizado através de Decreto, remanejar dotações de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação/Fontes de Recursos para outro, dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais (Art. 167, VI da CF), bem como criar novas Destinações de Recursos nas Modalidades

de Aplicação já existentes.

Art. 5º. Fica o Poder Executivo autorizado, nos termos do Art. 7º da Lei Federal nº 4.320/1964, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 20% da Receita estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos, desde que não comprometidos:

I - o excesso ou provável excesso de arrecadação em cada uma das Destinações de Recursos, observada a tendência do exercício; e

II - o superávit financeiro do exercício anterior apurado em cada uma das destinações de recursos vinculados, sendo que os recursos sem vínculo poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais de qualquer destinação.

§ - Exclui-se desse limite, os créditos adicionais suplementares autorizados por Leis Municipais específicas aprovadas no exercício.

Art. 6º. Os Projetos, Atividades ou Operações Especiais priorizados nesta lei com recursos vinculados a destinações oriundas de transferências voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito, Alienação de Ativos e outras, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido.

§ 1º. A apuração do excesso de arrecadação de que trata o artigo 43, § 3º da Lei 4.320/1964 será realizado por destinação de recursos identificados nos orçamentos da Receita e Despesa para fins de abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais, conforme exigência contida nos artigos 8º, parágrafo único e 50 I da LC Nº 101/2000.

§ 2º. O controle da execução orçamentária será realizado de forma a preservar o equilíbrio de caixa para cada uma das destinações de recursos, conforme disposto nos artigos 8º, 42 e 50, I da LRF e Portaria Conjunta STN nº 002/2007 e suas alterações posteriores.

Art. 7º. A presente Lei vigorará durante o exercício de 2015, a partir de 1º de janeiro.

Gabinete do Prefeito de Serra Alta/SC, 02 de dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de Administração

LEI MUNICIPAL Nº 1012/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1012/2014, DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014.
AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EFETUAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SERRA ALTA - SC.

FRANCISCO ARTUR BOTH Prefeito Municipal de Serra Alta - SC, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte:

LEI:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir no orçamento do Município de Serra Alta - SC (Lei 979/2013 de 04/12/2013) crédito adicional suplementar no valor de R\$ 58.741,67 (cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos), para a inclusão no seguinte programa:

Órgão: 05.00 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

Unidade Orçamentária: 05.01 - Departamento de Educação

Projeto/Atividade: 2.500 - Manutenção da Secretaria Educação, Cultura e Esportes

Natureza da Despesa: 3.1.90.00 - Aplicações Diretas

Fonte: 0.1.0010 - Transferência de Convênios - Educação
..... R\$ 58.741,67

TOTAL SUPLEMENTADO
..... R\$ 58.741,67

Art. 2º - Os recursos para abertura do crédito suplementar, de que trata o artigo anterior no valor de R\$ 58.741,67 (cinquenta e oito mil, setecentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) serão provenientes do Excesso de Arrecadação de Convênio celebrado com o Governo do Estado, destinado para manutenção do Transporte Escolar.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 02 de Dezembro de 2014.
FRANCISCO ARTUR BOTH
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

VANDERLI RUI DE GASPARI
Secretário de administração

LEI MUNICIPAL Nº 1013/2014

LEI MUNICIPAL Nº 1013 de 03 de dezembro de 2014.

"DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE INCENTIVO AGROPECUÁRIO E REVOGA LEI 880/2011 e dá outras providências".

FRANCISCO ARTUR BOTH, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas na Lei Orgânica Municipal,

Apresenta a Câmara de Vereadores o seguinte Projeto de Lei, que a Câmara Aprovou e eu sanciono.

Art.1º- Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a implantar o Programa de Incentivo a Agropecuária de Serra Alta, objetivando a expansão da atividade através da implementação das seguintes atividades:

1. GADO LEITEIRO:

Objetivo: MELHORAMENTO DO REBANHO E AUMENTO DA PRODUTIVIDADE:

1.1- Incentivos:

1.1.1- Formação e Conservação de Pastagens e aberturas de silos:

1.1.1.1- Serviços de Máquinas do DMER/ano:

Até 4 Horas
100%

4 a 8 Horas
50%

Acima de 8 Horas
20%

1.1.1.2- Sementes de pastagens. A semente será disponibilizada conforme o movimento econômico na produção de leite.

Média litros	Sementes kg		
Ano	Aveia Preta	Azevem	Ervilhaca
5000 – 10000	80	25	-
10000 – 15000	120	50	-
15000 – 20000	160	75	25
20000 – 30000	200	100	50
30000 – 40000	240	125	75
40000 – 55000	280	150	100
55000 – 70000	320	175	125
70000 – 90000	360	200	150
90000 >	400	225	175

Parágrafo Único: Cada produtor beneficiado poderá optar por somente uma das três culturas disponíveis.

1.1.2- Terraplenagem para Construção de Estábulos e Esterqueiras:

Pelos serviços de terraplenagem em estábulos empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 3,20 UFRM (três vírgula vinte), o metro quadrado, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da terraplenagem e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

Para os serviços de escavação de esterqueiras empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 1,50 UFRM (um vírgula cinco), o metro cúbico, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da escavação e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

1.1.3- Abertura e Conservação de Vias de Acesso:

1.1.3.1- Serviços de máquinas do DMER/ano:

Primeiro trabalho a ser executado 100%
A partir do segundo trabalho executado ate 2 Horas 100%
Acima de 2 Horas
50%

1.1.4- Silagem:

1.1.4.1- Serviço de Máquinas para o corte/ano:

Até 15 Horas
50%
15 até no máximo 25 Horas
40%
Abertura e limpeza de silo50%

2. SUINOCULTURA:

Objetivos: IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE

2.1- Incentivos:

2.1.1 - Terraplenagens e esterqueira:

Pelos serviços de terraplenagem para suinocultura empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 3,20 UFRM (três vírgula vinte), o metro quadrado, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da terraplenagem e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

Para os serviços de escavação de esterqueiras empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 1,50 UFRM (um vírgula cinco), o metro cúbico, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da escavação e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

2.1.1.2- Abertura e Conservação de vias de Acesso, serviços do DMER/ano:

Primeiro trabalho a ser executado 100%
 A partir do segundo trabalho executado até 4 Horas 100%
 Acima de 4 Horas 50%

3. AVICULTURA:

Objetivo: IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE

3.1- Incentivos:

3.1.1 - Terraplenagens

Pelos serviços de terraplanagem empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 3,20 UFRM (três vírgula vinte), o metro quadrado, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da terraplenagem e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

3.1.1.1- Abertura e Conservação de Vias de Acesso/ano:

Primeiro trabalho a ser executado 100%
 A partir do segundo trabalho executado até 4 Horas 100%
 Acima de 4 Horas 50%

3.1.2 - Limpeza de aviários:

Incentivos de hora máquina no percentual de 50%

4. FUMO:

Objetivo: IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE:

4.1-Incentivos:

4.1.1 - Terraplanagens

Pelos serviços de terraplanagem empreendidos o município subsidiará na forma de incentivo de 3,20 UFRM (três vírgula vinte), o metro quadrado, sendo a metade no prazo de 30 dias após o término da terraplenagem e o restante no prazo de 30 dias após o término da obra edificada.

4.1.2 - Abertura e Conservação de Vias de Acesso/ano:

Primeiro trabalho a ser executado 100%
 A partir do segundo trabalho executado até 2 Horas 100%
 Acima de 2 Horas 50%

5. CORREÇÃO DO SOLO:

Objetivo: AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

5.1- Incentivo:

5.1.1- Transporte de calcário 100%
 5.1.2 - Transporte de adubo orgânico sólido 100%

Parágrafo Único: Considerando que o transporte de adubo orgânico sólido ficara limitado num montante de 50 toneladas por produtor/ano e será transportado somente dentro do município.

6. SANEAMENTO BÁSICO RURAL:

Objetivo: MELHORAR O SISTEMA DE TRATAMENTO DE DEJETOS HUMANOS

6.1- Incentivo: Abertura de Fossas, Sistema de Tratamento Individual e melhoria da qualidade de vida.

6.1.1 - Proteção de Fontes e Abertura de Fossas 100%

6.1.2 - Aquisição de Tubo para fontes até 4 tubos 100%

6.1.3 - Serviços de Máquinas do DMER 100%

6.1.4 - Abertura de fossas em loteamento de interesse social...100%

7. SERVIÇOS COMUNITÁRIOS E ENTIDADES ESPORTIVAS:

Objetivo: INCENTIVAR O EMBELEZAMENTO E MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA PARA AS COMUNIDADES E ENTIDADES ESPORTIVAS E RECREATIVAS

7.1 - Corte de grama 100%

8. FRUTICULTURA:

Objetivo: IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ATIVIDADE VISANDO PRODUÇÃO DE MATÉRIA PRIMA PARA AS AGROINDÚSTRIAS DO MUNICÍPIO

8.1- Incentivos:

8.1 .1. Aquisição de mudas frutíferas (acima de 200 mudas e até no máximo 1000 mudas por ano). 25%

9. NOVAS MORADIAS:

Objetivo: FOMENTAR A MELHORIA NA PROPRIEDADE

9.1 - Terraplenagem 100%

10. CISTERNAS:

Objetivo: IMPLANTAÇÃO DE CISTERNAS NAS PROPRIEDADES DA ÁREA RURAL:

10.1 - Incentivo: Implantação de cisternas para coleta da água das chuvas

10.1.1 - Hora máquina 100%

11. PSICULTURA:

Objetivo: IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ATIVIDADE.

11.1 - Incentivo: Implantação, manutenção e ampliação

11.1.1 - Hora máquina/ano: 100%

Até 5 Horas 100%
 Acima de 5 Horas 50 %

12. PRODUTIVIDADE:

Objetivo: FOMENTAR O AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

12.1 - Incentivo: Prestação de Serviço de Máquina, para realização das seguintes atividades:

- 12.1.1 - Distribuição de adubo orgânico sólido e líquido 50 %
 12.1.2 - Distribuição de Calcário 50 %
 12.1.3 - Subsolagem 50 %
 12.1.4 - Gradagem. 50 %
 12.1.5 - Carregamento (Adubo orgânico sólido e calcário) 50 %
 12.1.6 - Plantio no máximo 10 horas/ano 50 %
 12.1.7 - Abertura de valas 50 %

Parágrafo Único - Como forma de incentivo no desenvolvimento agropecuário nas propriedades será colocada à disposição os Equipamentos Rodoviários da Secretaria de Agricultura e DMER, mediante o incentivo conforme a Lei por parte da Administração Pública Municipal.

a) - Considera-se hora/serviço o tempo gasto pela máquina em funcionamento realizando trabalho, registrado no hodômetro ou, na falta deste, 60 minutos de efetivo serviço. Todas as máquinas que realizarem os serviços deverão conter diário de bordo e ser acompanhado pelo proprietário durante a realização dos serviços.

b) - O Município realizará competente processo licitatório, visando à seleção do melhor preço para a prestação dos serviços terceirizados ou para a aquisição de produtos, entre empresas idôneas do ramo, se for o caso.

c) - Para o pagamento das horas máquinas de serviços de terraplenagem por metro quadrado a ser edificado, o contribuinte terá que apresentar Nota Fiscal do Serviço efetuado.

ART. 2º - Os Incentivos serão abertos para todos os agricultores do Município, que comprovem os seguintes requisitos:

I. Ser proprietário ou arrendatário do Imóvel Rural no Município de Serra Alta;

II. Possuir Bloco de Produtor Rural no Município e comprovar venda com emissão de notas;

III. Fazer manutenção (roçadas, capinas) nas estradas publicas pertencentes as suas propriedades;

IV. No caso de implantação de novas atividades os incentivos será considerado sendo que o beneficiário é obrigado a implantar a atividade em um período de 120 dias sob pena de ressarcir o erário publico os valores do incentivo acrescentados multa de 2% mais o IGPM. Em caso de atraso e com justificativa do proprietário através do parecer do conselho municipal da agricultura (CMDR) e um Decreto do executivo o período será prorrogado por igual período. Após este período os custos da terraplenagem serão lançados em débito;

V. Não possuir nenhuma pendência financeira com o Município de Serra Alta - SC de qualquer natureza, tributária ou não;

VI. Apresentar quando for o caso, licença ambiental, ART da obra, projeto da obra, entre outros documentos que se fizerem necessários conforme Leis atinentes.

VII. Para novos empreendimentos no setor da Avicultura, Bovinocultura e Suinocultura o proprietário deverá apresentar projeto e efetuar a implantação de cisternas.

ART. 3º - O Governo Municipal concederá os benefícios de que trata a presente Lei, após relatório com levantamento de capacidade econômico e financeira do beneficiário, sugestões, informações, observando sempre a capacidade financeira do Município de modo a não causar prejuízos ao serviço público municipal.

Parágrafo Primeiro - O Município através de técnico responsável efetuará vistoria no local do serviço solicitado, para análise do terreno e dará parecer para viabilização do serviço.

Parágrafo Segundo - Os serviços prestados em fora de horário de trabalho poderão ser feitos mediante o pagamento de hora extra para o funcionário mais o combustível gasto pela máquina.

ART. 4º O não cumprimento do constante desta Lei ensejará a devolução do montante equivalente ao beneficio realizado na propriedade, procedendo-se a avaliação do beneficio concedido considerando os preços vigentes no momento da verificação do fato, sujeitando-os a cobrança e ou inscrição na dívida Ativa de natureza não tributária.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, e fica revogada a Lei nº 880/2011 de 28/06/2011 e demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Serra Alta-SC, 03 de dezembro de 2014.
 FRANCISCO ARTUR BOTH
 Prefeito Municipal de Serra Alta

Publicado e registrado na data supra.

VANDERLI RUI DE GASPARI
 SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Sombrio

PREFEITURA

DECRETO Nº. 232/2014

DECRETO Nº 232, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014.
ATUALIZA O VALOR VENAL DOS IMÓVEIS DE QUE TRATA AS TABELAS CONSTANTES DOS ANEXOS VIII E IX DA LEI Nº 780, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1990, E O VALOR DE REFERÊNCIA PARA CÁLCULO DAS TAXAS E DO ISSQN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, de 06 de abril de 1990, e em conformidade com o artigo 11 da Lei nº 780 de 28/12/1990, (Código Tributário Municipal) e inciso III, do artigo 41 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010.

DECRETA:

Art. 1º. Fica atualizada em 3,65% (Três inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento), os valores venais dos imóveis de que tratam as tabelas constantes nos anexos VIII e IX, bem como, o valor de referência para cálculo do ISSQN, taxas constantes nos artigos 215 e 216, da Lei nº 780 de 28/12/1990 (Código Tributário Municipal) e taxa de Alvará Sanitário, (inciso III, do artigo 41 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010).

Parágrafo Único. O percentual de aumento corresponde a variações do IGP- M (Índice Geral de Preços de Mercado) nos últimos doze meses (período de dezembro de 2013 a novembro de 2014), conforme dispõe o artigo 11, Parágrafo Único da Lei nº 780 de 28/12/1990), artigo 1º da Lei nº 1275 de 18/01/2001 e artigo 76 da Lei nº 1869, de 26 de Abril de 2010.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 214, de 02 de dezembro de 2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 233/2014

DECRETO Nº 233, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2014
ESTABELECE O CALENDÁRIO FISCAL DOS TRIBUTOS MUNICIPAIS PARA O EXERCÍCIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, no uso da competência privativa que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, Lei Nº 780 de 28 de dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, e suas alterações posteriores.

DECRETA:

Art. 1º. Fica estabelecido o Calendário Fiscal do Município de Sombrio, para pagamento dos tributos do exercício de 2014, autorizado pela Lei nº 780, de 28 de Dezembro de 1990, (Código Tributário Municipal), e Lei Nº 1869, de 26 de Abril de 2010, obedecendo o seguinte cronograma:

1 - IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;

a) Pagamento em cota única com 10% de desconto
13/03/15

b) Para valor inferior ou igual a R\$ 200,00(duzentos reais), pagamento em quatro parcelas sem desconto:

1ª - Parcela
.....13/03/15

2ª - Parcela
..... 13/04/15

3ª - Parcela
..... 13/05/15

4ª - Parcela
..... 13/06/15

c) Para valor superior a R\$ 300,00(trezentos reais), pagamento em seis parcelas sem desconto:

1ª - Parcela
..... 13/03/15

2ª - Parcela
..... 13/04/15

3ª - Parcela
..... 13/05/15

4ª - Parcela
..... 13/06/15

5ª - Parcela
..... 13/07/15

6ª - Parcela
..... 13/08/15

2 - TLF - Taxa de Licença e Funcionamento:

- Pagamento em cota única
..... 10/03/15

3 - ISSQN Fixo - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza:

- Pagamento em 04 (quatro) parcelas

1ª Parcela
..... 10/03/15

2ª Parcela
..... 10/04/15

3ª Parcela
..... 11/05/15

4ª Parcela
..... 10/06/15

4 - ISSQN Homologado;

- Vigésimo (20º) dia do mês subsequente.

5 - TAS - Taxa de Alvará Sanitário;

a) Pagamento em cota única (demais Estabelecimentos)
28/02/2015

b) Pagamento em cota única (Farmácias e drogarias)
30/04/2015

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto nº 219, de 02 de dezembro de 2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 11 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 234/2014

DECRETO Nº 234, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO FISCAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SOMBRIO - SC.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO, Senhor Zênio Cardoso, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Sombrio, de 06 de abril de 1990 e o artigo 6º, da lei nº 2111 de 10 de Dezembro de 2013, (Lei Orçamentária).

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto ao orçamento fiscal da Prefeitura Municipal de Sombrio, crédito suplementar, no valor de R\$ 1.411,76 (hum mil, quatrocentos e onze reais e setenta e seis centavos), na seguinte dotação do orçamento vigente:

08.01 - DIRETORIA DE AGRICULTURA E PESCA
1.028 - Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas
4.4.90.00.00.00.00.0091 - Aplicações Diretas R\$ 1.411,76

Art. 2º A abertura de Crédito de que trata o art. 1º, correrá a conta do provável excesso de arrecadação das fontes 91.

Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Sombrio - SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta secretaria em data supracitada

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

DECRETO Nº. 235/2014

DECRETO Nº 235 DE 19 DE NOVEMBRO DE 2014.
" FIXA OS VALORES DAS TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS PARA O EXERCÍCIO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE SOMBRIO-SC, Senhor Zênio Cardoso, usando das atribuições que lhe conferem os dispositivos da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso VI e VIII, do artigo 66 da Lei Orgânica Municipal de 06 de Abril de 1990, e Art. 218-A, da Lei nº 780, de 28/12/1990 (Código Tributário Municipal).

DECRETA:

Art. 1º - Os valores das tarifas dos serviços públicos concedidos, permitidos, autorizados e realizados pelo Município de Sombrio, obedecerão a seguinte tabela:

DISCRIMINAÇÃO:

I - Tarifas de Expediente:

1 - Atestado, Declaração e Certidão

a) Negativas de Tributos
R\$ 10.50 b) Habite-se
..... R\$ 28.00
b) Quaisquer outros, por lauda
.... R\$ 10.50

2 - Protocolização de requerimentos dirigidos a qualquer autoridade Municipal, para os demais fins
..... R\$ 0,00

3 - Emissão, Carnês ou guias de Arrecadação
R\$ 3,50
II - Preços Públicos:

1 - De numeração e renumeração de prédios:

a) Pela numeração além de placas
.... R\$ 10.50
b) Pela renumeração além de placas
.... R\$ 10.50

2 - De alinhamento no perímetro Urbano:

a) Em terrenos meio de quadra
.... R\$ 32.50
b) Terrenos de esquina
..... R\$ 40.50

3 - Da liberação de bens apreendidos ou depositados:

a) De bens e mercadorias, por dia de fração
... R\$ 16.10
b) De cães, por cabeça, por dia ou fração
.... R\$ 16.10
c) Outros animais, por cabeça e por dia de fração
R\$ 16.10

4 - Remoções especiais de lixo, compreendendo entulho, detritos industriais, galhos de árvores, etc e ainda a remoção de lixo domiciliar quando realizado em horários especiais conforme previsto no artigo 79, § 1º da Lei nº 780 de 28 de Dezembro de 1990 (Código Tributário Municipal), por m3
..... R\$ 16.50

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus reais efeitos a partir de 1º de janeiro de 2015.

Art. 3º. Fica revogado o Decreto 230, de 17 de dezembro de 2013, e demais disposições em contrário.

Município de Sombrio-SC, 19 de novembro de 2014.

Zênio Cardoso
Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria em data supracitada.

José Sidnei Januário
Secretário Municipal de Finanças, Administração e Planejamento

Tigrinhos**PREFEITURA****EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 047-2014**

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
MUNICÍPIO DE TIGRINHOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 047/2014.

Pregão nº. 016/2014

Exclusiva ME e EPP - Sistema Registro de Preços

O MUNICÍPIO DE TIGRINHOS - torna público, para conhecimento dos interessados, que no referido processo licitatório, foi considerada vencedora a empresa TELECOPY EQUIPAMENTOS LTDA EPP - CNPJ: 04.303.600/0001-80 no valor total de R\$ 2.349,00 e a EMPRESA SCEL INFORMATICA & TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME - CNPJ: 10.501.610/0002-03 no valor de R\$ 6.860,00, para Aquisição de Ar Condicionados e Mobiliário para o CREAS, sob o regime de Menor Lance.

TIGRINHOS/SC, em 03 de Dezembro de 2014.

RUDIMAR FRANSCISCO GUTH

Prefeito Municipal

Timbó**PREFEITURA****ATA ABERTURA DE NOVAS PROPOSTAS
CONCORRÊNCIA N.º 114 2014 PMT**

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ

ATA DE ABERTURA DE NOVAS PROPOSTAS DA CONCORRÊNCIA Nº. 114/2014 - PMT

Às oito horas, do terceiro dia, do mês de dezembro de dois mil e catorze, na sala de licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ, SC reuniram-se os membros da Comissão de Licitações, nomeada pela Portaria 792/2014, sob a presidência da Sra. Carmelinde Brandt, estando presentes os membros Pamela A. Campregher Floriano e Aline Burger, para abertura dos envelopes de novas propostas apresentadas pelas empresas EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA e PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA, habilitadas no processo licitatório Concorrência nº 114/2014 - PMT conforme segue:

Iniciada a sessão a Senhora Presidente solicitou aos presentes que rubricassem os envelopes e conferissem a sua inviolabilidade. Em prosseguimento, a Senhora Presidente passou à abertura dos envelopes de Novas Propostas, colocando à disposição dos presentes todos os documentos neles contidos, para exame e rubrica. Da abertura dos envelopes de proposta, o valor total global apresentado pela empresa EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA., foi de R\$ 6.110.481,94 (seis milhões e cento e dez mil e quatrocentos e oitenta e um reais e noventa e quatro centavos), e o valor total/global apresentado pela empresa PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., foi de R\$ 6.236.469,57 (seis milhões e duzentos e trinta e seis mil e quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Da análise e exame das propostas, à vista das exigências constantes do Edital, a Presidente suspendeu a sessão para encaminhamento dos documentos da proposta ao Setor de Engenharia da Secretaria de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente, para análise dos valores e quantitativos, bem como das planilhas de composição do BDI apresentados pelas empresas licitantes, sendo que após a emissão do parecer/análise será realizado o julgamento da empresa vencedora do certame.

Nada mais havendo a tratar foi encerrada a reunião e assinada a ata pela Comissão, encaminhando-se os autos ao Setor de Engenharia para as providências de estilo.

Registre-se, publique-se, intimem-se.

CARMELINDE BRANDT

Presidente

PAMELA A. CAMPREGHER FLORIANO

Secretária

ALINE BURGER

Membro

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 28 2014 SAMAE - AQUISIÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 28/2014 - SAMAE

OBJETO: registro de preços para aquisição de produtos químicos destinados ao tratamento de água, em conformidade com a Portaria nº 2.914, de 12 de dezembro de 2011 do Ministério da Saúde, em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 17 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 17 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br, no link de Licitações.

TIMBO (SC), 03/12/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

AVISO PREGÃO PRESENCIAL N.º 29 2014 SAMAE - COLETA E ANÁLISE DE ÁGUA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 29/2014 - SAMAE

OBJETO: contratação de empresa(s) para a prestação de serviços de coleta e análises laboratoriais para a Estação de Tratamento de Água (E.T.A) e Aterro Sanitário, incluindo equipamentos e mão de obra, especificados no Anexo I (Termo de Referência), em atendimento às necessidades do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 09h30min do dia 17 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 17 de dezembro de 2014 as 09h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br, no link de Licitações.

TIMBO (SC), 03/12/2014
WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

AVISO TOMADA DE PREÇO N.º 159 2014 PMT - EXTENSÃO REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia Nº 159/2014

OBJETO: contratação de empresa especializada para prestação de serviços de extensão da rede de iluminação pública, com execução de obras (e fornecimento de materiais) nas seguintes localizações: Beco Suíça, Rua Áustria, Rua Exp. Pedro João Silva, Rua Grécia, Rua Porto Alegre, Rua Saudades, Rua Cedro Margem Esquerda, Rua Aroldo Bloedern, Rua Quintino e Rua Chapecó, em atendimento às necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 08h00min do dia 19 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 19 de dezembro de 2014 as 08h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br, link de Licitações.

TIMBO (SC), 03/12/2014
ORLEI ADAZIR PEDRON
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 2014.101 DEFESA CIVIL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE TERMO ADITIVO

EXTRATO DO PRIMEIRO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/101.

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó. CONTRATADA: Terrabase Terraplenagem e Transporte LTDA. OBJETO: Acréscimo de 13 horas ao item 02. Data da assinatura: 28/11/2014.

RETIFICAÇÃO TOMADA DE PREÇO N.º 07 2014 FME

MUNICÍPIO DE TIMBÓ - CENTRAL DE LICITAÇÕES
EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N.º 07/2014 - FME
AVISO DE RETIFICAÇÃO

O Município de Timbó/SC, através da Fundação Municipal de Esportes, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Tomada de Preço n.º 07/2014, que objetiva a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A TOTAL EXECUÇÃO (COMPREENDENDO MATERIAL E MÃO-DE-OBRA) DA ADEQUAÇÃO DO SISTEMA PREVENTIVO DE INCÊNDIO DO COMPLEXO ESPORTIVO LOCALIZADO NA RUA GUSTAVO PISKE, S/Nº, BAIRRO PE. MARTINHO STEIN, NESTE MUNICÍPIO, EM ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES sofreu correção da planilha "Quantitativo e Orçamento Estimativo" constante do Anexo I do edital, sendo que o valor máximo estabelecido no subitem 8.7 passa a ser de R\$ 82.469,06 (oitenta e dois mil quatrocentos e sessenta e nove reais e seis centavos), conforme nova planilha publicada no endereço de ftp.ipm.com.br, usuário pmtimbo, senha timbo@123456.

Em atenção às alterações no edital, prorroga-se para dia 19/12/2014 as 10h00min a entrega do credenciamento e envelopes de proposta e habilitação. A abertura da sessão ficará marcada para as 10h10min da mesma data da entrega dos documentos. Ficam mantidas as demais exigências.

Timbó/SC, 03 de dezembro de 2014
MARTINHO DE SOUZA FILHO
Diretor Presidente Fundação Municipal de Esportes de Timbó

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 33 2014 FMS - AQUISIÇÃO NETTOP

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão PRESENCIAL Nº 33/2014 - FMS

OBJETO: aquisição de computador (mini pc nettop) para as salas de vacinação conforme deliberação da CIB (Comissão Intergestores Bipartite) nº 243/2014. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 10h30min do dia 17 de dezembro de 2014. ABERTURA: dia 17 de dezembro de 2014 as 10h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Av. Getúlio Vargas, 700, Centro

- Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br

TIMBO (SC), 04/12/2014
AFREDO JOÃO BERRI
Secretário de Saúde

AVISO PREGÃO PRESENCIAL Nº 152 2014 PMT - RELÓGIO PONTO

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO DE Pregão Nº 152/2014

OBJETO: contratação de empresa para fornecimento, instalação, garantia e assistência técnica de solução para registro eletrônico de ponto biométrico, com nobreak, modelo AH10 LITE, da marca AHGORA ou compatível, e que se comunique com o sistema existente, para atender as necessidades de controle de assiduidade e pontualidade dos servidores públicos do Município de Timbó, e para prestação de serviços de manutenção mensal para os coletores de dados já existentes nas Unidades de Saúde. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços até as 11h30min do dia 17 de dezembro de 2014. ABER-TURA: dia 17 de dezembro de 2014 as 11h40min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no horário de expediente da Central de Licitações localizada na Avenida Getúlio Vargas, 700, Centro - Timbó/SC, ou no site: www.timbo.sc.gov.br.

TIMBO (SC), 04/12/2014
MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária Municipal da Fazenda e Administração

ALFREDO JOÃO BERRI
Secretário Municipal de Saúde

SERGI FREDERICO MENGARDA
Secretário Municipal de Educação

SAMAE

PORTARIA NO SAMAE -140 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA No SAMAE -140 DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014
Concede Exoneração, a pedido, ao Servidor Almir Testoni, contratado temporariamente para cargo de Auxiliar Operacional I, a contar de 01/12/2014

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001, e pelo art. 9º, inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de dezembro de 1998,

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO, a pedido, ao Servidor Público Municipal ALMIR TESTONI contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar Operacional I, do Quadro de Pessoal do SAMAE, pela Portaria nº SAMAE 122, de 10 de outubro de 2014, a contar de 01 de dezembro do corrente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

PORTARIA N. SAMAE- 141, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014

PORTARIA N. SAMAE- 141, DE 27 DE NOVEMBRO DE 2014
Autoriza a contratação de Servidor, em caráter temporário, para o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó - SAMAE.

O Diretor Presidente do SAMAE - Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12 da Lei Complementar nº 212, de 21 de Dezembro de 2001,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2439, de 02/12/2009 e Decreto n. 3506, de 13/06/2014;

RESOLVE:

Art.1º CONTRATAR TEMPORARIAMENTE, para o cargo abaixo discriminado:

SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO - SAMAE				
Cargo: Agente de Coleta e Seleção de Lixo				
Nome	Data Nasc	CPF	Jornada Semanal	Período
EDSON JOSÉ VENÂNCIO (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	13/06/1983	006.189.469-93	44 horas	02/12/2014 a 31/12/2014
ELITON DE QUADROS (Vacância do cargo e ausência de cand. aprovados em Concurso Público/ Processo Seletivo)	07/06/1996	098.175.949-12	44 horas	02/12/2014 a 31/12/2014

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 27 de novembro de 2014; 145º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

WALDIR GIRARDI
Diretor Presidente

Treze Tílias

PREFEITURA

PORTARIA N 131/2014

PORTARIA Nº 130/14 DE 02 DE DEZEMBRO DE 2014

O Prefeito Municipal de Treze Tílias, no uso de suas atribuições e na conformidade da Lei,

RESOLVE:

Artigo 1º - CONCEDER férias regulares a servidora municipal abaixo mencionada.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	DIAS
Letícia A. B. Concatto Carniel	09/10/2013 a 08/10/2014	03/12/2014 a 01/01/2015	30

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TREZE TÍLIAS, EM 02 DE DEZEMBRO DE 2014.

MAURO DRESCH

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria no Site Oficial dos Municípios - DOM.

WERYDIANA FALCHETTI

Secretária de Administração e Finanças

Tunápolis

PREFEITURA

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 35/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 35/2014

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 35/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM O FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE E A EMPRESA CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP.

Pelo presente Termo Aditivo, de um lado o FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE, inscrito no CNPJ sob nº 12.273.240.0001-49, neste ato representado pelo Gestor do Fundo Sr. Bruno José Heberle, portador do RG nº 2.201.747 e CPF nº 626.965.569-20, residente e domiciliado na Linha São Pedro, e de outro lado a Empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 09.153.806/00001-94, estabelecida na Rua Jundiá, 100, Área Industrial, no Município de Itapiranga/SC, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato administrativo nº 35/2014.

Considerando o contrato administrativo nº 35/2014 - Fundo Municipal de Tunápolis, celebrado em 22 de julho de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 35/2014 e Tomada de Preço nº 02/2014, em que consta como objeto a "Contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para ampliação da Unidade de Saúde 02, de acordo com o processo nº 25000171308201392 e proposta 12273.2400001/13-004".

Considerando a necessidade da continuidade ininterrupta dos serviços prestados no contrato celebrado com a empresa CONSTRUTORA HAMMES LTDA EPP, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO:

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda: As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis - SC, 21 de novembro de 2014.

Enoi Scherer
Prefeito Municipal

Construtora Hammes Ltda EPP
CONTRATADA

Testemunhas:

1) _____
Cleverson Inácio Kerkoff
CPF: 918.368.409-34

2) _____
Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 52/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 52/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE Nº 52/2014, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS E A EMPRESA BW CONSTRUÇÕES LTDA- ME.

Pelo presente Termo, de um lado o Município de Tunápolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 78.486.198.0001-52, neste ato representado pelo Ilmo Prefeito, o Senhor Enói Scherer, e de outro lado a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA ME, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita CNPJ sob o nº 11.727.986/0001-12, estabelecida na Rua 7 de Setembro nº 888, centro, no Município de Iporã do Oeste/SC, neste ato representado pelo Sr. Clemente Aloizio Berwanger, Procurador, inscrito no CPF nº 346.310.039-87, resolvem entre si e na melhor forma de direito, aditar o contrato de nº 52/2014.

Considerando o contrato Administrativo nº 52/2014 - Prefeitura Municipal de Tunápolis, celebrado em 02 de junho de 2014, proveniente do Processo Licitatório nº 66/2014 e Edital Tomada de Preços 04/2014, com seus anexos PMT, em que consta como objeto a "Contratação de empresa em regime de empreitada global (mão de obra e materiais) para ampliação do Pavilhão Industrial 2, localizada na Linha Felipe Schmidt.

Considerando a necessidade do acréscimo do valor ao contrato celebrado com a empresa BW CONSTRUÇÕES LTDA-ME, empresa esta denominada como CONTRATADA, acordam e ajustam firmar o presente TERMO ADITIVO ao contrato acima mencionado, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

Cláusula Primeira- DO PRAZO

Ao presente contrato fica prorrogada a vigência do prazo anteriormente fixado, conforme previsto na Lei 8.666/93 em seu artigo 57. O prazo Contratual fica prorrogado para 31 de dezembro de 2014, de acordo com a justificativa anexa.

Cláusula Segunda - As demais condições outrora pactuadas permanecem inalteradas.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as assinaturas dos responsáveis e testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Tunápolis/SC, 02 de dezembro de 2014.

Enói Scherer
Prefeito Municipal

BW CONSTRUÇÕES LTDA ME
Contratada
Tiago Roberto Berwanger
CPF: 047.638.489-33
Sócio- Gerente

Clemente Aloizio Berwanger
Procurador
CPF: 346.310.039-87

Leandro Schefer
Eng.Civil da Prefeitura

Jackson Scherer
Técnico em Projetos.

Testemunhas:
Cleverson Inácio Kerkhoff
CPF: 918.368.409-34

Sheila Inês Bieger
CPF: 020.226.259-60

Urussanga

PREFEITURA

EXTRATO TERMO ADITIVO CONTRATO N. 102/2013/ FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Extrato do Contrato: 102/2013/FMS

Data de assinatura: 03/12/2014

Processo de Licitação n.º 07/2013/FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE URUSSANGA/FMS

Contratado: COLIX SOLUÇÕES PARA RESÍDUOS LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 05.869.279/0001-68

Objeto: serviço de coleta e transporte de resíduos de saúde das UBS em Urussanga/SC.

Vigência prorrogada até 31/12/2015

Valor global do aditivo: R\$ 17.400,00

LEI 2.693

LEI N.º 2.693, de 01 de dezembro de 2014.

Acrescenta o §5º ao art. 1º da Lei nº 2.448, de 23 de dezembro de 2009.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica acrescentado o §5º no art. 1º da Lei nº 2.448, de 23 de dezembro de 2009, com a seguinte redação:

Art.1º

§1º

§2º

§3º

§4º

§5º Para cada equipe de Estratégia de Saúde da Família - ESF, fica criada 1 (uma) função gratificada de "Gerente de Equipe ESF", a ser exercida por enfermeiro(a) já pertencente à equipe, fazendo jus à gratificação de 20% (vinte por cento) sobre o vencimento base.

Art. 2º As competências e atribuições do "Gerente de Equipe ESF" deverão ser regulamentadas por Decreto do Poder Executivo no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 3º As despesas decorrentes desta lei, correrão a conta da dotação orçamentária vigente, suplementadas se necessário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 01 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, ao primeiro dia do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI 2.692

LEI N° 2.692, de 28 de novembro de 2014.

AUTORIZA O SAMAE DE URUSSANGA A MOVIMENTAR DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art.1º Fica o Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE de Urussanga, autorizado a suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

17.512.0017.4.030 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E TÉCNICOS
3.3.90.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 150.000,00

17.512.0017.4.030 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS
3.1.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 50.000,00

Art. 2º Fica igualmente autorizado a anular a seguinte dotação orçamentária:

17.512.0017.3.004 - INVESTIMENTOS NOS SISTEMAS DE AGUA
E ESGOTO
4.4.90.00.00.00.00.00.0040 - Aplicações Diretas
R\$ 200.000,00

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Bida, em Urussanga, 28 de novembro
de 2014.
JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,
aos vinte e oito dias do mês de novembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

LEI 2.694

LEI Nº 2.694, de 01 de dezembro de 2014.

Denomina Praça Evilásio Magagnin Concer, o logradouro inominado, constituído pela área situada no Bairro da Estação, neste Município, e da outras providências.

JOHNNY FELIPPE, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica denominado Praça EVILÁSIO MAGAGNIN CONGER, o logradouro inominado, constituído pela área situada no Bairro da Estação, neste Município, com as seguintes confrontações:

Norte: com terras de espólio de Evilasio M. Concer
Sul: CEUSA-Cerâmica Urussanga S/A
Leste: com a Rua Dona Lucia Delfino da Rosa

Oeste: Leito do Rio Caeté

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a dar cumprimento à Lei 2.567, de 26 de dezembro de 2012.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 01 de dezembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE
Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças,
ao primeiro dia do mês de dezembro de 2014.

JOANINHA COPETTI
Assistente Administrativo

AVISO PR 61/2014/PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 61/2014/PMU

Objeto: aquisição de material de construção. Recebimento dos envelopes: até as 09h do dia 17/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 09h do dia 17/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Brides, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA
Pregoeira

AVISO PR 39/2014/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE URUSSANGA

Comissão Permanente de Licitação Julgamento - CPLJ

AVISO DE EDITAL DE PREGÃO N.º 39/2014/FMS

Objeto: aquisição de medicamentos especiais para atendimento de ações judiciais e do serviço de assistência social da Sec de Saúde, através do maior percentual de desconto sobre o GUIA DA FARMÁCIA. Recebimento dos envelopes: até as 11h30 do dia 17/12/2014, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 - Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: às 11h30 do dia 17/12/2014, no mesmo local. Edital: o edital estará a disposição dos interessados das 07h às 13h, de segunda-feira à sexta-feira, somente em dias úteis, no Paço Municipal Lydio de Bri- da, na Praça da Bandeira, n.º 12 ou poderá ser solicitado através do e-mail rosane@urussanga.sc.gov.br

ROSANE ZATTA
Pregoeira

DECRETO 243

DECRETO GP/Nº 243, de 24 de novembro de 2014.
CONSTITUI A COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA, no uso de suas atribuições c/c art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93:

DECRETA:

Art. 1º Fica constituída a Comissão Permanente de Licitação, nos termos do art. 51 da Lei Federal nº 8.666/93, composta pelos seguintes membros:

I - Presidente - JOSÉ VICENTE CANONICA - CPF: 601.391.299-87;

II - Secretária - ROSANE ZATTA - CPF 569.739.699-68;

III - Membro -- FABIANO SAVIATO - CPF: 016.465.389-94.

.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 1º de novembro de 2014.

Art. 3º Revoga-se o Decreto nº GP/Nº 233, de 30 de outubro de 2013.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 24 de novembro de 2014.

JOHNNY FELIPPE

Prefeito Municipal

Registrado e publicado na Secretaria de Administração e Finanças, aos vinte e quatro dias do mês de novembro de 2014.

JOANINHA COPETTI

Assistente Administrativo

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 864/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 864/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CMM6942	54261366E	19/03/2013	67000	230 * XVI	127.69
CSW6335	54261034E	23/03/2013	55500	181 * XVIII	85.12
CSW6335	54261686E	13/04/2013	55500	181 * XVIII	85.12
CSW6335	54261705E	13/04/2013	55411	181 * XVII	53.20
DMK9066	54261478E	17/04/2013	69200	233	127.69
EAY3096	54261093E	04/04/2013	55172	181 * XIV	127.69
LWX3908	54261460E	27/03/2013	69200	233	127.69
LZI9308	54261373E	22/03/2013	69200	233	127.69
MCB4180	54261167E	17/04/2013	69200	233	127.69
MCC5250	54261947E	25/05/2013	52741	175	191.53
MDG1273	54261372E	22/03/2013	69200	233	127.69
MDO3111	54261405E	17/04/2013	69200	233	127.69
MEG9630	54261265E	04/03/2013	69200	233	127.69
MGW9174	54261403E	18/03/2013	57380	186 * II	191.53
MHN6278	54261340E	20/03/2013	55172	181 * XIV	127.69
MHN6278	54261073E	20/03/2013	55172	181 * XIV	127.69
MIQ5763	54261571E	09/04/2013	55414	181 * XVII	53.20
MMK7821	54261166E	17/04/2013	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 52/2001

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 52/2001

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IAY2530	55934265	21/05/2001	60410	207	127.69
LXJ3352	55934114	30/04/2001	70480	244 * II	191.53
LYO4597	55934225	28/05/2001	66370	230 * IX	127.69
LYX7906	55934331	15/05/2001	70300	244 * I	191.53
LZH7961	55934198	16/05/2001	60500	208	191.53
LZV9586	55934382	04/06/2001	55410	181 * XVII	53.20
LZW8606	55028291	17/05/2001	69200	233	127.69
MAC8970	55028295	29/05/2001	60410	207	127.69
MCT3940	55934220	16/05/2001	70480	244 * II	191.53
MKI8888	55934313	18/04/2001	73660	252 * VI	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 985/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 985/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO,

CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento

MCB4459 54759252E 15/09/2014 51691 165
MCB4459 54759251E 15/09/2014 66372 230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 116/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 116/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Data Infr. Infr/Desd. Enquadramento Valor Multa

LZJ6115 55935486 05/11/2002 61220 214 * I 191.53
MCM1860 55935862 04/11/2002 52070 169 53.20

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 902/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 902/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AMA1112	54755626E	10/08/2013	58350	195	127.69
AMA1112	54755625E	10/08/2013	52152	170	191.53
AMA1112	54755624E	10/08/2013	50100	162 * I	574.61
BHF5243	55455185C	07/08/2013	65992	230 * V	191.53
BHF5243	55455184C	07/08/2013	50100	162 * I	574.61
BMC4331	54262641E	25/07/2013	50100	162 * I	574.61
BMC4331	54262743E	16/08/2013	64080	221	85.12
BMC4331	54262807E	16/08/2013	69120	232	53.20
BPF6397	54262806E	16/08/2013	67261	230 * XVIII	127.69
BTJ1037	54262317E	06/08/2013	69200	233	127.69
CSG0713	54756421E	14/10/2013	73400	252 * IV	85.12
CST2191	55455197C	23/08/2013	67000	230 * XVI	127.69
CXX8008	54262529E	02/08/2013	51851	167	127.69
EAW0804	54262075E	01/08/2013	69200	233	127.69
EFB9701	54262094E	19/08/2013	50450	162 * V	191.53
EFB9701	54262095E	19/08/2013	64080	221	85.12
ELX1966	54262068E	29/07/2013	50450	162 * V	191.53
IDI0924	54262274E	26/07/2013	65992	230 * V	191.53
IDS3556	54755559E	21/08/2013	50450	162 * V	191.53
IFF3331	54262313E	03/08/2013	67000	230 * XVI	127.69
IKQ4061	54756437E	20/10/2013	73662	252 * VI	85.12
JCV2008	54262887E	05/08/2013	55172	181 * XIV	127.69
LCY5453	54755716E	26/08/2013	57380	186 * II	191.53
LWS1870	54755623E	10/08/2013	65992	230 * V	191.53
LWS1870	54755621E	10/08/2013	50100	162 * I	574.61
LWU4992	54262796E	01/08/2013	50100	162 * I	574.61
LXO3859	54262820E	22/08/2013	60760	210	191.53
LXO3859	54262819E	22/08/2013	50100	162 * I	574.61
LXO3859	54262818E	22/08/2013	66372	230 * IX	127.69
LXO3859	54262100E	22/08/2013	51691	165	1915.38
LXQ0292	54755564E	22/08/2013	69120	232	53.20
LXQ0292	54755563E	22/08/2013	50100	162 * I	574.61
LXT6585	54755660E	07/08/2013	65992	230 * V	191.53
LXY7499	54755700E	15/10/2013	69120	232	53.20

LXZ6122	54262280E	29/07/2013	65992	230	*	V	191.53
LYI3218	54262950E	29/07/2013	50450	162	*	V	191.53
LYO1254	54755786E	09/10/2013	55411	181	*	XVII	53.20
LYU3386	54262648E	03/08/2013	50450	162	*	V	191.53
LYW7587	54262076E	01/08/2013	69200	233			127.69
LZA2546	54755844E	07/10/2013	55172	181	*	XIV	127.69
LZJ5821	54262327E	09/08/2013	69120	232			53.20
LZJ5821	54262326E	09/08/2013	70481	244	*	II	191.53
LZJ5821	54262325E	09/08/2013	50450	162	*	V	191.53
LZL2024	54262795E	01/08/2013	50450	162	*	V	191.53
LZN3819	54262737E	14/08/2013	50100	162	*	I	574.61
LZN3819	54262804E	14/08/2013	65992	230	*	V	191.53
LZS0365	54755758E	04/09/2013	65992	230	*	V	191.53
LZT0671	54755539E	20/08/2013	51851	167			127.69
MAG7435	54262333E	12/08/2013	69200	233			127.69
MAQ9493	54756435E	20/10/2013	65992	230	*	V	191.53
MAQ9493	54756433E	20/10/2013	50100	162	*	I	574.61
MAZ9031	54756271E	18/10/2013	69200	233			127.69
MBD6180	54262311E	31/07/2013	50100	162	*	I	574.61
MBD6180	54262312E	31/07/2013	66371	230	*	IX	127.69
MBH7425	54262083E	04/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MBH7425	54755655E	04/08/2013	50100	162	*	I	574.61
MBR7607	54755614E	10/08/2013	55414	181	*	XVII	53.20
MBR7607	54755613E	10/08/2013	55414	181	*	XVII	53.20
MCB5780	54262288E	29/07/2013	66102	230	*	VII	127.69
MCD9595	54262750E	17/08/2013	66532	230	*	XI	127.69
MCE7550	54262331E	12/08/2013	69200	233			127.69
MCQ5262	54262315E	03/08/2013	67000	230	*	XVI	127.69
MCX8003	54262340E	22/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MCY5694	54756318E	18/10/2013	69200	233			127.69
MDF1316	54262286E	29/07/2013	67000	230	*	XVI	127.69
MDS4100	54755547E	24/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MDS4100	54755546E	24/08/2013	52152	170			191.53
MDS4100	54755545E	24/08/2013	51851	167			127.69
MDS4100	54755543E	24/08/2013	51691	165			1915.38
MEE7690	54262789E	26/07/2013	67000	230	*	XVI	127.69
MEK6470	54262275E	26/07/2013	67000	230	*	XVI	127.69
MEN3643	54755632E	16/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MEZ6354	54756204E	27/09/2013	50100	162	*	I	574.61
MEZ6354	54756205E	27/09/2013	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MFH5849	54756264E	15/10/2013	66372	230	*	IX	127.69
MFN9095	54262319E	06/08/2013	69200	233			127.69
MFT8735	54262738E	15/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MGA0381	54262079E	04/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MGD0958	54262592E	22/07/2013	65992	230	*	V	191.53
MGJ8327	54756379E	04/10/2013	65992	230	*	V	191.53
MGM5409	54262081E	04/08/2013	50100	162	*	I	574.61
MGM5409	54755653E	04/08/2013	50610	163	c/c 162	* I	574.61
MGM9567	54755528E	12/08/2013	69200	233			127.69
MHQ0601	54755912E	17/10/2013	55414	181	*	XVII	53.20
MHU0377	54262097E	22/08/2013	50100	162	*	I	574.61
MHV3833	54755652E	04/08/2013	69120	232			53.20
MHV3833	54755608E	04/08/2013	50450	162	*	V	191.53
MHZ1552	54262073E	01/08/2013	65992	230	*	V	191.53
MHZ1552	54262794E	01/08/2013	50100	162	*	I	574.61
MIG1823	54756454E	17/10/2013	55250	181	*	XV	85.12
MIJ9746	54755836E	04/10/2013	50450	162	*	V	191.53
MJE5250	54755658E	04/08/2013	52070	169			53.20
MJE5250	54755657E	04/08/2013	58350	195			127.69
MJE5250	54262085E	04/08/2013	52151	170			191.53
MJE5250	54262084E	04/08/2013	52152	170			191.53
MJM9995	54262329E	12/08/2013	69200	233			127.69
MJR8477	54755515E	07/08/2013	55414	181	*	XVII	53.20

MJZ1143	54262092E	16/08/2013	50100	162	*	I	574.61
MKD3340	54756352E	27/09/2013	73662	252	*	VI	85.12
MKK9064	54755619E	10/08/2013	54870	181	*	XI	127.69
MLH2773	54262527E	24/07/2013	69120	232			53.20
MLV4333	54262549E	20/08/2013	59080	202	*	I	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 133/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 133/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXW9385	55936116	06/03/2003	69200	233	127.69
LZI2763	55934743	07/03/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 134/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 134/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXG7399	55936048	12/03/2003	52740	175	191.53
LXY5962	55935395	10/03/2003	69200	233	127.69
MAY1745	55936117	12/03/2003	69200	233	127.69
MCA3450	55936047	12/03/2003	52740	175	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 113/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 113/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
BTE9287	55934734	14/10/2002	55500	181 * XVIII	85.12
LWV0260	55935861	14/10/2002	51850	167	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 155/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 155/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LZB3118	55593814	05/08/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 976/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 976/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
ADC8262	54758173E	27/05/2014	65992	230 * V	191.53
AEN8924	54758532E	11/07/2014	55414	181 * XVII	53.20
AGL8124	54757799E	30/03/2014	51851	167	127.69
AQC5749	54758415E	08/05/2014	69200	233	127.69
BNC5955	54758458E	17/05/2014	52311	172	85.12
CJA0643	54758787E	07/07/2014	64080	221	85.12
CLG1399	54758260E	24/04/2014	69200	233	127.69
DDM4852	54758284E	13/05/2014	69200	233	127.69
DEC4633	54758413E	08/05/2014	69200	233	127.69
DJN1432	54758536E	17/07/2014	51851	167	127.69
DNI8334	54758167E	12/05/2014	57461	187 * I	85.12
EQL4495	54757936E	12/05/2014	55414	181 * XVII	53.20
IAY0729	54758397E	14/05/2014	51851	167	127.69
IJM6373	54758331E	28/05/2014	69200	233	127.69
IMT7045	54758157E	30/04/2014	69200	233	127.69
IQD3663	54758365E	02/05/2014	55172	181 * XIV	127.69
LBP7703	54756090E	31/03/2014	57461	187 * I	85.12
LWT9590	54756100E	12/04/2014	57461	187 * I	85.12
LXN1311	54757930E	30/04/2014	69200	233	127.69
LXW5854	55455134C	07/04/2014	69200	233	127.69
LYQ8966	54759085E	02/08/2014	66102	230 * VII	127.69
LYQ8966	54759156E	02/08/2014	66372	230 * IX	127.69
LYS4384	54758789E	09/07/2014	65992	230 * V	191.53
LYS4384	54755892E	31/03/2014	66700	230 * XIII	127.69
LYS4384	55456073C	31/03/2014	50450	162 * V	191.53
MAT1364	54757899E	13/04/2014	65992	230 * V	191.53
MAV3692	54758376E	08/05/2014	69200	233	127.69
MAZ6043	54758614E	06/06/2014	69200	233	127.69
MBC7728	54757881E	07/04/2014	65992	230 * V	191.53
MBH5170	54758142E	17/04/2014	54522	181 * VIII	127.69
MBT7737	54757626E	14/05/2014	65992	230 * V	191.53
MBY2816	54757749E	24/03/2014	65992	230 * V	191.53
MCB4738	54758410E	08/05/2014	69200	233	127.69
MCC2183	54759015E	31/07/2014	51851	167	127.69
MCF5209	54758535E	14/07/2014	50450	162 * V	191.53
MCG8414	55455137C	07/04/2014	69200	233	127.69
MCH4736	54758045E	23/04/2014	65992	230 * V	191.53
MCQ4148	54758435E	07/07/2014	69120	232	53.20
MCQ4148	54758994E	07/07/2014	65561	230 * I	191.53
MCQ4148	54758993E	07/07/2014	65992	230 * V	191.53
MCW0093	54758991E	07/07/2014	54522	181 * VIII	127.69
MDA9671	54758790E	09/07/2014	65992	230 * V	191.53
MDQ2618	54758779E	30/06/2014	70302	244 * I	191.53
MEB9975	54758213E	14/05/2014	57461	187 * I	85.12

MED1891	54758119E	08/04/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MED9557	54756086E	28/03/2014	57461	187	*	I	85.12
MEV5022	54757986E	15/05/2014	55411	181	*	XVII	53.20
MFI9657	54756098E	09/04/2014	57461	187	*	I	85.12
MF3727	54759052E	13/07/2014	51851	167			127.69
MGG9772	54758139E	17/04/2014	55414	181	*	XVII	53.20
MGN6484	54758008E	02/04/2014	69200	233			127.69
MGS9083	54758074E	14/04/2014	69200	233			127.69
MIT2015	54759093E	04/08/2014	67000	230	*	XVI	127.69
MIT2015	54759094E	04/08/2014	58350	195			127.69
MIT2015	54759090E	04/08/2014	50100	162	*	I	574.61
MIT2015	54759091E	04/08/2014	50610	163	c/c	162 * I	574.61
MIT2015	54759092E	04/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MIY8903	54756074E	19/03/2014	57461	187	*	I	85.12
MJB6062	54758548E	04/08/2014	65992	230	*	V	191.53
MJC5310	54758308E	04/05/2014	65992	230	*	V	191.53
MJC5310	54758309E	04/05/2014	50100	162	*	I	574.61
MJG3232	54759155E	30/07/2014	55250	181	*	XV	85.12
MJM4204	54758067E	14/04/2014	55680	181	*	XIX	127.69
MKG0050	54755900E	02/04/2014	55500	181	*	XVIII	85.12
MKG4666	54758084E	05/05/2014	54522	181	*	VIII	127.69
MKH9545	54758510E	05/06/2014	55172	181	*	XIV	127.69
MKM4046	54758534E	14/07/2014	50450	162	*	V	191.53
MKN5555	54759016E	31/07/2014	51851	167			127.69
MKZ4097	54757635E	30/07/2014	55680	181	*	XIX	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 126/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 126/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IJJ9177	55935933	16/01/2003	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 31/1999

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 31/1999

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IEE9804	55027861	16/09/1998	55410	181 * XVII	53.20
LWS4650	55027833	09/09/1998	60410	207	127.69
LXC5905	55026589	16/10/1998	61810	215 * II	127.69
LXD2393	55027930	12/10/1998	60410	207	127.69
LXH0202	55026593	20/10/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXI8756	55027863	20/09/1998	60250	206 * IV	191.53
LXK8018	55027834	09/09/1998	60410	207	127.69
LXL0382	55027865	28/09/1998	55410	181 * XVII	53.20
LXL8221	55026434	25/09/1998	60500	208	191.53
LXP1222	55028057	23/10/1998	51850	167	127.69
LXT5081	55026591	20/10/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LXT9080	55027935	20/10/1998	60840	211	127.69
LYA1340	55027591	15/09/1998	50100	162 * I	574.61
LYC0145	55027942	25/10/1998	55500	181 * XVIII	85.12
LYD7476	55026334	06/10/1998	69120	232	53.20
LYG7851	55027878	22/10/1998	54600	181 * IX	85.12
LYH3752	55027787	27/10/1998	60500	208	191.53
LYI2538	55027966	21/10/1998	60410	207	127.69
LYY7571	55026337	30/10/1998	65990	230 * V	191.53
LYZ9280	55027969	29/10/1998	60500	208	191.53

LZP7909	55027923	26/09/1998	50100	162	*	I	574.61
LZP7909	55027923	26/09/1998	70300	244	*	I	191.53
LZX2259	55027873	14/10/1998	55410	181	*	XVII	53.20
MAD6367	55026799	24/09/1998	67690	230	*	XXII	85.12
MAE2911	55026798	23/09/1998	53800	181	*	I	85.12
MAF0442	55026335	22/10/1998	69120	232			53.20
MAP8146	55026432	21/09/1998	51850	167			127.69
MAQ4366	55026332	02/10/1998	69120	232			53.20
MBU3890	55027784	25/09/1998	60410	207			127.69
MCH6630	55027868	06/10/1998	60500	208			191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 279/2005

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 279/2005

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CIP4260	55935274A	12/08/2005	69200	233	127.69
LXU1736	55594596	27/07/2005	69200	233	127.69
MCF5622	55594593	21/07/2005	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 359/2007

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 359/2007

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AHY1587	55595372A	07/08/2006	69200	233
DMT8295	55595381A	21/09/2006	69200	233
LBV2306	55595726A	12/09/2006	69200	233
LWY6868	55595615A	23/08/2006	54600	181 * IX
MAZ7923	55595725A	12/09/2006	69200	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 935/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 935/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART.257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI.

SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR, IMPLICARA NAS SANCOES DO ART.257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento
AQL4314	54757854E	20/03/2014	73662	252 * VI
BGE9610	54756740E	25/03/2014	69200	233
BJE1126	54757489E	14/03/2014	51851	167
BJE1126	54757488E	14/03/2014	73662	252 * VI
DCC7394	54757922E	15/04/2014	51851	167
EHC0707	54757727E	12/03/2014	55172	181 * XIV
IAY0729	54262406E	15/03/2014	65992	230 * V
ISW4152	54757976E	08/04/2014	67000	230 * XVI
LWV5454	54758137E	14/04/2014	65561	230 * I
LWV6311	55455116C	14/03/2014	69200	233
LWY2893	54757980E	11/04/2014	67000	230 * XVI
LYJ5084	54757672E	12/03/2014	69200	233
LYU3386	54756744E	28/03/2014	65992	230 * V
LZN6593	54757696E	24/03/2014	55172	181 * XIV
LZP7393	54758022E	11/04/2014	67000	230 * XVI
LZU3651	54757622E	17/04/2014	55500	181 * XVIII
MAF9326	54757397E	16/03/2014	67000	230 * XVI
MAG8495	54757785E	21/03/2014	50100	162 * I
MAR6481	54757915E	28/03/2014	58350	195
MAR6481	54757916E	28/03/2014	52741	175
MAS9132	54757784E	21/03/2014	64080	221
MAS9132	54757955E	21/03/2014	51180	164 c/c 162 * I
MAS9132	54757954E	21/03/2014	50100	162 * I
MBL4009	54757781E	21/03/2014	50450	162 * V
MBN3253	54758138E	14/04/2014	59670	203 * V
MBP2573	54758020E	08/04/2014	55411	181 * XVII
MBP3246	54757392E	07/03/2014	51851	167
MBY4541	54758011E	02/04/2014	69200	233
MCH4864	54757925E	18/04/2014	69120	232
MDN5963	54757904E	24/03/2014	65561	230 * I
MDR4691	55456082C	04/04/2014	57461	187 * I
MDU3775	54757478E	06/03/2014	73662	252 * VI
MDZ0692	54757679E	12/03/2014	69200	233
MEA0673	55456062C	28/03/2014	66102	230 * VII
MEQ0892	54757689E	21/03/2014	50100	162 * I
MEV9391	55455132C	07/04/2014	69200	233
MFL6465	54758147E	17/04/2014	62700	220 * II
MFP4720	54757951E	18/03/2014	65992	230 * V
MFT5376	54757855E	23/03/2014	65992	230 * V
MFT5376	54757856E	23/03/2014	50100	162 * I
MGD7754	54757835E	06/04/2014	55411	181 * XVII

MGI3041	54756092E	09/04/2014	57461	187	*	I
MGM5437	54757483E	12/03/2014	73662	252	*	VI
MGR4873	55456075C	04/04/2014	57380	186	*	II
MHD5000	54757499E	18/03/2014	73662	252	*	VI
MHR2523	54757691E	21/03/2014	51851	167		
MHU1184	54757200E	14/03/2014	69200	233		
MHY1318	55455122C	20/03/2014	50100	162	*	I
MIC1683	54757776E	15/03/2014	66371	230	*	IX
MII3461	54757745E	23/03/2014	66372	230	*	IX
MII3461	54757746E	23/03/2014	69120	232		
MII6874	55455115C	14/03/2014	69200	233		
MIL0574	54756091E	09/04/2014	57461	187	*	I
MIL3090	54758058E	08/04/2014	51851	167		
MIQ5439	54757779E	18/03/2014	67000	230	*	XVI
MJH7795	55455120C	20/03/2014	55411	181	*	XVII
MJT9675	54757743E	18/03/2014	50450	162	*	V
MJT9675	54757688E	18/03/2014	65992	230	*	V
MKL2386	54757817E	21/03/2014	51691	165		
MKL2386	54757693E	21/03/2014	50100	162	*	I
MKS1716	54757885E	10/04/2014	51851	167		
MLN0419	54757498E	18/03/2014	67000	230	*	XVI
MMB9301	54756743E	25/03/2014	69200	233		

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30(TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 123/2003

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 123/2003

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
IED4143	55935763	27/12/2002	69200	233	127.69

LYC7312	55934739	22/12/2002	60680	209	127.69
LYG0033	55934740	22/12/2002	58350	195	127.69
LYG0033	55934740	22/12/2002	60410	207	127.69
LZQ8211	55934928	27/12/2002	69200	233	127.69
MCG8369	55934929	27/12/2002	69200	233	127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 181/2004

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 181/2004

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
DCH7733	55593995	23/01/2004	69200	233	127.69
ICQ1110	55594108	12/02/2004	69200	233	127.69
LXG1188	55594000	03/02/2004	69200	233	127.69
LXS3359	55936284	13/02/2004	65990	230 * V	191.53
LXY2207	55594062	17/02/2004	69120	232	53.20
LZM4553	55593996	23/01/2004	69200	233	127.69
MCS1620	55594057	02/02/2004	55250	181 * XV	85.12

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 99/2002

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 99/2002

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LXS7015	55935330	02/07/2002	60500	208	191.53
LYT5125	55935631	09/07/2002	51850	167	127.69
LYZ0495	55935954	03/07/2002	60840	211	127.69
LZL7810	55935628	06/07/2002	52070	169	53.20
MAP3299	55935953	03/07/2002	60410	207	127.69
MBW4747	55934725	05/07/2002	54600	181 * IX	85.12
MGI3500	55934536	02/07/2002	59670	203 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 866/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 866/2013

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
AJU2953	54262214E	04/06/2013	67000	230 * XVI	127.69
COJ3460	54262251E	04/06/2013	50100	162 * I	574.61
CRD0473	54262207E	04/06/2013	69200	233	127.69
DMW0257	54262246E	25/06/2013	67000	230 * XVI	127.69
LYI3218	54262158E	05/06/2013	69120	232	53.20
LYI3218	54262157E	05/06/2013	50450	162 * V	191.53
LYS9070	54262153E	30/05/2013	67000	230 * XVI	127.69
LZH5702	54262103E	31/05/2013	69200	233	127.69
LZS0131	54262162E	05/06/2013	65561	230 * I	191.53
MDY2352	54262471E	20/06/2013	67000	230 * XVI	127.69
MEV9706	54262245E	25/06/2013	69120	232	53.20
MFV8779	54262189E	20/06/2013	52741	175	191.53
MIW0285	54261980E	05/06/2013	54522	181 * VIII	127.69
MKT8979	54261649E	05/06/2013	50450	162 * V	191.53
MKT8979	54261650E	05/06/2013	65992	230 * V	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 41/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 41/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
LWY2961	55028611	31/01/2000	51850	167	127.69
LXL3825	55934005	18/01/2000	65990	230 * v	191.53

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 42/2000

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DETRANNET/FISCALIZACAO
DETRAN - 125100

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRACAO DE TRANSITO N.282 42/2000

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVAS, PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60(SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a. E 2a. INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa	N.Auto	Data Infr.	Infr/Desd.	Enquadramento	Valor Multa
CEG4445	55028127	15/02/2000	73660	252 * VI	85.12
LWS5633	55028265	16/02/2000	70300	244 * I	191.53

LXA5402	55028612	31/01/2000	69120	232		53.20
LXJ8742	55028410	16/01/2000	70300	244	* I	191.53
LXR9988	55934052	09/01/2000	73400	252	* IV	85.12
LXV6055	55028411	05/02/2000	69120	232		53.20
LYH7293	55028176	12/02/2000	58350	195		127.69
MBA9160	55933986	08/02/2000	69120	232		53.20
MBG2570	55028120	29/12/1999	70300	244	* I	191.53
MDV6780	55028515	07/02/2000	51850	167		127.69

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART.282 DA LEI N.9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60(SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

URUSSANGA/SC, 26 DE NOVEMBRO DE 2014.

JUCINES DILCINEIA FERREIRA DE MATTOS
DELEGADA DE POLICIA

Vargeão

PREFEITURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 103/2014

EXTRATO DE TERMO ADITIVO ao Contrato nº 103/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VARGEÃO - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VARGEÃO - SC
CONTRATADA: ANGAÍ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP

OBJETO: Acresce quantitativo, conforme especificado na planilha que integra o presente Aditivo.

VALOR: Em razão do acréscimo de quantitativo, fica aumentado o valor contratual em R\$ 136,00 (cento e trinta e seis reais). Assim, considerando o acréscimo o valor do contrato passa a ser de R\$ 26.622,30 (vinte e seis mil seiscentos e vinte e dois reais e trinta centavos).

AMPARO LEGAL: LEI 8.666/93, suas alterações e Contrato nº 103/2014.

Vargeão SC, 03 de dezembro de 2014.
Amarildo Paglia
Prefeito Municipal

Vargem Bonita

PREFEITURA

DECRETOS N.094/2014

DECRETO N.º 094/2014, de 01 de dezembro de 2014
DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita - SC, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 6º da Lei Municipal n.º 974/2013 de 03 de dezembro de 2013:

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
UNIDADE 05.01 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROJETO/ATIVIDADE 2.014 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
Modalidade 339000.00.00.0058.0 - Aplicações Diretas
..... R\$ 73,11

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0058.0 - Transferências do Salário Educação, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 73,11

Art. 2º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.023 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Modalidade 339000.00.00.0000.0054 - Aplicações Diretas
..... R\$ 411,96

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0054 - Recursos de Convênio Trânsito Militar
..... R\$ 411,96

Art. 3º - Fica aberto crédito adicional suplementar às seguintes dotações no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.023 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Modalidade 339000.00.00.0000.0055 - Aplicações Diretas
..... R\$ 411,93

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0055 - Recursos de Convênio Trânsito Civil
..... R\$ 411,93

Art. 4º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 06 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
UNIDADE 06.01 - SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
PROJETO/ATIVIDADE 2.023 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA
Modalidade 339000.00.00.0000.0056 - Aplicações Diretas
..... R\$ 411,94

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0056 - Recursos de Convênio Trânsito Prefeitura
..... R\$ 411,94

Art. 5º - Fica aberto crédito adicional suplementar à seguinte dotação no Orçamento vigente do Município:

ÓRGÃO 09.00 - SECRETARIA DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL
UNIDADE 09.03 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE 2.034 - BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA - PBF
Modalidade 339000.00.00.24.0055 - Aplicações Diretas
..... R\$ 6.430,49

Parágrafo único - Os recursos orçamentários para fazer face ao presente crédito adicional suplementar correrão à conta do provável excesso de arrecadação na Fonte de Recursos 0024.55 - Transferências de Convênios - Outros - Transferências de Convênios do Estado, de acordo com o § 3º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64
..... R\$ 6.430,49

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, em 01 de dezembro de 2014
MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

Registrado e publicado em 01/12/2014

SUELEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2014 - LOCAÇÃO MÁQUINAS COPIADORAS

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2014

OBJETO: LOCAÇÃO DE MÁQUINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO MULTIFUNCIONAL DE IMPRESSORA, COPIADORA, FAX, SCANNER, INCLUSIVE A MANUTENÇÃO E FORNECIMENTO DE TONER INÍCIO DOS SERVIÇOS EM 2015.

RECEBIMENTO E ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 12/12/2014, às 09:00h.

LOCAL: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180. Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

ÁREA REQUISITANTE: Diversas secretarias da municipalidade.

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIA:

Administração: 3.3.9.0.3.8.0.1.00.00.00.00.00

As empresas interessadas em participar desta Licitação deverão comunicar sua intenção ao Departamento de Compras e Licitações através do endereço Avenida Jorge Lacerda, nº. 1180, ou fax (47) 3356-2310, informando sua razão social, endereço eletrônico, telefone e fax, solicitando que todas as eventuais alterações do edital lhes sejam enviadas. A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos não aceitará em hipótese alguma reclamações posteriores de não envio de alterações por parte de empresas que não tenham se identificado como interessadas em participar da licitação. Ainda, nenhuma responsabilidade caberá à Prefeitura Municipal de Vidal Ramos pelo não recebimento dessas alterações devido a endereço eletrônico e número de fax incorreto ou defeitos em qualquer desses equipamentos.

LAERCIO DA CRUZ
Prefeito Municipal
Vidal Ramos, 03/12/2014

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 88/2014 - EVENTUAL AQUISIÇÃO MATERIAL SETOR DE OBRAS

Prefeitura de Vidal Ramos
Prefeitura Municipal de Vidal Ramos
Setor de Compras
PREGÃO Nº. 88/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 88/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a MATERIAL DESTINADO A FABRICAÇÃO DE LAJOTAS, BEM COMO PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ROTINEIRAS DE CONSERVAÇÃO E MELHORIA DO SISTEMA VIÁRIO E SERVIÇOS URBANOS DESENVOLVIDAS PELO DMER BEM COMO EPEI'S NECESSÁRIOS, NO TRANSCORRER DE TODO O EXERCÍCIO DE 2015.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pela PORTARIA Nº. 14/2013 em 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 88/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 15/12/2014 às 09:00 hrs.

LOCAL: Gabinete do Prefeito da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

VIDAL RAMOS, 04 DE DEZEMBRO DE 2014

LAERCIO DA CRUZ

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 89/2014 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AREIA

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 89/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 89/2014

OBJETO: Constitui objeto do presente certame a aquisição de AREIA PARA MANUTENÇÃO DO MUNICÍPIO DE VIDAL RAMOS, com o intuito de atender as necessidades deste Município em todos os seus Departamentos, de acordo com as descrições e quantidades estimadas no Anexo II deste edital;

Quantidade apurada por estimativa com previsão de entrega fragmentada de acordo com o consumo, mediante prévia requisição.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, por seu pregoeiro designado pela PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013 torna público, aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL nº. 89/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 15/12/2014, às 14:00 hrs.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos/SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 hrs, telefone (47) 3356-2300, e-mail: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 90/2014 - EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS

Prefeitura de Vidal Ramos

Prefeitura Municipal de Vidal Ramos

Setor de Compras

PREGÃO Nº. 90/2014

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 90/2014

OBJETO: BATERIA ELÉTRICA PARA REPOSIÇÃO EM VEÍCULOS AUTOMOTORES COMO CAMINHÕES E ÔNIBUS, BATERIA DE 1ª. LINHA COM GARANTIA MÍNIMA DE 1 ANO. CONFORME NECESSIDADE DE CONSUMO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E DO DMER.

REGIMENTO: A Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 14/2013 de 03/01/2013, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 90/2014, do tipo MENOR LANCE POR ITEM, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93, com suas alterações e demais exigências deste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até o dia 15/12/2014, às 16:00 horas.

LOCAL: Departamento Administração da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos sita à Avenida Jorge Lacerda, 1180, Centro, Vidal Ramos /SC.

ÁREA RESPONSÁVEL: Departamento de Compras e Licitações

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

PORTARIA Nº 1470/14

PORTARIA nº 1470/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando do Departamento Pessoal,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor VALDIR DOS SANTOS, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 01 de abril de 2013 até 31 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 1º de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração ao 1º dia do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1472/14

PORTARIA nº 1472/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.126/14,

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 21 de dezembro de 2014, o gozo de férias da servidora TATIANE CARDOSO MACHADO, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao período aquisitivo de 10 de junho de 2013 até 09 de junho de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1473/14

PORTARIA nº 1473/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.122/14;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor IVORI JOSÉ BOGONI, ocupante do cargo efetivo de Operador de Máquinas e Equipamentos Pesados, referente ao período aquisitivo de 06 de maio de 2013 até 05 de maio de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1474/14

PORTARIA nº 1474/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.119/14;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor ADMIR RIBEIRO DE LIMA, ocupante do cargo efetivo de Trabalhador Braçal, referente ao período aquisitivo de 22 de fevereiro de 2013 até 25 de fevereiro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1475/14

PORTARIA nº 1475/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 20.120/14;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor BENJAMIN AMAURI XAVIER DE OLIVEIRA, ocupante do cargo efetivo de Técnico Agrícola, referente ao período aquisitivo de 23 de março de 2013 até 22 de março de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

PORTARIA Nº 1471/14

PORTARIA nº 1471/14

Interrompe gozo de férias de servidor que especifica

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 173 da Lei Complementar nº 129/12, e à vista do que consta no Memorando nº 307/EXP do Secretário de Administração em Exercício;

RESOLVE

Interromper, para fins de interesse público, pelo período de 1º de dezembro de 2014 até 30 de dezembro de 2014, o gozo de férias do servidor DIONISIO ROBASKEWICZ NETO, ocupante do cargo efetivo de Analista de Nível Superior, referente ao período aquisitivo de 05 de novembro de 2013 até 04 de novembro de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo os seus efeitos a 1º de dezembro de 2014.

Videira, 02 de dezembro de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 02 dias do mês de dezembro de 2014.

ALEXANDRE GANASINI

Secretário de Administração em Exercício

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS TP 18-2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 18/2014

A Comissão Permanente de Licitações, transcorrido o prazo sem interposição de recursos, torna público que a sessão para abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados no processo licitatório em epígrafe cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA (S) PARA RECUPERAÇÃO E ALARGAMENTO DAS PONTES DA LINHA PAULINA, LINHA GEMELLI E ANTA GORDA, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO E PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, será dia 05 de dezembro de 2014 às 17:00 horas.

Videira, 03 de dezembro de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0114/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0114/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MÁRCIA MIRANDA

CPF: 035.828.059-13

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0119/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0119/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: DIRLEIA HONORATO FERREIRA

CPF: 077.130.099-90

OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e haja vista a permanência da servidora ILETE MARIA MASCARELLO DALLAGNOL em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013 fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 15 de março de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0121/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0121/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: MARCIA ALVES DOS SANTOS

CPF: 078.631.259-95

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 04 de fevereiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0122/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0122/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA

CONTRATADA: GIOVANA ESTER DE LIMA

CPF: 086.527.109-70

VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 08 de janeiro de 2015

LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0123/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0123/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: FRANCIMARI ALVES DOS SANTOS VALIERI
CPF: 049.178.499-69
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0131/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0131/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARIA EORELIA RISSARDI PIROLI
CPF: 024.069.489-94
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 724,00 (setecentos e vinte e quatro reais) e haja vista a permanência da servidora MARIA IZABEL SILVEIRA em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "R\$ 738,48 (setecentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos) e tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013 fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de maio de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0133/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0133/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: SIMONE CAON TURMINA
CPF: 097.449.159-43
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0168/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0168/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: JEDELI TAIANE MARCHETTI
CPF: 044.123.639-10
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 23 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0171/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0171/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TATIANE OGLIARI
CPF: 054.886.939-12
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 30 de janeiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0173/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0173/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ROSELI DE OLIVEIRA DIAS DA MOTTA
CPF: 825.030.369-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0174/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0174/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: MARISTELA DAL'MOLIN PEROSA
CPF: 509.625.829-72
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0207/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0207/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GLACI BUSANELLO GANASINI
CPF: 543.684.809-53
VIGÊNCIA: de 04 de fevereiro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0213/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0213/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LAIS BONIATTI
CPF: 056.230.009-08
OBJETO: Alteração do término previsto e da justificativa de "19 de dezembro de 2014, e em substituição à servidora ISABEL CRISTINA MOCELINI transitoriamente afastada de sua função efetiva e que se encontra no exercício de atividades no setor administrativo" para "03 de dezembro de 2014 e em substituição à servidora ISABEL CRISTINA MOCELINI, em gozo de licença prêmio conforme portarias n. 0745/2014 e 0851/2014".
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 03 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0283/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0283/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TEREZINHA APARECIDA PELLIN PAULETTI
CPF: 746.021.529-53
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 10 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0284/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0284/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: GIOVANA MOTTA
CPF: 008.937.029-51
VIGÊNCIA: de 03 de fevereiro de 2014 até 01 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0402/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0402/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADO: ALYSSON WOIGT
CPF: 053.028.059-01
OBJETO: Alteração do vencimento e da justificativa de "R\$ 2.575,90 (dois mil, quinhentos e setenta e cinco reais e noventa centavos) e em substituição à servidora ROSANGELA MOREIRA

DE CAMARGO, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica, seguida de em gozo de licença maternidade conforme portaria n. 0956/14" para "R\$ 2.627,41 (dois mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e um centavos) e em substituição à servidora ROSANGELA MOREIRA DE CAMARGO, que se encontra em gozo de licença prêmio conforme portaria n. 1369/14".

VIGÊNCIA: de 20 de março de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0542/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0542/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: ADELAIDE FARIAS VIEIRA
CPF: 425.782.729-72
VIGÊNCIA: de 01 de agosto de 2014 até 10 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0597/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0597/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: LOURDES FELCHICHER
CPF: 893.418.489-20
VIGÊNCIA: de 09 de setembro de 2014 até 19 de dezembro de 2014
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 060314

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0603/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: VANESSA ALVES DOS SANTOS GIRIOLI
CPF: 050.827.479-67
VIGÊNCIA: de 11 de setembro de 2014 até 01 de janeiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0604/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0604/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DIVONETE THIBES ESTREME DUARTE
CPF: 022.808.389-31
VIGÊNCIA: de 16 de setembro de 2014 até 01 de fevereiro de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0624/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0624/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: DANIELA POLICENO
CPF: 093.316.839-01
VIGÊNCIA: de 01 de outubro de 2014 até 31 de março de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0626/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0626/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: TALITA PAULA MARTINS
CPF: 079.228.759-24
VIGÊNCIA: de 06 de outubro de 2014 até 30 de junho de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA

EXTRATO DO TERMO ADITIVO N. 0641/14

Extrato do Termo Aditivo de Prorrogação ao Contrato n. 0641/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VIDEIRA
CONTRATADA: CLAUDIA FELCHICHER
CPF: 070.632.319-01
OBJETO: Alteração da justificativa de "em substituição à servidora TEREZINHA RISSATI ANDREANI, que se encontra em licença tratamento de saúde, conforme perícia médica" para "tendo em vista parecer jurídico n. 195/2013; fica assegurada a estabilidade da funcionária que está grávida, até a data prevista da licença maternidade".
VIGÊNCIA: de 21 de outubro de 2014 até 30 de abril de 2015
LOCAL: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Vitor Meireles

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 043/2014

Processo de Licitação 043/2014
Modalidade: Pregão 017/2014
ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VITOR MEIRELES
Modalidade: Pregão

O Município Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que se acha aberto Processo de Licitação, na modalidade Pregão, na forma presencial, objetivando AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE LIMPEZA PARA USO NAS ESCOLAS DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL, e que estará recebendo os envelopes contendo a proposta de preços e de documentos de habilitação, até as 14h00min, do dia 16 de Dezembro de 2014 em sessão pública, no mesmo dirigido pelo pregoeiro designado o senhor Valdeli Jose Sebastiao, promovendo a seleção da proposta mais vantajosa à Administração Municipal. Íntegra do Edital pelo site www.vitormeireles.sc.gov.br, informações pelo telefone (47) 3258 0211.

Vitor Meireles (SC), em 04 de Dezembro de 2014.
LOURIVAL LUNELLI
Prefeito Municipal

GABARITO OFICIAL PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC
PROCESSO SELETIVO Nº 05/2014
PUBLICAÇÃO DOS GABARITOS DEFINITIVOS DA PROVA ESCRITA

*Questões anuladas são assinaladas com a letra "N" no gabarito.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ANOS INICIAIS

01. B	02. B	03. D	04. D	05. B	06. C	07. A	08. A	09. A	10. C
11. D	12. C	13. B	14. A	15. B	16. A	17. B	18. C	19. C	20. C
21. D	22. B	23. C	24. B	25. A					

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA

01. B	02. B	03. D	04. D	05. B	06. C	07. A	08. A	09. A	10. C
11. D	12. C	13. B	14. A	15. B	16. C	17. N	18. A	19. A	20. B
21. B	22. C	23. D	24. A	25. D					

PROFESSOR DE ARTES

01. B	02. B	03. D	04. D	05. B	06. C	07. A	08. A	09. A	10. C
11. D	12. C	13. B	14. A	15. B	16. C	17. B	18. A	19. A	20. D
21. A	22. D	23. A	24. C	25. C					

Vitor Meireles, 03 de Dezembro de 2014.
Página 1 de 1

JULGAMENTO RECURSOS PROVA ESCRITA PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC Processo Seletivo Simplificado - Edital 005/2014
JULGAMENTO DOS RECURSOS CONTRA PROVA ESCRITA

1. QUESTÕES COMUNS Questão nº 05:

Um candidato impetrou recurso contra a questão mencionada. INDEFERIDO.

O erro não se refere ao acento e sim, à regência!

Segundo os gramáticos: Cegalla, Sargentim e Sacconi, o verbo "desobedecer" é transitivo indireto e, portanto, pede a preposição "a".

A oração deveria estar assim redigida: "Os filhos têm desobedecido aos pais".

Questão nº 09:

Um candidato impetrou recurso contra a questão mencionada. INDEFERIDO.

O pequeno erro na elaboração da alternativa "D" não interfere na análise da mesma e ainda a deixa mais INCORRETA.

Questão nº 11:

Um candidato impetrou recurso contra a questão mencionada. INDEFERIDO.

A questão está bem clara, pedindo a "moda" dos valores. Segue abaixo o conceito de "moda" em estatística:

A moda de um conjunto de dados é definida como o valor de maior frequência, isto é, o valor que mais aparece. Portanto, questão elaborada de forma correta.

2. ESPECÍFICAS:

2.1. Professor Educação Física: Questão nº 17:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. DEFERIDO.

Por divergência entre fontes, a banca atende as razões elencadas pelo candidato e a questão será ANULADA.

2.2. Professor Educação Infantil e Séries Iniciais: Questão nº 25:

Um candidato impetrou recurso sobre a questão mencionada. INDEFERIDO.

O narrado pelo candidato apenas deixa as alternativas mais INCORRETAS.

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA PROCESSO SELETIVO Nº 005/2014

NOTAS E CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA

PROFESSOR / ARTES - HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	28	ANASTACIA SANTANA GONCALVES	5232665-9	1,20	0,80	0,00	0,40	2,40	4,46	5,00	3,07
2	22	ROZANE DA SILVA	2628826	0,40	0,80	0,40	0,40	2,00	6,00	0,00	2,60

PROFESSOR / ARTES - SEM COMPROVAÇÃO DE HABILITAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA NO EDITAL

Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE
30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772	1,20	0,80	0,80	0,80	3,60
31	MARINA DE OLIVEIRA	4.342.986	1,20	1,20	0,40	0,80	3,60

PROFESSOR / EDUCAÇÃO FÍSICA - NÃO HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	14	WAGNER DE BRITO	5405544	3,6	1,2	1,2	2	8	0,88	1,00	5,88
2	19	CRISTINA RENGEL	49358979	3,2	0,8	1,6	0,8	6,4	0,40	0,00	4,56
3	20	FRANCIELE DINIZ VENDRAMI	6.033.061	2,8	0,8	1,6	1,2	6,4	0,20	0,00	4,52
4	23	HUERLON SARTOR	5720260	2	0,8	0,8	0,8	4,4	1,00	0,00	3,28

PROFESSOR / EDUCAÇÃO FÍSICA - AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
5	ARTUR SANTANA GONCALVES	5232379

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	16	PATRICIA HOBOLD ZALASKO	5.307.320	3,20	1,20	1,60	0,80	6,80	9,98	6,00	7,36
2	17	VERA LUCIA TIBES DE MELLO	3272226	3,20	1,20	1,60	1,20	7,20	5,88	10,00	7,22
3	2	GRACIELI MONDINI	5.412.061-6	3,60	1,60	1,20	2,00	8,40	4,46	3,00	7,07
4	18	LEONIRCE RINALDI FAUSTO	3353726	3,20	0,40	0,80	0,80	5,20	9,98	10,00	6,64
5	9	CIRLEI FAUSTO	5.797.133	4,00	0,80	0,80	0,40	6,00	10,00	4,00	6,60
6	11	LUCIANE MEIRE DALPRA DA SILVA	4.187.907-4	3,60	0,80	1,20	0,80	6,40	10,00	1,00	6,58
7	15	PATRICIA TILLMANN	5529335	3,60	0,40	1,20	1,20	6,40	8,78	3,00	6,54

8	1	ELAINE CRISTINA BENINCA	4088650	2,80	1,60	1,60	1,20	7,20	4,48	1,00	6,04
9	24	ISABEL BORGHE-SANG MORGHEN-ROTH	3.394.958	3,20	1,60	1,20	0,80	6,80	4,58	1,00	5,78
10	31	MARINA DE OLIVEIRA	4.342.986	2,00	1,20	0,40	0,80	4,40	8,34	10,00	5,75
11	7	ALINI NEILI MASOTE	4744056	2,40	0,80	1,60	0,40	5,20	9,42	2,00	5,72
12	27	ROSILENA MEDEIROS DA SILVA FAUSTO	2026454	2,80	1,20	1,60	0,00	5,60	8,08	1,00	5,64
13	26	MARCIA QUESINSKI	4.311.855	2,40	1,20	1,60	0,80	6,00	4,30	5,00	5,56
14	22	ROZANE DA SILVA	2628826	2,00	0,80	0,40	0,40	3,60	10,00	0,00	4,52

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - NÃO HABILITADO

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
1	29	MIRIAN CARLA BERKEN-BROCK	1897184	3,20	1,60	1,20	1,60	7,60	2,20	1,00	5,86
2	10	DENY ELEN DOS SANTOS	48369233	3,20	1,20	1,20	0,80	6,40	1,20	0,00	4,72
3	4	ROSIME-RI LUZIA SCHUTZE MAIBERG	5181346	2,80	0,40	1,60	1,20	6,00	2,20	0,00	4,64

Class.	Insc	Nome do Candidato	RG	ESP	LP	CG	MAT	PE	PT	TS	NF
4	30	SOLIANI RODINEI BORGES	4.203.772	2,40	0,80	0,80	0,80	4,80	1,10	3,00	3,88
5	25	VACLA BELA CAMLEM	4794911	2,00	0,80	0,00	0,80	3,60	0,20	0,00	2,56

PROFESSOR / EDUCAÇÃO INFANTIL E SÉRIES INICIAIS - AUSENTES

Insc	Nome do Candidato	RG
5	ARTUR SANTANA GONCALVES	5232379

*Class = Classificação Provisória;

*Insc = Número de Inscrição;

*ESP = Nota correspondente às questões Específicas para o Cargo;

*LP = Nota corresponde às questões de Língua Portuguesa;

*CG = Nota corresponde às questões de Conhecimentos Gerais/Atualidades;

*MAT = Nota correspondente às questões de Raciocínio Lógico/Matemática;

*PE = Nota correspondente à soma de todas as questões da Prova Escrita;

*PT = Nota da Prova de Títulos;

*TS = Nota do Tempo de Serviço;

*NF = Nota Final;

Xaxim

PREFEITURA

AVISO DE TOMADA DE PREÇO 09-SOCIAL

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 211/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA N. 009/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital de Tomada de Preço n. 009/2014, até às 13h45min do dia 19 de dezembro de 2014, e farão abertura das mesmas às 14h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a contratação de empresa para execução de reforma do Centro de referencia Especializado de Assistência Social (CREAS), na Rua Pedro Lunardi, Xaxim - SC, conforme projetos, orçamento, cronograma e quadro de composição de investimento anexo ao Processo, tipo menor preço global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada e Lei Complementar 123/2006 alterada pela lei 147/2014, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados junto ao setor de compras, com a taxa de retirada no valor de R\$ 30,00 maiores informações pelo fone 49 33538203 ou pessoalmente, junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 03 de dezembro de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito

AVISO DE PREGÃO 105 SOCIAL

MUNICIPIO DE XAXIM - SC

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 105/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 212/2014

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC através do seu Prefeito Municipal COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 105/2014, até às 08h45min do dia 16 de dezembro de 2014, e procederá a abertura da sessão às 09h00min do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação a aquisição de materiais e equipamentos para manutenção das atividades do Abrigo Municipal - Fundo Municipal de Social, de acordo com o edital e seus anexos, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520/2002 e Lei Complementar 123/2006 alterada pela Lei 147/2014, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira.

Xaxim - SC, 03 de dezembro de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Associações

AMOSC

EDITAL Nº 06/2014

EDITAL Nº 06/2014

MAURI JOSÉ ZUCCO, Prefeito de Coronel Freitas, Presidente da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 11 e art. 26, inciso XI do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados para a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC a realizar-se:

Data: 15 de dezembro de 2014 - segunda-feira
Local: Centro de Convivência da Igreja Católica,
próximo a Igreja Matriz de Coronel Freitas - SC
Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

- I. Eleição da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal mandato 2015;
- II. Processo Eleitoral da FECAM;
- III. Encontro das Primeiras Damas;
- IV. Espaço ao Colegiado de Educação;
- V. Espaço ao Comitê de Bacia dos Rios Chapecó e Irani;
- VI. Mobilização da CNM em Brasília;
- VII. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 03 de dezembro de 2014.

MAURI JOSÉ ZUCCO

Prefeito de Coronel Freitas

Presidente da AMOSC

EGEM**EDITAL Nº 63.2014 - CONVOCAÇÃO_AGE 2014_EGEM**

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 63/2014 - Assembleia Geral Extraordinária

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, Senhor VANDERLEI ALEXANDRE, Prefeito Municipal de Forquilha, no uso de suas atribuições e visando atender ao disposto nos arts. 11, 15 "b", 19 "d" do Estatuto Social, CONVOCA:

Os senhores prefeitos, membros do Conselho de Administração, os senhores prefeitos, membros do Conselho Fiscal e os senhores prefeitos, presidentes das associações de municípios de Santa Catarina ou seus legítimos representantes para a Assembleia Geral Extraordinária da EGEM, com a seguinte ordem do dia:

Data: 12 de dezembro de 2014

Horário: 11h

Local: Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí - AMFRI
Rua Luiz Lopes Gonzaga, 1655, Itajaí - SC.

Ordem do Dia:

- Abertura da Assembleia Geral
- Apresentação da proposta de aquisição de imóvel para futura sede da EGEM, bem como a contratação de financiamento imobiliário.
- Apresentação da minuta de moção ao Governo do Estado para redução da contrapartida dos convênios firmados pelos municípios.
- Encerramento da Assembleia Geral.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios**AGIR****DECRETO Nº 014/2014 - AGIR**

DECRETO Nº 014/2014

NOMEIA PRESIDENTE, CONSELHEIROS TITULARES E SUPLENTE DO COMITÊ DE REGULAÇÃO DA AGIR

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, inciso III do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os Conselheiros Titulares do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, a saber: Sra. Maria de Fátima Martins (Indicada pela Agir), Sr. Ricardo Alexandre da Silva (Indicado pelos Prestadores) e a Sra. Sandra Aparecida Alves de Oliveira (Indicada pelos Usuários), os quais foram eleitos pelos integrantes do respectivo Comitê na Reunião Extraordinária do dia 29.10.14, nos termos do que dispõe o artigo 35 e seguintes do Estatuto do Consórcio Público da AGIR;

Parágrafo único. O mandato dos Conselheiros Titulares do Comitê de Regulação será de 04 (quatro) anos, sendo permitida uma única reeleição;

Art. 2º. Fica nomeada Presidente do Comitê de Regulação da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, a Sra. Maria de Fátima Martins, a qual foi eleita pelos integrantes do respectivo Comitê na Reunião Extraordinária do dia 29.10.14, nos termos do que dispõe o Artigo 43 do Estatuto do Consórcio Público da AGIR;

Parágrafo único. O mandato da Presidente do Comitê de Regulação será de até 02 (dois) anos, sendo vedada a recondução sucessiva ao cargo;

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 20 de novembro de 2014.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR.

DECRETO Nº 015/2014 - AGIR

DECRETO Nº 015/2014

NOMEIA PARA O CARGO COMISSIONADO DE DIRETOR TÉCNICO DA AGIR O SR. RICARDO HUBNER

MATIAS KOHLER, Presidente da Diretoria Executiva da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 30, Inciso XI, e observado o que dispõe o artigo 49-A e seguintes do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

CONSIDERANDO a deliberação da Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Público denominado Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 21 de outubro de 2014, na qual o nome do Sr. Ricardo Hübner foi um dos indicados pelo

Diretor Geral - Sr. Heinrich Luiz Pasold para ocupar o cargo comissionado de Diretor Técnico da AGIR e ratificado pela Assembleia, sendo posteriormente o escolhido pela Diretoria Executiva da AGIR;

CONSIDERANDO a deliberação da Reunião Extraordinária do Comitê de Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, realizada em 29 de outubro de 2014, por meio da qual os Conselheiros votaram e aprovaram a indicação e deliberação feita pela Diretoria Executiva, quanto ao nome do Sr. Ricardo Hubner para ocupar o cargo comissionado de Diretor Técnico da AGIR, cuja indicação foi referendada pelos votos e aclamação dos presentes; e tendo em conta o cumprimento de todos os requisitos e formalidades legais inerentes;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado para o cargo em comissão de Diretor Técnico da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, o Sr. Ricardo Hübner;

Art. 2º - O Diretor Técnico da AGIR exercerá as funções inerentes ao cargo, com lotação na sede da AGIR em Blumenau e com os vencimentos previstos no Anexo I-B do Estatuto do Consórcio Público da AGIR;

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 01.12.2014.

Blumenau (SC), em 01 de dezembro de 2014.

MATIAS KOHLER

Presidente da Diretoria Executiva da AGIR

RESOLUÇÃO Nº 048/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 048/2014

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é o reajuste tarifário anual do Contrato de Concessão nº 003/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda e o município de Guabiruba/SC, o qual possui como objeto a concessão da exploração do serviço público de coleta, transporte, tratamento e destinação final de resíduos sólidos domiciliares, comerciais e os oriundos dos serviços de saúde no município de Guabiruba/SC.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 11 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

RESOLUÇÃO Nº 049/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 049/2014

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é o reajuste do Contrato de Concessão nº 195/2003 firmado entre a Concessionária Recicle Catarinense de Resíduos Ltda e o município de Brusque/SC, o qual possui como objeto a concessão dos serviços de engenharia sanitária de limpeza, urbana do município de Brusque/SC, para execução dos serviços públicos de coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos domiciliares.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 11 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

RESOLUÇÃO Nº 050/2014 - AGIR

RESOLUÇÃO Nº 050/2014

INSTAURA PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO.

HEINRICH LUIZ PASOLD, Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí - AGIR, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 003/2013 e pelo Artigo 48, Inciso I do Estatuto do Consórcio Público e, de acordo com os demais dispositivos legais aplicáveis:

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instauração de procedimento administrativo cujo objeto é o reajuste anual do valor da tarifa dos serviços públicos de esgotamento sanitário prestados pela Concessionária Odebrecht Ambiental - Blumenau S.A. no município de Blumenau/SC.

Art. 2º Proceda-se a numeração do referido procedimento e as demais providências legais pertinentes.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau (SC), em 14 de novembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral da AGIR

DECISÃO FINAL PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 017/2014 - AGIR**DECISÃO FINAL**

PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº 017/2014.

OBJETO: Revisão da taxa de coleta de lixo no município de Gaspar.
SOLICITANTE: Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE.

INTERESSADO: SAMAE e o município de Gaspar.

Relatório:

Através do Ofício nº 27/2014, de 27 de outubro de 2014, O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Gaspar - SAMAE propõe que seja apreciado pela Agência Reguladora, a revisão da taxa de coleta de lixo daquele município. Informa a Autarquia que os serviços são realizados por duas (02) empresas contratadas, a empresa Say Muller Serviços Ltda. EPP responsável pelo serviço de coleta e transporte, que recebe ao montante de R\$ 140,93 (cento e quarenta reais e noventa e três centavos) por tonelada. E, a empresa Recicle Catarinense de Resíduos Sólidos Ltda., situada em Brusque, é responsável pela destinação final dos resíduos sólidos e por isso recebe o valor de R\$ 140,88 (cento e quarenta reais e oitenta e oito centavos) por tonelada depositada.

Também junta ao seu pedido a planilha de custos destes serviços que tem base a legislação municipal definidora da composição desta taxa, que é então analisada pelo setor competente da Agência e, de onde se extrai que o custo mensal destes serviços é da ordem de R\$ 382.853,59 (trezentos e oitenta e dois mil, oitocentos e cinquenta e três reais e oitenta e oito centavos). O índice apresentado pela Autarquia é de 14% (catorze por cento) ao passo que o IPCA acumulado dos últimos 12 (doze) meses é de 6,59% (seis vírgula cinquenta e nove por cento). O pleito e as razões do índice tem por base legal o artigo 263, da Lei nº 1.330/91 com a redação dada pela Lei Complementar nº 9/2002.

O Parecer Administrativo nº 008/2104 faz uma análise minuciosa destes valores, inclusive com a análise da avaliação dos três (03) últimos reajustes solicitados, onde demonstra que houve naquele período um ganho real de 20,77% (vinte vírgula setenta e sete por cento), como se extrai do QUADRO 2 daquele Parecer. Esse Parecer também se reporta que o serviço vem buscando o seu equilíbrio financeiro e por isso partiu-se também para a análise das entradas e saídas (QUADRO 4) e ainda uma análise da evolução da média/mês (QUADRO 5) e, para mais compreensão apresenta o GRÁFICO 1 que demonstra a evolução média por mês/ano. Concluídos os estudos e as análises, o Parecer Administrativo opina pela não aplicação do percentual apresentado, fato referendado pelo Parecer Jurídico nº 022/2014. Esse o relatório.

Decisão:

O pedido apresentado pela Autarquia SAMAE de Gaspar/SC no sentido de obter uma manifestação por parte da Agência Reguladora sobre a aplicação de índice de 14% (catorze por cento) a título de revisão da taxa de lixo vem amparado na legislação municipal através do artigo 263, da Lei nº 1.330/91 com a redação dada pela Lei Complementar nº 9/2002. O Parecer Administrativo nº 08/2014, com muita propriedade aborda a Lei Federal nº 11.445/2007, em especial em seus artigos 23, inciso VI e ainda o artigo 29, inciso II, destacando que referido texto é bem claro ao deixar expresso "sempre que possível" ao balizar a sustentabilidade econômico-financeira destes serviços. Os estudos apresentados demonstram que está havendo um ganho real de 13,36% (treze vírgula trinta e seis por cento) com o índice ora solicitado, esse ganho real seria de 20,77% (vinte vírgula setenta e sete por cento), situação que não pode se sustentar sob pena de se perder o equilíbrio entre o justo e economicamente suportável pelos

usuários. Por outro lado, também não há como ter esse índice como correto e necessário, uma vez que não se avista, ao menos nestes documentos, alguma situação econômica indispensável ou urgente para o próximo exercício que possa, em caso de falta, inviabilizar o regular funcionamento dos serviços contratados. De outra banda, a Agência entende, a título de recomendação e aprimoramento necessário para o cálculo dos valores que compõem os valores das taxas, que a referida Lei Municipal 1.330/91, alterada pela Lei Complementar nº 9/2002 seja revisada, em especial quando se refere tão somente há um mês como base tarifária, quando se sabe que vários fatores devem ser computados para se chegar a uma média mais de acordo com a real necessidade. Deve ser destacado ainda que, por se tratar de taxa e não de tarifa, é de total responsabilidade do SAMAE de Gaspar/SC acatar ou não o presente parecer, uma vez que taxa é tributo e por isso deve ter a apreciação do legislativo ou então aquilo que a legislação municipal determinar, inclusive para a elaboração e expedição de atos legais para a validade da revisão.

Postas todas essas considerações e análises quer de ordem administrativas, econômicas, financeiras, quer de ordem legal, a Agência RECOMENDA que seja aplicado o índice de 6,59 (seis vírgula cinquenta e nove por cento), que representa o IPCA acumulado e mais o percentual de 2% (dois por cento) a título de revisão, totalizando o percentual de 8,59% (oito vírgula cinquenta e nove por cento).

Como medida acessória e dentro de suas prerrogativas, a Agência Reguladora DETERMINA que a Autarquia, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação desta decisão, apresente um plano de recuperação de seus custos e receitas, estabelecendo orçamento para os próximos 4 (quatro) anos. Que esse plano seja remetido para a Agência Reguladora, no prazo acima para a devida análise e posterior acompanhamento, alertando ainda que sejam realizadas fiscalizações contínuas para o regular acompanhamento dos contratos para minimizar eventuais situações que possam gerar revisões extraordinárias.

Encaminhe-se a decisão para conhecimento e cumprimento aos interessados.

Blumenau (SC), em 1 de dezembro de 2014.

HEINRICH LUIZ PASOLD

Diretor Geral.

CIDEMA

EDITAL Nº 02/2014

EDITAL Nº 02/2014

EDER IVAN MARMITT, Prefeito de Sul Brasil e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 17, VI, do Estatuto Social,

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico Social e Meio Ambiente - CIDEMA a realizar-se:

Data: 15 de dezembro de 2014 - segunda-feira
Local: Centro de Convivência da Igreja Católica,
próximo a Igreja Matriz de Coronel Freitas - SC
Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária, terá como assuntos principais:

- I. Eleição da Diretoria Executiva mandato 2015;
- II. Eleição do Conselho Fiscal mandato 2015;
- III. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.
Chapecó, SC, 03 de dezembro de 2014.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito de Sul Brasil
Presidente do CIDEMA

CIGA

RESOLUÇÃO CIGA Nº 76, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2014

Resolução nº 76, de 03 de dezembro de 2014
Suplementa o Orçamento do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) do exercício de 2014.

O Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA), considerando o disposto no art. 4º da Resolução 59/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Abrir crédito adicional suplementar no orçamento do CIGA no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), por conta de excesso de arrecadação previsto no exercício de 2014, suplementando as dotações abaixo descritas:

Órgão Unidade	Funcional	Projeto Atividade	Despesa	Fonte Recurso	Iduso	Valor
01.01	04.122.0001	2.001	3.3.9.0	200	0.2.00	R\$ 20.000,00
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.9.0	200	0.2.00	R\$ 10.000,00
02.01	19.126.0002	2.002	3.3.9.0	204	0.2.00	R\$ 10.000,00
TOTAL						R\$ 40.000,00

Art.2º. Esta Resolução entra em vigor na data de publicação.

Florianópolis, 03 de dezembro de 2014.
Nelson Guindani
Prefeito de Herval d'Oeste
Presidente do CIGA

EXTRATO CONTRATO 409 - PGT - PALMEIRA

Extrato de Contrato nº 409/2014
Contrato de Rateio - Programa de Gestão Tributária - Palmeira
CONTRATANTE: Município de Palmeira
CNPJ: 01.610.566/0001-06
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 02/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN) e gestão dos Microempreendedores Individuais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

optantes pelo Simples Nacional com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NFe-C).
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 18 de julho de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 410 - PGC - PERITIBA

Extrato de Contrato nº 410/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Programa de Gestão de Câmara de Vereadores - Peritiba

CONTRATANTE: Câmara de Vereadores de Peritiba
CNPJ: 09.300.643/0001-25
CONTRATO Nº: Contrato Administrativo nº 03/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão de Câmaras de Vereadores aprovado pelo CIGA, para gestão do processo legislativo e portal na Internet.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 2.280,00 (dois mil e duzentos e oitenta reais).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 25 de novembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

EXTRATO CONTRATO 411 - DOM - ERMO

Extrato de Contrato nº 411/2014
Contrato de Prestação de Serviços - Diário Oficial dos Municípios - Ermo
CONTRATANTE: Município de Ermo
CNPJ: 01.608.905/0001-01
CONTRATO MUNICIPAL Nº: 45/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal
CNPJ: 09.427.503/0001-12
OBJETO: Prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Ermo no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC), administrado pelo CIGA.
PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05; artigo 18, do Decreto Federal nº 6017/07; e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.
VALOR: R\$ 295,00 (duzentos e noventa e cinco reais) por mês.
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará no período de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Florianópolis, 01 de dezembro de 2014.
Gilsoni Lunardi Albino
Diretor Executivo do CIGA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2014

Ato de Dispensa nº 13/2014

Processo de Licitação nº 23/2014

Objeto: Contratação de seguro do automóvel do CIGA, o Fluence Privilège - Marca Renault, decorrente da aquisição advinda do Processo Licitatório nº 20/2014, Pregão Presencial nº 09/2014.

Contratado: MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A.

CNPJ: 61.074.175/0001-38

VALOR: 3.879,57 (três mil e oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

Florianópolis, 03 de dezembro de 2014.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA

EDITAL 0005_2014 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 0005/2014

ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Alcir José Bodanese, Prefeito Municipal de Rio das Antas, no uso de suas atribuições legais, levando em consideração o contido no artigo 20 e seus parágrafos, tanto do Protocolo de Intenções quanto do Contrato de Consórcio Público, visando atender as demais disposições legais, CONVOCA os Chefes dos Poderes Executivos dos municípios consorciados ao Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, para participarem da ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA, a ser realizada na sede do Videira Country Clube, Rodovia SC - 453 Videira SC, em data de 17 de dezembro de 2014, em primeira convocação às 10:30 horas, para tratar dos seguintes assuntos como ordem do dia:

- I - Prestação de Contas do CIMCATARINA referente ao terceiro trimestre do ano de 2014;
- II - Aprovação do Orçamento anual do Consórcio para o exercício de 2015;
- III - Aprovação do programa anual de trabalho proposto pela Presidência, para o ano de 2015;
- IV - Aprovação do Rateio do Contrato de Programa PROLICITA para o exercício de 2015;
- V - Homologação das resoluções 26/2014 e 29/2014 da Presidência que tratam de ajustes orçamentários;
- VI - A "apreciação de eventuais moções de censura";
- VII - Deliberação de assuntos relacionados com os objetivos e finalidades do Consórcio;
- VIII - Outros assuntos diversos.

Fraiburgo, 03 de dezembro de 2014.

Alcir José Bodanese

Presidente do CIMCATARINA

Prefeito de Rio das Antas

RESOLUÇÃO 0031_2014

Resolução n. 031/2014

Dispõe sobre a nomeação de Comissão Especial para avaliação técnica de Leites e Suplementos, e dá outras providências.

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, Sr. Elói Rönna, no uso de suas atribuições legais, contratuais e estatutárias, em cumprimento as disposições do Protocolo de Intenções, do Contrato de Consórcio Público e do Estatuto do CIMCATARINA, CONSIDERANDO as disposições da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02, Lei 11.107/05, Decreto Federal 6.017/05. RESOLVE:

Art. 1º Constituir Comissão Especial para avaliação de produtos a serem apresentados pelos fabricantes e/ou fornecedores de Leites e Suplementos, com os seguintes membros:

Membros

- I - Camila Strapazzon - Município Videira;
- II - Luiza Sabina Gazzí - Município de Videira;
- III - Ana Maria Werner - Município de Lebon Régis.
- IV- Nádia De Lorenzi - Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA

Art. 2º. Esta resolução entra a vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fraiburgo/SC, 02 de dezembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014 - TIRAS DE GLICEMIA

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 0008/2014, PAL Nº0039/2014.

REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de tiras para teste de glicose, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA: Municípios de Arroio Trinta, Brunópolis, Caçador, Calmon, Fraiburgo, Frei Rogério, Ibiam, Iomerê, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Pinheiro Preto, Salto Veloso, Tangará, Videira, Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços: Entrega/Protocolo dos Envelopes e Credenciamento: Até às 09:00 do dia 16/12/2014. Abertura: Às 09:15 horas do mesmo dia. Julgamento: Menor Preço por LOTE. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cimcatarina.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 03 de dezembro de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CIMCATARINA

CIS/AMOSC

EDITAL Nº 03/2014

EDITAL Nº 03/2014

PEDRO BORSOI, Prefeito de Guatambu e Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo inciso VI do art. 17 do Estatuto Social:

CONVOCA

Art. 1º Os Prefeitos dos Municípios filiados, para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Oeste de Santa Catarina - CIS-AMOSC, a realizar-se:

Data: 15 de dezembro de 2014 - segunda-feira
Local: Centro de Convivência da Igreja Católica, próximo a Igreja Matriz de Coronel Freitas - SC
Horário: 9 horas

Art. 2º A Assembleia Geral Ordinária terá como assuntos principais:

- I. Eleição da Diretoria Executiva mandato 2015;
- II. Eleição Conselho Fiscal mandato 2015;
- III. Outros assuntos de interesse dos Prefeitos.

Art. 3º Esta convocação entra em vigor nesta data.

Chapecó, SC, 03 de dezembro de 2014.

PEDRO BORSOI

Prefeito de Guatambu

Presidente do CIS-AMOSC

CIS/AMUREL

EXTRATO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL 02/2014

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA AMUREL - CISAMUREL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2014

REGISTRO DE PREÇOS

O Consórcio Intermunicipal de Saúde da AMUREL - CISAMUREL, para conhecimento dos interessados, informa que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do tipo "MENOR PREÇO POR ITEM", para aquisição de medicamentos, na forma e quantidade constantes do edital, sob as regras da lei federal n. 10.520/02 e demais normas correlatas.

Os envelopes dos licitantes serão recebidos até às 09h00min, do dia 17 de dezembro de 2014, de modo que a sessão de abertura e lances se iniciará às 09h30min do mesmo dia.

A sessão ocorrerá na sede do Consórcio, na Rua Rio Branco, nº. 67, bairro Vila Moema, Tubarão (SC), local onde serão recebidos os envelopes.

A íntegra do edital poderá ser obtida, de segunda a sexta-feira, na Coordenação Administrativa do CISAMUREL, no endereço acima, no horário das 09h00min às 17h30min, ou em cis.amurel.org.br. Outras informações pelo telefone (48) 3626-5711 ou cis@amurel.org.br.

org.br.

Tubarão (SC), 02 de dezembro de 2014.

JAIME WENSING

Presidente do Consórcio

CISAMA

CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA CISAMA - DEZEMBRO 2014

Ofício 157/2014

Lages (SC), 03 de dezembro de 2014.

CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CISAMA

Senhor (a) Prefeito (a),

Com nossas saudações vimos através deste, convocar Vossa Excelência e o(a) Vice Prefeito(a) para a Assembleia Geral Ordinária do Consórcio Intermunicipal Serra Catarinense - CISAMA a ser realizada no dia 10 de dezembro de 2014 (quarta-feira) com início às 15:00 horas e encerramento às 17:00 horas na Sede da AMURES, sito à Rua Otacílio Vieira da Costa, 112 - Centro - Município de Lages tendo a seguinte pauta:

1. Leitura, discussão e aprovação da ata anterior;
2. Minuta do projeto de lei para a Política Municipal de Resíduos Sólidos e Saneamento;
3. Solicitação de retirada de municípios do quadro social do CISAMA;
4. Eleição e posse do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal do CISAMA;
5. Assuntos Gerais;

Atenciosamente

José Valdori Hemkemeier

Presidente do CISAMA

CPIMMOC

EDITAL LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 01/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO 01/2014 - EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 01/2014

REGISTRO DE PREÇOS - 01/2014

O Consórcio Intermunicipal Multifinalitário Meio Oeste Contestado-CPIMMOC Associação Pública com personalidade jurídica de direito público, estabelecido à Rua Roberto Trompowski, 68 2º andar centro município de Joaçaba Estado de Santa Catarina, neste ato representado por seu Presidente, Sr.Vitor João Faccin, Prefeito Municipal de Ouro, Estado de Santa Catarina, usando a Competência delegada pela legislação em vigor, torna público que se acha aberta, a licitação 01/2014 na modalidade Pregão Presencial 01/2014, do tipo menor preço por Item, objetivando o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para a Farmácia Básica para os Municípios consorciados de: Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Ibicaré, Lacerdópolis, Ouro, Treze Tilias, e Vargem Bonita, conforme relação de itens constante no Anexo I deste edital.

A presente licitação será regida pela Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei Federal nº 8.666, de 23 de junho de 1993, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

ENVELOPES: Os envelopes contendo as propostas de preços e

a documentação deverão ser entregues na sede do CPIMMOC, situada a Rua Roberto Trompowiski, 68, 2º andar, centro Joaçaba/SC no horário e dias de expediente do Consórcio, das 8h às 11h30min, e das 13h30min às 17h, tendo como limite máximo as 08h30min do dia 18/12/2014.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e seus anexos.

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1. A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços, para aquisição de forma parcelada, de Medicamentos para os Municípios integrantes do CPIMMOC, conforme relação de itens especificados no Anexo I deste edital.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA PARTICIPAÇÃO

2. Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que preencham as condições de credenciamento e demais exigências constantes deste Edital.

2.1. Não poderá participar empresa concordatária ou que estiver sob regime de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação.

2.2. Será vedada a participação de empresas declaradas inidôneas por Ato do Poder Público, ou que estejam temporariamente impedidas de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.

2.3. Não poderá participar direta ou indiretamente da licitação, servidor, agente político ou responsável pela licitação, na forma do art. 9º, III, da Lei nº 8.666/93.

2.4. A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.5. As microempresas e empresas de pequeno porte que desejam participar deste certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto e comprovar as condições previstas na lei e nos subitens a seguir:

2.5.1. Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede do licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa.

2.5.2. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5.3. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de 120 (cento e vinte) dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

2.5.4 Declaração em conformidade com o art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, afirmando ainda que não se enquadra em nenhuma das hipóteses do § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

2.5.5. Os documentos para fins de comprovação da condição de microempresa e empresa de pequeno porte deverão ser apresentados FORA DOS ENVELOPES, no ato de CREDENCIAMENTO das empresas participantes.

CLAUSULA TERCEIRA

DO CREDENCIAMENTO

3. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1. tratando-se de representante legal: o estatuto social; contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

3.2. tratando-se de procurador: o instrumento de procuração público ou particular do qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados no item 3.1, que comprove os poderes do mandante para a outorga.

3.3. O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

3.4. Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, podendo ser trocado o representante por outro desde que devidamente credenciado e com os devidos poderes para representar a empresa.

CLAUSULA QUARTA

DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

4. A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação deverá ser de acordo com modelo estabelecido no Anexo II deste Edital, e apresentada fora dos Envelopes nº 1 e nº 2.

4.1. A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 (dois) envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

AO: CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2014

Pregão para Registro de Preços nº 01/2014

Envelope 01 - Proposta de Preços

Nome da Empresa Participante:

AO: CPIMMOC

PROCESSO LICITATÓRIO 01/2014

Pregão para Registro de Preços nº 01/2014

Envelope 02 - Documentos

Nome da Empresa Participante:

4.2 A proposta deverá ser elaborada obrigatoriamente pelo sistema informatizado BethaAutocotação, a qual será entregue em meio magnético (CD-ROM ou Pen Drive) e também em papel timbrado da empresa, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador, juntando-se a procuração.

4.3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou publicados em forma de publicações legais.

CLAUSULA QUINTA

DO CONTEÚDO DO ENVELOPE PROPOSTA E DO ATESTADO DE BOAS PRÁTICAS

5. A proposta de preços, preenchida dentro do Sistema Informatizado BethaAuto-cotação deverá ser entregue em meio magnético (CD ROM, Pen Drive) e conterá os seguintes elementos:

a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual;

b) número do processo e do Pregão para Registro de Preços;

c) descrição do objeto da presente licitação, com a indicação da procedência, marca e modelo do produto cotado, em conformidade com as especificações do folheto descritivo - Anexo I deste Edital;

d) preço Unitário e total, por item, em moeda corrente nacional, em algarismo, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes; tributos de qualquer natureza e todas as despesas diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação.

e) prazo de validade da proposta de, no mínimo 60 (sessenta) dias.

5.2. O preço ofertado permanecerá fixo e irrevogável.

5.3. O Atestado ou Certificado de Boas Práticas comerciais, fornecido pela ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), deve ser anexado à proposta para todos os itens cotados pelo proponente, colocado em ordem de item cotado para conferência.

5.4. A proposta poderá ser elaborada com no máximo 03 (três) casas depois da vírgula;

CLAUSULA SEXTA

DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

6. O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados:

6.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial;

c) No caso da proponente ser Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), esta deverá apresentar para credenciamento Certidão de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte fornecida pela Junta Comercial da sede do licitante, de acordo com a Instrução Normativa DRNC nº 103/2007;

d) as sociedades simples, que não registrarem seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar Certidão de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, atestando seu enquadramento nas hipóteses do Art. 3º da Lei Complementar 123/2006.

6.2. REGULARIDADE FISCAL:

a) certidão de regularidade de débito com a Fazenda Municipal da sede do licitante;

b) certidão de regularidade de débito com a Fazenda Estadual da sede do licitante;

c) certidão de regularidade de débito para com o Sistema de Seguridade Social (INSS);

d) certidão de Regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

f) certidão de regularidade de débito com a Secretaria da Receita Federal e com a Procuradoria da Fazenda Nacional;

g) certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

a) certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

b) declaração de atendimento à legislação trabalhista do menor e do adolescente (Anexo III);

c) declaração de fatos impeditivos (anexo IV);

DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

2.1 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

2.2 - As microempresas e empresas de pequeno porte deverão apresentar toda a documentação exigida para habilitação, mesmo que esta documentação apresente alguma restrição na Comprovação da regularidade fiscal.

2.3 - Havendo alguma restrição na Comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período,

a critério do CPIMMOC, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

CLAUSULA SÉTIMA

DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

7. No horário e local indicados no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciando-se com o credenciamento dos interessados em participar do certame.

7.1. Após o credenciamento, as licitantes entregarão ao Pregoeiro a declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo II do Edital.

7.2. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;

7.3. No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços Unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

7.4. As propostas deverão ser formuladas por item.

7.5. As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% superiores àquela;

b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três);

c) no caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

7.6. O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.

7.7. A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição Completa da ordem de lances.

7.8. Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço por item, observada a redução mínima entre os lances que será fixada a critério exclusivo do Pregoeiro e que não poderá ser superior a 0,5% (meio ponto percentual) do valor total do item.

7.9. A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.

7.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

7.11. O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

7.12. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

7.13. A aceitabilidade será aferida a partir dos preços de mercado vigentes na data da apresentação das propostas, apurados mediante pesquisa realizada pelo órgão licitante, que será juntada aos autos por ocasião do julgamento.

7.14. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação do respectivo proponente.

7.15. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:

a) substituição e apresentação de documentos, ou

b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações.

7.16. A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser

anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada, o qual será verificado a veracidade posteriormente pelo pregoeiro.

7.17. Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

7.18. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cuja autora atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarada vencedora.

7.19. Conhecida a vencedora, o Pregoeiro consultará as demais classificadas se aceitam fornecer ao preço daquela, mantidas as quantidades ofertadas.

7.20. Em seguida, abrirão os envelopes nº 02 das licitantes que aceitaram e decidirá sobre as respectivas habilitações, observadas as disposições do subitem 7.3. As habilitadas serão incluídas na ata de registro de preços, observada a ordem de classificação.

CLAUSULA OITAVA

DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO PARA AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

8. Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

8.1. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao melhor preço.

8.2. No caso de empate entre duas ou mais propostas proceder-se-á da seguinte forma:

a) Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b) Não ocorrendo à contratação da Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma disposta na alínea anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessa hipótese, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido na alínea "a" será realizado sorteio entre elas para que se identifique àquela que, primeiro, poderá apresentar melhor oferta.

8.3. Na hipótese da não contratação nos termos previstos na alínea "a" do subitem 8.2, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

8.4. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão do direito;

8.5. O disposto no subitem 8.2 e suas alíneas somente se aplicarão quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. Nesse caso o desempate entre duas ou mais propostas, e não havendo lances, será efetuado mediante sorteio a ser realizado durante a sessão do presente Pregão;

8.6. A Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, de acordo com o artigo 43 da Lei Complementar nº 123/06, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição;

8.7. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado, à mesma, o prazo de 02 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais Certidões Negativas ou Positivas com efeito de Certidão Negativa;

8.8. A não regularizada documentação, no prazo citado, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação;

8.9. A empresa que não comprovar a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte não terá direito aos benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006.

CLAUSULA NONA

DO RECURSO, DA HOMOLOGAÇÃO E DO REGISTRO DE PREÇOS

9. No final da sessão, a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

9.1. A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e o encaminhamento do processo à autoridade Competente para a homologação.

9.2. Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade Competente.

9.3. O recurso terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade Competente homologará o procedimento e determinará a convocação dos beneficiários para a assinatura da Ata de Registro de Preços.

9.5. A ata de registro de preços será formalizada, com observância das disposições legais e será subscrita pela autoridade que assinou/rubricou o edital.

9.6. A licitante que convocada para assinar a ata deixar de fazê-lo no prazo fixado, dela será excluída.

9.7. Colhidas as assinaturas, o CPIMMOC providenciará a imediata publicação da ata e, se for o caso, do ato que promover a exclusão de que trata o subitem anterior.

CLAUSULA DÉCIMA

DO PRAZO DE VALIDADE E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

10. O prazo de validade do registro de preços será de 12 (doze) meses, contado a partir da data da publicação da respectiva Ata.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

DAS CONTRATAÇÕES

11. Os fornecedores de bens incluídos na ata de registro de preços estarão obrigados a celebrar os contratos que poderão advir, com cada um dos Municípios, nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria Ata, cuja minuta encontra-se disposta no Anexo VI deste Edital.

11.1 A existência de preços registrados não obriga o CPIMMOC e os Municípios Integrantes deste procedimento licitatório a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência

de contratação em igualdade de condições.

11.2. Para instruir a formalização dos contratos ou instrumento equivalente, o fornecedor do bem deverá providenciar e encaminhar ao Município contratante, no prazo de 03 dias úteis a partir da data da convocação, certidões negativas de débitos para com o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e certidões negativas de tributos e contribuições federais, expedidas pela Secretaria da Receita Federal e pela Procuradoria da Fazenda Nacional, sob pena de a contratação não se concretizar.

11.3. Se as certidões anteriormente apresentadas para habilitação ou constantes do cadastro estiverem dentro do prazo de validade, o fornecedor ficará dispensado da apresentação das mesmas.

11.4. O fornecedor dos medicamentos deverá no prazo de 05 (cinco) dias corridos contados da data da convocação, Comparecer ao órgão contratante para assinar o termo de contrato ou retirar instrumento equivalente.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA

DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO DA LICITAÇÃO

12. Os medicamentos objeto deste processo licitatório deverão ser entregues nas Secretarias Municipais de Saúde dos Municípios participantes deste processo de licitação, os quais, serão enviados a cada um dos proponentes no momento homologação do processo, no prazo de 5 (cinco) dias do recebimento da Autorização de Fornecimento emitida por cada um destes Municípios de forma individualizada

12.1. O prazo de validade dos medicamentos entregues deverá ser de no mínimo 01 (um) ano após a data da efetiva entrega, sob pena de não aceitação dos produtos entregues.

12.2. Não serão pagos pelos Municípios contratantes e nem pelo CPIMMOC despesas com fretes, encomendas e ou qualquer outro tipo de despesa.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DO ACRÉSCIMO DOS QUANTITATIVOS LICITADOS

13. Havendo interesse os quantitativos licitados em sua totalidade por item poderão ser acrescidos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) conforme estipulado na Lei Federal 8666/93;

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14. Os Medicamentos objeto da presente licitação deverão atender as exigências de qualidade e fiscalização pelos órgãos responsáveis, em especial:

a) Prazo de validade não inferior a um ano dos medicamentos entregues;

b) embalagens intactas, sem amassados, rasgos ou outros defeitos que podem afetar a qualidade dos medicamentos;

14.1 O faturamento deverá ser feito diretamente para o Município que solicitou os Medicamentos.

14.2. Por ocasião da entrega, a Contratada deverá colher no Comprovante respectivo a data, o nome e a assinatura do servidor do Contratante responsável pelo recebimento.

14.3. Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b) se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua Complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA

DA FORMA DE PAGAMENTO

15. O pagamento será efetuado pelo Município que efetuou a solicitação dos medicamentos, em até 20 dias após a entrega, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo do órgão contratante.

15.1. O pagamento será feito mediante crédito aberto em conta corrente em nome da Contratada no Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, podendo ainda, o fornecedor enviar juntamente

com a Nota Fiscal o respectivo boleto de cobrança bancária.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA

DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

16. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração direta e autárquica dos Municípios Integrantes do CPIMMOC pelo prazo de até 5 (cinco) anos, ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa, física ou jurídica, que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

16.1. A sanção de que trata o subitem anterior poderá ser aplicada juntamente com as multas estipuladas na legislação em vigor.

16.2. As multas são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

16.3. Os procedimentos para aplicação de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais, serão conduzidos no âmbito do Órgão Participante contratante e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente do mesmo órgão.

16.4. Os procedimentos para aplicação das demais penalidades não indicadas no nesta cláusula, serão conduzidos no âmbito do CPIMMOC e as penalidades serão aplicadas por autoridade Competente.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17. As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da Ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não Comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

17.1. O resultado do presente certame, bem como os demais atos pertinentes a este procedimento licitatório serão divulgados no endereço eletrônico www.ammoc.com.br, link cpimmoc e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da Fecam;

17.2. Os envelopes contendo os documentos de habilitação, não abertos, ficarão à disposição para retirada na sede CPIMMOC, no endereço citado no preâmbulo deste edital, após a publicação da Ata de Registro de Preços.

17.3. Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão.

17.4. A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de 3 (três) dia útil.

17.5. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

17.6. Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro e pela Autoridade Competente à luz da legislação aplicável.

17.7. Integram o presente Edital:

Anexo I - Relação de Itens;

Anexo II - Declaração que atende os requisitos de habilitação do Edital;

Anexo III - Declaração que não emprega menores.

Anexo IV - Declaração de Fatos Impeditivos;

Anexo V - Minuta de Contrato;

Anexo VI - Ata de Registro de Preços;

17.8. Os preços registrados serão publicados no site dos Municípios e do CPIMMOC www.ammoc.com.br link CPIMMOC e também no Diário Oficial dos Municípios (DOM) no site da Fecam;

17.9. Os esclarecimentos relativos a esta licitação serão prestados nos dias de expediente, das 08h às 11h30min e das 13h30min às 17h, junto a Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense-AMMOC, sito a Rua Roberto Trompowski, Nº 68, 2º Andar, Centro, Joacaba / SC, pelo telefone (49) 3522-2800 e ainda pelos e-mails marize@ammoc.com.br, cpimmoc@ammoc.com.br e andreia@ammoc.com.br.

17.10. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será Competente o foro da Comarca de Joacaba, Estado de Santa Catarina.

Joaçaba, SC, 01 de dezembro de 2014.
VITOR JOÃO FACCIN
Presidente

ANEXO I

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO VII DO
ART. 4º DA LEI Nº. 10.520/2002 (*)

Razão Social:
Endereço:
Cidade/Estado:
CNPJ:

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao inciso VII, do artigo 4º, da Lei Federal nº.
10.520, de 17 de julho de 2002, a empresa _____
_____, inscrita no CNPJ sob o nº.
_____, DECLARA que cumpre plenamente os re-
quisitos de habilitação exigidos no PREGÃO Nº. 1/2014, instaura-
do pelo CPIMMOC.

Local, _____ de _____ de 2014.

(nome e assinatura do responsável legal)
(número da carteira de identidade e órgão emissor)

PREGÃO N.º 1/2014 - PROCESSO DE LICITAÇÃO 1/2014

ANEXO III
DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENORES

Ref.: Processo de Licitação nº. 1/2014

_____ inscrito no CNPJ Nº.
_____, por intermédio de seu representante
legal o (a) Senhor (a) _____, portador(a)
da Carteira de Identidade Nº. _____
e do CPF Nº. _____, DECLARA, para fins do dis-
posto no inciso V do art. 27 da Lei Nº. 8.666, de 21 de Junho de
1993, acrescido pela Lei Nº. 9.854, de 27 de outubro de 1999,
que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno,
perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição
de aprendiz ().

_____/_____/_____
(data)

(Representante legal da empresa)

O documento deverá ser preparado em papel timbrado da licitan-
te, com endereço.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS IMPEDITIVOS

REF: Edital Tomada de Preços nº 01/2014

...(nome da empresa), situada à ... (endereço Completo), inscrita
no CNPJ/MF sob o nº. _____, declara, sob as penas da
Lei, que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua
habilitação no processo licitatório referente ao Pregão Presencial
nº .1/2014, assim como que está ciente da obrigatoriedade de
declarar ocorrências posteriores.

Local, data

.....
Assinatura do representante legal
Nome:
Cargo:
Documento de identidade:

ANEXO V
TERMO DE CONTRATO PÚBLICO ADMINISTRATIVO Nº XXXXX

Pelo presente termo de Contrato que entre si fazem a PREFEI-
TURA MUNICIPAL DE xxx-SC, Pessoa Jurídica de direito Público
Interno, inscrita no CNPJ nºcom sede à centro,
doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE, neste
ato representada por seu titular o Senhor, Prefeito
Municipal, brasileiro,, funcionário público estadual, resi-
dente e domiciliado neste Município, inscrito no CPF nº xxxxxxxx,
e XXXXXXXXXXXXXXXXXX, Pessoa Jurídica de Direito Privado,
com sede à XXXXXXXXXXXXXXXXXX, XXXXXX, inscrita no CNPJ nº
XXXXXXXXXXXXXXX, neste ato representada pelo seu Sócio Gerente
o Senhor XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade
nº XXXXXXXXXXXX CPF nº XXXXXXXXXXXXXXXXXX, a seguir denominada
simplesmente de CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo
firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi au-
torizada pelo Processo Licitatório nº 01/2014, Pregão Presencial
01/2014 E na forma de registros nº 01/2014, realizado pelo CPIM-
MOC que se regerá nos termos da Lei 8.666/93 e suas alterações,
atendidas as Cláusulas e condições que anunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

O presente contrato tem por objeto a aquisição de forma par-
celada de medicamentos para o Município de
conforme segue:

Produtos	Qtde	Unidades	Valor unit.	Valor Total

Parágrafo único. Integram e Completam o presente Termo de Con-
trato para todos os fins e direito, obrigando as partes em todos os
seus termos e condições do certame licitatório 01/2014 realizado
pelo CPIMMOC, citado ao preâmbulo deste.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, DA ENTREGA, DO REAJUSTE, DA VIGÊNCIA E PRAZO:

O valor pela aquisição dos medicamentos objeto do presente con-
trato é de R\$ xxxxxxxx() cujo valor será pago pela CONTRATANTE
a CONTRATADA, até o 20º dia do recebimento dos medicamentos,
mediante emissão de nota fiscal devidamente aceita pelo Municí-
pio solicitante.

§ 1º Os medicamentos deverão ser entregues em cada um dos
Municípios solicitantes no prazo de até 05 (cinco) dias do recebi-
mento da Autorização de Fornecimento;

§ 2º Os valores do presente edital serão fixos e irreajustáveis,
exceto para manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, nos
termos do Art. 65 da Lei 8.666/93;

§ 3º Havendo redução dos preços, haverá a respectiva redução
dos valores do presente Contrato, nos mesmos índices, fixados na
forma do parágrafo anterior.

§ 4º O presente contrato terá vigência até 30/06/2015

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS RECURSOS E DOTAÇÃO ORÇAMEN- TÁRIA:

O pagamento do objeto do presente Contrato será com recursos

próprios do orçamento vigente de cada um dos Municípios integrantes desta licitação, nas dotações orçamentárias para o Exercício de 2015.

Órgão:

Unidade:

Projeto/Atividade:

Elemento:

CLÁUSULA QUARTA - DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATANTE:
Caberá a CONTRATANTE efetuar o pagamento pelo fornecimento do objeto do presente Contrato, de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda, bem como conferir as quantidades e data de validade dos medicamentos.

CLÁUSULA QUINTA - DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

I - A CONTRATADA, obriga-se a fornecer o objeto especificado na Cláusula Primeira de acordo com a proposta apresentada no procedimento licitatório citado ao preâmbulo onde, como todos os documentos da Licitação e especificados pela CONTRATANTE, passam a fazer parte integrante do presente contrato, independente de transcrição.

II - Efetuar a entrega dos medicamentos na sede da Contratante, em até 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de Compra ou autorização de fornecimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES:

Pela inexecução total ou parcial do Contrato, o CONTRATANTE poderá aplicar ao CONTRATADO, isolada ou conjuntamente, as seguintes penalidades:

- Advertência.
- Multa de 20% (vinte por cento) do valor total do contrato.
- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a administração por um período de 2 (dois) anos.
- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO:

Constituirão motivos para a rescisão contratual:

I - A inexecução total ou parcial dos Contratos decorrentes desta licitação ensejará sua rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

II - A inoccorrência do contratado, nas hipóteses previstas no art. 96 da Lei 8.666/93, sem prejuízo às penalidades previstas neste, ensejará a rescisão administrativa do mesmo, com as consequências previstas no art. 80 da referida Lei, sem que caiba à empresa contratada direito a qualquer indenização.

III - A rescisão contratual poderá ser:

- Determinada por ato Unilateral da Administração, nos casos enunciados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93.
- Amigável, mediante autorização da autoridade Competente, reduzida a termo no processo licitatório, desde que demonstrada conveniência para a Administração.
- Judicial, nos termos da legislação.

Parágrafo único. As aplicações das penalidades previstas na cláusula sexta, não eximirão o contratado da restituição aos cofres públicos dos danos causados à Administração Pública em face de inexecução total ou parcial do objeto.

CLÁUSULA OITAVA - DA ALTERAÇÃO:

A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato somente se reputará se tomada expressamente em instrumento aditivo, que ao presente passará a fazer parte integrante.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL:

O presente Contrato rege-se pelas disposições expressas na Lei Federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e a Lei Federal nº 8.666/93 de 21 de Junho de 1993 e demais alterações posteriores vigentes e pelos preceitos do Direito Público, aplicando-se supletivamente os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS CONDIÇÕES GERAIS:

Todos os encargos sociais e trabalhistas, bem como tributos de qualquer espécie, que venham a ser devidos em decorrência do presente correrão por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VINCULAÇÃO DO CONTRATO:

Este Contrato esta vinculado ao Certame Licitatório citado ao preâmbulo deste e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS CASOS OMISSOS:

Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei Federal 8.666/93 de 21 de Junho de 1.993 e alterações posteriores vigentes, recorrendo-se a analogia, aos costumes e aos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:

Fica eleito o Foro da Comarca de Joaçaba/SC, Estado de Santa Catarina, como Competente para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente, por si e seus assessores, em 4 (quatro) vias iguais e de mesmo teor e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo arroladas.

Município de XXX-SC,

PREFEITURA MUNICIPAL DE _____ CONTRATADA
Contratante Contratada

TESTEMUNHAS

ANEXO VI - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 01/2014

PREGÃO N.º 1/2014 - PROCESSO N.º 01/2014

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ de _____, na xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, centro Joaçaba / SC, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e suas posteriores alterações, Lei nº 10.520, de 17 julho de 2002, publicada no D.O.U. de 18 de julho de 2002, e dos Decretos nºs 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002 e publicado no D.O.U. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U. de 09 de abril de 2001 e das demais normas legais aplicáveis, em face da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2014 por deliberação do Pregoeiro, homologada pela autoridade Competente e publicada no site www.aammoc.com.br - LINK CPIMMOC e no Diário Oficial dos Municípios- DOM - Fecam, RESOLVE, neste ato representada por seu Presidente Sr. VITOR JOÃO FACCIN, brasileiro, casado, Prefeito do Município de Ouro, doravante denominado CPIMMOC, registrar os preços para aquisição de medicamentos para Farmácia Básica Municipal dos Municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Ibicaré, Lacerdópolis, Ouro, Treze Tílias e Vargem Bonita, oferecidos pela Empresa _____, representada neste ato pelo Sr. _____, portador do RG nº _____, cuja proposta foi classificada em 1º lugar para os itens do objeto desta Ata e

no certame acima numerado, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para aquisição de Medicamentos para os Municípios integrantes do CPIMMOC, pelo período de 12 (doze) meses, ou até que se esgote o total máximo estimado, sendo o que ocorrer primeiro, conforme itens abaixo:

Relação de Itens vencidos pela Empresa

Total Geral: _____

1.2. As quantidades constantes do subitem 1.1 são estimativas para o período de 12 (doze) meses, podendo variar para mais ou para menos, de acordo com a demanda, não se obrigando o Município à aquisição total.

2. DO PREÇO

2.1. Os preços dos produtos serão fixos e equivalentes aos de mercado na data da proposta.

2.2. Os preços propostos são considerados Completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e para-fiscais), transporte de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura, ou até que se esgote o valor total, sendo o que ocorrer primeiro.

3.2. A existência de preços registrados não obriga o MUNICÍPIO a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao Sistema de Registro de Preços, assegurando-se ao beneficiário do Registro preferência em igualdade de condições.

4. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

4.1. A administração da Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação caberá ao CPIMMOC.

5. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. A empresa com preços registrados passará a ser denominada detentora da Ata de Registro de preços, após a assinatura desta;

5.2. O Compromisso de fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pelo Termo de Contrato, nota de empenho ou ainda instrumento equivalente.

5.2.1. A celebração do Compromisso de fornecimento se dará com a assinatura da Ata e pelo recebimento ou retirada da Autorização de Fornecimento, nota de empenho ou instrumento equivalente pela detentora da Ata.

5.3. A detentora será obrigada a fornecer a quantidade prevista na Ata, acrescida de até 25% (vinte e cinco por cento), se solicitado pelo MUNICÍPIO e o não cumprimento desta imposição durante o prazo de vigência do Registro de Preços, acarretará sanções administrativas.

5.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, através da Nota de Empenho ou Ordem de

Fornecimento.

5.5. As quantidades solicitadas serão de acordo com as necessidades, respeitando-se o valor estimado.

5.5.1. Havendo necessidade de aumentar as quantidades, será comunicado ao detentor com antecedência de, no mínimo, 10 (dez) dias.

5.5.2. Se a detentora da Ata não puder fornecer o produto solicitado, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Setor de Compras e Licitações da Contratante, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento do Empenho ou da Ordem de Fornecimento.

5.5.2.1. Os motivos pela não possibilidade de entrega serão analisados, não garantindo ao contratado isenção das penalidades previstas.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão à conta das dotações expressamente consignadas no orçamento para o exercício de 2015 de cada um dos Municípios integrantes deste procedimento licitatório.

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Considerando-se o recebimento definitivo de cada entrega, o MUNICÍPIO efetuará o pagamento à DETENTORA, em até 20 (vinte) dias após o recebimento definitivo da Nota Fiscal / Fatura contendo o número do Empenho a que se refere e o termo de recebimento, ao Setor de Compras.

7.2. A Nota Fiscal / Fatura que for apresentada com erro será devolvida ao detentor, para retificação ou substituição, contando-se o prazo estabelecido no subitem 7.1, a partir da data de sua reapresentação.

8. DA FISCALIZAÇÃO E DO PAGAMENTO

8.1. O responsável por cada Secretaria do Município procederá à análise da entrega dos produtos, para constatar sua quantidade e qualidade, e se atendem à finalidade que deles, naturalmente, se espera, emitindo termos de recebimento e aprovação (liquidação).

8.2. Entende-se como Fiscal da Ata de Registro de Preços os Servidores /Funcionários do Município, devidamente designados para acompanhamento da execução do presente termo.

8.3. Todas as ocorrências que vierem a prejudicar o andamento da presente Ata deverão ser comunicadas imediatamente e por escrito, à Secretaria de Administração e Finanças que procederá a abertura de processo Competente.

8.4. Constatando-se o recebimento, O Município efetuará o pagamento para a empresa registrada em Ata, em até 20 dias.

8.5. O pagamento somente se dará após o recebimento definitivo, atestado na Nota Fiscal / Fatura pelo responsável, e após Comprovado a adimplência junto ao FGTS e INSS, à Tesouraria, para os procedimentos que culminam no pagamento à empresa registrada em Ata.

8.6. Caberá ao Departamento de Compras a averiguação da regularidade da contratada, principalmente em relação aos recolhimentos trabalhistas (FGTS), previdenciário (INSS).

8.7. Havendo erro na Nota Fiscal / Fatura ou outra circunstância

de responsabilidade da EMPRESA detentora da Ata que desaprove a liquidação da despesa, a mesma ficará pendente e o pagamento sustado até que sejam providenciadas as medidas saneadoras necessárias.

8.8. Caso haja desequilíbrio econômico-financeiro, poderá haver revisão na ATA desde que, ocorram fatos inéditos que reflitam diretamente nas condições pactuadas, ou seja, a revisão contratual deverá ser baseada em acontecimento imprevisível e inevitável, ou se previsível, de consequências incalculáveis. A área ordinária, que implica um encargo previsível ou suportável, por si só, não autoriza a revisão contratual. A revisão contratual deverá ser Comprovada pela contratada através de documentos e fundamentação legal formal, podendo a mesma ser deferida após anuência do Consórcio CPIMMO.

8.10. O valor total estimado desta Ata poderá ser utilizado integralmente ou não, conforme a necessidade dos Municípios de Água Doce, Capinzal, Catanduvas, Ibicaré, Lacerdópolis, Ouro, Treze Tilias e Vargem Bonita.

9. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

9.1. Os medicamentos objeto do presente edital serão entregues em até 05 (cinco) dias do recebimento da Ordem de Fornecimento ou Nota de empenho, na Unidade Sanitária Municipal de XXXX, sito a XXXXX.

9.2. A entrega dos produtos deverá ser efetuada sempre que solicitada, e não serão tolerados atrasos sem justificativas prévias.

9.3. Se a detentora com preço registrado em primeiro lugar não receber ou não retirar a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado da data da convocação, o MUNICÍPIO convocará a empresa com preço registrado em segundo lugar, para efetuar o fornecimento, ao preço do primeiro classificado, e assim por diante quanto às demais detentoras, sendo aplicadas às faltosas as penalidades descritas no item 10.

9.3.1. Será dado como retirada / recebida, a Nota de Empenho ou Ordem de Fornecimento enviada via fac-símile.

9.4. Os produtos objeto desta licitação deverão ser entregues acompanhados de Notas Fiscais, constando o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor Unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

9.5. O recebimento definitivo do objeto desta Ata, não exime o fornecedor de ser responsabilizado, dentro das penalidades previstas na Lei 8.666/93 e alterações, pela má qualidade que venha a ser constatada durante o uso, dentro do prazo de validade, dos produtos fornecidos.

10. DAS SANÇÕES

10.1. O atraso injustificado na entrega do objeto contratado, implica no pagamento de multa de 1% (um por cento) por dia de atraso, limitada a 10% (dez por cento), calculada sobre o valor da parcela em atraso ou da nota de empenho, isentando em consequência o MUNICÍPIO de quaisquer acréscimos, sob qualquer título, relativos ao período em atraso.

10.2 A inexecução parcial do ajuste ou a execução parcial em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor da parcela inexecutada ou executada em desacordo.

10.3 A inexecução total do ajuste ou execução total em desacordo com a presente Ata, implica no pagamento de multa de 20%

(vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato e/ou da nota de empenho.

10.4 A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar a Ata, aceitar ou retirar a Nota de Empenho, para efeitos de aplicação de multa, equivale à inexecução total da sua obrigação.

10.5 A aplicação de multa, a ser determinada pelo MUNICÍPIO, após regular procedimento que garanta a prévia defesa da empresa inadimplente, não exclui a possibilidade de aplicação da sanção prevista no art. 7º da Lei 10.520/02 e alterações.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1 Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pelo MUNICÍPIO, quando:

I - a detentora descumprir as condições da ata de registro de preços;

a) Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, assegurada a defesa prévia do interesse e recurso nos prazos definidos em lei, sendo-lhes concedido vista ao processo.

b) Quem convocado dentro do prazo de validade da sua proposta não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal ficará, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e, será descredenciado no Sicaf ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei 10.520/02, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

II - a detentora não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

III - a detentora der causa à rescisão administrativa de contrato de fornecimento;

IV - em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

V - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

VI - por razões de interesse público, devidamente fundamentadas;

11.1.2 Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

I - os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto à sua atualização;

II - Comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Jornal Oficial do Estado de Santa Catarina juntando-se o Comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado no Setor de Compras e Licitações, de segunda à sexta feira em horário normal de expediente.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas na presente, sendo assegurado à mesma o contraditório e a ampla defesa.

11.4. Cancelada a Ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada aquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pelo MUNICÍPIO, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Quadro de Avisos e no site Oficial AMMOC: www.ammoc.com.br, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1 Os preços registrados na Ata serão publicados trimestralmente, no Quadro de Avisos do Município e no site www.AMMOC.org.br

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços registrados poderão ser revistos, a qualquer tempo.

13.1.1. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços registrados poderá ser efetuada por iniciativa do MUNICÍPIO ou mediante solicitação da empresa detentora, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.1.2. Em qualquer hipótese os preços decorrentes de revisão não ultrapassarão os praticados no mercado.

13.3. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Presidente do CPIMMOC, mediante requerimento protocolado, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da ocorrência do fato motivador do desequilíbrio, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

I - Planilha de Composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados devidamente assinada sobre carimbo da empresa;

II - Cópia autenticada da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço.

13.4. Sendo procedente o requerimento da empresa detentora da ata, o equilíbrio econômico-financeiro será concedido a partir da data do protocolo do pedido.

13.4.1. A detentora da Ata não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão de preço.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a relação dos preços registrados pelos demais proponentes, até o 3º classificado, e o nome das respectivas empresas.

14.2. Fica eleito o foro da comarca de Joaçaba - SC, para dirimir eventuais dúvidas e/ou conflitos originados pela presente Ata, com renúncia a quaisquer outros por mais privilegiados que possam traduzir.

14.3. Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal no. 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas aplicáveis.

MUNICÍPIO DE _____, ESTADO DE SANTA CATARINA, EM _____ DE _____ DE 2015.

Prefeito Municipal

Contratado / Detentor da Ata

Pregoeiro

Testemunhas

RESOLUÇÃO Nº 02/2014 CONSTITUI COMISSÃO PARA LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO

RESOLUÇÃO Nº 02, DE 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Constitui Comissão de Licitação e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO MEIO OESTE CONTESTADO-CPIMMOC, estabelecida em JOAÇABA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Constituir comissão para abertura, julgamento e classificação de propostas da licitação na modalidade pregão Presencial do tipo menor preço por lote - Edital de Tomada de Preços nº 01/2014, para a contratação de empresa(s) para fornecimento de medicamentos, para os municípios Consorciados conforme características descritas nos Anexos que integram o edital.

Art. 2º Nomear as seguintes pessoas para comporem a Comissão: Vanderlei Roberto Piccinini - contador e pregoeiro;

Marize Coletti - Diretora Executiva do CPIMMOC;

Rafael Nicolli - contador;

Roberto Kurtz Pereira - assessor jurídico;

Andreia Fleck da Silva - Assistente Administrativa

Cristiano Savaris da Silva Diretor de Compras e Licitações Município de Água Doce;

Elisangela A. Bagnolin : Compras e Licitações - Município de Capinzal;

Alice Paganini Diretora de Compras e Licitações - Município de Catanduvas;

Elcio Mellere - Supervisor de Compras do Município de Ibicaré;

Oscar de Agostini Junior Farmacêutico do Município de Lacerdópolis;

Marcelo A. Bortoli Farmacêutico Município de Ouro;

Vinicius Schirmann Diretor de Licitações Município de Treze Tilias;

Simone Piran Supervisora de Compras Município de Vargem Bonita.

Parágrafo único. A comissão será presidida pelo primeiro membro que será o pregoeiro e secretariada pelo segundo.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba, 03 de Dezembro de 2014.

VITOR JOÃO FACCIN

Presidente

Publicado na Secretaria da CPIMMOC em 03 de dezembro de 2014

Marize Coletti

Diretora Executiva